

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JUAREZ JOSÉ RODRIGUES FUÃO

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA :
OS MONUMENTOS A BENTO GONÇALVES E JOSÉ ARTIGAS**

São Leopoldo/RS

2009

Juarez José Rodrigues Fuão

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA :
OS MONUMENTOS A BENTO GONÇALVES E JOSÉ ARTIGAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: Prof^ª. Heloisa Jochims Reichel

São Leopoldo/RS
2009

Ficha catalográfica

F949c Fuão, Juarez José Rodrigues
A construção da memória : os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas / por Juarez José Rodrigues Fuão. – 2009.
375 f. : il. ; 30cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

“Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Jochims Reichel, Ciências humanas”.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Uruguai – História.
3. Monumento – Memória. 4. Gonçalves, Bento. 5. Artigas, José
I. Título.

CDU 981.65

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

AGRADECIMENTOS

Heloisa Jochims Reichel

Ana Frega

Carlos Roberto Fornari Fuão

Beatriz Rodrigues Fuão

Cristina Ferreira Fuão

Francisco das Neves Alves

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Brasil

Universidad de la República - Uruguai

Museo Histórico Nacional – Uruguai

Biblioteca Rio-Grandense - Brasil

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

*“Não é muito fácil modificar
as relações que se
estabeleceram entre as pedras
e os homens.”
(Maurice Halbwachs)*

Resumo

A tese analisa os processos de edificações do Monumento-túmulo do General Bento Gonçalves da Silva e do monumento ao General José Gervasio Artigas. O primeiro, erguido em 1909 e instalado no município de Rio Grande, mais exatamente na Praça Tamandaré, e o segundo, inaugurado no ano de 1923 em Montevideú, na Plaza Independencia. Considerando que os monumentos se constituem na materialização de uma série de discursos, disputas e apropriações sobre a memória dos heróis homenageados, o estudo busca analisar as representações auferidas a esses personagens ao longo das produções intelectuais e das publicações da imprensa que antecederam a inauguração dessas obras.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande do Sul – História. Uruguai – História. Monumento – Memória. Gonçalves, Bento. Artigas, José

Abstract

The thesis examines the building process of Bento Gonçalves da Silva General grave monument as well as José Gervasio Artigas General monument. The first, built in 1909 and laid in the municipality of Rio Grande, more precisely at Tamandaré Square, and the second, inaugurated in the year of 1923 in Montevideo, at Plaza Independencia. Whereas the monuments represent the materialization of a series of speeches, appropriations and disputes over the memory of the honored heroes the study aims to examine the representations given to these personages along both the intellectual output and the printing press, prior to these public works inauguration.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - Translado dos restos-mortais de Bento Gonçalves para Rio Grande, p. 245.
- FIGURA 2 - Vista parcial da Praça Tamandaré entre 1892 e 1900, p. 254.
- FIGURA 3 - Chafariz da Praça General Telles no início do século XX, p. 259.
- FIGURA 4 - Vista parcial da Praça Geribanda na década de 1880, p. 267.
- FIGURA 5 - Cerimônia de inauguração do Monumento a Bento Gonçalves (20/09/1909), p. 279.
- FIGURA 6 - Alegoria dos Leões do Monumento a Bento Gonçalves, p. 283.
- FIGURA 7 - Capa da publicação *Arte*, da cidade portuguesa do Porto, abril de 1905, p. 287.
- FIGURA 8 - Medalhão representando Giuseppe Garibaldi, p. 289.
- FIGURA 9 - Medalhão representando General Netto, p. 290.
- FIGURA 10 - Monumento-túmulo a Bento Gonçalves, p. 293.
- FIGURA 11 - Máximo Santos y su Comitiva, p. 297.
- FIGURA 12 - Vista parcial da Plaza Independencia em 1899, p.299.
- FIGURA 13 - Vista parcial da Plaza Independencia em 1917, p. 302.
- FIGURA 14 - Maquete de Angel Zanelli, p. 310.
- FIGURA 15 - Maquete de Juan M. Ferrari, p. 311.
- FIGURA 16 - Instalação do Monumento a José Artigas, p. 333.
- FIGURA 17 - Monumento a José Artigas encoberto, p. 337.
- FIGURA 18 - Cerimônia de inauguração do Monumento a José Artigas, p. 340.
- FIGURA 19 - Alegoria equestre de José Artigas, p. 346.
- FIGURA 20 - Baixo-relevo direito do Monumento a José Artigas, p. 347.
- FIGURA 21 - Parte frontal do Monumento a José Artigas, p. 350.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CONSTRUÇÃO DAS <i>MEMÓRIAS</i> DOS <i>HERÓIS</i> PELOS INTELLECTUAIS SUL-RIO-GRANDENSES E URUGUAIOS	23
1.1. A construção da <i>memória</i> de Bento Gonçalves pelo discurso intelectual sul-rio-grandense.....	24
1.1.1. Alcides Lima.....	35
1.1.2. Joaquim Francisco de Assis Brasil.....	41
1.1.3. Apolinário Porto Alegre.....	47
1.1.4. João Cezimbra Jacques.....	54
1.1.5. Alfredo Varela.....	57
1.1.6. Alfredo Ferreira Rodrigues.....	64
1.2. A construção da <i>memória</i> de José Artigas pelo discurso intelectual uruguaio.....	74
1.2.1. Francisco Bauzá.....	113
1.2.2. Carlos María Ramírez.....	119
1.2.3. Héctor Miranda.....	134
1.2.4. Eduardo Acevedo.....	143
1.2.5. Juan Zorrilla de San Martín.....	151

2. A CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS DOS HERÓIS NA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE E URUGUAIA.....	164
2.1. A construção da <i>memória</i> de Bento Gonçalves pela imprensa sul-rio-grandense.....	165
2.1.1. A apropriação do movimento republicano sobre a <i>memória</i> do <i>herói</i> e da revolução.....	168
2.1.2. A apropriação da <i>memória</i> do <i>herói</i> e da revolução no período <i>republicano-castilista</i>	176
2.1.3. A Revolução Farroupilha e Bento Gonçalves como <i>elementos fundadores</i> do <i>gaúcho</i> sul-rio-grandense.....	200
2.2. A construção da <i>memória</i> de José Artigas pela imprensa uruguaia.....	204
2.2.1. A onda patriótica como elemento unificador da <i>memória</i> nacional.....	204
2.2.2. A apropriação católica sobre a <i>memória</i> do <i>herói</i>	216
2.2.3. A apropriação <i>batllista</i> sobre a <i>memória</i> do <i>herói</i>	233
3. A MATERIALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS DOS HERÓIS EM BRONZE.....	242
3.1. O processo de materialização da <i>memória</i> de Bento Gonçalves na Praça Tamandaré.....	243
3.1.1. O Monumento-túmulo entre duas praças.....	252
3.1.2. A materialização do monumento de Bento Gonçalves.....	277
3.2. O processo de materialização da <i>memória</i> de José Artigas na Plaza Independência.....	295
3.2.1. A retomada do projeto: o papel da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras e a escolha do escultor.....	303
3.2.2. A materialização do monumento de José Artigas.....	330
CONCLUSÃO.....	354
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	358

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de tese focaliza o caminho percorrido entre a construção da *memória* do *herói* e sua materialização em bronze. Para isso, serão analisados os processos de edificações do monumento-túmulo do General Bento Gonçalves da Silva e do monumento ao General José Gervasio Artigas. O primeiro, erguido em 1909 e instalado no município de Rio Grande, mais exatamente na Praça Tamandaré, no centro da cidade e, o segundo, inaugurado no ano de 1923 em Montevidéu, na Plaza Independencia.

A origem desse trabalho prende-se a uma série de pesquisas empreendidas ao longo de toda a minha formação acadêmica, da qual resultaram outros, de alguma forma, interligados com o conteúdo proposto pelo tema. Destaca-se a dissertação de mestrado, denominada *Monumento-túmulo ao General Bento Gonçalves da Silva: da fundamentação à materialização do mito na sociedade sul-rio-grandense* e apresentada no ano de 2004 no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, a qual se constituiu num importante referencial para a atual pesquisa. Convém ressaltar, que, ao longo da tese de doutoramento, algumas das questões já discutidas na dissertação foram novamente analisadas, ora sob uma nova abordagem teórica, ora acrescidas de novas fontes ou documentos. Importante, também, salientar que o presente estudo amplia, consideravelmente, o objeto e o espaço a ser analisado.

Os prédios, as ruas, as praças e os monumentos são registros fundamentais do processo de desenvolvimento da *memória* e da identidade de uma comunidade. Tais obras frequentemente revelam como “*as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade*”. (CHOAY, 2001: 205) Permanecem, porém, reduzidamente analisadas pela ciência histórica, o que justifica a necessidade de se destinar uma maior atenção sobre o tema.

O estudo sobre os processos de construção de monumentos nos permite, pois, melhor compreender os contextos políticos e/ou culturais que atravessavam as comunidades nas

épocas relativas às suas construções. Partindo desse princípio, os monumentos, erigidos junto a um grupo populacional específico, se constituem em excelentes fontes históricas, uma vez que podem representar o modo de refletir e agir de determinados setores da sociedade, numa demarcada época, revelando interesses e representações ¹ acerca do mundo ou de um apurado momento histórico.

Assim, a *memória* se constitui em ponto fundamental para a análise dos valores que permeavam as sociedades focalizadas no período que compreende as edificações dos monumentos glorificadores dos *heróis* regionais e/ou nacionais: “*O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.* (LE GOFF, 1994: 426)

No contínuo processo de construção das *memórias*, a sua *seleção* ou *conceitualização* surge como um procedimento natural, já que uma sociedade não dispunha de meios naturais para a fixação da *memória* do passado, agindo a partir disso: “*a suprimir o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias coletivas do passado e interpelar ou introduzir o que parece mais apropriado ou mais em conformidade com determinada concepção de mundo*”. (FENTRESS, 1994: 78) Nesse processo de conceitualização do mundo, mormente, as comunidade tendem a construir uma representação peculiar do passado, podendo transformar o que fora um fracasso, ou emblemática derrota, em uma exemplar vitória, onde o *heroísmo* pode significar um fator de coesão na memória da sociedade. Mesmo podendo mudar com o passar do tempo, as recordações do passado passam por um procedimento seletivo a partir de um rol ilimitado de reminiscências possíveis, pela sua importância para os indivíduos que recordam e pela sua relevância para a construção da identidade local. Nesse desenvolvimento processual da *memória* os *heróis* são fundamentais, acompanhando as sucessivas reconstruções sofridas pelo passado.

Na caracterização de um momento histórico capaz de simbolizar o *acontecimento fundador* de uma sociedade, a *memória* tem como característica a procura de elementos que servirão de subsídios para a construção de uma imagem estereotipada do ocorrido. Nesse sentido, entra em jogo a *seletividade do relato* como ponto fundamental na construção e/ou manipulação de uma *memória coletiva*. Essa função seletiva do relato oferece, à manipulação, a ocasião e os meios de uma estratégia que incide no início tanto de uma tentativa de esquecimento como em uma estratégia de rememoração. Uma forma de *ideologização* que

¹ Entendendo *representação* como uma idéia, ou imagem, construída e delimitada em razão dos interesses do grupo que a forja, buscando a imposição de suas concepções no mundo social. Cf. CHARTIER, 1990.

transita entre dar maior ênfase a um determinado aspecto em contraponto ao esquecimento de outro. De acordo com Paul Ricoeur, apresenta-se quando, nas mediações simbólicas da ação, a *memória* é incorporada à constituição da identidade por intermédio da função narrativa.

Na construção de uma narrativa fundamentada em um passado heróico, a *memória* desempenha papel vital, entretanto, tal processo se desenvolve sob a influência das mais variadas ideologias dos grupos que compõem uma coletividade:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da dominação da memória. (LE GOFF, 1992: 476)

Tais ideologias marcam presença nas séries de discursos pensados e produzidos pelos vários setores que, juntos, compõem a comunidade. Sejam eles, setores ligados à política e/ou ao campo intelectual, suas principais lideranças buscam meios de exposição e divulgação de suas idéias. Quando, finalmente, expostas, os diferentes discursos promovem um processo de negociação e disputa pela representação, onde cada grupo intenta impor o seu pensamento como legítimo. De acordo com Bourdieu, as disputas em relação à identidade étnica ou regional, mais especificamente, a respeito das propriedades, estigmas ou emblemas, associadas à origem através do lugar de origem e dos indícios duradouros que lhe são correspondentes, são casos particulares das lutas das classificações:

lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1998: 113)

Assim, por meio de um discurso legitimador² e, ao mesmo tempo, legitimado pelos diversos setores intelectuais, torna-se objetivo central a construção imaginária de um passado comum, glorioso e que caracterize a sociedade como um organismo homogêneo. Para isso, o sentido da *herança fundadora*, anotada por Paul Ricoeur, conquistou respeitável lugar no

² O que Dosse denominaria de “*legitimação enraizada no passado*”. (DOSSE, 2001:62)

discurso idealizador das sociedades, propostas nesse estudo, baseando-se em uma narrativa glorificadora capaz de se perpetuar na *memória* das respectivas comunidades.

O freqüente apelo aos *acontecimentos fundadores* está intimamente ligado às comunidades imaginadas. Na avaliação de que não existe nenhuma *comunidade natural*, essa precisa ser inventada, imaginada com o intuito de reunir as pessoas em torno de uma determinada imagem de grupo. Torna-se necessária a criação de laços imaginários que permitam unir as pessoas que, sem eles, seriam indivíduos meramente isolados, sem nenhum sentimento de pertencer a uma comunidade em comum. Assim, os mitos fundadores tendem a “fixar identidades”:

Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou exectuado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (SILVA, 2000: 85)

Delimitado como “*lo que nosotros somos*” e “*tales somos e no de otro modo*” (RICOEUR, 2003: 111), o processo de construção de uma *memória* busca na gênese do *herói* fundador ou da violência fundadora, mencionada por Ricoeur, o ponto legitimador para a construção da imagem do outro. Esse elemento somente pode se enquadrar, na *memória* coletiva da sociedade, na ocasião em que possa ser utilizado como um fator de contraposição à identidade imaginada e elaborada pelo discurso dominante no círculo intelectual. Nesse caso, as figuras dos *heróis* se constituem em elementos explicitamente disputados pelos mais variados setores políticos e/ou intelectuais, que, através da apropriação sobre suas imagens, buscam torná-lo símbolo de seu próprio grupo social.

Nessa teia bastante complexa, envolvendo a disputa de representações e imagens dos principais *heróis*, os distintos grupos políticos e/ou setores intelectuais tendem a se utilizar do discurso, imagético ou escrito, para transmitir e consolidar, além de seus projetos políticos, a sua particular visão de mundo, promovendo o método denominado de *manipulação do imaginário*:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa, m suas

fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. (CARVALHO, 1990: 11)

A *manipulação do imaginário*, quando efetivamente posta nas práticas de determinados grupos políticos e/ou culturais, serve de instrumento construtor de identidades³, forjando uma idéia de homogeneização social acompanhado por um suposto equilíbrio de valores e imagens que compõem os juízos de uma determinada comunidade. A necessidade das instituições sejam elas políticas, religiosas, culturais, entre outras, de se consolidarem no pensamento da população, leva à elaboração de conceitos responsáveis pela caracterização de si próprias. Por outro lado, sobre uma forma taxativa e associativa, esses mesmos grupos nomeiam os próprios elementos que, por supostamente terem um conjunto de valores em oposição aos seus, não pertencem à sua comunidade. Assim, a durabilidade das instituições depende, ao mesmo tempo, das imagens que estas constroem de forma disputada e/ou negociada. Por tudo isso, o imaginário torna-se alvo central da ação política:

O nascimento e a difusão dos signos imaginados e dos ritos revolucionários traduzem a necessidade de encontrar uma linguagem e um modo de expressão que correspondam a uma comunidade de imaginação social, garantindo às massas, que procuram reconhecer-se e afirmar-se nas suas ações, um modo de comunicação. Por outro lado, contudo, esse simbolismo e esse ritual fornecem um cenário e um suporte para os poderes que sucessivamente se instalam, tentando estabilizar-se. Com efeito, é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões. (BACZKO, 1984: 324)

Os hinos, bandeiras, *heróis*, tanto os já materializados em bronze como também retratados nos livros ou na imprensa, constituem-se em instrumentos efetivos de modelação do pensamento social, baseados em discursos que diferem na forma de operar ou representar, mas não no objetivo comum em atingir o sentimento do receptor. O monopólio da imaginação se torna obsessão dos grupos políticos, os quais se encontram no permanente processo de construção de uma linguagem idealizadora do seu grupo e de seu pensamento político.

³ De acordo com Baczko, é através dos imaginários sociais que as coletividades delimitam a sua identidade. Além da construção de si próprio e do elemento estranho à sua constituição, estabelece-se, também, a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns e constrói uma classe de código de “bom comportamento”. Cf. BACZKO, 1991.

Todo o debate fomentado, em torno do passado histórico dos *heróis* e suas vinculações político-sociais, prepara terreno para uma futura *materialização* desses discursos em um logradouro público. Uma forma de tornar concreto o que anteriormente fazia parte de um imaginário intelectual e restrito a um determinado grupo letrado. Chega o momento da perpetuação, no caso em forma de bronze, de uma imagem pública e de fácil leitura para todos os cidadãos, tornando o que era passível de esquecimento em algo permanente no cotidiano da população.

Atuando sobre um processo seletivo em âmbito coletivo, bem como no individual, a *memória* se “*enriquece con el pasado histórico*”, integrando, sistematicamente, a *memória histórica* e a *memória viva*. Para essas “lacunas”, no pensamento de Ricoeur, surge o papel fundamental dos monumentos e dos “*islotes de pasado conservados*” nas cidades (RICOEUR, 2003: 518). Nesse aspecto, o autor enfatiza que a *memória compartilhada* gradualmente é transmitida à *memória coletiva* e suas comemorações vinculadas aos lugares consagrados pela tradição. Disso, discorre Nora que os “*lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*”. (NORA, 1993:13)

Nesse sentido, os monumentos se constituem, enquanto *lugar de memória*, em uma espécie de reduto contra essa “erosão”. Uma fonte ativa de lembrança do passado à disposição da comunidade.⁴ Tal reflexão, também vai ao encontro de Fentress, quando afirma que a aptidão de uma sociedade na transmissão da sua memória social *sob uma forma lógica e articulada* não está sujeita ao domínio da escrita. Assegura que este tema possui uma maior complexidade, onde a transmissão da memória articulada dependeria da forma como uma cultura representa a linguagem. A *memória social* torna-se mais *conceptualizada* que a individual, surgindo as imagens mais convencionalizadas e simplificadas, pois, como elemento coletivo, devem ser significativas ao conjunto das pessoas, capazes de transmissão.⁵

Percebe-se que, durante os processos de edificações tanto dos monumentos e estátuas como de logradouros, praças, ruas ou campos, normalmente o grupo patrocinador exibe uma

⁴ Observa-se que durante os processos de erguimentos dos monumentos e estátuas, normalmente, no grupo patrocinador, é explícita uma grande preocupação em não relegar ao esquecimento um passado consagrado e aplaudido. Contra esse temor da possível degeneração da lembrança, surgem os principais agentes criadores das memórias nacionais e regionais com seus esforços para reservar ao passado um lugar capaz de solidificar e perpetuar uma idéia sobre o mesmo.

⁵ Cf. FENTRESS, 1994: 64-66.

freqüente preocupação em não relegar ao esquecimento um passado consagrado, aplaudido ou em vias de. Contra esse temor da possível deterioração das lembranças, surgem os principais agentes criadores das memórias coletivas com seus esforços para reservar ao passado um lugar capaz de solidificar e perpetuar uma idéia sobre o mesmo. São designados, de forma idealizada, lugares, personagens, acontecimentos e erguidas construções sob o intuito da *materialização de uma memória* que possa inserir-se no cotidiano natural das pessoas. Desse intuito, surgem os monumentos e suas representações em seu entorno.

Nesse processo de construção de um novo espaço de *memória*, característica inerente aos monumentos, deve-se prestar bastante atenção aos logradouros escolhidos para as edificações, bem como, para os que foram incapacitados para isso. Cada grupo, ou comunidade, recorta o espaço de acordo com seu modo, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto imóvel em que ela encerra e encontra suas lembranças. (HALBWACHS, 2006: 188) De um processo de edificação, um procedimento aparentemente simples envolvendo uma estátua ou monumento, podemos perceber algumas características fundamentais na relação existente entre os espaços urbanos e a sociedade que a constrói e a reconstrói sucessivamente, mormente buscando torná-la inteligível e, ao mesmo tempo, funcional no cotidiano das pessoas.

Relacionando tais reflexões, observa-se que, durante os processos de erguimentos das estátuas e monumentos, existe, normalmente no pensamento do grupo patrocinador da obra, uma freqüente preocupação em não relegar ao esquecimento um passado já anunciado e aplaudido através dos vários discursos construídos por meio historiográfico ou pela imprensa. Contra essa situação de *degradação* da lembrança, surgem os principais *agentes criadores da memória nacional ou regional*, empenhados em reservar ao passado um lugar capaz de solidificar e perpetuar uma idéia glorificada sobre o mesmo. Assim, sob a forma idealizada são criados lugares, personagens e acontecimentos com o intuito de materializar uma característica *memória* no universo cotidiano das pessoas.

Os processos de edificações dos monumentos passam por alguns momentos distintos em sua ordem, podendo ser divididos em três fases demarcativas: a reivindicação, a construção e a consolidação. Comumente, tais etapas desenvolvem-se de modo equivalente à construção da *memória* dos *heróis* por elas homenageadas. Por outro lado, cabe ressaltar, que, em alguns momentos, essas fases se desenvolvem de forma paralela entre si, não necessitando o término de uma etapa para o início da seguinte.

Capazes de materializarem toda uma série de discursos produzidos ao redor de acontecimentos associados a grandes personagens (POLLACK, 1989: 10), as edificações das

estátuas e monumentos geralmente passam por um longo processo de debate em torno de suas representações. As disputas, desenvolvidas no campo da imprensa e da produção intelectual pela caracterização do *herói* e do ideal que este representaria, proporcionam sucessivas negociações e apropriações, onde cada grupo intenta prevalecer suas representações na construção da *memória*. Assim, os dois setores se constituem em fontes fundamentais para a análise dos processos de construção das *memórias* em torno dos monumentos.

De um modo geral, as estátuas se distinguem por sua atuação sobre a *memória* das sociedades, trabalhando e estimulando a uma afeição, à lembrança sobre o passado, fazendo-o vibrar como se fosse o próprio presente. Por meio da invocação seletiva de um passado, essas obras cooperam para a preservação de identidades étnicas, religiosas, nacionais, tribais ou familiares, procurando suscitar uma garantia das origens e dissipar a ansiedade gerada pela “*incerteza dos começos*”. (CHOAY, 2001:18)

Desse modo, durante os períodos de idealização e erguimento dos monumentos, mormente, são apresentadas sucessivas apropriações por parte de determinados grupos políticos e/ou culturais, assinalando o que podemos denominar de *documento/monumento*, um produto do grupo que o fabricou segundo as “*relações de forças que aí detinham o poder*” (LE GOFF, 1992: 545), resultado do empenho das sociedades históricas para imporem uma determinada imagem de si próprias.

Em ambos os processos de mitificações dos personagens homenageados pelos monumentos aqui analisados, as produções intelectuais desempenharam papel capital. Coube a elas a promoção das principais narrativas de valorização das *memórias* históricas atribuídas tanto a Bento Gonçalves como a José Artigas. O próprio ambiente político, em constante efervescência no período, delegava, aos principais intelectuais, a competência de delinear, em suas obras, uma *memória* que fosse capaz de representar o passado da sociedade.

Nesse ponto, possui grande relevância o estudo crítico da construção intelectual dos anos que antecederam à execução das obras até o momento derradeiro da inauguração. Torna-se imperativo analisar a rede de discursos que forneciam as imagens e as representações que alimentavam os processos de construções das *memórias* dos *heróis* homenageados em bronze. Em outros termos, compreender o círculo intelectual como peça fundamental para uma melhor apreensão dos imaginários políticos e sócio-culturais que proporcionaram a edificação dos monumentos.

Resultado de uma rede de influências e de trocas com o contexto vivido, o conhecimento histórico é constantemente construído e reconstruído pelos setores intelectuais da época a que faziam parte. Nesse estudo importa apontar na produção intelectual e na

imprensa, sul-rio-grandense e uruguaia, elementos que possam permitir um melhor entendimento da política e da intelectualidade, setores atuantes no momento da elaboração dos monumentos em questão.

Esse artifício de associar um fato passado ao surgimento de uma identidade tipificada não se constituiu em um procedimento exclusivo da produção intelectual. De forma semelhante, a imprensa participou do processo, proporcionando um campo profícuo e bastante eficaz para o desenvolvimento do tema.

Relacionando com os objetos de estudo, temos que o começo do século XX constituiu-se em um momento fundamental na construção das *memórias* sul-rio-grandense e uruguaia. Debates recorrentes aos últimos anos do XIX, no mundo ocidental, acerca da religião católica, do civismo, da política, da identidade, da educação, entre outros, acentuaram-se e tomaram conta dos periódicos e câmaras representativas, ganhando presença freqüente nos respectivos discursos dos grupos políticos locais. Muitas das idéias e alocações sobre a identificação dos elementos nacionais e/ou regionais retornaram a ser mais deliberadamente discutidas, sendo que, em algumas dessas, apresentando novas roupagens, porém, mormente assentadas ou embasadas nas narrativas publicadas pelas historiografias produzidas pelos principais intelectuais, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, a partir da década 1870. Através de uma série permanente de diferentes apropriações dessas imagens, edificadas nas décadas anteriores, as intelectualidades regionais assumiram o protagonismo e passaram a construir as diferentes *sensações* de pertencer a uma determinada sociedade ou tradição. Um processo de *formalização e ritualização*, imputando-se ao passado mesmo que somente pela imposição da repetição. (HOBSBAWN, 1984: 12)

Para que esse processo em curso alcançasse o resultado esperado pelas elites, sejam essas políticas e/ou culturais, um componente imaginário tornava-se vital para essa condensação de valores de uma determinada localidade: o *patriotismo*. Para Hobsbawm, esse elemento aplicava-se não somente em nações que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, política e cultural, mas a todo e qualquer grupo que reclamasse o título de *nação*. Nesse sentido, a *nação* ganhava as características de uma nova *religião cívica* dos Estados, oferecendo um recurso agregador de todos os cidadãos que o compunham, uma forma de conduzir o *‘Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado’*, como, no caso, para a religião ou para a nacionalidade ou etnia não identificadas com esse Estado. (HOBSBAWN, 1988: 212) O *sentimento patriótico* serviria como uma espécie de cimento ou massa agregadora da comunidade, heterogênea em sua constituição.

Por meio desse processo de identificar o *ser patriótico*, distintos setores políticos determinavam os limites e os valores que representariam essa esfera interpretativa do cidadão. Na maioria das vezes, ganhava o adjetivo de *patriota* aquela pessoa, ou ainda, instituição, que melhor se encaixasse no modelo proposto pelo grupo reivindicador. Portanto, mesmo apresentando um conjunto de valores patrióticos em interseção, compartilhados até mesmo por grupos opostos, esses valores constantemente diferiam-se, ganhando traços peculiares a cada projeto de nação ou comunidade imaginada pelos diferentes grupos em conflito. Nesse caso, pertencer ao grupo inimigo representava estar alheio ao compromisso com a nação idealizada, ser um inimigo identificado facilmente pelas suas idéias, palavras ou ações.

Assim, a análise dos monumentos a **Bento Gonçalves** e a **Artigas**, em seu conteúdo social, político ou cultural, contribuirá para um melhor e mais detalhado conhecimento das sociedades sul-rio-grandense e uruguaia no momento em que ambas passavam por profundas transformações em suas estruturas políticas e culturais, bem como, nas suas relações com as suas respectivas *memórias*. Cabe destacar que ambos os processos diferem no que se refere às suas finalidades e suas conjunturas sócio-políticas. Enquanto a obra sul-rio-grandense caracterizou-se pelo alcance regional, a uruguaia alçou-se ao âmbito nacional. Sendo assim, para a presente tese, que propõe um estudo sobre os caminhos percorridos desde a glorificação dos personagens até sua materialização no bronze, importam os métodos narrativos e os caminhos traçados pelas elites políticas e intelectuais nas idealizações dos *heróis*, e não as suas respectivas finalidades. Assim, a análise do objeto, independente se as referidas obras foram produzidas em prol de um projeto nacional ou de um regional.

No disputado processo de consolidação das *memórias* sobre os *heróis Artigas e Bento Gonçalves* e os seus respectivos significados para as identidades uruguaia e sul-rio-grandense, a imprensa desempenhou papel fundamental, proporcionando um variado campo de disputa entre as diversas correntes do pensamento político e ideológico influentes nas últimas décadas do século XIX e começo do XX. Por meio dela, algumas estruturas de pensamento são abertamente expostas, interagindo com o imaginário dos leitores e auxiliando, assim, a uma melhor leitura dos discursos que, invariavelmente, compunham as séries de *imagens* representativas da sociedade como um todo. Em suas páginas, as diferentes *memórias* elaboradas eram apreciadas e adicionadas ao contexto formador do imaginário da sociedade. Surgia, então, uma série de imagens que nem sempre em concordavam entre si, à disposição da capacidade de assimilação de cada leitor. Nesse sentido, as diversas disputas, ocorridas nesse campo caracterizado pela palavra escrita por grupos de diferentes pensamentos, auxiliam na compreensão e na identificação das estruturas presentes no mundo

social do período, no qual as disposições *historicamente produzidas pelas práticas articuladas*, como a política, social e discursiva, são responsáveis pela construção de suas *figuras*, de seus sentidos e suas percepções sobre o mundo. (CHARTIER, 1990: 27)

Mormente sob uma característica basicamente político-partidária, os periódicos uruguaios e sul-rio-grandenses contribuíram para a construção de um discurso idealizador do seu habitante, constantemente associando sua imagem às próprias convicções políticas do jornal discursado. O pensamento apregoado no poema *Imprensa* auxilia na apreensão do juízo que se buscava imputar ao aparelho nos primórdios do século XX. Segundo o escrito, a imprensa em geral teria a peculiar envergadura no *castigo ao crime* e na *luta pela liberdade* (*Almanak*, 1907: 118). Esse último aspecto foi invariavelmente utilizado como sendo uma das mais importantes qualidades desse meio de comunicação. Passava-se a imagem de uma imprensa capaz de dominar a *verdade*:

Os iluministas apresentaram-se no mundo moderno como portadores da verdade que iria eliminar o erro e a mentira. A imprensa fez-se porta-voz desse ideal e, desde então, assumiu a tarefa de transmitir ao público não só informações, mas idéias verdadeiras. (CAPELATO, 2003: 145)

Ao tratar da imprensa, o historiador deve estar ciente de que o jornal constrói uma determinada realidade através da formação de um discurso próprio. Assim, cada periódico representa um construtor de discursos, de acordo com as perspectivas dos seus responsáveis, o que obriga o pesquisador a buscar, do mesmo modo, um entendimento dos contextos nos quais essas narrativas foram elaboradas. (ALVES, 2004: 36)

Dessa forma, surgiram várias *verdades* sobre as diferentes questões em debate, onde cada grupo político, por intermédio de seus periódicos, construía e oferecia suas apropriadas versões para seus leitores e, em muitos momentos, para seus próprios opositores, promovendo, então, um debate público das idéias. Parafraseando Bourdieu, as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses. (BOURDIEU, 1998: 11)

Essa dialética entre diferentes pensamentos sócio-políticos com bastante freqüência, foi exposta nos periódicos comercializados tanto no Rio Grande do Sul quanto no Uruguai. De acordo com uma tese de Jurisprudência sobre a responsabilidade da imprensa, editada nesse país na década de 1880, o cidadão atacado por esse setor da mesma forma se defendia através dele e, por trás disso tudo, sempre existiria a opinião pública como um grande jurado dos debates. Nesse âmbito, considerava a imprensa como uma força incomparável no

atendimento às aspirações populares, sendo o freio e o pesadelo dos déspotas. (ALVAREZ, 1883: 19)

Percebe-se, nesse escrito, a aberta caracterização de uma imprensa fundamentalmente combativa e político-partidária, propriedade bastante comum nas décadas adjacentes aos 1900. A capacidade de informar ficaria em um segundo plano ao se contrastar com o campo de disputa proporcionado e preenchido pelo setor.⁶

Atuando na orientação, formação e/ou manipulação da opinião pública, ao longo de suas etapas de desenvolvimento o jornalismo se transformou em um fundamental elemento constitutivo da sociedade, refletindo os diferentes momentos históricos dos Estados e influenciando direta e indiretamente em cada um deles. (ALVES, 2002: 08)

De acordo com as abordagens sugeridas, a tese analisa o processo de erguimento do Monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva, bem como, o Monumento a José Artigas, partindo da reivindicação dos respectivos projetos e chegando ao momento da materialização das referidas obras. Para isso, como fontes foram utilizadas as produções intelectuais dos respectivos períodos, representadas pelas principais obras e intelectuais, rio-grandenses e uruguaios, que se constituíram nos agentes construtores das *memórias* dos *heróis*. No que se refere à imprensa rio-grandense, foram utilizados periódicos que abrangem, fundamentalmente, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, principais focos jornalísticos do período estudado, entre o período de 1880-1909. Já no caso uruguaio, foram pesquisados os principais jornais montevidianos, entre os anos de 1880-1923. No que se refere, mais especificamente, ao processo de erguimento das obras, serviram como fontes as atas manuscritas das respectivas comissões organizadoras, coleções de correspondências, livros-caixas, relatórios municipais e coleções fotográficas relativas às obras e praças.

Sob tais perspectivas, o **primeiro capítulo** discutirá o papel dos **intelectuais** e suas respectivas produções, nesse caso, as principais obras publicadas no Rio Grande do Sul e Uruguai nas décadas que antecederam a edificação dos respectivos monumentos, compreendidas como fundamentais na construção de seus respectivos *heróis*. Para isso, surge a necessidade de ampliar o foco do estudo, destinando atenção especial na importância desses dois personagens para o discurso idealizador das *memórias* locais, bem como, a influência das recorrentes ideologias políticas e filosóficas na construção do mesmo.

⁶ No entanto, para o citado autor, deveria ser elaborado um novo sistema, onde a imprensa seria não responsabilizada legalmente, policiando a própria imprensa, e constantemente fiscalizando e controlando-as reciprocamente, enquanto os periodistas perseguiriam a conservação de sua influência.

O **segundo capítulo** propõe um debate sobre as sucessivas apropriações sobre a *memória* de Bento Gonçalves e Artigas, destacando o papel da **imprensa** no processo de mitificação, disputa e negociação pela imagem dos *heróis*. Assim, buscar-se-á as formas e as estratégias utilizadas por grupos políticos e/ou intelectuais no processo de construção das referidas *memórias*, identificando e analisando-as no contexto de mitificação dos personagens.

Já o **terceiro capítulo** analisará o processo referente às **edificações das obras** estatutárias em si, começando desde a reivindicação de construção, passando pela negociação das alegorias a serem expostas nas estátuas, logradouros, escultores e, por fim, suas respectivas inaugurações, analisando o contexto social nas quais foram erguidas. Desse modo, importará o resultado dos processos de materializações, em bronze, dos discursos políticos e culturais analisados nos primeiros capítulos da tese, apontando e discutindo sobre as efígies representadas nas obras erguidas nas cidades de Rio Grande e Montevideú.

A partir das análises sugeridas, buscar-se-á compreender as linhas que norteiam a construção e a materialização das *memórias* dos *heróis*, no bronze dos monumentos.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS: OS AGENTES CONTRUTORES DAS MEMÓRIAS DE BENTO GONÇALVES E ARTIGAS

O presente capítulo envolverá uma análise sobre o ambiente intelectual do Rio Grande do Sul e do Uruguai, no período que antecede à edificação dos referidos monumentos, bem como, os principais intelectuais que ajudaram a construir a *memória* sobre Bento Gonçalves e José Artigas.

Na primeira parte deste capítulo, estaremos tratando especificamente da construção da *memória* do personagem sul-rio-grandense e, para isso, a análise envolverá as principais doutrinas filosóficas atuantes no processo que, nesse caso, foi a *positivismo comtista*. Em seguida, teremos os principais autores que, através de seu discurso impresso, auxiliaram na criação de uma *memória* idealizada sobre Bento Gonçalves e a Revolução Farroupilha.

Na segunda parte do capítulo, o foco da análise passará para a discussão sobre o ambiente intelectual montevidense, abarcando desde a reivindicação da *memória* de José Artigas como *herói fundador* do *gaucho* uruguaio até a busca por uma data que representasse a gênese do país. Por se tratar de um campo intelectual em grande profusão, fruto de um momento que envolvia, entre outras coisas, uma ampla releitura sobre o passado e a *memória* da nação, a seguinte análise se dará de uma forma mais extensa, respeitando a riqueza e a diversidade político-intelectual pela qual atravessava a sociedade uruguaia no período. Para um melhor entendimento dessa nova conjuntura, será debatido o Primer Congreso Patriótico, realizado em agosto de 1916, na cidade de Montevidéu, evento que, por sua própria função, representa bem o momento pelo qual estava passando o processo de construção da *memória* nacional. Logo a seguir, a função da educação na construção da *memória* de José Artigas e, por último, a análise sobre os principais intelectuais que auxiliaram a forjar a *memória* idealizada de José Artigas.

1.1. A construção da *memória* de Bento Gonçalves no discurso intelectual sul-rio-grandense

Décadas antes da realização da cerimônia de inauguração Monumento-túmulo ao General Bento Gonçalves na cidade de Rio Grande, a *memória* do líder da Revolução Farroupilha começou a sofrer um processo oxigenação no imaginário sul-rio-grandense. Imprensa, literatura, historiografia, manifestações políticas, entre outros, de forma paulatina, passaram a incluí-lo em seus discursos.

Sobretudo a partir da década de 1870, sistematicamente, o movimento republicano brasileiro se organizava através da fundação de partidos em determinadas províncias, como Rio de Janeiro e São Paulo, visualizando uma derradeira luta pelo fim do regime monárquico no país. Com forte participação de profissionais liberais, militares e jornalistas, lançaram o Manifesto de 1870. Nele, além de exporem a insatisfação do grupo com a política imperial, demonstraram sua tendência amplamente favorável ao *liberalismo clássico*. Embora uma das grandes bandeiras defendidas por esse documento tenha sido o *federalismo*, boa parte do manifesto foi dedicada para atacar os desvios do governo representativo por parte do sistema político nacional. Assim, verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais foram os pontos essenciais do texto. (CARVALHO, 2003: 208)

Com o fim da luta republicana consolidada em 1889, protagonizada pelo exército brasileiro e seus oficiais, a nova elite dirigente tratou de construir símbolos representativos do novo regime. Bandeira, hino, heróis, tudo que pudesse, de alguma forma, materializar um novo imaginário nacional republicano foi buscado nos anos adjacentes à virada do século XX. Como resultado da heterogeneidade apresentada entre os grupos republicanos, advindas desde o antigo cenário político imperial, o cargo de *herói* do novo regime em estágio de implantação coube a Tiradentes. Caracterizado pela diversidade de representações, muitas vezes contraditórias entre si, esse personagem foi capaz de unificar diferentes versões sobre o passado nacional e sua luta contra a monarquia, sobretudo, sem perder a capacidade de representar o novo momento no qual atravessava o país.⁷

No que se refere ao Rio Grande do Sul, o movimento republicano local surgiu aproximadamente uma década⁸ depois, sob o comando de um grupo caracterizado pela

⁷ Cf. CARVALHO, 1990: 55-73.

⁸ A propaganda republicana no território sul-rio-grandense teve seus primeiros passos sob a orientação de Francisco Xavier da Cunha, Aquiles e Apolinário Porto Alegre, irmãos e fundadores do Clube Republicano, em

instrução superior e inexperiência política, o que os distinguiu das tradicionais elites políticas do período. Apesar de alguns membros eventualmente fazerem parte da elite econômica rio-grandense, esses não pertenciam ao tradicional setor pecuário advindo da zona da campanha gaúcha que, por sua parte, formava o Partido Liberal. Com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), os republicanos locais apresentaram sua forte vinculação com a *doutrina positivista comtiana*,⁹ com uma metódica organização e disciplina partidária. (PINTO, 1986: 9-10)

Nos momentos antecedentes à derrocada do império brasileiro, parte significativa da intelectualidade sul-rio-grandense, vinculada ao regime republicano, atuou em diversas frentes, ora visando a propagação de seus ideais e a busca de novos adeptos, ora minando a estrutura representativa do poder monárquico. Assim, tanto a imprensa como a historiografia serviram, ao mesmo tempo, como espaços que, de forma funcional, constituíram-se em elementos fundamentais na construção e na divulgação de seus discursos que reivindicavam uma ruptura na tradicional política nacional e, como consequência, no âmbito regional. Através desses instrumentos, surgiu uma gama de imagens e representações alusivas à *memória* sul-rio-grandense concebida, então, como republicanas em sua essência.

Nesse contexto simbolizado pela luta contra o “inimigo” monárquico, sobressaíram-se intelectuais como Assis Brasil e Apolinário Porto Alegre que, além de se destacarem pela autoria de textos fundamentais que simbolizam parcela importante do pensamento desse grupo republicano de então, tiveram, na militância político-partidária, uma de suas maiores bases de atuação, ambos auxiliando no processo de construção do passado regional. Dessa forma, aliando a propaganda política com o discurso historiográfico, os intelectuais republicanos se utilizaram da história, segundo Gutfreind¹⁰, para fins político-ideológicos

Porto Alegre, no ano de 1878. Dois anos depois, elegeram vereadores republicanos no pleito municipal de Porto Alegre. (RODRÍGUEZ, 1980: 22-23)

⁹ De acordo com Mello, a doutrina *positivista*, sob uma forma heterodoxa, encontrou um terreno bastante fértil para o seu desenvolvimento na intelectualidade brasileira do período. Coube a ela a introdução de duas idéias fundamentais: a evolução escalonada da história e o cientificismo. Embora as revoluções liberais e o romantismo já tivessem habituado o pensamento nacional à idéia de progresso, foi com a doutrina de Comte que essa concepção ganhou conteúdo acentuadamente histórico, apresentando-se como uma filosofia de mais fácil entendimento e assimilação. Ajudou na sua propagação o fato da doutrina lidar com toda a gama do conhecimento. Junto ao *positivismo* de Auguste Comte, penetrou o pensamento do, também *evolucionista*, Herbert Spencer. Com uma visão mais organicista e livre sobre a sociedade, sua doutrina o fez ser alçado como um “paladino do liberalismo político e econômico”. (MELLO, 2007: 96) Dessa forma, a proposta de Spencer se distanciava do *comtismo*, este baseado na concepção de sociedade liderada por um Estado mais controlador e autoritário.

¹⁰ Ainda segundo Ieda Gutfreind, as obras de Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela redefiniram as relações da Província sul-rio-grandense com o Brasil, pois passaram a focar as especificidades do Rio Grande

imediatos que incluía, entre outras coisas, a representação do Rio Grande do Sul como um território provido de soberania desde sua formação, cortando, com isso, o elo que o caracterizaria como dependente histórico do Brasil:

É necessário afirmar que foi construído, neste final do século, um discurso historiográfico que descortinava um Rio Grande do Sul não mais voltado para o Brasil, mas para si mesmo, capaz de sobreviver, sem o concurso nacional, graças às suas potencialidades, a interesses econômico-financeiros específicos e à diversidade das demais províncias. (GUTFREIND, 1990: 19)

Nesse sentido, a historiografia republicana procurava ressaltar a história regional em relação ao centralismo, buscando, no discurso *federalista-republicano*, acentuar a luta sul-rio-grandense contra a opressão do regime monárquico. (TORRES, 2004: 109)

Boa parte desses discursos, sejam encontrados na imprensa ou na historiografia, apropriou-se da Revolução Farroupilha e do seu maior personagem, General Bento Gonçalves, como forma de fundamentação dos ideais republicanos relacionados à formação histórica sul-rio-grandense. Bem mais do que apenas idealizar a natureza e o *gaúcho* como tipo superior, eles se constituíram em elementos questionadores do regime monárquico brasileiro, confrontando-o com a experiência republicana patrocinada por 1835. Nesse sentido, a luta ocorrida entre *farroupilhas* e *legalistas* serviu de legitimação e embasamento para o discurso proferido pelos republicanos sulinos. Coube à Revolução Farroupilha um duplo papel: representar a vitória de um movimento republicano contra um poder monárquico centralizador e, ao mesmo tempo, servir como momento histórico na gênese da “raça” *gaúcha*.

A continuidade histórica da província *gaúcha*, alicerçada pelo pensamento *evolucionista* em voga nas últimas décadas do século XIX, apareceu como um elemento discursivo de oposição ao contexto político nacional. O episódio de 1835 deixava de ser um passado estático, portanto perdido, para se tornar algo em permanente influência na evolução da humanidade, um marco inicial da mudança concluída no ano de 1889. Tornou-se, a revolução, a grande tese na construção de uma memória idealizadora do passado sul-rio-grandense.

Voltada para o seu passado heróico, sob tal aspecto, um cenário ímpar para a produção de *heróis*, essa elite intelectual sul-rio-grandense promoveu a construção de uma idéia de *raça*

do Sul, justificando a necessidade do republicanismo e da federação entre as províncias, destacando as relações com a região platina. Cf. GUTFREIND, 1998: 19.

sulina caracterizada pela superioridade física e moral em franca harmonia com sua origem, mormente representada pela *Revolução Farroupilha*.

Ainda que o grupo dos historiadores representados por Alcides Lima, Assis Brasil, Alfredo Varela, entre outros, destacando Cezimbra Jacques por suas preocupações regionalistas, produzissem importante material nesse processo edificador do homem típico sul-rio-grandense, algumas diferenças básicas no modo de tratar o conteúdo fizeram-se sentir em comparação ao movimento literário de cunho regionalista propriamente dito. O primeiro grupo – historiadores – encontrou um terreno temático já amplamente trabalhado e centralizado nos literatos locais que, por sua vez, absorveram influências do *romantismo* nacional e as aplicaram em seus discursos glorificadores do ser regional. Outra distinção refere-se à forma de expressão utilizada por tais grupos: enquanto na historiografia existiu a preocupação por uma explicação tida como científica e histórica sobre a formação desse elemento local, resgatando fundamentos filosóficos, a literatura, com sua própria razão da estética poética e romancista, encontrou um limite de trabalho bem mais amplo onde a simples ficção fundia-se com a narrativa histórica. Assim, sob a forma de prosas, poemas e romances, esse grupo pôde elaborar um discurso bem mais independente dos valores científicistas em voga no período, tendo, à disposição, um terreno bem mais aberto para a valorização dos acontecimentos ligados ao conflito de 1835. O suposto comprometimento que os historiadores possuíam com o entendimento “verdade”, de então, não se fazia tão explícito na literatura sul-rio-grandense a ponto de lhes negar esse espaço de manobra nas tarefas protagonizadas pelas criações literárias.

Antes mesmo dos anos referentes à organização do movimento republicano na província, esse processo pautado pela construção de uma representação idealizadora dos elementos sul-rio-grandenses teve como importante agremiação a Sociedade Partenon Literário, criada em junho de 1868 por um grupo de intelectuais liderados, entre outras figuras proeminentes das letras, pelo liberal e republicano Apolinário Porto Alegre. A importância dessa sociedade se localiza em sua função na organização da vida literária do Rio Grande do Sul, adotando a preocupação com os elementos regionais inspirados no movimento romântico brasileiro. Representou um ponto de convergência da vida mental do estado, engajando-se na luta pelo abolicionismo e pelos ideais republicanos, questões que freqüentemente rodeavam a política na década de 1880. Segundo Baumgarten, essa agremiação polarizou a intelectualidade sul-rio-grandense e difundiu seu pensamento na sociedade através de suas publicações:

A Revista Mensal, além de ser de distribuição gratuita entre os sócios do Partenon e os interessados em geral, circulava em todo o Rio Grande do Sul, fato que a tornou responsável pela unificação do processo literário regional, até então caracterizado por manifestações esparsas e isoladas. (BAUMGARTEN, 2001: 9).

Como se não bastasse sua forma ativa de participação no interior dos debates que agitavam o cenário gaúcho, entre eles a emancipação feminina, o progresso científico e a religião, a *Revista do Partenon* moldou uma direção para a literatura sulina, edificando um discurso glorificador de cunhos regional e liberal, defensor da liberdade. Patrocinou uma retomada ao passado gaúcho, dirigindo atenção especial às peculiaridades da campanha. (CESAR, 1956: 19)

Ponto a destacar na questão foi a grande participação política dos membros dessa Sociedade durante seu período de vida. Grande parcela dos intelectuais que compunha o *Partenon Literário* fazia parte do movimento republicano no Rio Grande do Sul. Seu núcleo de pensadores se caracterizava pela produção de um discurso bastante politizado, centralizando os principais temas da literatura e da política sulina: colocavam em seu mais alto grau as questões ligadas à valorização da liberdade e de seus heróis; a defesa e a adesão aos programas liberais ou republicanos; e opunha-se à escravatura. Segundo Zilberman, essa sociedade cultural orientou o pensamento dos líderes políticos que levaram em frente estes ideais “*ao se identificarem com a doutrina positivista, por esta estruturar os valores que justificariam sua tomada do poder*”. (ZILBERMAN, 1980: 39)

Embora tenha ocorrido tal afeição ao *positivismo comtiano*, de forma geral mesclavam idéias e doutrinas antitéticas com bastante naturalidade e sem um maior critério. A supremacia das ciências naturais se apresentava como uma espécie de dogma, construindo, com isso, a sua própria filosofia, poética, romance e história. O laço que os unia era a crença no progresso indefinido. (CÉSAR, 1956: 342-342)

Passado o momento de propagação dos ideais republicanos, a Proclamação da República no Brasil inaugurou uma nova forma de inserção, ou apropriação, da Revolução Farroupilha e seus *heróis* nos discursos políticos e/ou intelectuais sul-rio-grandenses. Após um breve período de transição, que podemos demarcar entre os anos de 1889 e 1893, ano no qual Júlio de Castilhos ¹¹ assume definitivamente o poder estadual, a *memória* de 1835 passou

¹¹ Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) nasceu no Rio Grande do Sul, no Município de Vila Rica, atualmente alcinhado com o seu nome. Formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, desde jovem lutou pela implantação da República no Brasil. Após a queda da monarquia no país, inaugurou uma importante época na

a ser disputada essencialmente por duas correntes adversárias entre si: a primeira, pelo grupo de situação conhecido como *castilhista* e, a segunda, pelos *federalistas*, seus maiores opositores na política regional e que se apropriavam da *memória farrapa* como forma de denunciar e desvalorizar a política empregada pelos adversários. Por outro lado, para os intelectuais e políticos vinculados a Júlio de Castilhos se antes o episódio *farroupilha* serviu como fonte de inspiração para a mudança de rumo nacional, com a instauração da república ela passou a ser empregada em um discurso que buscava a legitimação de sua própria administração pública.

Seja no contexto da luta republicana, como no período de consolidação do novo sistema instaurado em 1889, os discursos da elite letrada sul-rio-grandense, de uma forma geral, foram elaborados sob uma forte influência das doutrinas filosóficas importadas do continente europeu na segunda metade do século XIX, com destaque, o *positivismo comtiano*.

Os sul-rio-grandenses no pensamento *evolucionista*

As doutrinas *cientificistas*,¹² alicerçadas no pensamento *evolucionista*, foram introduzidas no Brasil a partir de 1870 e difundidas na década seguinte. Fruto de uma busca incessante pela descoberta de *leis* que regessem o *progresso* das sociedades e seu processo evolutivo, a intelectualidade do período envolveu-se com uma série de pensamentos e teorias: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo. Com bastante difusão na mocidade militar advinda, principalmente, da Escola Militar da Praia Vermelha¹³, instituição formadora

política estadual do Rio Grande do Sul, denominada *castilhista*, embasada em alguns preceitos teóricos da doutrina de Auguste Comte. Durante seu mandato de Governador do Estado, enfrentou a Revolução Federalista (1893-1895), pela qual seus opositores, intitulados *federalistas* (grupo liderado por Gaspar Silveira Martins), buscaram sua deposição. Saindo vencedor desse conflito, pôde instaurar uma administração ainda mais hegemônica e centralizadora. Teve em Borges de Medeiros o seu grande seguidor e sucessor logo após ter se afastado do cargo executivo e assumido a presidência do partido. Mais sobre o personagem, ver o estudo de Sérgio da Costa Franco, *Júlio de Castilhos e sua época*.

¹² “A cultura democrática e científica foi assimilada especialmente pelos marginalizados ilustrados: intelectuais, políticos, literatos, jornalistas e... militares. A lealdade deles não podia se orientar para esse Estado, para esse reino dinástico, o que se revela na disposição de deixar a situação de súditos para viver a plenitude adulta de cidadãos. A cultura democrática e científica no Brasil pensou a igualdade como o não-privilegio, imaginando uma sociedade sem hierarquia. Tal igualdade devia fundamentar a soberania do Estado”. (MELLO, 2007:227)

¹³ O *cientificismo* também conquistou vários adeptos nas escolas de Direito e Medicina. No entanto, para Castro, nessas o pensamento nunca teria sido hegemônico como na Escola Militar de Praia Vermelha, nem utilizado tão abertamente como elemento constitutivo da identidade social de um grupo. Cf. CASTRO, 1995:53-54. No que se refere especificamente ao *positivismo comtiano*, ainda que um governo militar fosse considerado como um estágio inferior da sociedade, muitos militares abraçaram essa doutrina principalmente por sua ênfase à ciência e à industrialização, visto que formação técnica fazia parte desse grupo social. Por outro lado, a versão positivista

de alguns dos personagens centrais no episódio de 1889, predominou, no *cientificismo* nacional, uma mistura eclética de diferentes doutrinas, onde, por sua vez, a Auguste Comte se reservava a posição de uma espécie de “pai fundador” do culto à ciência e à moral. Constantemente, as divergências encontradas entre algumas *comtismo*, *spencerismo*, *darwinismo*, por exemplo, eram suplantadas no pensamento global dos jovens simpáticos ao *cientificismo*. A fé no progresso; a posição de destaque atribuída à ciência; a oposição à metafísica e à religião católica, de certa forma, ajudavam a minimizar as diferenças encontradas entre os autores. Com obviedade, outra característica pôde ser percebida nesse grupo de jovens: a sua estreita ligação com o republicanismo. (CASTRO, 80: 1995)

No Rio Grande do Sul, o *cientificismo* assumiu características próprias a sua constituição político-social. Dentre as várias doutrinas que formavam o caráter intelectual de sua elite letrada teve destaque o *positivismo*, ou *comtismo*, proposto pelo francês Auguste Comte. Embora essa doutrina tenha tido impacto sobre um grupo restrito da elite sul-rio-grandense, ela alcançou uma forte expressão por ter influenciado um setor detentor de significativo poder político e cultural na sociedade do período, adaptando-se ao meio de acordo com as necessidades de cada momento e/ou intenção política. Nesse caso, destaca-se a apropriação do *positivismo* por parte dos *castilhistas* oriundos do PRR os quais, liderados por Júlio de Castilhos, encontraram nessa doutrina uma ideologia norteadora para sua política centralizadora e excludente. Se por um lado a política sul-rio-grandense foi influenciada pela *doutrina positivista*, a intelectualidade, de uma forma geral, também não ficou alheia a essa condição, atingindo grupos de jornalistas, advogados, historiadores, conferencistas e demais estudiosos, em escalas bastante variáveis e particulares, de acordo com cada caso ou área cultural.¹⁴

De acordo com o *positivismo* clássico, a república seria a forma de governo ideal para o progresso da sociedade, eliminando completamente as instituições monárquicas consideradas como retrógradas e representativas do *estado teológico* da política. Auguste Comte expôs sua contrariedade com o que chamou de *idéia sobrenatural do direito divino* (COMTE, 1899: 113), no qual estavam assentados e legitimados os poderes dos reis. A monarquia, bem como o *sistema teológico*, teriam sido necessários ao progresso e à ordem somente quando da iniciação intelectual e social dos povos. O pensamento *republicanista*,

da república oferecia pontos muito úteis ao setor, como, por exemplo, a aversão à monarquia; a idéias de uma ditadura republicana com um Poder Executivo forte e intervencionista. (CARVALHO, 1990: 27-28)

¹⁴ Cf. BOEIRA, 1980: 34-59.

aliado à forma crítica de encarar o regime monárquico, fez-se presente em vários setores republicanos brasileiros e sul-rio-grandenses. Mais especificamente no Rio Grande do Sul, para os setores *castilhistas*, a pátria não se constituía em propriedade exclusiva do rei, mas, sim em um bem a todos. Podemos buscar um exemplo, típico dessa questão, lançando mão de uma edição do *Almanak Literário e Estatístico* de 1891, quando foi publicado um artigo no qual o responsável explicitou boa parte das alegações que foram utilizadas pelos republicanos em defesa da república como meio exclusivo para alcançar o progresso e reconstruir o país. Segundo o texto, como “filhos da pátria”, todos deveriam ser republicanos, pois esta administração representaria o governo do povo por direito. Para criticar a monarquia, o autor, da cidade de Pelotas, Julio Soeiro, construiu uma imagem em torno de uma única pessoa, o soberano. Sendo assim, a *liberdade* de todo um povo estaria nas mãos de um único governante, contrastando com a república que seria a legítima representante e mantenedora da liberdade de todo o conjunto de cidadãos.¹⁵

Nesse sentido, a doutrina científica de Auguste Comte influenciou boa parte dos discursos que se dispunham em valorizar os elementos constitutivos do ser sul-rio-grandenses e dos seus *heróis*. Alguns de seus preceitos exerceram grande influência nos *agentes construtores* da *memória* sul-rio-grandense, auxiliando na elaboração da imagem idealizadora de Bento Gonçalves e da Revolução Farroupilha no último quartel do século XIX, chegando à República Velha. Paralelo a esse processo, serviu como base de inspiração e legitimação para o patrocínio de alguns dos monumentos erguidos no país, incluindo o monumento-túmulo do general Bento Gonçalves da Silva.

No que se refere à idealização das figuras heróicas, a doutrina de Auguste Comte disponibilizou alguns de seus conceitos que influenciaram alguns dos historiadores *gaúchos*. Responsáveis pela condução da Humanidade rumo ao progresso moral e científico, os denominados *grandes homens* assumiam um papel de destaque no *positivismo*. Segundo o seu idealizador, cada um destes constituía certa personificação do *Grande-Ser*, ou seja, alcançando na sua própria essência a perfeição, traço característico que deveria ser o objetivo de toda a sociedade. Todos os homens eram considerados *positivistas* espontâneos, em diversos graus de evolução, nem sempre equivalentes.

No caso específico da história sul-rio-grandense, ocorreram diversas apropriações e construções abarcando tal problemática. Nessa referência, Bento Gonçalves foi considerado, por parte da intelectualidade gaúcha, como um dos maiores republicanos servidores à distinta

¹⁵ *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. 1891:175. Ordem e Progresso, por Julio Soeiro.

civilização – outro conceito bastante utilizado pela doutrina *positivista* – sul-rio-grandense. A tarefa mais valorizada dos *grandes servidores da Humanidade*, supostamente incluindo o general *farroupilha*, não estaria ao alcance de um número expressivo de pessoas, considerando que poucos detinham o patamar necessário para a função de guia das civilizações humanas. Os habilitados teriam a incumbência de perceber quais as transformações indispensáveis para sua época e, após essa constatação, propor as doutrinas ou instituições que maior benefício pudessem prestar ao desenvolvimento humano.¹⁶

Nessa concepção evolutiva da *Humanidade*, o *comtismo* contava com um elemento-chave para seu discurso: o altruísmo¹⁷. Com essa qualidade, construía-se a idéia da conscientização humana dos deveres que a sociedade deveria ter para com todos os seres. *Viver para outrem* se tornou um lema central de toda a explicação do modelo positivo da busca de uma concepção de civilização evolutiva.¹⁸

Sob essa suposta igualdade de deveres existentes de todos para com todos, numa forma homogênea de conceber e viver a *Humanidade*, os *grandes homens* apareciam como um elemento que distinguia a sociedade em dois grupos distintos: os superiores e os inferiores. A partir das últimas décadas do século XIX, esse pensamento encontrou grande utilidade no meio intelectual sul-rio-grandense no que diz respeito à glorificação dos seus personagens históricos, principalmente, para o setor ligado ao *castilhismo*. Utilizando-se dessa estrutura de pensamento, tal grupo pôde não só se apropriar da figura heróica de Bento Gonçalves, através de sua representação republicana, como, ao mesmo tempo, caracterizar Júlio de Castilhos como um ser igualmente superior e, por isso, digno de adoração e respeito

¹⁶ No entanto, as ações cumpridas pelos *grandes homens* se distinguiam como reflexo de forças exteriores, alheios a sua possibilidade de percepção. A propriedade estaria na capacidade de reconhecer, através da observação dos fatos, as leis responsáveis pela condução da *Humanidade* podendo, com isso, obter a previsão dos efeitos de cada uma delas acarretaria quando posta em prática. Sobre essa questão percebe-se que, em vários momentos, intelectuais influenciados pelo *comtismo* praticaram o erro apontado pela doutrina, precipitando-se ao atribuírem os feitos épicos aos grandes servidores, deixando de lado a teórica influência e a regência exercida pelas leis condutoras das civilizações proposta por Comte. Cf. COMTE, 1899.

¹⁷ Segundo Teixeira Mendes, um dos principais líderes do *comtismo ortodoxo* no Brasil, o *altruísmo* seria formado da reunião dos órgãos do amor: apego, veneração e bondade. (MENDES, 01/01/1899: 8). Mesmo capturando um objetivo em comum, o *altruísmo* assumia com os grandes homens o caráter heróico e de liderança nas civilizações avançadas. Dessa forma, Auguste Comte cunhava o seu tom de funcionalidade social, pregando tarefas específicas de acordo com cada status do servidor da pátria. Construía um terreno onde a moral humana se constituía na subordinação de toda existência à supremacia do altruísmo. E essa competência cabia ao valor que cada pessoa carregava consigo, acarretando que apenas uma isolada poderia ter mais competência do que um grande agrupamento de pessoas. (Cf. MENDES, 1920: 15) Nesse sistema, distinguia-se a massa da população humana dos poucos seres que detinham esse privilégio de percepção e conduta de vivência.

¹⁸ “Somente assim viver para outrem se pode tornar em todos a felicidade suprema, por isso que os trabalhos habituais de cada um são destinados essencialmente aos outros; basta que cada servidor sinta devidamente sua própria função.” (MELLO, 1981: 36).

por parte da sociedade. Assim, a *dedicação dos fortes pelos fracos; veneração dos fracos pelos fortes* representava, nesse sentido, uma forma de legitimar as diferentes funções que cada um dos dois grupos possuía no progresso humano, no qual para a massa restava o papel de seguir as ações lideradas pelos *grandes homens* sob a promessa de uma suposta e sistemática evolução. Sugeria-se a afirmação de Auguste Comte de que: *A submissão é a base do aperfeiçoamento, primeiro físico, depois intelectual, por fim, e sobretudo, moral.* (MENDES, 1923: 4). Nessa estrutura social hierarquizada, caberia ao restante da sociedade se colocar à disposição dos seus maiores líderes.

O altruísmo alcançava nos indivíduos superiores o seu mais alto grau de perfeição e amor pela causa *evolucionista*. Além de líderes, esses homens superiores teriam, durante sua vida subjetiva, sido altruisticamente perfeitos, devotados por uma proposta que trazia na sua essência o caráter humanitário na sua totalidade, estando de acordo com as experiências passadas e sob a égide da marcha natural e supostamente irrevogável do progresso humano.¹⁹

Outro aspecto da importante que a doutrina *comtista* proporcionou aos discursos idealizadores dos personagens heróicos diz respeito ao seu conceito de idealização por subtração. Tal idéia propunha a necessidade de se aplicar no personagem a operação de subtração, retirando todos os defeitos e imperfeições que os mortos tiveram durante sua passagem objetiva. Esse adágio se constituiu numa dedução especial do dogma da *Humanidade*, ou melhor, o ideal deveria melhorar a realidade.

Para Comte,

se nossa Deusa não incorpora a si senão os mortos verdadeiramente dignos, ela afasta também, de cada um deles, as imperfeições que sempre lhes macularam a vida objetiva[...] Não ajunteis, pois, aos vossos tipos exteriores senão aperfeiçoamentos muitos secundários, que não possam nunca alterar seu verdadeiro caráter, mesmo físico, e sobretudo moral. Mas desenvolvi muito, ainda que sempre com prudência, vossa disposição espontânea a purificá-los de seus vários defeitos. (COMTE, 1996: 151)

Tal artifício de idealização como produto de uma operação de subtração, constituía-se em uma prática bastante comum a todo processo mitificador dos *heróis* nacionais e regionais. No caso sul-rio-grandense, Bento Gonçalves adquiriu, principalmente após a sua morte, uma gama de qualidades e virtudes que se sobrepuseram às suas eventuais falhas, sejam elas militares, administrativas, entre outras, apresentadas ao longo de sua vida. Dessa forma,

¹⁹ Cf. COMTE, 1899.

sobretudo os setores *castilhistas*, apropriaram-se e adaptaram vários dos preceitos *comtianos* à realidade política local, tendo que, em determinados momentos, trabalhar com discursos doutrinários bastante contraditórios entre si. Esse foi o caso, por exemplo, do *liberalismo*, ideário que os *castilhistas* relacionaram com o *federalismo*, *republicanismo* e com o que concebia como tradição de independência do povo sul-rio-grandense:

A influência positivista fortemente presente no discurso do PRR tornava a questão do liberalismo um setor sensível para o partido. O liberalismo, enquanto regime político, foi sempre identificado pelo PRR com caos, anarquia e preconceito, que impedia o bom andamento do estado. Por outro lado, na medida em que o PRR era parte integrante do bloco de poder a nível federal, que era nitidamente liberal, o partido construiu uma segunda versão para a questão do liberalismo, onde este era apresentado como sinônimo de liberdade. (PINTO, 1986: 35)

Se para os *castilhistas* o *liberalismo* se caracterizava como um pensamento de difícil assimilação em sua proposta política e, portanto, necessitando uma brusca adaptação ou anulação, para os opositores *federalistas* esse pensamento surgia como uma importante bandeira de luta e reivindicação contra o governo estadual após a consolidação de Júlio de Castilhos no poder estadual. No entanto, tal processo se dará, maiormente, por intermédio da imprensa *federalista*, a qual também se apropriará da *memória* da Revolução Farroupilha. Envolvendo esse episódio em suas narrativas, construirá um discurso abertamente liberal, denunciando a prática política centralizadora *castilhista*, destacando-se nesse rol de político-intelectuais descontentes figuras proeminentes na gênese do movimento republicano no Rio Grande do Sul, como Joaquim Francisco de Assis Brasil e Apolinário Porto Alegre.²⁰

²⁰ Tema que será tratado no segundo capítulo.

1.1.1. Alcides Lima

Fazendo parte do grupo de intelectuais sul-rio-grandense com formação na Faculdade de Direito de São Paulo, o então militante republicano **Alcides Lima**²¹ lançou, no ano de 1882, o livro intitulado *História Popular do Rio Grande do Sul*. Com tal obra sendo encomendada pelo *Club Vinte de Setembro*²², entidade composta por estudantes republicanos, pretendia prestar uma homenagem ao vigésimo aniversário dessa agremiação que tinha, entre outros temas, grande afeição pelo episódio de 1835.

Embora o livro não tenha tratado diretamente da Revolução Farroupilha e de seus heróis, sua intenção estava em dar o passo inicial para uma seguinte obra que viesse abarcar diretamente o conflito. Etapa esta que foi concluída com a obra escrita pelo também republicano Joaquim Francisco de Assis Brasil. Por isso, ao longo do texto, o autor buscou traçar o contexto sul-rio-grandense anterior ao conflito. Nele, propôs uma análise das principais causas que teriam, mesmo que indiretamente, determinado a gestação desse embate, baseando-se abertamente no pensamento *determinista* influente no final do século XIX:

Ninguém hoje ignora a influência que o meio físico tem sempre exercido no desenvolvimento da população, nos seus costumes, na produção e distribuição da riqueza e até na marcha e direção das idéias. Na história de todos os povos encontra-se uma ligação íntima entre a constituição do solo, a influência do clima, a composição orgânica dos produtos alimentícios de um lado, e o desenvolvimento moral e industrial dos indivíduos do outro lado. Essas causas físicas, que em todos os tempos têm sido o germe de várias civilizações, atuaram poderosamente na modificação dos hábitos dos europeus que povoaram o Rio Grande, e no desenvolvimento da prosperidade atual daquela província. (LIMA, 1935: 33)

Dessa forma, Alcides Lima concebia a influência do meio físico como um “*fato indiscutível e aceitável*” (LIMA, 1935: 34) e, com essa premissa, entendia que os agentes

²¹ Alcides de Mendonça Lima (1859-1935) foi político, advogado e escritor. Nascido no município de Bagé, destacou-se por sua luta republicana e abolicionista colaborando com diversos periódicos do período. Foi Deputado Federal e participou da elaboração da Carta Federal de 1891.

²² A agremiação contou com a participação de figuras proeminentes n movimento republicano no Rio Grande do Sul. Além de Alcides Lima, marcaram presença Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Álvaro José Gonçalves Chaves, entre outros.

físicos, atuantes no território sul-rio-grandense, seriam altamente favoráveis ao nascimento de uma população “*rica, culta e independente*” (LIMA, 1935: 41) Desenvolveu, então, uma representação acentuadamente idealizada de um território em formação pós-chegada dos europeus onde, até mesmo os nativos, vistos como selvagens, são discutidos apenas a partir da colonização. É com esse acontecimento que o autor inicia e conduz sua *História Popular do Rio Grande do Sul*.

Superdimensionado em suas peculiaridades, o território sul-rio-grandense assume uma aura edênica²³, onde não existiriam animais que pudessem apavorar sua população, tremores de terras, vulcões, inundações espantosas, nem secas contínuas e devastadoras. O conjunto dos fenômenos da natureza, que despertaram os primitivos temores religiosos e que colaboram para o desenvolvimento das superstições seriam absolutamente estranhos ao Rio Grande.

Além disso, observa-se certa aproximação com o pensamento proposto pelo francês Auguste Comte ao retratar os nativos moradores desse território. O que seria o *estágio metafísico*, para o *positivismo*, não dominaria as relações entre os primeiros habitantes sul-rio-grandenses que, mesmo ainda inferiores no que diz respeito à moral e à tecnologia em comparação aos colonizadores europeus, receberam um *status* superior frente aos nativos dos demais lugares. Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul não carregariam indagações metafísicas eventualmente naturais de um povo em estágio inicial de desenvolvimento. Essa “*irreligiosidade*”, assim denominada pelo autor, seria constatada por uma condição apresentada pelos indígenas sul-rio-grandenses: “*Eles não sentiam essa necessidade tão apregoada de uma existência sobrenatural para explicar a criação do mundo*”. (LIMA, 1935: 45) Segundo Auguste Comte, a *grande lei* da evolução intelectual da Humanidade apresenta três estágios: *o teológico, o metafísico e o positivo*. O que importa, nesse caso, é o primeiro, que se caracterizaria no apego dos homens em buscar as causas essenciais das questões

²³ Toda essa idealizada natureza será o produtor de personagens heróicos *farroupilhas* como, no caso, General Bento Gonçalves. Sobre esse processo de caracterização associativa entre *herói-meio*, explica Leite: “*O atributo básico do herói – o telurismo – também se liga aos mitos da conquista que incluem a cavalaria. A paisagem em que esse herói vive, a terra à qual está intimamente ligado, é a imagem do paraíso. E essa imagem está muito próxima daquelas características paradisíacas que os primeiros viajantes tendiam a encontrar na nova terra. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a visão paradisíaca, em que a narrativa da Bíblia se contamina de ‘reminiscências clássicas’ e da ‘geografia fantástica de todas as épocas’, afetou as descrições do novo mundo, que passaram a enfatizar o ‘cheiro doce das flores e das árvores’, o clima ideal da nova terra, a fertilidade do verde, as boas influências da lua e das estrelas, a fartura que cercava o homem, pela abundância de águas, peixes, aves, todos os gêneros de animais e frutos. (...) Pois a paisagem em que o gaúcho se enquadra tem muito dessa paisagem-paraíso, muitos dos mitos do lugar ameno, trazidos pelos primeiros navegantes que se maravilharam com a profusão do verde americano. Até mesmo o inverno no Rio Grande, com o frio e o minúsculo cortantes, que deveria contrariar o mito. Porque contraria a visão de eterna primavera, é encarado como benéfico à saúde, como enrijecedor dos músculos e do caráter.*” (LEITE, 1978: 155-156)

insolúveis, procurando no sobrenatural as respostas para o conhecimento.²⁴ Relacionando o trecho citado da obra de Alcides Lima com a doutrina *comtiana*, percebe-se que o próprio habitante indígena do Rio Grande do Sul se encontraria em estágio avançado, pois a ação do meio já interferia em seu mais antigo habitante.

A palavra-chave da construção de Alcides Lima gira em torno do vocábulo *liberdade*. Praticamente em todo o texto existe a preocupação em argumentar que o habitante e, mais tarde, os colonizadores sul-rio-grandenses, trazia em sua essência uma característica eminentemente livre. A natureza representada no texto propiciaria o culto da liberdade em suas mais diversas ocasiões, desde o cotidiano às relações com qualquer esfera de poder, como bem expressa a citação:

Podemos agora sinteticamente concluir que os agentes físicos do Rio Grande são altamente favoráveis ao florescer de uma população rica, culta e independente. Tudo nesse belo país induz o homem a cultivar o solo com proveito, a amar a liberdade sem peias, a desprezar os temores sobrenaturais, a confiar unicamente nos seus próprios recursos, a ser generoso, hospitaleiro, forte e robusto. As vastas campinas convidam o homem a percorrê-las sem obstáculos, livremente. [...] Acostumado a dirigir-se a todos os ângulos do país com a mesma facilidade e presteza, o homem nascido no Rio Grande imagina-se um soberano insubordinado. (LIMA, 1935: 41)

Um “soberano insubordinado”, essa seria uma forma bastante eficaz de se resumir o elemento sul-rio-grandense no discurso de Alcides Lima. Representando o habitante da província sob essa imagem, o autor implicitamente invocava o conceito de liberdade associada, sobretudo, ao republicanismo. Uma crítica ao regime monarquista que não estaria respeitando as características inerentes ao povo local. A condição livre viria, sobretudo, com a mudança na forma de governo.

Conforme a obra, suprimir de liberdade o habitante sul-rio-grandense não teria sido obra exclusiva do governo monárquico em ação no século XIX. Já no início da colonização desse território, teriam as missões jesuíticas praticado uma espécie de “*escravidão disfarçada*” sob os indígenas. No entanto, com o intuito de abreviar qualquer característica que pudesse representar um vínculo de submissão ao elemento *gaúcho* em sua história, Alcides Lima enfatiza que essas instituições, denominadas como as primeiras povoações fundadas no Rio Grande do Sul, em nada teriam influído na formação do caráter e dos costumes sul-rio-grandenses.

²⁴ Cf. COMTE, 1990: 18.

Esse caráter indomável ou, ainda, de insubordinação característica dos habitantes sul-rio-grandenses seria anterior à chegada dos colonizadores que encontraram nos nativos tais virtudes:

Analisando diversas tribos que existiam no Rio Grande ao tempo da conquista, depara-se imediatamente no seu caráter certas qualidades e inclinações não muito vulgares ao comum dos selvagens. Duas qualidades morais, principalmente, os caracterizam e os distinguem das outras tribos brasileiras. Essas duas qualidades são a independência pessoal e a irreligiosidade. Não subordinavam a sua atividade à prepotência alguma [...] A sua ação dependia unicamente da sua vontade; a qual, determinando-se pelas sugestões de uma natureza exigente, era sempre enérgica, pronta, ativa. [...] Não existia cacique e nessas tribos, onde a igualdade colhia a todos nos seus laços niveladores. Apenas nos momentos críticos de uma guerra e nos instantes supremos do ataque escolhiam aquele que os devia guiar na peleja. (LIMA, 1935: 44).

O costume virtuoso dos habitantes primitivos serve apenas para o autor afirmar a influência que o *habitat* sul-rio-grandense teria exercido continuamente sobre a população local, pois garante que o sangue indígena teria entrado no organismo da sociedade local em doses mínimas, portanto, sem nenhuma influência concreta. Os elementos realmente formadores da “raça” *gaúcha*, responsáveis pelas qualidades físicas e morais, seriam os de origem lusitana e insular, especialmente os originários dos Açores e da Madeira que teriam resguardado maiores virtudes que os portugueses continentinos.

Desse modo, além da influência da natureza na formação de habitantes fundamentalmente livres, acrescentava a inclinação do povo açoriano às expansões da liberdade e da independência.

Alcides Lima promoveu uma perceptível analogia entre os habitantes das ilhas açorianas e os *gaúchos*, através de uma suposta semelhança característica entre ambos os povos e que, no caso sulino, seria freqüentemente colocada como uma das principais razões propulsoras da Revolução Farroupilha. Tal atributo teria se expressado em sua aversão à centralização do poder e aos altos impostos praticados nacionalmente:

O caráter público do povo açoriano é geralmente inclinado às expansões da liberdade e da independência. É notória a antipatia que dia a dia vai manifestando o arquipélago dos Açores pelas instituições compressoras da monarquia portuguesa. Observa o autor de quem colhemos estas informações, que o ponto importante em que todas as ilhas açorianas se mostram acordes é a fria indiferença com que olham a mãe-pátria, e que de dia para dia aumenta, em consequência do isolamento em que vivem, e da execução principalmente do sistema tributário. (LIMA, 1935: 55-56)

Ao enfatizar o distintivo de *liberdade* evocado pelo marcante *determinismo geográfico* atuante sob a população sul-rio-grandense, Alcides Lima procurou identificar as origens do que seria o ideal de luta das lideranças *farroupilhas* no decênio 1835-1845. Para os sul-rio-grandenses livres por natureza, na mais alta concepção, a Revolução Farroupilha teria sido um embate para a reconquista de algo inerente ao habitante sulino: a liberdade que, nesse momento, se sentia privado pelo poder monárquico centralizado. Com esse discurso, o autor disponibilizou ao seu companheiro de luta republicana, Assis Brasil, uma idealizada representação acerca da gênese da “raça” *gaúcha*, valorizando, especialmente, o *habitat* natural desse elemento humano.

O mesmo republicano *Club Vinte de Setembro*, o qual encomendou essa obra, um ano antes foi palco de um discurso inaugural em homenagem ao aniversário da Revolução Farroupilha. Nele, Alcides Lima²⁵ pôde melhor expor seu pensamento acerca do acontecimento, aproximando-se, em vários sentidos, do discurso que envolveu o livro de Assis Brasil no ano seguinte. Com obviedade, de todos os ideais que envolveram o conflito de 1835 o que mais esteve presente, em sua narrativa, foi o caráter republicano. E, mais do que isso, o exemplo que esse ocorrido deixara para as gerações seguintes, ainda em plena luta contra a centralização monárquica. Ficaria um modelo da capacidade do povo sul-rio-grandense na luta por sua liberdade cerceada naquele momento passado.

De certa forma, a grande diferença entre o discurso inferido nessa homenagem e o posterior, publicado nas páginas da *História Popular do Rio Grande do Sul*, estava unicamente no fato que de, no primeiro, estava presente tanto a legitimação geográfica e determinista do meio sulino (e as leis que regeriam essa sociedade) como a própria Revolução Farroupilha. Nesse caso, o autor entrelaçou o conflito, o *meio* e o habitante sul-rio-grandense em uma mesma forma explicativa do contexto que teria levado aos quase dez anos de insurreição na província meridional. Caracterizou o decênio como um momento de liberdade reconquistada através da instauração de uma república. Assim, *liberdade* adquiria o sinônimo de *república*, prática associativa comum para os jovens republicanos do período:

Recordar e honrar esses tempos de nobre civismo e de abnegações audazes, é um dever de nós outros republicanos que trabalhamos pela República impelidos unicamente pela força das idéias, que germinam neste país desde a formação de nossa nacionalidade.

²⁵ Na época ocupando o cargo de Presidente Efetivo dessa agremiação.

Aquela República permanece na história imperial como um grande protesto desesperado de Natureza violentada e de Necessidade comprimida. Não foi uma República de egoísmo, como modernamente escrevem os curtos fazedores de Memórias. Não se pode chamar de egoísta um povo que se deixou levar pela força natural das transformações sociais, força que veio da França republicana, que impulsionou os fatores das nacionalidades americanas, e que só no território brasileiro encontrou um óbice e um constrangimento. (LIMA, 1881: 7)

Como a luta republicana do início da década de 1880 fora representada, no pensamento de Alcides Lima, como sendo exclusivamente uma *“força das idéias”*, o autor parte para uma nova concepção de luta contra o regime monárquico, estabelecendo um diferença primordial entre a sua geração e a de 1835: o conhecimento intelectual. Assim, essa nova geração de republicanos, a qual fazia parte, estaria mais bem preparada para uma eventual conquista política. Aquela sociedade teria sido vencida *“porque infelizmente à revolta não havia precedido o preparo científico”*, uma vez que, a única forma de se erguer *“monumentos duradouros”* seria a preparação do *“terreno social e político pela educação deduzida da ciência”*. (LIMA, 1881: 12)

Essa mesma população *“quase totalmente ignorante”*, embora lutando por uma causa intrínseca à sua natureza, guerreiramente não teria conseguido sustentar uma luta tão desigual em busca de sua liberdade. Porém, como resultado desse acontecimento, ficou a confirmação de uma inclinação natural:

Si os instintos da população e os seus sentimentos espontâneos reclamavam o direção dessas inclinações naturais o modo ciente e refletido de se produzir. A previsão científica não pôde esclarecer os homens desse tempo; e em falta de previsão, nos momentos de perigo, quando as forças individuais estavam exaustas, a República viu-se assaltada de todos os lados, e a única deliberação que teve a tomar foi a de cair. Entretanto, ela permanece como um fato que, pelo modo enérgico de sua produção, demonstra a espontaneidade e a aptidão do povo rio-grandense para o regime republicano. (LIMA, 1881: 12-13)

Essa predisposição da população sul-rio-grandense ao republicanismo foi a mesma apresentada na sua obra *a História Popular do Rio Grande do Sul*. Eram condições naturais e espontâneas advindas da própria formação do território sulino e, que, segundo ele, causavam uma adesão *“fervorosa e um culto quase religioso”* (LIMA, 1881: 08) à república. Sua condição geológica; distribuição da fertilidade do terreno; sua diversidade e abundância de produtos suficientes para a subsistência interna e para a exportação; instintos; costumes, entre

outras características, serviriam para comprovar a total desarmonia entre um governo monárquico e as necessidades vitais do povo sul-rio-grandense.

Nesse sentido, o discurso de Alcides Lima serviu para demonstrar uma parte bastante significativa do pensamento que envolvia o grupo republicano sulino atuante na década de 1880. Tanto na sua manifestação no *Club Vinte de Setembro*, como em sua principal obra historiográfica, aqui analisada, o autor repetiu, adaptou e elaborou novas imagens sobre o passado histórico sul-rio-grandense representado, sobretudo, pela Revolução Farroupilha. Segundo palavras do próprio autor, o evento de 1881 teria sido a primeira celebração efetiva de 1835. Percebido assim, Alcides Lima teve papel fundamental na gênese do processo de idealização da *memória farroupilha*.

1.1.2. Joaquim Francisco de Assis Brasil

Como complemento do livro *História Popular do Rio Grande do Sul, Assis Brasil*²⁶ escreveu *A Guerra dos Farrapos: História da República Rio-grandense*, igualmente no ano de 1882. Segundo Gutfreind, o autor aplicou em sua forma pura, a tríade *tainiana* (meio, raça, momento) ao trabalho histórico, procurando assentar as bases de uma visão interior, sul-rio-grandense, acerca da Revolução Farroupilha para contrapor-la à visão negativa, vinda de fora deste movimento, como a do funcionário do Império, Tristão de Alencar Araripe. (GUTFREIND, 1992a: 20).

Apesar da proposta de fixar-se na análise da Revolução Farroupilha, Assis Brasil volta a afirmar aspectos já tratados sobre a história sul-rio-grandense por Alcides Lima, como a formação histórica do sul-rio-grandense e sua interação com um meio ambiente idealizado. Parte do livro de Assis Brasil preocupa-se, novamente, em ressaltar nos colonizadores açorianos as virtudes que contribuiriam para a formação da raça gaúcha.

Destacando a formação bélica do povo sul-rio-grandense e sua conturbada relação com a monarquia brasileira, já na introdução da obra, o autor expôs grande parte da idealização que viria a permear toda sua narrativa. O território, o habitante e o acontecimento foram apresentados previamente ao leitor:

²⁶ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi escritor, advogado e político. Exerceu o cargo de Deputado provincial, entre 1884 e 1888, e de Constituinte Federal em 1890. Ao longo de sua carreira política nacional foi embaixador, ministro e Deputado Federal. Além de atuar em importantes agremiações republicanas, como o Clube Republicano Acadêmico e Club Vinte de Setembro, foi fundamental para a organização do grupo opositor a Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, antigos aliados na luta contra o regime monárquico.

Empreendo escrever a história da República Rio Grandense, estado efêmero erguido na extrema meridional do território brasileiro e cuja tumultuosa existência, constantemente hostilizada pelas armas do império, não conseguiu transpor o seu período de formação. Nunca a bravura, a constância e as virtudes cívicas, servidas por homens de minguada educação, deram de si mais surpreendente espetáculo do que nessa luta de cerca de dez anos, que ao espírito do historiador evoca a tradicional tenacidade dos povos antigos. (ASSIS BRASIL, 1882: s/p)

Sempre enfatizando o amor patriótico que a terra sulina incitaria em seus habitantes, lança mão de uma expressão cunhada para explicar o contexto, *o meio cósmico*. Por ela, Assis Brasil entende como o conjunto de circunstâncias físicas que circundariam o habitante sul-rio-grandense. Desse modo, no *habitat*, estariam as principais características responsáveis pela formação do caráter superior do povo presente neste território:

Todas as características peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de constituição física estão na mais rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio.

[...] Os povos que habitam países frios, quando este fenômeno não é levado a excesso, ostentam em geral organização rígida e forte e adquirem maior agilidade e persistência para os labores da vida. A raça branca particularmente apresenta estes resultados; nem é outra a explicação de grande parte dos méritos da raça saxônia e das que têm com ela afinidade ou são ramos seus. [...] Mas o frio não é permanente. [...] Este contraste de frio e de calor, ambos levados a um grau exagerado, acostumam o indivíduo que suporta tal alternativa a resistir com igual valor a toda sorte de intempéries. [...] É sabido que a província fornece um soldado excelente, no qual não é mais admirável a coragem com que carrega sobre o inimigo do que a constância com que resiste às hostilidades da natureza. (ASSIS BRASIL, 1882: 32-35)

Tal influência do meio geográfico sobre as sociedades seria, no pensamento de Assis Brasil, algo já indiscutível no período. Sua prova estaria nas próprias formações sociais como, no caso, a sul-rio-grandense e sua adaptação ao seu *meio*. Assegurou abertamente que ninguém poderia “*desconhecer a eficaz influência que sobre um povo exerce o conjunto de circunstâncias físicas que o rodeiam*”. Isso, conforme recém afirmado, constituiria o seu conceito de *meio cósmico*. (ASSIS BRASIL, 1882: 9)

Ao requerer uma identidade austera ao gaúcho, o autor identifica os habitantes de fora da província como portadores de qualidades inferiores, distanciando-os de qualquer laço de união nacional com os sul-rio-grandenses. O Rio Grande do Sul, por sua vez, ganhava a especialidade de um mundo à parte. Os vínculos históricos constitutivos de sua população

serviam mais para distinguir do que para uni-los ao plano nacional. Essa total distinção dos elementos locais começava com uma grande e idealizada descrição da natureza, a qual fazia parte todo habitante sul-rio-grandense:

Não há no Rio Grande a luxuriante monotonia do mundo vegetal que se observa nas regiões intertrópicas do Brasil. O solo de nenhuma das outras províncias brasileiras pode ser equiparado ao do Rio Grande, cuja natureza e conformação o tornam, relativamente ao resto do país, o que se pode chamar – um mundo a parte. (ASSIS BRASIL, 1882: 11)

Assim, construiu uma imagem de uma terra detentora de uma riqueza única e incalculável, repleta de ouro, prata e todo o tipo de materiais preciosos e importantes para o progresso, como ferro, carvão, mármore, entre outros. Um território que, semelhantemente ao seu produto humano, poderia viver de maneira independente de qualquer influência externa. Nada de importância real lhe faltaria: “*uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo*”. (ASSIS BRASIL, 1882: 20)

Ao mesmo tempo, a exaltação da *raça branca* tendia à constatação da sua superioridade frente às demais na fundação da sociedade sulina. Associar o tipo físico da população européia com a gaúcha denotava que os *meios cósmicos* que os cercavam eram incrivelmente análogos e, conseqüentemente, geradores de duas estirpes equivalentes, com semelhantes características. Daí percebe-se a importância da negação ou a diminuta influência direcionada tanto para os africanos, quanto para os indígenas na formação da população sul-rio-grandense. Aceitá-los seria uma forma de relativizar a influência exercida pelo *habitat* sobre os povos brancos locais.

Nesse sentido, o que era para ser um escrito centrado na própria Revolução Farroupilha, de acordo com seu título, caracterizou-se igualmente como uma apologia do habitante sul-rio-grandense, dando continuidade, ao seu modo, a Alcides Lima, porém, com uma sistemática comparação com os demais brasileiros. Desde a alimentação dos gaúchos passando pelos seus hábitos foram motes que os distinguiam dos demais, na visão do autor:

A alimentação no Rio Grande do Sul é sólida, succulenta, abundante e absolutamente isenta de princípios ativos à saúde A própria farinha de

mandioca, que se fabrica em grande quantidade, é consumida em grau muito inferior aos das províncias do norte. Come-se carne, e da melhor, das mais fresca e substancial. O gado vaccum é tão abundante, existe espalhado por toda a província com tão grande prodigalidade – que é indistintamente do rico e do pobre este ótimo alimento. [...] genuíno churrasco, esse típico manjar do gaúcho. Depois de cada refeição, e a toda hora, ingerem-se, uma após outras, algumas dúzias de cuias de mate amargo, chimarrão. (ASSIS BRASIL, 1882: 36-37)

Mais do que uma natureza farta de aspectos positivos ao desenvolvimento de uma população, o Rio Grande possuía um *meio cósmico* que agia adequadamente sobre o *gaúcho* e modelava sua conduta. Diferentemente do resto do país, tomando como exemplo o caipira de São Paulo que se alimentaria de feijão, farinha de milho e café o que o tornava um habitante com um *aspecto valetudinário, tez baça, olhar frouxo e amortecido* além de *curvo, amarelo, desdentado*; o sul-rio-grandense seria uma espécie de homem fisicamente ideal: *robusto, corado e musculoso, tem o olhar irrequieto e penetrante, os dentes alvos e fortes, reta a espinha dorsal, o colo solidamente plantado sobre os ombros atléticos* (ASSIS BRASIL, 1882: 39-40). O fato de Assis Brasil colocar o chimarrão como um aspecto complementar dos hábitos alimentares, ilustra a necessidade que este tinha de qualificar o lado natural com que o *gaúcho* conduzia sua vida, mantendo uma harmoniosa relação dialética com o seu meio.

Ao enfatizar essa influência do *meio cósmico* ou da natureza do território rio-grandense haveria, de maneira suposta, uma parecença na composição dos povos sulistas do continente americano visto que tanto os sul-rio-grandenses como os platinos estariam vivendo sobre semelhante *habitat*. No entanto, o autor vai buscar na formação destes povos os aspectos responsáveis pela distinção e superioridade que o *gaúcho sul-rio-grandense*, de acordo com seu pensamento, teria sobre os demais. A diferença primordial fica exatamente com a grande colonização açoriana que a província teria recebido. Mesmo os considerando portugueses, Assis Brasil afirma que já não eram iguais aos que tinham imigrado antes para a América, pois teriam sofrido, nos Açores, a mesma influência exercida mais tarde no Rio Grande do Sul: o influxo do meio. Sendo uma raça forte e persistente, singularmente predisposta para constituir sólido tronco a uma nova população, constituíam-se nos primeiros reais colonizadores da província, preparando o terreno para, só mais tardiamente, receberem os portugueses do continente. Essa distinção entre os portugueses continentistas e os açorianos serviu também como argumento de distinção do elemento *gaúcho* frente ao brasileiro que, nesse momento, já assumia uma identidade estranha ao habitante sulino.

Apesar de Assis Brasil e de Alcides Lima, de acordo com Guilhermino César, trazerem uma orientação inteiramente nova, abandonando a história essencialmente militar, o primeiro deles abordava a formação do elemento rio-grandense com um modelo já antigo:

Assis Brasil seguia colocações gerais que vinham acompanhando a historiografia sulina desde seu início, tais como a colonização tardia por contingentes lusos que pouco se miscigenaram com o negro e com o índio. Porém, também destacava o concurso de contingentes espanhóis na formação da população. (GUTFREIND, 1998a: 20)

A *Guerra dos Farrapos* permitiu a Assis Brasil afastar o cruzamento ocorrido entre os colonizadores açorianos com os povos indígenas e os africanos no Rio Grande do Sul. Para ele, enquanto o nativo não teria cooperado na formação da população sul-rio-grandense, pelo menos em 1835, e o negro já havia injetado seu sangue na massa da população, porém, não em quantidade suficiente que exercesse uma influência decisiva. O fato é que o elemento indígena foi colocado apenas como membro coadjuvante do embate, um elemento utilizado no exército republicano *farroupilha*.

Em seu discurso, Assis Brasil intentava encontrar na gênese sul-rio-grandense os motivos que teriam influído decisivamente, para o que chamou de mais *surpreendente espetáculo*, a Revolução Farroupilha. Politicamente, a insatisfação teria se dado pela falta de harmonia entre província e Império, alimentada pelo desejo liberal do povo sulino. Todo esse contexto surgia sob a influência de leis naturais do processo evolutivo das sociedades:

Os revolucionários, porém, apenas queriam a autonomia da província, sem que fosse roto o princípio da integridade da grande nação; entretanto a incompatibilidade entre o regime dominante e esta grande aspiração evidenciou-se desde logo. A independência e a democracia vieram fatalmente, como única solução das idéias liberais bem entendidas. Impuseram à vontade dos homens. Foi sempre esta a história das revoluções liberais: ou sucumbem debaixo da pressão reacionária, ou a lógica as arrasta à democracia legítima. Muitas vezes os próprios homens que as servem não as compreendem, tiram-lhes o caráter social, o caráter amplo, para atribuir-lhes feições egoísticas e acanhadas. Mas os homens são instrumentos das idéias: trabalham por elas sem saber para que trabalham, sem apreender o conjunto dos fatos a que se dirigem, porque as revoluções são como as montanhas de que fala o poeta Hugo: só de longe podem ser vistas da base ao píncaro. (ASSIS BRASIL, 1882: 203-204)

Assis Brasil, dessa forma, reutiliza parte dos argumentos apresentados pelos *farroupilhas*, décadas antes como justificção para a insurreiçã²⁷, em seu próprio discurso de legitimação da Revolução Farroupilha. Princípios como a soberania da vontade popular, direitos individuais, manutenção da liberdade humana buscando o equilíbrio na relação entre povo e governo, aproximavam-se da narrativa do autor de *A Guerra dos Farrapos*.

Outro ponto importante, no trecho relatado, diz respeito ao pensamento *federalista* de seu autor. Quando Assis Brasil declara “*sem que fosse roto o princípio da integridade da grande nação; entretanto a incompatibilidade entre o regime dominante e esta grande aspiração*”, propaga o que seria para ele o primeiro passo a conquista dos direitos *farroupilhas*: o câmbio do regime político nacional. 28

O autor, republicano histórico, lidera a construção de uma imagem sistematicamente idealizada do Rio Grande do Sul, dando a ele um caráter independente do território nacional, particularmente subsistente e superior às demais províncias brasileiras. Com essa representação, estava montado o pano de fundo para a formação do povo e o seu profundo amor por ela:

Esse foi o teatro [...] em que se empenhou a longa e porfiada luta [...]. Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já se tornou proverbial a adoração do riograndense pelo seu torrão natal, o orgulho muitas vezes imprudente, porém sempre naturalíssimo com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influência sobre os seus filhos, que chega a identificá-los. Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter riograndense teve essa origem. (ASSIS BRASIL, 1882: 20-21)

Por essa condição, os habitantes sul-rio-grandenses teriam em sua essência valores ligados à liberdade e à luta. O embate ocorrido entre 1835 e 1845, liderado por Bento

²⁷ Acerca do tema revolução, Assis Brasil escreveu em 1896: “*Os conflitos propriamente constitucionais podem todos encontrar solução legal e pacífica nos instrumentos que a Constituição presidencial pode oferecer, como em outras páginas desta obra fiz ver. Mas, quando o chefe do estado cometer a brutalidade de declarar cessante a lei e vigente apenas a sua vontade, tem abdicado a autoridade que a nação lhe delegou, tem-se despedido da majestade legal, ela, nação, exerce o verdadeiro direito de desaloja-lo pela força. É o direito de revolução. A nação delega, mas não abdica a soberania.*” (Do Governo Presidencial, 309-401, citado por AITA, 2006: 141)

²⁸ Em conferência proferida em 1883, no Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense, disse Assis Brasil: “*A república, além das suas outras grandes virtudes, nos é propriamente uma condição para o federalismo, incompatível com a nossa monarquia, cuja índole é aos olhos de todos essencialmente unitária, centralizadora. (...) O sistema federativo é o reconhecimento da unidade na variedade, é o sistema político que proclama a independência, a autonomia dos vários grupos humanos, ligando-os unicamente naquilo em que as respectivas naturezas espontaneamente se harmonizam.*”(REVERBEL, 1996: 43-44)

Gonçalves, o “*homem mais popular de toda a província no período*” (ASSIS BRASIL, 1882: 203), teria sido uma luta pela reconquista dessa sua condição natural que, no momento, estaria cerceada por um governo despótico e centralizador. Nesse sentido, sua obra se inseriu no discurso intelectual republicano do período, buscando na formação histórica da província uma alegação legitimadora e inspiradora para o movimento político no qual o autor fazia parte.

1.2. Apolinário Porto Alegre

A construção da identidade sul-rio-grandense e o uso da Revolução Farroupilha como instrumento fundamental para esse fim, não encontrou somente na historiografia, ou com os escritos comprometidos com a narrativa histórica de cunho *cientificista* do período, os seus agentes construtores. A literatura constituiu-se num dos setores mais atuantes na sociedade letrada da época, formando, em paralelo com os historiadores, uma rede de conjunção de valores eminentemente atribuídos à cultura e à história gaúcha. Nesse meio intelectual influente no Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX, poucos se destacaram como **Apolinário Porto Alegre**²⁹ no que diz respeito à idealização e à construção de uma memória mitificada de Bento Gonçalves da Silva.

No discurso elaborado pelo autor, a figura heroicizada do general procurou embasamento em toda uma concepção acerca do elemento característico do habitante sul-rio-grandense aliado ao que pode ser chamado de modelo de conduta, exemplificado, no caso, pelas suas ações durante a Revolução Farroupilha. Esse processo difusor de uma representação regionalista *gaúcha* teve como núcleo básico a Sociedade Partenon Literário, criada por esse escritor em conjunto com outros importantes intelectuais do período.

Sobre a influência de Apolinário Porto Alegre para a referida agremiação, para as *letras* e para a cultura do Rio Grande do Sul, enfatizou Guilhermino César o autor inaugurou uma fase salutar de inquietações e pesquisas que não foi superada, quanto a sua repercussão no campo cultural, por nenhum outro movimento de iniciativa pessoal. Além disso, teria o

²⁹ Apolinário José Gomes Porto Alegre (1844-1904) foi escritor, poeta e político. Com grande destaque na área cultural, esse rio-grandino foi fundador do Colégio Rio-Grandense, em Porto Alegre, do Instituto Brasileiro e da Sociedade Partenon Literário, onde teve grande atuação em sua revista mensal. Membro atuante do PRR e, após sua discordância com o *castilhismo*, integrou o PF, sendo perseguido e exilado em Santa Catarina e Montevideu.

Partenon Literário gravitado em torno do intelectual, podendo Apolinário Porto Alegre ser considerado como um dos patriarcas da vida mental do Estado. (CESAR, 1971: 201)

Acumulando várias funções na Sociedade Partenon Literário, como a de líder e incentivador dos programas, Apolinário Porto Alegre devotou boa parte de seus escritos à valorização do tipo rio-grandense e dos *heróis* revelados com a *Revolução Farroupilha*. Em franca sintonia com a intelectualidade gaúcha do período, idealizou um espaço no qual o habitante novamente surgia como resultado de uma estrutura física capaz de dar a estes capacidades peculiares. Segundo Apolinário, o entusiasmo pela liberdade, o ódio e a aversão pelo despotismo seriam sentimentos congênitos inerentes aos rio-grandenses, não se harmonizando com o regime monarquista vigente na administração brasileira.

Nesse sentido, o sul-rio-grandense como tipo amante da liberdade não seria capaz de sobreviver num meio regido por um governo que não fosse o republicano, sistema que o escritor caracterizava com sendo o que melhor se ajustaria à constituição do caráter livre do sulista. A monarquia brasileira se constituiu em um dos principais alvos do discurso de Apolinário Porto Alegre:

O que hodiernamente é o povo rio-grandense, a sua energia máscula, o seu amor intrínseco às conquistas liberais e democráticas, a antipatia inveterada contra os tiranos em instituições retrogradadas e privilegiadas, tudo isto não é mais que uma consequência. As premissas estão nas origens, nos fatores constitucionais da raça, a que me orgulho pertencer. (PORTO ALEGRE, 1981: 29)

Esse orgulho que Apolinário Porto Alegre demonstrava por sua terra, impulsionava-o a dar ao habitante do Rio Grande do Sul um caráter de superioridade na América e no mundo. Nota-se que em seu discurso não existe espaço para uma comparação do gaúcho com os demais habitantes do resto do país. Através do seu silêncio fica implícito o grau de superioridade e da excelência que destina ao sul-rio-grandense em relação aos demais habitantes no país. Quando surge algum tipo de comparação esta se dá com os povos de países europeus como o alemão, o italiano, o francês e o russo, entretanto, somente no que se refere ao caráter guerreiro na formação dos homens. Mesmo com tal equiparação, acredita também na imensa capacidade do rio-grandense que, segundo ele, nunca monta a cavalo senão em defesa de seu direito, pela justiça e por princípios que constituem o *fanal das mais nobres aspirações humanas*, enquanto que, diferentes disso, os povos estrangeiros teriam arrancado a espada em defesa de instituições caducas e anacrônicas. (PORTO ALEGRE, 1981: 30)

Importante salientar que as últimas décadas do século XIX, período no qual se destacaram tais escritos, a imigração de colonos europeus aumentava sensivelmente na província, o que explica sua incorporação nos discursos do autor. Para Apolinário Porto Alegre, a junção do nativo rio-grandense com esse novo elemento social resultaria num produto superior ao de qualquer nacionalidade européia. (*A Reforma*, 20/09/1892).

Ao qualificar o habitante sul-rio-grandense, Apolinário Porto Alegre remete o leitor ao fato de que a *Revolução Farroupilha* seria a maior epopéia do Rio Grande do Sul. O combate de 1835 serviu para o escritor associar o caráter de liberdade do *gaúcho* ao seu ideário político. Membro e fundador do PRR participou ativamente na organização dos republicanos no cenário político da província, aproveitando geralmente, como arma de contestação do governo monárquico, suas próprias palavras difundidas tanto nos periódicos lançados pelo *Partenon Literário* como em vários de seus escritos publicados em jornais, principalmente, na folha *A Reforma*, na qual ocupou o cargo de redator. Mais que exaltar o passado, ele intentava legitimar, por intermédio do seu resgate histórico supostamente republicano, todo um discurso em favor da proclamação da república. Ao destinar um caráter republicano à Revolução Farroupilha, esta adquiriu uma espécie de modelo ideal de luta do habitante sul-rio-grandense pela liberdade representada pelo regime. Nomeava o conflito como obra fundadora de um pensamento, o início das tradições republicanas³⁰ no Rio Grande do Sul.

No seu escrito *Tobias – Episódios da Revolução*, lançado em 1874, na revista mensal do Partenon Literário, portanto, em plena monarquia, associava a Revolução Farroupilha ao contexto presente. Definia o Rio Grande do Sul como uma alma adormecida sob um governo imperial contrário este à formação do caráter sul-rio-grandense. Avaliava que um gaúcho sem liberdade se constituía num herói desprovido de sua essência, essa caracteristicamente superior a dos demais homens, um sulino adormecido, o qual anteriormente havia lutado pela liberdade e que, a qualquer momento, poderia despertar e ir em busca de sua essência constitutiva:

*E o Rio Grande, esse herói em outras era,
Cuja alma não morreu, apenas dorme.
Do manto tricolor nas vastas dobras,
Hoje estremunha sob o sono enorme.
Às balatas que lembram tanta glória
No brônzeo capitel de sua história.* (ZILBERMAN, 1980: 79)

³⁰ Cf. *A Reforma*, Porto Alegre, 20/09/1892: 1.

Seus poemas caracterizam os soldados *farroupilhas*, desde o mais humilde até as suas lideranças, como sendo conhecedores dos motivos pelos quais lutaram e carregados de virtudes como a coragem, a justiça e o amor pela causa republicana. A própria inferioridade numérica dos revoltosos, frente ao contingente das forças imperiais, colaboraram para a descrição de atos heróicos e de bravuras nas batalhas, lutando como se a instauração da República fosse a sua própria reconquista da liberdade:

*E foi medonho o quadro, infrene a pugna!
Três contra um! Covardes e não vencem!
Os farrapos à voz do comandante
Inconcussos, de pé, não se pertencem!
São leões que no chão da luta tombam:
- República! Exclamando ao sol da glória;
- República! Exclamando aos pés da morte
Levados pelo arcanjo da vitória!
São os filhos da augusta liberdade
Transpondo os penetrais da eternidade. (ZILBERMAN, 1980: 80)*

Apolinário, ao caracterizar os *farroupilhas* como leões, promoveu uma comum associação para a sua época e que será, mais tarde, materializada na própria escultura do monumento em homenagem a Bento Gonçalves. Adquirindo características particulares de animais, os *farroupilhas* teriam lutado baseados em suas capacidades instintivas que, nesse caso, objetivavam uma fuga das amarras impostas pelo Império.

Para uma personalização dos ideais revolucionários presentes no embate de 1835, Apolinário Porto Alegre encontrou, na figura de Bento Gonçalves, o personagem ideal. Difundindo seu discurso por intermédio da imprensa republicana federalista, nesse momento já fazendo parte da oposição ao governo estadual castilhistas, buscou a glorificação da liderança associada com o que seria a gênese do movimento republicano no Rio Grande do Sul. Para que fosse possível uma ambientação capaz de gerar um elemento tipicamente valoroso e único, apropriou-se de algumas das formas românticas reconhecidas no escritor de renome nacional, José de Alencar, em sua tentativa de caracterização do habitante sul-riograndense em *O gaúcho*.³¹

Apolinário Porto Alegre não se preocupou exclusivamente com a caracterização de um território idealizado e gerador da “raça” gaúcha como um todo, mas buscou, ao mesmo tempo,

³¹ “Romântico pelo tratamento exterior, Apolinário Porto Alegre se aproxima dos naturalistas pela substância documental, quando nada pelo interesse demonstrado em focar o ser humano, não como um joguete de forças obscuras, mas como produto do meio, da situação social que lhe condicionasse e explicasse o comportamento. (CESAR, 1971: 208)

personagens que representassem de uma maneira perfeita essa conjunção de valores entre o espaço e o homem. O homem interagindo com o meio, criando um tipo físico e cultural distinto socialmente, com ligações múltiplas e espontâneas, como se tal sistema fosse uma típica e única forma de sobrevivência. Ao retomar o discurso presente na narrativa de Alencar, que exalta um Bento Gonçalves possuidor de uma têmpera essencialmente libertária e admirada, Apolinário Porto Alegre promoveu um verdadeiro culto à memória do general. Importava, para o autor, a consolidação de um passado vivo no imaginário da sociedade, uma espécie de revalorização do herói republicano.

Cumprе ressaltar que uma importante parcela da literatura sul-rio-grandense no processo de idealização da Revolução Farroupilha e, conseqüentemente, do próprio Bento Gonçalves procedeu da tradição oral da sociedade. A partir de esforços de literatos locais foram promovidas coletas desse material fragmentado no imaginário da população, visando a sua posterior publicação dando origem ao *Cancioneiro da Revolução de 1835*, de Apolinário Porto Alegre, *Cancioneiro Gaúcho*, de Augusto Meyer e o *Cancioneiro Guasca*, de Simões Lopes Neto. Tal tradição oral apresentada sob a forma de cantos e versos traz importantes subsídios para uma maior compreensão da mentalidade gaúcha durante e após a revolução.

Os discursos presentes nos *cancioneiros* propuseram uma multiplicidade de significações construídas por *farroupilhas* e *imperiais* acerca de si e do inimigo, refletindo um conflito de representações no qual cada grupo buscava, de acordo com suas características, exercer influência em parcelas do imaginário regional. Essa estratégia comumente se faz presente em situações de colisão entre poderes concorrentes como uma forma de desvalorizar o adversário e legitimar o ideal pelo qual combatem. (BACZKO, 1984: 300) No Rio Grande do Sul, onde se fazia presente um contingente insignificante de letrados, a tradição oral constituía-se em uma alternativa eficaz para atingir o imaginário dessa população. Esse alcance pode ser percebido na importância dada aos versos em décadas bastante posteriores à circulação na sociedade. No século XX, o jornal *O Tempo* enfatizou as virtudes e qualidades dos rio-grandenses de 1835, aos quais denominou de *geração de fortes*. Segundo ele, esse espírito poderia ser comprovado nas próprias canções populares. (*O Tempo*, 18/09/1909).

Na idealização e na regionalização dos objetos, ou seja, de tudo que fazia parte do conjunto da natureza cultural sul-rio-grandense, muitos desses versos foram readaptados³², com o tempo, às suas próprias especificidades, principalmente, para a zona que compreende a

³² Sobre tal questão, Augusto Meyer afirma que a maioria das peças do cancionero gaúcho foi feita na época colonial, quando vieram diretamente de Portugal. Com o tempo sofreram paulatinas influências no centro e no norte do país e, conseqüentemente, modificações. (MEYER, 1959: 44).

Campanha gaúcha, tornando-se o palco das ações narradas e o alvo da grande parte dos temas regionalistas.

Quando da Revolução Farroupilha surgiram os poetas provinciais e com eles as primeiras construções discursivas glorificadoras do elemento *gaúcho*. Por intermédio de seus versos promoveram a exaltação dos rebeldes e de suas lideranças no campo de batalha tendo sido privilegiado o general Bento Gonçalves e seus companheiros mais próximos. Deste modo, os rebeldes *farroupilhas* edificaram as suas representações sobre a revolução, ora glorificando novos líderes, batalhas ou ideais, ora desconstruindo aspectos positivamente trabalhados pelos adversários. O material impresso nesses *cancioneiros* revela algumas distinções nos discursos quanto ao caráter, ou não, republicano e separatista do movimento, através tanto do silêncio quanto da clara exposição das idéias.³³

Se por um lado a Revolução Farroupilha foi tema de idealização por parte dos *cancioneiros*, uma individualidade destacou-se por também sofrer processo análogo. O general Bento Gonçalves da Silva recebeu nessas manifestações orais tratamentos distintos dos demais líderes *farroupilhas*, angariando os maiores créditos pelos fatos heróicos. Na própria contemporaneidade do embate estiveram presentes as primeiras reais idealizações deste que, posteriormente, adquiriu a chancela de maior *herói* da história sul-rio-grandense.

O seguinte trecho faz parte de um hino produzido na época da Revolução Farroupilha, de autor desconhecido, em homenagem à figura de Bento Gonçalves. Sua leitura denota aspectos essenciais para o entendimento da feição que recebeu a sua imagem nas décadas posteriores à revolução. Nesse momento, já adquirira as características que o perseguiria por décadas: a de libertador e exemplo a ser seguido. Seu impulso viria da própria natureza sul-rio-grandense distinguida como uma terra supostamente livre, refletindo o pensamento liberal republicano da década:

1º estrofe
Parabéns, continentinos,

³³ O poema intitulado *Republicano* foi um exemplo desse procedimento. Nele, ressaltou-se o suposto empenho que os participantes *farroupilhas* teriam pela causa republicana. Distinguiu como elemento estranho a essa ordem republicana, portanto livre, tudo que não se identificasse com ela. Aos demais era desejado todos os prejuízos que, supostamente, um governo monarquista representaria para a população: “*Guerra, guerra, fome e peste/Contra o malvado tirano!/E a todo mais que não for Liberal republicano!*” (MEYER, 1959: 153) Nesse processo de caracterização dos elementos republicanos e dos seus inimigos, o termo *infame galegada* foi uma das freqüentes formas que os *farroupilhas* utilizaram para representar seus opositores como elemento estrangeiro, portanto, não pertencente à natureza sul-rio-grandense, ao seu meio. Com isso, ao nomear *galegos*, praticavam a franca associação entre os legalistas e o elemento luso atuante na política administrativa nacional, principal alvo do movimento de 1835. A revolta tornava-se contrária ao que chamavam de má administração dos estrangeiros responsabilizados pela remoção de suas liberdades. A retomada dessa condição estaria abertamente ligada à instauração do regime republicano na província.

*Nosso prazer, nossa glória,
Dará pasmo ao mundo inteiro,
Fará honra à nossa história.*

*2º estrofe
Sacrossanta liberdade
Que império tens nos humanos,
Fazei da pátria a ventura,
Derribai ímpios tiranos.*

*3º estrofe
Corramos, compatriotas,
Cheios de honroso fervor
A sagrar os corações
Ao nosso Libertador.*

*4º estrofe
Seus exemplos e virtudes
Sejam o nosso modelo,
Os que se chamam heróis
Venham honrar-se de vê-lo. (PORTO ALEGRE, 1981: 97)*

Tal hino não heroizava apenas Bento Gonçalves como, ainda, o contingente *farrapo*. Nesse modelo, o general assumia a capacidade de liderança dentre todos os *heróis* que compunham a totalidade dos republicanos sul-rio-grandenses. Nas quadras avulsas destinadas ao general foram repetidas tais fórmulas de idealizá-lo como condutor da população à liberdade:

*1º estrofe
Bento Gonçalves da Silva
Da liberdade é o guia.
É herói, porque detesta
A infame tirania. (PORTO ALEGRE, 1981:61)*

Percebe-se que o simples fato de ser considerado avesso à *tiranía* o tornava *herói*, dando a entender que todos aqueles os quais pegaram em armas contra o Império foram, de alguma forma, também *heróis*. As construções de tais discursos, muitas vezes empregados nas décadas posteriores em escritos sobre a revolução, deram continuidade a essa conduta de sacralizar todos aqueles envolvidos com o ideário. Nesse sentido, Bento Gonçalves não seria o único herói presente na Revolução Farroupilha, mas o maior deles.

1.1.4. João Cezimbra Jacques

Além dos intelectuais já abordados um outro autor sul-rio-grandense, também atuante nas décadas finais do século XIX, obteve papel de destaque na construção da identidade *gaúcha* e, no caso, republicana, utilizando-se da memória dos *heróis* e da querela de 35 como instrumento importante para a fundamentação de seu discurso. **João Cezimbra Jacques**³⁴ está aqui colocado por ter sido um dos intelectuais mais atuantes na defesa do pensamento *positivista* aplicado na história e nos costumes sul-rio-grandenses, constituindo-se numa marca capaz de distingui-lo de muitos outros intelectuais locais.

Embora o próprio autor tenha abertamente assumido sua tendência *positivista comtiana*, o mesmo pode ser enquadrado no que Maria Eunice Maciel intitula de “*positivismo à la gaúcha*”, uma adaptação do pensamento de Auguste Comte à realidade e aos interesses das classes políticas e intelectuais sul-rio-grandenses do período. (MACIEL, 2001: 250)

Por intermédio de suas obras, procurou integrar o contexto sul-rio-grandense na evolução humana proposta por Augusto Comte. A partir dessa concepção, a Revolução Farroupilha tornou-se a fonte legitimadora, adquirindo uma posição de destaque no progresso da *Humanidade* a partir da doutrina do francês. A apropriação do embate de 1835, a fim de legitimar seu ideal positivista, serviu de arma para o ataque ideológico direcionado aos liberais monarquistas em épocas anteriores à proclamação da república, aproximando seu caráter republicano comum à doutrina *comtista*.

Referindo-nos à política, acha-se governando a província o partido liberal, em luta franca com os conservadores, seus adversários. O retumbante acontecimento de 1835, conhecido na história da província do Rio Grande com a denominação de Guerra dos Farrapos tem produzido grande efeito na atualidade, em virtude desta grande lei natural e sociológica: o passado influi constantemente sobre o presente, ou, por outras palavras, cada vez mais os mortos governam os vivos; é assim que no espírito da mocidade atual a ordem do dia é a República; enquanto esfacelam-se as fileiras dos partidos liberal e conservador, pelos choques quotidianos, engrossam as fileiras republicanas. (CEZIMBRA JACQUES, 1979: 105)

Nota-se no trecho citado, a preocupação na construção e na utilização de uma memória sobre a revolução de 1835 como uma forma discursiva em favor da mudança na política vigente no período em que foi escrito, no caso, a queda do sistema monárquico. Além de

³⁴ João Cezimbra Jacques (1849-1922) foi escritor e militar. Autor de vários livros, abertamente expôs sua simpatia pela doutrina de Auguste Comte em seu discurso. Foi inspirador e mentor da primeira associação tradicionalista do Rio Grande do Sul, o Grêmio Gaúcho, de 1898. Cf. MACIEL, 2001: 249-253.

cultuar o embate como modelo de virtude de um povo, utilizava-se do acontecimento como forte arma de defesa de sua posição política oposicionista e republicana.

Sendo um dos fundadores do PRR, Cezimbra Jacques apropriava-se do ocorrido sob a forma de associá-lo com o movimento republicano no estado. Outro ponto a destacar é a influência do pensamento filosófico de Auguste Comte expressa ao afirmar a intensa ação que o presente, então vida objetiva, sofreria do passado, vida subjetiva. Segundo ele, a pujante geração que sustentou uma luta épica de um decênio teria nos legado como traço sublime de sua passagem – um hino e uma bandeira. 35

Especialmente para os simpatizantes do positivismo, a construção e o uso de símbolos constituem-se em elemento fundamental para a difusão e a influência da doutrina e/ou ideais na sociedade. O símbolo, principalmente o caracterizado pela fácil leitura, carrega em si a capacidade de universalizar os sentimentos patrióticos e heroicizadores. Em se tratando de um hino e uma bandeira, além de seus valores implicitamente políticos, outros, de cunho moral, são propostos e defendidos pelos republicanos sul-rio-grandenses. Tais alegorias teriam a tarefa de funcionar como acessórios auxiliares, mas importantes, na construção de uma identidade que pudesse unificar todo um imaginário no estado. Construídos e disseminados no imaginário da população, esses símbolos tornam-se um lugar comum, um elemento identificador de um grupo, através de uma linguagem própria. A bandeira e o hino do Rio Grande do Sul constituíram-se em elementos que deram certa unidade ao habitante sulino que passava, em fins do século XIX, por uma transformação política e de direcionamento para uma identidade regionalista. 36

Para Guilhermino César, Cezimbra Jacques foi sensível à alma popular, destacando que sua obra teria desencadeado a valorização da área da Campanha, enquanto assunto literário:

...tornou-se cronista das cousas de antanho, pondo no evocá-las uma acentuada preferência pela vida da campanha. O monarca das coxilhas surde das páginas desse livro com a franqueza, a galhardia e o entono das eras primitivas. (CÉSAR, 1956: 363)

³⁵ CEZIMBRA JACQUES, 1912: 54.

³⁶ Segundo Baczko: “é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões.” (BACZKO, 1984: 324)

Semelhante a muitos de seus contemporâneos intelectuais, Cezimbra Jacques também lançava mão do determinismo geográfico como meio explicativo para o que considerava como superioridade sul-rio-grandense. Afirmou não ser possível desprezar a influência do clima a constituição do povo: “*por este lado são ainda felizes os rio-grandenses, visto acharem-se debaixo de um clima que rivaliza com os mais belos da Europa*”. Arrolava, ainda, outros fatores importantes na hora de se compreender a peculiar formação dos habitantes sulinos, como o fato do Rio Grande do Sul não ter sido uma capitania doada como as outras, forçando, com isso, os seus *gaúchos* a adquirir as terras através de “seus trabalhos e seu sangue” e a fonte infindável de alimentos oferecida por sua natureza. (CEZIMBRA JACQUES, 1979: 47) Tais características, clima, terreno, alimentação, adversidade geopolítica, aproximariam os costumes sul-rio-grandenses dos habitantes das repúblicas do Prata.

Sob a influência constantemente exercida pelo passado sob o presente, Cezimbra Jacques argumenta que a tradição grandiosa dos valorosos farrapos constituía-se em uma herança que, mesmo quatro décadas após, percebera, ainda, atuar sobre a juventude de 1880, grupo ao qual ele pertencia como republicano histórico. Via, então, a Revolução Farroupilha como um baluarte, uma bandeira dos propagandistas da República proclamada em 15 de novembro, um importante passo para o seu desenvolvimento rumo ao estágio positivo:

Com o fim de manchar as deslumbrantes glórias desta província, já houve quem chamasse a “Guerra dos Farrapos” de revolta de caudilhos; mas ela não foi mais do que um acontecimento natural, presidido por leis sociológicas, que a sociologia chama de leis naturais de “ação e reação”, tendo como principal agente direto o General Bento Gonçalves e como agente indireto o eminente Zambecari, porta-voz e transmissor dos três dogmas de J. Jacques Rousseau: soberania do povo, liberdade de consciência e igualdade, os quais foram o agente teórico da grande revolução francesa de 1789. A “Guerra dos Farrapos” foi tão benéfica para o Rio Grande do Sul como a grande revolução francesa para o mundo: garantiu ela as liberdades individuais, que até então eram cerceadas pelo despotismo a abriu um esplêndido caminho para a marcha do progresso rio-grandense. (CEZIMBRA JACQUES, 1979: 105)

A citação inclui o sentido evolucionista desenvolvido pela doutrina *comtista* ao denominar o processo histórico enquanto tal, concebido de uma forma linear e progressiva, onde a *Humanidade* (Auguste Comte a escrevia com letra maiúscula) objetiva o estágio *positivo*, baseado na ordem e na moral humana. A influência da vida subjetiva estaria tomando, gradativamente, o controle sobre a vida política no Estado.

Ainda sobre o Estado, escreveu Cezimbra Jacques:

A província do Rio Grande do Sul tem um passado verdadeiramente helênico; uma tradição que se remontará aos tempos, sem empalidecer, sem leve eclipse no brilho estampado em sua história pela lança aguerrida de seus bravos cavalarianos, tão esmaltada de lauréis como a palavra inspirada de seus tribunos. Cada pedaço de seixo, cada monte que se eleva pelas cercanias verdejantes desta terra, assinala-a de heroísmo, recorda uma página desse grande livro aberto pelas mãos de Deus. (CEZIMBRA JACQUES, 1979: 129)

Pela citação, torna-se nítida a percepção de um dos elementos constantes em boa parte do seu pensamento: a mitificação do *gaúcho* guerreiro. Dimensiona-se nela um *ser* ideal representado na figura de Bento Gonçalves, um agente direto da Revolução Farroupilha. Por intermédio do valor da superioridade do sul-rio-grandense, personificado na figura do general farroupilha, alinhando ao pensamento republicano *comtista*, formava-se um sistema de idealização da moral sul-rio-grandense como um processo regido por leis alheias à vontade do ser humano.

O escritor, mais que o político, Cezimbra Jacques, obteve o saliente papel de cunhar grande parte dos valores ainda hoje defendidos pelos tradicionalistas sul-rio-grandenses, sendo considerado o patrono do tradicionalismo do Estado. Através de um determinismo, onde o ambiente *cósmico* e o passado teriam agido sobre os habitantes do território sulino, soube construir uma idealização do que superava os demais brasileiros frente às mais variadas características. Nessa visão processual da história, Bento Gonçalves havia deixado um exemplo de superioridade em sua passagem objetiva como modelo de herói a ser seguido pela população, a qual rumava em direção ao seu progresso moral e inevitável. De acordo com cada especificidade de linha discursiva, tal reflexão também se assemelhou a boa parte dos discursos idealizadores dos elementos sul-rio-grandenses sintetizados pelo acontecimento de 1835 e pelo seu maior representante, Bento Gonçalves.

1.1.5. Alfredo Varela

Uma outra importante obra também concorreu para a fundamentação do elemento típico sul-rio-grandense e sua história, foi *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, lançada em 1897, por **Alfredo Varela**³⁷. Seu texto carrega traços significativos

³⁷ Alfredo Augusto Varela (1864-1934) foi escritor, advogado e político. Além de ocupar a direção de *A Federação* por um breve período, exerceu o cargo de Deputado Federal, entre 1900-1905, e Procurador da República.

do pensamento central das obras *História Popular do Rio Grande do Sul* e *A Guerra dos Farrapos* de Alcides Lima e Assis Brasil, respectivamente. No entanto, o livro de Alfredo Varela apresentava uma diferença fundamental: se as duas obras anteriores propagandeavam o regime republicano, a sua, de acordo com o momento de seu lançamento, constituía-se em um instrumento para justificar o contexto político dominado pelo PRR e liderado por Júlio de Castilhos, o qual se utilizava, sob seu modo, de alguns dos princípios *comtistas*.³⁸

Elevar o Rio Grande do Sul frente aos demais estados constituiu-se, também, num dos principais artifícios do autor. Semelhante ao desenvolvimento do estudo de Assis Brasil e de Alcides Lima, o território ganhava aspectos únicos³⁹ e idealizados sistemas de natureza sempre em sintonia com o habitante, reeditando o alto grau de determinismo geográfico encontrado nesses autores. A dialética *homem-natureza* associa-se de tal forma que o sul-rio-grandense, por sua vez, instrumentaliza o *habitat* para a sua evolução. Considerada por Varela como uma terra de civismo e da bravura, o Rio Grande do Sul seria:

...um país muito bem dotado. Sem ter a feracidade dos Estados do norte do Brasil, de riqueza pasmosa, mas inconveniente, porque enerva o homem e

³⁸ Algumas décadas mais tarde, Alfredo Varela demonstrou certa desilusão com essa sua postura em defesa ao *castilhismo* e da falta de critério ao se pensar a *doutrina positivista* no final do século XIX: “No que houve erronia fabulosa, colossalíssima, no que houve erronia hoje mais que transparente, foi na escolha dos meios, para que o mesmo triunfasse com legitimidade, eficácia, benemerência. Desacertamos nisso. Em muito mais também. Esquecemos duas outras lições da humana experiência (...) Sob as inspirações falazes do positivismo, doutrina hoje de todo superada e que reputávamos a última palavra da sabedoria enciclopédica; sob a luz de seus bem amarrados sofismas, criamos um poder forte, alavanca de irresistível resultância, para adimplemento de nossa missão histórica, pregoávamos. Isto é, para o remodelo do Rio Grande e do Brasil, sob os auspícios de uma verdadeira, não mentirosa Republica. Fanatizados alguns de nós, por esse imponente, quanto insubsistente concepção político-social do grande filho de Mompelher, admitimos, sem um prudente exame, as múltiplas soluções que suscita, para os magnos problemas que nos assoberbam há meio século. Mormente uma, que nos arrastou a terríveis excessos, trouxe consigo ruínas sem conta.” Segundo o autor, a política deveria ser dos homens, e não escravos dela. No que se refere ao prejuízo sofrido pelos próprios sul-rio-grandenses (provavelmente no que diz respeito aos políticos e intelectuais perseguidos ao longo da ditadura *castilhista*) e ao dogmatismo *comtiano*, Varela afirmou com certo tom de arrependimento: “A despeito de quanto se acaba de exarar, pregoando altissonantes que vínhamos destruir o reino da metafísica, nada mais fizemos do que prolongar-lhe a supremacia, porquanto, aos pôr-nos em pregões o critério determinista, represtigiávamos, com os esmaltes da ciência nova, obsoleto, já embolorecido messianismo. Quer dizer, em suma, que recaímos na infantil noção que tanto concorrera para os nossos retardos intelectuais, ao fim ultrapassados. Graças a ela, arvoramos Júlio de Castilhos em prometido dos séculos, para instaurar-se a idade do ouro, primeiro, em nosso rincão nativo, depois, Brasil a fora. Meio de cancelar-se o éden, qual havia de ser, porém? O que o cerrou antanho para sempre: a espada inclemente do anjo vingador. Como os nossos bíblicos e comuns pais, uma geração inteira foi expulsa do que sempre fora para todos nós um ‘paraíso de delícias’, cuja entrada inexoráveis trancamos.” (VARELA, 1935: 349-350)

³⁹ Seguindo igualmente a linha proposta pelo discurso de Assis Brasil, o autor reforçava a especificidade do Rio Grande do Sul como forma de defesa dos laços federativos, aproximando-o da região platina. Assim esse território estaria mais ligado aos *orientais* do que ao resto do Brasil. Essa tendência *platinista*, que Varela propunha para o Rio Grande, permeava suas obras e atribuía tons separatistas à população sul-rio-grandense. (GUTFREIND, 1998: 21-22)

dispõe-no à preguiça; nem a rudeza das regiões muito frias, este fecundo torrão convida e incita à atividade, não oferecendo ao braço humano embaraços insuperáveis, e pagando generosamente o esforço empregado em labuta-lo. Não há aqui montanhas que impeçam as comunicações, não há rios invadeáveis, não há desertos; pelo contrário, os naturais percorrem o país em todos os sentidos, quase até há pouco sem necessitar de estradas feitas pela mão dos homens: agora, é que as múltiplas condições da vida moderna exigiram a abertura de algumas e a construção de outras. Não há o sol abrasador dos trópicos, que enlanguesce o trabalhador, entorpecendo-o, quando não o fulmina; nem o frio gelado das zonas mais próximas do pólo, que entanguece o peão, prostando-o muitas vezes regelado e morto. Não há a exuberância do Pará ou do Amazonas, que estraga as populações do Norte; nem os minguados recursos que dão os terrenos da Europa. Aqui, a natureza como que se mostra esquiva ao homem, para seu próprio ensinamento, e, depois de educá-lo na lei do trabalho, se lhe ostenta generosa, como antes poupada. (VARELLA, 1897: 2).

Ao considerar o Rio Grande do Sul como um país, o autor utilizou o conceito de pátria desenvolvido pelo *positivismo*, doutrina esta que assinalava tal conceito como uma noção fundamental em seus preceitos. A pátria seria a mediadora entre a família e a Humanidade, necessária ao progresso do instinto social. Desse modo, ela deveria ter um tamanho que favorecesse o contato e a convivência no seio da comunidade entre seus integrantes sendo que, tal relação, deveria ter como característica os dons femininos de sentimento e do amor a fim de ser considerada uma *mátria*.⁴⁰ Concebendo esse sentimento materno pela terra natal sul-rio-grandenses, seus habitantes colocariam em primeiro lugar o seu dever cívico para com a mesma, correndo para socorrer-la se necessário. No seguinte trecho, Varela faz clara referência à geografia fronteiriça na qual se encontra a “Pátria Rio-Grandense”, à abnegação de seus “filhos” quando chamados ao combate e à idealizada natureza:

Corriam à fronteira, olvidando a mulher querida, os filhos, a própria vida, e nada poupava, em holocausto à Pátria adorada. O Riogrande é o primeiro país do mundo para os filhos: não existem planícies tão encantadoras e grandiosas; não existem serras mais pinturescas; não existem rios e lagos mais soberbos! Ama-se aqui a terra com um fervor desconhecido: - é o fetiche de todos! (VARELA, 1897: 385)

Quanto à imaginação da natureza, Varela propõe um território idealizado, em estado de perfeição e próximo ao que se pode denominar de paraíso terrestre. De acordo com suas palavras, os mais diversos males que afligem variados lugares do mundo, no Sul não se fariam presentes. O autor foi responsável por uma criação de uma atmosfera onde tudo parece

⁴⁰ Cf. CARVALHO, 1990: 25.

estar na mais perfeita sintonia, amplamente propício à gestação de uma população em harmonia e em grau de prosperidade.

Segundo Torres, o contexto apresentado na década de 1890, simbolizado pelo confronto político que deu origem à Revolução Federalista, influenciou diretamente na defesa do federalismo republicano e na legitimação jurídico-políticas do Estado sul-rio-grandense. Nesse caso, Alfredo Varela teria sido um dos autores que mais teria acentuado o enfoque do federalismo e das peculiaridades do Rio Grande do Sul, ressaltando o abandono da monarquia lusa que teria, assim, exigido a definição de uma personalidade nativista, de defesa da liberdade e de luta contra os inimigos. (TORRES, 2004: 101)

Voltando ao texto de Varela, este procurando assentar a abundância de terras e de campinas férteis para o desenvolvimento do trabalho, simplificou o gosto da população à economia básica da zona da Campanha gaúcha, onde as grandes pastagens e a abundância do gado determinavam que a forma de viver predileta da população fosse a criação, em larga escala. Nesse ponto, ao transplantar a região da Campanha para todo o estado, promove um contraste com o próprio contexto de transformação urbanística que passava o Rio Grande do Sul com o crescimento das principais cidades baseadas na industrialização crescente, além de destoar do ideal positivista de progresso através da constante e diversificada industrialização.

Uma natureza ímpar gerando uma população sem igual. Esse é o tom de análise do autor referente aos rio-grandenses. Educados numa escola de guerra, os sulinos assumem qualidades inerentes ao caráter guerreiro, porém, em enorme grau de cultura, como uma espécie de soldado letrado. Na base desse pensamento surge novamente com força o *comtismo*. Percebe-se que o autor, ao traçar um paralelo entre o passado e o presente da história do Rio Grande do Sul, promove aspectos amplamente debatidos nos ideais da *Evolução da Humanidade* proposta por Augusto Comte. Os acontecimentos teriam passado, a história caminhado e, consigo, teriam vindo as mudanças na constituição do :

Foi nessa escola da guerra que se educou o Rio-grandense, desenvolvendo-se por tal jeito as excelentes qualidades acima apontadas, que, no período revolucionário iniciado em 1835, assombrou o mundo com os mais sublimes feitos, honrando o gênero humano em rasgos imorríveis de civismo e abnegação, ainda não excedidos por povo algum da Terra, na defesa imortal da bandeira que hasteara! E não só nessa guerra, como em todas as outras, ultimamente ainda na do Paraguai e campanha contra os restauradores monarquistas, o Rio-grandense revelou-se digno dos seus antecedentes: não houve sacrifício que não sofresse pela causa comum, espantando até aqueles que já lhe admiravam o tradicional heroísmo. (VARELLA, 1897: 25)

Ao mesmo tempo em que o autor utiliza-se de sua palavra para elevar a Revolução Farroupilha como marco único no mundo, reafirmando a superioridade que caracterizaria o povo, expõe sua ideologia política ao caracterizar a Revolução Federalista como uma campanha contra os restauradores monarquistas. Esse conflito entre os elementos representantes das elites políticas e econômicas sul-rio-grandenses, ganhou um caráter adverso em seu discurso. Para o autor, teria sido uma disputa protagonizada por verdadeiros republicanos contra um elemento anárquico e externo ao Rio Grande do Sul: os monarquistas, ou ainda, *federalistas*.

Esse passado, ainda segundo Varella,

Tem mudado, é justo confessar... Passou! Aquela gente austera, válida, bravíssima, dos antigos tempos; mas, ficou ainda muita coisa. O continentista ainda é valente como outrora; cumpre, todavia, reconhecer que se obliterou a sua delicadeza moral, e o físico é bem menos constituído. (VARELLA, 1897: 26)

Varella colocava o em um estágio transitório, no qual as características bélicas paulatinamente cediam lugar a novos apontamentos. A evolução se operava no momento, indicando que o futuro seria digno de seu passado virtuoso.

A apropriação da Revolução Farroupilha com vistas a legitimar o movimento republicano, assim como as obras que anteriormente foram analisadas, veio à tona novamente com o Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica através de uma larga explanação sobre o conflito. No entanto, não representando exclusivamente como sendo um marco fundador da “raça”, para usar o termo constantemente utilizado na época, mas como um episódio que teria mostrado ao mundo a bravura, a disciplina e a coragem do *gaúcho*. Seria o resultado da própria formação do território, isolado do centro administrativo nacional, entrando aí também o caráter platino histórico da região. O não lutava pelo país, mas sim pela manutenção de seu *status quo* e amor à sua pátria:

...na fronteira agimos por ideal mais levantado: trabalhamos na defesa do solo e dos supremos interesses da nossa comunhão social, e este generoso caráter da atividade pública cooperou, por certo, para infundir nos corações os mais sublimes sentimentos, despertando nos espíritos ideais nobres da pátria, de fraternidade cívica, de humana solidariedade. (VARELLA, 1897: 110).

Varella insistia em afastar o Rio Grande do Sul do resto do país, minimizando as ligações do estado com o governo central, no caso, a metrópole carioca que, segundo ele, ficava tão longe que ao povo parecia não existirem relações com esta parte do mundo, decorrendo a aproximação com os países do Prata, facilitada pela própria posição geográfica fronteiriça.

A influência platina sobre o estado sul-rio-grandense aparece de forma mais nítida quando o autor trata da Revolução Farroupilha. Para ele, era irrecusável que Lavalleja houvesse despertado no ânimo de Bento Gonçalves alguma influência. Isso levava a constatar que o líder sul-rio-grandense teria começado a se interessar pelo ideal e desejado repetir o papel deste caudilho uruguaio. Nos trechos referentes ao decênio deste embate várias são as passagens em que procura assentar essa constante troca de influência e auxílio entre os farroupilhas e os líderes castellhanos.

O general farroupilha assumia, na obra desse autor, as mais eficazes qualidades para a sua identificação enquanto *herói* guerreiro e patriota. Grande estrategista, chefe prudente, corajoso e com uma virtude voltada para a guerra, são algumas das características encontradas ao longo da explanação de Varella sobre o líder da Revolução Farroupilha. Em seu discurso, foi representado um General Bento Gonçalves desprendido, resignado e cordial perante o principal conflito do passado sul-rio-grandense. Seu alto patriotismo teria comprovação em suas proclamações e correspondências oficiais expedidas durante esse decênio. Já sua conduta política abnegada seria comprovada por uma atitude: *com maior singeleza desceu do posto superior que ocupava ao de simples comandante das forças de uma zona do Rio Grande.* (VARELLA, 1897: 176-177)

O excerto refere-se à saída de Bento Gonçalves da liderança do governo republicano farroupilha, destacando a sua humildade perante o interesse maior que, para ele, seria o próprio destino da República Rio-grandense. Até mesmo na única crítica direcionada ao general, Varella não o deixa menos heroicizado, enfatizando que a única culpa que ele poderia ser acusado seria a de não ter sido um chefe suficientemente ambicioso. Talvez, em oposição a essa sua condição, o autor o caracterizava como um líder preocupado com a vida dos soldados inimigos, sempre querendo “*poupar o sangue de seus patrícios*”. (VARELLA, 1897: 127)

Essa não ambição ou, melhor, ausência de interesse pessoal durante a Revolução Farroupilha, configurava-se como uma das principais virtudes do *farroupilha*, sempre preocupado com todos os rio-grandenses, mas, principalmente, com seu querido país, no caso específico, o território do Rio Grande do Sul. Bento adquiriu a qualidade altruística tão

apregoadada pela *doutrina positivista*. Essa característica não se limitava ao general, mas também se fazia presente em toda a população sulina, alcançando seu ápice no decênio 1835-1845 que, segundo o autor, seria o melhor momento para estudar os rio-grandenses, quando os instintos teriam se expandido com grande espontaneidade, enfraquecidos como se achavam os freios sociais.⁴¹

Assumindo tal virtude que visaria sempre o próximo, Bento Gonçalves tornava-se um herói condutor das massas rumo à liberdade personificada no sistema republicano de governo.

Outro fundamento *comtista*, defensor da veneração e da obediência dos *fracos aos mais fortes*, se fez presente no desenvolvimento do seu livro, envolvendo e dando enquadramento, no caso, à figura do general e da população rio-grandense:

Da veneração, que é a tendência mais disciplinadora da alma humana, dizemos que era a mais completa que é possível obter-se na quadra que atravessa a atual civilização. Oriundo de um povo venerante por excelência, como é o português, opulentado com as admiráveis disposições da raça preta, o rio-grandense conservou as qualidades assim herdadas, desenvolvendo-as sobremaneira no exercício das armas, na prática da disciplina militar, como deu provas sobejas durante o imortal decênio. A espontaneidade do concurso prestado à causa republicana, o serviço quase sempre voluntário, em nada alteraram a subordinação necessária, de que deram exemplos que os recomendam à História. Não houve, durante tão largo espaço de tempo, um só levante, um ato de decisiva desobediência. (VARELLA, 1897: 383).

Assim, Bento Gonçalves, alçado à superioridade e batizado pelo autor de “*chefe mais poderoso da revolução*”, teria encontrado na sociedade gaúcha, o que denominou Auguste Comte, de “*obediência dos mais fracos*”. O contingente de soldados que lutaram na Revolução Farroupilha não só percebiam tal superioridade da liderança como, também, sujeitava-se a ela. Mesclava-se a característica altruística com a obediência à hierarquia, base fundamental para a obtenção da ordem visando o progresso social segundo os preceitos elaborados por Auguste Comte.

⁴¹ Cf. VARELLA, 1897: 381.

1.1.6. Alfredo Ferreira Rodrigues

No período que abrange o final do século XIX e início do XX, nenhum intelectual obteve mais importância que o rio-grandino **Alfredo Ferreira Rodrigues**⁴² no que se refere à construção e idealização da *memória farroupilha*, bem como, seu maior representante, Bento Gonçalves. Grande parte de seu discurso historiográfico teve como foco questões relacionadas ao decênio de conflitos e seu personagem.

Alfredo Ferreira Rodrigues não teve seu reconhecimento intelectual limitado ao Rio Grande do Sul, participando, ao mesmo tempo, de variadas instituições históricas e geográficas de âmbito nacional, sediadas em São Paulo, Pernambuco, Bahia e Ceará. Com uma vasta produção historiográfica, diversificada em livros, ensaios e artigos, também versou sobre a formação histórica sul-rio-grandense. (ALVES, 2004: 98)

Dentre suas várias publicações, destacou-se o *Almak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, um anuário que alcançou um período de abrangência de quase três décadas, de 1889 a 1917, influenciando e disseminando grande parcela do conhecimento de assuntos gerais, porém, dando ênfase aos temas históricos. Como organizador do almanaque, Alfredo Ferreira Rodrigues utilizou-o como um instrumento freqüente na construção de uma *memória* sul-rio-grandense, elegendo como grande inspiração a paixão que nutria pela Revolução Farroupilha e seus *heróis*.

Intelectual de sua época, Alfredo Ferreira Rodrigues prezava em dar importância máxima ao documento escrito como fonte reveladora do passado verdadeiro. Nesse sentido, o periódico anual possibilitou, para ele, a constante publicação de documentos sobre o embate de 1835-1845 que faziam parte de sua sistemática coleta de materiais referentes ao tema que, por ele, era considerado como o mais belo exemplo de glórias do povo rio-grandense o qual teria morrido pela república com uma heroicidade digna dos tempos antigos, mas, que ainda não teria uma história escrita. (*Almanak*, 1897: 270).

Tanto em correspondências pessoais, como em alguns textos publicados pelo autor, aparece abertamente o seu desejo em escrever duas obras: uma obra sobre a Revolução

⁴² Alfredo Ferreira Rodrigues (1865-1942) foi historiador, jornalista, pesquisador, tradutor, literato e professor. Nascido no município de Rio Grande, fez parte do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entre outras agremiações culturais.

Farroupilha e outra sobre Bento Gonçalves da Silva.⁴³ No entanto, essa aspiração não foi concretizada e o periódico, então, serviu para Alfredo Ferreira Rodrigues publicar boa parte do estudo desenvolvido acerca desses objetos.

No almanaque referente ao ano de 1897, Ferreira Rodrigues fez a seguinte solicitação aos seus leitores:

Deve haver no estado grande soma de documentos, parte de arquivos de chefes militares de então, tanto dos legalistas como dos farrapos. Esses documentos vão desaparecendo aos pouco, pois nem todos os seus atuais possuidores calculam o valor histórico que eles têm.

Faço hoje um apelo aos rio-grandenses. Peço-lhes a remessa dos papéis relativos à revolução, comprometendo-me a devolve-los, sem a menor falta, depois de copiar deles as informações que me parecerem aproveitáveis.

Cartas, proclamações, ordens do dia, jornais, apontamentos, tudo serve. Às vezes uma carta, uma notícia à primeira vista insignificante tem grande importância, pois fixa uma data, assinala um nome, descobre a pista de um fato desconhecido. (Almanak, 1897: 270).

O trecho delimita a clara intenção do autor frente ao tema. Preocupava-se na solidificação da *memória* da Revolução Farroupilha e, para isso, necessitava, em primeiro lugar, do que remanescera de toda documentação para, num segundo momento, reconstruí-la em cima de fatos e personagens idealizados. Era preciso não consentir o esquecimento de algo que, com o passar dos anos e a manipulação de uma identidade nacional homogeneizadora, diluía-se no imaginário da população rio-grandense. Segundo o próprio autor, seria reviver o nosso passado, solidificar uma *memória* glorificadora de seu passado. (Almanak, 1897: 270) Ao serem estudados os quase trinta volumes desse periódico é exatamente essa idéia que perpassa através de sua estrutura de artigos, embora nos últimos anos esse método tenha se tornado menos constante.

Mais preocupado com os assuntos históricos, Ferreira Rodrigues abriu vasto espaço para debater acerca do Rio Grande do Sul e, principalmente, sobre a Revolução Farroupilha e seus heróis, tornando tarefa quase impossível não associar o periódico a uma característica eminentemente construtora de uma *memória* sul-rio-grandense. Mesmo apresentando artigos

⁴³ Em uma correspondência direcionada ao escultor do monumento, que explicava os trabalhos enviados sobre a Revolução Farroupilha, Rodrigues afirmou: “Os outros estudos, se bem que não se ocupando diretamente de Bento Gonçalves, se referem a ele, e tem algumas linhas do seu extraordinário perfil, que um dia, depois de ultimado o monumento, hei de traçar. O estudo de sua personalidade bem vale a pena um esforço”. (Carta a Teixeira Lopes retirada do *Livro-rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues*, 24/04/1904: 74).

abarcando vários temas referentes a outros estados ou países, evidentemente o Rio Grande do Sul se constituía no mote central do anuário.

Em múltiplos momentos, distintamente de Assis Brasil, o organizador se preocupou em apresentar fundamentos essencialmente militares da Revolução Farroupilha. Com menor intensidade destinou espaço para questões mais ligadas ao *determinismo geográfico* e sua ação sobre o habitante sul-rio-grandense apesar de, em alguns raros momentos, explicitar que tal processo também teria acontecido na história sulina.

A peculiaridade de seus escritos teve como aspecto preponderante a criação de um panteão de *heróis* e foi naquela que considerava a exemplar *revolução gaúcha* que o autor encontrou um terreno fértil para a construção de suas representações fundamentalmente heroicizadas.⁴⁴

As primeiras páginas do almanaque traziam um espaço reservado a uma biografia, geralmente de um personagem histórico sul-rio-grandense, constituindo-se numa exaltação aos considerados grandes vultos de sua história. Várias dessas matérias biográficas foram escritas pelo organizador do anuário, principalmente, quando se tratavam de pessoas que participaram de forma eminente no combate de 35.

A partir não só desse espaço biográfico, como também dos artigos em geral espalhados nas páginas desses almanaques, Alfredo Ferreira Rodrigues versou com especial atenção sobre a *memória* do general Bento Gonçalves. Num primeiro momento, expôs transcrições de documentos, normalmente cartas do líder *farroupilha* na sua íntegra. Através da exposição desses escritos intentava uma forma de construir um imaginário dos feitos de 1835 que, segundo seu pensamento, compunha m parte do passado sul-rio-grandense. Seria necessário não permitir cair no esquecimento o que se considerava uma virtude do *gaúcho*.

⁴⁴ No seu esboço crítico à obra *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, escrita por Nicolau Dreys (viajante francês que chegou na província no ano de 1817), Alfredo Ferreira Rodrigues expôs sua concordância com as representações dos habitantes rio-grandenses elaboradas pelo autor do livro. Enfatizou que elas estariam repletas de “*vida e de verdade*”. Concordava com a idealização física, dos costumes e da moral *gaúcha* apresentada por Dreys, participando, assim, da glorificação do elemento humano característico da região e da nostalgia pelo passado histórico do território: “*É fidelíssima e particularmente digna de nota a descrição dos costumes do rio-grandense, alto, robusto, bem apessoado, de feições viris, acentuando a predileção dele pelo cavalo, seu companheiro inseparável, que ajaeza com luxo, ao passo que traja modestamente; o cuidado que tem pelas armas, de que se não separa, preferindo a boa qualidade á riqueza; a destreza com que maneja o laço e as bolas; seu gosto pelas reuniões e divertimentos, em que se nota a mais escrupulosa decência no meio da mais franca alegria; sua paixão pelas carreiras, com infinita gente muito ruído, montões de ouro e prata e nenhuma desordem! Em suma, um quadro maravilhoso dos tempos áureos das grandes virtudes rio-grandenses.*” (DREYS, 1927: 8)

Como não seria diferente, a grande maioria dos escritos relacionados à Revolução Farroupilha provinham do Rio Grande do Sul, ainda que tenham ocorrido algumas exceções.⁴⁵ Essa expressiva emissão de artigos históricos provavelmente influenciou Ferreira Rodrigues na inauguração de uma nova seção no anuário denominada *Homens e Fatos do Passado*. Esta seção, que podia estar presente várias vezes em uma mesma edição, constituiu-se em uma importante alavanca para a publicação de textos sobre o embate de 1835 e a glorificação de diversos líderes, independentemente de serem *legalistas* ou *farroupilhas*, abarcando desde breves traços biográficos a pequenos episódios de batalhas ocorridas.

Um aspecto relevante é que *Homens e Fatos do Passado* obteve a sua maior exploração no período em que o organizador participava ativamente da comissão organizadora do Monumento-túmulo ao general Bento Gonçalves, ocupando o cargo de secretário, já com a distinção de ser o desencadeador do projeto. Dessa forma, Alfredo Ferreira Rodrigues utilizou o *Almanak Literário e Estatístico* como um instrumento de divulgação entre a população sul-rio-grandense, do processo de glorificação e afeição à Revolução Farroupilha, bem como daqueles que considerava ser os seus vultos. *Homens e Fatos do Passado* trouxe, entre 1901 e 1904, período que englobou o ápice da coleta de donativos destinados à obra em homenagem ao general *farroupilha*, o maior envolvimento do organizador e do anuário com a revolução de 1835.⁴⁶

Fazendo parte do pensamento geral da intelectualidade de sua época, que pregava uma história fundamentalmente alicerçada na sistemática reunião de fontes, o historiador rio-grandino promoveu uma expressiva publicação de cartas e ofícios referentes a Bento Gonçalves e à Revolução Farroupilha. Reproduziu, com esse material, um conceito comum ao conhecimento histórico considerando a importância dos dados e/ou fontes históricas como verdade e objetividade histórica. Segundo ele, com as transcrições, o embate sucedido entre 1835 e 1845 estaria inteiramente ao alcance e tornava-se integralmente conhecido do público leitor do periódico.

⁴⁵ Alguns artigos vieram de Estados distantes do Rio Grande do Sul, como Rio de Janeiro e Bahia, no entanto, a boa parte desses textos de âmbito nacional proveio de Santa Catarina, devido a sua ligação com o evento de 1835.

⁴⁶ Para se ter dimensão do ocorrido, abaixo são expostos alguns títulos de artigos publicados, relacionados à Revolução Farroupilha, durante o período referido: *Biografia de João Manuel de Lima e Silva; Morte de um farrapo; José Gomes Portinho; Um combate de gigantes; José de Oliveira Bueno; Pedro Boticário; Manoel dos Santos Loureiro; O general Netto e a paz; Tobias da Silva; Biografia de Domingos José de Almeida; Morte do coronel Affonso Corte Real; Annita Garibaldi; Os chefes da revolução; Magnanimidade de um farrapo; Uma herança gloriosa; Combate de Galpões; Morte de Onofre Pires; Bento Manoel Ribeiro; Combate do Cerro de Palma; Bernardo Pires; Naufrágio de Garibaldi; Uma matrona e um herói; Dois leões e uma raposa; Combate de São José do Norte.*

Ser o maior incentivador do erguimento da estátua de Bento Gonçalves na cidade de Rio Grande não foi, por certo, o primeiro nem sequer o último esforço que Alfredo Ferreira Rodrigues despendeu no processo de glorificação do personagem. Antes mesmo da organização deste projeto, o historiador rio-grandino era considerado, pelo meio intelectual da época, um dos maiores pesquisadores e interessados no assunto e, conseqüentemente, admirador do general *farrapo*.⁴⁷ O que realmente percebe-se é que após tornar-se pública a idéia, Ferreira Rodrigues promoveu uma maior circulação de seus estudos sobre o tema, mormente, no próprio anuário.

Nos artigos escritos pelo próprio organizador, Bento Gonçalves e a Revolução Farroupilha adquiriram os atributos heróicos, como a valentia, a coragem e a superioridade moral, já explorados pelos intelectuais anteriormente citados no capítulo. Todavia, tais elementos apareceram sob uma nova interpretação política. Alfredo Ferreira Rodrigues retirava a anterior característica exclusivamente republicana e dava ao conflito para destinar vieses distintos, de acordo com cada personagem, grupo político ou momento pelo qual passavam os revoltosos. As personalidades assumiam tons mais patrióticos, ampliando a sua intenção em glorificar os *heróis* independentemente de sua facção política. Líderes como Bento Gonçalves, mesmo pertencendo, segundo o historiador, a uma “*raça de gigantes*” (*Almanak*, 1891: 171), não teriam, em primeira hora, iniciado a revolta contra o Império, tendo como fim a instauração da República: “*Na revolução, desde o seu início, houve duas correntes de idéias: as da reação, que tendiam apenas à deposição do presidente e do comandante das armas; e as de separação que aspiravam à independência e à república.*” (*Almanak*, 1904: 5).

Alfredo Ferreira Rodrigues não classificou, nesse caso, Bento Gonçalves como membro do grupo favorável ao regime republicano e, conseqüentemente separatista, no Rio Grande do Sul.

Entre os artigos mais significativos no que se refere ao seu pensamento acerca da Revolução Farroupilha, tendo como figura principal o general, destaca-se o que foi lançado no *Almanak Literário* do ano de 1906, sob o título: *Bento Gonçalves da Silva: seu ideal político – a Revolução e a República*. Neste estudo, Ferreira Rodrigues buscou mais nas causas

⁴⁷ Já em meados da última década do século XIX, Alfredo Ferreira Rodrigues mantinha contato com Joaquim Gonçalves da Silva, filho do general. Através deste, o historiador buscava a obtenção de novas fontes e de informações sobre o combate de 35, principalmente sobre aspectos de Bento Gonçalves, desde sua linha familiar até as suas ligações com as Sociedades Secretas (maçonaria). Tais cartas recebidas de Bagé, cidade onde residia Joaquim, podem ser encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.

políticas e econômicas os fatores preponderantes que teriam alimentado o desejo sul-riograndense de revolta:

A política injusta dos governos do império com o Rio Grande, exigindo dele os mais pesados sacrifícios, enviando os seus filhos de preferência e primeiro que ninguém para os campos de batalha, empobrecendo-lhe o tesouro com repetidos saques a favor de outras províncias, deixando-lhe apenas uma quantia insignificante para atender as suas necessidades materiais arruinando as suas indústrias com impostos iníquos e exagerados, fora de toda a proporção, vinha de a muito provocando grande animosidade em toda a província. (Almanak, 1906: 7).

Distinguia-se, nesse sentido, dos historiadores que procuravam argumentos, principalmente, no *determinismo geográfico* e na forma de governo, como elemento explicativo dos sentimentos propulsores da revolução.

Mesmo centrando grande parte do estudo sobre a revolução na personalidade de Bento Gonçalves, Ferreira Rodrigues nem sempre auferiu ao líder o caráter político republicano. Teria ele sido levado pelas circunstâncias da revolta, uma espécie de submissão à sua sorte. Porém, mais incisivamente e de forma resumida, foi a afirmação abaixo que mais polêmica causou na época de sua circulação:

Bento Gonçalves também não entrou na revolução com ideal separatista e republicano, porque as suas convicções políticas eram e continuaram a ser fundamentalmente monárquicas, o que não o impediu, como a tantos outros vultos da história, de servir lealmente à república e sacrificar-se por ela. (Almanak, 1906: 18-19).

Tal pensamento ia de encontro ao proposto por Alfredo Varela que, por sua parte, atribuía o caráter republicano e separatista aos líderes *farroupilhas*, em especial, Bento Gonçalves. Frente a isso, o próprio Alfredo Ferreira Rodrigues tratou de criticar a seguinte declaração do autor: “*Apreensivo com os males que a guerra ia acarretar ao seu país, Bento Gonçalves partiu para a campanha, escondendo cuidadosamente os desígnios políticos com que encontrara na revolução*”. Para o organizador do almanaque, essa afirmação seria uma grave ofensa ao caráter “*cavalheiresco*” de Bento Gonçalves, pois, com tal conduta, o líder teria cometido aos seus companheiros e amigos a “*mais negra traição*”. E concluiu: “*Bento Gonçalves era incapaz de tão infame procedimento, e se houve alguém iludido e sacrificado na revolução, foi de certo ele*”. (Almanak, 1906: 6)

Nessa linha narrativa, Alfredo Ferreira Rodrigues elaborava a representação de um líder *farroupilha* que, independente da situação na qual se encontrava, atuaria sempre em benefício da revolução reivindicadora dos direitos sulinos. O seu “*caráter*”, o seu “*cavalheirismo*”, a sua “*boa fé*” e “*magnanimidade*” (Almanak, 1906: 13) não deixava dúvida de sua incapacidade para mentir. Agiria invariavelmente de acordo com a moral de um *herói* exemplar e, com essa postura, seguiu até a assinatura da Paz de Ponche Verde.⁴⁸

Refletiu ainda no mesmo artigo, ao se auto-indagar sobre a atitude de Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha:

Filho de um antigo e fiel servidor da monarquia, fizera-se homem lutando sob as bandeiras imperiais contra os inimigos seculares de seu povo e de sua raça. O império, a que servira com fidelidade, o cumulava de honras, e não podia ele deixar de lhe ser dedicado. O ideal republicano, se o tivesse, não lhe aumentaria as glórias de que se cobriu. Republicano, qualquer demagogo o podia ser ou dizer-se, sem que disso lhe adviesse merecimento. Não o teve e nem por isso a sua ação social foi menos brilhante e menos fecunda. (Almanak, 1906: 22).

Assim, afastava qualquer possibilidade de Bento Gonçalves possuir qualquer pensamento separatista ou republicano. O *20 de Setembro* teria sido apenas uma reação ao contexto sul-rio-grandense, tendo como objetivo exclusivo a expulsão do presidente provincial e seu comandante de armas, representantes de um partido e de um governo que viviam em comunhão com o elemento português, contrários aos interesses do Rio Grande do Sul. Com isso Bento Gonçalves imaginaria libertar a província dos abusos do Império e conquistar vantagens e regalias para o Rio Grande através da vontade do partido liberal.

Segundo o pensamento de Alfredo Ferreira Rodrigues, o grupo dos republicanos⁴⁹, apreciado como minoria entre os revoltosos, porém, com maiores aspirações, teria aproveitado o momento de subversão para incutirem, no ânimo do povo, a necessidade de

⁴⁸ No discurso do autor, a Paz de Ponche Verde foi representada como um tratado onde ambos opositores teriam se acordado em condições iguais. Como objetivo desse acordo, apresentou a uma suposta união dessas forças contra um vizinho ambicioso e conquistador: o ditador João Manoel Rosas. Assim, declarava: “*A convenção de Ponche Verde não foi uma anistia concedida misericordiosamente pelo governo vencedor a rebeldes destruídos*”. (RODRIGUES, 1990: 66) Para saber mais sobre a visão de Alfredo Ferreira Rodrigues, acerca da pacificação, conferir ALVES, 2001.

⁴⁹ Para o autor, a política opressora e injusta do império brasileiro para com o Rio Grande do Sul, enviando seus habitantes com preferência para os campos de batalhas e saqueando seus cofres em favor das outras províncias, vinha por muito tempo provocando grande animosidade entre a população mais meridional do Brasil. Nisso, os ideais republicanos e separatistas, pregados por um grupo de liberais exaltados e “*sinceros*”, foram fomentados com “*intuitos menos elevados*” por representantes dos caudilhos orientais e de Rosas, que almejavam a formação de um grande império ou de uma federação. (Almanak, 1906: 7-8)

uma mudança radical de governo. Com isso, venceram, pois o seu ideal subsistia, quando os outros nada mais tinham a desejar.

No artigo, *Bento Gonçalves: suas convicções monarquistas – o que sempre pensei a respeito*, publicado no ano seguinte em resposta à acusação de Joaquim Gonçalves da Silva, filho do general Bento Gonçalves, Ferreira Rodrigues exibiu com mais nitidez seu pensamento sobre a *memória* do líder *farroupilha*. Valorizou as particularidades patrióticas, altruísticas e morais em detrimento de possíveis tendências a uma ou a outra forma de governo, ainda que exaltasse o monarquismo presente no general. Foi a glorificação do personagem Bento Gonçalves que, possuindo um grande manancial de virtudes reconhecidas na província, teria sido utilizado ou explorado pelos republicanos para servir aos seus desígnios.⁵⁰ Assim, o caráter, não a convicção política, seria o fundamental na idealização de Bento Gonçalves.

Respondendo a Joaquim Gonçalves, o qual teria ficado extremamente contrariado com os aspectos monarquistas atribuídos a seu pai pelo historiador, afirmou que não seriam as idéias políticas que elevam os homens, porém as suas virtudes e os seus grandes feitos. Nesse embasamento, guardando certos traços do *positivismo* e seu método glorificador dos grandes homens e dos feitos protagonizados, característica também comum no período, encontra-se sua linha idealizadora do general Bento Gonçalves. O seu caráter, o seu cavalheirismo, a sua magnanimidade, que tantas vezes teria posto à prova durante a revolução, demonstraria um oficial preocupado com a situação sul-rio-grandense, desprovido de interesses pessoais.

No que se refere às suas qualidades pessoais, físicas e militares, o General Bento Gonçalves igualmente ganhou representação idealizada por Alfredo Ferreira Rodrigues. De acordo com o autor, o referido personagem tinha grande estatura, com um corpo robusto cheio de vigor e agilidade. Com as armas mostrava ser hábil atirador de arma comprida e pistola, manejando com perfeição a espada, a lança, a faca e o pau: *‘como cavalheiro, poucos rio-grandenses lhe igualavam a perícia’*. (RODRIGUES, 1990: 71) Seu poder de persuasão fora comparado com as qualidades dos antigos generais romanos. Um atributo bastante comum na idealização de qualquer *herói*:

Tinha o condão de cativar quantos dele se aproximavam: nele se encontrava toda a generosa franqueza e o gênio sinceramente hospitaleiro do povo rio-grandense.

⁵⁰ Tal artigo foi publicado no *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, do ano de 1907.

Pelas suas raras qualidades, chegou a ter legiões de homens dedicados em corpo e alma à sua causa. Como o general romano, podia-se vangloriar de fazer surgirem exércitos como por encanto.

Era uma austeridade espartana: bastava-lhe o passadio do simples soldado e, terminada a guerra, ele, o chefe supremo da nação, estava pobre como Job. (RODRIGUES, 1990: 72)

Segundo o autor, atribuir o caráter monárquico a Bento Gonçalves não seria uma forma de diminuir o valor do personagem histórico, por outro lado, atribuir-lhe o cunho republicano, sim:

Isto não amesquinha a sua figura histórica, que é grande o bastante para viver eternamente no coração rio-grandense, sem necessidade, para soerguer-lhe o pedestal, de sobrepô-la a outras, que lhe são pelo menos iguais.

Isto eu sempre reconheci, ontem como hoje. Do que nunca cogitei, porém, foi de cingir-lhe a frente com a auréola de republicanismo, o que seria, para um herói de sua estatura, uma triste gloriola, se outros predicados pessoais, se outros feitos não bastassem para lhe ilustrar o nome. (Almanak, 1907: 229)

Alfredo Ferreira Rodrigues justificava que desde o primeiro momento, no qual passou a estudar profundamente os fatos que marcaram a Revolução de 1835, já teria firmado a opinião de que Bento Gonçalves fora sempre monarquista. Ainda, acreditava que esse personagem supostamente tenha se oposto à proclamação da república efetivada pelo General Netto. Essa sua concepção teria se confirmado com a descoberta de novos documentos⁵¹, matéria-prima tão valorizada pelo escritor.

Embora tenha alçado Bento Gonçalves como o grande ícone da Revolução Farroupilha, Ferreira Rodrigues não atribuía ao personagem a responsabilidade do conflito. Este teria se originado pelos grandes males que oprimiam a província, como *“uma explosão de uma caldeira em que a imprudência, a leviandade e a temeridade houvessem condenado demais o vapor”*. (RODRIGUES, 1990: 67) Tampouco teria ele sido a *“alma da revolução”*, pois, ela estando já estando no ânimo popular, aconteceria até mesmo sem a sua presença. O

⁵¹ Alfredo Ferreira Rodrigues se demonstrava aberto à descoberta de novas fontes e, com elas, uma revisão de seu próprio pensar sobre o objeto. Por isso, defendeu sua postura que, cada vez mais intensamente, atribuía o caráter monarquista ao General Bento Gonçalves. Em certo momento declarou: *“O historiador, menos do que ninguém, tem o direito de formular uma opinião imutável. Se hoje afirma uma coisa, para negar-la amanhã, fundado na descoberta de novos documentos, ele não se contradiz, é preciso que o saiba o Sr. capitão Joaquim Gonçalves; ele não se contradiz, se fala com sinceridade. Dá apenas um passo para a verdade. Não se rebaixa, porém se eleva porque preza mais a verdade do que a sua própria opinião. O historiador formula uma opinião, mas quando o estudo dos fatos e dos documentos, não o estudo superficial dos fazedores de frases, mas o estudo meditado à luz da crítica histórica, o conduz a conclusões diametralmente opostas, ele tem o direito, tem mesmo o dever de declarar que errou e que a verdade é outra.”* (Almanak, 1907: 235)

líder *farroupilha* teria colaborado com seu braço forte, com sua popularidade, qualidade, patriotismo e suas idéias liberais.

Mesmo retirando de Bento Gonçalves o papel de detentor do controle maior da Revolução Farroupilha mostrando, assim, um homem mais manipulado pelos revoltosos do que comandante dos mesmos, destinava a ele a posse de um nobre coração, constituindo-se na personificação das virtudes do Rio Grande do Sul de outras épocas. Sobre a questão política, afirmou Ferreira Rodrigues que admirava mais entender um Bento Gonçalves monarquista e sacrificado pelos seus companheiros, ao invés de republicano e “*pérfido*”. (*Almanak*, 1906: 25).

Uma outra qualidade bem trabalhada por Alfredo Ferreira Rodrigues foi o reconhecimento da popularidade de Bento Gonçalves. Ela teria sido muitas vezes utilizada pelos próprios *farroupilhas* ao buscarem alguns de seus objetivos e acentuada com o seu aprisionamento na batalha da ilha do Fanfa, quando teria então começado a sua melhor ação na revolta:

A sua popularidade cresceu extraordinariamente com isso, e com isso também lucrou a causa da república, que, desde então, contou nele com um dedicado e fervoroso defensor. Esse desastre cortou as suas hesitações e lançou-o em definitivo na revolução republicana e separatista, de que ele antes não cogitava. Começa então o seu grande papel. (*Almanak*, 1907: 233).

Além dos conteúdos dos artigos de Ferreira Rodrigues pode-se concluir que ampla parcela da heroização da imagem de Bento Gonçalves da Silva se deu na própria concepção estrutural do *Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. O organizador destinou, ao longo dos anos, amplo espaço aos mais variados autores que, por sua vez, também deram suas contribuições para a idealização tanto da revolução, como do líder. Conforme explicitado, a seção *Homens e Fatos do Passado* se constituiu em um dos principais recursos de aceleração desse processo memorização de 1835 e seu *herói*.

A relevância no papel de Alfredo Ferreira Rodrigues na construção do *herói* Bento Gonçalves não está somente nos seus escritos sobre o mesmo ou acerca da Revolução Farroupilha, mas no próprio espaço que ele destinava para o estudo. A partir da organização do *Almanak*, Ferreira Rodrigues destinava um amplo espaço, influenciado por sua visão da história do Rio Grande do Sul. Desde a escolha ou exclusão da publicação de um texto ou, até mesmo na simples tarefa de destinar qual local tais artigos seriam inseridos, o organizador foi

o responsável também pela forma como tal conjunto chegava ao seu público alvo que, por sua vez, interpretava e dava novos significados à obra.

1.2. A construção da *memória* de José Artigas pelo discurso intelectual uruguaio

As décadas que antecederam a inauguração do Monumento ao General Artigas, na Praça Independência em Montevideu, marcaram um novo período da construção da *memória artiguista*. Palestras, debates historiográficos através de livros e periódicos, oratórias inflamadas em festividades públicas, entre outras formas de manifestações de pensamento, foram crescendo paulatinamente no meio intelectual uruguaio.

O início da década de 1880 acarretou em intenso debate acerca da própria nacionalidade uruguaia, representando um momento fundamental para o desenvolvimento e o amadurecimento historiográfico do país de acordo com a visão conceitual do período final do século XIX. Nesse sentido, já na década, anterior os escritores políticos daquela geração *setentista* possuíam duas grandes preocupações: a criação de uma sociedade que pudesse se identificar e ser identificada como nacional por intermédio de uma integração do corpo social e, a outra, encontrar um caminho rápido e sustentável para o progresso e a modernização da sociedade. A primeira preocupação estava diretamente ligada à necessidade de propor à nação uma história própria e seus simbolismos. (ROCCA: 2000: 244)

A tomada de poder pelos militares⁵², ainda na década anterior, pôs em evidência a necessidade de se buscar novos caminhos que os afastassem dos tradicionais conflitos

⁵² No ano de 1875, o coronel Lorenzo Latorre liderou uma rebelião militar pondo fim ao governo do Presidente José Eugenio Ellauri Obes, do Partido Colorado, o qual fora eleito no ano de 1873 com forte apoio dos *principistas*. O golpista Latorre apoiou a ascensão de Pedro José Varela ao governo provisório instaurado no mesmo ano, logo após a rebelião. Num contexto de forte crise econômica e insatisfação popular, Latorre busca apoio de setores *blancos* contra uma eminente guerra civil e, para isso, promove um novo golpe, dessa vez, contra o Varela, assumindo o poder no ano de 1876 e instaurando um período militarista no Uruguai sob conotação enérgica e com forte caráter nacional. Segundo Barrán, as elites econômicas estiveram na esteira desses acontecimentos, impulsionadas pela forte crise econômica pela qual atravessava o país: “*Cuando Latorre tomó el poder el 10 de marzo de 1876, volvieron a coincidir la política, la economía y la sociedad oriental representada por sus clases altas. Un gobierno fuerte y dictatorial que impusiera el orden y una moneda ‘sana’, era la aspiración de los ricos grupos rurales y urbanos. Se había obtenido. El viejo Uruguay pastoril estaba moribundo desde la década 1860-1870. Sobrevivió hasta 1875 el Uruguay de doctores y caudillos. Con el ascenso del Coronel desaparecería también éste*”. (BARRÁN, 1990: 145) No período militarista, o país passou por algumas mudanças políticas e econômicas estruturais. Com o Código Rural de 1876, o campo sofreu uma tentativa de melhor organização e controle, embasada em leis e policiamento. Política e militarmente, o Estado Nacional se fortalece, refletindo em ações mais concretas de modernização nas áreas da educação primária, transportes e comunicação. Cf. YAFFÉ, 2003: 328-331. Através de um forte poder de coação, perseguindo

internos. Segundo Oddone, o período apresentou um apontamento para novos gêneros e a influência, cada vez ativa, da ciência natural que aponta a casualidade dos desenvolvimentos sociais. Além disso, houve uma maior atenção à ampliação dos horizontes documentais junto à consolidação do *positivismo* em meio a forma de se pensar a história:

Es justamente a partir de entonces, en el lapso que cubren las dos últimas décadas del siglo, donde se sitúan algunas expresiones singulares, característica de aquella tendencia que, a partir de la compulsión documental y la erudición, postula una rigurosa exégesis de fuentes, por el método de depuración hermenéutica. El ochenta y el noventa recogen una bibliografía histórica que compendia, a los fines sistemáticos de este panorama, los frutos de la corriente erudita en el Uruguay del XIX. (ODDONE, 1959: 25)

Todo esse contexto de mudança de conceitos e paradigmas atingiu diretamente a forma de conceber o passado uruguaio. A relativa pacificação política das últimas décadas do século XIX, mesmo que sob um governo militarista, proporcionou um ambiente favorável para se repensar a própria identidade nacional, sua gênese e seus respectivos *heróis*. Dessa forma, um *primeiro imaginário nacionalista* se desenvolveu em consonância com os primeiros movimentos modernizadores sob a égide capitalista e as necessidades de adaptação aos acontecimentos externos:

En primer lugar, el “afuera” lo demandaba: desde las nuevas exigencias derivadas de la mundialización de los mercados y las transformaciones económicas que conmovían a las economías rioplatenses, hasta los procesos expansivos de los países limítrofes que amenazaban desbordar las todavía débiles fronteras. La necesidad de la modificación radical del viejo Uruguay pastoril tenía que ver directamente con el requerimiento de un prospecto nacionalista que diera señales de consistencia. (CAETANO, 1992: 82-83)

Assim, esse contexto teria dado origem à geração intelectual que buscou afirmar a nacionalidade rebatendo a anterior tentativa *integracionista*. Desse novo grupo, surgiram nomes como Francisco Bauzá, Carlos María Ramírez, Zorrilla de San Martín, entre outros, que extraíram do passado histórico as raízes da *orientalidade* e promoveram um caminho ideológico *nacionalista*, caracterizado, entre outras coisas, pelo fortalecimento de fronteiras econômicas e sociais com os países vizinhos. (CAETANO, 1992: 82-84)

políticos e caudilhos contrários ao governo, manteve um governo pacificador à custa do efetivo policiamento às tradicionais lideranças das facções *blanca* e *colorada*. Deixou o cargo no ano de 1880, sendo substituído pelo governo civil do *colorado* Francisco Antonino Vidal.

Nesse caso, o procedimento de desconstrução da denominada *leyenda negra*⁵³ sistematicamente envolveu boa parte do debate intelectual uruguaio, reflexo de um novo contexto sócio-político desenvolvido ao longo da década de 1870 e continuado na década seguinte. Segundo Demasi, alguns acontecimentos importantes demonstram essa importante mudança na forma de se conceber o passado do país. Seriam eles: o impacto causado pela pintura *El desembarco de los Treinta y Tres*, de autoria do artista Blanes no ano de 1878, e a inauguração do monumento em Florida e suas repercussões.

Com a chegada da década de 1880, tornaram-se freqüentes o uso dos periódicos, as solenidades comemorativas oficiais e os debates no Ateneo⁵⁴ como um importante espaço de maturação dessa reivindicação histórica. Tal clube manteve uma forte tendência liberal, aproveitando-se do momento propício de efervescência na intelectualidade montevideana. Apesar de certa uniformidade no que se refere ao livre pensamento, a nova agremiação ficou longe de possuir um conjunto de idéias homogêneo. Nesse ponto, destacou-se a contraposição ideológica entre *espiritualistas* e *positivistas*. Enquanto o primeiro grupo se caracterizava pela sustentação de uma *metafísica deísta e apriorista*, o segundo se baseava em um pensamento *agnóstico* e próprio da doutrina empirista do *evolucionismo*. Por outro lado, novos alinhamentos se originavam frente aos diferentes temas em questão: as forças *espiritualistas* e *positivistas* se uniam em defesa do livre pensamento; *catolicismo* e *espiritualismo* se aliavam

⁵³ A *leyenda negra* foi uma representação discursiva, presente em boa parte do século XIX, destacada por representar José Artigas de forma negativa: um anárquico, sanguinário, representante da “barbárie indígena”, bandoleiro, traidor, contrabandista, torturador, egoísta, etc. “*Artigas es presentado como el villano de la historia, el anti-héroe, o bien, más adecuado a nuestros fines, el anti-nación: anarquista, matrero y contrabandista, transgresor de leyes y costumbres*”. (PIAZZA, 2001: 65) Essa representação teria começado justo na época de atuação do líder, através de decretos como o de Posadas (o qual colocava a “cabeça de Artigas” a preço), prosseguindo com o folheto elaborado por Cavia, e memórias de alguns viajantes daquele período, como Dean Funes e W. Robertson. Na historiografia, encontrou respaldo em autores como Bartolomé Mitre, Luis Dominguez, Francisco Berra, Vicente Fidel López e Domingo Faustino Sarmiento: “*La adversión a Artigas era una secuela de los odios generados durante las duras luchas de patricios y caudillos, mantenidas en los vaivenes de la gesta independentista, traducidas políticamente en los movimientos unitarios o centralistas y federales o autonomistas. Artigas, habiendo sido el abanderado más prestigioso del Federalismo, se había enfrentado a la élite centralista porteña, la que teje en su torno una ‘leyenda negra’*”. (MAIZTEGUI, 1994: 112) Nesse processo, destacou-se Domingo Faustino Sarmiento que, através de seu “*Facundo, civilización o barbarie*”, atacou frontalmente o *caudilhismo*, o qual Artigas, considerado um líder avesso à ordem e aos princípios de governo, seria representante dessa classe negativa junto com Rosas. De acordo com González Laurino, a historiografia dos países do Prata, em especial a de Buenos Aires, permaneceu com a direção condenatória do *artiguismo* com a intenção de alertar sobre os perigos do *caudilhismo* às novas gerações, as quais se pretendia formar sob o molde jurídico das instituições liberais em gestação. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 131) Somente a partir de 1860 começaram a surgir estudos mais críticos, revisando a imagem, até então, construída sobre o personagem, destacando-se Isidoro María, Francisco Bauzá, Carlos María Ramírez, entre outros.

⁵⁴ Foi fundado em 5 de Setembro de 1877 pela fusão do *Club Universitario* com distintas sociedades científicas, literárias e históricas do período. Cf. ARDAO, 2005: 78-85.

pela *metafísica* em oposição ao *naturalismo científico* próprio da *doutrina positivista*. (ABADIE & ROMERO, 2000: 46-47)

Nesse aspecto, cabe destacar a atuação de um grupo de jovens⁵⁵ que se autodenominaram de *principistas*. Segundo Barrán, José Pedro Ramírez definiu a ideologia, desse grupo, como sendo a “liberdade como princípio, como meio e como fim”, opondo indivíduo e Estado. (BARRÁN, 1990: 125) Foram responsáveis pela fundação de partidos como, por exemplo, o Partido Constitucional no ano de 1880, articulando uma nova mentalidade político-ideológica para a condução do país, desvinculada das antigas tradições *caudilhescas* que marcaram profundamente a política uruguaia ao longo do século XIX. Assim, propunham uma nova mentalidade de se pensar, não só a política nacional como, do mesmo modo, a sociedade e suas relações com o passado e o futuro da nação.⁵⁶

Mais nomeadamente durante o governo do militar Máximo Santos⁵⁷, instaurado em março de 1882, começou a se destacar uma nova elite de intelectuais e periodistas que viria a exercer um forte poder no campo político e intelectual nas décadas seguintes. Entre eles,

⁵⁵ Com destaque para Julio Herrera y Obes, Carlos María Ramírez, José Pedro Ramírez, José Pedro Varela e Eduardo Acevedo Díaz. Eram amplamente radicais em âmbito político e econômico, jornalistas combatentes e admiradores do modelo institucional norte-americano. (ROCCA, 2000: 241) Segundo Oddone, o *principismo* exaltava o indivíduo, sua origem e o destino de suas especulações. Com uma formação filosófica e liberal, a geração de 72 olhava no indivíduo o centro de gravidade da sociedade e do Estado. Nesse sentido, a arquitetura doutrinária desse grupo se estruturou em torno dos direitos individuais e, a eles, se remetem as liberdades públicas, as funções do Estado e a teoria de governo, bem como, a verdade última de todo o sistema gerado na universidade, na Câmara e no periodismo. Nessa linha que propunha a garantia das individualidades e seus directos para o cidadão uruguaio, o *principismo* propunha: “*un reajuste de la vida institucional de acuerdo a las directivas de su escuela política, y consagra el primer esfuerzo orgánico y viable (la fusión no lo fue) de recondicionar nuestra anárquica existencia política con arreglo a las pragmáticas del civilismo democrático. Su vocación espiritualista, se ajustó en su prédica doctrinaria y en su gestión fecunda al cumplimiento de un lema erigido en verdad absoluta: el individuo es todo, el Estado es nada. Tal fue en verdad el tajante postulado del liberalismo principista que esgrimía la omnipotencia del individuo como supremo principio*”. (ODDONE, 1956: 95)

⁵⁶ O Partido Constitucional, liderado por Carlos María Ramírez e Pablo de María, teve curta duração na vida política uruguaia, de 1880 a 1903. Após o fechamento do encerramento do partido, seus principais dirigentes deram continuidade as suas atividades políticas em outras agremiações. Entre suas bandeiras estava a defesa constitucional; direitos individuais; liberdade e direito de sufrágio a uma minoria qualificada e a não reeleição presidencial. Posicionavam-se ideologicamente contrários ao *caudillismo*. (MAIZTEGUI, 1994: 111).

⁵⁷ Homem de confiança de Latorre, Máximo Santos reorganizou um setor do Partido Colorado adicionando a expressão “Popular”. Em 1886, ao término de seu mandato, Francisco Vidal foi eleito como seu sucessor sendo, no mesmo ano, obrigado a renunciar à presidência. Assim, após uma manobra política, Máximo Santos reassumiu o cargo de Presidente, o qual se viu obrigado, também, a renunciar após forte oposição que o acusara de despotismo, cerceador das liberdades públicas e civis, situação que o levou a enfrentar a *Revolución del Quebracho*. Foi sucedido por seu comandante militar, Máximo Tajes, quem exerceu um governo de transição civil marcado pelo ressurgimento do parlamento uruguaio. Tal fato foi fundamental para a reorganização política e intelectual do país, pois, com essa reativação parlamentar, regressaram figuras destacadas da intelectualidade nacional, como J. Pedro Ramírez, Pedro Bustamante, Carlos María Ramírez, Luis Melián Lafinur, entre outros. (MAIZTEGUI, 1994: 115-120) Vários desses políticos e intelectuais foram responsáveis por alimentar o longo debate sobre o passado nacional, utilizando-se das câmaras, da imprensa ou da produção historiográfica do período.

destaque para a figura de José Batlle y Ordóñez⁵⁸, futuro Presidente e maior liderança política das primeiras décadas do século XX no Uruguay.

Da mesma forma, a tribuna do poder legislativo se constituiu em uma outra importante e privilegiada tribuna para a revisão, pois desde a pacificação de 1872⁵⁹, atuavam nele políticos dos dois tradicionais partidos: *Nacional*⁶⁰ e *Colorado*. Nessa conjuntura, o debate histórico, escasso na década anterior, paulatinamente evidenciava a aspiração de se construir um relato de maior consenso sobre o passado. Uma *memória* nacionalista que pudesse, por meio de um discurso idealizado e idealizador, legitimar a constituição do Estado uruguaio e delimitar suas fronteiras sócias-políticas e culturais.

Sob tal ambiente, o último quartel do século XIX apresentou uma nova mentalidade pública sensível à produção de símbolos que pudessem caracterizar a nacionalidade uruguaia:

Desde distintos espacios ideológicos, los intelectuales de la generación del 78, antagonistas implacables en el debate político, filosófico o religioso, coinciden en la elaboración de un ámbito de encuentro nacional que consolida el proceso de transformación moderna que venía operándose en el aparato productivo y en la organización estatal. A través de estilizados mecanismos de sacralización y ritualización, la historia adquiere trascendencia épica y se revive comunitariamente en el terreno de la estética. En la cuidadosa selección de ciertos acontecimientos y la recuperación de un recuerdo idealizado de determinadas figuras del pasado se genera un acervo significativo de identidad política en una comunidad socialmente heterogénea. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001:214)

Um ambiente intelectual em profusão

O contexto de negociação e disputa pela representação do passado e da *memória oriental*, desenvolveu-se sob um ambiente intelectual bastante heterogêneo, onde cada grupo

⁵⁸ Combateu o regime de Máximo Santos através do periódico La Razón. Mais tarde, em 1885, Batlle fundou o *El Día*, folha que desempenhou papel fundamental na defesa de seu futuro governo.

⁵⁹ Conflito armado ocorrido entre 1870 e 1872, organizado por Timoteo Aparício, caudilho do Partido Nacional. Conhecida como *Revolución de las Lanzas*, por ser a última revolução combatida com armas tradicionais, foi o maior movimento contrário ao governo do *colorado* Lorenzo Batlle. Seu fim, representado pela *Paz de Abril*, permitiu aos *blancos* acesso às Câmaras, liberando-os a elegerem um senador por departamento e deputados de acordo com a respectiva população. Além disso, começaram a participar do Poder Executivo, obrigando-o a nomear quatro chefes políticos eleitos pelo partido adversário o que, de certa forma, culminou em um governo dividido entre os tradicionais partidos *Colorado* e *Blanco*. Surgiu a chamada política de co-participação. (BARRÁN, 1990: 122-123) Segundo Demasi, esse acordo de paz implantou uma norma de convivência entre os partidos, eliminando o repetido recurso às guerras civis. (DAMASI, 2001: 343)

⁶⁰ No início da década de 1870, a juventude *blanca* resolve se separar da tradição *caudilhista* e se chamar Partido Nacional. Oficialmente o partido manterá essa nova denominação, no entanto, principalmente a população ligada ao campo, permanecerá conhecida como *blanca*. (ZUM FELDE, 1991: 190)

ou personagem mantinha sua particularidade no que se refere às influências políticas e filosóficas. Tal característica teve continuidade com o rompimento do século XX, levando Real de Azúa a declarar ser um equívoco ponderar sobre uma eventual “ideologia dos 900”, pois, esse período, deu-se em meio a um ambiente intelectual caracterizado sob a égide da controvérsia e do caos, onde distintas doutrinas, em sua mais clara essência, eram importadas da Europa, influenciando os novos intelectuais sul-americanos:

También se ve en este medio intelectual del 900 esa coexistencia anotada de posturas y corrientes. Nos es difícil sorprender la tonalidad romántica en los sentimientos, en la ideología política y en la filosofía de la historia, conviviendo con el positivismo ortodoxo y sus derivaciones, o con lo tradicional en las costumbres – y a veces en las creencias religiosas -, y a todos y cada uno de estos temperamentos con las reacciones o superaciones del positivismo, sin que la noción de su múltiple conflicto inquiete largamente.
(REAL DE AZÚA, 1984: 10)

Embora o período se caracterizasse por uma série de doutrinas e filosofias peculiares e, em certo ponto, divergentes entre si, o pensamento *positivista* exerceu uma forte influência no meio intelectual uruguaio a partir das últimas décadas do século XIX, mais especificamente, após a reforma universitária ocorrida em 1885, período auge do *positivismo* na Universidade de Montevideo. Seus ideais tiveram como principais agentes propagadores da doutrina os pensadores ligados ao ambiente universitário⁶¹. Com isso, professores, estudantes e graduados divulgaram-na através dos centros culturais e imprensa do período. Muito prontamente a *doutrina* ultrapassou as fronteiras universitárias e alcançou outras agremiações culturais privadas como, por exemplo, o *Ateneo*. Mesmo que nesse agrupamento o *positivismo* não tenha obtido singular adesão, provocou importante debate, interno, entre seus adeptos e os *espiritualistas*, além, de marcar presença nos *Anais* da instituição, entre os anos de 1881 a 1886. Por outro lado, a também privada juvenil *Sociedad Universitaria*,

⁶¹ Os quase vinte anos de reitorado de Alfredo Vazquez Acevedo se constituíram em peça fundamental para o desenvolvimento do doutrina no meio intelectual acadêmico uruguaio. Denominada por Ardao como sendo a “*era del imperio oficial del positivismo*”, o período foi demarcado pela reforma do programa de filosofia elaborados por Eduardo Acevedo e Martín C. Martínez, membros do Conselho Universitário. O novo programa se dividia em quatro partes: a psicologia; lógica; moral; metafísica e teologia natural. Suas características: “*excesivamente analítico, con un minucioso planteamiento de múltiples problemas particulares y una extensión que lo hacía un verdadero volumen, daba ancha entradas, junto a las posiciones clásicas, a las doctrinas cientistas del día, en especial las de Darwin y Spencer.*” (ARDAO, 2005: 123) Dessa forma, o reitor Alfredo Vazquez Acevedo, *positivista* declarado, deu uma nova orientação ao pensamento produzido no meio universitário, abrindo as suas portas para a propagação do *evolucionismo* na instituição e, por conseqüência, para a intelectualidade como um todo, gerando uma forte oposição por parte dos setores *espiritualistas*. Sobre a *reforma positivista* e suas implicações, conferir ARDAO, 2005:120-144.

fundada em 1875, publicou em sua revista uma série de trabalhos e discursos que revelavam a sua total concordância com as novas teorias científicas.⁶²

Dentre as diferentes correntes do *positivismo filosófico* foi a *spenceriana* que melhor encontrou respaldo entre os intelectuais uruguaios. Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, no Rio Grande do Sul, o consistente desenvolvimento do pensamento do inglês Herbert Spencer influenciou diretamente na ofuscação da *doutrina comtiana* que, por isso, encontrou pouco espaço para progredir entre a elite letrada do período relativo ao início do século XX. Com uma visão de mundo e de existência embasada nos conceitos de *razão, indivíduo, progresso, liberdade e natureza*, descobriu-se, nesse *positivismo*, um instrumento de propagação que levou a matiz *imanentista e antropocêntrica* a setores, até então, alheios ao moderno, ainda presos ao ponto de vista tradicional. Sua importação refletiu em uma adaptação peculiar de seus conceitos ao contexto sul-americano, produzindo, disso, uma deformada idolatria à Ciência, ao racionalismo, ao agnóstico e a um *relativismo*. Além disso, caracterizou-se pela forte tendência *determinista e causalista*. (REAL DE AZÚA, 1984: 14-15)

Segundo Ardao, Herbert Spencer teve fundamental importância na transformação operada com o enlace entre o *positivismo*, primeiramente elaborado por John Stuart Mill e depois por Auguste Comte, e o pensamento *evolucionista* proposto por Carlos Darwin, a partir da segunda metade do século XIX. Spencer⁶³ concebeu um universo como um formidável mecanismo submetido à ação de uma implacável causalidade e em um único processo linear. Assim, sob variadas intensidades e ações, a *doutrina positivista* adentrou e se desenvolveu em diversos países das Américas a partir de 1870, influenciando, direta e indiretamente, nas concepções de mundo propostas pelas intelectualidades locais. À vigência do *espiritualismo filosófico* prosseguiu em várias localidades a “entronização” da *filosofia positivista*, recebida com muito interesse pelas nacionalidades sul-americanas ainda em processo de formação. (ARDAO, 2005: 53-54)

O estudo da formação de uma nação possui fundamental importância para o pensamento *evolucionista* proposto por Herbert Spencer. Segundo ele, é necessário ter o conhecimento sobre todos os fatos que possam elucidar a forma como uma pátria nasce e se

⁶² Cf. ARDAO, 2005: 118-148. Segundo Ardao, o período de auge do *positivismo* no Uruguai se deu entre 1880 e 1890.

⁶³ Na *doutrina evolucionista* proposta por Herbert Spencer tudo o que se faz na sociedade é produto das ações compartilhadas dos indivíduos que a compõem sendo, por isso, somente possível encontrar as soluções dos fenômenos sociais nas suas próprias ações. No entanto, tais ações, acometidas pelos indivíduos, dependem das leis da sua natureza as quais devem ser compreendidas. (SPENCER, s/d b: 59)

organiza de forma autônoma. Entre tais acontecimentos, são imprescindíveis aqueles relacionados ao seu governo, abarcando os indivíduos que o constituem, bem como, sua estrutura, métodos e outros de seus aspectos. Essa forma de se analisar os processos históricos estariam, para ele, passando por uma positiva transformação em sua época, abarcando um universo que, até então, não participava dos estudos:

O que constitui a Historia propriamente dita, é na maior parte omitido, nas obras que dela dizem tratar. Só nestes últimos anos é que alguns historiadores nos começaram a dar, ás doses, conhecimentos de valor real. Como nos séculos passados o rei era tudo e o povo coisa nenhuma, assim nas passadas historias os feitos do rei enchiam toda a tela, de onde eram cuidadosamente varridas as manifestações da ida nacional, Só agora que a idéia da felicidade das nações sobreleva a vaidade dos seus dirigentes é que os escritores da historia principiam a ocupar-se dos fenômenos do progresso social A coisa que realmente mais nos importa saber é a historia natural da sociedade. (SPENCER, s/d b: 55)

Assim, caberia ao historiador construir uma narrativa da vida das nações, proporcionando materiais a fim de serem aplicados na sociologia comparada. Esse estudo determinaria as leis relativas aos fenômenos sociais influentes no meio. Só com esse caminho se teria uma história realmente de valor prático.

Além do método de estudo analítico acerca das formações dos países, a inclusão de grupos sociais antes alheios à narrativa histórica, entre outros pontos, vários outros adágios *spenceristas* foram importante para que a doutrina, proposta pelo autor, encontrasse o respaldo necessário para se desenvolver na intelectualidade uruguaia do final do XIX e início do século XX. A defesa do *liberalismo*, em sua forma pura, aproximou os escritos de Spencer à elite sócio-econômica uruguaia. Sobre a liberdade da economia, declarou o inglês: em meados do século XIX:

Em nossa era de livre cambio, quando sabemos que há muito mais inteligência nas coisas do que até agora se supunha, que o trabalho, o comercio, a agricultura, a navegação podem desenvolver-se muito melhor sem regulamentos do que com eles. (SPENCER, s/d b: 91)

Nessa linha, Spencer se posiciona abertamente em favor da livre empresa, direito à propriedade, e da iniciativa privada. Por outro lado, contrapõem-se a tendência do Estado a legislar a respeito de todos os assuntos, pois, segundo sua concepção de poder, o governo não deveria ter outras faculdades além das administrativas. Surge, disso, sua apologia à indústria

livre de qualquer obstáculo estatal. ⁶⁴ Contudo, o conceito de liberdade não se limitava à economia, abarcando, igualmente, a liberdade de culto, de crença, conhecimento, de expressão, etc..

No âmbito das artes, a escultura, a pintura e a música se constituiriam em peças fundamentais no entendimento geral do organismo social imaginado por Herbert Spencer. A ciência seria, além de considerada como um elemento poético, uma peça fundamental, pois comandaria e daria sentido a tais recursos artísticos. Deste modo, o sociólogo promoveu uma analogia, onde a flor, representada pelas artes, seria resultado direto do bom desenvolvimento da ciência, representada, aqui, pela raiz e pelas folhas que comporiam todo o organismo da planta. Para se ter uma boa flor seria necessário um cuidado especial com a sua base. ⁶⁵

Nos processos de construções das identidades sócio-políticas no continente americano, nesse caso, na República Oriental do Uruguai, o *liberalismo*, de nuança doutoral e acadêmica, desempenhou um papel fundamental no discurso de hierarquização da sociedade local. Caracterizou-se por ser mais liberal que democrático, ou seja, bem mais agradável aos anseios das classes altas e médias da sociedade, do que aos setores populares da mesma. Assentou-se sob um pilar embasado pela representação política, constituição e garantias individuais, elementos estreitamente associados a determinados setores da elite nacional. Adaptou-se a uma realidade social oligárquica, tendo que se inclinar levemente ao aristocratismo. De uma forma geral, para Real de Azúa, a *liberdade*, conceito base da *doutrina liberal*, tornou-se o maior baluarte entre a grande elite letrada do período:

De los tres clásicos postulados revolucionarios, el de la libertad era el más vivencialmente prestigioso. La igualdad era poco apreciada, salvo en los medios revolucionarios, y la fraternidad tropezaba con las negaciones del evolucionismo. La libertad se concebía, sobre todo, como ilimitada posibilidad de autónoma determinación, en conexión con una concepción inmanentista de la personalidad, como progresista eliminación de cortapisas ambientales y sociales. (REAL DE AZÚA, 1984: 19)

⁶⁴ Sobre a evolução do pensamento de Herbert Spencer, escreve Châtelet: “Spencer orienta-se no sentido de uma concepção onde os princípios darwinianos – em particular, o da ‘luta pela vida’ – substituem a idéia da espontaneidade interna. Assim, o liberalismo – que não pode mais se apoiar na idéia da harmonia tal como a concebia Adam Smith – encontra recursos numa doutrina científica segundo a qual a violência é natural; no mesmo momento, o socialismo de Marx e Engels buscava na nova teoria da evolução uma confirmação da justeza dos fundamentos de suas análises sócio-históricas.” (CHÂTELET, 2000: 123)

⁶⁵ Cf. SPENCER, s/d b: 62-71. Ainda sobre as artes, afirmou Spencer: “Ninguém mais do que nós, presta maior atenção á cultura estética e aos seus prazeres. Sem a pintura, a escultura, a música, a poesia, sem as sensações produzidas pelas belezas naturais de toda a espécie, a vida perderia metade dos seus encantos.” (SPENCER, s/d b: 60)

Desse modo, o pensamento *liberal* encontrará, nos jovens *principistas*⁶⁶, um grupo altamente capacitado para a difusão dessa doutrina no último quartel do século XIX, o qual elaborou, sob a influência do *liberalismo*, um modelo intitucional de país. Para o êxito estrutural desse projeto existia a necessidade de se ponderar sobre um imaginário nacional que acompanhasse a nova concepção de Estado: “*era necesario construir una genealogia, esto es, efectuar una operación ideológica – en el sentido hegeliano del término – que hiciera inteligible un pasado*”. (ROCCA, 2000: 242)

Destaca-se, então, a partir das décadas de 1870-80, um momento no qual a intelectualidade buscara a elaboração de um panteão representativo dos *heróis nacionais* que pudessem servir de modelo social, elemento de identidade e guia de conduta para as novas gerações uruguaias. A fim de uma maior amplitude e aceitação em uma sociedade caracterizada pela diversidade de pensamento, existia a necessidade de se buscar um personagem consensual, com bom trânsito indiferente de agremiação política ou cultural.⁶⁷ Assim, surge um José Artigas distinto da imagem representada pela *leyenda negra*. Essa recente releitura do personagem, liderada pelos estudos históricos acerca do período independentista e o contexto sócio-político, o tornou capaz de auxiliar na consolidação de uma nova imagem de nação:

El momento parecía propicio: en los últimos diez años no había habido ningún episodio que amenazara seriamente la estabilidad política; los episodios revolucionarios habían sido breves y no habían contado con el apoyo de los caudillos más importantes, y el poder central se imponía sin dificultad; en cambio, los mayores peligros provenían del exterior. Aparentemente parecía llegado el momento de cicatrizar las viejas heridas, y en ese sentido la figura de Artigas aparecía como una de las más adecuadas para ese propósito. (DEMASI: 2001: 347-348)

Nesse contexto, surge Artigas como aquele que melhor poderia representar as forças políticas antagônicas. Conforme Frega, o resgate da figura desse personagem presumia a busca de um *herói* acima dos tradicionais partidos políticos *blanco* e *colorado*. Artigas havia chefiado as figuras que, mais tarde, teriam se constituído em caudilhos dessas duas agremiações políticas. Essa sua característica de isenção partidária proporcionou uma

⁶⁶ Contavam com uma vantagem: constituíam-se em significativa fração da intelectualidade uruguia. Tinham na universidade um campo fundamental de ação.

⁶⁷ Cf. DEMASI, 2001: 342-345.

condição única, onde cada partido detinha a possibilidade de se apropriar, sob a sua maneira, do legado deixado pelo *herói*. (FREGA, 1993: 133-134)

No que se refere, mais especificamente, à construção da figura do *herói*, por parte da intelectualidade uruguaia do período, poucas teorias se destacaram como a proposta pelo pensador inglês Thomas Carlyle, principalmente, para o poeta e historiador Juan Zorrilla de San Martín que abertamente declarava sua simpatia pelo autor.⁶⁸ Exaltando os *heróis* que fizeram a história, Carlyle acreditava nos benefícios da autoridade e da virtude, desenvolvendo um idealismo “*moralizante e profético*”. Para ele, a história universal seria a história dos grandes homens que agiram mundo: “*su historia, para decirlo más claro, es el alma de la historia del mundo entero.*” (CARLYLE, 1946: 8)

A adoração aos *heróis*, para Thomas Carlyle, denunciaria o estágio pelo qual a sociedade estaria atravessando. Se antes os povos primitivos cultuavam astros, elementos da natureza, fenômenos naturais, uma posterior admiração ao heroísmo denotaria um concreto desenvolvimento no sistema de pensamento do grupo. Além disso, o culto aos *heróis* apresentaria duas fases distintas: a primeira, quando o personagem é considerado como um deus, uma divindade; já a segunda, trata de caracterizá-lo apenas como um profeta, ou um iluminado do céu. Essa primeira fase seria um erro de apreciação do *herói*. De certo, para Carlyle os “grandes homens” representariam a necessidade e a salvação de cada tempo e espaço: “*en todas las época de la historia veremos que el hombre verdaderamente grande es el salvador indispensable de su época, el rayo sin cuya chispa jamás hubiera ardidido el combustible.*” (CARLYLE, 1946: 25)

Um *herói* reinterpretado

Na intenção de se consolidar uma nova imagem para o país, destacava-se a necessidade de uma reinterpretação histórica sobre a fundação da nacionalidade uruguaia. Para isso, seria necessária uma releitura sobre os personagens, livrando-os de antigos vestígios e significados que os impedissem de representar o passado formador da identidade nacional. Nesse caso, a representação de José Artigas passou a concentrar grande parte desse

⁶⁸ Em contradição com a expansão do pensamento *liberal* no período, o autor defendia um Estado forte, um exército heróico, conquistador e, além disso, uma nação devotada à missão civilizadora, visto como uma qualidade. (CHÂTELET, 2000: 103) Assim, podemos ratificar a indicação de duas características básicas na elite letrada da época: a apropriação parcial e/ou adaptação das doutrinas filosóficas de acordo com a necessidade de quem se apropria; e o significativo ecletismo que norteava o pensamento uruguaio. Especificamente sobre essa questão, González Laurino destaca a expressiva pluralidade ideológica, apresentada pelos intelectuais da geração de 1880, no processo de construção simbólica do nacionalismo no país. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 213)

foco renovador, processo liderado pela intelectualidade do final do século XIX. Ao mesmo tempo, em que esse setor promovia o processo de glorificação do líder *oriental*, igualmente, elaborava um discurso deslegitimador da antiga *leyenda negra artiguista*.

Com o propósito de desautorizar o tom pejorativo, anteriormente direcionado ao *herói*, esse discurso ganhava todo um sentido de nulidade, sendo atribuído a um grupo exterior, inimigo da real nacionalidade uruguaia. Tal artifício pôde ser percebido em uma oratória, proferida na *Segunda Conferencia Patriótica*, a qual saudava a nova imagem de Artigas com a seguinte sentença: “*Ya está hecha, señores, la justicia de Artigas. Todas aquellas mentiras de los historiadores enemigos, fueron mentiras convencionales*”. E completou, mais adiante, com a seguinte analogia:

Los historiadores vengativos ya no existen. Los héroes viven!...Así es, señores. La justicia de la humanidad: desaparece como una roca, bajo la ola de las altas mareas populares, pero vuelve á surgir cuando el mar está en calma y cuando la razón brilla como un faro, descubriendo al instinto que es el Sísifo peregrino que no sube á la montaña de las grandes personalidades!... América aclama a nuestro Artigas. Ha bastado un siglo para popularizar un nombre, pero el nombre de Artigas perdurará para nosotros más que todos los de la historia. (El Centenario de la Batalla de Las Piedras, 1912: 40)

O discurso que, mormente, louvava a redenção da imagem de Artigas, da mesma forma marcou presença no território de Las Piedras, estimado *lugar de memória* bastante cultuado pela comunidade uruguaia.⁶⁹ Numa fala pronunciada por Horacio Maldonado nesse sítio, enfatizou-se que seria impossível estar nesse território sem retroceder no heróico passado, sem sentir no sangue Artigas e recordar, com indignação, as calúnias das quais ele teria sido vítima. Seria impossível não encher os olhos de lágrimas ao pensar como a História teria podido, alguma vez, ter sido tão injusta com esse líder. (*El Centenario de la Batalla*, 1912:101) Toda essa calúnia, a qual Artigas teria sido vitimado, já para Julio Maria Sosa seria decorrência de sua condição de maior precursor da América, superando nomes como Saavedra, San Martín, O’Higgins e Bolívar.

Também proferido nas *Conferencias Patrióticas*, o pensamento do estudioso Eduardo Rodríguez Larreta novamente abordou a reabilitação da imagem de Artigas para a sociedade. Entretanto, buscou um novo elemento para explicar a antiga *leyenda negra*. No que denominou de “*reparación histórica*”, na qual estariam empenhados, associou a oposição

⁶⁹ Localidade onde ocorreu, em 18 de maio de 1811, um dos mais importantes conflitos entre o poderio revolucionário *oriental*, comandado por José Artigas, e as forças imperiais espanholas: a Batalla de las Piedras. Embate vencido pelo exército *criollo*.

civilização x barbárie como uma forma de elucidar o processo calunioso pelo qual Artigas teria sido alvo. A pejorativa imagem de um *campo* como sendo um local bárbaro, abandonado e adverso, deveria ser destruída. Afirmou que os líderes da *Revolución de Mayo* conservavam um desprezo natural pela população da *campanha*, na qual muitos sem má intenção acreditavam em sua barbárie e, por isso, a razão fundamental de porque terem resistido em lhe dar participação no governo.

La genialidad de Sarmiento nos dio en su “Facundo” los rasgos típicos del caudillo bárbaro y nos trazó el medio ambiente que lo produjera en su lucha de la civilización y la barbarie. Los historiadores siguieron su huella encantados con aquel cuadro de efecto, y hoy encontramos, con verdadero asombro, que la leyenda no es menos falaz que la que pesó sobre Artigas, que la instrucción pública estaba regularmente difundida entre los hacendados, que las poblaciones rurales, educadas en principios puros y sanos eran de una moralidad puritana, que si se profesaba una idolatría al valor, se profesaba al mismo tiempo un culto á la verdad, que en el pago y en la ranchería, en la estancia y en el villorrio. (El Centenario de la Batalla de Las Piedras, 1912: 148)

Dessa forma, junto com a *memória* de General Artigas, o autor reivindica a imagem do que denominou de “*aquellas heróicas multitudes*” que teriam tingido toda a extensão do território com seu sangue. E, ao finalizar seu discurso, imaginou uma cena onde os antigos historiadores, difamadores de Artigas, despertassem no presente e percebessem uma nova realidade. Indaga: “*¿cual no sería su asombro al ver que el Artigas que ellos dieron por enterrado históricamente, está sepultado, sí, pero en lo más hondo y los más íntimo del corazón de su pueblo*”.⁷⁰ Ainda que afirme a existência de um ambiente mais favorável à *memória* do líder *oriental*, percebe-se que tal discurso admite que esse processo, de glorificação e redenção do personagem, ainda não englobava toda a América. Para que isso um dia fosse alcançado, deveriam, pois, seguir trabalhando.

⁷⁰ O autor se refere a um escrito de Mitre endereçado à López, no qual afirmava: *Los dos hemos tenido la misma predilección por las grandes figuras y las mismas repulsiones por bárbaros desorganizadores, como Artigas, á quienes hemos enterrado históricamente.* Esse fragmento foi alvo constante de ataques por parte dos intelectuais que participaram do processo de reabilitação da *memória* de General Artigas. Com objetivo semelhante, Eduardo Muñoz Ximenez buscou, ao proferir um discurso na Necrópolis Central na ocasião do 59º aniversário de falecimento de Artigas, deslegitimar as palavras dos autores argentinos ao declarar que estes, impulsionados por um *patriotismo inconsulto*, teriam agido como *porteños* e não *historiadores*. Ao fazer isso, eles não teriam feito a “verdadeira” filosofia da história. (XIMENEZ, 1910: 16)

A conferência⁷¹ de Carlos Arocena, publicada sob o nome de *Artigas y la civilización rural*, constitui-se num belo exemplo para se entender a percepção que determinados intelectuais, nas primeiras décadas do século XX, detinham sobre o processo de reabilitação pela qual passou a *memória* do General Artigas. Com pensamento semelhante ao debatido anteriormente, esse autor buscou, na dicotomia *civilização x barbárie*, a luta de uma civilização urbana com outra rural, uma das explicações para a *leyenda negra*, expondo *El Facundo* de Sarmiento como peça capital, por sua capacidade de produzir um Artigas como sendo “*el gaucho bárbaro, indisciplinado y anárquico*”.

Contrário à idéia de um Artigas “bárbaro” e “desorganizador”, Arocena lembrou que o escritor argentino Alberdi teria entrado na polêmica em sua defesa, afirmando que o General figuraria entre “*los primeros que dan el grito de libertad, y es el brazo fuerte que sustrae la Banda Oriental al poder extranjero*”, e declara: “*se sabe que hay dos Artigas, el de la leyenda y el de la verdad histórica*”. (AROCENA, 1911: 12-13)

Depois de nomear uma série de autores que, de alguma forma, teriam participado da reabilitação da figura de Artigas na intelectualidade uruguaia, como exemplo, Carlos M. Ramírez, Eduardo Acevedo e Zorrilla de San Martín, Carlos Arocena escreveu que, embora havendo chegado ao centenário com uma grande documentação e numerosos estudos empreendidos em trazer a “luz” e chegar “*á la verdad histórica*”, o adágio “*civilización contra barbárie*” parecia ainda persistir. Enfatizou a existência de preconceitos que se fixariam mais indiferentes que as superstições e que, por isso, ainda encontrava as antigas influências, de *tiempos duros* e *barbarie*, em obras modernas. Exortando esse pensamento, refletiu o autor: “*¿Donde está, pues la barbarie, la anarquía, la incapacidad de las poblaciones en el momento de la revolución en 1810? No la vemos ni en las ciudades ni en las campañas*”. (AROCENA, 1911: 42) Segundo ele, a “história de verdade” estaria extinguindo a série de gestos negativos, impressos pela *leyenda negra*, na imagem de Artigas, como a impressão de ser um alucinado e condutor da incapacidade.

Em determinado trecho de sua obra, enfatizou a necessidade de se buscar causas fundamentais capazes de explicar por que na América do Sul as guerras de independência ganham aspectos tão negativos para os progressos que o povo e a população rural ansiavam. Prontamente excluiu argumentos que defendiam, como sendo uma causa fundamental, um suposto estado inferior da civilização e lembra que existiriam acontecimentos que se

⁷¹ De acordo com as palavras do *Artigas y la civilización rural*, essa conferência teve como intento recordar, entre os rurais, as tendências progressistas dos nobres assentados e agricultores na época da emancipação, mostrando Artigas, nesse meio, onde mais ressalta seu “gênio de paz” muito pouco divulgado.

desenvolveriam por forças superiores à previsão dos homens. Nesse momento, aponta o desconhecimento da aristocracia intelectual como uma das causas do tumultuado período de independência:

Si la aristocracia intelectual, diremos así, hubiera conocido más el pueblo rural de América, si hubiera penetrado en sus costumbres, conocido sus aspiraciones y sentido el alma sana y libre capaz de coadyuvar al orden de un gobierno propio, es casi seguro que la independencia sudamericana se habría conquistado, sin las anarquías y luchas internas, y habría aparecido en el primer gobierno de la República el Washington que modelara con el ejemplo democrático la sucesión regular de los gobiernos. (AROCENA, 1911: 44)

Nesse procedimento bastante comum associando o passado *oriental* com o norte-americano, Arocena entedia que o “*ranchero*” encontrado nos Estados Unidos era análogo ao assentado uruguaio, e o “*cowboy*” o equivalente do “*gaucho*”. Todos esses seriam vítimas das traições e dos assaltos. (AROCENA, 1911: 36-37)

Para promover uma junção dos costumes rurais pregados nitidamente pela *Asociación Rural*, Artigas, considerado um defensor da civilização rural e do pensamento republicano, ganhou um discurso que o apropriava com a intenção de alçá-lo como figura máxima e representativa do *campo*. O maior representante das populações e dos valores rurais do país. E entre esses valores, destaque para o direito a propriedade, ponto crucial para a elite rural da época.

Nitidamente se percebe que todo esse processo de reabilitação da *memória* de Artigas estava ainda bastante presente na intelectualidade uruguaia das primeiras décadas do século XX. Nos discursos que, de uma forma geral, celebravam a redenção como algo já alcançado, invariavelmente deixava-se implícita a sua preocupação com a solidificação da mesma. A própria necessidade de, repetidamente, reafirmar uma suposta reabilitação consolidada, denunciava que o processo ainda estava em fase de andamento e que, ao mesmo tempo, a deslegitimada *leyenda negra* permanecia causando alguma espécie de dano na imagem de Artigas, senão no país, no restante da América Latina.

De fato, sabe-se que o processo de reabilitação da *memória* de Artigas começou por volta da década de 1880, quando, paulatinamente, surge o desejo de se construir um relato consensual passando, assim, por cima das diferenças de opinião existentes sobre sua imagem. Nesse ponto, destaca-se a o papel da flexibilização pela quais as fronteiras políticas, antes consideradas rígidas, estavam atravessando nesse momento. Essas passavam a serem substituídas por fronteiras nacionais, fortalecendo a união interna frente ao elemento

estrangeiro. Daí surge a marcha de construção dos heróis nacionais como modelos sociais para a comunidade, um espelho a ser seguido como exemplo.

No caso específico da realização do primeiro *Congreso Patriótico*, a imprensa foi chamada a agir em prol da difusão do *patriotismo* na região, representado pelos ideais defendidos pela *Asociación Patriótica*. Segundo o parlamentar Carlos Castellanos, esse setor deveria intensificar o sentimento de nacionalidade, visto que a considerava como uma grande força, única capaz de completar, de modo significativo, todas as propagandas cívicas realizadas pelos padres, professores e militares. Afirma, ainda, que a imprensa é importante para que as teorias possam ser colocadas em prática definitivamente. Ao longo desse discurso, fica a clara sua desilusão quanto à participação da população nas festividades pátrias. Seria necessário um esforço bem maior, que pudesse educar o cidadão a despender um amor mais intenso às coisas do Uruguai: “*Habrà la necesidad imperiosa de inculcar en el alma de todo ciudadano un acendrado amor por la patria - ¿Y cómo podremos cumplir con tan sagrada y patriótica misión? Valiéndonos de todos los recursos que pone en nuestras manos, con sus innumerables ventajas, la hoja diaria*”.

O esforço na propagação dos ideais *patrióticos* poderia ocupar o espaço deixado pela suposta inexistência de um livro de *Historia Nacional* que narrasse, mais profundamente, as ações e os sacrifícios dos *heróis orientais* disponibilizando esses acontecimentos para as “*masas populares*”, segundo o autor. Esse constante empreendimento de difusão, considerando a grande circulação dos *diários*, o trabalho da *Asociación Patriótica* marcaria presença mais intensa em toda a República.⁷² Evidenciava-se o propósito de, desse momento, não simplesmente promover as idéias *patrióticas* no espaço urbano, mas, principalmente, levá-las apropriadamente ao meio rural, às comunidades mais isoladas espalhadas ao longo do território nacional, afastadas do discurso moral e cívico como um todo.

Com essa finalidade o *Primer Congreso Patriótico* deliberou o envio de uma nota agradecendo à imprensa de Montevideú e de todo o interior do Uruguai pelo auxílio prestado às obras da *Asociación* demonstrando, nesse gesto, a importância e a eficácia que o órgão atribuía aos jornais na propagação dos ideais *patrióticos*. Por último, aconselhou a *Comisión Directiva* a designar um congresso de Imprensa e História onde as principais obrigações seriam o de organizar a propaganda e a divulgação dos conhecimentos históricos. (*Asociación Patriótica del Uruguay*, 1916: 64)

⁷² Além do desejo de uma maior presença da imprensa na difusão do *sentimento patriótico*, o *Congreso* propôs a fundação de uma revista, de cunho nacional, a qual refletisse o movimento literário, artístico, científico, os progressos da produção e indústria, o desenvolvimento do comércio e os avanços na área militar do Uruguai.

Em busca do *mito fundador do gaucha* uruguaio: entre lugares, heróis e acontecimentos

Foi dessa forma, transitando entre a representação de um Artigas guerreiro e, um outro, idealista, democrata, que a circular assinada por Abel Pérez⁷³ promoveu a imagem do *herói oriental* que, supostamente, teria sido o verdadeiro conjurador da nacionalidade uruguaia e da *democracia platense*. A sua preocupação na preservação, bem como, no culto da *memória* do General foi destacada no final de seu texto, quando advertiu para os mais jovens:

*Niños de esta patria Artigas:
Amad y respetad su memoria, consagradle un culto invariable, imitad su ejemplo y seguid sus rutas de acuerdo con las transformaciones de los tiempos nuevos. Aquel soldado de la democracia dio su vida entera para constituir nuestro hogar nacional. Cuidad ese hogar, embellecedlo, dadle los prestigios de los pueblos sanos que son los pueblos fuertes; trabajad sin descanso con el pensamiento fijo en su perfeccionamiento, y no olvidéis jamás que la mejor ofrenda que podéis consagrar á su recuerdo, pensando que aun en las agitaciones de su errante campamento, fue la ardiente preocupación del prócer la ilustración popular, es levantar vuestra mente y vuestros corazones á las cumbres del ideal, pues la libertad es tanto más bellas cuanto más grandes amores, sus más ardientes entusiasmos, sus más santas y fecundas creaciones. (El Centenario de la Batalla de Las Piedras, 1912: 111)*

Com objetivo semelhante, os órgãos estudantis realizaram uma festividade exclusiva para as crianças em 29 de maio de 1911. Nela, participaram cerca de cinco mil meninos e meninas, os quais assistiram o discurso proferido por Martín Echegoyen. No entanto, ao invés de acontecer no túmulo de Artigas, como o habitual, dessa vez foi escolhido como sede o campo de *Las Piedras*, local conhecido pela histórica batalha liderada por General Artigas contra as forças espanholas. A oratória trouxe algumas características bastante comuns à grande maioria dos discursos idealizadores do personagem, porém, a identidade do *ser gaucha* foi mais articulada e associada à figura do líder.

Segundo Echegoyen, Artigas teria liderado “*gauchos visionarios, gauchos terribles en sus amores y em sus ódios, gauchos sencillos y buenos de alma de león y corazón de niño*”. Ao ser caracterizado como um líder dos *gauchos*, estes seres supostamente democráticos, autônomos e visionários, indiretamente Artigas adquiria a qualificação de ser um modelo, um exemplar perfeito dessa que era considerada uma espécie de *raça superior*.

⁷³ Inspetor Nacional de Instrução Primária.

Nesse discurso, o acontecimento representado pela *Batalla de Las Piedras* é demarcado como se fora o *mito fundador* da linhagem *gaucha*, considerada uma “*aurora de la raza*”, como o próprio autor afirma. O papel desempenhado na fundação desse novo elemento humano, simultaneamente elevava Artigas a ser considerado, também, o fundador do “*sentimiento patrio*” uruguaio. Portanto, legitimava-se o uso da expressão *manipulador de nacionalidades*, cunhada pelo Echegoyen, para denominar a importância teórica que esse personagem teria exercido na edificação dos valores que identificariam o simbólico cidadão *oriental*.⁷⁴

Importante salientar que o termo, atribuído, em determinados momentos, a personagens históricos uruguaiois, passou por um processo de reelaboração a partir da década de 1880. Com a transformação social em franca expansão no país, a imagem do homem do campo passou por um processo de remodelação, ganhando, por vezes, aspectos míticos e atemporais. Tal processo se constituiu num método de defesa perante a marcha da modernização sofrida no último cartel do século XIX. Protagonizada por setores mais tradicionais da sociedade, essa mitificação também será utilizada com o intuito de criticar o avanço de novos elementos estrangeiros e urbanos, alguns deles, alheios ao que se imaginava como sendo nacionais:

Ese sector culto o letrado de la mentalidad criolla tradicionalista entenderá la oposición campo-ciudad en términos diferentes a lo que expresaba la dicotomía “civilización y barbarie” de Sarmiento o de algunos de los poetas cívicos del Ateneo. (...) La “falsa civilización” será la del europeizante, del urbano obsecuente para con el extranjero que, por otra parte, explota el campo. (ACHUGAR, 1985: 120)

A essa corrente mitificadora, pouco era levado em conta a função social dos antigos *gauchos* durante o período de colonização e organização do território uruguaio. Os novos tempos de modernização não foram capazes de incorporar esse grupo na nova ordem social. Alguns intelectuais buscarão no passado, simbolizado pelo elemento *gaucho* e seu *habitat*, símbolos para incorporar no imaginário nacional em construção.⁷⁵

⁷⁴ Cf. *El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental*. Montevideo: *El Siglo Ilustrado*, 1912: 165-169.

⁷⁵ *El gaucho nunca fue el romántico héroe de una naturaleza libre y generosa. En toda época fue utilizado por diversos grupos, con diversos fines, ya sea desde los movimientos armados de la gesta emancipadora, a las luchas partidaristas que hasta la década del setenta del siglo XIX mantuvieron al país en estado de constante guerra civil. Pero si bien su situación no manifestaba el locus amoenus del imaginario romántico, podía ser el habitante natural de la campaña uruguaya, aun sin ser propietario tácito natural de una pequeña extensión de tierra.* (OLIVERA-WILLIAMS, 2000: 294)

Guardadas as suas especificidades, o grupo representado pelo novo setor intelectual montevidense, composto por jovens liberais propagadores da ideia de civilização e modernidade, de certa forma também se apropriaram de elementos humanos que eles mesmos haviam repellido:

Tuvieron que recurrir al pasado – un pasado que percibían como detestable, manifestación de una barbarie “incivilizada” que pretendían destruir – para fundamentar la cohesión social que demandaba su proyecto político. Aquellos liberales europeizados, negadores de las toscas manifestaciones americanas del liderazgo carismático en el medio rural, encontraron en el gaucho y su caudillo las expresiones políticas de una “nacionalidad briosa e indomable”, predestinada por la singularidad de su geografía, de su clima, de su cultura, de su singularidad y de su gente, y preservada durante siglos por la resistencia charrúa frente al conquistador. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 266)

O historiador e crítico literário, Alberto Zum Felde, em sua conhecida obra, *El Proceso Histórico del Uruguay*, caracterizou o tipo *gaucho* como um grupo social fruto de um tempo passado específico, e que foi, com o passar dos anos, superado pelo avanço da modernidade na sociedade:

El tipo gaucho es inseparable de las condiciones vitales en que se formó, y en las que existió durante más de un siglo. Hijo del desierto, decae cuando el ferrocarril y el telégrafo tienden a suprimirlo. El gaucho no se concibe sino ecuestre y en ejercicios de destreza y de peligro; la agricultura, el comercio, los oficios, suprimen el caballo, el peligro y la destreza. (ZUM FELDE, 1991: 214)

Pensamento semelhante foi exposto pelo historiador Ariosto González, quando afirma: “Los ‘orientales’, como los gauchos, como la lanza, como el chiripá y las boleadoras, se han ido ya o pronto se irán”. (GONZÁLEZ, 1943: 58)⁷⁶

⁷⁶ Pouco antes da retomada do *gaucho* estereotipado enquanto modelo para a sociedade uruguaia, parte do debate intelectual se ocupou em tratar do conceito pelo qual os habitantes nacionais seriam denominados. Oriundo do contexto representado pela organização política e colonização do antigo território que envolve o Rio da Prata, em muitos setores intelectuais o termo *oriental* fora utilizado como freqüente denominação para o habitante do atual Uruguai: “Una identidad nacional fundamentada en la historicidad de una experiencia política y sustentada en la peculiaridad étnica de sus primeros pobladores.” (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 266) No entanto, com a aproximação do século XX, ainda que muitos grupos ainda o utilizassem, paulatinamente o termo passa a perder força, predominando o termo *uruguayo* como designação para os habitantes do país. Tal termo veio como complementar a implantação de um modelo de sociedade mais pluralista, fruto das ondas imigratórias européias, cosmopolita e desprendida do passado tradicional caudilhistas. De acordo com o Ariosto González, grande defensor dessa última denominação, o termo *uruguayo* seria compatível com o nível de evolução apresentado pelo país. O Uruguai, principalmente no último quartel do século XIX, seria bem mais moderno do que o termo *oriental*, não sendo, por isso, condizente a sua utilização. Em resposta para aqueles que justificavam o uso desse termo demonstrando discursos (alguns desses de José Artigas, autodenominado *Jefe de los Orientales*) oriundos do início do século XIX, da mesma forma Ariosto González foi buscar, no passado do atual Uruguai, discursos que já usavam o termo *uruguayo* aos seus habitantes. Como exemplo, menciona a freqüência da utilização desse

Embora esse tipo tenha sofrido com a ação modernizadora do tempo, pela fusão e modificação, Zum Felde acreditava que suas virtudes teriam atuado na gestação da nacionalidade uruguaia. Assim, essa “raça” superior deixava como herança algumas de suas melhores qualidades ao povo: *‘Se perpetúan y trasmiten también por el ambiente nacional que ella há formado, saturado, llenado de su existência’*. (ZUM FELDE, 1991: 215)

El Primer Congreso Patriótico

Do lado discursivo *oriental*, além do suposto *heroísmo* atribuído às façanhas de Artigas, a questão do *civismo* e do *patriotismo* ganhava atenção especial no discurso idealizador da educação do jovem uruguaio. Em *El Uruguay Internacional*, o *blanco* Luis Alberto de Herrera⁷⁷ propôs uma maior aplicação desses valores diretamente no ensino das crianças. Expôs que uma propaganda que divulgasse as memórias “legendárias” levaria a todos os cantos do país uma profunda vibração. Dessa maneira, defendeu que os bancos das escolas deveriam ter como preceito a contínua tarefa de moldar o caráter e o temperamento cívico dos alunos, inculcando o conceito glorioso de pátria: *‘Incansables debemos mostrarnos todos en el cultivo del patriotismo juvenil’*. (HERRERA, 1912: 390)

Nesse sentido, o mesmo líder *blanco* auxiliou na organização do que foi intitulado de *El Primer Congreso Patriótico del Uruguay*, iniciativa da *Asociación Patriótica* desse mesmo país. Realizado em Montevideu, entre os dias 25 a 28 de agosto de 1916, esse encontro constituiu-se num dos grandes eventos da onda patriótica que se intensificaram, especialmente, a partir da comemoração do *Centenario de la Batalla de Las Piedras*, ocorrida cinco anos antes. Dessa reunião que, segundo o próprio programa, pretendia fortificar o sentimento de nacionalidade e de amor pela pátria deliberando sobre temas de alto interesse

termo pelos jesuítas locais, ainda no século XVII, e paraguaios, nas conhecidas Cartas Anuas: *‘Jamás hablan los misioneros de la ‘Banda Oriental’, ni de los ‘orientales’. Las referencias documentales relativas al ‘Uruguay’ y aún a los ‘uruguayos’ son tan abundantes, que se hace indispensable sacrificar a la necesaria brevedad de este comentario muchas de las más ilustrativas’*. (GONZÁLEZ, 1943:10) Como poderemos ver mais adiante, esse mesmo historiador se posicionará contrário ao setor político tradicionalista *blanco*, o qual desejava a data de independência do país no dia 25 de agosto.

⁷⁷ Importante intelectual (membro da Academia Nacional de Letras) e político uruguaio, ocupando os cargos de deputado e senador da República. Foi periodista do *El Nacional*, *La Democracia* e *El País*. Liderou uma forte campanha de oposição ao *batllismo*.

nacional, surgiu o que poderíamos classificar como um plano de intenções, tendo em vista as variadas sugestões ou propostas concebidas pelos membros e oradores do congresso.⁷⁸

Dentre elas, a educação dos jovens universitários também deveria participar do processo de difusão do *patriotismo*. Para isso, três conselhos foram endereçados aos professores da instituição. O primeiro deles, propunha tentar de todas as formas possíveis fazer com que os alunos pusessem a bandeira nacional acima dos partidos políticos tradicionais, lutando pelo bem dela e de seus filhos. Já no segundo momento, recomendava aos professores de História Nacional a ministrarem conferências nas datas comemorativas do país, tentando inculcar no espírito dos jovens a importância que teria cada uma dessas. E, por fim, aconselhava aos professores de moral que dessem palestras especiais tratando do tema “*Deberes del hombre para con la Patria*”. Além disso, o *Congreso Patriótico* apresentou uma atenção especial para com os “decanos” das faculdades, enviando-lhes algumas recomendações práticas específicas a serem cumpridas em determinadas ocasiões: organizar, pelo menos uma vez por ano, uma manifestação ou velada patriótica; expor o retrato do “prócer”, General Artigas, nas salas de aula e nos salões dos atos públicos e, como última recomendação, permitir a colocação, nos quadros informativos da entidade, o lema da *Asociación Patriótica*: “*Todo uruguayo contrae al nacer la obligación de servir a la Patria*”. (Asociación Patriótica del Uruguay. *El primer Congreso Patriótico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Calle Piedras, 1916: 85)

O primeiro *Congreso Patriótico* foi organizado em um momento bastante propício para a divulgação do *patriotismo* em território uruguaio visto que, cronologicamente, ocorreu poucos anos depois de toda a efervescência, *cívica-patriótica* estimulada pela comemoração do centenário de *La Batalla de Las Piedras*, ocasião em que tanto a memória de Artigas como a do sentimento uruguaio estiveram bastante em pauta na intelectualidade nacional.

Como se não bastasse, o período representado pelos constantes conflitos civis, os quais assolaram durante décadas o território do país, pareciam cristalizar-se em um passado aparentemente superado. Nessa ocasião, o embate entre as forças políticas, que direcionavam

⁷⁸ Mais de uma centena de instituições foram representadas nesse encontro que, da mesma forma, recebeu importante adesão do governo nacional. Clubes, escolas, faculdades, setores militares, comitês, entidades políticas, igrejas, etc., enviar representantes e/ou oradores para o ato que contou com a presença maciça da intelectualidade uruguaia. De acordo com o noticiário publicado pela *Asociación Patriótica*, esta teria sugerido, às empresas férreas, a diminuição dos preços das passagens sob o intuito de alcançar uma maior participação dos delegados departamentais como, também, da população em geral: *Un éxito completo y resonante coronó los nobles esfuerzos de sus organizadores y puso en evidencia, una vez más, que se mantiene vivo el sentimiento nacionalista y que el pueblo sabe conservar y aún enriquecer la heredad gloriosa de que es depositario*. (Asociación Patriótica del Uruguay. *El primer Congreso Patriótico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Calle Piedras, 1916: 5)

e disputavam o futuro do país, acontecia em outro âmbito. A oposição *conservadora* conquistava, por meio das eleições de julho do mesmo ano, parte do espaço perdido durante o período forte do *batllismo*. Dentro dessa atmosfera, sem maior dificuldade a iniciativa da *Asociación Patriótica* encontrou o respaldo social necessário para o sucesso na participação de parte significativa dos setores que compunham, de forma generalizada, a sociedade uruguaia da época.⁷⁹

O discurso desenvolvido por Luis Piera foi bastante significativo junto ao seu contexto. Elementos como a consolidação de um *sentimiento patriótico*, associado ao surgimento de um novo e próspero tempo para a nação, constrói uma narrativa onde as antigas desavenças políticas seriam colocadas de lado para o bem da pátria uruguaia. O principal ponto norteador do evento, o *sentimiento patriótico*, patrocinaria a união de setores que, *ontem*, estariam em franca oposição:

Esta reacción que se traduce en un cordial espíritu de acercamiento interno, en un abandono lento y progresivo de anticuadas costumbres políticas, halla su culminación en el Uruguay, nuestra Patria querida, que acaricia con amor la nueva tendencia, generoso y entusiasta como siempre fijando rumbos, señalando etapas, que serán fechas de gloria en el calendario del patriotismo Americano. [...] El Congreso, que hoy inicia su labor, es el primer paso práctico de una obra que constituye el anhelo de todos los buenos uruguayos, y que será con el tiempo la piedra angular en que ha de asentarse el magnífico postulado de la concordia Nacional. (Asociación Patriótica del Uruguay, 1916: 15)

O autor ainda fez uma analogia entre a formatação do evento e o Uruguai ao afirmar que o referido congresso estaria reproduzindo, em forma de miniatura, a imagem do país, através da participação de *‘todas las fuerzas vivas’* que integraria *‘la Nación’*. Para ele, esse acontecimento se caracterizava como uma nova demonstração do espírito que estava animando a comunidade, unida na glorificação e na defesa do país.

Em determinado trecho, novamente vem à tona a preocupação que determinados setores davam à educação dos jovens nesse processo de construção do *patriotismo uruguaio*, ao enfatizar a *“preferente dedicación por su enorme trascendencia, la que se refiere a la educación de la infancia en el culto de la patria, el desarrollo del sentimiento nacional en el corazón de las nuevas generaciones”*. Nota-se, que para uma melhor afirmação desse

⁷⁹ Nesse momento, o Poder Executivo, nas mãos do presidente Feliciano Vieira, desacelera o reformismo social e econômico patrocinado pelo primeiro *batllismo*. O fim da velha ordem política inaugurava um novo cenário plural, onde o Partido Nacional passava a desafiar, com mais poder de participação, o predomínio *colorado*. Tradicionais bandos *colorados* e *blancos* ganhavam características de partidos modernos. (YAFFÉ, 2003: 332-335)

sentimiento importava, sobretudo, o desenvolvimento de uma concepção de nacionalidade não caracterizada pela instantaneidade, mas por um projeto que traria resultados a médio e/ou longo prazo.

Outro importante ponto tratado pelo *Congreso* foi a urgência na conservação de sítios e monumentos históricos entendida como um dever *patriótico*. Para isso, foram recomendadas tanto a limitação como a fixação concreta dos lugares que haviam sido cenários de ações históricas e feitos considerados superiores para a pátria, citando a antiga Fortaleza de Santa Teresa, o Forte de San Miguel, Torre de Vigia, entre outros:

Es obvio, pero no es patriótico, que, apenas hemos cumplido con Artigas en Las Piedras; pero que estamos en deuda, deuda sagrada, con Rivera en el Rincón; con Lavalleja en Sarandí; con Oribe en Ituzaingó; y, con todos los héroes orientales, en todos o cada uno de los sitios que regaron con su sangre generosa, para darnos patria y libertad...! (Asociación Patriótica del Uruguay, 1916:37)

Para uma maior eficácia na perpetuação da memória desses nomeados lugares, aconselharam a edificação de obeliscos que pudessem recordar esses *campos gloriosos*, ainda que algum desses campos eventualmente viesse a lembrar uma derrota, pois, segundo o *Congreso Patriótico*, muitos desses fracassos teriam sido “*verdaderas victorias*”.⁸⁰

No que se refere às tradições, o *Congreso* determinou que a *Asociación Patriótica del Uruguay* patrocinasse, anualmente na cidade de Montevideu, uma celebração que recordasse os costumes a ser realizada nos dias 28 de fevereiro, data que marca o Grito de Asencio.⁸¹ Além disso, deveria a entidade também organizar um concurso anual que premiasse as melhores obras teatrais clássicas *criollas* e poemas *s*, em prosa e verso, representados e recitados na ocasião. Pretendia-se uma valorização das festas populares que refletissem as tradições poéticas, musicais e coreográficas do país.

O tom severamente nacionalista brotava de forma explícita do discurso pregado pelo *Congreso* a ponto de alcançar, igualmente, as forças militares. Para intensificar o *amor pátrio*

⁸⁰ O texto escrito por Sierra, citou como *campos gloriosos a serem celebrados* os locais onde ocorreram o Grito de Asencio, Caleras de las Huérfanas, Coya, Las Piedras e, ainda, a Capilla Nueva e San José. Além dos cuidados com esse passado histórico colonial, também já surgia certa preocupação com as terras anteriormente habitadas pelos indígenas da região, principalmente, seus túmulos ou “*mounds*” deixados ao longo do território uruguaio.

⁸¹ Ocorrido no ano de 1811, na vila de Mercedes próxima à desembocadura do Rio Uruguai no Rio da Prata, para muitos intelectuais do período esse evento foi considerado como o primeiro grande ato organizado contra os dominadores espanhóis, considerando-o como um marco inicial das revoltas que, futuramente, viria a livrar o território do domínio europeu.

na marinha nacional, foram indicadas duas propostas, uma ligada à legislação e outra à educação. Da parte legislativa, destacavam-se quatro pontos: limitar a porcentagem máxima de estrangeiros na corporação; parecer favorável aos cidadãos naturais no caso de igualdade de condições para o alistamento; criação de um lema para a Marinha e o Exército e de um “grito de guerra”. Para a parte educacional dos soldados, as principais propostas seriam: dar uma maior importância ao estudo da história nacional uruguaia, isso quando as classes teóricas fossem ministradas para o soldado hierarquicamente inferior; um maior desenvolvimento dos ideais de “grandeza nacional” e uma ampla explicação acerca do simbolismo representado na bandeira nacional e dos deveres para com ela.

Em meio a todo esse discurso engrandecedor dos valores nacionais e patrióticos, obviamente os *heróis*, ou aqueles personagens que fizeram parte da história uruguaia, tiveram crédito na oratória dos oradores do *Congreso*. Através das palavras do presbítero Rafael Firpo, pregou-se a glorificação dos próceres uruguaios e o erguimento de um panteão nacional.

Importava reavivar o que denominava de *riquezas preciosas* enegrecidas em um *horizonte de sombras y de olvido*. Para que esse processo obtivesse o desejado êxito, foram lançadas as seguintes propostas: por lei geral celebrar o 18 de julho como o Dia da Bandeira, tributando uma homenagem aos “heróis” que teriam levado em frente uma lição gloriosa; solicitava que la *Comisión Histórica*, nomeada para a divulgação e revisão histórica, se encarregasse de redigir um pequeno testamento que contivesse todos os nomes dos *heróis*, além de uma sucinta narração biográfica, para serem abundantemente distribuídos em todas as escolas e, por última proposta, que a *Asociación Patriótica del Uruguay* fundasse um panteão nacional.⁸²

Ainda sobre a importância dos *heróis* nos discursos apresentados no *Primer Congreso Patriótico*, Arturo Scarone⁸³ enfatizou o seu apoio à lei sancionada e promulgada, anteriormente, por solicitação de José Henrique Rodo, a qual foi responsável por abolir a lei que instituíra como dias de luto nacional os aniversários de falecimentos dos *heróis* do país. Julgava que a Pátria não poderia “*llorar eternamente a los preclaros varones que le dieron Libertad, que la honraron con sus hazañas, con su valor y con su inteligencia*”, ao contrário

⁸² Para a realização dessa obra, propunha uma subscrição popular através de um sorteio, a ser organizado pela *Comisión de la Lotería* no ano de 1917, cujo produto seria igualmente destinado a Comissão de Caridade e ao Panteão Nacional.

⁸³ Escritor e diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai nas décadas de 1920-30. Nesse *Primer Congreso Patriótico*, Scarone esteve representando a *Asociación Vanguardias de la Patria*.

disso, deveria ela se alegrar de que a natureza os tenha blindado com *seres* que, em todos os momentos e com louvável desinteresse, não teriam descansado, “*ofreciendo su vida y sus intereses, hasta verla grande y formando, - con el orgullo de quien se ha ganado una merecida conquista a fuerza de sus propios merecimientos*”. (*El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental*, 1912: 76)

No entanto, argumenta ainda o autor, que seria necessário comemorar os aniversários de nascimento dos mesmos próceres: “*Honremos el día de su nacimiento, ese 19 de Junio de 1764 en que abría sus ojos en este terruño que honró desde su juventud*”.⁸⁴ Conforme habitual, no evento foram listadas duas recomendações: a primeira delas afirmava que o *Congreso Patriótico* declarava que veria “*con agrado que a Asociación Patriótica*” providenciase, dos poderes públicos, a sanção de uma lei declarando o *19 de Junio* como dia de festa nacional; já a segunda, recomendava que tal dia deveria ser celebrado com atos especiais, juntando os esforços particulares com os oficiais, objetivando que a cada ano a memória de Artigas se enraizasse, sistematicamente, “*en el corazón de los orientales*”.

Tal pensamento de Scarone não teria se constituído como uma idéia recente, visto que, alguns anos antes, em 25 de março de 1913, o *Centro de Descendientes de los Guerreros de la Independencia y Constituyentes* expediu, à Câmara dos Representantes, uma petição para que fosse declarado feriado nacional o dia no qual nasceu General Artigas.⁸⁵

Além dessa proposta de celebração do dia 19 de julho como festa nacional, Arturo Scarone formulou um outro pedido: a instituição do *Dia do Patriota*. Em defesa dessa idéia, argumentou que o sentimento nacional teria sua gênese no próprio lar do jovem, onde seus familiares serviriam como sustentáculo no crescimento da afeição patriótica. Dessa forma, o lar era caracterizado como “*el mejor terreno em que han de germinar las semillas de los sentimientos más duraderos*” e nela cresceria o primeiro e mais vigoroso broto, “*provisor de una plante lozana y fuerte*”. Trazer esse sentimento de *patriotismo* para o cotidiano do lar, serviria como ponto vital para se alcançar o mesmo nas escolas e em todo o país. Durante esse processo inicial, os pais se constituiriam em figuras fundamentais:

⁸⁴ A prática de comemorar a data de nascimento, principalmente, do General Artigas, foi levada adiante pela *Asociación Patriótica*, como pode ser averiguado no ano de 1921, quando a entidade organizou a participação das principais instituições de ensino primário e escolas públicas nas festividades realizadas junto a Escola Naval daquele país. Ver *La Tribuna Popular*, 17/06/1921.

⁸⁵ Cf. *Diário de Sesiones de la H. Cámara de Representantes. Sesiones extraordinarias*. Imprenta “El Siglo Ilustrado”, 1914. Tomo 222.

En la manos de la mujer están confiados gran parte de los destinos de la patria; en sus hijos posee el germen, que mañana llevarán en su corazón los sano entusiasmos que pueda haberles inculcado y en su cerebro sus mismas aspiraciones. Es el padre el forjador de ideas, el que con su ejemplo en el hogar, y fuera del mismo, fundirá el carácter de sus descendientes indicándoles el camino del trabajo, del amor, de la firmeza de su temperamento. (Asociación Patriótica del Uruguay. *El primer Congreso Patriótico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Calle Piedras, 1916: 78)

Inspirado em cerimônias conhecidas nas antigas civilizações grega e romana, Scarone propôs todo um ritual de iniciação do “jovem patriota”, onde seu pai deveria entregá-lo à Patria confiando a seu cuidado, como um *‘bem inapreciable, o santo emblema blanco y celeste’*. Nesse exato momento, o genitor deveria pronunciar a seguinte sentença: *“Que esta bandera te proteja en sus pliegues; que en tu pecho se acrecienta el fuego sagrado del amor a la Patria, y puedas ser digno de ella!”* Tal processo deveria ser realizado nos próprios lares, quando o jovem alcançasse a idade de 12 anos em uma data especial a ser escolhida.⁸⁶

A celebração do centenário de La Batalla de las Piedras, realizado no ano de 1911, constitui-se num marco fundamental no processo na elaboração de um discurso idealizador do elemento uruguaio e, por conseqüência, da imagem de Artigas. De acordo com Gerardo Caetano, durante as primeiras décadas do século XX, principalmente no período da referida celebração, a sociedade uruguaia pode completar seu primeiro modelo de configuração nacional iniciado nas décadas anteriores. Uma nova geração, herdeira direta de intelectuais, tendo como exemplo, Francisco Bauzá, Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo e Carlos María Ramírez, pôde efetivamente ancorar vários referentes culturais e institucionais para o conjunto dos uruguaiois:

Inscripta dentro de diversos contextos que impelían la consolidación de una visión ciudadana de la nación, la sociedad uruguaya ambientó e impulsó en esta nueva etapa la acción de diversos productores de imaginario colectivo, que focalizaron su tarea – de modo tan obsesivo como disputado – en la integración del “adentro”. Esta fiena rápidamente pudo asociarse en al plano simbólico – dentro de una visión que no por arraigada deja de ser fuertemente polémica – con la experiencia histórica del “primer batllismo” y con las políticas públicas de signo reformista aplicadas por entonces. (CAETANO, 2000: 9)

⁸⁶ Se a bandeira deveria ocupar importante papel na iniciação patriótica do jovem, segundo Scarone, esse artifício simbólico também apareceu em outra discussão do evento, só que, dessa vez, nas palavras do poeta, e um dos diretores do *Congreso*, Juan Zorrilla de San Martín. Sobre a adoção da bandeira de Artigas como bandeira de guerra, o escritor afirmou que esse pavilhão artiguista não era um símbolo de guerra, mas um símbolo de paz. No entanto, a diretoria do evento expôs sua satisfação à adoção da bandeira de Artigas como emblema nacional, pois essa simbolizaria as grandes glórias e a missão histórica dos *orientais* na América.

Nessa conjuntura sócio-política, o *Centenario de la Batalla de Las Piedras* pode abarcar, ao longo de sua celebração, uma ampla gama de controvérsias em torno de aspectos fundamentais da sociedade uruguaia: a educação na difusão dos valores da coletividade; a discussão de diversos temas ainda pendentes oriundos do processo secularizador; os debates acerca da *moral laica* e dos *valores cívicos*; a disputa pela nação e pelo passado como sustentação para o futuro, entre outros. (CAETANO, 2000:11) Entretanto, como principal protagonista desse episódio, a figura de Artigas conquistou um amplo espaço nas discussões promovidas pelos variados eventos organizados em torno desse aniversário. Destaque especial para as numerosas *Conferencias Patrióticas*, realizadas entre os meses de abril e maio de 1911, nas quais marcaram massiva freqüência o debate envolvendo o sentimento *patriótico* e sua ligação com o líder General Artigas.⁸⁷

Durante as conferências, muitas foram as *memórias* transmitidas sobre a figura histórica de Artigas, cada qual destinando maior ênfase a um determinado aspecto do personagem. No entanto, o tema referente à reabilitação de sua imagem dominou boa parte dos vários discursos proferidos ao longo, tanto do evento, quanto das comemorações relacionadas ao *Centenário*, demonstrando que, de alguma forma, a *leyenda negra* ainda estava presente no imaginário intelectual uruguaio do início do século XX. Ainda não se caracterizava como um problema superado pela historiografia e suprimido do imaginário da comunidade. Prova disso que, ainda em 1923, ano da inauguração do monumento a Artigas na Praça Independencia, o *El País* demonstrou grande preocupação com o que denominou de “*campaña de difamación*” a Artigas realizada pelo periódico argentino *Sud América*. Na abordagem do diário montevideano esse procedimento negativo não seria nenhuma surpresa, pois ele teria conhecimento que ainda existiria muito ódio contra o *herói* uruguaio. Para combater essa imagem desfavorável, propôs que a Comissão do Monumento publicasse um folheto que narrasse uma síntese histórica do “*caudillo*”. (*El País*, 05/03/1923. El odio a Artigas: ataques injustificados. p. 6) Como essa proposta não foi levada adiante, nesse mesmo artigo foi construído um discurso no qual a reabilitação do personagem atacado ganhou relevo, principalmente, através da exposição de opiniões positivas, sobre General Artigas, escritas por Carlos María Ramírez. Subentende-se em seu discurso, que para o *El País* a

⁸⁷ As *Conferencias Patrióticas* se constituíam, basicamente, em palestras ministradas por diferentes intelectuais, desde professores, estudiosos em História, poetas, políticos, entre outros. Apresentou como sede o Ateneo, na cidade de Montevideú, com exceção do terceiro encontro que foi realizado no Teatro Urquiza. Tais conferências foram organizadas pelo Comité de la Juventud e a *Directiva Central de la Federación de Estudiantes*.

difamação sofrida Artigas seria aceitável algumas décadas atrás por uma suposta ignorância frente ao tema, um desconhecimento total do que era considerado como “verdade” histórica.

Por outro lado, a deslegitimação do antigo discurso desfavorável a Artigas associava-se as séries de representações voltadas à glorificação do líder, consolidando, assim, essa nova imagem, mais positiva, romântica e idealizada.

Em busca da data de Independência

Dentre as importantes questões que permearam o debate intelectual, principalmente durante as três primeiras décadas do século XX, teve importante destaque o tema relativo à independência uruguaia, gerando uma intensa disputa entre variados grupos políticos e intelectuais. Em um cenário no qual o General Artigas já era denominado, por grande parte da elite letrada uruguaia, como o *herói fundador* (ou *precursor* para alguns autores) e, por outro lado, o *habitat pampeano* como o cenário e palco determinante para a germinação da “raça” uruguaia, restaria negociar uma data que pudesse representar o momento da consolidação dessa nacionalidade em questão. Surgiu, com isso, uma intensa discussão acerca da data de independência do país, na qual variados grupos buscaram impor a sua idéia sobre o tema.

De certa forma, o processo de seleção da suposta data de independência do Uruguai teve seu processo acelerado pela aproximação dos centenários de dois acontecimentos marcantes no passado nacional: a Declaração da Florida⁸⁸, ocorrida em 25 de agosto de 1825, e o Juramento da Primeira Constituição⁸⁹, em 18 de julho de 1830. O *25 de agosto de 1825* foi a data que atraiu o maior número de políticos *blancos*, em grande parte devido à associação do fato aos personagens Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, ambos os personagens ligados ao ideário proposto pelo Partido Nacional. Já a segunda data, *18 de julho de 1830*, foi apropriada pela maioria *colorada* que buscava, através de sua consolidação, “*salvaguardar o protagonismo histórico de Fructuoso Rivera*” (CAETANO, 2000: 11), personagem *fundador* do Partido Colorado e primeiro Presidente Constitucional do Uruguai.

⁸⁸ Tal ato proclamou a independência da Província Oriental perante o Império brasileiro e a união às Províncias Unidas do Rio da Prata.

⁸⁹ Constituição promulgada em 28 de junho de 1830 e jurada em 18 de julho do mesmo ano. Com idéias liberais, ela instaurava um estado unitário e republicano.

De acordo com Demasi, as denominadas “datas de fundações” sempre foram temas caros para os *batllistas*⁹⁰. Até a segunda década do século XX, existiam duas formas distintas de se conceber a origem do partido: uma que remontava ao período da “*Defensa*”, quando entre 1842 a 1851 a cidade de Montevideu ficou sitiada, assim, muitos se autodenominavam como sucessores do governo mantido entre as suas muralhas⁹¹; já a outra, assentava-se em uma visão mais tradicional e *caudilhista*, reconhecendo Rivera, que fora exilado por esse mesmo governo sitiado, como o fundador do Partido Colorado. Entretanto, o setor *batllista* mantinha uma postura mais racionalista, valendo-se pouco dos hábitos transmitidos do passado:

Hay una relación muy estrecha entre las ideas que impulsan el reformismo batllista y la concepción idealista de la acción política que lleva implícita una valorización negativa de la historia; por eso no es extraño que la invocación a la tradición dentro del coloradismo fuera un mecanismo útil para distanciarse del batllismo, sin perder la adhesión de los votantes colorados. (DEMASI, 2004: 70-71)

Embora o setor do Partido colorado identificado com o *batllismo* mantivesse uma relação não tão simples, no que se refere posicionar-se frente o passado nacional⁹², foi um

⁹⁰ Grupo político liderado por José Batlle y Ordóñez, Presidente do Uruguai em duas oportunidades: 1903 a 1907 e 1911 a 1915. Bastante forte nas três primeiras décadas do século XX, o *batllismo*, como é chamada essa corrente do Partido Colorado, destacou-se por propôr amplas reformas na sociedade uruguaia. Defendeu um Estado deliberadamente interventor e com rasgos populares, baseando-se, para isso, na dinamização da economia urbana industrial e crescimento das empresas públicas. Um de seus maiores efeitos foi impulsionar a modernização política do Uruguai, enfraquecendo a velha ordem política hegemônica, excludente e caudilhista, em prol dos elementos urbano e intelectual. No plano filosófico, instaurou a secularização no matrimônio, na educação e na sociedade em geral, travando um duro combate com o catolicismo no início daquele século. Teve no diário motevideano *El Día*, como poderemos ver nos próximos capítulos, um meio de divulgação de seu pensamento e instrumento de ataque aos seus adversários.

⁹¹ De alguma forma ratificando essa identificação, o Poder Executivo Nacional, na figura de José Batlle y Ordóñez, então Presidente da República, e José Serrato, Ministro do Interior, enviou à Câmara dos Representantes um projeto de lei no qual premiava em dinheiro ao autor que escrevesse a melhor obra sobre o período da *Defensa*. Cf. *Diario de Sesiones de la Cámara de los Representantes*, tomo 222, 11/01/1913: 244)

⁹² Como poderemos perceber no terceiro capítulo da tese, houve vários momentos no qual o governo *batllista* foi acusado de dedicar pouca importância ao *sentimento patriótico* e, no caso, à própria celebração do centenário de independência da nação. Em artigo publicado no periódico *blanco*, *La Tribuna Popular*, o autor acusou o governo nacional de cancelar os festejos centenários, estando mais preocupado com as eleições de 1922. Além disso, culpou-os pelo que seria uma apropriação indevida do sentido de independência, bem como, da deturpação do regime democrático eleitoral vigente no país: “*Cierta vez dijimos que los justificados temores de un vuelco nada difícil en los destinos de la República, habían puesto un paréntesis en la organización definitiva de los festejos del centenario y eso es verdad, y ahí reside el principal obstáculo y a peregrina enunciación de alargar términos, porque todavía hay quien cree que para ese entonces bien podemos festejar el acontecimiento con una revolución en campaña, episodio que nada tendría de particular en un país tan democrático donde es corriente oír que ‘si los blancos ganan no les entregaremos el poder’. Como la conmemoración del centenario de la independencia es cosa de ‘colorados’ y no de uruguayos, no tiene nada de extraño que se piense así.*” (*La Tribuna Popular*, 17/05/1921: 1).

deputado desse grupo político que propôs, em maio de 1920, um projeto de lei, ao Senado e à Câmara de Representantes do país, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentaria composta de seis deputados e três senadores, visando à fixação da data do primeiro centenário uruguaio. Nesse documento, Luis Hierro afirmou que entre 1825 e 1839 estariam condensados os principais acontecimentos que culminaram na fundação da pátria e, por isso, dever-se-ia buscar nesse período um dia específico para se comemorar a independência da República. Ainda segundo o Deputado, o culto às “glórias do passado” tenderiam a despertar o sentimento de *patriotismo* e abrir “*nuevos horizontes a las idealidades del espíritu*” e, tal sensibilidade *patriótica* seria uma paixão suprema com “ânsias de liberdade e perfeição que fizeram da Grécia o símbolo histórico de sua essência e da França a primeira nação do mundo. (Diario de Sesiones de la Cámara de Representantes, 06/05/1920: 362) O sentido que norteou a proposta, ao menos no discurso impresso no projeto de lei, apresentou-se de forma muito clara: incitar e promover na população o sentimento *patriótico*.

Um dos maiores defensores de 25 de agosto com sendo o momento da independência foi o Deputado *colorado* José G. Antuña⁹³. Já no ano de 1921, o político iniciou um ciclo de conferências⁹⁴ para retomar as tratativas, acerca do tema que, por razões de ordem financeira e de conflito na imprensa e parlamento, estariam passando por um momento pouco objetivo.⁹⁵ Sobre essa demora, indagou: “¿cómo se explica ese lamentable abandono frente a un inconveniente que no puede ser tan poderosa como para privar a nuestro pueblo de la alborozada expansión de sus sentimientos patrióticos el día que ha de cumplir los cien años de su vida libre?” (Asociación Patriótica, 1921: 18) Talvez, no pensamento do próprio autor, existiria um temor de se atravessar o ano de 1925 sem, no entanto, haver uma definição quanto à data do centenário, o que viria a beneficiar, de certo aspecto, à escolha de 18 de julho de 1830 como o marco definitivo da independência do país. Tal indicação era considerada, por José Antuña, como uma data historicamente absurda e intolerável. Muito claramente

⁹³ José Antuña fazia parte do grupo partidário denominado *riverista*, facção *colorada* que se opôs ao *reformismo batllista* e mais conservador do partido.

⁹⁴ Mesa que presidiu o encontro contava com Héctor A. Gerona, Rodolfo Mezzera, Juan Zorrilla de San Martín, Luis Piera, Luis A. de Herrera, Mariano Ferreira, Raúl Montero Bustamante Julio Lerena Joanicó, Antonio Klinger y Andrés C. Pacheco.

⁹⁵ Preocupada em acelerar a escolha da data de independência, a *Asociación Patriótica del Uruguay*, sob a assinatura de seu presidente Héctor Gerona, enviou em agosto de 1921 um requerimento à Assembléia Geral solicitando uma maior rapidez no processo. Deixando de lado o caso brasileiro, nele sublinhou que todos os outros povos da América já haviam comemorado seu centenário de independência e soberania, sendo dever do Uruguai fazer o mesmo, já que a fixação dessa data seria uma grande expectativa popular. Cf. *Asociación Patriótica*, 1921: 111-112.

contestava a prática de se tirar do elemento *oriental* o papel de protagonista da própria independência do país:

No podemos conmemorar el centenario de nuestra independencia el año de 1930. No es lógico, no es justo que lo conmemoremos en otra fecha que no sea la del 25 de Agosto de 1925. No es que puedan considerarse ambas antinómicas, porque por el contrario las dos se complementan y resultan igualmente gratas a nuestro patriotismo, sino porque del hecho de adoptar la última se infiere la negación de la primera. Y si negamos la gloria oriental del año de 25, compendio civil de nuestra epopeya emancipadora, es para partir de la base que nuestra vida independiente data del tratado 1828, fecha ésta que alguien ha señalado como la más apropiada para indicar el punto de partida de nuestro centenario. No, señores! Nuestra independencia no la debemos al tratado de 1828 ni a la constitución de 1830 que fue su consecuencia inmediata. Ella no fue un regalo de la Argentina y del Imperio bajo la inspiración de Inglaterra, porque nuestra independencia fue conquistada con la sangre, con el esfuerzo, con el heroísmo y con el pensamiento de los orientales. Nuestra libertad la debemos a nosotros mismos. (Asociación Patriótica, 1921: 68-69)

Já no final do século XIX, com o desenvolvimento das idéias nacionalistas, ganhava importância imputar à própria nacionalidade um lugar de destaque na história, como fator de legitimação do próprio processo de independência. Uma conquista de independência, com suas próprias forças, seria uma forma de provar a maturidade política e, ao mesmo tempo, diferenciar-se enquanto nação.⁹⁶ Disso, a data de 18 de julho de 1830 não simbolizaria um momento de iniciativa própria, envolvendo questões internacionais, alheio a nacionalidade uruguaia que, então, tentava-se sistematicamente construir. Fugia-se de uma imagem associada à um acontecimento diplomático envolvendo os vizinhos Brasil e Argentina.

Esse sentimento, de imputar ao elemento *oriental* a ação de independência, fora ratificado largamente nas palavras de José Antuña, ainda que, em determinados momentos de forma implícita, como no caso discurso de apresentação do ciclo de conferência no qual enfatizava:

Negar esa fecha eminentemente nacional, negar el 25 de agosto, negar la gloria oriental del año 25 es negar todo nuestro pasado heroico, todo el esfuerzo a favor de la emancipación de la nacionalidad; los sacrificios de nuestros libertadores, la abnegación de nuestros primeros patricios. (Asociación Patriótica, 1921: 26-27)

⁹⁶ Cf. DEMASI, 2004: 62-67.

Por outro lado, políticos e intelectuais *colorados*, sobretudo *batllistas*, optaram pela data *18 de julho de 1830*, ocasião da primeira Constituição, como símbolo final da independência uruguaia, evitando a escolha de um acontecimento demasiadamente *blanquista*. Tal proposta encontrou franco respaldo, ainda no início do século XX, na figura de Luis Melián Lafinur, intelectual simpático ao projeto *unitário* e *porteñista*. Além de negar a condição de “precursor da nacionalidade oriental” atribuída a Artigas, bem como, ser hostil aos personagens contrários ao *unitarismo* (como, por exemplo, Rivera, Lavalleja, Oribe), Lafinur tirou da data *25 de agosto de 1825* qualquer selo *independentista*. (REAL DE AZÚA, 1990: 227-241)

Sobre Artigas, Melián Lafinur representava-o como um *caudilho* de cunho *federalista* que teria repellido a independência de sua província nativa. Essa seria a legenda, enquanto a verdadeira história estaria passando por um processo de “falseamento”:

Los que no han pretendido otorgarle á Artigas el título de fundador de la nacionalidad uruguaya, se han contentado modestamente con discernirle el menos trascendental de precursor de ella. Las dos leyendas se han difundido de tal manera que hasta en documentos oficiales se llama al vencedor de las Piedras, alternativamente, fundador ó precursor de la República del Uruguay. (LAFINUR: 1911: 31)

Com o seu modo de pensar, Luis Melián Lafinur conseguiu agregar uma grupo de intelectuais em torno de sua causa, como, no caso, do historiador Ariosto D. Gonzalez. Em uma de suas publicações, manifestou seu descontentamento, com parte da imprensa montevideana, que pouca importância teria dado a um de seus estudos em defesa da escolha de *18 de julho de 1830* como data máxima da independência do país. Da mesma forma, acusou o *Ateneo* de parcialidade, ao destinar espaço somente aos partidários do *25 de agosto*.⁹⁷ Ademais, incriminou o escritor Pablo Blanco Acevedo⁹⁸ de falsificar documentos históricos, através de adulteração de sentidos visando, unicamente, servir a sua argumentação. Atacando o referido autor e a escolha de *25 de agosto* como data da independência uruguaia, Gonzalez declarou que atribuir a essa data um sentido de separação absoluta seria um enorme equívoco, explicável pelo desconhecimento da própria história ou, ainda, pelo “*deseo*

⁹⁷ Segundo Gonzalez, o caráter provincial de *Los Treinta y Tres* era inquestionável, pois não existiria um só documento que provasse que a ação acometida por eles tivesse a intenção de separar a *Província Oriental* das demais *Provincias Unidas del Rio de la Plata*. No entanto, afirmava haver provas concretas que comprovariam o intento de emancipação do Brasil visando uma incorporação às outras províncias que formavam o antigo Vice-reinado do Plata.

⁹⁸ Advogado, político e historiador. Foi deputado pelo Partido Colorado.

pernicioso de perpetuar, al través de las edades, una mentira inconciliable, con el progreso cultural del país”. Dessa forma, atacou o que denominou de “*patrioterismo bullanguero de la plebe*” (GONZALEZ, 1923: 29), bem como, a tentativa de imputar a Artigas um ideal de soberania do território *oriental*. Mais especificamente acerca do tema que envolvia o personagem, declarou:

Debe observarse, empero, que la patraña de Artigas, fundador o precursor de la Patria uruguaya, es hay una vulgaridad que sólo ignorantes repiten; y sus más entusiastas apologistas han tenido que reconocer que no hay en él ningún fundador ni precursor de la nacionalidad creada en 1828. (GONZALEZ, 1923: 35-36)

Ariosto D. Gonzalez retomou, então, o pensamento influente de Luis Melián Lafinur, enfatizando que o maior propósito *artiguista* era formar uma grande Confederação com as Províncias Unidas del Rio de la Plata. De tudo isso, resumia o autor: “*Uruguay es declarado nación libre e independiente, recién el 18 de Julio de 1830*”. Com a comemoração nessa data, a “*verdad histórica*” não sofreria estrago. (GONZALEZ, 1923: 123)

Com tanta controvérsia, mal estar em “decidir o passado” através imprensa e de conturbadas sessões da Assembléia Legislativa envolvendo grupos e partidos políticos tradicionais, dois projetos foram à votação na Câmara dos Deputados: o primeiro, sob a alçada do Deputado José G. Antuña, no qual propunha a data de 25 de agosto de 1825; e o segundo, a cargo do Deputado *batllista* Edmundo Castillo, assessorado pelo historiador Eduardo Acevedo, propondo a comemoração da independência uruguaia no dia 18 de julho de 1830.⁹⁹ Por 49 votos contra 38, venceu o *25 de agosto* como momento representativo da independência do país mesmo que, para muitos *colorados*, essa fosse considerada uma data demasiadamente *blanca*. (REAL DE AZÚA, 1990: 227-241)

A designação do *25 de agosto de 1825* como o momento máximo da independência nacional representou, de certa forma, uma oficialização do que Real de Azúa denominou de *tesis independentista clásica*, consolidada, principalmente, a partir da década de 1880 pelos discursos de Carlos María Ramírez, Juan Zorrilla de San Martín, Francisco Bauzá, entre outros. Por eles, a independência *oriental* teria origem na própria vontade do povo *oriental*.

⁹⁹ Outras datas também foram propostas sem muito sucesso, como o 24 de outubro de 1828, primeira reunião da Assembléia Constituinte e Legislativa de San José e 4 de outubro de 1828, substituição das ratificações do Tratado de Paz ou Convención Preliminar.

Uma tese bem ao encontro daqueles intelectuais que defendiam a comemoração do centenário ainda no ano de 1925.

A educação como instrumento de construção da *memória*.

A preocupação com a educação foi ponto bastante reiterado no discurso não só do Estado como de outras instituições que compunham a sociedade e a intelectualidade uruguaia como um todo. O ensino era encarado com um meio eficaz na consolidação de um sentimento nacionalista pautado pela busca de uma imagem homogênea de nação. Tal artifício não era visto como algo a ser considerado e posto em prática de forma isolada e transitória, mas, sim, como um processo a ser desenvolvido a médio e longo prazo, progredindo-se no imaginário social de modo a ser solidificado no conjunto de valores que, supostamente, deveriam caracterizar o cidadão uruguaio.

Nesse sentido, tanto as crianças como os jovens mereceriam atenção especial, constituindo-se, assim, num dos principais alvos dos discursos embasados sobre os valores do *patriotismo*: “*El sentimiento vigoroso de amor a la patria, cuidadosamente fortalecido en los niños, debe ser siempre objeto de preferente atención en el Maestro, pero es prematuro e inconveniente suscitarle cuestiones arduas, que apenas si resuelven con acierto los hombres adultos e ilustrados*”.¹⁰⁰

Já em outra Circular, editada no ano de 1895, afirmava que o verdadeiro *patriotismo* se consistia em empregar toda a energia inacabável da “raça” no trabalho; no culto verdadeiro da liberdade e assegurar o triunfo definitivo da civilização, considerada a vitória generosa das mais nobres iniciativas da humanidade. (LEONE, 2000: 186)

De acordo com o pensamento de Leone, a literatura escolar cumpriu a dupla função de consolidar e difundir os valores do primeiro imaginário nacionalista, convertendo os manuais escolares em verdadeiros *catecismos cívicos*.¹⁰¹ Estudando boa parte desses livros, a pesquisadora concluiu que determinadas *virtudes cívicas*, transmitidas e propagadas em suas

¹⁰⁰ Cf. Circular N^o 7 de Instrucción Primária, 6 de octubre de 1883, *Legislación Escolar Vigente, 1877-1885*: 280. Citado por LEONE, 2000: 186.

¹⁰¹ Para a autora, a consolidação de um Estado se reforça com a conformação de um imaginário nacionalista que a legitime e sustente simbolicamente. No Uruguai o debate sobre a construção da nação estaria presente ao longo de toda a sua história, principalmente, em dois momentos fundamentais, paralelos à modernização do país: o primeiro, denominado de Primeira Modernização (1880-1910), ocorrido quando o país formula a primeira identidade nacional própria dos uruguaios e seu imaginário inicial; e o segundo momento, denominado período do Centenário (1910-1933), quando a disputa sobre a data de independência gerou significativa polêmica, além dos debates sobre o papel do Estado, a nação e a cidadania. (LEONE, 2000: 141-142).

linhas, constituíram-se em figuras constantes nos manuais. Qualidades como *bondade, modéstia, honestidade, lealdade, generosidade e afeição ao trabalho*, reiteradamente fizera parte do argumento de que estas levariam ao desejado *progreso*.

Certamente, nessa conjuntura favorável à criação de “heróis” e amplamente permeada pela reflexão acerca da nacionalidade *oriental*, a figura de Artigas paulatinamente foi avançando e conquistando espaço nos discursos, sejam esses proferidos pelo setor político ou intelectual uruguaio. A difusão das *memórias*, tanto do General, como das lutas históricas pela independência do que seria o atual território uruguaio, ganhava, com isso, transcendental importância no processo educacional dos jovens. A necessidade de se colocar em evidência as *memórias* idealizadoras, desses dois elementos, já era tacitamente admitida em determinados discursos, bem como, as distintas formas de propagação e manutenção das mesmas em sucessivas gerações:

*No existiría la historia si la figura de los grandes hombres idos adoptara la quietud lapidaria del bronce; la epopeya no sería enseñanza si los abuelos y las madres que dicen la canción de la cuna no endulzaran los llantos del hogar con los ritmos del poeta y si los niños que aman á los héroes borrarán sus hazañas de los libros de cuentos...
Alguien ha dicho que la historia es una resurrección. Esto es cierto porque los episodios para perdurar exigen no sólo el cincel, el verso y la pluma, es preciso que el pueblo tenga un alma que recuerde, miradas que evoquen, un corazón que sienta y un razón que juzgue...(El Centenario de la Batalla de Las Piedras, 1912: 39)*

Analisando o trecho acima, podemos concluir a preocupação que o autor aparentava com a fragilidade da *memória* no imaginário da população. Sua duração dependeria de instrumentos capazes de não só alimentá-la como, ao mesmo tempo, perpetuá-la por diferentes gerações. Tais instrumentos seriam capazes de auxiliar cada criança, entendida como o elemento base de cada geração, a acrescentar à sua “*bagagem de lembranças históricas*” novas memórias tomadas de empréstimo através de diversas práticas, como, por exemplo, a da simples efetivação de uma leitura. Quando o texto afirma “*la historia es una resurrección*”, na verdade pode subentender-se um outro sentido: o de que a *memória* é uma ressurreição. Uma ressurreição permanente por meio da propagação e da evocação de símbolos, idéias, palavras, etc. (HALBWACHS, 2006: 72-73)

Nessa conjuntura, à figura desse personagem, ainda de acordo com Leone, era dedicada uma grande quantidade de páginas, sendo que, a maioria, descrevendo suas ações no campo militar. Além de difundir um passado ligado ao *heroísmo*, importava identificar uma

individualidade como um arquétipo capaz de concentrar todo um conjunto de valores associados à idéia de *patriotismo*:

Con un patriotismo acendrado y una abnegación sin límites, luchó durante muchos años por la libertad de la patria, y, viéndose al fin vencido por un cúmulo de circunstancias [...] prefirió expatriarse y vivir miserablemente sus últimos años en tierra extranjera, antes que vivir en la suya colmado de riquezas y honores por los que oprimían.

Artigas fue el precursor de la nacionalidad oriental, el gran defensor de la democracia en el Río de la Plata y el primero que proclamó la independencia de estos países del dominio de España (Citado por LEONE, 2000: 189)

A publicação de *Breve biografía del General Artigas para los niños* se constitui num bom exemplo desse processo de inclusão do personagem na *educação patriótica* das crianças uruguaias, compreendida nas primeiras décadas do século XX. Contendo uma dedicação endereçada à Comissão do Monumento a ser edificado, esse livro trazia em suas últimas páginas um texto bastante engajado na promoção da obra estatutária em homenagem a Artigas. Afirmava que todos os uruguaios deveriam contribuir para o seu erguimento, para que o maior e mais esplêndido monumento, a se localizar na praça central da cidade, pudesse estar à disposição dos olhares e da contemplação da intrépida figura “*del valiente y magnânimo*” líder dos *orientais*, inspirando, assim, os superiores e patrióticos sentimentos, servindo de imitação para sempre aos governantes e governados. Por si só, esse ambiente favoreceria, de acordo com o autor, a eterna paz, união e harmonia entre a família uruguaia, podendo, com isso, cada qual entregar-se, tranquilamente, ao trabalho, ao comércio, à indústria e ao cultivo das ciências. (DEFFÉMINIS, 1900: 26)

Dito isso, a *Breve biografía del General Artigas para los niños* estabelecia um parâmetro próprio para o ensino da história de Artigas nas classes infantis. Contendo um arranjo para o programa das escolas públicas do país, o livro, uma espécie de manual de ensino para professores, pleiteava uma adaptação da biografia do personagem a uma linguagem bastante clara e acessível às crianças. Normas e técnicas eram apresentadas com o intuito de facilitar a fixação desse personagem ao imaginário infantil, por intermédio, dentre outras coisas, de um vocabulário próprio do grupo sem perder o foco na mitificação da figura histórica. Reconhecia que vários livros, sobre esse personagem, já haviam sido escritos, porém, eram volumosos e não conseguiam despertar o interesse dos estudantes mais jovens. Seria preciso adaptar ao foco. Em poucas palavras, a publicação instruíu o professor a como ensinar a vida de Artigas às crianças uruguaias.

Cabe ressaltar que tal publicação foi lançada no ano de 1900, período no qual a efígie de Artigas já conquistara um relativo espaço no imaginário da comunidade, seja por intermédio dos livros, pinturas ou esculturas expostas em instituições públicas, particulares ou de ensino. Praças, cidades, logradouros públicos, entre outros, já invariavelmente homenageavam o personagem adquirindo o seu nome:

Con el fin de honrar cuanto más se pueden su memoria, ya que ahora no es posible hacer otra cosa, le tributan honores de toda especie: en el norte de la República hay un departamento que lleva su nombre; en Cerro Largo, una vila; en todos los pueblos una calle esta dedicada á su recuerdo; en Montevideo, un establecimiento de educación que se titula “Escuela General Artigas” que es la de 3º grado número 1; en la ciudad de San José existe un monumento ante el cual hicieron desfilar los alumnos de las escuelas públicas el 19 de junio último. (DEFFÉMINIS, 1900: 06)

Segundo o autor, isso tudo poderia gerar algumas dúvidas nas cabeças das crianças: *¿Y porque se hacen tantas cosas? ¿Que ha hecho para que se le hagan tantos honores?* Tais questionamentos poderiam ser respondidos através da afirmação de que toda essa popularidade seria um simples ato de justiça e gratidão dos orientais com aquele que teria sido o primeiro *oriental* a ter a idéia de tornar a Província um território independente, podendo, por isso, ser denominado o precursor da nacionalidade uruguaia, a primeira grande figura histórica e o protetor dos povos livres.

Todo esse ambiente parece ter influenciado o autor a reclamar uma maior atenção ao sistema de percepção das crianças, pois, estando esse grupo convivendo maciçamente com a imagem do “herói” em seu cotidiano, deveriam também ser tratadas como apreciados receptores, ainda que de forma distinta, do discurso mitificador de Artigas. Além do mais, uniria tal artifício com o processo de *civismo* e de *patriotismo* já em efervescência nesse período, alçando o General a um exemplo a ser seguido pela nova geração de uruguaiois:

Traten de imitarle en sus sentimientos é incomparable amor por la felicidad nacional; sean contraídos al estudio y á todo labor escolar para instruir-se mucho y educar-se bien, prepararse para ser hombres útiles, que aún pueden llegar á ser unos grandes ciudadanos que harán honor á la Patria por su amos á ella, los servicios civiles ó militares que le presten [...] merecer que su nombre figure también en la Historia Nacional. (DEFFÉMINIS, 1900: 07)

Percebe-se que essa intenção de formar *grandes ciudadanos* e *hombres útiles* continuou presente ao longo de boa parte do texto do autor. Não só na parte referente às sugestões endereçadas aos professores como, de forma indireta, nas linhas que construíram o

texto biográfico sobre Artigas a ser ensinada para os alunos. Bem mais do que uma simples história do General, o livro se constituía em um manual para a formação do “bom cidadão” uruguaio, no entanto, de acordo com a própria essência da publicação, lançando mão de uma linguagem clara e bastante acessível às idades iniciais. Sob essa metodologia, em determinado momento do texto, o autor aproveita para apontar algumas características do que seriam considerados bons valores a serem cultivados em vida. Ao se referir a Artigas, afirma que este teria passado alguns anos se dedicando ao trabalho e ao comércio para ganhar *honradamente la vida*, como fariam “*los hombres de bien*”. (DEFFÉMINIS, 1900:10)

Segundo um estudo de Leone, os manuais escolares, publicados entre as últimas décadas do século XIX e o período do Centenário, reiteradamente buscavam transmitir algumas virtudes e *valores cívicos* em seu discurso. O cidadão ser *bondoso, modesto, honesto, leal, generoso e trabalhador*, tanto nos estudos como nas atividades empregatícias, seria o caminho para alcançar o “*anhelado progreso*”. Através disso, em parte, o Estado buscava criar seus próprios “*catecismos cívicos*”. (LEONE, 2000: 197)

Colocar-se a disposição da pátria também era considerado um belo exemplo do *bom cidadão* uruguaio, assim como Artigas teria se posicionado para, segundo Defféminis, ser útil ao seu país e aos seus amigos. Ao receber o convite, teria dito o general: “*Cómo no! [...] ¡Ya lo creo que acepto! ¡Con muchísimo gusto! Los hombres debemos prestarnos siempre á servir la Patria porque es un deber. ¿Qué sería de ella si nadie quisiese ser soldado para defenderla?*” E assim completa: “*entre los orientales no hay uno solo que sea cobarde, y no sepa cumplir sus deberes de buen patriota*”. Nesse sentido, grande parte das características pregadas como formadoras do caráter de todo “bom cidadão” uruguaio era atribuída, essencialmente, à figura do General Artigas, constituindo-se num exemplo padrão para todas as gerações do país.

Com uma linguagem basicamente direcionada às crianças do país, o segmento destinado à biografia do General Artigas iniciava com a seguinte declaração:

En una linda casita de la calle San Benito, en la que vivía hace cerca de siglo y medio un señor llamado don Martín José artigas y su señora esposa doña Francisca de Armas, nació el 19 de junio de 1764, un hermoso niño de ojos celeste, muy vivos, cutis fino y blanco como la nieve. (DEFFÉMINIS, 1900: 07)

Tal narrativa pretendia novamente trazer ao universo das crianças um período já bastante trabalhado pelos livros, mas que, todavia, na maioria dos textos colocava-se além da

capacidade de entendimento do jovem estudante. Sentia-se a necessidade de uma biografia capaz de suscitar na criança um sentimento de maior intimidade (ou proximidade) e curiosidade sobre a história de Artigas que, nesse momento, fundia-se com a própria história da cidade de Montevideu e do país.

Claramente esse uso da linguagem infantil cumpria um papel importante para a construção da *memória* de Artigas para as crianças da região. As imagens só podem ser socialmente transmitidas se passarem por um processo de ajustamento e de simplificação: ajustamento porque as imagens obrigatoriamente precisam ser significativas para todo o grupo receptor; simplificadas porque, para serem significativas em geral e capacitadas à transmissão, a complexidade de imagem tem que ser tanto quanto possível reduzida. (FENTRESS & WICKHAM, 1994: 66)

Os freqüentes conflitos políticos incididos desde a gênese da nação uruguaia, passando pela formação das tradicionais agremiações partidárias, parecem igualmente ter exercido influência no texto apresentado pela *Breve biografía del General Artigas para los niños*. A mensagem de paz foi incluída logo após o trecho no qual afirma que as lideranças argentinas¹⁰² teriam oferecido ajuda a Artigas quando este estava sitiado em Montevideu, exigindo, em troca, sua união às Províncias Unidas. De toda essa celeuma *platina* narrada pelo escritor, brotou prontamente a seguinte reflexão pacifista endereçada às novas gerações: “¡Ah! Lo que hace la ambición! Cuando los niños de ahora sean hombres y gobiernen, deben hacer lo posible por evitar las guerras, sea con países extraños, sea entre ellos mismos, entre los diferentes partidos políticos”. (DEFFEMINIS, 1900: 21)

O método de infundir na mentalidade das crianças toda uma imagem heróica de Artigas aliada à necessidade de fomentar constantemente o *patriotismo* como elemento básico do “bom patriota” uruguaio, desenvolvia-se paralelamente a outras atividades práticas e cerimoniais. Nesse âmbito, destacam-se as freqüentes visitas à tumba de Artigas promovidas pelas autoridades escolares a cada data comemorativa referente ao personagem. Todo um protocolo, onde as crianças eram responsáveis por depositar flores, corroboravam com representações já acionadas anteriormente por meio dos materiais escolares. Nesse caso, essas

¹⁰² Durante boa parte do livro, fica claramente exposta a posição do autor favorável à historiografia que coloca a luta de Artigas em oposição aos interesses dos “porteños” denominados, em determinado trecho, como *los de Buenos Aires*. Cada vez mais inimigos do líder oriental, esses opositores teriam procurado, de todas as formas, privar Artigas do poder, mediante grandes e tentadoras promessas endereçadas a vários de seus oficiais, conseguindo que estes aceitassem abandonar a causa *artiguista* e se convertessem em terríveis inimigos do próprio povo. (DEFFÉMINIS, 1900: 22)

antigas imagens fundiam-se com a prática proposta pela cerimônia, dando um tom bem mais real no imaginário dos jovens estudantes.

Importante salientar que, os jovens estudantes, como no caso ocorrido em maio de 1911, data importante pela demarcação do centenário da *Batalla de Las Piedras*, chegavam à cerimônia com uma idéia pré-concebida sobre Artigas, pois a Inspeção Nacional de Instrução Primária, um dia antes, já havia distribuído um texto, cujo sentido principal fora repassar uma imagem glorificada do personagem. Mesmo admitindo que cada estudante tenha tido uma leitura particular desse documento, de alguma forma as representações por ele expostas passavam a dialogar no imaginário desses estudantes, ajudando-as a criar a sua representação, ou imagem, do General Artigas.

Um ser superior aos seus contemporâneos por suas idéias e sua leal sinceridade nas convicções, teria se doado integralmente a seus ideais, desafiando *‘las iras de los poderosos políticos enemigos’* e combatendo sem retroceder em busca da liberdade do povo. Nesse nível de heroicização, a circular distribuída pelas autoridades escolares intentava passar a imagem de Artigas para as crianças, enfatizando o seu desinteresse pela fortuna ou honrarias e caracterizando como sendo um soldado da *‘democracia, sin hogar y sin familia, el errante y altivo montonero, héroe inmaculado, grande, insuperable, en la apoeya de la emancipación sudamericana’*. (*El Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1912: 109)

1.2.1. Francisco Bauzá

Ainda que o autor não tenha escrito uma obra tendo o General Artigas como seu principal assunto, **Francisco Bauzá**¹⁰³ teve papel importante no caminho transcorrido até a glorificação do personagem, posteriormente materializada na obra inaugurada na Praça Independência. Com a publicação de *Historia de la dominación española en el Uruguay*, no início da década de 1880, Bauzá estimulou uma forma distinta de se conceber a figura do

¹⁰³ Francisco Bauzá (1849-1899) foi escritor, docente, legislador e poeta. Começou sua carreira política e jornalística como militante do Partido Colorado para, mais tarde, dedicar-se fundamentalmente aos estudos históricos, sociais e jurídicos. Foi periodista do *El Nacional* e do *Debate*. Segundo Oddone, o autor enfrentou a criação historiográfica como *“vehículo vivificante de la conciencia nacional, urgido por una exigencia espiritual que le mueve a ahondar en el pasado para explicarse por vía retrospectiva la existencia independiente de su país, en el momento culminante de la controversia sobre la autenticidad histórica de la República.”* (ODDONE, 1959:30-31) Como político, foi deputado *colorado* e exerceu o cargo de Ministro plenipotenciário no Brasil, entre outras funções ao longo de sua vida pública.

General, distanciando-se das tradicionais representações impostas pelas historiografias argentina e, de certo modo, brasileira.

Prontamente, a obra de Bauzá foi recebida e alçada a uma posição de destaque na historiografia nacional, representando o que de melhor se teria produzido sobre a formação do Uruguai. O periódico *El Bien Público*, sublinhou que o referido autor teria prestado, ao seu país, um precioso serviço ao provê-lo com o primeiro trabalho histórico nacional, capaz de figurar dignamente ao lado das obras provindas dos outros países sul-americanos. (*El Bien Público*, 12/05/1883: 1. *Artigas*)

Dividida em três tomos cronológicos, tal obra buscou, no passado histórico colonial do território *oriental*, a pré-existência de uma nacionalidade. Essa condição, em muito, dar-se-ia pela “*vida independiente que en una comarca muy delimitada por las fronteras naturales habían establecido los charruas*”. (ODDONE, 1959:31) Seguindo o raciocínio, a colônia seria entendida como uma continuidade da antiga nacionalidade bárbara e independente da origem. O primitivo modo de produção rural, pecuarista e portuário, teriam evidenciado a sua relativa capacidade de subsistência. Todo esse ambiente teria influenciado o posterior sentimento independentista em um povo disposto ao “instinto fraternal” e “democrático” que incitava uma sociedade organizada, supostamente, sem distinção de classes, igualitária, o que viria a desembocar na forma republicana de governo. Com isso, Bauzá observou atentamente os elementos físicos, geográficos, sociais e políticos que corporificaram o “*ser nacional uruguayo*”. (ODDONE, 1959: 30-33)

Traçando um histórico sobre a origem do habitante do país, o autor inclui em seu discurso inicial o indígena como elemento fundamental no processo de gênese da nacionalidade uruguaia, caracterizando o que seria, para Carlos Real de Azúa, uma interpretação “romântica-providencialista” da independência oriental. (REAL DE AZÚA, 1990: 54). O território, que compreende o atual Uruguai, teria presenciado um longo período de rivalidade política entre os nativos e uma nova cultura advinda com os descobridores do continente a partir do século XVI.

Tal relação com os novos elementos, ainda segundo Bauzá, atuou sob o antigo “barbarismo” nativo, criando uma nova realidade para esse primitivo grupo. Pela razão de tal interação ter se sucedido por um longo período, enfatizou que nem a “raça indígena” teria sido totalmente absorvida, nem “raça conquistadora” teria imposto integralmente suas características. Tais condições proporcionaram a formação de um povo com características próprias, distinguido por qualidades elevadas reconhecidas pelos europeus:

De casal tan enérgico debía nacer forzosamente una raza varonil, adiestrada desde la infancia a los combates más acerbos de la vida. Por ese medio adquirieron aquella serenidad de porte y aquel aplomo en el peligro, que admiró a los conquistadores, quienes poco podían admirarse del brío y la audacia ajena. La lucha por la existencia emprendida todos los días contra la naturaleza o sus semejantes, y frecuentemente contra ambos a la vez, les había dado la conciencia de su valor, sin ninguno de los agregados con que la vanidad suele afeear ese don tan precioso en el hombre. (BAUZÁ, 1929, tomo I, livro I: 61)

Para Bauzá, a chamada “*población salvaje*” encontrada pelos conquistadores europeus em solo uruguaio, constituía um grupo social com aspectos e domínios peculiares, embora carecendo de um governo central que os garantissem uma unidade sólida. Suas mulheres eram acostumadas com o perigo e a mobilidade. Enfim, possuíam uma conduta invejável em certos aspectos: “*no eran crueles con el vencido, ni brutales con la mujer, ni autoritarios con los pequeños.*” (BAUZÁ, 1929, tomo I: 61)

Nesse sentido, a base de pensamento da identidade uruguaia, proposta pelo autor, centra-se na busca de um antepassado inicial que pudesse representar a nacionalidade uruguaia. Entre as tribos habitantes da região, no momento da conquista dos espanhóis no território sul-americano, Bauzá destacou a comunidade *charrua* como representante dessa primitiva identidade nacional. Representou, então, todas as agrupações indígenas, existentes no território uruguaio no período, sob a simbologia de “guerreiro indomável” atribuída às tribos *charruas*. Segundo González Laurino, tal comunidade representaria um dos meios de unificação simbólica da construção nacional do final do século:

En la defensa indígena del territorio, descubre el historiador la primera expresión, todavía precaria, del sentimiento patriótico. Con su primitiva tecnología de guerra, los charrúas permanecieron firmes ante los ataques de quienes concibieron como invasores de su territorio. (...) El argumento narrativo de Bauzá, los charrúas, como nativos del territorio, poseen derechos naturales sobre la tierra que habitan, y su lucha se considera una defensa justa de su lugar de pertenencia. (GONZÁLEZ LAURINO, 109-110)

Em *Historia de la dominación española en el Uruguay*, a figura de Artigas começou a ser mencionada somente no terceiro tomo, através da descrição de sua formação ainda jovem no ambiente pampeano. Nessa narrativa que deu continuidade a linha traçada nos capítulos anteriores que definiram os vários elementos da constituição histórica uruguaia, evidentemente a formação pessoal do General encontrou embasamento em aspectos sociais e

geográficos que o circundavam em sua juventude. Características como o rigor da temperatura, a solidão, a quantidade de fauna selvagem, a dificuldade de comunicação com os centros urbanos ou “civilizados”, concebiam um meio *habitat* bastante adverso e atuante na educação do *herói*:

Su juventud fue triste y selvática. Sin amigos a quienes consultar, sin aficiones literarias, recibiendo de sus instintos propios la inspiración y el consejo, forzado a imponerse para ser obedecido; solo, como lo está todo espíritu superior en medio de gentes que no le entienden, Artigas había vivido la parte mejor de la existencia sin ninguno de los halagos que sirven más tarde para enternecer el alma por el recuerdo. (...) Necesitó correr campos desiertos que se extendían delante de los establecimientos de su padre, afrontar aquellas aventuras mortales con los gauchos y los indígenas que tanta fama derramaban sobre los que podían narrarlas. (BAUZÁ, 1929, tomo III, libro I: 33)

Todo esse ambiente caracterizado por uma ríspida natureza, teria apresentado a Artigas as primeiras impressões de independência.

Tal natureza, no sentido apregoado pelo autor, teria exercido influência não somente na forma de pensar de Artigas, como, também, nos seus modos, gestos ou, ainda, em sua própria aparência física. Assim, o meio colaboraria para a formatação de uma postura firme e atrevida, características as quais os caudillhos necessitariam para liderarem seus povos: “*Tenía la mirada ardiente, el gesto dominador, hermosa y bien desarrollada la cabeza, ancho el pecho, fuertes y proporcionados los miembros del cuerpo y elevada la estatura.*” Sua vestimenta, embora tenha alçado a postos mais elevados em sua carreira militar, teria permanecido igual ao traje dos “estancieros”¹⁰⁴ do país. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro I: 36)

Diferentemente da historiografia argentina a qual, boa parte, caracterizava-o como um personagem ligado à anarquia, à bandidagem, à desordem¹⁰⁵, Bauzá narrou um personagem

¹⁰⁴ Segundo o mesmo texto, esse traje seria composto por: “*un ancho sombrero de paja, el pantalón angosto, chaqueta burda y zapatos de cuero*”. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro I: 36)

¹⁰⁵ Enquanto parte da historiografia porteña denominava Artigas como bárbaro, cruel, vingativo, entre outras características pejorativas, Bauzá usou do termo “barbárie” para designar o Decreto de Posadas, Director Supremo de las Provincias Unidas del Río de la Plata publicado no dia 11 de fevereiro de 1814, o qual instituía o líder *oriental* como “traidor da Pátria”. Tal Decreto estabelecia: “1°. *Se declara a D. José Artigas infame, privado de sus empleos, fuera de la ley y enemigo de la Patria.* – 2°. *Como traidor a la Patria será perseguido y muerto en caso de resistencia.* – 3°. *Es un deber de todos los pueblos y las justicias, de los comandantes militares y los ciudadanos de las Provincias Unidas perseguir al traidor por todos los medios posibles.* (...) – 4°. *Los comandantes, oficiales, sargentos y soldados que sigan al traidor Artigas conservarán sus empleos y optarán a los ascensos y sueldos vencidos, toda vez que se presenten al general del ejército sitiador, o a los comandantes y justicias de la dependencia de mi mando, en el término de 40 días contados desde la publicación*

crescendo sob a égide da ordem, da serventia à autoridade enquanto funcionário da autoridade real contra aqueles que perturbavam a região fronteira com seus contínuos latrocínios, roubos e invasões praticadas, fundamentalmente, por elementos originários de Brasil, Entre-Ríos ou Corrientes. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro I: 34)

Teriam a pobreza, a atividade forçada e o seu trato com pessoas dos mais variadas classes sociais, influenciado Artigas a ter uma “*indole especial*”, importante qualidade para o desempenho de sua tarefa. Seria ele “*temerário con el gaucha indômito, amable con el hacendado pacífico y circunspecto con los hombres cultos*”. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro I: 35). Dessa forma, o autor construiu uma personalidade¹⁰⁶ bastante propícia para a liderança de um movimento independentista na região platina, um condutor capaz de mobilizar distintos grupos em torno de uma idéia de revolução. Um Artigas que, mesmo possuidor de características singulares ao resto da população, carregaria a qualidade da diplomacia, adaptando-se de acordo com a necessidade ou ocasião:

Hablaba a cada uno en su lenguaje; reproducía sus maneras porte y términos de conversación, demostrándoles por estar medios, así al ignorante como al ilustrado, al perverso como al hombre de bien, que les entendía sin esfuerzo. Sobre todo los gauchos, a quienes tuteaba, y a los soldados, con quienes solía bromearse de paso, les infundía un respeto que sin separarse mucho del temor, provocaba en ciertos casos actos de abnegación. No era regalador ni amigo de larguezas, pero era honesto en el manejo de los bienes ajenos, incapaz de aprovecharse de su posición para allegar riquezas, y opuesto a que nadie lo hiciera en su nombre. De todas estas condiciones reunidas nació aquel carácter, singularmente apropiado a su época, por la diversidad de tintes que presentaba según la ocasión. Tenía un tacto exquisito para sondear a los hombres reservados, y en el curso posterior de su vida, tratando con los agentes de España y Buenos Aires, demostró hasta qué punto le era ingénita

del presente Decreto. – 5°. Los que continúen en su obstinación y rebeldía después del término prefijado, son declarados traidores y enemigos de la Patria. De consiguiente, los que sean aprehendidos con armas, serán juzgados por una Comisión militar y fusilados dentro de las 24 horas. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro 4: 186-187) Por esse viés, Bauzá afirmou que tal decreto estaria respirando sangue por todos os lados e manchando as mãos de quem o teria assinado ao invés de atingir a quem foi pretendia atingir: “*el rencor, la envidia, el odio, el desdén por la vida ajena, todo eso junto fue necesario para dictar semejante disposición contra un hombre y contra un pueblo.*” (BAUZÁ, 1929, tomo II, livro IV: 187) Percebe-se que, nesse discurso, já se ordenava uma junção entre o *herói* e a sociedade *oriental* num mesmo lado da narrativa. Dessa forma, o decreto teria como alvo, não somente o líder, mas todo o grupo que estaria gerando uma nacionalidade.

¹⁰⁶ Ainda sobre Artigar, escreveu o autor: “*Respetaba la inteligencia y era apasionado de la lealtad, a punto de tolerar otros defectos a aquellos que poseían estas calidades. Una tendencia irresistible de su espíritu le llevaba a confiar más en las entidades civiles que en las militares, gustando comunicar con las primeras y hacerseles simpático; tal vez porque no pudieran disputarle en superioridad soldadesca o tal vez porque creyera que podían ver razonablemente y bajo otros aspectos las situaciones y sus inconvenientes. Poco a poco fueron completándose todas estas dotes de su carácter, con la sazón de la edad y la experiencia de la vida, hasta presentar un tipo de originalidad que ha dejado hondas huellas en la historia.* (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro 1: 36)

la penetración de las intenciones ajenas. (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro 1: 35)

Como toda a representação de *herói*, Artigas foi concebido como um ser humano desprovido de interesses pessoais, como simples poder ou riqueza material. Essa idéia na qual caracterizava o personagem como um legítimo cumpridor das leis que, nesse momento, regiam o território, ia de encontro com o discurso argentino que o acusava de contrabandista e marginal. De certa forma, seus atos estariam baseados em sua qualidade altruística de se relacionar com sua sociedade. Agiria sem nada exigir em troca, pela simples intenção de auxiliar o povo em sua luta pela liberdade e sobrevivência.

O *Éxodo Oriental*¹⁰⁷, como viria a ser chamada posteriormente pelos historiadores uruguaios, conforme a narrativa de Bauzá nasceu sob uma inspiração do patriotismo *oriental*, como a única saída para a situação na qual se encontraria o povo da região. Essa manobra foi representada não como um gesto pessoal de liderança, mas como uma espécie de sentimento coletivo que teria unido desde a vontade dos militares, das mais distintas patentes, como das mulheres, jovens e anciãos. Diante desse movimento grupal, Artigas surge como um patriota que aceitou a sua condição de líder de uma empreitada que, segundo o autor, trazia o ímpeto patriótico somente comparável “*a las peregrinaciones bíblicas, en que los pueblos emigraban a tierras desconocidas, buscando la libertad.*” (BAUZÁ, 1929, tomo III, livro 2: 90). Essa associação entre a imagem bíblica e tal episódio *oriental* se tornará bastante freqüente na intelectualidade uruguia a partir da década de 1880, como veremos ao longo desse trabalho.

A forma pela qual o autor narrou o episódio referente à emigração *oriental* foi reflexo imediato de sua intenção em buscar em ocorrências passadas evidências de um sentimento que legitimasse a formação de uma identidade uruguia, baseada em elementos étnicos e simbólicos que a estabeleceria enquanto tal. Essa sensibilidade coletiva viria a refletir-se no momento da emancipação do país. Para González Laurino, Bauzá representaria o movimento de independência como uma consequência natural de um processo de autoconsciência

¹⁰⁷ Em outubro de 1811, o vice-rei do Rio da Prata, Francisco Javier Elío, assinou com o governo de Buenos Aires um armistício que, entre outras resoluções, determinava o fim do cerco de Montevideú e a desocupação da Banda Oriental até o Uruguai e devolução, ao controle espanhol, dos povos China, Gualaguay e Gualaguaychú, localizadas em Entre-Ríos. De acordo com Abadie, Artigas liderou a retirada de mais de 4 mil pessoas das margens de San José até o Norte do território, o que viria a constituir em um dos episódios mais comentados da atuação militar do *herói*, ganhando, em muitos momentos, conotações bíblicas: “*Esta marcha de los orientales se convirtió de pronto en un movimiento de emigración de todo un pueblo – que los paisanos llamaron ‘la redota’, es decir, ‘la derrota’ y que Clemente Fregeiro denominaría el “Éxodo del Pueblo Oriental” – y que el mismo Jefe de los Orientales trato de evitar: ‘Un mundo entero me sigue, retardan mis marchas y yo me veré cada día más lleno de obstáculos para obrar; ellos me han venido a encontrar, de otro modo yo no los habría admitido.’*” Cf. ABADIE, 2001: 79-83.

objetivada como “necessidade”, resultado de uma decisão coletiva produzida no grande período de compelido silêncio do descontentamento popular. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 122)

Em discurso publicado pelo periódico *El Siglo*, em ocasião de uma homenagem ao aniversário de nascimento do *Jefe de los orientales*, celebrada em 19 de junho de 1894, Bauzá enfatizou a importância da liderança de Artigas no movimento que revolucionário o qual teria, não só lutado em prol da liberdade republicana como também, lançado as bases de uma nacionalidade. Suas idéias teriam feito de seu país uma nação e dos argentinos uma república. Por tudo isso, a reivindicação de sua personalidade não seria um mero ato de justiça póstuma, mas um tributo que os “*tiempos actuales paga a los tiempos legendários*” da independência política uruguaia.¹⁰⁸

Entretando, percebe-se que o personagem Artigas não ocupa, ao longo da narrativa de Bauzá, uma posição de protagonista na trama histórica uruguaia. Compartilha as suas ações e os acontecimentos com vários outros líderes regionais atuantes no cenário independentista decorrente nas primeiras décadas do século XIX. Assim, representava-o como um líder passível ao erro como qualquer outra liderança local.

De acordo com Demasi, no contexto do “nacionalismo providencialista” do autor, a atuação de Artigas não teria sido decisiva para a concretização de uma nação independente. Além disso, não tratou de defendê-lo das acusações perpetradas pela *leyenda negra*, mas, sim, desculpá-las, destacando a coragem a intenção do *herói* que, considerado pouco talentoso e sem critério para escolher seus colaboradores, teria sido superado pelas circunstâncias históricas. (DEMASI, 2001: 346)

1.2.2. Carlos María Ramírez

Fundamentalmente, a partir dos primeiros anos da década de 1880, o discurso dos intelectuais argentinos se constituiu em um dos alvos preferidos do setor uruguaio empenhado na recuperação da imagem de Artigas. Ao mesmo tempo, no qual se partia para a construção de uma representação heróica sobre o personagem, dava-se o processo que negava qualquer caráter científico, histórico ou de “veracidade” aos autores contrários ao movimento de reabilitação. Seria o momento de direcionar maior foco às interpretações nacionais em

¹⁰⁸ Discurso publicado em ACEVEDO, 1950, tomo I: 266.

detrimento daquelas já conhecidas e consideradas injustas com o *herói*. Tal intenção já encontrava respaldo nos mais variados setores intelectuais do país, como, por exemplo, pelo periódico católico *El Bien Público*, ainda no início da década de 1880:

Entre tanto, creemos perfectamente sensato, aun más, altamente patriótico é indispensable, ceñirnos al criterio uruguayo; dar pos establecida la gloria de nuestro Artigas mientras no se demuestre acabadamente lo contrario, mientras los cargos que los Sarmientos y los Berras y los Mitres, todos ellos argentinos, formulan contra Don José Artigas, sean, como son, romances tradicionales ó investigaciones trucas ó desprovistas de toda filosofía histórica, de todo estudio de la época en que los sucesos se desarrollan, de toda ilación ó trabazón época y época. (El Bien Público, 12/05/1883. Artigas. p. 1)

Dentro desse latente movimento de recuperação da imagem de Artigas, **Carlos María Ramírez**¹⁰⁹ pode ser considerado com um dos principais precursores no processo de deslegitimação da antiga *leyenda negra* imputada ao personagem. Publicado no ano de 1882, seu *Juicio crítico del Bosquejo histórico del la República Oriental del Uruguay por el Dr. D. Francisco Berra* trouxe ao debate algumas das características básicas que norteariam boa parte das representações sobre Artigas elaboradas nas décadas seguintes. Como o próprio nome do livro denota, o autor buscou esclarecer, sob uma forma pessoal e crítica, alguns pontos polêmicos apresentados pela obra de Francisco Berra¹¹⁰, questionando desde as interpretações feitas pelo autor como, também, as próprias fontes manipuladas.

O *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*, de Berra, durante três décadas se constituiu no principal livro para o ensino da história nacional. Representava o nascimento da nacionalidade como algo imposto, pela diplomacia estrangeira, aos *orientais*. Em suas páginas, José Artigas ocupa um espaço relevante, porém, carregado de defeitos, como alto personalismo, incapacidade militar, fomentador de discórdias, despótico, orgulhoso e ambicioso, uma liderança que teria explorado a fome e miséria, presente nos acampamentos populares, em favor “*de sus proyecto*”, queria “*imponerse por el terror*”. (BERRA, 1881: 1811) Caracterizou o General com uma liderança que “*anteponía á su despótica voluntad, que*

¹⁰⁹ Nascido no Rio Grande do Sul, Carlos María Ramírez (1847-1898) foi importante ensaísta, narrador e legislador no Uruguay. Fundador do periódico semanal *La Bandera Radical*, folha politicamente desvinculada dos partidos tradicionais, também foi redator do diário *El Siglo* e do *La Razón*, ambos de Montevideú. Egresso de uma curta passagem pelo Partido Colorado, participou da organização do Partido Constitucional e da associação fomentadora da educação Sociedad de Amigos de la Educación Popular.

¹¹⁰ Nascido em Buenos Aires, Francisco Berra (1844-1906) teve sua formação intelectual no Uruguai. Foi advogado, educador e jornalista.

no sabía moderar los ímpetus violentos de su carácter, y que carecía de criterio moral para juzgar con elevación los hechos que se producían". (BERRA, 1881: 1814) Com essa representação negativa do líder, a obra de Francisco Berra se posicionava em sentido contrário ao movimento de reabilitação a qual a imagem de José Artigas atravessava no último quartel do século XIX e início do XX.

Segundo Pivoto:

De la resistencia contra la invasión portuguesa el personaje sale a través de estas páginas sin heroísmo y la grandeza que ya en 1865 no se discutía entre nosotros. Un sentimiento de piedad anima al autor del "Bosquejo" cuando dice que "Artigas fue tan digno de lástima en su ostracismo como funesto en su vida pública, y no parece sino que en el resto de sus días se consagró a purificarse de las negras e indelebles manchas de que le acusa la historia. (PIVEL DEVOTO, 2004: 111-112)

De acordo com González Laurino, a obra criticada por Ramírez foi, por si só, polêmica, fazendo parte de um momento no qual os esforços intelectuais se dirigiam para a formação de um universo simbólico de domínio estruturado sobre a definição nacional. Assim, *El Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay* trouxe uma narrativa discordante e influente na harmonia da história nacional. Entre projetos comunitários, minimamente em consenso, divididos ou abandonados, a construção do nacional surge como uma estrutura simbólica constantemente problematizada e em processo de permanente reformulação. A controvérsia entre Carlos María Ramírez e Francisco Berra *“ilustra esta gestación conflictiva del relato de los orígenes nacionales, que nunca pudo proyectarse como imagen monocorde de respaldo unánime”*. (GONZÁLEZ LAURINO, 2001: 137)

Num primeiro momento, Ramírez buscou descaracterizar o que para ele seria uma obra corrompida em sua origem, pois essa nova edição¹¹¹ não teria se desenvolvido

¹¹¹ *El Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay* teve sua primeira edição publicada no ano de 1866 seguida de mais três reedições revisadas e ampliadas. Tais modificações foram impostas, principalmente, por preceitos pedagógicos, demonstrando, assim, um dogma fundamental que delineava a história como sendo uma disciplina que deveria ser encarada com critério filosófico e intuito moral. De acordo com Oddone, Francisco Berra afirmou que o fim prático da história não era satisfazer a curiosidade nem, tão pouco, exaltar o sentimento patriótico, como muitos queriam, mas, sobretudo, servir de guia a futura conduta dos homens, revelando quais são os efeitos que causados por determinados feitos verificados em determinadas circunstâncias. Durante o *Bosquejo Histórico*, aparecem *“la resonancias de Macaulay (Historia de Inglaterra) a través de López que, a sua vez, se remite a Tucídides, Salustio y Tácito. Fiel a las influencias positivistas, a las que fue sensible como educador y pedagogo, Berra se apega a un principio de sucesión necesario y fatalista de la vida histórica admitiendo – al modo de su tiempo – la formulación de leyes que rijan esas relaciones aplicables a la sociedad humana como reglas de conducta (...) El Bosquejo – por contraste negativo – fue el espaldarazo de una nueva conciencia histórica que por vez primera sugiere una visión orgánica del pasado, sobre bases eruditas y críticas, con los trabajos de Fregeiro y Bauzá (...) Apagados los ecos de las retóricas lecciones del Bosquejo, silenciadas las voces críticas que se alzaron en su contra, el saldo de su obra, la ‘lección’, perdurable*

livremente, carregando um fardo constituído pelas publicações anteriores: *“No es un edificio nuevo, sino un edificio refaccionado con materiales deficientes y segun planos parcialmente elaborados”*. (RAMÍREZ, 1882: 7)

De uma forma bastante direta, o autor começou questionando a própria essência do escrito de Berra, apresentado como uma obra mantenedora de sensibilidade “quase infantil” aliado à intencionalidade de elevar-se às áreas da filosofia:

Seria muy difícil, además, determinar cuál es el carácter que ha venido á tomar el libro del Dr. Berra, después de las evoluciones geológicas que lo dejan en su estado actual. ¿Es un libro didáctico, como tuvo la aspiración de serlo en sus primeros sedimentos? ¿O ha pasado á ser un libro de filosofía histórica? (RAMÍREZ, 1882: 7)

Ramírez criticou o que considerava de incapacidade de Berra em promover uma obra fundamentalmente de cunho historiográfico, enfatizando que esse autor teria uma inteligência exclusivamente analítica e que, por isso, poderia alcançar resultados satisfatórios em trabalhos relativos às leis ou à pedagogia, não se adaptando às práticas criadoras do verdadeiro historiador. Para o crítico, o amor nacional deveria iluminar os estudos históricos para que fossem, com isso, verdadeiramente imparciais.

Faltariam, ainda, na narrativa do *Bosquejo*, os “músculos” e os “nervos” responsáveis por animar a reprodução do passado e a filosofia superior que a condensa, em fórmulas gerais, no ensino. Assim, segundo o crítico:

En vez de apreciar los sucesos y los personajes en el conjunto de la acción, en el mismo medio en que se agitan, con el criterio que resulta de las ideas, pasiones y necesidades de cada época, hace correr cada suceso por cuerda separada, en un orden mental admirable; y forma á cada personaje un expediente parra fallar su causa según el efecto retroactivo de las ideas morales y políticas que ocupan actualmente las casillas de la inteligencia del juez. (RAMÍREZ, 1882: 10)

No que se refere a Artigas, Ramírez acusa Berra de propositalmente combater todas as idolatrias históricas que exaltavam os *orientais*. Sendo assim, o autor do *Bosquejo histórico* não nutria simpatia pela figura do líder, tornando-o a principal vítima dos seus escritos. Ainda

de su libro es negativa. Si algo enseñó desde el punto de vista historiográfico, lo hizo con la ejemplificación de una forma errónea de concebir la historia. Y su paradójica lección, arrojó resultados saludables en cuanto superación de las excentricidades de una escuela y de un modo de pensar que Croce sin miramientos al limbo de la ‘pseudo-historia.’ (ODDONE, 1959: 15-17)

de acordo com o autor, Francisco Berra carregaria um propósito preconcebido ou, ainda, uma paixão qualificada como rancorosa, capaz de omitir e/ou distorcer os acontecimentos e os testemunhos com o intuito de legitimar a sua narrativa: “*escribir para falsificar la historia!*”. (RAMÍREZ, 1882; 35-36) Enfim, enfatiza ser esse um livro de polêmicas e de ataque aberto a um sentimento coletivo que, no momento, chamar-se-ia de “sentimento nacional”.¹¹²

Exatamente tal capacidade, delineada no livro de Berra, de se afastar do sentido patriótico, tão em voga a partir das últimas décadas do século XIX no Uruguai, constituiu-se em um dos pontos atacados por Ramírez em *Juicio crítico*. Aquele autor estaria negando um rol de importantes tradições apresentadas pela história do povo *oriental*. Toda essa forma negativa de se conceber o passado da nação deveria ser transformada em algo positivo, despertando-a para o estudo de temas relacionado à sua história. Com esse pensamento, Ramírez encontrou uma utilidade concreta para um livro considerado imperfeito, recheado de contradições e incompatível com a história do país.

O próprio conceito negativo de “barbárie” apresentado por Francisco Berra em seu *Bosquejo* ganhou atenção na crítica do autor. Segundo este, a chamada “*barbárie indígena*”, a qual estaria representada por Artigas, também teria sua missão e suas glórias no mundo: “*Cuántas veces ella ha guardado en su seno los gérmenes de la civilización futura, el porvenir de la humanidad, en pugna con los elementos más cultos de las civilizaciones caducas!*”. (RAMÍREZ, 1882: 101-102) Sob essa alegação, o autor do *Juicio* incorporou uma

¹¹² Segundo Laurino, Berra buscou desautorizar as versões apologéticas que concebiam o relato do passado como um exercício de devoção patriótica, com isso, tal indiferença perante o sentimento nacionalista o excluiu das demandas mais decorrentes no seu tempo, situando-o e um setor que o próprio autor denominava de imparcial, alheio à inquietude patriótica de sua geração. Relata, ainda, a autora: “*Sin embargo, la militancia antipatriótica en pos de la verdad no lo aleja de su contexto social, político y filosófico, por lo que su historia también se sitúa, pedagógicamente, como instrumento de ilustración de los nuevos ciudadanos. Siguiendo las coordenadas civilizatorias de su tiempo, su propuesta pretende formar la conciencia moral de los ciudadanos a partir del juicio histórico de los acontecimientos y los actores que los protagonizaron en el pasado.*” Concebendo a interpretação patriótica do passado como uma “*abominable arbitrariedad*”, por intermédio de seu discurso Berra não buscava a coesão nacional em torno de símbolos tradicionais e identitários, mas a identificação do leitor com princípios políticos formadores da ética do cidadão em contraposição às práticas excessivas das lideranças caudilhas e rurais. Para Laurino o conceito da história do Uruguai, seguido por Francisco Berra, é visto como “*un camino unidireccional, ascendente de progreso social, donde las sociedades americanas del pasado – y también de su presente – aparecen como experiencias históricas primitivas llamadas a la perfección política y social según el modelo civilizatorio propuesto por Europa y Estados Unidos. Encadenando la interpretación histórica a la inexorabilidad determinista de las ciencias naturales, el historiador se constituía en experto pedagogo del progreso humano.*” (LAURINO, 2001: 134-135) O *Bosquejo Histórico* desqualificava qualquer comportamento sócio-político marginal, considerando-o como sendo um produto da barbárie e do despotismo. Com esse intuito, separava em grupos distintos os considerados como “unitários ilustrados de Buenos Aires e províncias” dos que pertenceriam às “classes bárbaras”, bem como, também distinguia os federais das “classes cultas” do federalismo dos “bárbaros e selvagens” do Rio da Prata. Por intermédio dessa imagem negativa construída sobre o federalismo artiguista, o autor o representava como um obstáculo para a organização nacional revolucionária dirigida pelo patriciado porteño. Bem de encontro a essa idéia, Carlos María Ramírez preferia valorizar os atores e os espaços sociais os quais Berra caracterizava como cenários de ignorância e indisciplina revolucionária. Cf. LAURINO, 2001: 139-140.

classe, até então, considerada, no discurso de Berra, um entrave ao movimento independentista platino, em um grupo constituinte do mesmo, embora sob a tutela e a liderança do caudilho oriental..

De maneira bem mais pontual, Carlos María Ramírez critica o que fora a omissão de dois assuntos fundamentais para a construção de uma obra como o *Bosquejo*: o primeiro, uma atenção ao fator geográfico, ao território no qual aconteceram os episódios, pois, além na forte influência do meio sobre o movimento histórico dos países, considerava de grande importância a disputa geo-política ocorrida na região; já o segundo, um estudo aprofundado sobre a procedência, os costumes, instituições e civilização que os descobridores e povoadores trouxeram para o novo território.

Além de amearhar essas ausências citadas, o autor criticou, da mesma forma, o não estudo sobre a origem das vilas e cidades do país que, para ele, haviam sido fundadas pela imposição da dupla luta dos habitantes contra os indígenas e os portugueses. A esse clima adverso se supõe a causa fundamental que teria dado procedência ao consistente e impetuoso “espírito coletivo” da sociedade local. Nota-se, com esse pensamento, toda uma determinação do ambiente sob a formação do caráter e da identidade *oriental*.

Nesse contexto em franca efervescência, Artigas teria cumprido um papel vital ao lado da população simples do campo:

Necesários fueron los caudillos de las condiciones de Artigas, de Rivera y del mismo Lavalleja para enrolar las masas campesinas en los propósitos grandiosos de la Revolución, haciéndolas concurrir como fuerzas enérgicas de una renovación social que si á menudo contrariaron con las manifestaciones desordenadas de su naturaleza semi-bárbara, alguna vez también supieron empujar en el sentido de las mas grandes fórmulas democráticas por sus resistencias instintivas á las preocupaciones patricias y á los excesos centralitas de una metrópoli absorbente. (RAMÍREZ, 1882: 18)

A aversão à figura de Artigas que supostamente o *Bosquejo histórico*, escrito por Francisco Berra, apresentava aos leitores foi abertamente denunciada por Ramírez em seu *Juicio crítico*. Denominou essa postura como sendo verdadeiros ataques à idolatria de Artigas, onde o autor teve que ocultar e adulterar os acontecimentos para alcançar tal resultado. Resumido por ele mesmo, sentenciou em poucas palavras o trato despendido a Artigas: “*Todos los historiadores argentinos, porteños mejor dicho, se han detenido ante ella para maldecirla y lapidarla.*” (RAMÍREZ, 1882: 24)

Tal imagem negativa sob o General Artigas traria bastante resquício dos documentos contemporâneos ao personagem, principalmente os editados por seus inimigos. Como exemplo desse vestígio, citou o panfleto de Don Pedro Feliciano de Cavia publicado no ano de 1818 e considerado, para Carlos María Ramírez, a fonte mais utilizada pelos detratores de Artigas. Seguindo essa tendência, o estilo encontrado neste registro estaria presente na obra de Francisco Berra.

Em contrapartida, o crítico se exime de pertencer ao setor glorificador do *herói*, buscando em seu parentesco subsídios que pudessem comprovar que seus antepassados estiveram tradicionalmente ligados aos inimigos de Artigas. Segundo o próprio, seu trabalho era dedicar-se com atenção ao estudo dos acontecimentos como base para a formulação de sua visão crítica. Analisando tal exposição do autor, nota-se que essa condição é apresentada como um fator preponderante para que ele pudesse examinar o passado do personagem sob uma forma imparcial.

Se por um lado Ramírez¹¹³ coloca-se como possuidor de todas as condições para analisar de modo justo a figura de Artigas, como seus feitos, esse autor também tratou de mostrar um outro lado interpretativo protagonizado por autores também uruguaios, porém, distinto, pois tratavam o personagem sob um caráter essencialmente apologético, portanto, despido do cunho meramente analítico buscado pelo autor. Assim, classificou as obras dos escritores De María, Bauzá e Pereira. Importantes na redenção do personagem em questão, porém, demasiadamente preocupados com essa nova forma de concepção do *herói*.

No terceiro capítulo do *Juicio crítico* o autor uruguaio contradiz abertamente a versão historiográfica que caracterizava o General Artigas como um militar vingativo, cruel, sanguinário e capaz de promover atrocidades ao longo de suas campanhas. Tal característica,

¹¹³ No ano da inauguração do monumento ao *herói* na Praça Independência, em fevereiro de 1923, o primeiro número do periódico *El Correo e la Campaña* publicou um texto, denominado *¿Qué es Artigas?*, sob a alcunha de Carlos María Ramírez. Como o autor faleceu em 1898, tal escrito se constitui em uma reprodução antiga de Ramírez ou, ainda, de um outro autor contemporâneo à época o qual possivelmente utilizou o seu nome como pseudônimo. Embora o texto se refira à inauguração de um monumento, é importante salientar que décadas antes da inauguração já existia a intenção de se erguer uma obra a Artigas em uma praça montevideana. Exporemos o principal trecho do artigo, no qual o autor destaca o pioneirismo do personagem contra o domínio europeu na região e o seu reconhecimento pós-morte: “*Es Artigas, el primer campeón de los orientales contra la dominación española. Es Artigas, el primer campeón de los orientales en la resistencia armada a las ambiciones de la monarquía. (...) Es Artigas, le único guerrero de la independencia del Río de la Plata, que jamás disfrazó sus sentimientos con la hipocresía del homenaje tributado a Fernando VII, ni tuvo una sola hora de vacilación y cobardía en la profesión del dogma republicano. Es Artigas, el fugitivo, el proscrito, el mendigo, el ex comulgado por las cóleras patricias, el gran calumniado de la historia de América, el héroe infortunado cuya póstuma glorificación será perdurable estímulo de las abnegaciones patrióticas que solo alcanzan de los contemporáneos la ingratitud, el insulto y el martirio. Ante su estatua ecuestre, los cuerpos del ejército nacional presentarán las armas, - el pueblo inclinará la cabeza y los niños cantarán el himno de la patria... Gloria Victis! Carlos María Ramírez. (Correo de la Campaña, 28/02/1923: 01)*”

segundo ele, foi deliberadamente explorada ao escrever o *Bosquejo histórico*, quando, em nenhum momento, Berra teria admitido a hipótese de haver exageros nos testemunhos dos inimigos ou não de Artigas, pois que, os cenários sangrentos seriam os que mais impressionariam a imaginação dos povos.

Cobrou, ainda, uma maior “humanização” ou “civildade” ao personagem exposto no livro:

Hay exceso de sombras en los cuadros que nos presenta el Dr. Berra. Serian más humanos, y por consiguiente más verídicos, si hubiese en ellos más variedad de tintas y menos monotonía de acción. Parecen demasiado glotonos los tigres carniceros de Artigas; desearía uno verlos alguna vez en reposo, o acariciando mansamente á sus cachorros. (RAMÍREZ, 1882: 28)

Enfatizou que o autor Berra, sob o intuito de sustentar toda uma imagem negativa do General Artigas, narrou este personagem, sobretudo, como uma figura implacável, feroz, bárbara e sem qualquer limite. Sob esse sentido, o escritor teria omitido alguns acontecimentos fundamentais que, por suas ações, negariam todo esse conceito depreciativo do *herói*, fazer referência ao que seria um tratamento justo, despendido pelo General aos seus inimigos de guerra, no acampamento de Purificación. Apresentando essa diferença entre a imagem negativa, proposta por Francisco Berra, e os documentos que provariam o contrário, que Artigas teria realmente poupado muitas vidas e tratado com respeito seus adversários, Ramírez fez as seguintes indagações aos seus leitores: “¿Por qué respetó esas vidas el formidable caudillo? ¿Por deber? ¿Por generosidad? ¿Por astucia?”. Agindo assim, estaria Berra “calando os acontecimentos”. (RAMÍREZ, 1882: 30)

De acordo com Demasi, Carlos María Ramírez destacou-se por liberar Artigas daquelas acusações que o taxavam como um líder cruel e revoltoso. Dedicando várias linhas à tarefa de negar-lhe tal conceito negativo, demonstrou, ao mesmo tempo, comprometimento na deslegitimação da imagem de “caudilho anarquista” imputada ao personagem, amplamente desfavorável para um país que havia sofrido grandemente com constantes conflitos e guerras civis durante toda a sua formação. Assim, Ramírez destacou o caráter institucionalista da obra de Artigas, especialmente, o projeto de constituição federal. (DEMASI, 2001: 346)

A suposta “intransigência”, atribuída a Artigas por Francisco Berra, a qual teria contribuído para o rompimento de 1814 entre Artigas e Buenos Aires,¹¹⁴ também foi outro

¹¹⁴ Sobre tal rompimento, afirma París de Oddone: “El enfrentamiento entre Artigas y Buenos Aires fue haciéndose más tenso. Si bien la acusación de ‘traidor de la patria’ formulada por el Director Sarratea había sido pronto desvirtuada, la reacción antipopular de los grupos dominantes porteños a partir de 1814 ahondó las

ponto amplamente debatido por Ramírez em seu livro. Segundo ele, todos os acontecimentos anteriores deveriam ter sido mais bem esclarecidos visando um julgamento mais justo das diversas negociações de paz que o antecederam. Ao criticar tal postura de Berra, Carlos María aproveitou para novamente atacar a forma com que o autor concebia e escrevia a história:

De todas ellas, que fueron numerosas, solo son prolijamente conocidas las que presentan á Artigas culpable de huraña intransigencia: y esas, - cuanto se esmera el Bosquejo en ponerlas de relieve, como el abogado que cifra su ambición en evidenciar los puntos débiles del alegato contrario! – No me detendré á censurar esa manera de escribir la historia; pero si diré que, aun en ese terreno, habría el derecho de exigirle al historiador que fuese fiel á la verdad de los hechos, para no cargar con pesas falsas la balanza de sus acusaciones inflexibles. Es una pesa falsa. (RAMÍREZ, 1882: 43)

Uma suposta intenção de Berra na construção da imagem de um Artigas como sendo um “*caudillejo local*”, caracterizado como um personagem que não possuiria outro meio de ação que não estivesse associado ao uso desenfreado da violência, foi denunciada por Ramírez em seu *Juicio*. Contrariando essa idéia de que Artigas teria dominado os *orientais* através do terror e do uso da violência às populações de Entre Rios e Corrientes ou, ainda, Santa Fé, o autor desse livro lança a seguinte indagação: *¿como se explicaria la popularidad de Artigas en la lejana y docta Córdoba, donde jamás aparecieron sus hordas, y que lo aclamó Protector, votándole el presente de una espada, con inscripciones pomposas, que cualquiera puede ver en el Museo Público de Montevideo?* (RAMÍREZ, 1882: 93-94)

A invasão da monarquia portuguesa sobre o território *oriental* no ano de 1816, foi considerada para Ramírez como o momento decisivo na vida de Artigas e o principal acontecimento propulsor do que denominou de “catástrofe” de 1820. Esse fato teria, primeiramente, abalado e, mais tarde, acabado com todo o poder material desse líder. No entanto, todo esse contexto teria elevado seu prestígio junto a maioria dos povos argentinos. A partir disso, Artigas foi considerado como um representante das autonomias locais como uma resposta às “*maniobras monarquistas*” e cumplicidade do Congresso de Tucumán do Diretório porteño com as invasões portuguesas na região, as quais deram o pretexto

diferencias. La lucha no tardó en convertirse en guerra civil, Buenos Aires proclamaba cada vez más abiertamente los principios sagrados del orden: ‘todo es mejor que la anarquía’ era el lema porteño. En la imposibilidad de controlar al país entero, aquellos grupos no dudarán en buscar una cabeza coronada o en pactar con el portugués, para aniquilar a los ‘facciosos saqueadoras’ que encabezaba José Artigas (...) La noche del 20 de enero de 1814, Artigas se retira del campo sitiador considerando que toda fórmula de acuerdo con los dirigentes de Buenos Aires era a esta altura imposible. Buenos Aires, una vez más lo declara traidor a la patria, le retira sus empleos y ahora pone precio a su cabeza.” (PARÍS DE ODDONE: 2001: 74)

necessário para o *herói* assumir as alcunhas de “paladino da democracia” e “defensor da raça”.

Além de lançar mão da reprodução de um Artigas precursor das idéias de independência, federação e república, Carlos Ramírez delineou uma outra representação bastante comum nos discursos idealizadores do personagem: a de um herói traído. Essa teria sido a condição e uma das principais causas da retirada de Artigas do cenário platino e que, ao longo dos anos seguintes à publicação do *Juicio*, tornou-se freqüente nos discursos sobre o General:

El régimen federal, consignado en el Tratado de Pilar, y el PROCESO DE ALTA TRAICIÓN, en seguida instaurado, eran la victoria moral de la causa representada por Artigas, que en aquellos mismos momentos se desangraba impotente en los últimos esfuerzos contra la conquista extranjera, y debía desaparecer en breve de la escena del Río de la Plata, vencido por sus mismos aliados, cuyas ambiciones habían llegado á representar con más vivacidad y prestigio el principio instintivo ú orgánico de la federación argentina. Esas anomalías extrañas hay en nuestra historia. Artigas triunfa sucumbiendo; y el patriado de 1819 sucumbe miserablemente mientras su bandera y su programa llegan, con la espada de San Martín, hasta los volcanes ardientes del Ecuador. (RAMÍREZ, 1882: 99)

Ao longo de toda essa tentativa de deslegitimar o discurso presente no *Bosquejo Histórico*, Carlos María Ramírez ressaltou raros pensamentos em comum com Berra. Entre esses, expôs o fato de que ambos eram favoráveis à noção, diferentemente dos “*apologistas orientales*” e “*detractores argentinos*”, de que Artigas jamais teria apregoado a absoluta independência da Banda Oriental ou se considerado completamente desligado da comunidade argentina, pelo contrário, o líder teria lutado continuamente para atrair as demais províncias do Vice-Reinado ao seu sistema.¹¹⁵

A sólida defesa que Carlos María Ramírez elaborou, em prol da desfavorável imagem de Artigas propagada por Berra, seguiu seu caminho após a publicação do *Juicio crítico*. De forma distinta, o debate dessa vez desenvolveu-se no âmbito da imprensa, envolvendo o jornal porteño *El Sud América* e o montevideano *La Razón*, no qual Ramírez encontrou o espaço para expor suas idéias e rebater os artigos publicados pela folha argentina que retornava com muitos pontos característicos da *leyenda negra*. Como resultado de todo o debate, Carlos

¹¹⁵ Sobre esse aspecto, afirmou Laurino: ‘*En palabras de un historiador nacionalista como Carlos María Ramírez, la afirmación del ‘unionismo artiguista’ cobra especial significación en la construcción del relato de los orígenes uruguayos, llamado a armonizar en un discurso coherente las pretensiones de unidad confederal rioplatense de un caudillo que se propone como ‘el fundador de la nacionalidad oriental’.* (LAURINO, 2001:142)

María Ramírez organizou seus artigos em uma única publicação, lançada no ano de 1884, denominada simplesmente de *Artigas*.

Em termos gerais, o discurso presente nas páginas de *Artigas* veio a reafirmar boa parte do pensamento já expresso em seu antigo livro. Temas anteriores como a suposta crueldade, traição ou anarquismo de Artigas, entre outros, novamente sofreram a intervenção do autor em contraposição, nessa ocasião, às palavras escritas pelo *El Sud América*. Por detrás dessa nova publicação, retornava a tarefa de desconstrução da imagem negativa, pois, nas palavras do próprio autor, “*el General Artigas fué horriblemente calumniado por los contemporâneos y por la posteridad que recogió inconscientemente sus ecos.*” (RAMÍREZ, 1915: 07)

Ao explicar a necessidade de tal revisão historiográfica, envolvendo uma forma positiva de se conceber o personagem, implicitamente Ramírez demonstrou a grande importância que a intelectualidade uruguaia ainda destinava ao discurso argentino. Não bastava simplesmente uma nova imagem provinda dos autores locais, era preciso autenticar, ou não, as fontes que serviriam de fundamento para a imagem de Artigas:

Que entre los numerosos documentos que han aparecido con la firma, revele afinidades de perversión, crueldad é insensatez, con el documento que se cita, pero no aparece. – Y que muchos actos notorios de la vida del gran caudillo destruyen por su misma base la fábula del sistema sangriento y feroz caracterizado por la orden neroniana que se le atribuye con todo arrojo, aun cuando nadie tiene el de afirmar que la ha visto!

Y en efecto – si el terror era sistemático en Artigas, y la matanza un hábito de su naturaleza, - contra los godos, - contra los porteños, O contra el género humano, - ¿cómo se explica su generosidad con los prisioneros de Las Piedras, con los prisioneros de Entre Ríos, con los prisioneros de Santa Fe, con las víctimas propiciatorias de 1815 y con tantos otros? (RAMÍREZ, 1915: 241)

Escolher quais fontes seriam as “verídicas” se constitui em prática comum nos discursos que compõem todo um processo de construção de um *herói*, outra prática, também presente no trecho citado e bastante presente nas idealizações, é buscar no tratamento dos personagens indícios que possam descrever bons tratamentos nas relações destes com os prisioneiros de batalhas.

Segundo o autor de *Artigas*, a opinião preponderante na Argentina era radicalmente hostil à memória do líder *oriental* e que, qualquer prestígio a ele imputado, seria severamente julgado pela mesma. Sobre essa controvérsia histórica entre Argentina e Uruguai, sentenciou que seria dolorosa e, talvez, injustificada. Enfatizou que os vizinhos argentinos deveriam

recordar a similitude entre as figuras de Artigas e de Güemes¹¹⁶, este, uma personalidade que estaria sendo elevado à categoria dos maiores *heróis*.

Seguindo o mesmo método de questionamento da validade da antiga *leyenda negra*, Carlos Ramírez afirmou que os argentinos estariam promovendo algo prejudicial ao sustentarem, ainda início do século XX, a mesma imagem de Artigas que anteriormente só seria benéfica a coroa portuguesa e seus herdeiros. Sobre isso, aproveitou para anunciar que também os autores brasileiros estariam reagindo contra essa “*falsificación de la verdad histórica*”. (RAMÍREZ, 1915: 120)

Por outro lado, o discurso de Ramírez ultrapassa a mera consolidação de uma nova imagem de José Artigas, passando a tratá-lo como representante de um passado que deveria servir de exemplo à nação, influenciando tanto seu presente como, ao mesmo tempo, seu futuro. Nesse sentido, o autor retoma a representação do General como precursor do movimento independentista na América, com intensa ascendência sob o pretérito argentino. Um claro propósito de estabelecer uma correspondência entre o personagem e a história do país vizinho:

En la última faz de la historia argentina, se destaca, imponente y prestigiosa, la figura del caudillo oriental. Es el iniciador y el precursor de las descomposiciones sociales que van a transformar en democracia federativa, vivaz, incontrastable, los órganos atrofiados de un vasto imperio colonial. Es el primero que enrola y unifica a las masas campesinas del Plata bajo la bandera de la revolución; el primero que les enseña a pelear y morir por una idea en aquel combate heroico de Las Piedras que el Himno Argentino conmemora y que es una gloria indiscutible de Artigas. Bajo su influjo audaz y poderoso, se agrupan en organismo de provincia las poblaciones de la Banda Oriental, que eran elementos dispersos é inorgánicos de la antigua Provincia de Buenos Aires, como Entre Ríos, como Corrientes, como Santa Fe. (RAMÍREZ, 1915: 12)

Teria sido Artigas quem teria criado um elemento duradouro e sustentador da sociabilidade argentina através das Assembléias de abril e dezembro de 1813: a representação provincial.

Mesmo não designando o General como *Fundador da Nacionalidade Oriental* em um sentido completo, nomeava-o como sendo o *Precursor* da mesma. O autor repetia, dessa forma, seu discurso de que Artigas jamais teria preconizado a total ruptura com a comunidade argentina, pelo contrário, afirmou na página 278 da publicação *Artigas*: “*ambicionaba la*

¹¹⁶ Importante militar da província argentina de Salta, noroeste do país. Combateu ao lado de San Martín nas lutas de independências sul-americanas.

igualdad de todas las Provincias en el organismo colectivo de una federación abierta al mundo". Sobre o começo da trajetória do líder, afirmou: "*Artigas era todavía un modesto oficial salido del ejército español, que había ido á ofrecer su espada en Buenos Aires, cuando allí estalló la revolución de 1811, promovida por los provincianos del interior contra el espíritu dominador de la oligarquía local.*" (RAMÍREZ, 1915: 64)

A traição e a posterior morte no "refúgio" em "selvas paraguaias"¹¹⁷ teriam sido os últimos atos de uma vida na qual uma de suas maiores obras seria o sentimento indomável de um povo que fora, por ele, reunido para viver e expandir-se com o tempo. Algumas de suas principais obras, no pensamento de Ramírez, foram fundamentais para alguns dos acontecimentos futuros, como o episódio protagonizado pelos *Treinta y Trés* ou, ainda, a pacificação entre Brasil e Argentina a qual teria fundado, definitivamente, a *nacionalidade oriental*.

O esforço, o qual Ramírez despendeu em responder às acusações a Artigas, implicitamente evidenciava a preocupação em alertar que o novo conceito construído em torno do personagem se apoiaria em sólida fundamentação histórica. Conseqüentemente, de maneira bastante freqüente, elaborava um discurso no qual direcionava a comunidade uruguaia a não duvidar do processo de glorificação de sua *memória*. Ela não deveria ter receio de classificar Artigas em um patamar superior na hierarquia dos libertadores sul-americanos. Respondendo à acusação de suposta crueldade do líder, o autor escreveu:

¡Mientras los detractores de Artigas no opongan á esos hechos, que nadie niega, otros hechos concretos y debidamente comprobados, - los orientales podemos honrar la memoria del vencedor de Las Piedras con la seguridad de que no honramos en él la memoria de un degollador! (RAMÍREZ, 1915: 31)

¹¹⁷ O exílio de Artigas em território paraguaio, mormente serviu de exemplo para atribuir características como humildade, sacrifício e abnegação ao personagem. Ramírez se apropriou desse acontecimento para divulgar o trabalho braçal, como agricultor, no final de sua vida, sendo reconhecido como o *Padre de los Pobres de Curuguay*. Esse derradeiro ato de sua existência teria servido de consolo após anos sendo difamado pelos inimigos. Ao tratar sobre o exílio, o autor também aproveitou para publicar um editorial do periódico *El Nacional* de setembro de 1841, o qual exaltava a figura de Artigas como precursor da liberdade *oriental*, defendendo seu retorno ao Uruguai, já que, supostamente, seus objetivos de independência e liberdade teriam sido finalmente alcançados: "*El General Artigas no puede terminar su vida desterrado. ¿Quién tiene derecho para condenarlo á este doloroso castigo? ¿ Él plantó la semilla del árbol de la libertad y tiene derecho á reposar bajo su sombra. Él fue el primer caudillo de los orientales; y la justicia le marca un lugar distinguido entre sus notabilidades militares. Él fue el primero que gritó PATRIA, y cuando este sublimado voto está cumplido, ¿qué buen oriental querría privarlo de la patria, prohibirle que vuelva á su hogar, negarle un sepulcro en la tierra que ilustró con sus hazañas, que regó con su sangre?*" (RAMÍREZ, 1915: 288)

Em contraposição a essa imagem pejorativa, que apresentava um *herói* traiçoeiro, cruel, assassino, entre outros defeitos, Carlos María Ramírez o caracterizava como propagador de uma causa *sagrada*, auxiliada por um grupo de soldados abnegados e valentes, que teriam sido liderados por um *caudilho* libertador de comunidades oprimidas.¹¹⁸ Alguém que, segundo ele, teria se destacado heroicamente em vários momentos cruciais na formação do território platino, como exemplo, na luta travada contra o poderio estrangeiro, representado ora pela coroa espanhola, ora contra o Império Português. Todo esse discurso que caracterizava Artigas como um ser idealista e altruísta lançava as bases para a construção de uma imagem pessoal desprovida de interesses particulares, negando qualquer forma de negociação, ou traição, pela conquista de poder na região: *‘No cabía la traición en el alma del vencedor de Las Piedras’* (RAMÍREZ, 1915: 207) Todo esse argumento acabava, por fim, realçando o seu valor de bondade e honestidade ante o contexto de disputas no Prata.

O sentido de evolução humana também esteve presente no discurso de Ramírez ao tratar de Artigas como um representante proeminente dos antigos *gauchos* e, mais especificamente, da classe dos *caudillos platinos*. Segundo o autor, o *ser gaucho* seria parte integrante da forma primitiva da civilização local e que, com o avanço da mesma, teria desaparecido no tempo. Já o *caudilho*, constituía-se num organismo indispensável das massas *gauchas* em seu processo de assimilação dos hábitos de obediência legal e de liberdade política, porém, também teria passado por um movimento de extinção, devido à eliminação de suas funções para com a sociedade. Os representantes ainda sobreviventes poderiam ser classificados como *‘órganos atrofiados de la vieja compleción social’*. Sobre o papel do grupo na Revolução, afirmou Ramírez: *‘Esta evolución orgánica, eliminando de la política militante al caudillaje, ha despojado de todo elemento extraño la cuestión histórica que existía á ese respecto, y los ánimos están preparados para juzgar con toda equidad su acción y su influjo en el desenvolvimiento de la Revolución’*. (RAMÍREZ, 1915: 301)

Concluindo a obra, em poucas frases Carlos María Ramírez sintetizou quais seriam as razões para a glorificação de Artigas, apresentando as seguintes sentenças:

Es Artigas, el primer campeón de los orientales contra la dominación española.

¹¹⁸ Por muitos anos os estudos de Ramírez serviram de embasamento para a elevação da imagem de Artigas. No ano de 1923, o periódico *El Diálogo*, de Buenos Aires, retomou a publicar os discursos difamatórios à imagem heroicizada de Artigas, publicados anteriormente pelo, também portenho, *Sud América*. Reagindo a essa atitude, a folha montevideana, *El País*, expôs em suas páginas fartos trechos da obra *Artigas*, de autoria de Carlos María Ramírez. Sobre esse autor, escreveu o periódico: *‘Felizmente tenemos, en Carlos María Ramírez, la prueba de que todas esas afirmaciones contra Artigas son falsas.’* (*El País*, 05/03/1923. *El odio a Artigas – ataques injustificados*. p. 6)

Es Artigas, el primer campeón de los orientales en la resistencia armada á las ambiciones de la monarquía portuguesa.

Es Artigas, el primer campeón de los orientales en la defensa de su autonomía local, como pueblo que aspira á ser libre en la acción fecunda del gobierno propio.

Es Artigas, el único guerrero de la independencia del Río de la Plata, que jamás disfrazó sus sentimientos con la hipocresía del homenaje tributado á Fernando VII, ni tuvo una sola hora de vacilación y cobardía en la profesión del dogma republicano.

Es Artigas, el fugitivo, el proscrito, el mendigo, el excomulgado por las cóleras patricias, el gran calumniado de la historia de América, el héroe infortunado cuya póstuma glorificación será perdurable estímulo de las abnegaciones patrióticas que sólo alcanzan de los contemporáneos la ingratitud, el insulto y el martirio. (RAMÍREZ, 1915: 304-305)

Dessa forma, ora rebatendo escritos abertamente desfavoráveis a Artigas, ora alçando o personagem a um patamar superior dentro do contexto independentista sul-americano, Carlos María Ramírez construiu um discurso pautado pela redenção da imagem do *herói*, desgastada, principalmente, pela historiografia argentina. Dessa forma, alcançou o reconhecimento da intelectualidade local que através de manifestações públicas, demonstrou a importância de seus estudos para a nova imagem nacional e internacional de Artigas:

Un día, un escritor uruguayo de ilustre apellido y brillantísima pluma, Carlos María Ramírez, comenzó la difícil obra de levantar esos cargos y alzar de entre la masa de nuestros, una figura del general Artigas nueva y desconocida aún para sus compatriotas. Más tarde otros prosiguieron la noble tarea iniciada por aquel excelso espíritu, y hoy Artigas es venerado en esta orilla del Plata e inspira respeto en la propia patria de Vicente Fidel López y D. Bartolomé Mitre. (El País, 18/05/1922. La sombra de Artigas. p. 3)

Parte dos argumentos, por ele expostos ao longo dessas duas obras, permanecerão marcando presença nas décadas posteriores, influenciando, assim, no processo de construção da imagem glorificada de Artigas, bem como, sua caracterização como *Precursor da Nacionalidade Uruguiaia*. Entretanto, como o próprio autor descreveu em sua obra *Artigas*, a reabilitação do *herói*, começada ao longo dos anos, ainda se caracterizava por ser um processo vagaroso, “*en Europa y en América todavía no se escucha suficientemente nuestra voz. – Nosotros mismos (...) tropezamos á veces con la complicidad interna de la fatal leyenda.*” (RAMÍREZ, 1915: 98)

1.2.3. Héctor Miranda

Na primeira década do século XX surgiu, no meio intelectual montevideano, um dos principais responsáveis pela consolidação da imagem idealizada de Artigas, **Héctor Miranda**.

¹¹⁹ Seguindo os passos já traçados, principalmente, por Francisco Bauzá e Carlos María Ramírez, entre outros, o jovem autor passou a desenvolver um novo enfoque sobre o *herói* uruguaio, dando destaque ao seu lado legislador, ainda que tal atributo tenha permanecido em consonância com a habilidade “guerreira” do personagem.

Refletindo um pensamento historiográfico bastante dominante no período, Héctor Miranda entendia a história como uma fonte importante para a formação da consciência nacional. Segundo ele, o estudo do passado, útil ao presente e interessante para o futuro, não seria o estudo combativo, feito de ranços sectários e preconceitos. No entanto, seria preciso deixar descansar os mortos, estudando os antigos trabalhos com disposição científica e sem “alma partidária” a fim de “*arrancar friamente su secreto fecundo a las generaciones que fueron*”. Seria momento de se silenciar “*ante los viejos leones libertadores del mundo indiano*” (MIRANDA, 1964, tomo I: 18) De acordo com Barrán, as idéias do referido autor¹²⁰ foram influenciadas, em seu amadurecimento intelectual, pelo *cientificismo positivista*, principalmente, aquele proposto por Herbert Spencer.

Antes mesmo de escrever a obra que marcaria permanentemente a sua trajetória intelectual, no que se refere, mais especificamente, à idealização Artigas, Héctor Miranda publicou, em 1905, um discurso proferido no Panteón Nacional, representando os estudantes da Faculdade de Direito da cidade de Montevidéu. Nesse texto, denominado *Artigas*, grande parte de seu pensamento sobre o *líder oriental* começou a tomar forma, principalmente em torno dos ideais desempenhados pelas *Instrucciones del Año XII* dirigidas por Artigas. Divagando sobre tal documento, o autor afirmou se tratar o prólogo institucional mais

¹¹⁹ Nascido na cidade de Florida, Héctor Miranda (1887-1915) em seu curto período de vida exerceu a carreira de docente universitário, além de ser eleito deputado pelo departamento de Treinta y Três no ano de 1914. Obteve o título de Doutor em Jurisprudência ainda em 1908 e participou da campanha política para a presidência de Batlle y Ordoñez como periodista, orador e organização partidária.

¹²⁰ Ainda segundo Barrán, outra importante influência de Héctor Miranda foi a concepção de história do historiador romano Alexandru Xenopol, seu contemporâneo. O princípio de *causalidade histórica*, proposto por esse autor, teria sido amplamente seguido na obra, de Héctor Miranda, *Las Instrucciones del Año XIII*. Sobre o conceito de *causalidade histórica* de Xenopol, expôs Barrán: “*debía establecerse buscando los antecedentes fácticos del suceso que se investigaba. De esta manera se establecía una ‘serie’ de acontecimientos. La serie está constituida por un encadenamiento de hechos sucesivos y consiguientemente distintos unos de otros, aunque unidos por la causalidad.*” (MIRANDA, 1964, prólogo: XXXVIII-XXXIX) Assim, valorizavam-se os antecedentes, bem como, as séries de acontecimentos cronológicos estabelecidos ao longo da sociedade.

virtuoso apresentado algum político à consideração dos povos do continente, sendo *“la clave de los destinos revolucionarios”* e uma *“obra maestra en que todos los problemas fundamentales de orden interno y de orden externo están resueltos de una manera sabia y segura.”* (MIRANDA, 1905:12)

Seguindo essa linha, Héctor Miranda deu ênfase maior ao aspecto estadista de Artigas, o designando, em determinada passagem do discurso, como sendo o teórico da democracia platense. Embora tenha enfatizado as virtudes guerreiras e estrategistas desse líder¹²¹, enfatizando que, até mesmo, os gregos pais das “musas” e da “filosofia” não desmereciam tal atributo, o autor garantiu que apreciava, preferencialmente, a *“muda gestación de las ideas, el silente trabajo del intelecto en las profundidades de la conciencia”*. (MIRANDA, 1905: 5) Trabalhou sobre a representação de um Artigas Padre de la Patria, um líder sul-americano a frente de seus contemporâneos em se tratando de liberdade e democracia¹²² no continente sul-americano.

Nesse sentido, o herói se distinguia dos demais líderes platinos do período, partindo do pressuposto que teria apresentado para os povos da região uma alternativa viável de organização e autonomia, rompendo com as antigas fórmulas baseadas unicamente na força:

Y el pueblo del antiguo virreinato, acostumbrado á la pobreza mental de sus prohombres y á la continua fluctuación de los rumbos políticos, escuchó con asombro al Héroe excepcional y sincero que detenía el ímpetu de sus legiones para decir, en medio de la algazara de los combates, el verbo salvador y la palabra profética. (MIRANDA, 1905: 11)

Segundo Héctor Miranda, teria Artigas falado em confederação quando os *“óráculos de Mayo dijeron despotismo”* e invocado o interesse da América no momento no qual ninguém mirava além das fronteiras da pátria. Nesse instante, o autor aproveita para novamente incluir um caráter supranacional, furtando-se de estabelecer um conceito meramente uruguaio ao herói. Tal formulação foi reapresentada no fechamento desse discurso, quando delineou o que seria, abreviadamente, a obra de Artigas: *“su obra, son esas tres naciones incrustadas por el esfuerzo de su pensamiento y de su brazo en el mapa*

¹²¹ Para Héctor Miranda, Artigas teria se constituído, ao mesmo tempo, um guerreiro e um legislador; um homem de ação e de pensamento. (MIRANDA, 1905: 4)

¹²² Sobre o papel de Artigas na formação democrática, bem como, a sua concepção de Estado, afirmou o autor: *“Y en efecto; en Artigas está toda la historia de nuestra génesis democrática. ‘Toda la patria vivió en su cabeza’; y, más que la patria, toda la gran nación que abrazó el viejo virreinato.”* E completou com uma frase do General que, segundo ele, um dia viria a ser gravada em bronze: *“La libertad de la América forma mi sistema, y plantearlo es mi único anhelo.”* (MIRANDA, 1905: 15)

imborrable de la América Republicana: el Uruguay, su cuna; la Argentina, su calvario; y el Paraguay, su tumba!" (MIRANDA, 1905: 17)

A partir disso, tal como fez Carlos María Ramírez, o autor aproveitou o rumo tomado por sua própria narrativa para promover a defesa de Artigas frente às ofensas desferidas pelos denominados “*vampiros de su memoria*”:

No es Artigas el “héroe primitivo” que el autor de “Nirvana” nos muestra magnificado por la imaginación del pueblo en esa mitología que se encuentra al principio de toda historia. No es el “caudillo bárbaro”, jefe de hordas indisciplinadas y sangrientas, como las que importunaran con su algazara y sus depredaciones las fronteras de Argelia, que ha pintado Sarmiento en la mala fe de su prosa difamatoria. No es el “brigand redoutable”, como le han llamado dos sabios y pacíficos exploradores del Paraguay. No es “la fiera” de garras atroces que el doctor López nos muestra en sus insensatas historias, brincando sobre el territorio entrerriano, en un extraño y brutal pugilato. (MIRANDA, 1905: 6-7)

Como boa parcela dos discursos que tratava tanto da formação da nação uruguaia como, também, da *memória* de General Artigas, a descaracterização da antiga imagem do personagem passava a dividir espaço com a própria glorificação do mesmo. Dessa forma, foi bastante habitual os autores intercalarem um parágrafo de invalidação dos paradigmas estabelecidos pela *leyenda negra*, com um outro que tivesse, como base, a simples pessoal glorificação do líder.

Las Instrucciones del Año XIII, publicado em 1910, marcou a continuidade da representação de Artigas como um dos principais estadistas de sua época. Em uma vasta obra, Héctor Miranda voltou a destacar o documento como um momento ímpar na evolução constitucional rio-platense, nesse caso, promovendo a exaltação do pensamento frente à ação do líder *oriental*.

A obra dispôs de um importante prólogo assinado por um dos mais importantes intelectuais e poeta de toda a história uruguaia, Juan Zorrilla de San Martín, que, da mesma forma, constituir-se-ia em um dos principais exaltadores e recuperadores da *memória artiguista* em detrimento da denominada *leyenda negra*. Nesse prefácio, logo após desenvolver seu pensamento sobre a importância da história e dos heróis para uma nacionalidade, o poeta apontou como principais objetivos, da obra de Héctor Miranda, submeter à apreciação o “*fundador de la Pátria Oriental*” em sua monumental obra; projetar sua sombra na imaginação dos homens como a realidade objetiva tangível; mostrar ao povo

uma verdade que servisse para fortalecer, na sociedade, o sentimento de amor à terra. (MIRANDA, 1964: 14)

Sobre a referida obra, afirmou o historiador José Pedro Barrán¹²³:

El estudio minucioso y erudito del texto de las Instrucciones, sirve entonces como pretexto para un reordenamiento racional de la historia de la colonia y la revolución rioplatense, en un intento original y único en su época, de vislumbrar, a través de un documento esencial, toda la sociedad, la economía y la política del período. (MIRANDA, 1964, prólogo: XL)

Ainda segundo Barrán, o autor escreveu *Las Instrucciones del Año XIII* sob um enfoque demasiadamente jurídico, confundindo o Direito com a realidade histórica; a influência externa e superficial das constituições norte-americanas com as necessidades reais da nação a qual Artigas conjecturava no período¹²⁴. Além disso, o autor teria representado o líder *oriental* como um *constitucionalista* e um “*ferviente roussoniano*”. (MIRANDA, 1964, prólogo: XL-XLI)

Logo ao introduzir a obra ao leitor, Héctor Miranda deixou claro um ponto bastante comum no processo de resgate histórico da imagem de Artigas para a nação: caracterizar o *herói* sobre uma narrativa consensual, acima de qualquer sentimento sectário ou político-partidário. Nesse caso, a própria categoria, a qual era assinalada e denominada como *caudilhesca*, também passou a receber uma relativa importância no processo histórico uruguaio. Pela ação dos *caudillos* que a independência e a república teriam sido salvaguardadas no território platino. (MIRANDA, 1964, tomo I: 18) Refletia, com essa atitude, o período de relativa pacificação política pelo qual se encontrava o país, abrindo espaço para o debate e a busca pela construção de uma narrativa que pudesse condensar o passado ou a formação da nacionalidade uruguaia sob uma origem comum.

Ao conjecturar sobre o teor contido nos artigos do programa, declarou ser esse um documento primordial e complexo no qual convertia os deputados em propagadores dos mais avançados princípios de governo, além, de os tornarem líderes de um novo procedimento de lisura política, sinceridade democrática e de justiça para toda a sociedade. Seguindo um método bastante freqüente entre os intelectuais uruguaiois que trabalhavam com o movimento

¹²³ Responsável por redigir o prólogo na reedição da obra de Héctor Miranda, publicada no ano de 1964 na coleção *Clásicos Uruguayos*.

¹²⁴ Segundo Barrán, Artigas possuía uma visão bem mais precisa do país em se comparando a visão que Héctor Miranda teria tido desse líder.

de independência da região platina, Héctor Miranda tratou de esboçar uma analogia entre os representantes *orientais* e os líderes da independência norte-americana de 1776. Declarou que o documento formulado em 1813, por Artigas, solicitando autonomia local, federação e independência¹²⁵, seria tal qual expedido anteriormente por Thomas Jefferson e George Washington¹²⁶. (MIRANDA, 1964, tomo I: 42-43) Nesse sentido, simbolicamente as *Instrucciones del Año XIII*, se não alcançavam a categoria de documento legítimo da independência, tornavam-se um marco para o que, posteriormente, viria a ser a total soberania da nação. Uma carta que apontaria um futuro inevitável e de conquista final da liberdade na região.

Tendo *Las Instrucciones del Año XIII* como o foco central da obra e se baseando sob uma narrativa bastante pontual, o autor buscou transmitir a idéia de que o germe desse programa político lançado por Artigas já estaria assentado na realidade histórica da região ou, como o próprio escreveu, “*estaban en el ambiente a la espera de su consagración legislativa*”. (MIRANDA, 1964, tomo I: 43) Nesse sentido, a grande habilidade do *herói* estaria representada por sua capacidade de sentir a qual regime político era imprescindível para o desenvolvimento de seu povo, mantenedor das liberdades civis e que pudesse garantir, ao mesmo tempo, a forte futura república. Segundo Héctor Miranda, essa fórmula Artigas não teria tido a necessidade de inventar, pois esta já estaria escrita.

Assim, o documento proposto por Artigas seria resultado de um paulatino processo maturado no centro da sociedade colonial¹²⁷, uma continuidade bem mais efetiva dos propósitos já apresentados pelo movimento revolucionário de Maio de 1810:

Así las Instrucciones condensan una época, marcan el punto crítico de una evolución, e inician una era nueva de discusiones institucionales y de

¹²⁵ Em várias passagens Héctor Miranda apontou a influência que as *Instrucciones del Año XII* teriam sofrido das cartas norte-americanas. Sobre isso, declarou o autor que a parte doutrinária, do programa político de Artigas, teria sido transcrita dos textos elaborados naquele país. (MIRANDA, 1964, tomo II: 208) Nesse aspecto, tal programa estabeleceria como objetivo e finalidade do governo a conservação da igualdade, liberdade e segurança de todos os cidadãos, espelhando, através desses vieses, os fundamentos da doutrina norte-americana.

¹²⁶ O norte-americano, George Washington, contava com grande admiração do autor. Em outra passagem do texto, Héctor Miranda, ao se referir à Assembléia Geral Constituinte das Províncias do Rio da Prata, criticou-a ao manifestar que a mesma sofria pela ausência de um “*estadista de buena ley, sábio sincero, del equilibrio moral y de honradez contagiosa de Washington*”. (MIRANDA, 1964, tomo I: 25) Diante da proposta discursiva da obra, mais do que esse referido político, pode se subentender que essa instituição careceria de pessoas também como Artigas.

¹²⁷ Segundo Héctor Miranda, ao primeiro artigo das *Instrucciones del Año XIII* materializava o pensamento da revolução oriental; a finalidade do Grito de Asencio; o desejo do povo demonstrada na insurreição, no êxodo e nos campos de batalha. No entanto, não representaria somente uma idéia local, mas continha uma fórmula definitiva da revolução de Maio. (MIRANDA, 1964, tomo I: 143)

conflictos prácticos que se van agravando rápidamente hasta fundirse en el caos, en una ola de dolor y de sangre, a la espera del minuto solemne de la victoria definitiva. La revolución de Mayo había nacido, proclamando la soberanía popular y nacional, y estableciendo, de hecho, el gobierno propio, autónomo y democrático. (...) El Congreso Oriental del año XIII, condensando en artículos categóricos el programa ostensible y racional de la revolución de Mayo, traduciendo su espíritu en fórmulas concretas y nítidas, - le agregaba principios latentes pero hasta entonces mudos y lo integraba de manera sabia y vidente. (MIRANDA, 1964, tomo I: 44)

Esse caráter de liderança de Artigas, sobre o povo e as demais autoridades *orientais*, foi ponto igualmente desenvolvido na narrativa do autor. Pessoalmente, ao emergir a revolução, o *herói* já seria um homem maduro e bastante experiente no confronto com os excessos dos homens e o rigor da natureza. Parte dessa vivência teria se originado enquanto abnegado oficial de Blandengues, bem como, com o sítio de Montevideú, o qual lhe deu a oportunidade de conviver com os denominados, por Héctor Miranda, “*los espíritus más cultos e ilustrados de la Provincia*”. (MIRANDA, 1964, tomo II: 210)

Além disso, o discurso de Héctor Miranda apresenta um personagem capaz de captar com exatidão todas as necessidades pelas quais estariam atravessando a sociedade local. Uma competência bastante característica do conceito atribuído à representação de *herói*. Como exemplo desse procedimento, temos uma passagem relatando o *Congreso de la Provincia*, instaurado por Artigas no dia 4 de abril de 1813:

Artigas, antes de comenzar las sesiones del Congreso, creyó de su deber dirigir a la Asamblea una exposición que explicara el objeto de la convocatoria, los rumbos de la política nacional y provincial, los peligros presentes y futuros, y los puntos esenciales que debían llamar la atención del concurso, expresando al mismo tiempo sus ideas acerca de los problemas fundamentales. Ese discurso memorable, expresaba en tres páginas enérgicas y precisas, las inquietudes de la época y las necesidades de la revolución. - iba al fondo del conflicto interno y lo resolvía valientemente, agregando al prestigio de sus palabras verídicas, la autoridad eficaz de quien las emitía. Había allí claridad de miras y rectitud de intenciones. - frases sabias y sanas, calientes y seguras, que destacaban con luz nueva y reveladora, perspectivas halagüeñas y horizontes llenos de enigmas. (MIRANDA, 1964, tomo II: 27-28)

Sob essa imagem de clarividência, desprendimento, autoridade, liderança, entre outras, Héctor Miranda representava Artigas como um guia dos anseios da sociedade local ou, como o próprio afirmara, um “*gran caudillo popular*” e “*militar*” (MIRANDA, tomo I: 53), que já despertara a atenção como um forte inimigo da “*política centralista*” e “*irresponsável*”. Teoricamente, alguém que percebia as necessidades e as traduzia em palavras, documentos ou

ações. De certa forma, Artigas se tornava a personificação dos anseios revolucionários atribuídos ao povo *oriental* ou, em outras palavras, uma imagem representativa da “alma” do povo: “*Artigas, sin ser un genio, era una inteligencia genial, capaz de comprender con exactitud y de resolver con acierto, los grandes problemas políticos de la época*”. (MIRANDA, 1964, tomo II: 214) Já em outra passagem, Héctor Miranda descreveu que Artigas “*tuvo en la mirada de sus ojos serenos y dominadores, el resplandor de una época, la escintilación de una idea, ese flujo misterioso del genio que sube a las pupilas, colma la mente y se desborda en pensamiento*”. (MIRANDA, 1964, tomo II: 231)

Ao caracterizar tal habitante, Héctor Miranda atribuía à população *oriental* a disposição de um povo livre em sua real existência. A distinção desse habitante, representada por sua incapacidade de conviver sob a liberdade¹²⁸ cerceada, teria alcançado seu ápice nas lutas que originaram o movimento revolucionário como um todo, quando suas peculiaridades teriam sido acentuadas de forma mais clara e objetiva.

A explicação sobre o *ser oriental* girava em torno do pensamento determinista difuso no período, onde as condições básicas do território influenciariam diretamente na formação do caráter, da educação e da natureza, em si, do habitante. Em um território onde a colonização pacífica havia sido uma situação quase impossível, pela necessidade teria nascido esse habitante lutador e inquieto. Nesse caso específico, o território em constante conflito moldaria a habilidade militar do povo que já teria recebido, com a vinda dos conquistadores, tradições guerreiras que, ao ter contato com o meio ambiente pampeano, desenvolveu-se. Tal prerrogativa influenciaria abertamente na incorporação do povo no contingente revolucionário, independente da classe social de origem desse habitante:

Es así que el Grito de Asencio encontró fácil eco en toda la campaña, y los primeros escuadrones revolucionarios presagiaron, con valerosas actitudes, los triunfos inmediatos de los ejércitos nativos. Sin otro núcleo veterano que algunos grupos de blandengues y dragones, plegados a la nueva causa, - y con el concurso apto de oficiales que militaron bajo las banderas españolas, - se formaron las milicias patrias, y sobre heterogéneas amalgamas, se delinearon los futuros regimientos de la revolución. Todos los habitantes patriotas de la campaña, desde el estanciero acomodado al gaucho andariego y selvático, los ricos propietarios como los desvalidos faeneros de los campos, y hasta los indios nómades, en agrupaciones arrojadas y bisoñas, compusieron el ejército patriota, que era todo el país alzado en armas en unánime movimiento. (MIRANDA, 1964, tomo II: 160)

¹²⁸ Acerca da constituição essencialmente libertária da população local, Héctor Miranda escreveu: “*desde el principio de la colonización, fue regionalista y celoso de sus fueros, con tendencias francas de autonomía comercial y política.*” (MIRANDA, 1964, tomo II: 224)

Analisando tal narrativa de Héctor Miranda, essa característica heterogênea, pré-existente no centro do contingente revolucionário, subentende-se que tenha sido benéfica à relação entre Artigas e as tropas, favorecendo, assim, a sua liderança sobre o grupo, pois, segundo o autor, o personagem havia se educado na convivência freqüente com homens de todas as classes sociais.¹²⁹ Isso incluiria desde “*el pobre faenero de los campos, hasta el hidalgo planchado de las ciudades patriarcales*”; do “*gaucho malo*” ao “*propietario laborioso*”. (MIRANDA, 1964, tomo II: 209)

Outra característica, do mesmo modo atribuída ao *herói* Artigas, foi o seu suposto bom relacionamento com os setores católicos do período e que teria se refletido no terceiro artigo¹³⁰ das *Instrucciones del Año XIII*. Após discorrer sobre alguns estados norte-americanos, nos quais o debate acerca da liberdade religiosa já encontrara respaldo ainda em épocas coloniais, destacou que o líder *oriental* prestou sempre um moderado apoio ao setor católico e que, tal comedimento, encontraria respaldo na própria gênese do movimento revolucionário na região, quando teria sido, então, em um convento de franciscanos, sediado em Montevideú, convergido a primeira propaganda de sublevação, estendida, posteriormente, a outros domínios. Ademais, segundo o próprio testemunho de Artigas, os padres teriam se constituído nos primeiros enfermeiros e médicos dos militares que lutaram pela libertação.

Tal aproximação entre o personagem e esse setor religioso platino, com o passar do tempo, foi frequentemente apropriado pelos setores católicos na luta pela representação do *herói*, como poderemos ver no segundo capítulo desse trabalho. Dessa forma, parte do discurso de Héctor Miranda serviu de embasamento e/ou consulta para determinados periódicos e autores uruguaios identificados com o pensamento do clero, visto a reedição de alguns eventos descritos pelo autor nessa obra.

Antes de finalizar sua obra, Héctor Miranda desenvolveu uma longa defesa sobre a autoria das *Instrucciones del Año XII*. Para ele, o pensamento exposto nesse programa político não representaria outra coisa senão o que Artigas teria manifestado ao longo de sua vida

¹²⁹ “*Y todo eso sobre la psicología compleja de un hombre superior y amplio, fácilmente adaptable a todas las circunstancias y a todas las dificultades.*” (MIRANDA, 1964, tomo II: 213)

¹³⁰ “*Artículo 3 – Promoverá la libertad civil y religiosa en toda su extensión imaginable.*” (MIRANDA, 1964, tomo II: 83)

pública. Contra a acusação¹³¹, promovida por alguns escritores, de que o documento havia sido formulado por Larrañaga, o autor acrescentou outros argumentos:

Larrañaga no pudo haber inspirado a Artigas, ni la idea de la independencia, que la revolución oriental había proclamado ya claramente – ni la de república, que surge de las teorías democráticas que impregnan toda la correspondencia de Artigas anterior al Congreso, - ni menos la de la soberana provincial, que los orientales habían reclamado en la asamblea de octubre del año 11, que Artigas invocaba a cada momento y en cuyo nombre se había reunido precisamente el Congreso del año XII. (...) Las ideas madres de las Instrucciones las había expresado Artigas antes de abril de 1813, - a cien leguas de distancia de donde Larrañaga cultivaba su chacra y hacía sus sabios estudios, - y estaban en la índole de la revolución oriental y en sus firmes tendencias ingénitas. (MIRANDA, 1964, tomo II: 208)

Mais adiante, após já ter elaborado uma extensa defesa embasada na autoria de Artigas sobre as *Instrucciones del Año XIII*, lançou as seguintes indagações (as quais soavam mais como afirmações do que meramente perguntas) aos seus leitores: “¿Hay acaso en las Instrucciones algo que Artigas no pudo haber concebido, no pudo haber dictado, no pudo haber escrito?” e “¿Hay algo que supere su pensamiento, que vaya más allá del alcance lógico de su espíritu, que marque un punto enigmático, lejano e inaccesible?” (MIRANDA, 1964, tomo II: 223) A partir disso, as respostas que o Héctor Miranda buscava eram bastante óbvias, pois o mesmo fundamentara que as bases do programa político, lançado por Artigas, já estariam na própria formação da alma revolucionária *oriental*, sendo assim, ela representaria somente uma tradução da mesma. O *herói*, com toda sua habilidade intelectual, seguramente teria tido a capacidade para conceber-la:

Si Artigas era el director de su pueblo y el presidente del Congreso, - si Artigas tenía capacidad intelectual más que sobrada para concebir las

¹³¹ Preocupado com o discurso de alguns intelectuais, como, por exemplo, o propagado pelo escritor Francisco Berra, o qual questionava as qualidades e as habilidades de Artigas, o autor de *Las Instrucciones del Año XIII*, invariavelmente construiu uma ampla defesa contra esses ataques, mormente, destacando seu papel de liderança no processo revolucionário e seu livre transito em todas as esferas da sociedade *da época*: “No era, no podía ser un hombre vulgar, ni un talento mediocre, esse extraño caudillo, fascinador de multitudes, que dirigió la sublevación popular del año 11 – que venció en Las Piedras con un ejército improvisado, a una división aguerrida, - que encabezó el éxodo rebelde de su pueblo, - que amalgamó todas las razas en su amplio campamento libertario, - que vio desfilar por su tienda de campaña a todos los hombres de su Provincia, pobres y ricos, rústicos o sabios, - que hizo abrir en un minuto la hosquedad paraguaya a la palpitación de la vida argentina, - que concibió un plan de guerra contra los portugueses, que ‘haría honor a cualquier general’ según sus propios enemigos, - que proclamó la federación a la monarquía, la independencia frente a la restauración, - que extendió su influencia y su enseña, desde Buenos Aires hasta los Andes, desde el Plata hasta la Cordillera, - que se hizo aclamar por los criollos de las pampas, los indios indómitos y los doctores de Córdoba, - que inspiró en los humildes una devoción filial, casi supersticiosa – que fue protector de los pueblos y padre de los pobres”.(MIRANDA, 1964, tomo II: 216-217)

Instrucciones, - si Artigas había dicho antes de abril de 1813, y siguió diciendo durante toda su vida pública, lo que expresan las Instrucciones, - si Artigas es, en una palabra, el único hombre representativo de ese programa político, en nueve trágicos años de batalla, - se carece de motivo histórico alguno para negarle la paternidad de su pensamiento, - más aun, los que tal hacen van de frente contra toda lógica de la historia. (...) Las Instrucciones, son, en efecto, Artigas mismo. (...) Solo Artigas pudo, lógicamente, dictarlas o escribirlas. (MIRANDA, 1964, tomo II: 230-231)

Com esse discurso, Héctor Miranda propôs a representação de um Artigas que aliava a capacidade de estadista com a habilidade de liderar todo um povo em busca de sua autonomia perante a opressão centralizadora. Embora, em menor proporção, tenha destacado a aptidão militar e de imposição daquele que designava como sendo um ‘*prócer figura de caudillo de muchedumbres*’, o autor os grandes feitos de Artigas é que ficariam para sempre atuando na História. Eles demonstrariam a superioridade intelectual, seu espírito e sua grandeza de pensamento. Aquele que não soubesse compreendê-los deveria se posicionar alheio aos estudos históricos. Tal pensamento soava como uma crítica aos estudiosos que se destacaram historiograficamente por construir uma imagem não tão favorável de Artigas, principalmente, aqueles destacados pela contribuição à propagação *leyenda negra*.

Nesse sentido, trabalhar sobre as *Instrucciones del Año XIII*, de uma forma mais detalhada, seria focar exatamente o que seria, para o autor, a maior obra desse *herói estadista*. Um *oriental* “superior” que teria respondido aos anseios libertários de todo um povo em questão.

1.2.4. Eduardo Acevedo

Praticamente no mesmo período de *Las Instrucciones del Año XII* de Héctor Miranda, outro autor se destacou com o lançamento de mais uma obra de fundamental importância na construção da imagem *heroicizada* do líder *oriental*. Com o livro *Jose Artigas: Jefe de los orientales y protector de los pueblos libres. Alegato*¹³² histórico de 1909, **Eduardo**

¹³² Ainda que várias outras obras da época se utilizassem da mesma fórmula, Eduardo Acevedo afirmou que o simples uso da denominação “José Artigas”, ao invés de “José Gervasio Artigas”, no título de seu livro, surpreenderia muitos leitores devido ao fato de que essa última designação estaria freqüente sendo usada nos documentos contemporâneos. Segundo ele, a preferência pelo primeiro se deveu ao fato de que o próprio personagem a utilizara em todos seus ofícios e cartas expedidos ao longo de sua atuação no Prata. Assim, o aacrécimo do termo “Gervasio” seria uma prática póstuma e que somente “*tiene el mérito de afear el nombre del personaje*”. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 41-42)

Acevedo¹³³ despontou com um estudo que viria notadamente a se constituir em uma das mais influentes obras sobre o personagem nesse seu processo de reabilitação frente à *leyenda negra*. De acordo com Barrán, a maior diferença entre os dois trabalhos acima relacionados é que o segundo se esforça em refletir sobre a possível originalidade artiguista no que se relaciona à idéia federal, utilizando-se, para isso, pontos de vistas de variados autores como forma de apoio. (MIRANDA, 1964, tomo I, prólogo: 21).

Logo nas primeiras páginas de sua obra, Eduardo Acevedo já declarava sua preocupação em desmistificar a antiga áurea negativa que, mesmo esmaecida pelo tempo e pelo processo de redenção já em franco andamento, ainda pairava sob a representação de Artigas que, segundo o autor, permanecia “*arrastrando su cruz*”. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 21) O momento, a aproximação da data escolhida oficialmente como demarcativa do centenário da nação, revelaria a necessidade de apressar tal processo de reabilitação:

Se aproxima, entretanto, el centenario de la independencia, y el más acentuado de los caracteres de ese glorioso movimiento cívico continúa bajo la máscara de bandido con que sus ilustres adversarios resolvieron exhibirlo al público apenas intentó hablar de constitución política y de organización autonómica de las provincias, contra el santo y seña de la logia que concentraba en Buenos Aires todos los resortes del poder. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 20)

Como o próprio autor sentencia, a sua intenção ao fazer a obra não era de disponibilizar uma biografia de Artigas, mas argumentar acerca de determinadas acusações e elogios, direcionadas ao personagem, bem como uma análise das provas produzidas. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 20) Sob esse intuito, Eduardo Acevedo arrolou, reproduziu e debateu sobre uma série expressiva de fontes (documentos, obras historiográficas e imprensa) relacionadas à história da região platina, em geral, passando por Uruguai, Argentina e chegando ao Brasil. Através de uma narrativa bastante extensa, envolvendo três tomos, apropriou-se de pensamentos anteriormente publicados por Carlos María Ramírez, Isidoro De-María, Justo Maeso, entre outros. Disso, *Jose Artigas: Jefe de los orientales y protector de*

¹³³ Nascido em Buenos Aires, Eduardo Acevedo (1857-1948) foi importante político, educador, doutor em Direito e redator do periódico *El Siglo*. Quando Alfredo Vasquez Acevedo ocupou o cargo de reitor da Universidad de la República, em 1880, passou a integrar o Conselho Universitário sob a intensa influência da doutrina *positivista* de Spencer. Junto com seu companheiro e, também conselheiro da universidade, Martín C. Martínez, foi um dos maiores defensores da chamada “*reforma valeriana*”, elaborada pelo também *spencerista* José Pedro Varela, a qual propunha uma profunda modificação na estrutura educacional uruguaia, tornando-a laica e gratuita. (Cf. ABADIE, 2000: 48-50) Também fez parte da Sociedad de Amigos de la Educación Popular e do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay.

los pueblos libres. Alegato histórico, em grande parte, empenha-se em apresentar e discutir sobre variados estudos sobre o personagem, ora apropriando-se de determinadas passagens desses, ou de outros, importantes obras e autores, ora desconstruindo certas narrativas que não condiziam com sua forma de pensar e de se conceber a *memória artiguista*, parte destas publicadas igualmente por autores europeus baseados em fontes sul-americanas.

Particularmente, o personagem Artigas construído na narrativa de Eduardo Acevedo detinha as mais específicas características, mormente, atribuídas aos *heróis*. Entre elas, o *heroísmo*, supostamente ressaltado no momento da reconquista de Buenos Aires, bem como, na defesa de Montevideú, e a sua boa fama¹³⁴ entre a população do campo, militares e políticos na época da eclosão do movimento revolucionário de 1810. Enfim, todos os setores, inclusive o indígena, estariam em harmonia com o líder e seus ideais.

De acordo com o autor, o meio ambiente no qual Artigas pôs em prática seus ideais teria, inevitavelmente, que ser levado em conta em uma análise sobre o personagem. O homem seria obra de seu próprio *habitat* e, mesmo que ele conseguisse modificá-lo, dele resultaria a melhor explicação de seus feitos, bem como, de sua própria vida. Nesse ponto, foi também debatida a importância do contrabando no período e a inserção do *herói* em tal hábito comercial. Eduardo Acevedo salientou que essa atividade fora essencial para a sobrevivência econômica da região, desempenhando uma importante função social ao sustentar determinadas povoações.

Embora questionando a falta de documentos que pudessem comprovar a ligação de Artigas com tal atividade, Acevedo buscou, no meio ambiente colonial, a explicação de um possível envolvimento: *“si en su juventud hubiera realizado Artigas actos de contrabando, habría tenido que limitarse la historia a referir el hecho como consecuencia fatal e ineludible del propio medio ambiente.”* (ACEVEDO, 1950, tomo I: 508)

No entanto, em uma outra passagem que trazia a tona uma suposta influência do meio ambiente sobre o personagem, o autor implicitamente caracterizou Artigas como um *herói*, de certa forma, incorruptível, que manteve sua integridade mesmo perante as adversidades do período de sua atuação militar no Prata:

El medio ambiente en que nació y en que se desarrolló Artigas, estaba, como acaba de verse, viciado por el robo, por el saqueo, por las confiscaciones, por las violencias administrativas, por la indisciplina y por la relajación militar

¹³⁴ Nesse mesmo momento, Eduardo Acevedo arrolou algumas opiniões de personagens, bastante influentes no período, as quais caracterizavam de forma positiva a liderança e o caráter de Artigas. Entre as personalidades, Mariano Moreno, Joaquín Suárez e Larrañaga, entre outros.

(...) *El jefe de los orientales tenía, pues, ejemplos tentadores a la vista. La miseria lo estrechaba por todos lados y la propaganda de los grandes hombres le señalaba el camino de la salvación* (ACEVEDO, 1950, tomo I: 425)

Subentende-se, pelo discurso proposto por Eduardo Acevedo, que essas adversidades jamais corromperam a personalidade de Artigas, o qual, diferentemente do governo argentino de Pueyrredón¹³⁵ que teria, inclusive, autorizado saques em determinada ocasião, supostamente manteve sua linha de conduta baseada no desprendimento pessoal. Toda sua disposição perante os mais variados acontecimentos, sejam eles estabelecidos em âmbito militar ou, ainda, no âmbito meramente político-institucional, representavam o *líder oriental* como sendo um indivíduo essencialmente altruísta que sempre, antes de agir, mirava o bem estar geral da população o qual guiava.

Por outro lado, a bondade para com o próximo foi considerada como uma característica que acompanhou Artigas, mesmo no seu período de exílio em terras paraguaias, conforme narrado no capítulo XIX, do terceiro tomo, da obra de Eduardo Acevedo. Levando uma vida “exemplar” e cheia de “virtudes”, o *herói* foi intitulado como o “*padre de los pobres*”. (ACEVEDO, 1950, tomo III: 831) Tal aspecto se constituiu em uma representação bastante explorada pelos discursos idealizadores do referido personagem.

Outra qualidade bastante atribuída à representação heróica de Artigas, por vários autores ao longo do período de reabilitação da imagem, foi a benevolência com os inimigos. Para isso, Eduardo Acevedo teve que caracterizar a prática da violência, simbolizada pela execução ou carnificina dos prisioneiros, como algo recorrente no período revolucionário, mas que, no entanto, Artigas não teria se recorrido a ela. Tais práticas, embora reprovadas por Acevedo, teriam sido freqüentes de um lado a outro do continente sul-americano. Após fazer uma longa exposição sobre vários extermínios ocorridos nessa região, geralmente se apoiando em textos escritos por Mitre, o autor, a fim de isentar o *líder oriental*, indaga: “¿*Hay algo parecido a esas carnicerías, en el campamento de Purificación, donde los españoles sospechosos no sufrían otras torturas que las deltrabajo de labranza para ganarse el*

¹³⁵ Cf. ACEVEDO, 1950, tomo I: 427. De acordo com o autor, nem mesmo as supostas adversidades encontradas, ao enfrentar inimigos militarmente superiores e as carências de seu exército, teriam sido motivos para Artigas abandonar sua conduta moral. Cf. ACEVEDO, 1950, tomo III: 419-423. Essa idéia se diferia quando Acevedo tratava dos demais líderes independentistas sul-americanos, pois, alguns destes, supostamente, não manteriam firmes suas convicções, teriam abraçado a causa monarquista de acordo com as circunstâncias, enquanto, Artigas, mantido a sua fidelidade.

sustento, mientras los criollos morían en defensa de su libertad?”. Segundo o autor¹³⁶, Artigas defendia a vida de seus prisioneiros com mais afincado do que a sua própria, diferentemente da maioria dos “*prohombres*”, da guerra de independência, que matariam insensivelmente, citando, como exemplo, Bolívar. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 399) Com a insurreição oriental, Artigas teria mudado, decididamente, a orientação de guerra, amparando os prisioneiros e atendendo prestativamente aos feridos. (ACEVEDO, 1950, tomo II: 222)

De formação *positivista*,¹³⁷ Eduardo Acevedo sobre-valorizava os acontecimentos¹³⁸, pois “*lo que se ha ejecutado en el desenvolvimiento individual y social, es la exteriorización más indiscutible y completa del hombre o de la sociedad de que ese hecho emana*”. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 26) Para alcançar a explicação desses acontecimentos, o autor destaca a importância do documento, enquanto capaz de elucidar limites, intenções ou propósitos, proporcionando explicação aos feitos. Dentre os acontecimentos que marcaram a atuação revolucionária de Artigas, Eduardo Acevedo elege a *Batalla de Las Piedras* como o momento que melhor representa a afirmação do movimento independentista, a sua vitória mais importante, aquela que mais teria entoadado “*las energias cívicas de la época*”. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 53) Já em outra passagem do livro, destacou que o conflito representaria a primeira vez na qual as “*simples milícias*” se confrontariam com as “*tropas de línea*” e as derrotariam, acarretando uma redução no domínio da Coroa ao espaço em torno das muralhas de Montevideú. (ACEVEDO, 1950, tomo II: 211)

Próximo ao pensamento proposto por Héctor Miranda, Eduardo Acevedo traçava uma sólida distinção entre Artigas e os demais líderes da região, destacando a semelhança de seus ideais com o modelo de nacionalidade desenvolvido no território norte-americano¹³⁹. Tal distinção alçava Artigas como sendo o único líder que, desde o primeiro momento, teria condicionado a incorporação às Províncias Unidas a uma explícita declaração de

¹³⁶ Para Acevedo não existiria nenhum testemunho de martírios ou execuções no acampamento de Purificación além do fusilamento do oficial Perugorria, considerado um réu de um “*grave acto de traición militar*”. (ACEVEDO, 1950, tomo II: 480). Durante a obra, o autor reproduziu e rebateu a declaração “*El protector nominal de los pueblos libres, don José Artigas, clasificado por el amigo del orden*”, redigida em 1818 por Pedro Feliciano Saenz Cavia, a qual serviu como farta fonte para a *leyenda negra artiguista*. Sobre as “*carnificinas*” realizadas no período, Eduardo Acevedo reproduziu, extensamente, passagens da obra de Mitre.

¹³⁷ Mais sobre o assunto Cf. ARDAO, 2005: 122-130.

¹³⁸ Segundo Eduardo Acevedo, são três as fontes de informação e estudos que os historiadores devem recorrer: “*Los hechos, los documentos, las tradiciones comprobadas, constituyen la materia y la esencia de la historia*.” (ACEVEDO, 1950, tomo I: 26)

¹³⁹ Para Acevedo, Artigas via na criação de uma carta constitucional espelhada no modelo norte-americano, uma forma de garantir todos os direitos, estes originados no próprio povo. Cf. ACEVEDO, 1950, tomo II: 315.

independência perante a coroa espanhola. Sonharia, então, com um sistema federalista, enquanto uma tradição eminentemente *oriental*¹⁴⁰, que reunisse o território e suas povoações:

Artigas jamás buscó la independencia de la Banda Oriental. Su idea grande y fecunda fue siempre y en todos los momentos la organización de una república federal vaciada en el molde de los Estados Unidos del Norte, lo mismo en 1813 al firmar las célebres Instrucciones a los diputados orientales, como dos años después cuando el Gobierno de Buenos Aires le proponía reiteradamente la independencia de la Provincia Oriental, para escapar al contagio de los planes republicanos. (ACEVEDO, 1950, tomo III: 107)

Segundo esse raciocínio, a aceitação do domínio espanhol jamais teria passado pelo pensamento de Artigas, diferentemente dos demais próceres de maio que, de acordo com o autor, reverenciaram a monarquia de Fernando VII. Assim, o *líder oriental* teria sido o “*primero que proclamo la independencia absoluta en las célebres Instrucciones de 1813 y la bandera siguió flameando en sus manos*”. (ACEVEDO, 1950, tomo II: 441-442) Em contraposição à sua bandeira ideológica, constantemente, surgia, no discurso de Eduardo Acevedo, a representação do governo de Buenos Aires como sendo aquele poderoso adversário que mais teria erguido obstáculos à sua vitória política.

Enquanto Artigas, denominado pelo autor como “*el paladín de la unión nacional*” (ACEVEDO, 1950, tomo III: 229), detinha a representação de baluarte do ideário republicano, seus grandes adversários de revolução eram taxados como monarquistas e temerosos pela propaganda republicana do líder *oriental*.¹⁴¹ Nesse sentido, ao longo da proposta da obra de Eduardo Acevedo, a aura de estadista envolveu grande parte do discurso do autor, sobrepondo-se sobre o caráter militar variavelmente atribuído ao *herói*. Esse último atributo teria sido fruto de uma circunstância de momento: “*Fué militar porque era necesario que alguien mandara los ejércitos, pero su tarea es fundamentalmente cívica, de propaganda de ideales, de elaboración de caracteres y de formación de pueblo*”. Sentenciou o autor: “*la obra de Artigas es ante todo de ciudadano*”. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 42)

Em se tratando do papel desempenhado por Artigas na gênese das nacionalidades do Rio da Prata, Eduardo Acevedo afirmou ser o personagem o baluarte da idéia federal

¹⁴⁰ Cf. ACEVEDO, 1950, tomo III: 820. Eduardo Acevedo fez parte do rol de *unionistas*, caracterizado por intelectuais os quais compreendiam que o desejo de independência dos *orientais*, em 1825, era frágil como em 1811, e que esses prefeririam uma união com as províncias vizinhas. (RIBEIRO, 1994: 51)

¹⁴¹ Cf. ACEVEDO, 1950, tomo I: 182-193. No terceiro tomo, o autor reafirmou essa idéia com a seguinte afirmação: “*Todos los hombres de pensamiento y de acción del escenario argentino estaban encauzados en la corriente monárquica. Sólo Artigas tenía fe en la república.*” (ACEVEDO, 1950, tomo III: 854)

consolidada, finalmente, na Argentina. Por isso, o *herói* foi considerado, pelo autor, como o fundador do regime federalista desse país vizinho e que, algum dia, quando desaparecesse o costume de “*inconcebibles calumnias amasadas por el odio a sus principios políticos*” triunfantes até então, surgiria uma estátua sua na Plaza de Mayo, localizada na capital Buenos Aires. (ACEVEDO, 1950, tomo III: 864) Tal descrição, em determinados momentos, serviu de forte argumento para àqueles intelectuais que buscavam negar a Artigas o seu caráter de precursor da *nacionalidade oriental*.

Por outro lado, aproveitou a oportunidade que a obra proporcionara para lançar uma crítica ao que seria uma espécie de apropriação, por parte dos seus inimigos argentinos, da antiga bandeira *artiguista*, tão criticada e combatida pelos mesmos, durante a luta do líder:

Cuando todos los prohombres de la Revolución de Mayo eran centralista y se inclinaban a la monarquía por convicción propia o por razones de circunstancias, Artigas levantaba el estandarte republicano y señalaba a sus contemporáneos con mano vigorosa el ejemplo de los americanos del Norte constituyendo una nacionalidad fuerte y descentralizada por la obra exclusiva del sufragio universal. Esa bandera fue recogida más tarde y paseada triunfalmente en todo el amplio territorio argentino, por los mismos que la habían combatido en nombre de las ideas monárquicas o de las ideas unitarias. (ACEVEDO, 1950, tomo I: 27)

Refletindo sobre o pensamento de Eduardo Acevedo, embora tendo a sua bandeira empunhada pelos seus antigos inimigos, Artigas não teria tido o seu esforço reconhecido, permanecendo sob sua imagem uma reputação pesada, negativa e imprópria para um personagem histórico compreendido como fundamental para a consolidação de uma luta democrática e em busca de soberania no continente sul-americano. Muito disso se daria pelo fato de seus adversários, durante seu período de atuação militar, dominarem¹⁴² os meios de comunicação com os leitores. Assim, faltaria um estudo menos apaixonado e mais criterioso, uma reivindicação bastante comum nesse processo de reabilitação da imagem de Artigas proposto pela intelectualidade de final do XIX e início do século XX.

De forma bastante sintomática, o autor de *Jefe de los orientales y protector de los pueblos libres*, representou o *líder oriental* como sendo o *herói fundador* da nacionalidade

¹⁴² “Y contra todos ellos luchó durante diez años, sin clases ilustradas que defendieran sus principios y rechazaran las acusaciones encaminadas a aislarlo de su medio.” (ACEVEDO, 1950, tomo I: 29) Acerca desse assunto, Eduardo Acevedo utilizou bastante espaço para desconstruir o discurso protagonizado por Pedro Feliciano Cavia, principalmente, exposto no documento publicado no ano de 1818 e que, em várias ocasiões, serviu de base para atacar a imagem de Artigas na sua época de atuação, bem como, após seu exílio e morte.

*oriental*¹⁴³, onde suas ações visariam a consolidação de uma identidade local ainda em processo de organização:

¿Qué más necesita Artigas para ser considerado fundador del Pueblo Oriental, si con su sangre, su constancia, su heroísmo, su desinterés, su carácter y sus principios políticos, creó vínculos que antes no existían, entre todos los habitantes del territorio, les dio tradiciones de gloria, despertó sus sentimientos cívicos y educó el carácter nacional en la escuela del sacrificio a los intereses generales, de las altívezes de conducta y de la consecuencia a los principios republicanos, cuando todo su medio ambiente era presa del desaliento, de los temores del momento y de la falta de grandes y nobles ideales? (ACEVEDO, 1950, tomo III: 863)

Sob essa constatação, surgiu a obra de Eduardo Acevedo como um esforço de reparação histórica considerada como algo urgente pelo autor. Nesse caso, bem mais do que um simples livro de construção de uma *memória* idealizada de Artigas, durante grande parte do discurso, ele se empenhou em deslegitimar antigas narrativas e conceitos que ainda mantinham certa importância no processo de degradação do personagem. Esse seu extenso trabalho centrado no arrolamento, reprodução e análise de fontes relacionadas ao período de agitação autonomista no Prata, supostamente comprovaria, por intermédio dos feitos e dos documentos daquela época, que Artigas fora a maior figura que atuou nesse cenário. De acordo com o autor, o *herói* poderia ser mais bem compreendido sob as seguintes questões: como apóstolo da idéia republicana; como agente e constante propagador da soberania popular; como exclusivo promotor da organização das Províncias do antigo vice-reinado do Ríó de la Plata alicerçado no federalismo; como fundador de povos e de nacionalidade fundamentado na sua legendária conduta e sacrifício cívico e, por último, como baluarte do ideal de humanidade e ordem quando a violência dominava a região.

Alternando entre a desconstrução dessa antiga imagem, e a consolidação de uma nova, mais positiva, heróica e inigualável, Eduardo Acevedo propôs um discurso no qual Artigas foi alçado ao posto máximo na história do movimento independentista sul-americano. Esse discurso veio a se tornar em uma nova e importante fonte de consulta à qual, os intelectuais engajados no processo de redenção do *herói*, constantemente, reproduziram ou se embasaram na construção de suas manifestações, sejam elas faladas ou escritas.

¹⁴³ Em sua concepção de federalismo para a região, de acordo com o Acevedo, Artigas a Província Oriental deveria ser “*la cabeza del coloso sudamericano*”. (ACEVEDO, 1950, tomo III: 864)

1.2.5. Juan Zorrilla de San Martín

No difuso processo intelectual de glorificação do General Artigas, como o maior personagem da história uruguaia, o poeta e escritor **Juan Zorrilla de San Martín**¹⁴⁴ ocupou um dos principais postos. Ora gravitando entre a poesia regional, a qual lhe proporcionou a alcunha de o “poeta da Pátria”, ora lançando mão de uma narrativa ao estilo historiográfico do período, final do XIX e início do século XX, o autor se pautou por uma narrativa que buscava, no passado colonial, elementos que justificassem a compreensão de um sentimento comum de nacionalidade à população *oriental*. Nessa linha, o autor constituiu-se em um dos grandes precursores da disposição independentista do Uruguai que redesenhava a história sob o intuito de criar uma tradição de diferença onde ela não existia: *‘dotaba a la nación que estaba construyendo de una gesta heroica libertadora que pasaba a inaugurar la galería de símbolos nacionales, gesta que además la diferenciaba de lo argentino’*. (TORRES, citado por Rocca, 2000: 242-243)

No que se refere à tarefa da criação historiográfica, principalmente ao reportar-se aos *heróis*, declaradamente Zorrilla de San Martín buscava inspiração nas obras de Thomas Carlyle, destacado intelectual britânico de meados do século XIX. De acordo com o primeiro, o *herói*, seria um indivíduo que, sobretudo, faria parte do contingente geral da população e, de seu seio, brotaria e se elevaria sobre ela influenciado por algo superior. Baseando-se em tal premissa sobre os personagens históricos, Zorrilla de San Martín construiu uma série bastante produtiva de discursos, os quais remetiam, na maioria das vezes, o papel de condutor máximo do *povo oriental* ao General Artigas. Nessa figura, condensava sua busca por um passado que pudesse representar, em um único personagem, as características de todo um povo que, por sua atuação, teria sido conduzido em direção a sua soberania política.

¹⁴⁴ Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931) foi escritor, poeta, político, diplomata e professor. Fundador do diário católico *El Bien Público*, de Montevideu, instrumento pelo qual propagou seus ideais e sua fé cristã por vários anos. Segundo Achugar, com essa folha Zorrilla de San Martín propunha uma regeneração da pátria mediante um catolicismo militante. (ACHUGAR, 1985: 88) Também destacado como fundador da Unión Cívica del Uruguay, partido político de cunho social-cristão. Foi membro da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, criada em 1909 pelo Ministério do Interior do Uruguai. Considerado um dos maiores oradores do período, foi rotineira sua participação em atividades cívicas nacionais e montevidéanas. Nesse ponto, destaca-se a leitura de seu mais conhecido poema, *La leyenda patria*, em ocasião da inauguração de uma escultura chamada *Monumento a la Independência*, em 1879. Tal acontecimento, referente, muito provavelmente, a principal obra poética de cunho patriótico do período, teria definitivamente marcado sua consagração pública como orador e poeta. (Sobre o tema, confira LAURINO, 2001: 212-221) Para Rocca, com essa obra o autor se converteu em porta-voz lírico de uma idéia que, nessa ocasião, repercutiu além das minorias letradas. (ROCCA, 2000: 242) “*Poeta da Pátria*” e “*Cantor de la Pátria*” foram alguns dos apelidos que marcaram sua trajetória intelectual.

Com uma intensa atuação em várias frentes, entre elas, imprensa, discursos proferidos em atividades cívicas, poesia e história, a Zorrilla de San Martín coube a tarefa de escrever uma obra que apresentasse o General Artigas para os artistas envolvidos no concurso da estátua do *herói*, a ser erguida na Plaza Independencia, localizada no centro da capital uruguaia. Encomendado ainda no ano de 1907 e publicada em 1910, o livro teve como título *La epopeya de Artigas*, descrevendo em suas páginas não só a glorificação desse personagem como, ainda, uma visão de passado unificador da pátria uruguaia claramente permeada pela ideologia católica e nacionalista do autor.

Já na introdução da obra, dirigindo-se ao seu público alvo, o autor expôs a forma pela qual concebia o *herói* Artigas e seu período de atuação:

Vais a estar en presencia de un héroe: un creador, un mensajero (...) Vais a ver como nace una patria entre los cortinajes de nubes tempestuosas que envuelven su cuna (...) Vais a verla nacer, como el árbol de su simiente casi imperceptible, con el solo concurso del cielo y de la tierra: aire, sol, humus, fuerza o ley misteriosa de universal germinación. Voy a mostraros a Artigas, que se proyecta, como un mito, sobre el fondo oscuro de nuestros tiempos heroicos; a haceros conocer su época y su ambiente, con la mayor plasticidad posible; su significado; la enorme proyección de su sombra en el cuadro espléndido de la revolución de América, y su perpetua palpación subterránea bajo el suelo sagrado que los orientales pisamos, y amamos, y sentimos latir en nosotros mismos. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 36-37)

Nessa concepção de *herói criador*, o autor representava Artigas como um produto direto do seu meio. Um princípio vital encontrado na formação do território *oriental*, “complexo”, “indecifrável” e “filho da mãe natureza”, seria tanto a função norteadora como a base de fundamentação heróica dessa figura. Essa distinção viria dos “agentes geológicos” responsáveis por fazer, da porção territorial oriental, uma área capaz de imprimir particularidades étnicas nos habitantes e de gerar um *herói* como Artigas.¹⁴⁵ Como o próprio Zorrilla de San Martín enfatizou: ‘*El hombre no es un accesorio de la tierra, ni puede ser materia de conquista; la tierra, en cambio, se macula en él y le imprime su carácter*’. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 94) Importante salientar que, para o autor, o “povo americano” não poderia ser confundido com o espanhol residente em terras *orientais*.

¹⁴⁵ Cf. tomo I, 83-84. Nesse mesmo momento, Zorrilla aproveita para discordar do pensamento que estabelecia que a cidade de Montevideu tivesse sido o único “*principio vital*” da Pátria Oriental. Pelo contrário, defendeu a cidade teria nascido, e igualmente se desenvolvido, por causa da existência do próprio Uruguai. Essa mesma existência que teria movimentado e gerido o *herói* Artigas. Para melhor sustentar sua teoria, o autor declarou que a primeira capital da República Oriental do Uruguai foi *Purificación*, de onde o líder teria administrado todo o território.

Com isso, o personagem Artigas surge como um símbolo máximo dos *seres* provenientes desse meio e, por isso, Zorrilla de San Martín destina uma boa parcela de sua obra pra descrever a natureza na qual, hoje, encontra-se a república uruguaia.

Subentende-se ao longo do discurso de Zorrilla de San Martín que, por intermédio da instrumentalização dessa constituição herdada pelo seu *habitat* de origem, o personagem teria compreendido as principais necessidades que o povo apresentava para o momento, simbolizadas, resumidamente, na luta pela soberania e pela instauração da democracia republicana na região. Dessa forma, o Artigas “criador” ganha sentido ao assumir seu papel na condução de uma massa populacional em busca de sua pátria comum, esta alicerçada por um meio ambiente que lhe legitimava enquanto distinta das demais, devido suas próprias particularidades físicas e geológicas.¹⁴⁶

Frente a isso, ao longo dos tomos de *La epopeya de Artigas*, uma frase de Pascal fora por vezes repetida: “¿*Qué es el hombre en el naturaleza? Una nada con relación a lo infinito; un todo con relación a la nada*”. Adaptando tal pensamento ao personagem principal de sua narrativa, o autor declarou:

Eso es Artigas, en esta historia que os estoy sintetizando un pobre conductor de la humana grey; el depositario de una revelación, aparecido en una región pequeña del mundo, casi deshabitada: una nada, con relación al universo; un todo, con relación a la nada de los que no creyeron en la libertad de América, ni en la posibilidad de modelar una nación con limo de esta tierra. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo IV: 163)

Para aceitar essa difícil tarefa de conduzir toda uma nacionalidade, Artigas fora representado como aquele distinguido *oriental* que mais teria confiado no que o autor denomina de “*entidad colectiva*” ou, simplesmente, “*pueblo americano*”. Nesse sentido,

¹⁴⁶ Apesar de conceder grande importância ao fator geográfico, étnico e, até mesmo, climático, o próprio autor declarou que não os considerava como os únicos fatores determinantes na formação dos Estados. No entanto, a influência dos fatores externos, a constituição geológica do solo, a temperatura, a fauna, a flora sobre os fatores internos, morais e intelectuais dos indivíduos que constituem uma sociedade política, são capitais no estudo das origens de um povo. O uruguaio não escaparia dessa fórmula. Por outro lado, por ocasião de uma oratória, implicitamente o autor confirmou sua crença na pré-disposição democrática do *povo oriental*: “*El viejo Artigas, aunque de origen urbano y patricio, aunque de posición social independiente y de educación y cultura descollantes en su época, fue al pueblo, sólo al pueblo; creyó en él, no desconfió jamás de sus energías, ni de sus virtudes: tuvo fe en la democracia nativa*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1965, tomo II: 124) Independente da proporção exata a qual o autor atribuía ao *meio habitat* na formação do Estado *Oriental*, em determinado momento o próprio explicitou sua posição frente ao determinismo geográfico: “*La geografía manda en la historia*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 73)

conferiu consciência e orientação humana ao que seria um fenômeno sociológico gerado por forças misteriosas e constantes da vida universal.¹⁴⁷

Ao tratar do *habitat platino* representado, sobretudo, pela imagem figurativa do *pampa*, Zorrilla de San Martín novamente se valeu de uma idéia bastante comum nos discursos mitificadores do habitante dessa região: o centauro. No caso do discurso desse autor, a colonização européia parece ter, de certa forma, contribuído diretamente para a complementação do que seria o organismo principal da nacionalidade oriental. Assim, deduz-se que o nativo *oriental* só teria alcançado a sua forma plena a partir da vinda e da livre reprodução dos eqüinos nos campos. Um processo evolutivo que teria, através da junção de organismos distintos e complementares, originando um habitante ideal para a ambiente natural da região. Por tudo isso, escreveu o autor: “*En la mitología de la América libre, el caballo hubiera sido sagrado*” (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I, 69).

Com toda sua aplicação em descrever um ambiente propício para a gestação de um personagem e de um povo heróico, Zorrilla de San Martín narrava com muito cuidado o *meio habitat* da região de atuação do *herói* Artigas. Através de uma representação marcada, com frequência, pela reprodução de qualidades edênicas, o autor intentava influenciar abertamente os seus leitores alvos, ou seja, os candidatos a esculpir a obra estatutária em homenagem ao General Artigas:

Con esos elementos, amigos artistas, tenéis el ambiente de que ha de estar compenetrado el héroe oriental: colinas ilimitadas y solitarias, bajo un cielo de esplendente azul; bosques en las corrientes; ganados innumerables en las laderas verdes, inmensas yeguas que recorren las sinuosas llanuras; rebaños de ovejas, y, dominándolo todo, “el hombre domador de caballos”, como llama Homero al héroe troyano, el alma de aquella expresiva naturaleza, el hombre fuerte, capaz de pensar sin apearse del corcel, y de oír su propia voz interna en medio del ruido de las grandes voces. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I, 69)

Além dessa imagem bastante potencializada e idealizada do *habitat* que teria originado e se constituído como o cenário das ações do *herói* Artigas, o autor perpassou em sua narrativa um sentimento nostálgico da época *artiguista*, considerada para ele como uma

¹⁴⁷ Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 94-95. Novamente destacando a importância do *meio* e das leis naturais que o regentes, Zorrilla de San Martín caracterizou o *herói oriental* como: “*la encarnación de todas esas leyes (...) és es la transformación de esos elementos vitales en forma humana inteligente, en visión imperiosa, en dinamismo heroico, en núcleo de rotación que envuelve la nebulosa generatriz de un cuerpo luminoso de luz propia, centro de días y de noches. Ese pedazo de nuestra América tenía en ella su misión propia, como la pequeña Grecia en el mundo antiguo.* (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 73)

“*historia de los tiempos heroicos del Río de la Plata*” (Zorrilla de San Martín, 1963, tomo I, 40) Ao mesmo tempo no qual tentava reafirmar essa saudade da “idade do ouro” platina e *oriental*, também se elevava Artigas como sendo o *herói fundador* da nacionalidade uruguaia.¹⁴⁸ A partir desse paradigma, aparecia a preocupação por glorificar a *memória* de três elementos essenciais para a construção da identidade *oriental*: o *tempo*, representado pelo momento de luta pela soberania; o espaço, simbolizado pelo pampa; e o *herói* Artigas, sintetizador dos dois primeiros elementos.

Um ponto bastante destacado pelo autor foi o tratamento que Artigas dispensara com os indígenas sul-americanos. Segundo ele, o *herói oriental* teria acolhido de forma generosa esse elemento autóctone, acreditando em seu potencial. Tal prática se distinguiria da empregada na América inglesa, representada por Washington¹⁴⁹, a qual haveria definitivamente errado ao exterminar seus aborígenes, substituindo-os por escravos africanos. Para Artigas, assassinar um *ser* semelhante seria sempre um crime, enquanto, salvá-lo e amá-lo, uma virtude. Por outro, o *herói* também teria demonstrado sua grande aptidão na liderança militar, ao ter atraído os indígenas à causa pela qual lutara toda a comunidade regional:

Algunos no creían hombres a esos indios. Artigas, sí, los creyó hombres, y los amó con predilección, hasta habló su lengua. Artigas se expresaba con facilidad en guaraní. Ellos, en cambio, lo juzgaron un semidiós, y le dieron toda la sangre que les pidió. Y él hizo de ellos soldados de la patria, disciplinados, valientes. ¿Habría soñado acaso aquel hombre en las leyes del hibridismo humano, y pensado en el natural del americano y del europeo en tierra americana? (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo III, 63-64)

¹⁴⁸ Em discurso referente à inauguração do monumento ao General Artigas, na cidade de Montevidéu, declarou Zorrilla de San Martín: “*Por ese Artigas, efectivamente, señores, hemos llegado los orientales al acusa generatriz de nuestra vida colectiva, de nuestra patria uruguaya*”. (*El Telegrafo*, 28/02/1923: 09)

¹⁴⁹ Embora nessa ocasião o autor tenha se utilizado do exemplo norte-americano para promover uma diferença substancial entre os dois países, na maioria das vezes o passado dos Estados Unidos da América serviu como um espelho para narrar determinados acontecimentos da gênese nacional uruguaia. Nesse sentido, semelhante a outros importantes intelectuais do Uruguai no período, Zorrilla de San Martín buscou representar Artigas como um *herói* equivalente a George Washington em várias de suas ações e ideais. Os dois teriam sido *caudilhos* que lutaram de acordo com a necessidade de seus povos em busca da liberdade democrática e da organização de suas respectivas nacionalidades. Referindo-se a uma eventual manutenção de uma América Inglesa no norte do continente e, outra, Espanhola no sul, exprimiu o autor: “*Washington no lo creyó así; artigas no lo creyó así. Ambos eran hijos de su tierra; brotaron de ella, crecieron en ella. Y creyeron en la personalidad del pueblo americano. Ni un momento solo de vacilación en Washington; ni uno solo en Artigas. Son dos caracteres; los dos caracteres en las dos fuertes familias. Tanto sobre el uno como sobre el otro se ejercía la influencia de las tradiciones coloniales, más libres, sin duda alguna, en el Norte que en el Sur; pero esas tradiciones no fueron las que infundieron en esas dos almas el mismo pensamiento: fue la visión genial, cuyo origen, en que intervienen cielo y tierra, es complejo y misterioso.* (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 104) Já na solenidade de inauguração do monumento ao General Artigas, o autor declarou acerca desse *herói*: “*Siente una vez el eco de una voz lejana extranjera, que parece de otro mundo: es la del pueblo de Estados Unidos, la del hijo de Washington, que dicta su Constitución. Y sanciona sus instrucciones de 1813*”. (*El Telégrafo*, 28/02/1923: 09)

Imaginando um ambiente incapaz de alcançar a liberdade republicana somente por ações políticas, Zorrilla de San Martín declarou que a América espanhola carecia da participação de todo seu povo para o sucesso do movimento independentista. Diferente da porção anglo-americana, Artigas não teria lançado mão da escravidão para no período de luta pela soberania. Houve, então, uma reciprocidade na relação entre o *herói* e o povoado indígena sul-americano: *“El pobre indio, el hombre americano, amó a Artigas. Y Artigas lo amo también; lo creyó hombre, compatriota; lo hizo soldado”*. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 105) Assim, bem como o seu maior líder, esse povo aborígine fora assinalado por uma suposta incorruptibilidade frente aos elementos europeus, colaborando na consolidação de uma “raça” irrepreensível.

Bem como o debate sobre a importância e o tratamento direcionado aos indígenas por Artigas, o *povo oriental*, de um modo geral, teve tratamento singular no discurso de Zorrilla. Para Ana Frega, se na *leyenda negra* o personagem era apresentado como um cacique tumultuário fomentador da anarquia, nesse momento passou a ser apresentado como um caudilho, condutor e formador de povos. O “povo” se “civilizava” com a presença e as ações de Artigas. (FREGA, 1993: 129-130)

Tal fenômeno poderia ser simbolizado pelo acampamento *Purificación*, onde o líder *oriental* teria civilizado uma grande quantidade de índios *guaycurús* que, supostamente, seguiram-no como um “deus”. Nesse trecho da obra, Zorrilla enfatiza que esses primitivos habitantes seriam propensos a divinizar as “forças naturais”, como o sol, as estrelas, o vento e a superioridade de seu próprio semelhante. Através dessa lógica, o autor implicitamente representa Artigas como parte constituinte, não só desse grupo social, como, também, dessas “forças naturais”. Assim como toda a população que compunha a *massa* oriental, o personagem faria parte de uma criação natural oriunda de Deus e, por isso, um *ser superior*, ainda que, composto de carne e osso. Dessa forma, pode-se perceber que o autor constrói uma silhueta de Artigas que o aproxima da representação de um semideus.

Se em determinados momentos Artigas fora apresentado como um instrumento ou, ainda, como executor de um “mandato divino”¹⁵⁰, por vezes foi representado como sendo também um “deus”, não somente no ponto de vista indígena, mas de uma forma específica de superioridade frente aos seres humanos. Conforme a visão de Zorrilla de San Martín, seria ele

¹⁵⁰ Cf. FREGA, 1993: 130.

um visionário, um gênio, um “dios” que teria emergido por “*entre las ruinas*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo IV: 50-51)

Nessa sua tarefa de “condutor” de um povo rumo a sua liberdade, abertamente Artigas foi alçado a um patamar superior frente aos demais líderes independentistas sul-americanos. O autor afirmou que esse líder possuiria uma qualidade de caráter incomparavelmente maior do que a de San Martín, bem como uma figura mais heróica e genial. Enquanto San Martín teria mantido, como objetivo final, a expulsão dos elementos espanhóis, por exemplo, do território chileno e peruano, Artigas concebia tal procedimento exclusivamente como um meio para alcançar a sua verdadeira aspiração: a independência e a democracia. Sobre os ideais simbolizados na bandeira tricolor *artiguista*, declarou o autor: “*no es ni el escepticismo de San Martín, ni el idealismo poliforme de Bolívar, es la fe, el pensamiento equilibrado, la plena realidad futura, lo que hoy existe*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1965, tomo IV: 18)

Essa questão se deve ao fato de que o autor buscava conceber Artigas como sendo essencialmente o único representante dos princípios democráticos entre todos os próceres da América Espanhola. Sobre isso, afirma o historiador Piazza:

Aquellos otros próceres habrían sido invariablemente mezclas de vestigios del pasado, y reflejos de un porvenir aún oscuros e indescifrables para ellos. Así pinta Zorrilla a San Martín haciéndose portar en carroza de oro y rodeado de boatos, y a Bolívar extraviado en la idolatría, dejándose adorar como dios vivo; todos ellos siendo presa de ideas monárquicas heredadas. Y otros de menor alzada corriendo de una a otra de las cortes europeas buscando un príncipe al que coronar rey en América. (PIAZZA, 2001: 370)

Outra característica bastante comum no discurso de Zorrilla de San Martín, aliado a sua postura nacionalista, foi associar elementos católicos à narrativa histórica. Em determinada passagem o autor discute sobre a existência de alguma missão divina confiada à pátria uruguaia. Artigas seria quem confirmaria tal inclinação.¹⁵¹ No que se refere à formação da *Pátria Oriental* como um Estado independente em relação a Argentina e ao Brasil, essa disposição fora concebida não como obra específica dos homens, mas como uma lei da natureza, como uma vontade de Deus.

Dessa forma, foi bastante rotineiro o uso de termos e expressões bíblicas na oratória de nos textos impressos do autor de *La epopeya de Artigas*. Analogias com determinadas

¹⁵¹ “¿Ha tenido realmente mi patria una misión privativa y diferencial entre las demás?”, indagou Zorrilla. Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo V: 330.

passagens da bíblia ilustravam e davam novo sentido aos episódios platinos, principalmente, àqueles protagonizados pelo *líder oriental*. Certamente, a ocorrência designada como o “Êxodo do povo oriental” foi a mais bem explorada, através da analogia com a conhecida passagem bíblica que narra o êxodo de terras egípcias dos escravos hebreus, liderado por Moisés. No seguinte trecho, o qual taxa Artigas como predecessor da obra completada pelos *Treinta y Tres Orientales*, observamos uma das analogias propostas por Zorrilla de San Martín:

Los orientales se sentían arrastrados por el entusiasmo de los cantos, pero, de vez en cuando, algo como una impresión de vacío, parecida a un remordimiento, se sentía en la conciencia nacional, en los momentos de silencio pasaba por ella la idea de que todo aquello podía significar la renuncia del abolengo de la primogenitura. Los Treinta y Tres querían ser considerados, por alguien, al parecer, no como los hijos que eran y sucesores de Artigas, sino como agentes de sus enemigos. Y entonces, de lo más hondo de aquella conciencia brotaba la protesta de fidelidad a la patria indivisible, inconsútil como la túnica sagrada. Y bajaba Artigas, con sus tablas de piedra y sus antenas de luz, del silencio de su Sinai. Y el pueblo oriental se apretaba en torno suyo, lo reconocía, lo confesaba, sin más historia que las voces del aire o de los grandes sueños. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo V: 267)

Essa analogia entre Artigas e Moisés e, ainda, uma suposta similitude entre a “Tábua dos Dez Mandamentos” e as “Instrucciones del año XIII”¹⁵², não foi exclusivamente lançada em *La epopeya de Artigas*. Antes disso, em ocasião de um discurso público proferido na cidade de Minas¹⁵³, no ano de 1902, Zorrilla de San Martín já afirmara que Artigas havia morrido sem alcançar “*la tierra de promisión*”, de forma semelhante ao “*profeta conductor de los hebreos sobre el monte Nebo*”. Completou o autor: “*Pero él ha recibido las tablas de piedra de nuestra ley, en la cumbre tempestuosa del Sinai de nuestras primitivas glorias; él ha pensado en el Josué de nuestro éxodo, al trasponer para siempre, con la frente inclinada, la frontera de la patria.*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1965, tomo II: 93) A “terra prometida”, no caso de Artigas, equivalia-se a luta pela formação de uma pátria que pudesse trazer a liberdade para os *orientais*.

¹⁵² No quarto tomo da *Epopeya de Artigas*, Zorrilla novamente se utilizou da analogia: “*Artigas era mucho más que un valiente; era otra la luz que ardía en sus ojos serenos. Él era el vencedor generoso de Las Piedras; él que condujo al pueblo oriental en el éxodo semisagrado; él que dictó las instrucciones evangélicas del año 1813*”. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo IV: 195) Em termos históricos, Artigas estava caracterizado como sendo um *herói cristão*, um passo adiante do herói grego ou medieval. Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo III: 73.

¹⁵³ Oratória durante a inauguração de uma estátua em homenagem a Juan Antonio Lavalleja.

Semelhante associação, entre a passagem bíblica e o movimento liderado por Artigas, foi apresentada em ocasião de um discurso proferido pelo escritor no dia 25 de maio de 1911, na cerimônia de inauguração de um monumento na localidade onde se supõe ter ocorrido a versada Batalha de Las Piedras, hoje, município localizado em Canelones, departamento da República Oriental do Uruguai. Nessa oratória, marcaram presença as características de profetismo, sacrifício¹⁵⁴ e fé atribuídas a Artigas e seus seguidores *orientais*:

Artigas trajo á este campo de batalla, señores, esa su genial visión del porvenir; por ella lucharon y murieron aquí, hace cien años, en estas colinas que amojonamos con ese obelisco de piedra, los primeros soldados orientales, aquellos que, como las multitudes hebreas tras del Profeta, seguían instintivamente á Artigas, y lo reconocían en la nube de fuego que lo envolvía. Ellos eran una fe: la fe que transporta montañas y hace brotar del caos las nuevas patrias; eran un holocausto: la promesa, que se cumpliría, de morir por la Patria recién nacida, por la democracia germinal, por la independencia americana, que era, entonces, un astro nuevo, menos que un astro (El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental, 1912: 146)

Na sua concepção de liderança, tanto Artigas como Moisés eram considerados caudilhos. O primeiro, um caudilho americano, o segundo o caudilho de Israel. Contra a desvalorização social desse elemento, argumentou Zorrilla de San Martín em *La epopeya de Artigas*: “*El caudillo es el substratum, la quintaesencia de la masa, es el personaje reinante de que nos habla Taine*”.¹⁵⁵ Mais adiante, na própria *La epopeya de Artigas*, arrematou o seu conceito de *herói*: “*es una persona que, sin dejar de formar parte de esa masa, sin dejar de arraigar en ella y brotar de su seno, se eleva sobre ella, y para ella recibe la influencia superior*”, seria, dessa forma, “*el conductor de aquella masa o conjunto de personajes reinantes, hacia su destino armónico con el destino universal*”. (Zorrilla de San Martín, 1963, tomo IV: 191-192) Sob tal pensamento, o *herói* se constituiria no elemento capaz de unir todas as forças morais do universo harmonicamente. Essa qualidade superior de Artigas sobre

¹⁵⁴ Nesse ponto, o sacrifício surge com uma correlação bastante estreita com a morte de Cristo. Como o maior líder cristão, Artigas teria também renunciado a sua vida em benefício de seu próximo. Sob o intuito de melhor estabelecer um laço entre a *orientalidade* e o catolicismo, Zorrilla de San Martín afirmou que a própria história da Igreja, na República Oriental do Uruguai, teve início com seu fundador General Artigas. Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo III: 92.

¹⁵⁵ Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo IV: 189-190. Elevando a figura dos *caudillos*, Zorrilla de San Martín os caracterizou: “*el jinete valiente, casi nómada, despreciador de la vida propia y de la ajena, más fuerte que la autoridad, y cuya protección es más eficaz que la de ésta, como es más terrible su enemistad, ya que la influencia de la autoridad legal es nula por imposible. El culto del valor personal, del fuerza, de la audacia, equivale al de la forma desnuda en Grecia, al de la visión extática de la Edad Media, al del hombre de corte, o al de Werther insaciable y triste, en las épocas.* (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo IV: 193)

os demais *personajes reinantes*, principalmente, os *bonaerenses*, de algum modo teria causado um desconforto em determinados setores *platenses*.

Algumas características, usualmente atribuídas aos *heróis* de um modo geral, igualmente marcaram presença na narrativa de Zorrilla de San Martín. Qualidades como abnegação, desprendimento e um acentuado altruísmo fizeram parte da representação *artiguista* proposta pelo autor. Complementando a idéia de bondade e benevolência, já exploradas, como vimos, por outros autores, em *La epopeya de Artigas* reaparece um *herói* sempre disposto a tratar bem o seu opositor, independente da situação. Sob essa característica, não existiria “*en la historia de la guerra, un soldado más caballeresco, ni un vencedor más clemente que el fundador de la República Oriental del Uruguay*”. (ZORRILLA DE SAN MARTIN, 1963, tomo III: 206)

General Artigas foi representado, nesse sentido, como alguém desprovido de qualquer interesse pessoal no movimento independentista. Toda a sua luta visaria o prol de toda a coletividade *oriental* e, por isso, teria negado qualquer oferta de bens ou riquezas provindas dos governos. Cabe destacar que nessa representação de uma vida de sofrimento e abnegação existe uma pequena distinção em se comparada com a dos outros autores, pois, Zorrilla não destaca a suposta traição sofrida por Artigas, mas, sim, um abandono que teria minado, paulatinamente, as suas forças em um momento delicado na região mais ao sul do Prata.

Preocupado somente com o *outro*, ou melhor, com a *massa* que compunha a *pátria oriental*, teoricamente deixou de lado a sua própria defesa, constituindo-se, por isso, uma presa fácil para os seus inimigos detratores que dominavam a imprensa no período. Tal período teria sido sucedido por uma espécie de “esquecimento” de sua memória que foi, rapidamente, preenchido pelos discursos maculadores de sua imagem. Sob essa imagem formulada por Zorrilla de San Martín, surge uma eventual justificativa para a origem da *leyenda negra artiguista*.

Após descrever um exemplo da relação que Artigas mantinha com as verbas derivadas do Cabildo, sob a intenção de demonstrar o zelo e a responsabilidade com que o General cuidava dessas finanças, indagou o autor:

¿Os parece esto una leyenda? Lo parece sin duda alguna. Y es una verdad. Artigas vivió y murió pobre, sus manos, que no tuvieron una mancha de sangre, tampoco estuvieron manchadas de oro. Tengo llenas las mías de esos elementos de juicio sobre el carácter del héroe que debéis interpretar amigos artistas, sólo vacilo en la elección, para vosotros, de los más sugestivos. (...) Esas calumnias llovían sin cesar, implacables, inverosímiles, han quedado, como sabéis, en la historia provisional. Artigas era un malvado, un bárbaro,

un enemigo de la patria y de la humanidad. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo III: 174)

Todo esse discurso pautado pelo altruísmo e abnegação à causa e ao bem estar alheio¹⁵⁶, qualidades as quais Artigas teria demonstrado em sua vida militar e política, obteve complementação na narrativa referente ao exílio e, conseqüentemente, aos seus últimos anos de vida. O período de afastamento do General, decorrido em território paraguaio, foi representado como uma continuidade de uma vida simples, abnegada e sem maiores interesses pessoais. Terras, bens, propriedades, nada importaria para Artigas que, por outro lado, empenhava-se em manter uma rotina simples de trabalho no campo que lhe foi concedido como moradia. Nessa questão, a reconhecida alcunha de “*Padre de los pobres*”, tão utilizada também por outros escritores uruguaios, também no discurso de Zorrilla de San Martín ganhava espaço nessa reprodução de um abnegado Artigas:

Al recibir mensualmente su pensión, la distribuía íntegra entre los pobres de Curuguaty. Le llamaron el Padre de los Pobres. Daba a éstos también todo el fruto de su trabajo, su mandioca, su maíz, los frutos de sus ganados, las pieles. Y, sobre todo, se daba a ellos, los asistía, los amaba. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo V, 105)

Por esse caminho narrativo, o autor buscou a consolidação de uma *memória* capaz de eternizar uma imagem altruísta *artiguista*, de certa forma, independente de sua ação política. A personalidade de Artigas perpassava a sua atuação política e militar, representada pelo movimento *independentista*, para alcançar a integralidade de sua vida.

Alicerçada no pensamento *evolucionista* da história, sendo essa preponderantemente liderada pelos *heróis* natos, a independência *oriental* foi concebida como um fenômeno que teve início com as ações de Artigas e continuadas por dois “*hijos*” desse líder *oriental*: Rivera

¹⁵⁶ “*Cuando sepáis que Artigas vivió y murió en la mayor pobreza, como un anacoreta; cuando lo veáis preferir el honor a los honores, desdeñar el renombre y la gloria personales, elegir funcionarios entre sus propios adversarios, cuando los juzgaba aptos para el cargo, mientras separa de él a sus amigos y parientes, y hasta impedir que se levanten las calumnias que contra él forjaban sus enemigos, no podréis menos de convencerlos de que estáis en presencia de un alma solitaria, original y misteriosa, si las hay. En ese odio a todo lo que es ambición y venalidad, que arranca lágrimas a Artigas; en ese desprendimiento de todo interés humano, veréis la fuente de una fortaleza y de una tenacidad en el propósito y la acción, que sólo los insensatos confundirán con la estúpida soberbia, o con la vanidad de los prepotentes.*” (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 227). Em uma outra oportunidade, na já referida festividade referente à inauguração do monumento a Lavalleja, Zorrilla de San Martín declarou que Artigas teria recusado às ofertas e promessas dos poderosos porque, segundo o próprio, nada poderia ser mais importante do que ser caudilho e condutor de seu povo. Enfim, o *herói* não aceitaria qualquer tipo de suborno ou desvio de conduta. (Cf. ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1965, tomo II, 124)

e Lavalleja. Assim como Artigas, Zorrilla afirmou que seus dois “filhos” teriam derivado das “*profundidades étnicas y sociológicas*” das terras *orientais*, um território propenso à “*igualdad democrática, y rebelde a someterse a quien no le inspira respeto y, sobre todo, amor*” (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo III: 20-21).

Desses dois “sucessores” de Artigas, Lavalleja foi quem mais concentrou a atenção do autor de *La epopeya de Artigas*. Tratando do episódio representado pelo desembarque dos *Treinta y Tres Orientales*, o autor descreveu Lavalleja como um líder que teria carregado aquele espírito libertário de Artigas. Com isso, essa ação militar ganhou uma imagem que a caracterizava como sendo uma continuidade¹⁵⁷ do ideal *artiguista* e ato fundamental para a concretização da independência ocorrida, segundo Zorrilla de San Martín, em 25 de agosto do mesmo ano de 1825 ou, ainda nas palavras do autor, um “*epílogo de la Epopeya de Artigas*”.

No entanto, no discurso do intelectual uruguaio, Artigas não somente detém o trunfo inicial do movimento independentista *oriental*, mas, ao mesmo tempo, é representado como personagem central para o processo de soberania de todos os povos da região platina. Seu espírito, suas lutas, seus ideais e sua crença no povo sul-americano teriam influenciado indiretamente nas lutas vizinhas:

Los orientales creemos poseer, en ese hombre Artigas, no sólo al héroe de la patria, sino al de la América Española independiente; al del Río de la Plata sobre todo. Él es la personificación más alta y más genuina del nacer tempestuoso del continente que descubrió Colón, a la vida de la independencia política, y, sobre todo, a la de la democracia triunfante, la verdadera, la sola independencia. Él es la fe en el pueblo americano. Artigas está sentado entre un sepulcro y una cuna; entre el morir de la soberanía del hombre sobre el pueblo, y el nacer de la soberanía del pueblo, instrumento de Dios, sobre el hombre en sociedad; él encarna en absoluto lo segundo. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo I: 38)

De acordo com o pensamento de Zorrilla de San Martín, Artigas personificaria a revolução de 1810 e, em algum momento, isso viria a ser reconhecido pela intelectualidade argentina. Nesse pensamento, as próprias províncias, as quais aderiram à causa *artiguista*,

¹⁵⁷ “*Con alguna mayor razón hemos consagrado, pues, los orientales, el 25 de agosto de 1825, como la cifra de la patria que nació con Artigas. Éste, el padre Artigas, es el primero que esa fecha gloriosa rememora; en ella se refunden las cifras todas de nuestra historia desde Cabildo abierto de 1808, desde ese mismo 25 de mayo, de que Artigas, como le hemos visto, es el héroe personal, desde el Grito de Asensio, y el Éxodo del Pueblo Oriental, de 1811, desde el Congreso de abril de 1813, desde la campaña del Guayabo y la resistencia contra el portugués, hasta el 18 de julio de 1830, en que triunfará, al jurarse nuestra Constitución, el axioma republicano, proclamado desde un principio por Artigas, el solo vidente primordial. (ZORRILLA DE SAN MARTÍN, 1963, tomo V: 173)*

serviram para balizar o ideal desse *herói* como sendo algo maior, sul-americano e, não, delimitado a um só país.

Com essa série de representações sobre o personagem Artigas, o intelectual Zorrilla de San Martín procurou transmitir a imagem de um *herói* único em toda a América Latina. Alguém que durante toda a sua vida pública teria colocado em primeiro lugar as necessidades de seu povo. Por vezes incompreendido por determinados setores intelectuais sul-americanos, soube manter sua integridade, até mesmo, no momento representado pela sua retirada do cenário de luta pela independência dos povos que compunham a região platina. Diferente dos demais próceres sul-americanos, Zorrilla construiu, sobre os vestígios do passado *artiguista*, uma imagem única de luta incessante pelo ideal democrático e republicano, nunca desviado para caminhos que não fossem em benefício do próprio povo. Tal característica teria sido uma das maiores virtudes de Artigas e que, como tal, mereceria um reconhecimento por parte, principalmente, dos uruguaios.

La epopeya de Artigas, sua principal obra no que se refere à construção heróica do personagem, ultrapassou a simples trabalho de apresentar, aos escultores postulantes ao monumento, a história do líder *oriental*. Essa vasta obra foi constantemente motivo de apropriações por políticos, imprensa e intelectualidade, por meio de um discurso moderado entre uma linguagem essencialmente poética, característica inerente ao autor, e a narrativa histórica do período.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DAS *MEMÓRIAS* DOS *HERÓIS* NA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE E URUGUAIA

O presente capítulo buscará, na imprensa, as sucessivas apropriações sobre a *memória* dos *heróis* representados e homenageados nos monumentos em questão. Para isso, analisará os principais setores das comunidades, sul-rio-grandense e uruguaia, que participaram do processo de disputa pelo passado, apontando suas principais estratégias discursivas, adaptações e releituras sobre os respectivos *heróis*.

Com essa proposta, na primeira metade do capítulo, serão analisadas as sucessivas funções e readaptações pelas quais as *memórias da Revolução Farroupilha*, e, especificamente, de Bento Gonçalves sofreram no último quartel do século XIX e início do XX. Assim, de forma cronológica, iniciará-se com a apropriação, por parte do movimento republicano, no período que antecedeu a ruptura nacional de 1889, desembocando, nos próximos anos, na ascensão do *castilhismo* em nível regional. Além da apropriação do setor governista *castilhista*, o capítulo analisará o discurso dos seus maiores adversários políticos, os quais, do mesmo modo, foram protagonista do processo de disputa pela *memória* de Bento Gonçalves. Por último, uma discussão do papel do *herói* e da *revolução* na construção do mito fundador do gaúcho sul-rio-grandense.

Na segunda metade do capítulo, será trabalhado um processo fundamental para a construção da *memória* nacional uruguaia: a *onda patriótica*. Tal agitação político-intelectual proporcionou um ambiente favorável para o debate sobre a nacionalidade e, como consequência, também, sobre a figura de José Artigas. Através da difusão do conceito de *patriotismo*, a imprensa buscou personagens que pudessem simbolizar e incitar a população a essa prática. Assim, serão analisados dois setores que participaram, ainda que de formas

distintas, desse movimento: o setor católico, representado pelo jornal *El Bien Publico*, e o setor governista *batllista*, representado pelo diário *El Día*.

2.1. A construção da memória de Bento Gonçalves e a Revolução Farroupilha na imprensa sul-rio-grandense

Bem como a historiografia sul-rio-grandense referente às décadas anteriores ao erguimento do monumento túmulo a Bento Gonçalves da Silva na cidade do Rio Grande, a imprensa da época também participou ativamente da construção da *memória* idealizadora desse *herói* bem como da história regional. Tal esfera foi importante ao disponibilizar um profícuo e heterogêneo campo de disputas entre diferentes agremiações políticas e/ou culturais do momento. Nesse caso, trabalharemos sobre algumas formas de apropriações e disputas sobre o personagem histórico, Bento Gonçalves da Silva, e o acontecimento no qual esse atuou, Revolução Farroupilha, frequentemente presentes em diversos periódicos publicados no Rio Grande do Sul entre as últimas décadas do século XIX e primeiros anos do XX.

Nesse período, a ação da imprensa *gaúcha* pode ser dividida em duas etapas: a primeira, com início na organização do movimento republicano no Rio Grande do Sul até à proclamação do sistema republicano no Brasil e, a segunda, iniciada em 1891, consolidada mais precisamente com a ascensão da política *castilhista* ao governo estadual.

O herói e o conflito na leitura monarquista

Se, no setor republicano, a Revolução Farroupilha fora frequentemente apropriada com finalidade de incrementar o discurso na luta ideológica contra o regime monarquista brasileiro, os periódicos partidários deste governo, por outro lado, posicionavam-se de duas formas distintas: havia os que preferiam mantê-la no esquecimento, não destinando espaço algum para a sua recordação, e os que promoviam a *memória* desse conflito como um exemplo da heroicidade sul-rio-grandense, representando-a dissociada do ideário republicano.

Dentre o grupo de periódicos que manteve a preferência do silêncio frente à Revolução Farroupilha, podemos citar os influentes jornais rio-grandinos *Diário do Rio Grande*, *Echo do Sul* e *O Artista*, ou ainda, as folhas pelotenses *Diário de Pelotas* e *O Rio*

Grandense. Se, nos dois primeiros, o próprio cinquentenário do combate fora omitido, nos dois últimos, foram publicadas simples notas de telegrama, serviço comum nos periódicos da época, nas quais faziam alusão à data festiva. Nessa, mencionava-se que o aniversário da revolução teria sido comemorado por meio de uma sessão solene, organizada pelo Club Republicano Rio-Grandense, no teatro Lucinda, contanto com a colaboração de vários escritores republicanos.

Já, na segunda forma de se posicionar frente a esse passado sul-rio-grandense, a *memória* Revolução Farroupilha só foi ganhando alguma importância no final da década de 1880, portanto, exatamente no período bastante próximo à proclamação da República no Brasil. Tanto no final da década anterior, quanto na primeira metade da década seguinte, pouco ou quase nada de espaço, na imprensa, fora destinado à recordação do embate, dominando um completo silêncio quanto ao assunto. Assim, no ano de 1885, enquanto os jornais ligados ao movimento republicano exaltaram, à exaustão, o cinquentenário da revolução, quase nada apareceu nas folhas solidárias ao Império.

Por outro lado, para a maioria dos jornais monarquistas, o *20 de Setembro* era considerada uma data a ser festejada, uma vez que, nesse mesmo dia, celebra-se o aniversário da unificação italiana: “*Faz hoje 15 anos que as tropas italianas, comandadas pelo general Cadorna, entraram em Roma. 20 de Setembro é uma data memorável que assinalou a queda do poder papal e a realização de grande problema do imortal Cavour – a unificação da Itália.*”. (*Diário de Pelotas*, 20/09/1885. Data memorável. p. 2)

Assim, além de exaltar a unificação da Itália e, em sentido contrário, omitir a Revolução Farroupilha no discurso monarquista, os periódicos partidários a esse regime não concediam destaque a Garibaldi¹⁵⁸, personalidade apreciada como fundamental para o êxito em ambos os eventos, tanto o sul-rio-grandense quanto o italiano.

Em uma rara menção ao combate de 1835 e, conseqüentemente, ao General Bento Gonçalves, no ano de 1888, o periódico *O Artista*, abertamente partidário do Império¹⁵⁹, destacou o aniversário de número 53 da Revolução Farroupilha em um artigo denominado *20 de Setembro*. Nessa ocasião, disponibilizou uma representação contendo alguns pontos

¹⁵⁸ Mais tarde, com a instauração da República no Brasil, é que Garibaldi praticamente será considerado uma unanimidade para distintas correntes políticas *gaúchas*. *Castilhistas* e *federalistas* o destacarão com maior veemência em artigos sobre a Revolução Farroupilha e à Unificação Italiana.

¹⁵⁹ Fundado na década de 1860, o periódico se destacou pelas linhas comercial, política e noticiosa. Paulatinamente, voltou-se para os ideários do Partido Liberal, manifestando-se abertamente sobre os variados assuntos políticos conforme o momento, mantendo-se, assim, até a proclamação da República. Cf. ALVES, 2002: 232.

discordantes das versões republicanas. Evidentemente, o fato de descaracterizar o combate como tendo sido um movimento eminentemente republicano foi o ponto central de diferenciação quanto ao discurso republicano. Descreveu-o como uma luta na qual teriam se sobressaídos os atos de bravura e heróicos de alguns principais líderes, tanto nacionais, como Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Onofre, quanto do italiano Garibaldi denominado de “*o grande amigo dos povos escravizados*”. Por outro lado, a Revolução Farroupilha fora caracterizada como um movimento impulsionado por um acentuado centralismo político que estaria suprimindo a liberdade da população sul-rio-grandense. A gênese não seria a luta pelo republicanismo, mas a busca de uma maior descentralização ou federalização na administração nacional:

Foi uma luta enorme esta que durante dez longos anos regou o solo fértil da bela província com o sangue generoso do povo, indômito que nela habitava, nesses tempos memoráveis em que o civismo era o único critério por que se julgavam os homens;

Foi uma luta gigantesca ferida em nome da liberdade de um povo que se julgava oprimido pelo centro, de um povo dtivo e patriótico que sempre sustentou a dignidade nacional, nos campos da batalha, e que receava aniquilar-se sob a pressão insensata e torpe dos pseudo, sustentáculos da integridade nacional e do trono. (O Artista, 20/09/1888. 20 de Setembro. p. 2)

Denunciou a tentativa de apropriação da Revolução Farroupilha por parte dos republicanos influentes no período da publicação, os quais teriam buscado, na história da República de Piratini, elementos que pudessem comprovar que o embate fora fundamentalmente republicano desde sua origem, influenciada pela essência inata do povo sul-rio-grandense. No entanto, para a folha monarquista, a revolução de 35 se originou de um sopro da “*brisa democrata*” que agitava o país desde Tiradentes e que só teria se atenuado no ano de 1848 com Pernambuco, uma clara referência à Revolução Praieira¹⁶⁰ ocorrida nessa província.

¹⁶⁰ Insurreição ocorrida entre 1848 e 1850 na província de Pernambuco, sob inspiração *liberal e separatista*.

2.1.1. A apropriação do movimento republicano sobre a *memória do herói* e da revolução

Na primeira etapa, a Revolução Farroupilha foi apreendida como um exemplo e marco inicial que, por si só, abalizaria uma próxima reconquista republicana, mesmo que essa se desse por via nacional. O passado sul-rio-grandense proporcionaria um modelo de conduta a ser seguido pelos políticos contrários à administração monárquica.

Sendo assim, as apropriações sob o confronto de 1835, protagonizadas pelos discursos republicanos em escala regional, realçaram algumas questões centrais. Em primeiro lugar, a busca do passado como uma fonte de inspiração e de um caráter legitimador da luta contra as instituições imperiais avaliadas como arcaicas e, portanto, um entrave para a evolução da nação no final século XIX. Assim, em segundo plano, apareceu a afirmação de uma idéia indicativa de um processo linear da humanidade. Para que essa evolução fosse alcançada, o sistema republicano de governo era visto como a exclusiva instituição capaz de criar as condições necessárias para tal transformação. Em ambos os casos, as doutrinas *evolucionistas*, principalmente a *comtiana*, serviram como base de fundamentação e orientação argumentativa, auxiliando na idéia de constante progresso da sociedade *gaúcha*.

Seguindo essa linha, o periódico pelotense *O Democrata* incluiu, em seu discurso,¹⁶¹ a Revolução Farroupilha como modelo a ser copiado pela geração política atuante no final do século XIX. Segundo um artigo publicado no ano de 1887, os políticos de então deveriam cumprir seus deveres dando continuidade à obra patriótica iniciada naquele 20 de setembro de 1835. Essa continuidade progressista e evolutiva não estaria muito longe de ser concretizada e alcançada:

Que o exemplo de bravos de 35 nos sirva de lição e de incentivo para as grandes lutas políticas, cujo facho teremos de atear no nobilíssimo intento de erguermos a nossa pátria dessa decadência em que vai e que parece querer conduzi-la ao seu total desmembramento e aniquilamento. Trabalharemos denodadamente pela restauração das instituições pátrias e convertamo-nos em destemidos argonautas que se destinem a sulcar as revoltosas ondas desse mar de preconceitos inconsiderados, para implantar nesse país um regime mais consentâneo com a evolução progressiva da civilização. (O Democrata, 20/09/1887. A epopéia de 35. p. 2)

¹⁶¹ O artigo citado foi redigido pelo próprio dono do jornal, Germano de Oliveira, o qual, anos mais tarde, voltaria a expor seus pensamentos políticos em *O Farrapo*, outro órgão semanal pelotense.

Nesse grupo representado pelos “*bravos de 35*”, a narrativa do jornal já destacava os nomes de Bento Gonçalves e Canabarro, a quem tributou um voto de pesar às suas memórias em prova de respeito à bandeira republicana sobre o que seria o hino glorioso das consideradas “nações cultas”: a Marselhesa.

Ao mesmo momento em que as palavras de *O Democrata* demonstravam sua exaltação por descenderem de uma legião de *heróis*, confirmavam sua desilusão por não fazerem justiça a essa condição:

Quão pouco dignos somos de descender daqueles grandes revolucionários! Duas mocidades têm florescido, depois da grandiosa revolução – e de nenhuma delas ainda partiu o grito de revolta, contra os nossos opressores. Cabe a terceira geração dos farrapos escrever com letras de ouro, nas páginas graníticas da história, a grande conquista da nossa liberdade. (...) A lei fatal da evolução nos impulsiona com vertiginosa força – pelo pendente alcantilado da montanha da civilização. (O Democrata, 20/09/1887. Salve! 20 de Setembro. p. 3)

Igualmente localizados na cidade de Pelotas, os periódicos *Revista Popular* e o *Radical* seguiram a mesma fórmula na apropriação do ensejo *farrapo*, mas com algumas pequenas variações. No caso do primeiro, no discurso crítico ao regime, entrava em cena a abolição da escravidão assinada pelo Império. Meses após a libertação dos escravos, a folha aludia que a instituição escravista ainda permanecia no Brasil, porém, não se restringindo aos negros habitantes do território nacional, mas, sim, a toda a população brasileira: “*a áurea lei de 13 de maio- gratíssimo epílogo da escravidão neste solo, suceda a maior de todas as leis, segundo Robespierre – a salvação pública.*” (*Revista Popular*, 20/09/1888) A estabilidade do trono imperial significava a continuidade da escravidão dos brasileiros, negros ou não, uma experiência de um governo alheio aos interesses das liberdades do povo. Se o regime republicano denotava a garantia das emancipações, o império representaria as privações das ações. O fim da escravidão teria sido um avanço civilizatório brasileiro, no entanto, o mais significativo ainda seria a proclamação da república como a sanção da liberdade plena dos seus habitantes.

Nesse ambiente de organização na luta para a derrocada do monarquismo em território nacional, o *patriotismo* foi um dos principais elementos incitados pelos discursos redigidos pela imprensa. Esses discursos reivindicatórios do *sentimento patriótico* acompanharam a forte tendência da apropriação da *Revolução Farroupilha* como um marco central a ser

exaltado. Teria sido nesse momento do passado que a essência do *patriotismo* rio-grandense teria aflorado, servindo, então, de exemplo para as futuras gerações.

Como parte integrante da nação brasileira, o Rio Grande do Sul apresentou algumas características peculiares no que se refere ao *sentimento patriótico* da população. Em muitas ocasiões tal discurso fundia-se com a imagem do *gauchismo*, uma sensibilidade representativa do *ser* regional, de pertencimento a um grupo diferenciado do conjunto do país. Instigar o movimento *patriótico* se constituía em um ato intimamente ligado ao processo de estímulo ao sentimento e aos valores atribuídos ao elemento de uma forma geral. Passava-se a idéia de que o *patriotismo* se constituía em um fundamento característico da “raça” gaúcha, possuidora de traços e qualidades inerentes à sua formação enquanto tal. Segundo Bourdieu, as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais que são permanentes correspondentes, constituem-se em um caso particular das *lutas por classificações*, lutas pelo monopólio de se fazer ver e fazer acreditar e de impor uma visão do mundo social: “*realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo.*” (BOURDIEU, 1989: 113)

A folha republicana, *A Discussão*, implicitamente resgatou, outra vez, a imagem de um passado como modelo na luta contra o regime monárquico brasileiro, fazendo da associação entre república e liberdade o caminho capital para a manutenção do livre-arbítrio característico da população sul-rio-grandense. Naquela época de lutas, o *patriotismo* teria falado mais alto ao perceber o momento adverso pelo qual estava passando a província:

*Este é o dia de nossas glórias, a aurora de nossas esperanças.
Vede-se nas estrelas que esmaltam o nosso céu azul, no topo de nossas
serras, no cristal de nossas fontes!
Contempla i-as no brilho do sol que refletiu os raios sobre a espada de Bento
Gonçalves e, dourando as searas de nossos pais, derramou dos corações
patrióticos.
Admirai-as nos feitos gloriosos desses batalhadores ousados, que defenderam
os nossos brios, sustentaram os nossos direitos e regalias, voltando à ponta
do sabre luzido para o despotismo covarde do governo imperial.
Olhai em torno de vós e vereis branquear as ossadas de heróis nas coxilhas
de nossos campos ondulados. Escuta i e ouvireis os hinos de liberdade, que os
clarins das vitórias casaram com o murmúrio de nossos rios, confundindo as
harmonias d'alma com as melodias da natureza. (A Discussão, 19/09/1885.
20 de Setembro. p. 1)*

No entanto, além do bem para o povo dessa província, a Revolução Farroupilha teria sido também benéfica para o Brasil como um todo, ao ter lutado contra um governo autoritário, centralizador e tirânico como considerava o Império. Incitados pelo *patriotismo*,

pela honra, pela coragem e esperança na justiça, os patriotas e revolucionários de 1835 promoveram o 20 de Setembro.

No pensamento exposto pela folha, os *s* deveriam, ao mesmo tempo, glorificar e serem gratos aos seus *heróis* do passado, como, também, saber esperar, confiando no triunfo de seus princípios que, nesse momento, estariam deturpados pelos seus próprios descendentes. Porém, afirma que esses mesmos ideais certamente, no futuro, estariam “*pendurados*” no troféu das suas conquistas e à sombra da bandeira “*larga e generosa*” da República.

Uma das folhas nascidas sob o signo republicano no Rio Grande do Sul, *A Federação*, também fez da *memória* da *Revolução Farroupilha* como um instrumento para incitar o *sentimento patriótico* na população regional às vésperas da proclamação da República no país. Além dessa associação entre 1835 e o *patriotismo*, essa folha demonstrou sua preocupação ao promover a vinculação do decorrido embate ao ideário republicano, tornando-o um exemplo a ser abraçado pela política que visava o fim do regime monárquico no Brasil. Mais do que meramente republicana, concebeu a data como um conflito instigado pelo ideário federativo, numa clara tentativa de associá-la ao pensamento político defendido pela linha do jornal porto-alegrense.

A pretensão de se fazer, da Revolução Farroupilha, um modelo de incentivo e *civismo* à geração presente se constituiu em questão fundamental na querela em torno da situação política da província. Como representantes e descendentes imediatos dos *heróis farroupilhas*, os republicanos se auto-intitularam como legítimos donos do espólio deixado há mais de quatro décadas. Meses antes da Proclamação da República no Brasil, *A Federação* argumentou que uma revolução estaria se operando no país, mas diferentemente de 1835, essa transformação provinha de “*novas idéias*”, de um tempo ligado às reivindicações populares. Essa mudança estaria próxima a trazer a instauração do *republicanismo* no país. Todo esse processo estaria sujeito à influência do que considera como os “*últos feitos de civismo dos imortais heróis de trinta e cinco*”, servindo, então de exemplo para a geração presente:

Nós rio-grandenses podemos altivamente afirmar que a brilhante epopéia, traçada nas páginas da história pátria com a ponta do gládio de nossos maiores, há de sempre perdurar na memória de seus posteriores e despertar fremente na nossa alma a fibra do patriotismo, para conseguirmos a implantação da República e a posse da Liberdade. (A Federação, 20/09/1889. 20 de Setembro de 35. p. 1)

No ano de 1884, portanto, ainda anterior à República, semelhante apropriação sobre a *memória farroupilha* foi publicada pelo mesmo periódico, dirigido pelo líder do PRR Júlio de

Castilhos. Segundo o diário, a história monarquista havia tentado, sem resultado, denegrir o movimento revolucionário de 1835, negando a ela a perfeita intenção que teriam os líderes *farroupilhas*. Porém, esse processo de calúnia já estaria sendo deixado para trás pela justiça da História; e a “*moderna geração rio-grandense*”, do mesmo modo, vingando a “*sagrada memória*” dos designados “*puríssimos paladinos da liberdade*”. Assim, *A Federação* aproveitou esse momento para realizar a propaganda do sistema republicano com a seguinte exclamação: “*A salvação de Pátria está na Federação brasileira sob a forma política – a República!*” (*A Federação*, 20/09/1884. 20 de Setembro de 1835. p. 1) Nesse caso, todos os rio-grandenses, considerados fiéis ao passado da província, ao comemorar o *20 de Setembro* voltavam-se ao exemplo gerado no ano de 1835, honrando a memória dos “*patriotas*” construtores dessa epopéia contra o Império. Tal artigo termina sua narrativa, baseada na apropriação do passado *farroupilha*, enviando uma saudação em nome da República, convencido de que “*saberão todos ter sempre presente o exemplo dos predecessores*”.

Em uma correspondência enviada por representantes republicanos do Rio de Janeiro, são demonstradas duas características bastante comuns nos discursos desse movimento político no período: a generosidade atribuída aos políticos republicanos, aspecto com algum fundamento na doutrina positivista anteriormente trabalhada, e a freqüente associação entre os conceitos de *liberdade* e *sistema republicano de governo*. Nessa comunicação, os republicanos sul-rio-grandenses, representados pela *A Federação*, são nomeados legítimos representantes das generosas aspirações prosperadas no solo rio-grandense, esse indicado como um território marcado por duras batalhas. Tal representação, abrangendo os habitantes sulinos e o seu passado de glórias, ia bem ao encontro do pensamento proposto pelos próprios republicanos organizados em torno desse ideal político no Rio Grande do Sul.

Nessa mesma edição, um periodista, sob a assinatura de M. de Magalhães, conferiu a Bento Gonçalves a envergadura de possuir um nome que, ao ser simplesmente proferido no interior, teria a capacidade de despertar o “*caráter épico*” da população e ecoar como a “*voz de um enorme canhão*”. Sob essa linha de idealização, Bento Gonçalves teria sido aquele rio-grandense que melhor expressou essa emoção em prol de seu povo. A luta, por ele liderada, um modelo de *civismo* e de *abnegação patriótica*.

Em outro artigo enviado e assinado pelos *Republicanos do Alegrete*, ressaltou-se que fazia pouco tempo que a “*memória dos mártires*” era abafada pelo enorme peso das calúnias e difamações veneradas pelos que seriam os “*pseudo portadores*” das tradições sul-rio-grandenses. No entanto, no momento, os palacianos, “*falsos apóstolos*” da liberdade “*encastelados na cidadela do egoísmo*”, desmentidos pelos sinceros historiadores, já não se

autodenominavam continuadores daquelas gerações de heróis. Essa conjuntura estaria novamente proporcionando, aos republicanos, a verdadeira posse do valioso legado *farroupilha*, protegendo-o dos servis cortesões. (*A Federação*, 20/09/1884)

A prática da apropriação da imagem ou do sentido da Revolução Farroupilha como um ataque direcionado às instituições monárquicas também assumiu outros papéis no período anterior à República. Sob o intuito de deslegitimar uma representação negativa sobre o combate iniciado em 1835, que, segundo os republicanos, o descrevia como uma “*estrepitosa expansão de caudilhagem turbulenta e viciosa*”, *A Federação*, sob o título “*Continuidade*”, tratou de considerá-la como um acontecimento ímpar e exemplar na história sul-rio-grandense, uma obra que autenticaria a própria existência do Partido Republicano, este designado como o fiel “*mantenedor da continuidade histórica*”. Acusou aqueles que a difamavam, denominando-os de “*fabricadores de narrativas cortesãs e de crônicas palacianas*” e deturpadores dos *heróis*, bem como, do ideal supostamente imaculado da revolução. Sobre a importância da celebração do *20 de Setembro*, sentenciou a folha: “*o passado é a fonte em que o presente se inspira para delinear o futuro*”. (*A Federação*, 20/09/1889. Continuidade. p. 1)

No ano seguinte, o mesmo periódico voltou a expor a necessidade de se manter viva a lembrança sobre *1835* como forma desse acontecimento exercer sua influência sobre o presente. Além disso, aproveita a ocasião para criticar a corrupção moral pela qual estaria atuando na sociedade brasileira:

Dez anos de sacrifícios heróicos em bem da liberdade do povo, não podem ser esquecidos pela geração presente; pelo contrário, servirão de exemplo de estímulo para a mocidade, em cujo coração palpita o amor da pátria e que tomará o lugar que lhe compete, quando chegar o dia da regeneração, não só do governo, como dos costumes arruinados pela corrupção (...)

Uma recordação aos manes venerados de tantos heróis patriotas, como Bento Gonçalves, José Gomes, João Antonio, Crescencio, Manoel Lucas, Canabarro e tantos outros propugnadores da soberania do povo. (A Federação, 20/09/1885. 20 de Setembro. p.1)

Com a apropriação da Revolução Farroupilha, *A Federação* buscava a caracterização de um acontecimento que tivesse a capacidade de representar os primeiros esforços republicanos no terreno regional, alçando-o como um exemplo para o país ainda monarquista. Caracterizando-a como uma luta libertária de um povo contra a tirania monárquica opressora e interessada exclusivamente em seu próprio proveito, os republicanos, responsáveis por esse periódico, praticaram a confrontação entre a idealização do passado sul-rio-grandense e o

presente político do Brasil. Mesmo décadas após a Proclamação da República Rio-Grandense, mesmo que tenha sido temporária, transmitiam a idéia de que a situação não mudara no Rio Grande do Sul, permanecendo, assim, a falta de liberdade comum à essência do povo.

Sob o intuito de buscar uma fundamentação que legitimava a instauração do sistema republicano de governo, normalmente os políticos apoiaram-se em fatos ocorridos na própria história sul-rio-grandense. A Revolução Farroupilha proporcionou essa base de sustentação de um discurso republicano e idealizador no tipo sulino. Os mitos políticos não se desenvolvem exclusivamente no plano da fábula, buscam apoios que possam, de alguma forma, autenticar toda uma concepção construída sobre o imaginário da população.¹⁶² Sendo assim, o histórico e o mítico se fundiram na estrutura construída sobre os discursos propagandistas desses ideais.

A instituição responsabilizada pela privação das liberdades dos habitantes s no período da Revolução Farroupilha, a monarquia, ainda se apresentava atuante na sociedade e, para a alteração desse quadro, seria necessária uma busca nas origens do descontentamento no cerne formador do caráter sul-rio-grandense. Despertar a população para a sua condição de subserviência ao Império se constituiria, na verdade, convidá-la a espelhar-se na *guerreira geração de 35* e incitá-la à procura de uma mudança política:

A geração que convulsionou a província durante dez anos precisa ser estudada e amada.

É tempo disso.

Nós queremos a vitória, mas não nos importa o sucesso imediato, temos herdado, das gerações passadas que bem podemos entrar também como a nossa cota de esforço, ainda mesmo certos de não ouvir o hino triunfal! (A Federação, 20/09/1887. Vinte de Setembro. p. 1).

Essa rememoração do embate que esboçava a necessidade da população se afeiçoar à Revolução Farroupilha, trazia consigo a autovalorização da própria essência sul-rio-grandense que, de maneira suposta, também faria parte da geração republicana atuante na década de 1880.

Além disso, embora apregoando ao setor republicano, atuante na década de 80, essa suposta capacidade de alcançar finalmente a desejável meta de instaurar a república no Brasil, percebe-se que a folha aparentava certa dúvida quanto à proximidade dessa mudança política: “Quem nos diz que veremos a República? Não é de fazê-la já que se trata é, principalmente, de trabalhar para ela.” Assim, a República seria considerada a causa da Humanidade, bem ao estilo comtista de se conceber a realidade histórica evolutiva. Além de aceitar a herança de

¹⁶² Sobre o assunto Cf. GIRARDET, 1987.

sacrifícios deixada pela geração farroupilha importava mantê-la viva, alimentando-se dela rumo à consagração final.

Na mesma edição, o sentido da comemoração da Revolução Farroupilha foi resumido como sendo um voto de gratidão, pelos antigos heróis, e uma promessa de acabamento daquela obra incompleta. Recordar esse momento poderia servir como um ponto de partida para uma renovação política e social.

O grupo aparelhado no interior do PRR considerava-se o autêntico herdeiro dos farroupilhas, proclamando-se detentor das qualidades épicas e, com isso, apto a colocá-las em exercício sob o intuito de completar a obra iniciada pelas gerações antecessoras. Essa condição de continuidade a posteriori teria sido percebida pelos s de 35, tal seria a sua convicção em nome da qual combatiam. Teriam esses caídos, mas sempre convictos de que os seus “filhos” prosseguiriam a “gloriosa cruzada” da qual tinham sido iniciadores:

Os rio-grandenses atuais, influenciados pelas honrosas tradições que tem seu ponto de partida naquela data gloriosa, hão de inevitavelmente prosseguir nessa primeira tentativa.

Somos levados a tal afirmação porque reconhecemos o quanto o nosso glorioso passado pode influir sobre a atualidade e sobre o futuro.

Podemos exprimir esta última proposição nesta bela fase de um literato: O vento minuano, partindo do píncaro dos Andes, toca nas belas campinas do Rio Grande do Sul para, revolvendo a poeira das gerações passadas, retemperar as gerações presentes. (A Federação, 20/09/1884. 20 de Setembro. p. 2)

Na citação, pode-se notar a clara influência da *doutrina comtista* no discurso, principalmente no que se refere à constante ação do passado sobre os homens do presente aliada à concepção da inevitável evolução da sociedade.

Como não poderia deixar de ser diferente, no desenvolvimento desse pensamento *positivista*, defensor do *altruísmo* como base de todas as relações humanas, o egoísmo assumia o lado inverso do progresso moral de toda a Humanidade. A esse sentimento, era atribuída grande parte dos males que infligiriam a sociedade na sua maneira de convivência em grupo harmonicamente. Pensar em si era opor-se ao conjunto e, conseqüentemente, voltar-se contra o progresso da civilização, constituindo-se num obstáculo a mais a ser superado pelos homens. Nesse aspecto, a Revolução Farroupilha representava um velho tempo quando o sentimento egoísta não fazia parte do imaginário sul-rio-grandense:

Naquele tempo o caráter rio-grandense estava em toda a sua pujança.

A divisa dos homens de então era uma só – a liberdade, liberdade plena, sem restrições.

Não dominava os homens daquela época o egoísmo.

Não; combatiam pela causa comum, fitando sempre a grandeza e a prosperidade do torrão natal.

Quanta abnegação! (A Federação, 20/09/1884. 20 de Setembro. p. 2)

Para boa parte da intelectualidade sul-rio-grandense atuante nos jornais e periódicos, seja na luta armada ou por uma interposição de um ideal combativo, os farroupilhas teriam devotado suas vidas para um ensejo tipicamente valoroso, maior e solidário, cabendo ao resto da população, de acordo com seu grau de funcionalidade na sociedade, seguir os ensinamentos e os valores sintetizados na figura de Bento Gonçalves. Seria preciso venerar o herói como um bandeira da própria identidade sul-rio-grandense.

Nessa conjuntura anterior à Proclamação da República no território nacional, *A Federação* ambicionou apropriar-se da memória presente sobre a Revolução Farroupilha caracterizando-a como a própria gênese do movimento republicano regional. Construíram uma imagem, na qual o PRR transportaria em si, a mesma alma combativa e libertária idealizada nos *farroupilhas* pela intelectualidade sul-rio-grandense. Despertar essa alma se constituiria no impulso final para a concretização da intenção pela qual teriam lutado os *heróis* de 1835, no caso, a instauração do sistema republicano no Rio Grande do Sul. Esse seria o modelo de conduta a ser exportado para a política brasileira.

2.1.2. A apropriação da memória do herói e da revolução no período republicano-castilhista

A Proclamação da República no Brasil trouxe consigo a necessidade de uma nova adaptação nos distintos discursos sobre as representações e as apropriações da memória farroupilha.

Alguns pontos continuaram sendo comuns nos discursos de diferentes correntes políticas. Nesse caso, encontramos a idealização do *ser* através da apresentação de pareceres de elementos não pertencentes à comunidade sul-rio-grandense, atribuindo-se, então, maior legitimidade à palavra exterior.

Na intenção de alçar a figura de Bento Gonçalves à hierarquia de *herói* e, ao mesmo tempo, promover a idealização do típico *ser* sul-rio-grandense, um verificado discurso

proferido por Garibaldi foi frequentemente apropriado e publicado por vários artigos da imprensa *gaúcha*. O principal trecho utilizado afirmava:

Bento Gonçalves era um verdadeiro cavaleiro errante do século de Carlos Magno, irmão de coração dos Oliverio e Roldões, vigoroso, ágil, leal como eles, centauro que manejava um cavalo como só o vi manejar ao general Netto, enfim o modelo dos cavaleiros. Era realmente o filho mimoso da natureza, que lhe havia concedido tudo que constitui um verdadeiro herói. Bento Gonçalves tinha já sessenta anos, quando o conheci; alto e esbelto, montava a cavalo com uma graça e facilidade admiráveis; a cavalo parecia um homem de vinte e cinco anos. Valente e afortunado como um cavaleiro de Ariosto, não duvida em combater com um gigante, ainda que este tivesse estatura de Poliphemo e a armadura de Ferragus. Tinha sido um dos primeiros a dar o grito de guerra, não movido por mera idéia de ambição pessoal, mas como qualquer filho daquele povo belicoso. O seu sustento em campanha era igual ao do habitante mais pobre do país: carne assada e água: no primeiro dia que nos encontramos, convidou-me para o seu frugal banquete, e conversamos com tanta familiaridade, como se fôssemos amigos desde a infância. (A Reforma, 20/09/1892. Vinte de Setembro. p. 1).

Em outro momento, destacava-se outro pensamento descrito também pelo revolucionário italiano, dessa vez, apropriado por Saldanha Marinho em artigo publicado no ano de 1883. Diferente do primeiro, este se refere diretamente ao elemento sul-rio-grandense e seu caráter frente ao campo de batalha:

Eu vi corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações. (Rio Grandense, 20/09/1900. 20 de Setembro. p. 2)

Nesse sentido, a repetida divulgação de parte do discurso do italiano Garibaldi foi utilizada sempre que se fez necessária a sustentação das idéias *mitificadoras* do habitante sulino e, principalmente, da figura de Bento Gonçalves da Silva como uma forma de legitimar o próprio discurso, como uma aprovação prévia da própria imagem criada. Assim, durante o processo de erguimento do monumento-túmulo, o qual será visto no próximo capítulo, esse discurso também foi utilizado como uma fórmula de indicar um sustentáculo externo, oriundo de elementos de “fora”, para o processo de heroicização pelo qual o *general farroupilha* estava sendo passando.

A apropriação dos *castilhistas* sobre a *memória* de 1835

Após um breve período que pode ser caracterizado como de transição, decorrido logo após a proclamação da República no Brasil, a disputa pela *memória* da Revolução Farroupilha e de seus *heróis*, destacando-se Bento Gonçalves, assumiu um novo caminho. Com a ascensão do grupo republicano, liderado por Júlio de Castilhos, ao poder estadual, a fissura política gerada por tal mudança atingiu profundamente o meio político sul-rio-grandense ocasionando, assim, uma divisão entre os próprios republicanos que anteriormente lutavam unidos em prol da queda da monarquia em nível nacional. Com a prática política exclusivista proposta e, em determinadas questões, colocada em prática pelos *castilhistas*, antigos aliados políticos passaram a formar dissidências políticas que foram refletir diretamente no discurso de apropriação e construção da *memória farroupilha*, servindo esta como mais um meio de argumentação para a defesa de seus ideários políticos em contraposição ao grupo rival.

De tal modo, podemos classificar esses discursos sob duas novas tendências: o *castilhista*, ou *oficialista*, promovidos pelos sectários de Júlio de Castilho, e o *anti-castilhista*, este advindo, principalmente dos setores ligados ao Partido Federalista em franca oposição ao governo regional.

Para o primeiro grupo, a Revolução Farroupilha se constituía no acontecimento legitimador do presente e de tudo que representava o modelo administrativo proposto por Júlio de Castilhos, sendo lembrada como um marco inicial de uma obra finalizada pela geração representada pelo PRR. Sob essa orientação, importava a lembrança do acirrado confronto de idéias travado nas últimas décadas do regime monarquista, numa estratégia de reviver as dificuldades enfrentadas nos anos passados, quando as liberdades teriam sido tolhidas pela denominada opressora administração imperial. Com esse fim, o jornal *castilhista, Rio Grandense*, reeditou discursos alusivos à data máxima rio-grandense, nos quais, alguns destes, denunciavam as precárias condições pela qual passava a pátria naquele momento. Dentre esses, destaca-se um redigido pelo republicano Borges de Medeiros no ano de 1883:

Comemorar hoje a revolução rio-grandense é simultaneamente venerar aquela geração de patriotas e inexcedíveis e por nossa vez atirar à face da corrupta monarquia brasileira o solene protesto contra o estado de coisas, que assoberba a nossa pátria. É preciso que a evocação do passado, de

nossas gloriosas tradições seja o fio condutor do espírito brasileiro através da escuridão do presente em busca de seu ideal – a liberdade. Cabe, pois, à geração presente, pelo vínculo da solidariedade que a prende aos intuitos de 35, robustecida pela fé patriótica e científica, coroar a obra de nossos antepassados empenhando a sua vida no afdanoso encargo de levantar a ‘Pátria livre na livre América’” (Rio Grandense, 20/09/1900. A Revolução Rio-Grandense. p. 1)

Por intermédio de diversos artigos, buscaram criar o juízo de que, nos anos precedentes ao *15 de Novembro*, prevalecia a insatisfação com o contexto nacional e que, diferentemente, no momento atual, fazia-se necessário celebrar as conquistas oriundas da proclamação da república, dando continuidade às mudanças responsáveis pelo retorno da liberdade aos cidadãos. Mais do que apenas demonstrar um contraste entre escravidão-liberdade, passado-presente, monarquia-castilhismo, na própria autoria dos discursos reimpressos e na referência que estes despenderam em benefício das imagens de certos políticos e *heróis* passados, muitos desses artigos participaram de um processo caracterizado por designar para determinadas figuras políticas maiores parcelas de responsabilidade pela bem-sucedida instauração ocorrida em 1889.

Com isso, percebe-se que o grupo republicano, ligado ao líder Júlio de Castilhos, fracionou a história da Proclamação da República em dois momentos distintos: a década *farroupilha*, compreendida entre 1835-1845 e a *republicana castilhista* envolvendo, aproximadamente, as duas últimas décadas do século XIX.

No primeiro período, como ícone representativo dos ideais republicanos e das qualidades sul-rio-grandenses, destacou-se Bento Gonçalves da Silva. Apresentado como um vulto incomparável para a sua época, teria sido ele o precursor da vitória finalmente alcançada em 1889 em âmbito nacional. O primeiro sul-rio-grandense a expor o adágio republicano e a guiar a população ao combate pela reconquista da essência livre gaúcha. Qualidade supostamente inerente ao habitante da região. Nesse ponto, comumente utilizado pelos republicanos de um modo geral, ocorre a reutilização do discurso *determinista* o qual apresentava o elemento rio-grandense como detentor de um caráter eminentemente livre e, por isso, indomável.

Os escritos de Alcides Lima, Assis Brasil e tantos outros autores regionais são indicadores exponenciais desse pensamento. Trazendo em sua constituição tal característica, todos os habitantes passavam a serem considerados republicanos por índole, pois a república traria consigo a liberdade, ou melhor, seria ela a própria expressão do livre-arbítrio do cidadão.

O periódico *Rio Grandense*, órgão pertencente ao PRR, apropriando-se do significado republicano atribuído à Revolução Farroupilha, caracterizou o líder Bento Gonçalves com a seguinte consideração:

Nascido sob um clima amoroso, num território ubérrimo, regado por inúmeros rios e bafejado continuamente pelo astro rei que o fecundou e vivifica; investigador consciencioso dos acontecimentos que se ligavam à sorte dos seus infortunados irmãos; entusiasta do belo ideal republicano; obediente ao justo; inimigo do arbítrio; generoso por índole; sofredor até a abnegação; o redivivo herói rio-grandense não pôde por mais tempo suportar os vexames contínuos que pesavam sobre o seu amado torrão natalício; o amor à ordem e à liberdade a que se consagrou desde a infância arrancaram-no do gozo da doce vida privada para correr à salvação da nossa querida Pátria. (Rio Grandense, 20/09/1900. 20 de Setembro – Bento Gonçalves. p. 1)

Como grande parte dos jornais *castilhistas*, o discurso publicado pelo *Rio Grandense* mantinha uma estreita ligação com a *doutrina comtista*. Nesse trecho, extraído de um artigo acerca do líder Bento Gonçalves da Silva, percebe-se algumas das características do *positivismo*. Entre elas, o suposto altruísmo atribuído ao personagem, representando-o como alguém que teria abandonado sua vida tranqüila em prol de um sentimento maior que era o amor à pátria e sua liberdade. No caso, aparece, também, a afeição à ordem, um dos meios, segundo Comte, de prosseguir junto à marcha evolucionista.

O resultado do empenho despendido por Bento Gonçalves nessa década de lutas, iniciada em 1835, por si só garantiria o sucesso, tendo em vista que ela fora estabelecida em nome de uma “*liberdade sacrificada*” por um governo retrógrado e anti-nacional encabeçado por um administrador considerado como “*inepto*”. Assim, o *20 de Setembro de 1835* teria sido impulsionada pela necessidade de libertar a querida “*pátria*”, do líder *farroupilha*, dos “*males da anarquia desenfreada*”. Nesse discurso, o território sul-rio-grandense novamente ganhava o conceito de Pátria.

Mais tarde, o mesmo periódico voltou a promover a aberta associação baseada nas *leis evolutivas* do *positivismo comtiano*, conectando num mesmo processo de evolução histórica o *1835* e o *1889*, porém, agregando novos momentos e personagens históricos supostamente responsáveis por esse conceito de progresso da sociedade brasileira, onde cada qual contribuía com uma determinada etapa:

E assim aconteceu ao surgir no largo horizonte da Pátria o pompeante sol da Democracia, quando Deodoro, completando a obra começada por Vieira de Mello, Tiradentes, Bento Gonçalves e Benjamin Constant, com a ponta de sua espada cortava os laços que vinculavam os brasileiros, cesariana e

politicamente, a uma família da qual não éramos concidadãos, porém vassalos. (Rio Grandense, 20/09/1900. A República Rio-Grandense. p. 1)

Fortemente influenciado pelas etapas dos *Grandes Homens* referendadas pelo *comtismo*, no discurso do *Rio Grandense* a morte não teria trazido o fim de Bento Gonçalves da Silva, mas sim o princípio de uma nova concepção de vida. Nessa nova fase permaneceriam seus ensinamentos atuando sobre a sociedade, conforme se nota no poema publicado nesse jornal *castilhista*:

*Dizem que Ele morreu! Mas não morrem o gênio!
A Glória é como a luz das aras das vestaes...
Se o general tombou da vida no proscênio
O seu nome ficou da história nos anais!*

*Ele, o herói, chegará às nuvens do nullo,io,
Ao toque de clarins etéreos, marciais...
E a geração vindoura à sombra do seu gênio
Não sentirá no peito assomos glaciais!...*

(...)

*Agora, ó bos mais! Não fiquéis no seu mutismo:
- Aos filhos ensinai as provas de civismo
Que legou o Grande Morto às páginas da História! (Rio Grandense,
20/09/1901. Bento Gonçalves. p. 1).*

Segundo o texto mencionado, a influência da vida do *gênio* não chegaria ao fim após a sua morte, iria bem mais além da simples ação proporcionada por sua convivência humana. Permaneceria através da imagem do *herói*, bem como da importância de seus ideais para a sociedade, um eterno ensinamento às posteriores gerações, atuando, assim, de forma contínua no pensamento do povo e de seus líderes. Nesse mesmo sentido, discursou o periódico denominado *Bento Gonçalves*, da cidade de mesmo nome:

Bento Gonçalves, a estrela tutelar das nossas aspirações, não morreu ainda na alma rio-grandense! Ela, ao desfaldar da bandeira, das idéias democráticas, perdura ainda na memória da todos aqueles que aceitaram as sua idéias e dos que se colocaram a seu lado, e não duvidamos serem essas idéias o ídolo sagrado das gerações vindouras, como tem sido das passadas e presentes. (Bento Gonçalves, 20/09/1900. Bento Gonçalves. p. 1).

Por esse sistema, o discurso republicano centrado na idéia de liberdade, construído em torno da figura do general Bento Gonçalves, seria caracterizado como uma influência

contínua na sociedade rio-grandense. O líder *farroupilha*, ao tocar a “alma” do *gaúcho* através de seus ideais e seu amor à terra, estaria promovendo a extinção do isolamento entre os *mortos* e os *vivos*, ou entre a vida *objetiva* e *subjetiva* proposta pelo *comtismo*, passando a atuar de forma permanente no cotidiano político e/ou social da população.

Outra característica marcante da folha *Rio Grandense*, foi a utilização do *determinismo geográfico* anteriormente trabalhado por meio da historiografia oriunda das últimas décadas do século XIX e analisadas no primeiro capítulo dessa tese. Entremeada com o *positivismo comtista*, doutrina influente nas páginas desse periódico, construiu-se um discurso no qual afirmava que a região sul-rio-grandense possuía um clima que não permitiria a inércia ou a insensibilidade, sob um solo excessivamente produtor e cortado por naturais vias de comunicações. Toda essa conjuntura geográfica teria lentamente gerado uma força emancipadora na população local, o que iria de encontro com a opressão “*iníqua*” e “*atrofiante*” exercida pelo governo imperial que, com ela, transformava o Rio Grande do Sul em mantenedor das outras províncias. Afirmou: “*Os rio-grandenses não foram nunca talhados escravos nem o escárnio jamais lhes foi atirado impunemente!*” E, buscando diretamente nos conceitos *comtistas*, sentenciou: “*E tanto é certo que – o homem se agita e a Humanidade o conduz – que Bento Gonçalves, modesto oficial de fronteira (...) conquistou logo o lugar de chefe dos revolucionários*” demonstrando prontamente exemplos de coragem, prudência, bondade e justiça. Abertamente colocou a Revolução Farroupilha dentro do processo de crescimento e progresso político regional. Porém, a província não estaria apta para suportar uma completa e duradoura ruptura com o governo nacional, pois, “*longe de satisfazer os interesses da Humanidade e dos próprios rio-grandenses*”, iria criar-lhes uma situação mais difícil para evoluir. Assim, a luta teria cumprido o seu papel cívico e de modelo evolutivo, terminando fatalmente, tanto para o bem regional quanto para o nacional, no ano de 1845:

Patriotas foram os heróis de 35, nos legando o belo exemplo de civismo que a história pátria relata e muito reagiu sobre a nossa evolução política; patriota foi o imortal Caxias efetuando a honrosa pacificação de 45, que impediu o esfacelamento da Pátria Brasileira com a separação política do seu hercúleo órgão do extremo sul, berço dos heróis, sentinela da Pátria, fanal da liberdade, exemplo positivo da ordem e do progresso!(...)
 - *É Bento Gonçalves! – é o principal Herói dessa imorredoura glória! (Rio Grandense, 20/09/1901. Glória imorredoura. p. 1)*

A estratégia na construção do discurso alusivo à Revolução Farroupilha, proposta pelo *Rio Grandense*, mantinha como base a sua inserção dentro de um sistema evolutivo nacional. O combate era visto como uma forma de revolta contra um governo centralizador, não como uma atitude que buscava unicamente o próprio benefício da região sul. Assim, uma *‘legião espartana de centauros’* supostamente fez *“vibrar o sentimento nacional”*. Mais que um acontecimento regional, a Revolução Farroupilha se constituiria em um feito nacional e patriótico, beneficiando a nação desvirtuada pelo julgo monárquico. Bento Gonçalves fora aquele *Grande Homem* o qual teria saído em defesa da liberdade: generoso, nobre, instigado pelo amor da Pátria e brios militares, teria se utilizado da espada para traçar a gigantesca Odisséia que lembraria Aquiles no circo de Tróia.

Retomando o discurso negativo frente ao regime monárquico, apresentando-o como já em vias de degeneração ainda em 1835, os republicanos do *A Farpa*, jornal porto-alegrense explicitamente *castilhistas*, incluíram a revolta *farroupilha* no rol das insatisfações nacionais com política centralizadora praticada pelo Império. No entanto, um outro ponto ressaltasse na argumentação do jornal: a influência do *comtismo* no tratamento dos personagens que fizeram parte da revolta. Bem como Augusto Comte denominava os indivíduos em geral, *A Farpa* também nomeou os *heróis farrapos* de *“servidores da Humanidade”*:

A luta de 35 foi o protesto mais enérgico e vivaz da briosa nacionalidade brasileira contra o retrógrado despotismo monárquico.

Cansado de suportar o férreo jugo bragantino, enxovalhado em seus brios pelos repetidos insultos feitos á sua majestosa soberania. O Rio Grande sublevou-se, corajosamente, de armas na mão disposto a todos os sacrifícios, para reivindicar os seus direitos conspurcados pela miserável ação corruptora dos turbidos próceres do regime condenado. (...)

Á rebeldia desses generosos servidores da Humanidade, a pertinência de seu patriotismo inquebrantável, devemos o justo renome de que gozamos e a mais bela de todas as nossas tradições. (A Farpa, 20/09/1897. 20 de Setembro. p. 1)

Se em momentos anteriores foi promovida a apropriação da *memória farroupilha* sob o intuito de propagar o republicanismo buscando a queda a monarquia do país, nessa ocasião ela permaneceu fazendo parte do processo inicial de libertação. A *Revolução de 1835* teria sido, para os habitantes sul-rio-grandenses, a fonte onde esses beberam a inspiração para o formidável feito de 15 de novembro de 1889, demonstrando a continuidade histórica entre o passado regional e o recente passado político brasileiro. Assim, Bento Gonçalves importava na medida em que teria proporcionado o exemplo prático de como se deveria reagir contra governos tiranos, corruptos e opressores do povo. Nesse caso, o território sulino assumia a

condição de vanguarda da nação brasileira, denominada, em determinado momento, de o “melhor celeiro da Pátria brasileira” desde 1835. (*Rio Grandense*, 20/09/1900. Bento Gonçalves. p. 1)

A folha rio-grandina, *O Intransigente*, fez uso do conceito de *patriotismo* como princípio norteador da revolta dos líderes *farroupilhas*. A Revolução Farroupilha foi caracterizada como um embate sustentado por esse cívico sentimento aliado à coragem “*espartana do punhado de heróis*” nesse acontecimento visto como uma obra de regeneração política. Assim, descreveu 1835 como:

Luta homérica, cheia de sacrifícios, eivada de dificuldades, foi essa que os bravos heróis da gloriosa cruzada revolucionária, sustentaram sempre amparados pelo seu patriotismo e inspirados pelo seu amor incomparável da causa sacrossanta da Liberdade.

Lição sublime de patriotismo e de amor aos direitos do homem, foi essa que implantou no coração do heróico povo as mais arraigadas idéias de reação contra as tiranias da coroa e contra os privilégios odiosos da dinastia opressora, cujo guante de ferro procurava todas as válvulas da Liberdade. (O Intransigente, 20/09/1903. 20 de Setembro. p. 1)

Nesse discurso, o *sentimento patriótico* estava intimamente ligado à constituição supostamente libertária do elemento sul-rio-grandense.¹⁶³ Essa essência ia de encontro a qualquer meio que pudesse privar a liberdade do povo sulino e, ao menor sinal de uma condição desfavorável, os “bravos” *gaúchos* republicanos surgiriam para lutar em prol da independência.

Na liderança desse “*punhado de heróis*” estaria o General Bento Gonçalves da Silva, o “*Grande Soldado*”, como o próprio periódico denominou. Nesse momento, *O Intransigente* salienta que estampou um retrato do “*Grande Herói*” cumprindo um dever de *patriotismo* e de reverência a *memória* do personagem que tanto teria enaltecido os brios da “*terra patricia*”.

Em outro artigo, manteve o discurso em torno da caracterização dos líderes *farroupilhas* como sendo heróis repletos de *patriotismo* e coragem. Além dessa continuidade, apropriou-se da *memória* idealizada sobre o acontecimento de 1835 para promover a rotineira glorificação dos valores atribuídos à estirpe do *gaúcho rio-grandense*, um povo que teria a liberdade como uma qualidade inerente a sua origem. Para o periódico, o Rio Grande do Sul (apreciado como um “*berço de centauros*”) disporia de um extraordinário catecismo ao ter

¹⁶³ O mesmo pensamento foi explícito pelo jornal *O Acadêmico*, da cidade de Porto Alegre, quando sentenciou: “*Como poderia também o Gaúcho viver sobre o domínio do despotismo se ele tem como divisa a Liberdade?*” (*O Acadêmico*, 20/09/1897. José Garibaldi. p. 2)

servido de palco para a revolução conduzida pela figura “homérica” de Bento Gonçalves da Silva e, os jovens, uma rica fonte patriótica de princípios de liberdade e moral política. Assim, em um mesmo texto promovia-se a figura do “herói”, do ideal republicano e do povo sul-riograndense ou *gaúcho*.

Como na quase totalidade dos discursos *castilhistas*, o *Intransigente* reafirmou o caráter supostamente republicano da Revolução Farroupilha. Para a implantação da República no Rio Grande do Sul é que teria Bento Gonçalves, a “*espada rutilante da revolução, o herói dos heróis na cruzada da Liberdade da terra amada*”, recorrido às armas. Já a pacificação teria vindo após um decênio de duras privações em defesa da liberdade, através de cláusulas “*altamente honrosas*” proporcionadas por uma paz bastante digna. Nesse sentido, lançou a seguinte afirmação ao referir-se a Bento Gonçalves: “*O intuito era nobilitante, belo, sublime: implantar a República neste pedaço abençoado do território brasileiro!*”

Bem com o *Intransigente*, o jornal do PRR de Pelotas, *Diário Popular*, buscou na caracterização republicana e, por isso, libertária da *raça gaúcha*, o ponto principal de sua apropriação da Revolução Farroupilha e de seus *heróis*. Segundo esse órgão, o povo sul-riograndense distinguia-se por sua altivez e o seu amor à liberdade, sentimento que seria mais forte do que o amor sentido por sua própria vida. Essas qualidades iriam frontalmente de encontro com a atitude centralizadora e ditatorial imposta pelo Império brasileiro e, desse infortúnio, teria surgido a revolta julgada como fundamentalmente republicana:

A monarquia instalara-se, nesta parte da livre América, contando com a subserviência dos burgos do norte, que não conheciam outro poder, além do poder soberano do senhor rei.

A obediência passiva a todos os atos emanados da corte, ainda os que mais aviltavam a consciência e a dignidade do povo, era o estalão pelo qual se media o acatamento e o respeito pelos dominadores dessa época. (Diário Popular, 20/09/1901. 20 de Setembro. p. 1)

Contra essa situação humilhante é que teriam agido os chamados de “*heróis da resistência*”, sempre em busca da liberdade que garantiria a ordem e, por esse amor incondicional a essa essência libertária, os líderes farroupilhas teriam proclamado a República Rio-Grandense, um governo considerado, pelo *Diário*, como sendo do povo.

Embora com bem menos intensidade, se comparado ao processo de construção da imagem pública de Artigas, as crianças e os jovens também participaram das celebrações em torno da heroicização do personagem Bento Gonçalves da Silva. Como exemplo disso, temos um discurso pronunciado por uma menina de 5 anos de idade, chamada Odette Pereira, fez

parte das cerimônias alusivas ao *20 de Setembro* ao redor da pedra fundamental, localizada na Praça Tamandaré, representante do monumento a ser erguido em homenagem à *memória* do líder *farroupilha*. Obviamente percebe-se a incompatibilidade entre o texto narrado e a capacidade inerente a uma criança de apenas 5 anos. Nesse caso, mesmo sendo bastante curto, pôde condensar grande parte das imagens imputadas tanto a Bento Gonçalves como à Revolução Farroupilha, destacando a identidade *gaúcha* que foi apresentada, outra vez, de forma glorificada e resumida na figura dos *soldados farrapos* além, claro, da índole essencialmente republicana desse grupo:

*Ilustre comissão, meus caros patrícios, Exmas Sras.:
É verdade que entre o ruído, entre as festas de hoje, pode o meu pequenino vulto passar despercebido.
Mas, pode a minha natureza de rio-grandense, o meu coração, o meu sangue de gaúcha deixar de compreender este santo entusiasmo que agita todo o eu torrão natal, ante a data de 20 de Setembro?
Eu também venho em nome da infância, em nome das crianças, que representam viças esperanças do futuro, render homenagem aos heróis de 35 e muito principalmente ao legendário Bento Gonçalves.
Glorias! Glorias! Aos indômitos farrapos que conquistaram tantos louros para o meu querido Rio Grande do Sul!
Sendo a alma rio-grandense genuinamente republicana, é justo que cada um concorra com o maior esforço possível para a realização desta dívida que contraímos com a memória do Grande Bento Gonçalves.
Terminando peço que todos me acompanhem nos seguintes vivas:
Viva a comissão glorificadora do monumento ao General Bento Gonçalves!
Viva a memória do Grande General Bento Gonçalves! (O Intransigente, 22/09/1903. Discurso. p. 1)*

Percebe-se que tanto a *memória* da Revolução Farroupilha, como a de Bento Gonçalves, desempenhavam um papel importante na construção das representações do passado e do presente sul-rio-grandense no discurso político *castilhista*. Intensamente influenciados pela doutrina *comtista*, os periódicos partidários de Júlio de Castilhos se apropriavam do combate de 1835 sob um olhar bastante pragmático, mormente buscando valorização de dois momentos: da luta pela instauração da República no Brasil, e da administração republicana em nível regional, com destaque para a personalidade do líder do PRR.

Bento Gonçalves: um *herói* guerreiro ou letrado?

O procedimento de distinção do, então, principal figura da Revolução Farroupilha, apresentou algumas peculiaridades no caso sul-rio-grandense. Fortemente influenciada pelo *comtismo*, os periódicos governistas, como *A Federação*, Bento Gonçalves foi descrito como um eterno servidor no processo evolutivo da *Humanidade*, um mestre capaz de dar o devido andamento à marcha da civilização sul-rio-grandense.

Entretanto, no seguimento dessa linearidade surgem novos personagens. A década de 1880 teria apresentado seus considerados *heróis* republicanos, aqueles que deram os toques finais à obra iniciada pelos *farrapos*. Entre eles surge, de forma destacada, Júlio de Castilhos, um *herói* que traria algumas diferenças básicas em se comparando com Bento Gonçalves, mesmo salientando que em sua constituição a mesma alma republicana de 1835 marcaria presença.

Percebe-se claramente que a imagem construída sobre o líder do PRR assume as características próprias da progressão humana sublinhada pelo pensamento *comtiano*. Ao exaltar Júlio de Castilhos, surge não mais um *herói* guerreiro como guia dos sul-rio-grandenses, mas um *herói* ligado às letras, ao conhecimento. Um verdadeiro estadista pensador. Enquanto que ao longo da Revolução Farroupilha os sul-rio-grandenses teriam precisado se socorrer às armas em defesa da instauração do republicanismo no Estado, a geração de Castilhos teria se detido exclusivamente ao conhecimento, às letras como único recurso de combate. Uma evolução bastante apregoada pelo pensamento do francês Augusto Comte.

Nessa linha de pensamento, em artigo publicado no ano de 1887, *A Federação* caracterizou os *farroupilhas* com a seguinte reflexão: “*Como é comovente e sadio o exemplo desses homens, incultos quase todos!*”. Ao assinalar as antigas gerações como “incultas” a folha pretendia distinguir a geração *oitentista* como sendo superior em termos de civilidade e educação aos seus antecessores, demarcando a evolução inerente ao desenvolvimento das sociedades conforme a *doutrina positivista* em voga.

No entanto, principalmente no período *pré-castilhismo* ou, ainda, do *pré-republicanismo* em nível nacional, Bento Gonçalves ainda era alçado como superior à maioria do contingente *revolucionário* de 1835, sendo nomeado como um patriota “*pensador*”. Essa forma de se conceber a figura desse personagem foi ganhando novos contornos, principalmente, com a ascensão de Júlio de Castilhos ao poder regional. Mesmo não se constituindo em regra, pois ainda permaneciam alguns discursos caracterizando-o como

estadista e pensador, Bento Gonçalves sistematicamente será colocado como um *herói* não tão bem dotado de cultura quanto o líder do PRR.

Principalmente nesse contexto sul-rio-grandense, Bento Gonçalves, mesmo considerado como todo o herói, um homem à frente de seu tempo, também ganhava assento em um passado apresentado como adverso, bélico, mas bastante representativo de um momento importante na fundação de uma identidade rio-grandense. Entretanto, no então presente seria necessário um novo tipo de *herói*, igualmente idealista, mas pacífico e letrado.

Assinado pelo próprio Júlio de Castilhos, o órgão republicano, *A Federação*, expôs um discurso que retomava a prática de combate republicano atribuída aos *farroupilhas* de 1835. Publicado em um momento de plena efervescência na luta pelo fim da forma monárquica de governo no Brasil, o artigo do líder do PRR enfatizou que, embora ainda não extinta no Rio Grande do Sul, a idéia propulsora que teria feito os *farrapos* se armarem estaria ressurgindo com uma característica distinta: ela não necessitaria mais da capacidade militar de um Bento Gonçalves ou do “*ardor*” do General Netto. As condições “*morais*”, de então, seriam outras; o campo de combate seria outro, bem como as armas a serem utilizadas. Nessa nova conjuntura, baseada basicamente no ideal de progresso pregado pelo *comtismo*, apenas a luta pela instauração da República continuaria em marcha, enquanto as novas “*armas*” seriam as palavras, os livros e os jornais, o que caracterizaria ainda mais a idéia de evolução proposta pela filosofia de Augusto Comte:

Um jornal que se funda para fazer penetrar em toda parte o poderoso influxo da idéia – também equivale a uma vitória.

São outras batalhas ganhas, com proveito e com honra, livros como a República Federal e a História da República Rio-Grandense de Assis Brasil, ou como a História Popular do Rio Grande de Alcides Lima. (...)

Que a nossa constância se inspire na constância que eles tiveram; que a firmeza das nossas convicções republicanas se conserve sempre na altura da firmeza heróica com que eles pelejaram pela República.

E venceremos! (A Federação, 20/09/1884. Vinte de Setembro. p. 1)

Mesmo não alcançando a vitória de uma forma decisiva, percebe-se que os ideais republicanos, atribuídos aos líderes *farroupilhas*, valeriam como uma vitória moral sobre os monarquistas e, por isso, ainda permaneceria como exemplo a ser categoricamente seguido pela geração republicana atuante nas duas últimas décadas do século XIX.

Nesse mesmo sentido *O Acadêmico*, da cidade de Porto Alegre, salientou que o ideal de Bento Gonçalves, Netto e Garibaldi infelizmente teria fracassado, mas, mais tarde, esses foram vingados pelos “*vencedores de 89*”. Assim, tal discurso afastou-se um pouco do

pensamento dominante o qual ressaltava que àquelas lideranças *farroupilhas* permaneciam invictas, considerados vencedores pela permanência de seus ideais republicanos. (*O Acadêmico*, 20/09/1897. José Garibaldi. p. 2)¹⁶⁴

Não desmerecendo os antigos *heróis guerreiros*, tal pensamento explicitava a necessidade de um novo tipo de superioridade humana. Um ser que não precisasse recorrer ao bélico e, muito menos, deslocar exércitos inteiros para a conquista de um ideal. O poder provindo de seu conhecimento seria o suficiente para a continuidade da marcha civilizatória ou, ainda, para a promoção de uma mudança, uma *revolução das idéias*, como afirma o periódico. (*A Federação*, 20/09/1889. 20 de Setembro de 35. p. 1).

Tal plano de constituição de um imaginário idealizador de um presente foi invariavelmente utilizado pelos periódicos *castilhistas*. Apropriando-se do pensamento *comtiano*, no qual alertava que dentre as três etapas históricas gerais da civilização a última seria caracterizada pela ciência e industrialização, criava-se a imagem de que o Rio Grande do Sul estaria, de acordo com sua administração, encaminhando-se para o estágio mais adiantado que as sociedades poderiam ambicionar, não mais necessitando de algum tipo de revolução que não estivesse ligada, excepcionalmente, às feições morais de um povo. Nesse ponto, Júlio de Castilhos entraria como líder responsável pela permanência das instituições republicanas, através da manutenção da ordem como único meio de alcançar o progresso definitivo do estado. Paralelo a isso, se pautou na construção de um discurso no qual o Rio Grande do Sul se apresentaria como um território em contínuo crescimento industrial e harmonioso em sua forma, bem ao encontro do estágio máximo propagado pelo *positivismo*.

Júlio de Castilhos ganhou destaque por ter, de maneira suposta, feito do ideal republicano, uma realidade para o estado. A idéia assentada em 1835 pelos *farrapos* liderados por Bento Gonçalves teria originado, sob uma administração impecavelmente caracterizada, os frutos do progresso e da paz, conforme enfatizado pelo periódico *castilhista O Gaúcho*, da cidade de Rio Grande. (*O Gaúcho*, 20/09/1905. 20 de Setembro. p. 1) Para a construção dessa imagem idealizada sobre o presente, omitiam-se os fatos bélicos ocorridos pós-império como, nesse caso, a própria Revolução Federalista acontecida no final do século XIX.

O periódico *castilhista, Rio Grandense*, igualmente promoveu a forma associativa entre o passado “bélico” e o presente “pacífico”, retornando com a diferenciação entre *herói*

¹⁶⁴ Embora não sendo um diário, cabe como exemplo um artigo publicado pelo periódico *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Nele, igualmente esteve presente esse ideal valorizador dos chamados *heróis pensadores* ou *letrados*. Intitulado, *Heróis*, o autor expôs a sua preferência pelos homens austeros e responsáveis pelo esclarecimento do espírito humano, chegando a denominá-los de *apóstolos do progresso*. (*Almanak*, 1891: 76)

guerreiro e herói letrado. No entanto, apropria-se da data para desferir um ataque ao cenário político nacional. Saudando a data *20 de Setembro* e o atual líder do PRR, em uma clara associação entre ambos, o periódico enfatizou a necessidade de destacar o “*estadista*” Júlio de Castilhos por conta do perigo que a “*Pátria dos heróis de 35*” estaria passando em cair nas “*garras do prudentismo indiferente à Ordem e ao Progresso da jovem, mas colossal República Brasileira!*”. E segue:

Na noite política que atravessamos aparece, qual estrela fulgurante a brilhar no horizonte negro e duvidoso, qual farol de esperança a tremular além em meio das ondas do oceano irado – o vulto simpático e prometedor de Júlio Prates de Castilhos. (Rio Grandense, 20/09/1901. 20 de Setembro e Júlio de Castilhos. p. 1)

Dessa forma, ao “*patrício de Bento Gonçalves*” caberia a autoridade de comandar o Brasil, pois uma administração de Castilhos seria portadora de “*novos louros*” para o bem do país. Enquanto o líder *farroupilha* teria escrito com a sua “*espada de aço uma página de ouro na História rio-grandense*” ele detentor de um “*talento de elite*” iria escrever uma página de sacrifício e *civismo* da História brasileira. Nota-se a clara diferenciação nas representações atribuídas aos dois personagens regionais, onde Bento Gonçalves socorria-se às armas, ao passo que, Júlio de Castilhos, lançaria mão somente de seu próprio conhecimento enquanto intelectual e estadista.

O discurso que propunha os *castilhistas* como os verdadeiros herdeiros da geração de 1835, difundiu-se amplamente nas folhas partidárias à liderança, do PRR, Júlio de Castilhos. O jornal pelotense e *castilhista*, *Diário Popular*, praticou uma apropriação bastante contundente sobre a Revolução Farroupilha e do que seria o seu legado para a classe política republicana do final do século XIX. Nesse sentido, além de exaltar o que considerava como uma luta “*ingente*” e “*gloriosa*”, onde a “*bravura espartana de seus filhos*” teria admirado o país inteiro por seu enorme heroísmo, o jornal aproveitou o espaço que o artigo proporcionava para alçar, o então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, ao posto principal do grupo o qual caracterizava como sendo o sustentador e o continuador da obra republicana principiada, décadas atrás, pelos *farroupilhas*. Sobre o papel dos sul-rio-grandenses na nação brasileira afirmou: “*Herdeiros de tão nobres tradições, que são legítimo orgulho imperecível da terra patricia*”, teriam sempre amado e servido à República “*com todos os entusiasmos e dedicação, jamais olvidando os exemplos legados*” que inspiravam no sentido de “*bem servir à Pátria*”. (*Diário Popular*, 19/09/1897. 20 de Setembro. p. 1)

Dessa forma, estabelecendo um discurso entremeado por pensamentos *positivistas*, sociais e/ou meramente políticos, os republicanos *castilhistas*, fundamentalmente, apossavam-se da *memória* da Revolução Farroupilha sob o intuito de promover a administração do partido. Ao traçarem um paralelo com o passado sul-rio-grandense, representado pela Revolução Farroupilha e suas representações, condicionavam a história regional a um processo linear e progressivo onde o presente era concebido, consecutivamente, como um estágio mais avançado rumo ao progresso da sociedade. Nesse plano, se os republicanos *castilhistas* se autodenominavam como sendo os continuadores ou herdeiros dos antigos *farroupilhas*, Júlio de Castilhos era denominado como o atual *herói* sul-rio-grandense e um passo a frente de seu antepassado Bento Gonçalves. Embora enfatizando a importância desse personagem de 1835 para o processo evolutivo da sociedade *gaúcha*, Júlio de Castilhos representaria todo o adiantamento científico, moral e político pelo qual estaria passando o Rio Grande do Sul e o Brasil com o advento da república. Assim, ambos os líderes simbolizariam as diferentes etapas do progresso regional.

A apropriação do setor anticastilhista sobre a memória de 1835

Com o advento da proclamação da República no Brasil, percebe-se uma variação na maioria dos periódicos monarquistas¹⁶⁵ no que se refere ao tratamento e/ou uso da Revolução Farroupilha em seus editoriais. Rapidamente o combate iniciado em 1835 começou a conquistar as páginas dos jornais e, com isso, ganhar um maior destaque acompanhando a tendência encontrada, já bem antes, na imprensa republicana. Logo 1889, ainda pairando a indefinição quanto o futuro no novo governo instaurado no país, algumas folhas começaram a tratar o combate ainda sob variadas representações. No entanto, quanto mais próximo dessa data nacional demarcativa, menos caráter republicano a ela era destinado.

Nesse panorama, o antes conservador, *Echo do Sul*, o qual nos anos de Império se silenciava sobre a luta, logo após a instauração da República, começou a incluir a Revolução Farroupilha e Bento Gonçalves em seus discursos, permanecendo alguns pontos em comum

¹⁶⁵ De acordo com Alves, a proclamação da República significou uma profunda ruptura nas formações discursivas empreendidas pelos periódicos rio-grandinos ligados às tradicionais disputas dos partidos monárquicos. No começo, o *Diário de Rio Grande* e *O Artista* chegaram a tecer críticas ao caráter autoritário e exclusivista da nova elite governante, no entanto, com a intensificação do controle sobre a imprensa, esses órgãos mergulharam em silêncio quase absoluto quanto à política, o que os levou a uma crescente desarticulação e indefinição editorial que redundaria nos seus desaparecimentos. No que se refere ao *Echo do Sul*, conseguiu dar sua continuidade a conduta partidarista e seu espírito combativo, distinguindo-se por sua ferrenha oposição ao *castilhismo*. (ALVES, 2002: 487).

com o antigo pensamento exposto pelas folhas monarquistas, principalmente ao negar qualquer caráter republicano nos primórdios do movimento. Entretanto, afirma que prontamente o ideário *farroupilha* teria se encaminhado para a destruição da monarquia. A autoridade do Império estaria desviada para o despotismo tornando um sonho utópico a liberdade do Rio Grande do Sul e do Brasil, tanto no decênio de combate, como na última década do século XIX. Nesse momento, a folha aproveita para atacar os rumos tomados após a Proclamação, enfatizando que o exemplo dos ideais deixados pelos revolucionários não estariam sendo seguidos, deixando magoados os poucos sobreviventes daquela ocasião, ao verem desvirtuados os seus ideais. De acordo com o *Echo do Sul* não seria essa a república pela qual os *farroupilhas* teriam lutado inflamados pelo seu amor à Pátria. Aquela antiga autoridade central permanecia viva, sufocando as liberdades de todo o povo, numa clara alusão ao rumo tomado pela política republicana¹⁶⁶:

E os que, em novo decênio, iniciaram a propaganda que tinha por ideal a reivindicação dos brios farrapos, estão hoje de joelhos diante do poder discricionário que substituiu uma ignomínia pela geração que constituiu a República de 6 de Novembro!

Apreciando, há alguns anos o 20 de Setembro, pusemos em evidencia a falsa orientação do partido monárquico que se organizou no Rio Grande e que se dizia portador das aspirações da geração morta. (...)

Temos ufania pelas conquistas armadas dos beneméritos de 35, de cujos destroços surgiu mais tarde a história de históricos que tanto se afastam as aspirações que lhes deram força para um prosseguimento de vitórias que não podem pertencer simplesmente a indivíduos, por maiores que eles sejam...

E como os que estiveram com a verdade das leis históricas é que hão de vencer, saudamos os reivindicadores dos brios do Rio Grande do Sul (Echo do Sul, 20/09/1890. 20 de Setembro. p. 2)

Embora alguns periódicos, como o recém citado, tenham iniciado um processo de inclusão da *memória farroupilha* no discurso logo após o *15 de Novembro*, outros, como por exemplo, o *Diário do Rio Grande*, persistiram calando-se sobre o acontecimento, vindo a incorporá-la, somente, alguns anos mais tarde com o advento da República. Com isso, o processo de construção da *memória* da Revolução Farroupilha, exercido abertamente pela imprensa, foi influenciado diametralmente pelos fechamentos ou, ainda, pelas adaptações

¹⁶⁶ O ano de 1890, período de publicação do artigo, o *Echo do Sul* paulatinamente foi mudando sua postura, passando do apoio ao novo regime, através de uma postura oficialista, para uma ruptura com a política republicana. Segundo Alves, esse rompimento teve como principal fator as atitudes autoritárias dos situacionistas em nome da instabilidade das instituições e do forte controle sobre a imprensa, ação a qual a folha reagiu, declarando-se uma publicação independente em nome da “verdadeira república”. Cf. ALVES, 2002: 310-311.

discursivas sofridas por diversos periódicos existentes na sociedade da última década do século XIX.

Com o novo contexto político, dominado pelo *sistema castilhista*, a oposição ao governo sul-rio-grandense, tanto os mencionados monarquistas como os dissidentes republicanos, também se utilizou da imprensa como um meio de atacar e questionar a administração estadual comandada por Júlio de Castilhos e seus correligionários. Nisso, a Revolução Farroupilha e seus líderes serviram de munição para um discurso, promovido pelo Partido Federalista, no qual se pautava em denunciar o contexto político exclusivista instaurado no Estado pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

No que se refere à *memória de 1835*, os periódicos ligados aos *federalistas* normalmente promoveram uma idealização próxima da concretizada pelos *castilhistas*, porém, sob a aura de denúncia de um presente adverso, a condição saudosista, de um passado tido como exemplo de luta e abnegação, se impôs com maior frequência nos textos publicados pelos periódicos simpáticos à oposição ao governo do estadual. Com tal sentimento nostálgico, insuflado pelo exemplo buscado pela Revolução Farroupilha e seus ideais de luta, lançavam suas críticas ao momento inaugurado após a Proclamação da República, principalmente, com a ascensão *castilhista* ao poder estadual. Ao expor a saudade, a tristeza por esse passado extinto, os *federalistas* fixaram a idéia de um presente em condições inteiramente hostil, onde as liberdades sul-rio-grandenses estariam negadas à sua população. Enquanto os *castilhistas* afirmavam terem lutado e promovido a liberdade sob o sistema de governo o qual instituíram, os *federalistas* criticavam a perda da liberdade causada pela administração estadual.

Nesse sentido, o periódico *A Reforma* praticou abertamente a apropriação da *memória* da Revolução Farroupilha e de Bento Gonçalves como um evidente artifício de embasamento para o seu discurso de oposição ao *castilhismo*. Como era bastante usual a freqüente associação entre a data *farroupilha* e a unificação italiana, a folha uniu as duas comemorações em um único artigo:

Reunis e congraçais no proscênio do Rio Grande os filhos de duas nações emanadas do tronco latino; uma que tem um passado brilhante (...); outra que é de ontem e já teve épocas prósperas, e ainda poderá tê-las, se mãos fadas a não perturbarem em sua marcha de progresso. (A Reforma, 20/09/1892. Vinte de Setembro. p. 1)

A união das duas comemorações era auxiliada pela ação de Giuseppe Garibaldi em ambas, o que criava o elo necessário para a articulação desse discurso envolvendo Rio Grande do Sul e Itália.

No mesmo artigo, o *determinismo geográfico* reaparecia fortemente legitimando a formação de uma “raça” superior no território sulino. Para esse, o *ser* não passava de um português modificado no continente sul-americano. Além disso, outros povos viriam a juntar-se com esse elemento local fundando um habitante mais qualificado. Seriam eles: o alemão, o qual nas colônias já estaria sofrendo as leis de transformação mesológica; o italiano, mais recentemente chegado à região, bem como o sueco.

O também diário oposicionista, *O Maragato*, teve em seu discurso o cuidado em vincular o movimento revolucionário de 1835 às tradições *pampeanas* atribuídas aos habitantes do Rio Grande do Sul. A zona da campanha *gaúcha* foi apresentada como o palco principal e o elemento complementar de toda a representação construída em torno do acontecimento, este considerado marco de toda a história regional. Aspectos naturais e peculiares ao *habitat pampeano*, como as *coxilhas* e o *vento minuano*, (*O Maragato*, 19/09/1909. Salve! Rio Grande! p. 1) características naturais da região, ficaram como aspectos auxiliares na elaboração de um discurso que promovia a tipificação de uma imagem campestre, anteriormente construída pela literatura e a historiografia local. Entretanto, o típico habitante, normalmente associado a essa representação do ambiente sul-rio-grandense, de acordo com o pensamento do periódico, estaria perdido no tempo. Através dessa prática, aplicou-se novamente a fórmula comum de ataque à situação política estadual por intermédio da associação entre o *de ontem* (geração presente na Revolução Farroupilha) e os *s do início do século XX*, destacando que o típico *cavaleiro, paladino e defensor dos fracos e da justiça* fariam parte das crônicas de um passado já desligado do presente, imperando a nostalgia de um tempo que sucumbira pelas ações do presente. (*O Maragato*, 30/09/1909. Os Farrapos – então e hoje. p. 2)

Neste sentido, a geração *castilhista* seria um grupo característico completamente oposto ao *farroupilha*, uma antítese. No discurso propagado pelo *O Maragato*, o elemento *farrapo* aparece como sinônimo de . *Ser farrapo*, lutar pela república de 1835 significaria *ser*, carregar em seu íntimo a essência que compunha a identidade sul-rio-grandense. A folha, ao enfatizar os *castilhistas* como sendo a antítese do tipo social presente em 1835, também caracterizou os indivíduos governistas como seres estranhos ao *meio*, portanto, não pertencentes ao conjunto do povo sul-rio-grandense.

Essa recuperação histórica, fundamentada em um tempo político e social essencialmente idealizado, no qual as aspirações humanas seriam conquistadas em sua plenitude, geralmente se nutre em grupos minoritários ameaçados por transformações sociais instauradas ou em vias de. (GIRARDET, 1987: 180) Percebe-se tal fato no contexto regional, onde a política exclusivista, liderada por Júlio de Castilhos, afastava a oposição de qualquer oportunidade de conquista do poder ou, ainda, de fração deste, patrocinando constantes perseguições políticas.

No que se refere às supostas apropriações por parte dos governistas, tanto da representação de Bento Gonçalves como da Revolução Farroupilha, também foram elas denunciadas pelos jornais oposicionistas. No ano de 1903, a folha *castilhista* *O Intransigente*, publicou uma matéria na qual negava qualquer espécie de uso político em uma festividade em homenagem ao líder farroupilha apontada pela oposição em *O Artista*. Enfatizando que a celebração teria unido os mais variados grupos políticos, defendeu-se:

Bastou que essa festa tivesse o auxílio que teve da administração republicana e que ali comparecessem as autoridades locais que, por um dever de patriotismo e de veneração á memória dos legendários heróis s de 35, deram o seu mais franco e leal concurso a essas justas homenagens, para que o Artista procurasse deprimir quanto ali se fez. (O Intransigente, 24/09/1903. Engrossamento sim! p. 1)

Após a morte do líder do PRR, Júlio de Castilhos, em outubro de 1903, percebe-se uma preocupação, por parte da oposição *castilhista*, em consolidar um *herói* no imaginário republicano que pudesse se sobrepôr à imagem do maior inimigo falecido. Um personagem que pudesse representar uma época de glórias passadas e, ao mesmo tempo, que fosse capaz de sintetizar, em seus pensamentos e nos feitos históricos, o ideal republicano rio-grandense. Nesse caso, enquanto *os castilhistas* alçavam seu líder Castilhos, ao patamar de maior ícone republicano da história estadual, seguidor e, o que mais seria importante, finalizador da obra que teve seu início dado pelo general de 35, os *federalistas* trataram de desvincular o PRR desse processo, a partir da idéia na qual o Rio Grande do Sul, do presente, estaria na contramão da epopéia *farroupilha*, totalmente ao oposto do pensamento republicano pertencente à “alma” *gaúcha*.

Com igual pretensão de exaltar a Revolução Farroupilha e, ao mesmo tempo, atacar o governo estadual, o periódico *anticastilhista*, *O Tempo*, utilizou-se da inauguração do monumento para denominar Bento Gonçalves como o “*vulto legendário do maior patriota*” consagrado pelas tradições republicanas. Além disso, ainda no mesmo discurso, o *periódico*

aproveitou para fazer a acusação do que seria, para ele, a política exclusivista e tirânica de Júlio de Castilhos. De acordo com o artigo, caso as almas dos mortos pudessem falar à multidão presente na inauguração da obra, ao retirarem os tecidos que encobriam o monumento, seria possível que saísse do próprio bronze de Bento Gonçalves a seguinte alegação ao deparar-se com o “*mundo oficial*”:

- *Aonde a terra que talhamos livre?*
 - *Aonde o povo que fizemos forte?*
Nos ninhos das águias, que nos restam?
 - *Corvos, que vendo a pátria se estorcer no chão,*
Passam, repassam como alados crimes,
Da lua pálida fatal clarão. (*O Tempo*, 18/09/1909. Glorificação cívica. p. 1).

O artigo destacava que, do alto do pedestal, Bento Gonçalves não poderia visualizar aqueles que realmente teriam a incumbência de salvaguardar o seu ideal. Estes estariam distantes, escondidos nos retiros escuros, sacrificando-se em nome da liberdade restringida. O monumento serviria de incitamento aos bons homens e uma desonra eterna aos seus degenerados descendentes, numa clara referência aos políticos *castilhistas*. Dessa forma, em vez do uso do passado como forma de legitimar o presente, proposta normalmente advinda do grupo governista, *O Tempo* se apropriou da *memória farroupilha* como arma de ataque à situação presente.

No lugar dos “*heróicos centauros que preferiam à morte a viver sem liberdade*”, o diário afirma que a efígie de Bento Gonçalves, exposta no monumento, teria a sua frente uma multidão de “*submissos incondicionais*”. A geração que lutava pela liberdade até o último instante e com “*paixão cívica*” pedia a “*cabeça dos tiranos*”, cedia lugar aos “*amoldáveis*” condenados que desejariam fazer “*rolar as cabeças aos centos*”. (*O Tempo*, 18/09/1909. Glorificação cívica. p. 1)

Meses antes, o mesmo diário apropriou-se do processo de construção da *memória* de Bento Gonçalves sob a intenção de atacar determinado setor republicano do centro do país. A rememoração e a consagração da liderança *farroupilha* foi considerada como um ato legítimo de *patriotismo*, ao mesmo tempo em que reportar aos que se julgariam “*únicos representantes do pensamento republicano do país*”. Esse grupo, segundo *O Tempo*, esquecia que ao Rio Grande do Sul, terra de tradições republicanas e mais que nenhum outro território do Brasil, cabe essa excelência. (*O Tempo*, 10/07/1909. Bento Gonçalves e o seu monumento. p. 2)

Embora não se apropriando com o intuito de atacar a situação do Estado, outro diário *oposicionista*, *Echo do Sul*, também exaltou Bento Gonçalves como um modelo de patriota

sul-rio-grandense. Para a folha, o “*glorioso patriota*” também foi apontado como o principal responsável pela proclamação da República Rio-Grandense, considerada como a mais extraordinária epopéia sul-americana. (*Echo do Sul*, 19/03/1904. Bento Gonçalves. p. 1)

Em outro momento, o mesmo diário divagou o que afinal, no seu pensar, seria o *patriotismo*. Caracterizou o sentimento como algo provocado por um movimento externo à pessoa. Como algo que, inseparável à terra na qual nascemos, nos atrai e nos impulsiona a cometer maiores sacrifícios, como exemplo, irmos aos campos de batalhas. O *sentimento patriótico*, por assim dizer, seria uma força que uniria toda a grande cadeia, composta pelos homens, e que se ligaria à família, à sociedade e a pátria. (*Echo do Sul*, 30/04/1904. Patriotismo. p. 1)

No mesmo ano de 1904, o *federalista Echo do Sul* aproveitou o artigo alusivo ao 20 de Setembro para denunciar a apropriação que os políticos *castilhistas* estariam praticando sobre a imagem do General Bento Gonçalves. Francamente, buscou criticar a administração estadual, considerada centralizadora e cerceadora das liberdades, inaugurada por Júlio de Castilhos e prosseguida por Borges de Medeiros. Para isso, buscou relacionar os ideais da Revolução Federalista com os da Revolução Farroupilha:

O povo italiano, com justo orgulho, considera-se hoje um povo livre! Embora não possamos dizer o mesmo a nosso respeito, porquanto a obra de Bento Gonçalves da Silva é todos os dias deturpada por aqueles que se consideram seus sucessores, força é confessar que se deve á rediviva epopéia de 35 o patrimônio augusto das virtudes cívicas que levaram o povo riograndense, entre outros, aos sangrentos prélios de 93. (Echo do Sul, 19/09/1904. Brasil-Itália: 20 de Setembro. p. 1)

Ao longo da década de 1890 e primeiros anos do século XX, a imagem de Bento Gonçalves foi adquirindo um significado no discurso *federalista* que a distinguia da proposta pelos *castilhistas*. Enquanto a situação governista *castilhista* tratou, na maioria das vezes, de associar o líder de 1835 como o pioneiro do movimento republicano no território sul-rio-grandense, em contrapartida a oposição frequentemente agregou o personagem à zona do pampa. A reutilização da fórmula *determinista*, amplamente trabalhada nas décadas anteriores à Proclamação da República no Brasil e da qual se destacaram alguns dos seus representantes, na qual caracterizava os habitantes sul-rio-grandenses como produtos das imensas campinas e do conjunto do seu *habitat*, tornou-se mais nítida e atuante em meio aos discursos publicado nos mais variados periódicos, principalmente, simpáticos à causa republicana. No entanto, é importante esclarecer que boa parcela dos intelectuais republicanos responsáveis pela

construção simbólica do *herói* como um ser ligado à natureza, a partir da ascensão e da centralização de poder imposta por Júlio de Castilhos, tornaram-se oposicionistas, engrossando a fileira insatisfeita com os rumos do governo estadual. Nesse sentido, parte desse discurso *federalista* sofreu uma reformulação, excluindo os *castilhistas* do rol que compunha os seres denominados como sendo os reais e republicanos.

Nessa intenção de construir um discurso onde o passado sul-rio-grandense seria representado por uma *idade de ouro*, durante a qual as melhores qualidades do elemento regional teriam sido afloradas em meio à Revolução Farroupilha, *A Reforma* afirmou que a década de revolta dos “*legendários farrapos*” fora a “*idade heróica*” do Rio Grande do Sul, “*mostrando até onde foi, no passado, o estoicismo indomável dos nossos maiores*”. (*A Reforma*, 19/09/1909. 20 de Setembro. p. 1)

Nesse artigo, redigido pelo periódico *federalista*, o líder Bento Gonçalves novamente surge como principal liderança da Revolução, acompanhado, como de costume, por David Canabarro, um dos líderes mais citados pela maioria das folhas regionais, independente da filiação partidária que mantivesse. Por esse caminho, tais personagens foram caracterizados como os elementos que mais perfeitamente teriam reunido todas as glorificadas virtudes atribuídas à *raça gaúcha*, maior fruto do ambiente pampeano. Autodenominando-se como os sucessores dos *heróis* de 1835, esse especial atributo gerava a obrigação de não relegá-los ao esquecimento, mas, pelo contrário, fazer de tudo para mantê-los vivos na *memória* histórica da comunidade. Essa ação seria imperativa, já que a força para a manutenção daqueles ideais não seria algo que estaria garantido no ano de 1909, deixando implícita a adversidade que o contexto político apresentava para o setor de oposição do governo *castilhista*.

Uma fórmula corriqueira na busca da associação entre o líder *farroupilha* e a idealizada natureza rio-grandense deu-se através do constante uso de expressões e palavras típicas do ambiente do pampa. Apropriando-se de termos e ideais presentes na literatura regionalista da segunda metade do século XIX, tornou-se importante, para os *federalistas*, a narrativa de um Bento Gonçalves atuante no espaço caracterizado pelas coxilhas, campinas e tudo mais que pudesse, de alguma forma, lembrar o *habitat* campestre sul-rio-grandense, fundamental para a concepção que delineava o direito à liberdade republicana a todos os seus cidadãos. Por intermédio de seus gestos, teria o personagem encarnado o ânimo belicoso e indomável do Rio Grande do Sul e, por isso, a utilização da denominação *caudilho famoso* souou como uma forma de apropriação de sua memória em benefício do grupo dominante no PF composto por grandes senhores de terras e pecuaristas da zona da campanha, representantes da elite econômica mais prejudicada com a política *castilhista*. Tal mito do -

herói, no momento servido a Bento Gonçalves, deve-se em grande parte a esse componente setorial rio-grandense ligado ao campo, no qual se destacam os antigos detentores do poder regional no Brasil monárquico. (LEITE, 1978: 161).

Uma outra vertente do discurso *federalista* se caracterizava por negar o ideal republicano, pelo menos, nos primórdios da Revolução Farroupilha. Tal pensamento se aproximava do antigo discurso, proposto por determinados periódicos monarquistas, anterior à Proclamação da República no Brasil. No entanto, as características republicanas e separatistas rapidamente teriam alcançado as lideranças, sendo fortemente corporificadas em suas ações. Nesse caso, o contexto apresentado em 1835 influíra nos destinos da revolta:

As pugnas heróicas, sangrentas travadas entre irmãos, revolucionários de alma e imperialistas por convenção, atestam, pelas páginas as mais rutilantes, que os rio-grandenses toleram, sim, poderes onímodos, mas que conhecem o momento em que a fatalidade das coisas determina a rebeldia do civismo. (Correio Mercantil, 19/09/1905. O 35. p. 1)

Com o passar do tempo, o mesmo jornal, da cidade de Pelotas, subtraiu o início supostamente não republicano para dar maior ênfase no republicanismo da revolução, destacando o papel de Bento Gonçalves e Canabarro na liderança da campanha *farroupilha* e do que seria uma raça de sonhadores da liberdade. Tal republicanismo teria sido a base fundamental, a aurora do regime republicano estabelecido 54 anos depois da deposição das armas. Toda essa coragem, força, energia, desprendimento atribuído aos soldados sul-rio-grandenses, segundo a folha, repetiu-se nos combates no Prata e na Guerra do Paraguai, tanto pelos interesses do Rio Grande do Sul como pelo desejo de comunhão nacional. (*Correio Mercantil*, 19/09/1907. 20 de Setembro. p. 1)

Seguindo com o mesmo órgão de imprensa, outro aspecto foi bastante habitual no que se refere aos discursos sobre a Revolução Farroupilha no período: a caracterização da Paz de Ponche Verde como uma vitória dos revolucionários. Ao propor a pacificação, os imperialistas os teriam tratado honradamente, como reais vencedores do combate que ocorreu por 10 anos em território. Além disso, o processo de paz teria tido um outro lado: unir todo o país em decorrência de um suposto inimigo externo, provindo dos países do Prata, e que estaria ameaçando a nacionalidade brasileira.

2.1.3. A Revolução Farroupilha e Bento Gonçalves como elementos fundadores do gaúcho sul-rio-grandense

No caso sul-rio-grandense, Bento Gonçalves adquiriu o protagonismo no discurso que caracterizava o *mito de fundação* do gaúcho sul-rio-grandense. No periódico *A Reforma*, foi publicado um poema no qual Apolinário Porto Alegre teceu uma extensa argumentação defendendo a necessidade de se lembrar esse *herói* que, segundo ele, encontrava-se esquecido no imaginário de então.

Seguindo a linha de lembrança de um passado glorificado, a influência de Comte é encontrada de forma mais aberta em vários momentos do poema de Apolinário Porto Alegre. Neste, a imortalidade de Bento Gonçalves ainda se fazia presente na sociedade *gaúcha* por meio dos seus feitos perante a liderança de uma revolução que retomasse a liberdade confiscada dos rio-grandenses, o que representaria, para a *doutrina comtiana*, a sua *ação objetiva*, exercida em durante sua vida na terra. Mesmo assim, enfatizava que a população regional não estaria dando a devida atenção ao acontecimento. O reconhecimento de não haver um lugar onde fosse possível cultivar a memória atestaria o injusto esquecimento pelo qual passava a sociedade das últimas décadas do século, explicitado claramente no trecho de seu poema *Vinte de Setembro*:

9º estrofe

*No entanto, quem dissera! Triste lousa
Não indica ao Rio Grande teu jazigo!
Não vão ali, como devera sê-lo,
Derramar sobre a campa pranto.*

10º estrofe

*Nem sequer num recanto fuste esguio
Se mostra como humilde monumento!
Nada! Nada! Tu és um pergaminho
Na poeira fatal do esquecimento!* (*A Reforma*, 20/09/1892. *Vinte de Setembro*. p. 1).

Como descendentes do herói, Apolinário Porto Alegre argumentava que caberia às gerações seguintes a tarefa do pagamento das dívidas com seus predecessores, erguendo estátuas que lembrassem o passado sul-rio-grandense. Percebe-se, ao mesmo tempo, a sua desilusão com a política vigente no Estado, nos primórdios da década de 90, demonstrada pelo sentimento de nostalgia, saudade de um tempo único e heróico.

De acordo com a historiografia acerca dos primeiros anos posteriores à Proclamação da República no Brasil, o Rio Grande do Sul passou, internamente, por uma de suas fases mais conturbadas politicamente. A mudança de regime proporcionou um novo cenário político, polarizando grande parte das ações em dois grupos distintos: o *castilhista* e o *federalista*. Republicano histórico, Apolinário foi mais um dos vários políticos a tornar-se dissidente do PRR, passando a fazer oposição à política centralizadora praticada pelo partido liderado por Júlio de Castilhos, amparado pela carta constitucional de 14 de julho de 1891. No momento da edição do poema *Vinte de Setembro* o escritor já fazia parte do Partido Federalista (PF) inclusive detendo o cargo de redator do periódico de maior expressão da oposição ao *castilhismo*, *A Reforma*, o que configurava, ainda mais, a sua contrariedade e o seu engajamento na luta pela mudança no cenário político no estado. Tal desejo de mudança era demonstrado através de sua saudade da época em que a liberdade republicana teria estado ao alcance de todo o povo rio-grandense. Nostalgia da própria gênese de um estado que teria nascido de uma luta contra a tirania e por uma república essencialmente livre, ao contrário da prática administrativa *castilhista*.

O exercício de rememorar o passado apareceu, dessa forma, como uma tarefa e um culto necessário no pensamento e na obra de Apolinário Porto Alegre. Levantar colunas, obeliscos e estátuas seria um modo de agradecimento, perpetuação material e concreta de algo que faria parte da constituição e da moral da população descendente de 1835. No entanto, seu discurso em vários momentos personalizou a geração e os ideais da Revolução Farroupilha esta, segundo ele, republicana, representada pela figura de Bento Gonçalves que passou a receber várias das qualidades advindas da constituição mitificada do superior. Erguer um monumento em homenagem ao líder *farroupilha* seria o pagamento de uma dívida a quem teria dado origem aos *s* enquanto “raça” e uma forma de auto-afirmação de que o Estado possuía um passado do qual deveria se orgulhar perante os brasileiros.

A partir disso, o autor distinguiu o elemento típico sul-rio-grandense como sendo um produto da ação direta do líder *farroupilha*. Bento Gonçalves teria instituído o povo que, até então, não possuiria tradição alguma, concluindo que essa qualidade é o que legitimaria a sua constituição. Percebe-se, com isso, uma estratégia discursiva, visando localizar na Revolução Farroupilha o *mito fundador* de uma *raça* ou, como enfatiza Pierre Nora, a caracterização do que seria denominado de *acontecimento fundador*.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Cf. NORA, 1993: 25.

Tal pensamento foi ao encontro do enfatizado pelo republicano Venâncio Ayres em 1883, quando afirmou que a Revolução Farroupilha teria produzido um efeito benéfico: a formação do caráter cívico do cidadão rio-grandense, o qual o Império haveria tentado substituir pela servidão. Conclui com seguinte sentença: “*Aí está um grande mal produzindo um grande bem*”. (*Rio Grandense*, 20/09/1900. s/n. p. 2)

Já, o jornal oposicionista *Echo do Sul* seguiu essa mesma fórmula de associação entre o líder *farroupilha* e a formação da “raça” *gaúcha*. Em 1909, denominando Bento Gonçalves como o glorioso “*herói da cruzada*” iniciada no ano de 1835, este teria saído pelas coxilhas reivindicando a liberdades, o direito, e a razão. No entanto, o diário se apropria da comemoração para promover um ataque ao *castilhismo*, enfatizando que a justiça, outro elemento reivindicado pelo “herói”, estaria, ainda no início do século XX, sonogada pelo que considerou de “*prepotência desenvolta*” e pela “*tiranía disfarçada*”. Sobre a fundação de uma nova estirpe, salientou que o *20 de Setembro*, de fato, marcaria o surgimento de um povo preparado para todas as conquistas ligadas à liberdade. Nesse sentido, tal discurso confirma a data como sendo caracterizada como o mito de fundação da “raça” *gaúcha*. (*Echo do Sul*, 18/09/1909. Bento Gonçalves. p. 1)

Outro periódico de oposição ao *castilhismo*, o *Correio Mercantil*, adaptando levemente o seu discurso no ano de 1894, aproveitou o *20 de Setembro* para enfatizar o que seria o período de formação de uma eterna “*tradição de altivez*” do elemento sul-rio-grandense. O decênio de lutas foi caracterizado como a época em que os homens teriam sido imortalizados por uma bravura legendária, constituindo-se não apenas em uma simples recordação, mas um ensinamento fecundo e apropriado para a sociedade.

No entanto, o *Correio Mercantil* inseriu em sua proposta discursiva a *Revolução Federalista*, luta esta que se desenrolava em território no nessa ocasião:

Não aproximamos os dois momentos históricos para um paralelo descabido, para uma confrontação impossível. A crítica histórica calma, desapaixionada e severa, que discrimina imparcialmente responsabilidades, não pode nem deve ser feita na efervescência das revoluções.

Aproximamo-los para a utilidade de um exemplo: os deporem as armas, aceitando as honrosíssimas condições de paz que o governo central lhes ofereceu, sentiram renascer vivíssimo o amor pela pátria comum e vieram colocar-se ao lado dos inimigos de véspera, empenhando-se solidariamente na mesma ingente tarefa. (*Correio Mercantil*, 20/09/1894. 20 de Setembro. p. 1)

Por meio da associação entre as duas revoluções, a folha pelotense propôs o uso da Paz de Ponche Verde como um modelo a ser seguido pelas duas frentes de combate, da Revolução Federalista, em busca de um acordo de paz no qual ambos pudessem sair de forma honrada. Para isso, seria preciso que aquele sentimento apresentado no tratado de 1845 retornasse influenciando o coração dos sul-rio-grandenses da última década do século XIX, esquecendo os antigos ressentimentos, ódios e ambições nutridas ao longo do atual combate. Se o fim da Revolução Farroupilha teria, por presunção, inaugurado um momento de união entre patriotas, uma nova pacificação¹⁶⁸ seria importante para a prosperidade do Rio Grande do Sul, bem como a consolidação de uma forte República Nacional.

¹⁶⁸ Logo após o fim da Revolução Federalista, o periódico exaltou em primeira página: “*Nós hoje lhe celebramos epopéia no Rio Grande republicano, concretizado depois de 60 anos o ideal porque tanto pelejaram, - no Rio Grande que ainda era ontem um campo de batalha para seus filhos e que é hoje a terra de irmãos reconciliados*”. (Correio Mercantil, 20/09/1895. Revolução de 35. p. 1)

2. 2. A construção da *memória* de José Artigas pela imprensa uruguaia

2.2.1. A onda patriótica como elemento unificador da *memória nacional*

O fortalecimento do *patriotismo uruguaio*, bem como das nações imaginadas e/ou construídas ideologicamente através dos tempos, ainda nos finais do século XIX necessitava de símbolos que pudessem representá-lo de forma mais adequada no imaginário da população. As comemorações de datas históricas ainda se constituíam em movimentos isolados e rememorados esporadicamente, sem uma maior preocupação ou debate sobre os seus reais significados para a sociedade. Seja nas câmaras de representantes ou na imprensa nacional, a partir de 1910, com a aproximação do *Centenário da Batalla de Las Piedras*, tal processo de *análise do passado* impulsionou mais fortemente a intelectualidade do Uruguai ao debate sobre a importância ou não de algumas dessas datas para a formação da nacionalidade *oriental* ou uruguaia. Como o habitual, a maior discussão direcionou-se exatamente sobre o *mito fundador da nação*. Buscou-se encontrar uma data que melhor representasse o surgimento do Uruguai enquanto país livre e agente do próprio destino.

Ainda no século XIX, as manifestações da imprensa mostravam variação, não só na hora de representar uma *data de origem* como, ao mesmo tempo, na reprodução de um personagem central que pudesse concentrar esse momento inicial de sua história. Todavia, nas diferentes assimilações, de uma ou de outra data histórica, encontradas nos discursos periodistas, é possível perceber as contínuas apropriações que cada grupo político lançava mão na hora de se dirigir ao leitor.

Nessa linha, o periódico *La Nación*, publicou no dia 19/04/1884 uma matéria em comemoração ao aniversário do desembarque dos *Treinta y Tres Orientales* na Playa de la Agraciada, ocorrido no ano de 1825. Caracterizando o feito dos antepassados como a epopéia mais grandiosa da história da pátria uruguaia, o texto exalta a figura de Juan Lavalleja como o maior responsável pelo denominado *movimento libertador*. Aproveitando a oportunidade da glorificação desse fato, a folha parte para uma associação discursiva entre o passado, este representado pelo ato considerado como heróico, e o presente vivido pela população uruguaia na penúltima década do século XIX. Nesse caso, o momento presente caracterizar-se-ia como um produto desse ato glorioso e, por isso, a população uruguaia estaria podendo gozar de sua autonomia, soberania, libertação da dominação estrangeira. Ainda, de acordo com a folha, o

feito dos *Treinta y Tres* teria resolvido o problema da nacionalidade uruguaia¹⁶⁹, “*sino que también marcó la estela luminosa que debía guiarnos más tarde al engrandecimiento y prosperidad que hemos alcanzado en la ruta del progreso moderno*”. (*La Nación*, 19/04/1884. 19 de Abril de 1825. p. 1)

Para o *La Nación*, um veículo de imprensa simpático à política de situação comandada pelo *colorado* General Máximo Santos, mais que glorificar o passado, importava a idealização de um presente. Por trás de um texto que teria a intenção de glorificar o *19 de abril*, o periódico se valia desse para promover a valorização do governo nacional. Exaltava a consolidação das instituições liberais, a evidente pacificação do país e a estabilidade dos governos constitucionais. Todo esse processo, supostamente, salvaguardado e cimentado pela “*progressista, viril y patriótica*” administração de Santos. Uma espécie de elo entre o passado “heróico” e as denominadas relíquias do presente simbolizadas pela paz, a liberdade e a justiça no centro da vida republicana.

A partir dessa elaboração temporal, pregava a união entre os pensamentos opostos do campo político-partidário e o esquecimento das recentes contendas, ainda latentes em âmbito nacional:

Es simplemente cuestión de prestar un contingente, al cual todos los ciudadanos tienen el deber de concurrir con su buena voluntad y su inteligencia para salvar la valla que pudiera dividirnos entre partidarios de distintas causas, pero no como hijos de una misma patria. En ese sentido está la pendiente de los espíritus. Tal vez en tiempo no muy lejano, los que hoy no quieren someterse á la evidencia de los hechos, y se resisten á la voz del Mesías que tantas veces ha procurado encaminarles en la senda del bien, vuelvan sobre sus pasos, fatigados y arrepentidos, á reclinar. (La Nación, 19/04/1884. 19 de Abril de 1825. p. 1)

Além da propaganda do governo de Máximo Santos, o *La Nación* destacou o decreto que o órgão nacional expediu determinando o 19 de abril de 1884 como feriado.¹⁷⁰ A afirmação de que “*el gobierno, á quien corresponde en tal caso dar el ejemplo*”, vai ao encontro de uma das principais características dos processos de construção de uma memória

¹⁶⁹ Segundo Laurino, para uma população que carecia de referenciais de unidade, uma versão coerente e de fácil assimilação, da história nacional, substituiu eficazmente a consciência da distância *oriental* na criação do Estado: “*Mediante la magnificación del episodio del desembarco se logra poner el énfasis en la experiencia organizada de la sublevación*.” Com esse relato, os *orientais* assumiam o protagonismo no processo de independência do país. (LAURINO, 2001: 222)

¹⁷⁰ Colaborou com a expedição de tal decreto a colocação, realizada nessa mesma data, da pedra fundamental da primeira Escuela Normal de la República.

local: a imagem do Estado enquanto guardião da memória construída e/ou em vias de constituição. Ao Estado, atribui-se o poder de discernir quais as datas que devem fazer parte da *memória* da comunidade e, ao mesmo tempo, quais delas devem ser suprimidas do calendário das celebrações cívicas. Tal poder de nomeação se constitui em um elemento fundamental para a construção de uma *memória* legal, oficializada. Segundo Achugar, o Estado por intermédio do sistema educativo, do ritualismo das festas e da “*monumentalización*” dos heróis ou da imposição das datas cívicas, todos observados como sendo aparelhos ideológicos do Estado, assume a função de “*él que sabe*”. (ACHUGAR, 2003: 32-33)

O mesmo periódico promoveu, meses depois, uma homenagem ao dia 25 de agosto de 1825, refletindo algo bastante comum nos jornais uruguaios das últimas décadas do século XIX: a homenagem, ainda que de forma bem mais singela do que viria a acontecer na próxima centúria, a determinados fatos relacionados à formação do Uruguai como nação. Tal discurso explicitava a preocupação e a necessidade de se buscar datas que pudessem melhor marcar a história do país, ainda com sensibilidade aflorada pelos recentes confrontos de ordem sócio-política. Se o desembarque dos *Treinta y Tres*, como visto, foi considerado a epopéia mais grandiosa da história uruguaia, o *25 de agosto* foi designado como o aniversário mais glorioso, o dia em que os *padres* teriam proclamado sua independência “*rompiendo para siempre las férreas cadenas que arrastraba.*”¹⁷¹ Um pensamento que mais tarde viria a provocar polêmica e tomar conta dos debates desenrolados no campo político e intelectual do uruguaio.

Tal apropriação da *memória* uruguaia sob o intuito de propagandear o governo dos *colorados*, foi uma das características mais proeminentes do discurso promovido pelo *La Nación*. Invariavelmente o discurso que teria a intenção de sobre valorizar o passado passava para o tom apologético do presente histórico. A economia, a educação escolar, o setor militar, a sociedade pacificada, o comércio, a modernidade das cidades, entre outros aspectos, passavam a ser exemplo de progresso como reflexo de uma administração bem sucedida. As obras, que teriam começado nos “gloriosos” tempos passados, encontravam respaldo no final do século XX, proporcionando um futuro promissor para o país. Em mais um artigo referente ao *25 de agosto* de 1825, o periódico fez uma associação entre os revoltosos daquela época, com os uruguaios do então presente, enfatizando que os primeiros, ao pronunciar o grito de

¹⁷¹ Tal matéria também fez uso da imagem de Artigas e, como na edição do dia 19/04/1884, o periódico também aproveitou o espaço para defender fortemente a administração do General Santos, como veremos mais adiante.

liberdade, seriam analfabetos, enquanto os seus bisnetos estariam, no momento presente, cursando carreiras científicas nas universidades. Representando esse presente como uma época francamente em estado de progresso, afirma que não existia, em todo o território nacional, um longínquo pedaço de terra no qual não se encontrasse um prédio de uma escola e se pudesse ouvir a voz de um professor. Afirma, ainda, que com a ajuda da *religião da pátria* e a união de todos os homens que, ao fazer isso, formavam a grande família nacional, teria se formado o caráter austero de personalidades como Rivera, Lavalleja, Suares, Pacheco, Lamas, Fibras, Herrera y Obes, bem como, os “heróis” *de la Defensa y los mártires de Quinteros*. (*La Nación*, 25/08/1895. 25 de Agosto de 1895. p. 1)

Mesmo no discurso proferido pelo *La Nación*, esse já no ano de 1900, percebe-se que a busca pelo *mito fundador* ainda era um processo suficientemente independente da figura do General Artigas, fato que começará a inverter-se nas próximas décadas, mais precisamente com a proximidade do centenário da *Batalla de Las Piedras*. Nesse ano, o jornal retorna com o discurso glorificador do *Desembarque de los Treinta y Tres*, caracterizando o fato como pedra fundamental da nacionalidade uruguaia. Caracterizou-a como uma obra exclusiva do *patriotismo uruguaio*, asseverando que a esse fato ninguém poderia atribuir que qualquer ajuda externa teria sido a causa de sua realização.

*La campana iniciada por Lavalleja y sus compañeros, fue la causa de nuestra ulterior independencia; sin ella no se produjera Sarandí, ni Ituzaingó, ni la heroica conquista de Las Misiones, hechos que uniéndose unos á otros cual fuertes eslabones de una cadena, trajeron como consecuencia fatal é ineludible, la libertad de nuestro país, conquistada, pese á un extraviado criterio histórico, á fuerza de sangre y sacrificios propios.
¡Oh! Bien conquistaron nuestros antepasados la patria que nos dieron!* (*La Nación*, 19/04/1900. 19 de Abril. p. 1)

Bem como no ano de 1884, o *La Nación* voltou a parabenizar o poder público por ter decretado o *19 de abril* como festa nacional. Esse desígnio interpretado como um ato de “*cordura patriótica*” se constituiria em uma necessidade das novas gerações. A partir dessa idéia, novamente demonstra-se a preocupação na demarcação de datas que conseguissem delimitar um passado comum no imaginário da população. A ânsia na busca de elementos que pudessem mais eficientemente proporcionar uma identificação comum à nação, estava suficientemente reproduzida, nesse discurso, prática bastante usual nos anos adjacentes à virada do século XX. Segundo a folha, novos povos, como o caso do uruguaio, necessitariam ir cimentando o espírito de nacionalidade “*mediante la veneración de sus hechos históricos*

gloriosos”, bem como, de “*los hechos que rememoran la santa lucha por su libertad.*” Essa representaria a fórmula de construção do *civismo* e de fortalecimento das forças nacionais, que não se constituiriam, somente, nas suas fontes de trabalho e de riqueza, mas, igualmente, “*en él amor por la tierra que esas fuentes posee*”.

O pensamento apresentado nesse artigo parece bastante representativo do momento no qual foi publicado. A preocupação em promover o sentimento e o culto patriótico, no imaginário da comunidade, norteia um discurso centrado entre dois elementos fundamentais na edificação de um sentimento nacional: a *identidade* e o *patriotismo*. O segundo como um meio funcional de solidificar o primeiro, seja por intermédio da celebração de datas ou do culto aos personagens do passado. A função da prática patriótica se constituiria em um complemento da educação e da cultura que, supostamente na oratória do *La Nación*, já estaria num processo evolutivo bastante avançado, já traçando novos horizontes para a sociedade.¹⁷²

Nesse sentido, no momento no qual o periódico afirma que para que os povos alcançassem um progresso duradouro seria imprescindível, além da cultura de “*su cérebro*”, a promoção do cultivo de “*su corazón*”, podemos substituir os elementos figurativos, *cérebro* e *coração*, respectivamente, pelos elementos *identidade* e *patriotismo*, destacados com força na fundamentação do discurso. No caso, a *identidade*, ou sentimento de pertencimento a uma sociedade homogênea, fazia parte de um processo maior de educação social, na busca de elementos capazes de unificar a representação do *ser uruguaio*. Esse método teve curso, principalmente nos últimos anos do século XIX, por intermédio do discurso impresso para, mais tarde, com a proximidade do centenário da *Batalla de Las Piedras*, assumir a forma de palestras ou conferências organizadas pela intelectualidade montevideana da época. Já o *patriotismo* trazia como alvo o *sentimento*, o “*coração*” da população. Através da sensibilidade de amar e servir a pátria, alimentava-se a relação das pessoas com os valores que a maioria dos discursos imputava à identidade uruguaia.

¹⁷² Muito semelhante ao encontrado em 1895 no mesmo periódico, o atual artigo novamente foi claro na defesa da administração pública nacional. A relação *passado-heróico* com *presente-promissor* permeou a intencionalidade da oratória. No entanto, apresentou uma nova característica: o estabelecimento de similitudes do Uruguai moderno com os países europeus mais avançados, algo bastante corriqueiro em se tratando de América Latina em plena virada de século: “*La Medicina, la Jurisprudencia y la Ingeniería tienen entre nosotros honrosa representación y ciertamente que muchos son los nombres de compatriotas que se consideran con respeto en la vieja civilización europea. La Industria, la Ganadería y la Agricultura comienzan a surgir con ánimos valientes y hay motivos para esperar que constituyan en breve término un nuevo motivo de satisfacción nacional. El actual aniversario halla al país en una era franca de progreso; los partidos políticos han entrado en un período de energías democráticas, las instituciones rigen en toda su amplitud y severidad, guía la marcha de la Nación un Gobierno de moralidad y honradez y la concordia une a los ciudadanos de las diversas opiniones políticas. (...) Evoquemos la visión gloriosa de su desembarco en la Agraciada, para formular los más ardientes votos por el engrandecimiento de la Patria, bajo la égida de Gobiernos honrados y mediante la paz, la confraternización y la concordia de la familia Uruguaya!*” (*La Nación*, 19/04/1900. 19 de Abril. p. 1)

Para o pensamento do *El Siglo*, o tempo contemporâneo, representado pela autonomia, soberania e pela libertação frente à dominação estrangeira, seria resultado da obra iniciada pelos *Treinta y Tres*, os quais, além de terem resolvido o problema da nacionalidade uruguaia, ao mesmo tempo teriam deixado um sinal que foi seguido com vias de alcançar o engrandecimento e o progresso de então. Nesse caso, a afirmação das instituições liberais estaria concretizada; a paz consolidada, bem como, estaria cimentada a estabilidade dos governos constitucionais por causa da herança passada e da ‘*patriótica*’ administração do General Máximo Santos. (*El Siglo*, 19/04/1884. 19 de Abril de 1825. p. 1)

Enquanto que, para o *La Nación*, o 19 de abril era visto como o aniversário do momento mais heróico na formação do país, o dia 18 de julho ganhava a designação de primeiro dia da vida institucional da República. O juramento da Carta Fundamental, ocorrido no mesmo dia do ano de 1830, teria feito surgir no universo uma nova nação no concerto das coletividades livres e soberanas:

Ni el rojo y gualda, era el pabellón que aclamaba aquel pueblo en 18 de Julio de 1839, ni oro y verde de la enseña que electrizaba sus espíritus; era una nueva, blanca y celeste como las nieves eternas de los Andes y el manto que cubre los cielos. Un sol radiante, iluminaba sus colores; sol de libertad, conquistada con esfuerzos gigantes sol de gloria, alcanzada con la sangre de sus hijos derramada sin egoísmos en cien desiguales combates. ¡Día hoy de hermosos recuerdos para los hijos del Uruguay!

La fecha presente es la síntesis hermosa de muchos años de amargura, de muchos sacrificios, de muchas esperanzas, de muchos desengaños y de muchas nobles ambiciones. (La Nación, 18/07/1900. 18 de Julio. p. 1)

Da mesma forma utilizada na celebração das outras datas nacionais, a prática de apropriação do discurso sobre o passado sob o propósito de glorificação do presente outra vez se fez presente nas linhas do texto. Conforme esse, os atuais uruguaiois, filhos do “belo pedaço de solo americano”, poderiam lançar seus suspiros de satisfação por causa do evidente progresso alcançado a partir do momento, no qual, juraram a Constituição até o momento em questão, associando esse fato à atitude semelhante a um viajante que, depois de uma dura jornada, chega ao sopé de uma montanha e se deteria a olhar o espaço percorrido, lançando, igualmente, um “*suspiro de satisfacción*”. Enfatiza que não eram falsas miragens os progressos dos setores comercial, industrial, intelectual, educacional e artístico pelos quais estariam atravessando o povo uruguaio. Apesar disso, propõe algumas distinções nos modelos civilizatórios sul-americano e o norte-americano:

Es cierto que no ofrecemos al Mundo el espectáculo de un pueblo que levanta ciudades populosas en pocos meses, como sucede en Norte América, ni posee sindicatos que cuentan á millones el capital para explotación de industrias, ni abarrota los mercados universales con sus tejidos ó sus productos naturales, ni causa admiración del visitante con la esplendidez de sus palacios ó la soberbia de sus museos y sus jardines, pero es lógico que así suceda, y no podemos además una evolución lenta, y de acuerdo con las condiciones de origen, de raza, de medios y de ambiente. (La Nación, 18/07/1900. 18 de Julio. p. 1)

Mesmo não possuindo as tais características que eram atribuídas à fração norte do continente americano, o *La Nación* exalta que a “raça” uruguaia seguiria firme a sua marcha, pois esse grupo gozaria de uma rica seiva, boas instituições e solo fértil, encontrando-se no momento de sua adolescência baseada no *racionalismo*, já tendo superado o período embrionário e infantil que marcaria a formação de uma sociedade. Observando esse ponto, percebe-se claramente a influência exercida pelo pensamento *evolucionista*, bastante em voga no meio intelectual na virada do século XX, ao considerar o Uruguai como uma nação jovem, porém, com estágios preliminares já superados. No momento no qual o texto destaca que “*las pasiones se morigeran y todo parece anunciar que el ciclo gris de nuestros pasados dias se van sustituyendo los primeros suaves albores de una aurora*”, nota-se uma possível alusão ao passado bastante recente de guerras civis no território nacional.¹⁷³ Novamente o tema *pacificação* era retomado pelo discurso glorificador, não só do presente, como, ao mesmo tempo, da administração pública nacional. Implicitamente, levava-se em conta a capacidade que esse governo nacional teria na manutenção da paz nacional.

A partir desse cenário, construía-se a imagem de um Estado forte o suficiente para organizar pacificamente uma sociedade politicamente heterogênea e, para que isso fosse possivelmente aceito, algumas particularidades, desse momento uruguaio, passavam para a lista do *esquecimento*. Nesse caso, o maior deles pode ser representado pela omissão de uma espécie de governo paralelo instalado na estância El Cordobés, propriedade de Aparício Saravia. Segundo Vives, durante o mandato do presidente Juan Lindolfo Cuestas cada importante decisão que o governo constitucional devia assumir implicava em uma ou mais

¹⁷³ Ainda no ano de 1897 o Uruguai enfrentou uma Guerra Civil comandada por Aparício Saravia, *caudillo blanco* e uma das principais lideranças do Partido Nacional. Para o fim do conflito, foram apresentadas as seguintes reivindicações por parte dos *nacionalistas*: representação proporcional; ministérios para o Partido Nacional; integração da Alta Corte de Justiça com a participação dos *blancos*. Com o diretório revolucionário instalado em Buenos Aires, os insurgentes firmaram a paz, chamada Pacto de La Cruz, em 18 de setembro de 1897. Porém, pouco antes disso, no dia 25 de agosto, o Presidente da República, o *colorado* Idiarte Borda, foi assassinado com um tiro na saída de um ato na Catedral. Grande parte da opinião pública acreditava que o mandatário se constituía no maior obstáculo para o acordo de paz. Cf. VIVES, 1990: 86-89

visitas, efetuadas pelos delegados oficiais, ao governo instalado nessa propriedade de campo. Em seis departamentos do território uruguaio o governo oficial deveria solicitar permissão para entrar. (VIVES, 1990: 92) Qualquer força ou governo paralelo era extraído do discurso em detrimento da exaltação do presente, processando, assim, uma imagem harmônica em todo o ambiente político-social do Uruguai. Os distintos partidos, classes sociais, instituições, entre outros, conviveriam de forma ordenada, estimulando o progresso nacional e unificando os valores morais e cívicos da sociedade:

Vemos á los partidos políticos, esencia de toda nación, unidos en el bien común, empeñados en hacer descender al corazón y á la mente de las masas el concepto del ciudadano y el concepto del hombre; vemos las instituciones rigiendo de verdad; vemos el renacimiento del comercio, la implantación de las industrias; vemos el cambio de la vida pastoril por la agro-pecuaria, vemos la educación difundiendo en todas las clases sociales; vemos la caridad y la beneficencia enjugando las miserias sociales; vemos que á la esterilidad absorbente de la pluma, empieza á sustituirse el manejo no menos noble, del número que lleva el bienestar á la familia, y de la máquina que convierte la inútil materia prima en artículo elaborado que enriquece a quien de ellas dispone y permite ponerlo al alcance del hogar pobre. (La Nación, 18/07/1900. 18 de Julio. p. 1)

Na seguinte afirmação, “*empeñados en hacer descender al corazón y á la mente de las masas el concepto del hombre*”, nota-se, além da preocupação que o processo de construção de uma *nacionalidade* uruguaia provocava na elite política de então, que o artigos corroboram com a idéia da existência de um espaço de intersecção entre partidos políticos. Esse ponto seria capaz de unir diferentes correntes políticas e ideológicas ao se visualizar um objetivo comum que se caracterizaria em alcançar o sentimento da população, nesse caso, denominada por *masa*, através da concepção de *ciudadania*. O ambiente, para que essa coesão cívica acontecesse e se consolidasse no imaginário da comunidade uruguaia, já estaria supostamente respaldado por um presente promissor e animador. Nessa conjectura, surge a oportunidade que a folha tanto buscava para propagandar o governo nacional.¹⁷⁴ Uma época progressista e administrada por um competente executivo era a imagem básica da oratória do *La Nación*.

Assim, o periódico apostou na estratégia de um discurso unificador, tendo, como embasamento, em primeiro plano, a promoção do governo nacional, para logo em seguida, evidenciar que diferentes partidos políticos compartilhavam o mesmo intento de instruir a sociedade uruguaia a um sentimento de nacionalidade em comum.

¹⁷⁴ No ano do artigo analisado, a presidência estava nas mãos do *colorado* Juan Cuestas, antigo presidente do Senado que assumiu o cargo tão logo houve o assassinato do presidente Borda.

Já o periódico *El Siglo*, de forma semelhante, apropriou-se da data comemorativa ao 25 de agosto para tanto pregar o *sentimiento patriótico* da população uruguaia, como para elogiar a administração nacional a cargo do *colorado* Máximo Tajes. Segundo a folha, na ocasião estaria fazendo muitos anos que a sociedade *oriental* não comemorava tão ostensivamente a referida data, já que seria muito triste uma recordação da independência acompanhada por um presente não gozador da liberdade. No entanto, o momento seria favorável, pois o líder máximo da nação demonstrava ao povo sua intenção em restituir à sua Pátria os direitos que lhe foram confiscados, sendo que, tudo isso, acompanhado por uma liberdade aliada à ordem. (*El Siglo*, 25/08/1887. 25 de Agosto. p. 1)

Na procura desse sentimento *patriótico* que pudesse, pelo menos em âmbito teórico, promover a comunhão dos mais contraditórios e conflitantes setores da sociedade, a imagem de independência arquitetada sobre a égide do 25 de agosto de 1825 adquiria aspecto destacado na construção de um discurso reconciliador ainda no ano de 1900. A antiga união dos uruguaiois, nutrida na ocasião de sua independência, deveria servir de exemplo para a geração dos *novecentos*. A expansão do *patriotismo* legitimaria e nutriria o sentimento de nacionalidade *oriental*, fazendo com que o progresso científico e moral da sociedade consolidassem o período de relativa pacificação recentemente em andamento no país:

Un puñado de hombres abnegados y decididos tuvo la santa y heroica audacia de iniciar una empresa que parecía desproporcionada con los débiles medios de acción de que ellos disponían; y sin embargo, triunfaron; y triunfaron esos hombres porque tenían fe en al justicia y en la santidad de su causa, y contaban con una fuerza misteriosa que sabían existir en forma latente en el pecho de todos los patriotas: el sentimiento de solidaridad para labrar la felicidad de la Patria. Esa fuerza, que pronto se hizo patente y fue avasalladora, era la conciencia de pertenecer todos á una misma familia y el deseo de constituir la sobre bases incommovibles, haciendo de todas las voluntades, una sola voluntad; de todos los intereses, un solo interés, como uno y solo para todos era el suelo bendito que les había dado la vida. (La Nación, 25/08/1900. En el día de la pátria: solidaridad y concordia. p. 1)

Percebe-se, no trecho acima, que o sentimento *patriótico* já seria um atributo comum à própria origem do povo uruguaio, inclusive, considerado uma das molas propulsoras da independência a partir do momento em que afirma que os *patriotas* já teriam em seu peito “*el sentimiento de solidaridad para labrar la felicidad de la Patria*”. Tal sentimento de solidariedade pode ser entendido como uma disposição de revelar uma suposta já existência

de uma sensibilidade comum aos “libertadores” do Uruguai. Um sentimento de solidariedade alimentado pelo *patriotismo* intrínseco à constituição do povo oriental.

De forma semelhante pela qual o *La Nación* estruturava uma linha discursiva que associava o passado “heróico” e libertador com um presente idealizado por uma presumida paz política e progresso econômico-social, esse criava um hiato na *historia patriótica* da nação uruguaia. Tal abertura seria representada pelas décadas dominadas pelas várias guerras civis que assolaram o território do país, sendo que, esse momento seria produto do antagonismo produzido pelo rompimento do equilíbrio entre indivíduo e a sociedade, acarretando a substituição dos princípios e do sentimento de solidariedade pelas tendências egoístas.

Ao longo da explanação, aparentemente esse particular momento recebeu uma imagem inversa da representação atribuída ao Uruguai, tanto a da sua origem como a do seu presente. Assim, enquanto o então momento estaria oferecendo um ambiente harmônico, politicamente se tratando, e a gênese teria apresentado o “*sentimiento de solidaridad*” nutrido pelos patriotas orientais, os anos imputados a esse hiato foram distinguidos como sendo um longo período no qual os homens responsáveis por dirigir a nação, e seus partidos políticos, teriam se comportado por incompatibilidade de interesses, um vício do primitivo estado do homem selvagem ou não inteiramente civilizado. Eram inimigos de todo o progresso político e social e, por essa condição deveriam ser combatidos energeticamente utilizando-se da propaganda e do exemplo, para que essas antigas rivalidades desaparecessem frente à força da solidariedade entendedor de suas necessidades de seus deveres.

Os partidos políticos não poderiam ser opostos em um país onde não existiria uma luta em favor de mudança institucional e, sobretudo, onde cada grupo político proclamasse, como meta maior, o bem estar e a felicidade da Pátria. Os contrários a esse pensamento estariam em um estágio evolutivo inferior: “*solo los que obedecen á la tendencia primitiva (...) pueden sentirse contrariados en sus intereses egoístas por esta manera de proceder de los partidos*”. Porém, esses não se constituiriam em um partido, mas em uma agrupação “*enemiga del bien común y adversa á los propósitos superiores de la Nación*”. (*La Nación*, 25/08/1900. En el día de la pátria: solidariedad y concordia. p. 1)

Ademais, ao longo do artigo destacam-se duas práticas bastante comuns no que se refere à construção da memória de uma comunidade, principalmente, no que se refere à *memória oficial*, patrocinada e concebida pelo discurso do Estado. A primeira, já tratada anteriormente, o cuidado em destinar datas cívicas como uma forma de perpetuar e difundir, através da classificação de alguns fatos passados, dias fundamentais para a história de um

país, sejam eles relacionados a uma batalha, mudança ou ato político, personagem ou comunidade. Essa inquietação pode ser percebida no momento no qual o texto afirma que para fortalecer e alimentar o, tão preconizado, sentimento de solidariedade nacional, nenhum meio é mais eficaz do que “*celebrar con solemnidades populares el recuerdo de las grandes páginas de la historia Pátria*”. Nessa tarefa aparecia o governo público, quer através de decretos determinando os feriados, quer na organização das atividades cívicas, embora que, em um fragmento do mesmo texto, seja destacada uma suposta “espontaneidade” do movimento popular apreciado nas festas celebradas.

Num segundo momento, a prática proposta pela intelectualidade uruguaia determinava a importância da educação na construção desse paradigma de sociedade homogênea e solidária. Para obter um melhor resultado nessa finalidade, a instrução cívica deveria constituir-se em um procedimento integrante da educação escolar do jovem uruguaio, para que eles pudessem, de forma instantânea, compreender o mecanismo da vida social e política e os deveres que uniriam todos os cidadãos de um mesmo país. Esse método supostamente influenciaria no exercício dos direitos e nos deveres de cada membro integrante, salvaguardando a lógica básica do *sentido patriótico*.

A onde patriótica é denunciada!

De um outro lado de toda essa onda patriótica, que sistematicamente envolvia o debate político e intelectual do país, ficavam os grupos vinculados à esquerda *anti-tradicionista* uruguaia. Nessa luta pelo passado, tais grupos não incluíam em seu discurso a tradição nacional, pondo-se alheio a tal processo. Desprezavam o passado identificado com os vícios da “*política crioula*” e sua proposta *patriótica*. (DEMASI, 2004: 73)

Nesse sentido crítico, manifestou-se o periódico *El Anarquista*, denunciando o que imaginava estar atravessando a sociedade uruguaia: “*tiranía del patriotismo*”. Segundo o artigo intitulado *La Patria y el Patriotismo*, a crença na pátria seria um ato irracional e de fé, sendo que, para muitas pessoas, teria substituído a crença por um Deus devido à preguiça intelectual, ao egoísmo e a hipocrisia. Tal sentimento estaria intensamente apropriado e maquinado nos discursos governamentais que, por sua vez, utilizavam de sua significação como forma de imposição do seu modo de pensar:

Si hay una palabra que hoy día parezca una idea noble y pura, es la palabra patria. Los gobiernos saben usar de esta palabra con sin igual destreza, y los hombres que detestan sinceramente las tiranías, déjense tiranizar sin protesta con el nombre de la patria. ¿Quién osaría declararse anti-patriota? Quién concibe que se pueda dejar de amar la patria? (...)

El patriotismo de preciosas razones para intruirse poco, para no ambicionar la posesión de los conocimientos. “De tal manera se conducen en mi patria; como buen patriota, debo conformarme a los usos y a las ideas de mi patria; dejémonos de esas peligrosas e incomprensibles novedades venidas del extranjero. (El Anarquista, 28/09/1913. La Patria y el Patriotismo. p. 1)

Assim, o *patriotismo* seria apenas mais um instrumento de legalização da prática e do discurso governamental ou, conforme as palavras do próprio autor, “*su auxiliar más útil*” em determinadas situações como, por exemplo, quando necessitam de um crédito sem temer uma discricção; quando querem justificar algum inútil gasto somente aproveitado pelos ricos e poderosos ou quando desejam enganar o povo através de inexistentes entusiasmos sob o intuito de conseguir indignas e variadas alianças. Nesse caso, gritariam os governos: “*¡La necesidad, el honor de la patria, lo exigen!*” ou, ainda, “*¡Nosotros merecemos bien de la patria!*”. Tal discurso seria, então, aclamado, aplaudido e glorificado por todos sem, ao menos, pensarem sobre o ocorrido.

Sob tal égide, os anarquistas delatavam a sacralização massiva de ícones, *heróis*. Seria preciso uma leitura visão própria do mundo, desvinculada da “verdade” imputada pela onda de respeitabilidades e honrarias dominantes na sociedade uruguaia do período. Uma tarefa considerada inerente ao grupo: “*Destruir ídolos; sembrar desconfianzas; desprestigiar instituciones y hombres; es sin duda hacer obra anárquica*”. Assim, no sentido oposto à elaboração de um panteão de *heróis* e personagens políticos, completou a folha: “*Hay que derrumbar ídolos y prestigios, con sana, ferozmente, en nuestro campo y fuera de él. Por algo somos iconoclastas*”. (Al Anarquista, 28/06/1913. Nosotros los iconoclastas. p. 1)

No caso do pensamento anarquista, as suas críticas não se limitavam às tradicionais agremiações partidárias, sendo direcionadas, da mesma forma, aos socialistas. No artigo *Viva Artigas!*, o periódico associado ao grupo ideológico denunciava a apropriação, da image de José Artigas, pelo Deputado socialista Celestino Mibelli, o qual teria afirmado que o *herói* era defensor de sua doutrina. Em tom de surpresa, proclamou o que seria uma associação entre dois elementos completamente incompatíveis:

¿Quién iba a sospechar que Artigas seria socialista, si como el Lázaro de la leyenda resucitara? El socialista Mibelli lo afirmó.

Conocíamos a nuestro prócer por lo que Garibaldi nos dijo de él en sus memorias: “un vulgar pirata”. Y jamás creíamos que esta clase de gente pudiera tener cabida entre los socialistas.

Pucha... que éramos ingénuos! (Al Anarquista, 28/06/1913. Viva Artigas! p. 3)

Uma década depois, portanto, ainda em plena efervescência “patriótica”, o jornal socialista *El Sol* declarou sobre os festejos em homenagem aos heróis nacionais, em especial, José Artigas:

Desvían y ofuscan la mentalidad de las muchedumbres, apartándola de preocupaciones y orientaciones de noble solidaridad humana o de necesaria y emancipadora solidaridad de clase. (...) Fue, (...) un ‘caudillo’ con todos los defectos de un caudillo de su tiempo, pero también con ese carácter de emanación popular, de expresión de la voluntad del proletariado campesino que tienen esos hombres y cuya acción fue a menudo funesta para la causa del progreso y la civilización en estas zonas de América y que, sin embargo, representaron asimismo más de una vez la causa de la libertad política contra poderes opresores’. (El Sol, 28/02/1923. Artigas y nosotros. p.1. Citado por FREGA, 1993:138)

Para os jornais *socialistas* e comunistas, a realização de homenagens e festividades era plausível de críticas. Segundo eles, a perspectiva desse “fenómeno nacional” se constituiria em mais uma estratégia para “mitigar la capacidad de lucha de los pueblos”, patrocinada pelos setores dominantes da sociedade. Assim, repeliam esse “culto fetichista” que ocultava o papel das “massas” no acontecer histórico: “Coincidían además, em destacar el carácter popular y auténtico del proceso artiguista real”. (FREGA, 1993:137)

Nesse processo de construção de imagens e concepções sobre o passado nacional, o conceito de *patriotismo* seguia, então, seu rumo assumindo distintos valores e concepções de acordo com o grupo apropriador do momento.

2.2.2. A apropriação católica sobre a memória do herói

A imprensa ligada à Igreja Católica no Uruguai também participou, a sua maneira, do processo de heroicização e disputa pela memória de Artigas. As mudanças nas áreas política e social ocorridas nas últimas décadas do século XIX, advindas, sobretudo pelo desenvolvimento e profusão do *batllismo*, trouxeram um panorama novo no que diz respeito ao lugar da religião na construção da história nacional e na autoridade de seus protagonistas.

Nesse momento, a Igreja, cada vez mais em situação desfavorável com o avanço de ideologias *laicas*, com convergências científicas e positivistas, viu-se obrigada a se salvar enquanto Instituição, passando pela salvação da própria fé católica frente à significativa ameaça de *descristianização* da sociedade uruguaia oriunda em dois níveis distintos: nas classes altas, pelo “*filosofismo*”, e nas classes mais populares pelas promessas de igualdades pregadas pelo socialismo ateu. (BARRÁN, 2004: 37) Assim, setores, fundamentalmente, *battlistas*, anarquistas, socialistas, comunistas e liberais organizavam ações em prol da separação entre Igreja e Estado uruguaio, provocando um amplo debate sobre o tema.

Nesse campo de disputa de poder entre os setores laico e o católico, a caracterização da identidade de cada grupo constituía-se em peça fundamental na demarcação, tanto desse ambiente como do alcance que estes teriam na construção da nacionalidade uruguaia.

Nesse contexto de efervescência entre distintas ideologias, duas idéias passaram a ter importância na visão da Igreja: a relação entre o intitulado *verdadero patriotismo* e as convicções religiosas; e a visão da Pátria como uma *madre*, constituindo-se, tais pensamentos, em artifício freqüente nos pronunciamentos eclesiásticos. Da mesma forma em que conceituava o *verdadero patriotismo* como sendo aquele vinculado ao lado religioso, os que se afastavam dessa fórmula de pensar eram considerados os inimigos do sentimento de nacionalidade, apátridas e que, por isso, deveriam ser combatidos pela sociedade. Assentava-se, com isso, a idéia de que a religião caracterizava-se como sendo parte elementar na construção e consolidação da noção de *Pátria*.

Desse método associativo entre *religião* e *pátria*, setores provenientes do catolicismo construía um discurso de apropriação acerca dos valores e dos personagens que fariam parte desse novo sentido de nação discutido vastamente nas décadas adjacentes à virada do século XX. Termos e expressões como “*religión del patriotismo*” tornaram-se corriqueiros na oratória religiosa. Tudo porque, segundo o periódico católico, *El Bien*, o *patriotismo* uniria também a Deus que o colocaria nas almas dos homens, fazendo dele uma virtude. Assim, os atos de cultos nacionais aos *heróis* seriam um bom caminho para se manter e fortalecer essa particularidade. (*El Bien*, 22/04/1900. La estatua de Artigas. p. 1)

Da mesma forma pela qual o *catolicismo* se utiliza do *mundo sagrado* representado pelos seus espaços de socialização característicos (tais como igrejas, templos, capelas, cemitérios, entre outros) para ativar a *memória* dos crentes quando ao entrar em algum dos recintos, o discurso eclesiástico também almejava obter a legitimação através da associação *palavra-lugar*. Ou seja, ao propor suas idéias aos leitores, tacitamente, contaria com toda sua esfera de *imagens* e *memórias* ligadas ao *espaço sagrado* representativas para a sociedade

local. Nesse caso, seu discurso ganharia respaldo em sua imagem idealizadamente *sagrada*, legitimando todo essa construção discursiva, pois, esta supostamente teria uma procedência idônea, originada de um lugar respeitável ou *santo*.¹⁷⁵

No enfrentamento aberto com a política de *laicização*, colocada em prática pelo *batllismo*, a Igreja católica uruguaia tratou de centrar seu discurso num triplo eixo: primeiramente caracterizou a *Pátria* como sendo criação “divina” e que, por isso, seria de fundamental importância a conservação da religião para o funcionamento da mesma; em segundo lugar, discorreu a concepção de que a própria *Pátria* teria sido fundada sob os princípios católicos, e, por último, identificou os inimigos da *Pátria* como aqueles que pretendiam eliminar a influência da Igreja na sociedade da época.

A partir dessa linha, a presidência de Batlle y Ordóñez foi acusada de praticar um “falso nacionalismo”, denominando-a de *jacobina* e, por tal, o maior inimigo do *patriotismo*. Determinações governistas como a retirada dos crucifixos nos hospitais estatais e o projeto de lei do divórcio, em 1905, foram medidas que alimentaram a indignação dos setores católicos contra a política laicista *batllista*. Segundo esse grupo político do Partido Colorado, o catolicismo, visto como um entrave à liberdade individual e ao progresso econômico, enublava a consciência da população, sendo conservadora e retrógrada. Para isso, buscou unir pensamento e ações administrativas concretas: “*Batlle y Ordóñez, el Presidente ‘simpatizante’ de los obreros y hostil al ‘empresismo’ británico, era anticlerical, divorcista y partidario no sólo de la separación de la Iglesia y el Estado sino de la conversión de los templos existentes en escuelas.*” (BARRÁN, 2004: 75)

Em contraposição a esse pensamento, a Igreja católica “*comenzó a insistir en un discurso que reivindicaba la nación como algo ya construido – cimentado sobre las tradiciones, las instituciones, la religión, la historia, etcétera - , una esencia que debía ser preservada*”. (CAETANO, 2000: 31) Manteve, assim, um recurso de luta que Gerardo Caetano batizou de “trincheiras”, as quais tinham como inimigo os avanços secularizadores na sociedade uruguaia.

No desdobramento do discurso eclesiástico, ganhava evidência a colocação da Igreja ao lado da palavra *pátria*. Assim, o binômio *Igreja-Pátria* foi imaginado como um único organismo em oposição à denominada onda revolucionária que, conforme o setor conservador eclesiástico, estaria em posição de defesa frente a esse avanço “revolucionário” e “ateu” patrocinado pelo *batllismo*.

¹⁷⁵ Cf. HALBWACHS, 2006: 182-183.

O periódico católico, *El Bien Público*, manteve uma linha discursiva que agregava os valores cristãos aos patrióticos e, ao mesmo tempo, utilizava-se desse duplo sentimento na elaboração de um discurso ofensivo ao governo nacional. Segundo o jornal, os governantes, preocupados com a prosperidade material do país, esqueciam e desprezavam o desenvolvimento moral da nação, este que, segundo a folha, seria indispensável para que o progresso seja real e estável:

Conviene insistir en que la obra de edificación nacional iniciada hace pocos años, el esfuerzo ha correspondido exclusivamente al pueblo, ya que es notorio que la actitud oficial frente al desborde del sentimiento patriótico popular, ha sido de indiferencia, cuando no de hostilidad. – Recuérdese, en efecto, que las grandes solemnidades con que se celebró el Centenario de nuestra independencia tuvieron un sello absolutamente popular y que en ellas holgó precisamente toda intervención oficial. Y recuérdese también que mientras el pueblo rememoraba a sus héroes y evocaba las glorias de la República el Jefe del Estado buscaba conciliar al socialismo con el patriotismo y hacia escribir en su diario artículos y sueltos contra los símbolos de la nacionalidad. En todas las incidencias de las fiestas del Centenario, por fin, se tropezó con la indiferencia ó con la mala voluntad del gobierno, el cual limitó su intervención á los más estrictos actos de protocolo. (El Bien Publico, 21/05/1913. Haciendo Patria. p. 1)

Tal editorial, denominado *Haciendo Patria*, transmitia a idéia de que esse movimento patriótico provinha tão somente do povo, o qual estaria aproveitando todas as oportunidades para demonstrar o seu sentimento nacional e a sua fé de culto, tarefa que seria atribuída ao governo se não evidenciasse tanto descaso com o processo. Mesmo assinalando a importância da busca pelo desenvolvimento econômico e financeiro, a folha argumentava que a consciência de nacionalidade seria o fator essencial do progresso dos povos. Claramente fica implícito que tal consciência advinha do bom funcionamento entre *religiosidade católica e patriotismo*.

Ao atribuir ao povo o crescimento do *patriotismo uruguaio*, principalmente percebido a partir de 1910, excluiu a administração *battlista* desse processo. E mais, caracterizou o governo como um setor contrário ao movimento, atribuindo-o uma denominada “*mala voluntad*” ou indiferença quanto a ele. Nisso, a peregrinação ao solar de Artigas se caracterizava como uma ação eminentemente popular contando com ajuda, até mesmo, do povo paraguaio, mas nunca da própria política de Batlle, a qual era percebida como um obstáculo ao “verdadeiro” *patriotismo*.

Outro periódico, também de oposição ao *batllismo*, *La Tribuna Popular*, acusou o governo nacional de estar mais preocupado com as próximas jornadas eleitorais do que com

as comemorações do centenário de independência a ser celebrado no dia 25 de agosto de 1925. (*La Tribuna Popular*, 17/05/1921. 25 de Agosto. p. 1)

O discurso patriótico, tornado público pela comunidade católica no Uruguai, também se voltou para a consagração de Artigas, acompanhando a também crescente exposição do personagem no campo intelectual, principalmente, percebida entre as últimas duas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Se já existia um forte apelo *patriótico-religioso* no discurso eclesiástico, a Igreja e seus sectários passaram, a partir desse momento, a incluir a figura do “*Jefe Oriental*” nas suas narrativas.

Ao mesmo tempo no qual o discurso religioso apropriava-se do conceito de *pátria* e *civismo*, ambos percebidos como temas recorrentes ao campo político e social de uma forma geral, o mesmo censurava apropriações promovidas por grupos rivais. Esse foi o caso da utilização da expressão “peregrinação patriótica” realizada pelos denominados *inimigos de la Patria*. Seguindo o periódico católico, tais palavras não combinariam com o vocabulário ateu, anticlerical e jacobino que o grupo oposto representaria. Além disso, um diário, como o *batllista El Día*, teoricamente comprometido em eliminar todos os vocábulos e idéias associadas à sacristia, não teria o direito de lançar mão de conceitos religiosos. Nesse sentido, o *El Bien Público*, publicado no dia 18 de maio de 1918, finalizou a matéria batizada de “*De lesa ateísmo*” com a seguinte crítica:

*¿Cabe mayor atentado a la inflexibilidad “inclaudicante” del ateísmo rojo? Pronunciar, sin quemarse los labios la palabra “tradicional” y aplicarla nada menos que a una peregrinación patriótica!
¿Es esto posible? ¿Es esto siquiera tolerable?
El sanedrín jacobino respondería, en tono curado, con el más rotundo y fulminante no.
¿En qué quedamos?! No se había, pues, resuelto, en solemne sesión del cónclave jacobino, utilizar únicamente frases de misión sonora y persuasiva de “El puñal del tirano” para la transmisión sonora y persuasiva del pensamiento ateo!
El conclave peliculero – anticlerical habrá sentido un hálito borrascoso precursor de un cataclismo, al resonar en el espacio aquellas palabras. (El Bien Publico, 18/05/1918. De lesa ateísmo. p. 1)*

As denominadas “*Peregrinaciones Patrióticas*” fizeram parte de atividades realizadas em datas festivas cívicas. Tais atividades constituíam-se em visitas a *lugares de memória* nos quais recordavam um fato considerado importante para a história local. No caso acima

citado, foi organizada, pela *Asociación Patriótica*¹⁷⁶, uma visitação ao campo onde teria ocorrido a *Batalla de Las Piedras*.¹⁷⁷ Tal procedimento tem como objetivo trabalhar na construção de espaços que possam *lembrar* um determinado “passado” através da representação que o lugar adquirira na memória histórica da comunidade.

No caso uruguaio, a ocasião da celebração do centenário *da Batalla de Las Piedras* demonstrou-se ser um momento propício para esse processo. Ainda em julho de 1909, o Senado e a Câmara dos Representantes nacionais decretaram os dias 17, 18 e 19 de maio de 1911 como feriados, designados às várias festividades programadas para serem realizadas nessa data, como exemplo, a inauguração de uma estátua ao General Artigas e um monumento simbólico no local onde teria se desenrolado a batalha; a expropriação de uma superfície desse terreno para a construção de um parque público e a formação de uma comissão nacional do centenário, composta por sete membros, encarregada de projetar e realizar tais cerimônias. Essa série de imposições tornava explícita a preocupação com a afirmação de uma *memória* relativa ao passado das lutas de libertação do território uruguaio, representado, nesse caso, pela batalha campal incidida em Las Piedras.¹⁷⁸

Retornando à querela entre *católicos* e *battlistas*, onde o conceito de *patriotismo* era invariavelmente disputado entre as forças que compunham o campo de intelectual uruguaio, a situação *battlista* se utilizou de táticas similares através do periódico *El Día*. No artigo, *Artigas y el clero*, a folha fez uma de suas mais incisivas críticas à apropriação que o personagem principal, da *Batalla de Las Piedras*, estava sofrendo por parte dos católicos por intermédio do *El Bien Publico*. Na redação daquele, os governistas questionaram o número de católicos no país e o fato de que estes teriam aderido às homenagens referentes ao erguimento do monumento ao general. Toda essa contrariedade *situacionista* foi ocasionada pela edição

¹⁷⁶ A *Asociación Patriótica*, fundada no ano de 1871, constituía-se em expressão de latifundiários, administradores ou modernizadores, angustiados pela anarquia que reinava no campo. (ACHUGAR, 1985: 59) Segundo Demasi, a agremiação servia como portavoz das idéias conservadoras, contando com a participação de *blancos* e *colorados*, liberais e católicos: “*La configuración institucional e ideológica de la Asociación Patriótica muestra claramente un intento de redefinición conservadora de la nación centrada en la localización del relato del pasado. (...) Su cronología fundacional coincide sugestivamente con la etapa de euforia antibattlista que facilitó el acercamiento entre el gobierno y las fuerzas conservadoras: se fundó en el mismo año que la Federación Rural y reunió su “Primer Congreso Patriótico” en agosto de 1916 a pocos días de las elecciones del 30 de julio y del “alto de Viera”.*” (DEMASI, 2004: 78)

¹⁷⁷ Acredita-se que as *peregrinações* movimentavam um bom número de participantes aos campos onde eram realizados os atos. Indica isso o fato de que, ao prever uma intensa concorrência popular nesse mesmo ano, a *Asociación Patriótica* providenciou o aumento de vagões de transporte para facilitar o deslocamento da população ao local.

¹⁷⁸ Cf. *Registro Nacional de Leyes, decretos y otros documentos. Publicado por el Ministerio del Interior*. Montevideo: Talleres A. Barreiro y Ramos, 1911.

anterior da folha católica, na qual esta havia enfatizado que Zorrilla de San Martín, na obra *La Epopeya*, teria traçado *‘la figura espiritual de Artigas en sus aspectos de mayor relieve, su religiosidad y el catolicismo que presídio todos sus actos’*. (*El Bien Publico*, 25/02/23. La religión del héroe. p. 1)

No mesmo espaço, trazia a observação de que a Juventud Católica del Uruguay editou um opúsculo contendo um trabalho de Raul Montero Bustamante¹⁷⁹ sobre a colaboração do General José Artigas com a Igreja Católica. Sobre a afirmação de que o catolicismo e a religiosidade serem os aspectos mais destacados de Artigas, o *El Día* respondeu ironicamente:

!Y nosotros sin saberlo! Hasta ahora habíamos creído que el aspecto de mayor relieve de la figura de Artigas esa su espíritu democrático, en pugna con el espíritu monárquico de los prohombres rioplatenses de su época, y sus desesperados afanes por la libertad del terruño. (El Día, 26/02/1923. Artigas y el clero. p. 4)

Descreveu, ainda, que iria retificar sua convicção após ter lido tais afirmações contrárias, proferidas pelo *El Bien Publico* e cita duas passagens bastante comuns nas narrativas acerca do período *artiguista*. A primeira delas, a difundida frase *“sean los orientales tan ilustrados como valientes”* atribuída ao General Artigas. A partir desta, o periódico questionou: *“Y bien: si los quería ilustrados, ¿Cómo podía quererlos católicos?”* Já no que se refere à segunda passagem, indaga o periódico: *“¿No llegó a expresar, en una ocasión, que seríamos muy felices si todos los curas que había en el país emigraran para otras tierras?”*.

Alicerçado nessas duas afirmações, o *El Día* conclui que, na verdade, o aspecto de maior releve de Artigas seria realmente o seu catolicismo, mas um catolicismo a *“la inversa”*.

Realmente, tal declaração atribuída ao general Artigas já provocara debate anterior entre os mesmos periódicos montevidianos. Cinco anos antes o jornal *El Día* acusou a folha católica de publicar um texto adulterado, destacando a exclusão das palavras que o general tinha proferido no ano de 1815 contra os *curas* orientais:

El órgano clerical, que bien suya, con comentarios propios, la responsabilidad de las informaciones y de las glosas críticas de uno de sus colaboradores, en el caso del documento de Artigas contra los curas, solazándose contra el hecho, que reputó comprobado de que EL DÍA había incurrido en adulteración y mutilación del oficio de 1815, que ya conocen en su texto literal nuestros lectores, cuando en realidad fue él el que lo publicó

¹⁷⁹ Importante intelectual montevidiano. Foi docente universitário, ensaísta, poeta, periodista e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguay.

mutilado y adulterado, según las comprobaciones definitivas que hemos aducido y quiere ahora librarse de toda responsabilidad presentando á su colaborador como único autor de la memorable é histórica plancha puesta en evidencia por nosotros.

Pero lo más curioso es que á la vez se contradice de la manera más deplorable! – En efecto, á pensar de no querer saber nada de la plancha, dice, con un desplante singularísimo que “no hemos tocado las afirmaciones de su colaborador”; que éste “se basó en dos fuentes insospechables y autorizadas: Isidoro de María y Eduardo Acevedo y “que contra éstos sólo contra éstos debemos dirigir nuestra puntaría”. – Lo que quiere decir que vuelve á hacer, como en otro suelto anterior, afirmaciones antojadizas, ya desvirtuadas con el original del documento de Artigas, y pretende justificarse poniendo por delante terceras personas para escudar su falta. Desde luego, es necesario advertir que fue el órgano católico, por sí y, por su colaborador, quien nos enrostró el “pecado mortal” de haber deformado el oficio de Artigas y de emplear tácticas tortuosas para combatir á la Iglesia. – A nosotros no nos hicieron (por cierto!) ningún cargo De María ó Acevedo: los cargos que se nos formuló partieron del diario católico que consideró deformado por nosotros un documento que él había publicado sin la frases contundentes de Artigas contra los curas. Por eso, nuestra defensa, necesariamente, nos ha obligado á dirigirnos al diario clerical, autor de la acusación contra nosotros, acusado y condenado á su vez por una falta suya ya comprobada y confesada! (El Día, 05/05/1918. Artigas contra los curas. p. 1)

Nesse sentido, além de censurar o periódico católico que mesmo tendo conhecimento da adulteração publicou o documento, o *El Día* também recriminou os historiadores De María e Acevedo, o primeiro pela própria falsificação do conteúdo; e o segundo por suprimir o que denominou como sendo as frases “heréticas” do “prócer”.

Ironicamente, designando o *El Bien Público* de “angélico diario de las sacristias”, o jornal *batllista* enfatizou que fora erroneamente acusado de faltar com a educação ao publicar uma crônica garantindo que Artigas havia escrito e assinado um documento ordenando que vários *curas* se mudassem imediatamente para Buenos Aires e que, caso não encontrasse seus substitutos, este líder ficaria duplamente feliz. A essa acusação, o *El Día* se defende ressaltando a comprovada veracidade do documento por ele citado. Sendo assim, afirma que tal acusação do “patriótico órgano angélico”, levaria a crer que José Artigas seria uma pessoa *de má educação* e que se manifestaria incorretamente em seus atos oficiais. Essa impressão dos católicos acerca do General seria o que os *batllistas* desejariam demonstrar: “*el diário de las sacristias, pegándole á Artigas, porque este tenía de los curas la deplorable opinión que merecen á todo espíritu liberal y democrático*”. (*El Dia*, Artigas contra los curas, 05/05/1918)

A disputa entre a folha oficial, *El Día*, e a Igreja, invariavelmente fez parte das páginas da imprensa montevideana. Desde alguns dogmas, passando pela ética e prática dos católicos, muitos aspectos foram alvos de críticas por parte dos *batllistas* que intentavam, por meio de

seu discurso ora de defesa, ora de ataque, transmitir uma intensa incompatibilidade entre o catolicismo e o sentimento de progresso tão almejado pela sociedade.

Ainda no ano de 1918, o periódico *oficialista* organizou uma série de artigos objetivando desmentir a versão religiosa acerca da criação do mundo, atacando, com isso, um dos principais dogmas da Igreja Católica. Sob a forma irônica, criticou os versículos descritos no “*gran libro sagrado de los católicos*”, utilizando-se dos avanços científicos astronômicos do período, denunciando o que seriam considerados *erros colossais*, expostos na antiga obra, que, segundo o *El Día*, qualquer criança em nível escolar poderia perceber. (*El Día*, 18/02/1918. Leyendo la Bíblia: el primer día de la creación. p. 1)¹⁸⁰

Em um momento no qual a memória do personagem passava por uma clara ascensão, os *batllistas* frequentemente lançaram mão desse pensamento acerca dos religiosos como uma forma de impor uma barreira de diferenciação entre os valores do clero e os que eram imputados ao líder uruguaio. Seguindo tal estratégia, o *El Día* utilizou-a ao atacar a passividade no clero local frente à nomeação de Herr Johannemann, denominando de intervenção arbitrária de um sacerdote alemão em questões do clero nacional. Para o diário situacionista, Artigas fazia questão de nacionalidade até mesmo para os modestos cargos da Igreja que, apesar disso, pouco os interessaria. No entanto, os católicos uruguaiois seriam coniventes com a chefia de um religioso que teria chegado em substituição a um nativo. Esse ato se oporia completamente ao pensamento do General Artigas que determinou, no início do século XIX, a expulsão dos religiosos estrangeiros em detrimento dos patricios. Através da apropriação deste episódio, os *batllistas* pretenderam expor o que se identificaria como uma contradição por parte clero que, nesse momento, intensificava sua ação patriótica seja por intermédio da imprensa como, igualmente, pela promoção de festividades comemorativas a datas e heróis nacionais. (*El Día*, 21/05/1918. El ejemplo de Artigas. p. 4)

Alguns dias depois, o *El Día* voltou ao tema com o artigo *Artigas y los clericales*. Neste, o periódico repetiu o mesmo método, no qual caracterizava a não aceitação dos católicos, frente à frase de Artigas contras os *curas*, como uma aberta acusação de suposta má

¹⁸⁰ A referida folha também não desperdiçou a oportunidade de atacar a prática de alguns padres da localidade de Carmelo, publicando o artigo denominado *Cosas de Cura – em busca de pavos*. Quando os paroquianos não tivessem dinheiro suficiente para a doação, os curas propuseram que estes o substituíssem por aves, como patos, perus, gansos e qualquer outra espécie comestível. Essa solicitação foi tratada em tom sarcástico pelo periódico *El Día*, que afirmou: *El procedimiento es ingenioso; y, como tal, parece que va haciendo camino entre los frailes altruistas y desinteresados*. Referiu-se ao fato de que esse método da mesma forma foi utilizado pelo padre de Colônia, o qual teria declarado: *Los que no tengan dinero, envíeme gallinas, pollos, y pavos, que yo me encargaré de venderlos, destinando del producto de la venta, el 40 por ciento para la Iglesia, outro 40 pr ciento para el culto, y el 20 por ciento que resta para mi*. Irônico, o periódico governista encerrou o assunto com a seguinte reflexão: *Y hubiera hablado bien, porque nadie se habría permitido sospechar de su apostólica palabra*. (*El Día*, 04/02/1918. Cosas de Cura: em busca de pavos. p. 1)

educação do General. Desta forma, o que primeiramente surgiu como um ataque dos religiosos ao periódico *battlista*, foi apropriado e direcionado ao *herói*, promovendo, assim, um afastamento entre os valores religiosos e a figura de Artigas.

Para uma maior separação entre a Igreja e o General, o mesmo artigo novamente promoveu uma denúncia contra os católicos. Dessa vez acusou-os de negar ao “*prócer*” a autoria do que caracterizou como a mais pura glória do *caudilho oriental* e que sintetizaria os elevados princípios de liberdade e democracia durante o nascimento da independência americana, as Instruções do Ano de XIII. Segundo a folha, os católicos, logo ao tomarem conhecimento da opinião negativa que Artigas teria dos frades, passaram a invocar a responsabilidade do ato ao presbítero Damaso Larrañaga. No entanto, para confirmar a autoria de Artigas sobre as Instruções, o *El Día* utiliza-se da palavra de um intelectual explicitamente ligado e colaborador do *El Bien Público*, Zorrilla de San Martín. Dessa forma, a legitimação do pensamento supostamente passaria a encontrar respaldo nas duas frentes de disputa pela memória do personagem, além de dificultar uma possível defesa vinda da folha católica. Utilizou-se de uma passagem da *Epopéya de Artigas*, na qual declarava que “*no fue Artigas y solo él quien proclamó el vital principio ignorado de los demás, sino que, por proclamarlo y defenderlo, fue objeto de persecución y de odio*”. Outro intelectual resgatado para o debate foi Carlos María Ramírez que teria afirmado, quando em sua polêmica com o *El Sud América*, que não faltaria quem dissesse que Artigas não seria capaz de compreender as instruções que apresentou ao povo oriental e conclui com a seguinte indagação: “*Y por qué no proclamaban idénticas ideas los que eran privilegiadamente capaces de comprenderla?*”

No entanto, de Héctor Miranda foram apropriados os argumentos mais contundentes no que se diz respeito à autoria das *Instruções do Ano XIII*. Para esse, Larrañaga não pôde ter inspirado tanto a Artigas como, igualmente, ao ideal de independência, república ou soberania provincial. Segundo Héctor Miranda, a independência já havia sido proclamada pela revolução oriental; a idéia de república teria origem nas teorias democráticas presentes em todas as correspondências de Artigas; e a soberania provincial teria sido invocada em vários momentos pela mesma personalidade. As Instruções do Ano XIII seriam o próprio Artigas. Nelas estariam expressos o pensamento e sua alma “*briosa*” e “*valente*” como em um dia de batalha. Por isso, só o líder poderia ditar e escrever tal documento.¹⁸¹ Por fim, o *El Día*

¹⁸¹ No trecho exposto pelo periódico, Miranda traz um pensamento de Fregeiro, no qual teria afirmado que “*las ideas madres de las Instrucciones las había expresado Artigas antes de Abril de 1813, á cien leguas de distancia de donde Larrañaga cultivaba su chacra y hacía sus sabios estudios, y estaban en la índole de la revolución oriental y en sus firmes tendencias ingénitas*” (*El Día*, 11/05/1918. Artigas y los clericales. p. 1)

conclui que o diário católico faltava com respeito à “verdade” *histórica* e a Artigas, simplesmente com o intuito de defender os frades.

A apropriação da imagem de Artigas não se limitou ao mero discurso publicado na imprensa uruguaia. Invariavelmente, como no caso citado das peregrinações patrióticas, essa metodologia saía das palavras e partia para uma ação mais concreta. Evidentemente, a inauguração do Monumento ao General proporcionou uma nova oportunidade de participação e exposição do setor religioso no processo de heroicização do personagem. Algumas atividades foram propostas através da adesão da Igreja e comunicadas pelo Arcebispo de Montevideú, como toques dos sinos em todos os templos no exato momento do descobrimento do monumento e no pôr do sol do mesmo dia; a exposição da bandeira nacional em todas as igrejas, capelas, casas religiosas e sedes da Instituição Católica e, por último, que todos os padres e responsáveis pelas igrejas persuadissem os fiéis, principalmente, “*los caballeros y jóvenes*”, a contribuir com suas presenças na cerimônia de inauguração da obra exposta na Praça Independencia. (*El País*, 24/02/1923. El homenaje que el pueblo rendirá al primer jefe de los orientales. p. 5)

Basicamente o setor católico praticava duas formas de apropriação discursiva da imagem de Artigas. A primeira, acima relatada, simplesmente associando-o ao catolicismo e caracterizando-o como um defensor da religião e de suas instituições; e a segunda, quando usualmente lançavam mão de termos bíblicos nas narrativas acerca tanto da personalidade do líder, como de seus feitos e batalhas. Dessa forma, o binômio *pátria-religião* mesclava-se originando um discurso menos preocupado com a crítica histórica, contento traços mais fantasiosos, poéticos e menos “científicos”.

Como modelo dessa apropriação, encontramos o artigo denominado *El milagro de Artigas*, publicado poucos dias após a inauguração do monumento de 1923 e dedicado a Juan Zorrilla de San Martín. Neste, o autor, cujo pseudônimo era MADRE (exatamente com letras maiúsculas), salientou que a *fibra patriótica* aparentava estar adormecida nos uruguaios e que os *dias* da Pátria passavam sem muita emoção, somente a data tornando-se pública por causa da indicação do calendário e da manifestação da Asociación Patriótica, assistida por uma multidão indiferente com o acontecimento. As manifestações partidárias pareciam consumir todo e qualquer entusiasmo que deveria ser destinado ao *patriotismo* uruguaio, transcorrendo durante anos o que seria uma *indiferença desconcertante*.

A partir desse pensamento, o autor torna implícito que o *verdadero patriotismo* teria surgido no momento exato da inauguração da obra, quando expõe a seguinte afirmação: “*Pero Artigas llegó y obró el milagro*”. Tal predicado de “milagreiro”, atribuído ao General Artigas,

torna-se ainda mais contundente quando o autor busca nesse atributo a capacidade de, não só insuflar esse novo *patriotismo* como, também, de possuir a habilidade de homogeneizar os mais distintos setores da sociedade para um fim comum. Tal poder sobrenatural teria sido comprovado na ocasião do ato festivo ocorrido na Plaza Independencia, quando um “*verdadero mar de cabezas*”, composto por mulheres, homens e crianças, estaria presenciando um mesmo acontecimento em torno de uma obra representativa do “*caudillo heroico*”.

Além da idéia de “milagre” consumado por Artigas, o periódico constrói uma imagem similar a um processo de ressuscitação do personagem quando descreve que, ao chegar à noite, a iluminação teria transformado o bronze em mármore, tornando claro, assim, algo de “*incorpóreo e aparición*”, uma presença do líder entre o povo que pareceria esperar um novo êxodo comandado por aquele *corcel de bronce*. Todo esse acontecimento seria o mencionado “*milagro de Artigas*”. (*El Bien Público*, 04/03/1923. El milagro de Artigas. p. 7)

Tal qualidade de milagreiro já vinha sendo atribuída a Artigas bem antes da inauguração do seu monumento de 1923 e pôde ser percebida na série de Conferências Patrióticas realizadas no ano de 1911 em homenagem ao centenário da *Batalla de Las Piedras*. Em uma determinada oratória, pregava-se que em *Las Piedras* estaria Artigas e a Pátria e que, esta, teria nascido do milagre da coragem *gaucha*. Nesse discurso, a suposta coragem poderia ser assinalada como um dom peculiar da *raça gaúcha*, como, também, uma qualidade do representante máximo da mesma, no caso, o líder oriental.¹⁸²

Discurso muito semelhante foi reproduzido por *La Democracia*, o qual ressaltou que Artigas seria a única figura uruguaia capaz de operar o milagre de reunir, em torno de si, todos os *orientais* sem distinção de classes, credos ou matizes. Nesse sentido, Artigas tornava-se um agregador, no sentido de que apagava todas as diferenças sociais e, principalmente, políticas da época. (*La Democracia*, 28/02/1923. Artigas. p. 1)

O uso de termos e expressões bíblicas nas narrativas em torno da representação de Artigas figurara livremente entre as décadas adjacentes a virada do século XX, tanto no discurso católico como, ainda que de forma menos abundante, no discurso laico. As ações, os ideais e o próprio General adquiriam adjetivos naturalmente relacionados ao catolicismo. Nesse ponto, as Conferências Patrióticas podem ser consideradas como um evento que

¹⁸² Discurso proferido por Miguel A. Paez Formoso no dia 14 de maio de 1991. *El Centenario de la Batalla de las Piedras – el homenaje del pueblo oriental*. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1912.

apresentou um bom número de ocorrências de palavras e expressões como “*milagro*”, “*santa*”, “*santidad*”, “*altar sacrosanto*”, entre outras.

Em uma preleção realizada no campo onde teria ocorrido a *Batalla de Las Piedras*, o orador abusou de termos católicos na construção de sua oratória. Afirmou que não seria possível estar ali sem encher-se do espírito daquela outra época e sem “*sentir en la sangre á nuestro gran Artigas*”, sem beijar sua *sacrossanta* memória e lembrar com “*santa indignación*” as ofensas que este teria sido vítima. Seria involuntário encher os olhos de lágrimas e refletir como a história pôde ser alguma vez tão injusta com “*ese luchador, con ese demócrata, con ese hombre tan bueno, tan puro, tan celoso defensor de la libertad!*” (*El Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1912: 101)

Similar ao proferido em palestra e/ou publicado nos diferentes periódicos nacionais, o discurso de Abel J. Pérez, Inspetor Nacional de Instrução Primária, direcionado para os estudantes uruguaios, também se apropriou de termos religiosos ao caracterizar o general Artigas para as crianças nas comemorações do centenário da *Batalla de Las Piedras*. De acordo com Pérez, essa teria sido um combate memorável vencido por *s* errantes, heróis vagabundos e soberanos do deserto comandados por Artigas que, a partir dessa luta, teria se tornado a “*santa encarnación*” do novo povo e símbolo de um forte desejo de liberdade. No entanto, tal texto propunha uma idealização mais abrangente, menos direcionada ao personagem central do episódio. Artigas teria entrado na guerra e oferecido a sua vida após estar convencido da santidade de sua causa.

Nesse aspecto, o general assume as virtudes de forma posterior a sua própria existência enquanto *herói*. Mais do que propriamente sua pessoa, é a causa, a liberdade sul-americana o objeto de projeção e idealização do discurso. Essa condição de detentor dos ideais, assinalados e denominados com a alcunha do “sagrado”, teria proporcionado a Artigas a realização do que, segundo Pérez, seria a reprodução, em terras uruguaias, das emigrações populares das lendas bíblicas, fazendo com que o povo o seguisse, ingenuamente, abandonando seus lares para ficarem sobre a proteção do “*caudillo*”. Sobre o período do exílio, enfatiza que as selvas paraguaias teriam oferecido sombra e abrigo ao nobre ancião e que, durante sua morte, as “*aves canoras, soberanas deidades legendárias de aquellas úmbrias soledades, entonaron sus himnos envolviendo su cuerpo en un sudario de armonía*”.

183

¹⁸³ Trechos extraídos de um informe distribuído para as crianças das escolas públicas de todo o Uruguai no dia anterior à visitação escolar ao túmulo de Artigas. Cf. Asociación Patriótica del Uruguay. *El primer Congreso Patriótico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Calle Piedras, 1916.

Semelhante artifício de “santificar” os ideais pôde ser encontrado na oratória de Eduardo Rodríguez Larreta, proferida no Ateneo no dia 27 de maio de 1911, quando afirmou que Artigas foi o eco e a ressonância da *‘santa aspiración de los pueblos fijando en él mármol de un documento clásico la expresión más alta de la democracia federal’*. (*El Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1912: 150)

Mais além, mas seguindo o mesmo caminho de associação do *herói* com determinadas características e representações católicas, o poema *La estatua de Artigas*, publicado pelo *El País*¹⁸⁴, traçou uma distinta conduta no método de heroicização. Nesta, não existe a distinção entre Artigas, enquanto imagem respectiva ao ser humano, e a divindade de Cristo tão significativa para o imaginário católico:

*La Estatua anda... anda...
El Destino, hecho amor en el sacrificio, manda.
La Estatua anda...
En el barro humano brilla a una idea divina: ¡Cristo está sobre el caballo!
¡Y resplandece en todo la fe!
Amor al hombre. Amor al Dolor. Amor al Dios. (El País, 28/02/1923. La estatua de Artigas. p. 3)*

No mesmo sentido, uma correspondência entre Miguel de Unamuno, literato e filósofo espanhol, e Zorrilla de San Martín já carregava tal associação entre Artigas e Cristo. Nesta carta, datada de 05/01/1911, está exposto o seguinte pensamento:

Yo no sé si Artigas era, em efecto, tal cual usted, llevado de su fantasia y de su amor pátrio nos lo pinta, ni me importa em rigor (...). Si Artigas no fue tal cual usted nos los esculpe en sonora palabra, así debió ser. Ese es el arquetipo de Artigas, el sobre-hombre de Artigas, ese es el Cristo uruguayo. (Citado por CAETANO: 2000: 49)

Outras semelhanças também aproximavam a representação de Artigas com a de Cristo em discursos, mormente, das primeiras décadas do século XX. Tal recurso, embora com maior frequência, não foi exclusivo da imprensa ligada aos setores católicos do Uruguai. Assim, a folha montevideana *El País* se utilizou de um tema bastante habitual no discurso heroicizador do General: a traição. Para o periódico, Artigas teria sido negado em sua própria terra, assim como os discípulos teriam negado o fundador do cristianismo. Tal acontecimento

¹⁸⁴ Órgão do Partido Nacional fundado e dirigido pelo poeta e periodista Carlos Roxlo.

ganha maior relevo a partir da afirmação de que Artigas teria sido combatido em vida e negado após a sua morte, como “*todos los grandes de la historia*”. (*El País*, 28/02/1923. Hora memorable. p. 3) Na mesma linha, o *El Bien* publica que o libertador e “*mártir héroe por la abnegación*” seria o grande caluniado da História Americana e que a sua póstuma glorificação significaria um estímulo patriótico que somente teria recebido de seus contemporâneos ingratidão, insulto e o martírio. (*El Bien*, 14/05/1907. El monumento al general Artigas. p. 1)

Assim como a traição do discípulo Judas Iscariotes a Jesus Cristo, descrita nos evangelhos e amplamente difundida no imaginário católico, representa uma passagem de capital importância na narrativa da morte do fundador do cristianismo, uma traição também surge com intensidade no discurso idealizador da vida de Artigas. Este que, segundo o *Correo de la Campana*, teria sido traído por seus próprios amigos, chegando a ser derrotado, nas margens do Rio Paraná, quando possuía apenas um pequeno número de fiéis. Após tal episódio, teria restado como opção exilar-se em “*selvas paraguayas*”. (*El Correo de la Campaña*, 25/05/1923. La grandeza de Artigas. p. 2)

Se tal exílio não representava a morte do general, esse significaria o fim da luta libertária e de seus projetos políticos para a região. Um sepultamento de todos os ideais representativos de Artigas. Em alguns momentos, buscava-se, através dessa analogia, um motivo elucidativo para o insucesso do projeto *artiguista* em território *oriental* e, com isso, levar em efeito uma nova associação entre a vida do personagem bíblico com a do *herói platino*.

Essa clara associação entre Artigas e Cristo também teve lugar na oratória do político do Partido Nacional, Martín Echegoyen, proferida nas já mencionadas *Conferencias Patrióticas*, quando, nessa oportunidade, afirmou que, após os homens terem levantado uma imensa torre como “*aquella soberbia de Babel de que habla la Sagrada Escritura*”, a luz teria triunfado, derrubando tal construção e preparando o ambiente para a redenção do líder *oriental*: “*La Patria tuvo también su sábado de gloria; el esforzado Patricio, su pascua de Resurrección. (...) volvía con las galas sacramentales del símbolo, como una imagen sagrada de la libertad republicana*”.¹⁸⁵

Além disso, o autor garante encontrar muita similaridade entre o que chamou de tragédia cristã, quando Jesus logo ao chegar a Gólgota teve suas roupas arrancadas e divididas pelos judeus, e o “*entardecer doloroso do herói*”, representado pelo momento posterior a

¹⁸⁵ Cf. discurso de Martín Echegoyen em El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1912: 166-169.

“travesía penosa entre los abruptos desfiladeros de la adversidad”, quando chegou para o “visionário”, o momento “tristísimo del despojo”. Nessa ocasião, os *caudillos* locais, educados na doutrina do êxito, e toda a faminta multidão teriam repartido as “sagradas” vestimentas de Artigas. Conclui, declarando que os altos ideais encarnados na independência absoluta, na confederação das antigas províncias e nas *Instrucciones del año XIII* passaram às mãos de seus carrascos.¹⁸⁶

O suposto sofrimento sentido por Artigas, sobretudo, no ato representado pelo exílio nas terras paraguaias, proporcionava aos estudiosos mais um ponto a ser associado às ações de Jesus Cristo. Tal fato pôde ser anotado no discurso de Santín Rossi em conferência proferida no Ateneo no ano de 1911:

Como Jesús en la cruz, Artigas tragó su hiel, y años más tarde contaba á su hijo José María, en su albergue de la selva paraguaya, que “el dolor que le causaban los males de una guerra fratricida y prolongada por los infelices pueblos flagelados por ella tuvo tal poder en su corazón que lo decidió á abandonarlo todo. (...) os ruego que prestéis coro íntimo y silencioso á una oración cívica. (El Centenario de la batalla de las Piedras, 1912: 119)

Para o escritor Eduardo de Salterain, a homenagem à *memória* de Artigas seria uma forma de consolar o espírito através de um veredicto da justiça histórica. Enfatizou que jamais iria apagar da sua *memória* a recordação da “*imagen santa do Precursor*”, um crente e apaixonado por um ideal, que teria estampado no “*altar sacrosanto de la Pátria Uruguaya, el ósculo sagrado, puro y ardiente de la libertad, del amor, de la igualdad*”.¹⁸⁷ O discurso de Salterain, também formulado para as Conferencias Patrióticas, reflete bastante o momento pelo qual estava passando o processo de construção da *memória* de Artigas. Nele estava presente tanto a reivindicação de uma maior atenção para com o personagem, como uma projeção para o que viria com o passar dos anos: uma efetiva apropriação de sua imagem nos ateliês espalhados pelo país. Assim, o autor parece encontrar-se justamente num período decisivo, determinado pelo encontro dos últimos discursos de apelação ao resgate efetivo da *memória* sobre Artigas e a real efetivação do “herói” no imaginário uruguaio.

Dos vários discursos proferidos ao longo do período analisado, um dos mais contundentes pôde ser encontrado em uma velada organizada pelo Club Católico e Comitê da

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Cf. El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1912: 122-124.

Juventude. Realizado em 29 de maio de 1911, o discurso do presbítero e literato Eduardo Dufrechou se destaca pela sua transparência no ato de apropriação da imagem do *herói*. Para isso, constrói uma oratória que engloba toda a vida do personagem, desde o crescimento até seu momento pós-morte, quando descreve a influência da Igreja Católica no destino de seus despojos mortais. O autor distinguiu Artigas como um *ser* enviado do céu e guiado pelo brilho de sua espada. Este não teria sido influenciado por Lautaro, líder dos indígenas contra a dominação espanhola, ou então, pela Revolução Francesa.

Referente a esta última, aparece de forma explícita uma apreensão em negar qualquer influência que esta sublevação supostamente poderia ter exercido sobre o *líder*. Segundo Barrán, a Igreja uruguaia propôs, à sociedade, um conjunto de princípios que pela primeira vez teria articulado todas as notas do ideário político e social conservador. Esse ideário incluía a concepção da “sedutora” Revolução como uma encarnação do mal e a diabolização do *jacobinismo*. Nas palavras do Arcebispo Mariano Soler¹⁸⁸, os direitos do homem e dos cidadãos eram “*principios morales y religiosos del cristianismo*” mas que haviam sido “*bastardeados pelas absurdas teorias*” do Contrato Social de Rousseau e pelas crueldades de Voltaire. (BARRÁN, 2004: 16)

Retornando ao discurso de Dufrechou, tudo o que constituiria a individualidade, desse denominado “*hombre de fé*”, constituir-se-ia em uma rica herança recebida de seus pais durante o aprendizado das letras: a educação fundamentalmente cristã.

Nesse sentido, indaga o presbítero:

¹⁸⁸ Conforme Ardao, o Arcebispo Mariano Soler conquistou um lugar de destaque na cultura uruguaia. Foi ele o responsável por grande parte do discurso eclesialístico direcionado ao combate contra o *racionalismo* e o *positivismo*, teorias desafiadoras do poder da Igreja nas décadas adjacentes ao começo do século XX. Demonstrando talento e ilustração, esforçou-se por tentar harmonizar a antiga fé com a nova ciência que foi entusiasta quando, por paradoxo, o próprio campo racionalista ainda apresentava preconceito com esse conhecimento. No ano de 1875 foi um dos responsáveis pela fundação do Club Católico, centro de conferências e debates nos quais participaram pensadores *racionalistas*, como Vázquez y Vega e Otero. Com cunho fundamentalmente científico, criou o Liceo Universitário o qual, mais tarde, teve incorporado os estudos de Direito. Junto com Zorrilla de San Martín, Soler formou a grande dupla intelectual do catolicismo uruguaio no período sobre a plataforma do diário *El Bien Público*. Apresentou uma importante bibliografia sobre diversos temas teológicos, filosóficos, sociológicos, históricos e científicos, com preponderância da filosofia religiosa, na qual se destaca um tratado publicado em 1890 denominado de *Teosofía*. Teve no El Club Católico e no Liceo os grandes palcos de sua ação, combatendo incessantemente a teoria *darwinista*. (ARDAO, 2005: 112-113).

Para Barrán, Mariano Soler nunca teria abandonado completamente a tradição conservadora local, ajudando a elaborar a teologia mantenedora da ordem social que, analisada pelos critérios da esquerda do período, poderia ser chamada de *teologia da dominação social*. Se por um lado algumas de suas idéias causavam forte negação por parte de alguns setores *laicos* da sociedade, outros de seus pensamentos, igualmente conservadores, mas associados à ordem e à moral, encontravam respaldo em grupos menos progressistas uruguaiois. (BARRÁN, 2004: 44).

En Montevideo, decidme ¿no fueron acaso los Franciscanos, esos hijos del pueblo, los más los más entusiastas voluntarios que en 1811 corrieron á enrolarse en el ejército del pueblo, de ese pueblo uruguayo que habían comenzado á sentir hambre y sed por la conquista de sus derechos? (El centenario de la batalla de las Piedras. 1912: 180)

Bem mais do que atribuir responsabilidades nos movimentos de libertação dos países do Prata meramente a Artigas, o autor busca, assim, associar a insurreição aos valores católicos. O clero apareceria, segundo Eduardo Dufrechou, “*al lado de los pendones libertadores*”. Essa proximidade de ensinamentos sacerdotais, sob sua formação, teria influenciado e modelado o modo de pensar e agir de Artigas, considerado um apóstolo e um defensor intransigente da causa popular.

Outro ponto considerado, nessa condução em associar o General e a Igreja Católica, foi a afirmação de que, durante toda a sua vida, Artigas teve um sacerdote como o seu mais fiel companheiro e que, ao morrer em terras paraguaias, foi também um sacerdote que se encarregou de guardar seus despojos mortais como relíquias, para que um dia o Uruguai pudesse ajoelhar-se frente a eles e beijá-los com a “veneração” com que se beijam as cinzas de um “*mártir sublime*”. Sobre isso, o autor atribui à Igreja a possibilidade da população, no século XX, ter acesso à urna que guardaria tais ossos “sagrados” no Cemitério Central.

Além da influência moral, provinda de sua educação religiosa, teria Artigas sido influenciado por Washington, um homem dito como de grandes afirmações, fé no povo e em tudo que é “*eterno*”, reafirmando a religião, a justiça, a razão e o direito.

Categoricamente o presbítero expõe a seguinte afirmação: *¿ARTIGAS TAMBIÉN ES NUESTRO! NOS PERTENECE.*¹⁸⁹

2.2.3. A apropriação batllista sobre a memória do herói

Nesse meio que valorizava o papel desempenhado pela imprensa na educação dos valores cívicos uruguayos, foi fundado, no ano de 1885, por José Batlle y Ordóñez e Juan Campisteguy, o diário *colorado El Día*, o qual exerceu uma ação eminente na disputa pela memória de Artigas, principalmente, após a ascensão de seu fundador à presidência da

¹⁸⁹ Cf. *El Centenario de la Batalla de Las Piedras – el homenaje del pueblo oriental*. Montevideo: *El Siglo Ilustrado*, 1912: 179-182.

República.¹⁹⁰ Com grande circulação em nível nacional, o diário tornou-se um baluarte na defesa do *batllismo* nas primeiras décadas do século XX, praticando, em determinados momentos, a apropriação da figura do *herói* uruguaio com vistas à legitimação de seu discurso.

Em editorial comemorativo ao centenário da *Batalla de Las Piedras*, o periódico construiu uma imagem de Artigas associada ao passado, tempo em que teria ocorrido a formação do povo *oriental*. Declamou: “¡Felices por eso las naciones que glorifican su pasado con personajes consecuentes y modelos!” Considerando o personagem como um incansável batalhador e apóstolo de nobres idéias, o *El Día* deixou explícito o seu pensamento de que Artigas, mesmo o julgando com um exemplo, seria representativo de uma década particular, fruto de um tempo passado, personificação de uma época. Ao admitir essa separação entre o passado e o presente, a folha se diferenciava da grande maioria dos discursos que preferiam dar ênfase a sua capacidade de tornar-se exemplo, não importando ser ele representante de um passado distante das primeiras décadas do século XX: “*Era una sed terrible; es una sed de venganza en que todo un pasado de odio y de rencor se alzaba frente á España: el americano, habiendo sido libre quería reivindicar con la muerte su misma libertad*”. (*El Día*, 18/05/1911. Artigas. p. 4)

Transitando entre a representação de um movimento de independência causador de uma luta sangrenta entre um novo povo, sedento por liberdade, e um antigo inimigo colonizador, esse discurso teve a preocupação de construir uma imagem bastante adversa desse passado que, supostamente, estaria germinando uma nova nacionalidade. Com esse procedimento, implicitamente edificava-se a idéia de um presente bem mais evoluído quanto à capacidade de união interna, ainda que, a ação de Artigas igualmente valesse como um dos mais perfeitos exemplos a ser seguido. A sementeira de suas idéias e princípios teria sido responsável pelos frutos colhidos no futuro do país e, a *Batalla de Las Piedras*, uma obra característica desse passado.

A já debatida reivindicação da *memória* de Artigas também se fez notar no discurso *oficialista* do periódico *El Día*. Para a folha a reabilitação estaria ampla e completa, comprovada pelos documentos históricos escritos e pelas memórias, antes falseadas pelos

¹⁹⁰ Primeiramente, o diário se destacou por sua combatividade à centralização administrativa cometida pelo governo de Máximo Santos, mesmo em meio às ameaças constantes direcionadas a seus redatores. Após um fracasso revolucionário, fechou suas portas, reabrindo em 1890. Sob a direção de Battle, apoiou abertamente a candidatura presidencial de Herrera y Obes e, nesse mesmo período, promoveu uma revolução no que se refere à circulação dos periódicos no Uruguai: reduziu bruscamente o seu preço, passando para a metade do valor normalmente cobrado pelos tradicionais diários. Esse procedimento pode ser considerado como o maior impulso para o aumento da circulação já observado pela imprensa popular do país. (MEDINA, 1900: 49-50).

próprios historiadores. Essa falsificação representaria uma sombra que encobria o *herói*, ofuscando a sua imagem:

En la evocación del cuadro revolucionario de América, algo así como un aliento opaco impide serenarse los fúlgidos detalles de la gloriosa independencia. Es sangre de las víctimas que corre en el estéril sacrificio del vencido; es despotismo y espíritu monárquico que amenazan volver hacia el pasado. Pero la vaporosa (...) materialización de errores y de crueldades no alcanza á Artigas, - Como esos rincones del cielo que en un firmamento cubierto de estrellas, la figura del prócer en la época, se destaca altiva, generosa, única. (El Día, 02/06/1911)

Para o editorial, a *memória* do “*libertador*” estaria salva, somente faltando decifrá-la: “*El estudio y la idea no están hechos para todos; pero el corazón sí*”. Com isso, seria preciso sentir profundamente a Artigas, e nessa tarefa teriam colaborado todos aqueles que fizeram parte das celebrações relativas ao centenário da *Batalla de Las Piedras*. Ao longo da construção desse texto, percebe-se o propósito de transmitir que o *sentimiento patriótico* de alguma forma teria alcançado o seu ápice na ocasião das festividades. A *sensibilidadade cívica* que faria parte de um seletto grupo de cidadãos estaria alcançando um contingente bem maior da sociedade.

O entusiasmo nutrido sobre a figura de Artigas supostamente teria chegado ao coração do povo como um todo, unindo a totalidade da população uruguaia. Essa idéia de junção de sentimentos exposta pelo jornal, possivelmente baseou-se na intensa participação dos diferentes grupos políticos, culturais e estudantis que se juntaram às comemorações ocorridas em ambientes públicos, formando um ambiente socialmente heterogêneo. A também participação de pessoas de todas as idades ganhou destaque especial nesse discurso aglutinador proposto pelo órgão e, para isso, nada mais comum do que buscar nas crianças e nos idosos esse exemplo de união:

Los niños con banderas y con flores, se aproximan silenciosos al Panteón Nacional y al pedestal conmemorativa de Las Piedras, rindiendo también un homenaje a triunfal victoria artiguista de hace 100 años. Y los hombres lo mismo: todos congregados, hasta los ancianos formaron y siguieron las manifestaciones por las calles y las plazas, unidos por un hermoso lazo de solidario sentimiento, que hizo olvidar por un momento las luchas fratricidas; todos para acercarse a Artigas, á el, que daba á los pueblos una sola divisa y una sola patria. Han marchando con el mismo entusiasmo desbordante de pasión y sentimiento de otros días, sosteniendo en el himno y con la pujante del grito y del aplauso, la viril energía de los mártires de ayer. (El Día, 02/06/1911)

Simbolicamente, podemos entender a participação, de forma conjunta, de idosos e crianças como um elo representativo da harmonia entre passado e futuro, respectivamente. Esse comportamento teria como pano de fundo o presente, representado pela força do *sentimento patriótico*, faculdade vista como capaz de agregar, nesse momento, todas as diferentes facções ou idades.

No entanto, uma outra prática bastante comum para o período foi apresentada pelo *El Día*. Seguindo uma linha semelhante ao artigo anteriormente trabalhado, procurou transmitir a idéia de um passado associado à adversidade, em especial, à guerra, em contraponto, discursou sobre um presente caracterizado pelo trabalho e bem mais pacífico que seu pretérito. Mais evoluído, o presente dispensaria as guerras e as armas agora estariam sendo substituídas por ferramentas de trabalho no campo. Se a sociedade estaria supostamente passando por um estágio mais avançado, o mesmo teria acontecido com o *patriotismo* que, se antes uniu para a guerra, no momento ocupava-se pela paz.

No pensamento do periódico *battlista*, Artigas aparecia no centro de todo esse processo. Um personagem que conseguiu instigar o *sentimento patriótico* do uruguaio, fazendo-o esquecer as diferenças em prol da nação. Um *herói* de um tempo mais guerreado, adverso, mas, sobretudo, responsável pelo nascimento de uma nova nacionalidade republicana. Enfim, um *herói* de seu tempo.

No caso *artiguista*, ainda que o seu lado *guerreiro* tenha marcado o período das lutas de libertação do território *oriental*, da mesma forma sobressaía-se o sentido democrático e estadista do personagem. Com isso, a Artigas eram atribuídas, fundamentalmente, três características: a militar, a democrata e a estadista. Essas virtudes completariam o eixo norteador de sua *memória heróica*, na quais a primeira, teria sido comprovada no episódio conhecido como a *Batalla de Las Piedras*, e, as seguintes, através das *Instrucciones del Año XIII*.

Em seu discurso, o *El Día* deixa a entender que o *sentimento patriótico* seria uma característica incitada pelas comemorações do centenário do embate. Antes disso, permanecia certa indiferença quanto a essa sensibilidade cívica do cidadão uruguaio. Essa antiga condição, conforme a folha, não seria fruto do simples esquecimento de coisas passadas e da própria *memória*, mas do não reconhecimento dos esforços das gerações passadas em sua determinada época em benefício de toda a sociedade com, também, da pátria:

Nosotros, desde luego, rememorando la epopeya artiguista en el momento preciso en que vamos ganando á largas jornadas grandes destinos futuros, realizamos el ideal del verdadero patriotismo que nos manda trabajar por nuestro progresivo desenvolvimiento, apreciando por nuestra propia obra toda la grandeza del esfuerzo histórico que determinó la creación y la organización de la nacionalidad. (El Día, 01/02/1911. El ambiente patriótico. p. 1)

Assim, o passado tornava-se um exemplo para um presente bastante distinto da época protagonizada pelo General Artigas. Esse modelo deveria servir para nutrir os valores cívicos e o amor ao país.

No entanto, também houve discurso no qual caracterizou um Artigas como sendo, em primeiro lugar, um exemplo de guerreiro. Tal pensamento evidentemente surgiu da apropriação do personagem por parte do setor militar. Nesse sentido, o caráter estadista de Artigas foi relegado a um segundo plano na esfera que abarcava todas as suas qualidades como *herói*. De acordo com o orador José Luciano Martínez, representante do Círculo Militar e Naval do Uruguai, antes de republicana e democrata, a glória de Artigas teria sido essencialmente militar. Apropriando-se da *memória* do líder *oriental* discorreu a seguinte sentença: “Artigas, pues, antes de ser fundador fue soldado, porque todavía no conozco un fundador de patrias sin haber sido General de batallas primero”. (*El Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1912: 155)¹⁹¹

Décadas antes, outro periódico *colorado* apropriou-se da *memória* de Artigas com vistas a legitimar e idealizar a administração do partido, contudo, através de um discurso bem mais explícito do que o exposto pelo *colorado batllista El Día*. Reflexo de um período politicamente bem mais conturbado. Celebrando o 25 de agosto, o *La Nacion* enfatizou que a data teria sido fruto ação de heróicos e bravos patriotas que teriam compreendido que a obra começada pelo “*imortal*” Artigas necessitava de bons *orientais* que a levasse adiante.¹⁹² Ao trazer esse passado “glorioso” às suas palavras, aproveitou o momento para veiculá-lo ao

¹⁹¹ Sobre as distintas apropriações do passado de acordo com o grupo apropriador, o autor Rico escreveu: “*tradición rescatada con el objetivo de consolidar identidades y legitimidades en el presente a partir de la ‘apropiación’ y ‘continuidad’ con el pasado heroico: El Artigas de las Instrucciones del Año XIII y Ortugués para la izquierda; el Artigas fundador de la nacionalidad y del ejército para los militares; Batlle y Ordoñez para la burguesía nacional y Aparicio Saravia para la pequeño burguesía insurreccional*”. (RICO, 2006: 34-35)

¹⁹² No mesmo sentido de rememoração da obra no imaginário presente, um periódico *blanco*, *El País*, publicou um discurso de Beltrán em homenagem a Artigas na data de seu aniversário de nascimento. Nele propunha aos *orientais* a realização de um tributo ao *herói* manifestando um compromisso na sustentação da paz no tempo presente: “*un grito de esperanza en vez de la eterna maldición de los guerreros, la escuela abierta para siempre al niño*” e “*la sombra de los odios que se esfuman ante la visión gigantesca del porvenir que avanza*”. (*El País*, 19/06/1923)

governo *colorado* afirmando que, ao render culto a essas glórias passadas, não poderiam deixar de fazer justiça elogiando, também, o General Santos por sua conduta supostamente “*noble y elevada*” e pelo seu *patriotismo*. Entusiasmada declarou a folha: *Felizmente tenemos un Gobernante digno de haber nacido en la Pátria de Artigas y Rivera. (La Nación, 24/08/1884. 25 de Agosto de 1825. p. 1)*

A tentativa de apropriação de um símbolo

Em se tratando da bandeira nacional uruguaia, a mesma foi alvo de polêmica em 1911, ano marcado pela comemoração do centenário da *Batalla de Las Piedras*. Nas páginas do diário *battlista, El Día*, Martín Flores defendeu a adoção do pavilhão de Artigas como principal símbolo nacional em detrimento branca e celeste utilizada pelo Uruguai.¹⁹³ O autor afirmou que o General Artigas já teria sido alvo de poemas dignos de passar para imortalidade das letras, pinturas, hinos e marchas, contos, lendas e atos dramáticos, enfim, povo e governo já teriam se unido para festejar a sua memória. Porém, essa troca de símbolo se caracterizaria como uma necessidade nacional. O primeiro argumento lançado referiu-se à estética das bandeiras. Segundo ele, a iluminação das ruas se via favorecida pela bela coloração vermelha, azul e branca do símbolo de Artigas, ressaltando-se, ainda mais, quando ao lado da “sensível” tradicional bandeira branca e azul. Quanto a esta, Flores enfatiza que, apesar de achá-la bonita, facilmente tinha seu tom prejudicado pela ação do ar ou da chuva, além, de ser pouco distinguível a certa distância, tanto na terra como no mar. No que se refere à representação de seus traços, afirmou que a então divisão, que trazia nove faixas, não condizia com o presente, pois o território uruguaio já comportava um número maior de Departamentos.¹⁹⁴

Nesse primeiro artigo, os argumentos utilizados pelo autor, em defesa do uso da bandeira *artiguista*, foram variados. Ressaltou o aspecto original da faixa diagonal contida nesse pavilhão, o que a ajudaria a distinguir-se das demais. Porém, suas explicações mais incisivas se referem à ligação histórica que cada uma representava na gênese da nação uruguaia. A bandeira de Artigas, denominado de “*el más grande de los héroes americanos*”, foi considerada como a primeira a figurar *gloriosamente* no território do país e, também por

¹⁹³ Tal símbolo foi utilizado a partir do ano de 1828.

¹⁹⁴ As nove faixas, intercalando as cores azul e branca, representavam os primeiros nove departamentos nos quais o território uruguaio foi dividido administrativamente.

isso, não existiria uma razão plausível para substituí-la, visto que o novo símbolo sempre seria considerado a injusta substituta de uma titular “*llena de gloria, de belleza y de méritos que no há caducado em espíritu ni muerto de hecho*”. A evocação que a bandeira de Artigas supostamente provocaria, ao ser hasteada em solo ou em um barco, seria de lembrança dessa figura legendária e simpática para a população.

Além disso, um outro ponto foi destacado como sendo uma qualidade fundamental da bandeira inicial: ela não teria participado das várias lutas internas que a história uruguaia apresentou nas décadas posteriores à conquista de sua independência. Não estaria “manchada” com o próprio sangue da população *oriental*, simbolizando a união dos uruguaios “*en la paz y en el trabajo, en el orden y el progreso*”. (*El Día*, 17/06/1911)

A mudança no escudo nacional também serviu de argumento para o autor, como um exemplo ou precedente, que corroboraria para uma possível modificação, nessa ocasião, no maior símbolo uruguaio. Com esse antecedente, lanço a seguinte indagação: “*¿Por qué no habría de ser cambiada la actual bandera?*”

Adotada há muitas décadas, a simples substituição da bandeira nacional não se caracterizava como algo fácil de ser posto em prática, haja vista a freqüente utilização do atual estandarte em cerimônias públicas, livros, quadros e tudo que pudesse proporcionar uma representação do Estado Nacional Uruguaio.

Talvez buscando uma melhor aceitação do retorno da bandeira *artiguista*, ou ainda mesmo, para mais perfeitamente adequar o que se imaginava ser o passado real do Estado uruguaio ao símbolo maior da nação, Martín Flores propôs a adaptação de uma alegoria, representativa do *sol nascente*, na bandeira a ser reutilizada. Argumentado que teriam o direito, por razões geográficas, a permanecer ostentando tal efigie, propõe a sua colocação no centro da faixa diagonal vermelha em detrimento da colocação no canto superior, apresentado pela bandeira branca e celeste.

A fim de que sua idéia fosse devidamente debatida, Martín Flores fez o seguinte chamamento:

A los entusiastas adalides de la gran causa de Artigas ancianos y jóvenes al señor Presidente de la República, ciudadano don José Batlle y Ordoñez, espíritu altruista y en quien encuentran eco todas las ideas generosas y patrióticas, á los señores miembros de las dos Cámaras, á los señores periodistas de todas las opiniones y de todas las tendencias y á todos los que sientan el mismo entusiasmo que me anima en estos instantes me dirijo para que hagan suya esta modesta idea mía, que no tiene siquiera el mérito de una iniciativa, pues ella esta latente en el corazón de todos los uruguayos desde nuestros tiempos heroicos. (El Día, 05/06/1911)

Numa segunda ocasião Flores voltou a discutir a troca da bandeira nacional uruguaia. Conforme o próprio, estaria ainda mais firme em suas convicções ao retornar à *‘línea de ataque’*, enfatizando o que considera de injusta e sem plausível razão a substituição da bandeira *artiguista* por uma nova que, embora sendo bela, não a alcançaria em galhardia estética, em gloriosas tradições, nem em relevância histórica. Buscando uma melhor propaganda de seu ideal, solicitou, à imprensa do interior do Uruguai, a reprodução de suas colunas objetivando a abertura ao debate público.

Um novo motivo foi acrescentado ao seu discurso em defesa da bandeira criada por Artigas: o lado psicológico. No seu pensamento, uma nacionalidade viril, turbulenta e combativa como a uruguaia, não poderia ser representada por um pavilhão composto por cores tão “inocentes” como o branco e o celeste, mais apropriadas para ornamentar um altar religioso, ou vestir o corpo de uma criança, do que ser hasteada em um mastro. Reafirma a necessidade da utilização da faixa de cor vermelha ao atestar que a bandeira que não a incluísse se destacaria pela pobreza estética.

Apesar da franca justificação para a adoção da *bandeira artiguista*, o autor reconheceu a existência de defensores da branca e celeste. As constantes *festas patrióticas*, já destacadas, teriam servido de pretexto para que as crianças vestissem essas cores, bem como, nos carnavais e em celebrações pátrias ou escolares. No entanto, afirma, “*si Artigas es considerado como, el padre de la patria, si su memoria ha llegado a constituir una religión para los uruguayos, no se puede venerarle en absoluto, si no le reconoce implícitamente todas sus obras*”. A bandeira do General teria sido umas das marcas mais profundas deixadas no coração da comunidade e, reavê-la, considerada uma medida justa do povo.

Para o argumento de que a branca e celeste já deteria a sanção e o reconhecimento conquistado após muitos anos de serviço, respondeu que o Brasil já havia alterado o emblema central de sua bandeira, bem como Portugal as cores da sua, embora tenha admitido que esses câmbios tenham obedecido a mudanças de regimes nos referidos Estados. (*El Día*, 06/06/1911)

Contudo, uma das manifestações contrárias à sua proposta de troca proveio de um editorial publicado na mesma folha de notícias. Simplesmente denominado como *La Bandera Nacional*, o referido artigo expôs que, apesar do elegante e apreciável pendão *artiguista*, a bandeira bicolor era muito bonita e gloriosa para ser substituída. Para as populações, afirma que as bandeiras significariam sua própria existência, “*con todos los amores, con todos los*

recuerdos, con todas las glorias inherentes á su patrimonio histórico y a su fe nativa en los grandes destinos patrióticos”. Alterar a bandeira seria sinceramente incorrer a uma insignificante inovação não aconselhada por nenhum motivo. Uma mudança, nesse contexto, em nada garantiria que mais tarde do mesmo modo fosse proposta a adoção de outro estandarte, por exemplo, a dos *Treinta y Tres*.

No mesmo discurso, enfatiza que a própria história uruguaia apontaria que a única e definitiva bandeira nacional seria a bela e patriótica branca e celeste e, ao mesmo tempo, desautoriza o pavilhão empunhado por Artigas ao afirmar que:

La bandera de Artigas, - y esto de ningún modo significa empequeñecer la memoria del primero y del más augusto de los orientales, - es un símbolo puramente provincial, aunque la autonomía que tradujera sus hazaña fuese precursora de la nacionalidad que hoy constituimos. – Es la misma bandera argentina de las Provincias del Río de la Plata con la franja diagonal de las epopeyas artiguistas; es la bandera de un conjunto federativo de pueblos que hoy no existe y que el vencedor de Las Piedras remarcó con la sangre de sus odiseas inolvidables para destacar el esfuerzo propio de las incoherencias y claudicaciones del patriciado dirigente de la Revolución. (El Día, 19/06/1911)

Finalizando nesse propósito de repreender a mudança da bandeira nacional, o editorial se utilizou da própria instabilidade política atravessada pelo Uruguai no século XIX, designado como um processo longo e acidentado, para defender a permanência do tradicional pavilhão. Passar por toda essa circunstância adversa teria concedido o direito de ser para sempre o símbolo mais importante do país.

Toda a onda patriótica que caracterizou o ambiente intelectual uruguaio nas décadas adjacentes ao 1900, provavelmente tenha auxiliado na inclusão, da bandeira celeste e branca, na relação dos símbolos associados à identidade nacional de então. A troca de um símbolo já consolidado, ou em vias de, impelia a instalação de um processo dual e complexo: se por um lado, seria necessário um procedimento de *dissociação* acerca do atual símbolo pátrio, ou seja, a aceitação de um discurso que retirasse da bandeira azul celeste a capacidade de se manter como símbolo máximo da nacionalidade uruguaia e, por outro lado, exigia-se um processo de *associação*, no qual o novo símbolo a ser empregado deveria estabelecer uma intensa relação com a identidade atribuída ao cidadão uruguaio.

CAPÍTULO 3

A MATERIALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS DOS *HERÓIS* EM BRONZE

O presente capítulo analisará, mais precisamente, os processos de construção dos monumentos em questão, começando pela elaboração de suas respectivas leis até a inauguração das obras em suas localidades.

Na primeira parte, será analisado todo o procedimento que envolveu a elaboração do Monumento-túmulo ao General Bento Gonçalves da Silva, erguido na cidade do Rio Grande, desde a doação dos restos-mortais do personagem, passando pela discussão de qual praça seria escolhida como sede do monumento, pela movimentação da sociedade sul-rio-grandense no projeto, pelas disputas de representações no interior da comissão organizadora e, por fim, pela materialização da obra. Para um melhor entendimento sobre essa última etapa do processo, o capítulo proporcionará um debate sobre as imagens representadas pelo bronze do monumento, bem como, as apropriações, ou tentativas, dos grupos patrocinadores.

Já, a segunda parte do capítulo, trará a análise mais específica sobre o processo de criação do monumento ao General José Gervasio Artigas e suas implicações. Para isso, buscará o momento de oficialização da *memória* do *herói*, através da elaboração de sua imagem. Além disso, debaterá o papel da Plaza Independencia para a sociedade da época, inserindo-a no seu contexto sócio-econômico. Por outro lado, também será analisado o papel da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, que reuniu um seleto grupo de políticos e intelectuais, ficando com o encargo de organizar o controverso concurso para a eleição do escultor responsável por esculpir o monumento. Finalizando o presente capítulo, serão debatidas as questões referentes à escolha da data da inauguração da obra e os inúmeros debates sobre as alegorias modeladas no bronze da estátua.

3.1. O processo de materialização da *memória* de Bento Gonçalves na Praça Tamandaré

A doação dos restos-mortais de Bento Gonçalves à cidade do Rio Grande

Como pudemos perceber ao longo da tese, a *memória* acerca da Revolução Farroupilha e de seu maior expoente, Bento Gonçalves, passou por um processo de aceleração com a proximidade do século XX. Com a proclamação da República e a ascensão dos republicanos *castilhistas* ao poder estadual, iniciou-se a busca por novos símbolos e personalidades capazes de representar o ideal republicano, tanto na esfera nacional, quanto na regional. Enquanto, no Brasil, a figura do inconfidente Tiradentes assumia um importante posto nesse novo imaginário nacional, no Rio Grande do Sul, o General Bento Gonçalves da Silva passava a concentrar as atenções no processo de construção de uma *memória* republicana sul-rio-grandense.

O primeiro grande passo para a oficialização da *memória* de Bento Gonçalves no estado foi a inserção de um artigo na Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul¹⁹⁵, promulgada em 14 de julho de 1891, nas Disposições Transitórias:

Será elevado, em uma das praças públicas do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves e de seus gloriosos companheiros da cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, se antes a iniciativa particular não houver satisfeito esse patriótico tributo. (OSÓRIO, 1981: 301)

Transcorrida quase uma década, um grupo de rio-grandinos, realçado pela figura do historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, teve a iniciativa da formação de uma comissão incumbida para o erguimento de um monumento em homenagem a Bento Gonçalves da Silva, na cidade de Rio Grande. Em paralelo à organização dessa obra, a comissão também trabalhou com o intuito de transladar os restos-mortais do *herói* para o município, empenhando-se na idéia de erguimento de um monumento-túmulo que tivesse um significado ainda mais amplo para a sociedade sul-rio-grandense. Nesse momento, a Comissão Promotora do Monumento a Bento Gonçalves da Silva contava com os seguintes membros: Carlos Augusto Ferreira de Assunção, Presidente e Intendente Municipal; Coronel Antonio Ilha

¹⁹⁵ De acordo com o que foi dito por outro membro constituinte de 1891, Assis Brasil, o qual junto com Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos, fora nomeado para elaborar essa Constituição, o texto do documento teria sido inteiramente concebido por esse último.

Moreira; Virgilino J. da Porciúncula Junior; Ignácio Xavier de Azambuja, tesoureiro; e Alfredo Ferreira Rodrigues, secretário.¹⁹⁶

Após a morte de Bento Gonçalves, seus despojos ficaram sepultados no cemitério da povoação de Pedras Brancas, atual município de Guaíba.¹⁹⁷ No final de 1850, Joaquim Gonçalves da Silva realizou a exumação dos ossos e os transferiu para a casa de sua família na estância de Cristal, em São João do Camaquã, onde permaneceram até setembro de 1893 sob a sua guarda. Com a sua mudança para a cidade de Bagé, os restos mortais ficaram sob a responsabilidade de seu irmão Caetano até seu falecimento quando, então, passaram para os cuidados de sua esposa, Maria Thomazia Azambuja. Finalmente, no ano de 1900, a última pessoa responsável pela guarda doou para Ignácio Xavier de Azambuja, seu primo, os despojos de Bento Gonçalves. Membro da Comissão Promotora do Monumento, por sua vez, Ignácio Azambuja repassou a guarda do *herói* para a Intendência Municipal do Rio Grande, no mês de setembro de 1900, data na qual ocorreram as festividades cívicas.

No entanto, cabe lembrar que Alfredo Ferreira Rodrigues mantinha longa correspondência com o único filho sobrevivente do *herói*, Joaquim Gonçalves da Silva, o que foi, de certa maneira, um aspecto facilitador para o processo de doação dos despojos para a cidade do Rio Grande.

Finalmente, Bento Gonçalves da Silva conquista Rio Grande

Embora com a intrincada relação histórica entre Bento Gonçalves e a cidade de Rio Grande¹⁹⁸, os restos mortais do general *farroupilha* foram trasladados para esta localidade em agosto de 1900. (FIG. 01) Ao tomar conhecimento dessa doação, prontamente a imprensa local partiu para a saudação do acontecimento. Nesse sentido, a folha *Rio-Grandense*, de cunho *republicano-castilhist*, portanto governista, foi um dos primeiros órgãos de imprensa

¹⁹⁶ O cargo de Presidente era exclusivo para o Intendente Municipal em exercício.

¹⁹⁷ Município integrante do complexo metropolitano da Grande Porto Alegre.

¹⁹⁸ Detentora do único porto marítimo do Rio Grande do Sul, a cidade se constituiu em peça-chave para a resistência imperialista na região durante a Revolução Farroupilha, sendo o principal local de desembarque das forças militares oriundas do centro do país. Visando a conquista de uma saída marítima para os *farroupilhas*, Bento Gonçalves chegou a promover uma investida à região da barra portuária que envolvia Rio Grande e a Vila de São José do Norte, do outro lado do canal. No entanto, com um bom contingente de tropas imperialistas, a Vila resistiu aos ataques comandados por Bento Gonçalves e Garibaldi, constituindo-se num duro golpe na estratégia logística dos revolucionários. A partir desse episódio, Rio Grande se tornou no reduto de maior importância para a resistência militar legalista no Rio Grande do Sul. O insucesso nessa empreitada forçou os revolucionários a buscarem novas alternativas como, por exemplo, a expedição à Laguna em Santa Catarina.

a tratar do assunto. Exaltando esse feito para todo o Rio Grande do Sul, tratou de associar o líder *farroupilha* com o pensamento republicano:

Tal é em rápidos traços a característica do herói rio-grandense, cujas sagradas relíquias, cujos despojos venerados, a cidade do Rio Grande, terá em breve a suprema glória de acolher piedosamente, sagrando-se para todos quantos sentem pulsar no peito um coração republicano, um coração brasileiro e rio-grandense, a Meka da Liberdade. (...) É um belo pensamento que de coração aplaudimos porque, como diz o poeta, os monumentos são a história das almas e das raças nas perpétuas estrofes do granito. (Rio-Grandense, 16/07/1900. Bento Gonçalves. p. 1)



FIGURA 01 – “Translado dos restos mortais de Bento Gonçalves para Rio Grande”
Da esquerda para a direita: Caetano Gonçalves da Silva, Nicanor Rodrigues Barbosa, Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, João Alt, Ignácio Xavier Azambuja e João Francisco Bueno.
FONTE: Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Mais do que exaltar as qualidades militares do *herói* importou, para esse periódico, a modelação de um discurso preocupado em caracterizar Bento Gonçalves como um incansável combatente da causa republicana. No dia posterior, a folha voltou a discorrer sobre a importância da glorificação de Bento Gonçalves para todo o estado do Rio Grande do Sul.

Curiosamente, tentou legitimizar a cidade do Rio Grande como merecedora de conquistar a guarda do *herói*, não entrando no mérito acerca da antiga relação histórica entre a povoação e o homenageado. Para isso, a localização geográfica litorânea de Rio Grande serviu como justificativa para esse empreendimento cívico:

A cidade do Rio Grande, sendo a sentinela mais avançada em espreitar o audacioso inimigo marítimo, sendo a primeira vítima a imolar-se nos ataques de grossa artilharia que faz a guerra de cima das ondas; a par de todas as desvantagens conseqüentes de sua localização à beira-mar, deverá perceber também certas vantagens que lhe amenizem as agruras dos seus maus dias. (Rio-Grandense, 17/07/1900. Bento Gonçalves. p. 1)

Embora trabalhando o tema bélico em seu discurso, o contexto de disputa da Revolução Farroupilha, caracterizado por colocar em lados rivais o *herói* homenageado e o município homenageador, não foi mencionado.

Como na grande parte dos seus editoriais, o *Rio-Grandense* insistiu nessa idéia, intercalando-a com preceitos *positivistas* de se perceber a sociedade e sua evolução. A causa republicana *castilhista* criou um *herói* com as características semelhantes às do general que, ainda de acordo com o periódico, deveria despertar na população o desejo de imitar a sua devoção à causa da pátria e da *Humanidade*, numa clara referência ao *comtismo*. Sendo assim, Bento Gonçalves, nomeado como o *herói dos heróis de 35*, alcançou tal significação de superioridade ao ter, de acordo com os intelectuais ligados ao PRR, defendido já naquela época a bandeira que os *castilhistas* estariam consolidando em 1900.

Apesar dos restos mortais terem sido transladados no mês de agosto de 1900, as festividades oficiais, organizadas para serem realizadas no mesmo mês, ocorreram somente em setembro do mesmo ano, devido às fortes chuvas que impossibilitaram o deslocamento de Joaquim Gonçalves, filho do General, da cidade de Bagé para Rio Grande no devido tempo. Mesmo assim, subentende-se que tal atraso também tenha sido estendido para coincidir as cerimônias da transferência com uma data mais simbólica para a ocasião: o *20 de Setembro*.

Após serem desembarcados no porto do Rio Grande, os despojos foram depositados em uma urna de mármore, doada pela Intendência Municipal, com a inscrição: *Aos heróis de 1835 o Rio Grande agradecido*.¹⁹⁹ Dessa forma, o prédio público serviu como sede temporária, designando seu salão nobre para a visitação geral da população que, por sua vez,

¹⁹⁹ Estiveram presentes na solenidade de entrega dos despojos, no salão nobre da Intendência, membros do conselho municipal, comissão promotora do monumento e uma bisneta de Bento Gonçalves da Silva, a qual também participou da assinatura da ata e cerramento da urna.

promoveu uma intensa visitação ao local e enfeitou suas residências com bandeiras nacionais e *farroupilhas*.

Na ocasião do ato de entrega dos despojos, a facção *republicano-castilhista* deu continuidade à sua apropriação da Revolução Farroupilha e de seu maior representante. Além da glorificação de Bento Gonçalves, o discurso situacionista se valia do momento para atacar o antigo regime monarquista, retomando parte da oratória comum nos anos que antecederam o 1889 e que nortearam o imaginário do movimento republicano sul-rio-grandense naquele período. Novamente conferindo o republicanismo ao General *farroupilha*, o *Rio-Grandense* o representou como um líder que teria se oposto à autoridade de um bando rancoroso, retrógrado e *antinacionalista*, cerceador da liberdade *gaúcha*. No entanto, ao mesmo tempo em que usava o termo *antinacionalista*, o periódico reeditou o discurso no qual caracterizava o Rio Grande do Sul como uma sendo uma “pátria” em conflito com os “*inimigos externos*”. Teria o General Bento Gonçalves, avaliado como “*patriota gaúcho*”, lutado e libertado a sua “*pátria querida*” das mãos de uma “*anarquia desenfreada*”. (*Rio-Grandense*, 20/09/1900. 20 de Setembro – Bento Gonçalves. p. 1)

A construção de um monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva era compreendida como a instalação de um altar cívico para a população. Com a obra, erguer-se-ia um templo para a prática de uma espécie de *civismo religioso*, baseado na adoração de um personagem e seus seguidores, que teriam vivido e lutado pela liberdade de um povo: “*Vai levantar mais um templo para o culto da dedicação cívica inspirado nos ensinamentos desses valorosos obreiros de 35*”. Dito isso, a folha questionou: “*Quem ao grave da marcha solene não sente-se transportado ao altar sagrado da Pátria (...)?*”. (*Rio-Grandense*, 20/09/1900. Culto Pátrio. p. 1)

Em outra edição, o mesmo periódico *castilhista* aproveitou a ocasião para, novamente, disparar ataques ao antigo regime, censurando o descaso que esse teria tido com os despojos do *herói* sul-rio-grandense, síntese da “bravura” e da luta pela liberdade que, no momento, estariam finalmente asseguradas pelo governo republicano. No mais, apropriou-se da figura de Bento Gonçalves como um legítimo antepassado do atual grupo *republicano-castilhista*. Com isso, promoveu a idéia de que os antigos monarquistas não pertenceriam à classe de herdeiros do *herói farroupilha*:

Criminosamente, a carunchosa monarquia, os seus ineptos governos, lançaram aos esquecimentos a ossada veneranda daquele paladino da cruzada santa e imaculada de 35 estupidamente, alguns dos que ainda ontem,

em cínica compostura, compareceram à imponente manifestação do puro sentir patriótico, à manifestação eloqüente da nossa perfeita orientação política, condenaram, sem dúvida, uma tal efusão de entusiasmo, a consecução gigantesca do plano delineado pelas mãos hábeis e impolutas dos republicanos rio-grandenses. (...) Com que mágoa profunda, lancinante, vimos um único maragato, monarquista “Pangaré”, abraçar o filho de Bento Gonçalves fingindo achar-se entusiasmado pela obra gigantesca dos republicanos!

Cinismo atroz!... (Rio-Grandense, 22/09/1900. Bento Gonçalves. p.1)

Ao longo das manifestações da imprensa ficou demonstrada a clara intenção em associar a Revolução Farroupilha com o adágio político republicano do início do século XX. Explicitamente, procurou-se glorificar Bento Gonçalves como baluarte do movimento republicano no Rio Grande do Sul. Ele teria se esforçado valorosamente pela vitória da causa, justificando, de forma inquestionável, as homenagens concebidas através da bela lição de civismo e generoso preito de gratidão expressado pela comunidade rio-grandina.²⁰⁰ Um indício desse procedimento foi a inclusão de um busto relativo a Benjamin Constant ao lado da urna funerária e do retrato de Bento Gonçalves, exposto à visita no interior da Intendência Municipal de Rio Grande.²⁰¹ Por intermédio desse ato, as autoridades *republicano-castilhistas*, parte dela ligada aos apostolados *positivistas*, promoveram a associação entre o *herói* Bento Gonçalves e Benjamin Constant, este considerado um dos fundadores da República, sendo consagrado pela corrente *positivista ortodoxa* nacional comandada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Para eles, Benjamin Constant havia se tornado alvo não só da veneração brasileira, mas de todas as civilizações responsáveis pela constituição da vanguarda da *Humanidade*, não sendo possível separar sua imagem da de Auguste Comte.

A colocação do busto referente a Benjamin Constant ao lado da urna contendo os restos mortais de Bento Gonçalves tinha a intenção de trazer à tona o pensamento de continuidade histórica à história do Brasil, ressaltando a evolução republicana ocorrida no país. Foram expostos, frente a frente, dois *heróis* que representariam a luta e a ascensão do sistema republicano em solo nacional. Além disso, a própria doutrina *comtista*, conforme

²⁰⁰ Relatório do Capitão Dr. Juvenal Octaviano Miller, apresentado ao Conselho Municipal em 04/09/1905: 15.

²⁰¹ Devido ao seu papel de destaque na Proclamação da República, Benjamin Constant era integrante da trindade cívica que simbolizava o progresso da sociedade nacional em direção ao seu destino histórico. Esse grupo seria complementado pela figura de Tiradentes, na Inconfidência, e a de José Bonifácio na Independência. (CARVALHO, 1990: 41) Nesse caso, Benjamin Constant exercia, sobre o círculo *positivista*, uma fascinação peculiar ligada ao movimento republicano, um poder de destaque que deveria ser exposto para que a população pudesse sofrer a sua influência.

visto anteriormente, aludia que todos os *Grandes Homens*, durante sua experiência terrestre ou *objetiva*, carregavam as entidades e os ideais anteriormente propagados pelos antepassados. Ambos viriam, de acordo com a reflexão, do mesmo lugar e agiriam por meio das mesmas formas e condutas.

Particularmente, a cidade do Rio Grande possuía uma ligação bastante interessante com a *doutrina positivista* no período que abrange final do século XIX e início do XX. Nela, no ano de 1891, foi criado o Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense por um grupo de militares, engenheiros e funcionários públicos²⁰². Como função, essa agremiação oferecia o apoio à atividade de propaganda da doutrina desenvolvida desde o Rio de Janeiro pelo Apostolado Positivista do Brasil, constituindo-se em um dos únicos três núcleos de auxílio à propaganda do positivismo ortodoxo autorizados pelos diretores do Apostolado, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. (PEZAT, 2007: 65-66)

Distinto de Tiradentes, o qual recebeu uma aura bem mais pacífica, livre de características bélicas, e de Benjamin Constant, com uma representação pautada pela influência moral que exercia sobre os demais patrocinadores da Proclamação da República, Bento Gonçalves foi representado sob a égide do militarismo. Nesta, a figura guerreira foi mesclada e dominada, também, pela representação do sentimento de *liberdade* republicana. Procurou-se manipular a mentalidade do povo de modo que este pudesse se identificar com o *herói gaúcho* retratado. Alguém que teria lutado não pelo seu *status quo* militar ou econômico, mas pela liberdade do cidadão sul-rio-grandense que, no discurso, passava a significar república. Não importava, para o momento, identificar a relação histórica conflitante entre Bento Gonçalves, representado como republicano, e o município de Rio Grande, sede provincial do governo monárquico no contexto *farroupilha*. Colocou-se de lado todo o passado imperialista da cidade em nome de um presente pautado na construção de uma memória fundamentalmente republicana.

O herói farroupilha nas mãos de um artista português.

No final do ano de 1903, quando as subscrições populares já haviam alcançado um montante considerado satisfatório para o andamento da obra, advinda de cofres públicos e privados, coube, à Comissão Promotora do Monumento-túmulo a Bento Gonçalves,

²⁰² Grande número trabalhava nas obras da Barra de Rio Grande.

determinar o escultor responsável pela obra. A escolha do artista se constituía em peça fundamental para o sucesso de recolhimento de donativos de verbas processado junto à comunidade sul-rio-grandense.

Ratificando essa importância, tão logo a decisão sobre o escultor, a Comissão Promotora tratou de enviar, a determinadas personalidades importantes e de grande poder aquisitivo no Rio Grande do Sul, um documento que comunicava tal resolução e solicitava donativos para a obra.

A seleção do escultor se deu por meio de um concurso ao qual concorreram artistas nacionais e estrangeiros de preferência da própria comissão organizadora da obra. Solicitou-se o envio dos respectivos projetos para que pudesse ser decidido, pelos patrocinadores, qual seria o mais adequado para abrigar os restos mortais de Bento Gonçalves.

Predominou, na comissão, a preferência por escultores estrangeiros sendo que, dentre os cinco artistas requisitados, apenas um, Rodolpho Bernadelli, autor das estátuas de José de Alencar, Caxias e Osório, entre outras, era brasileiro. Entre os demais, um era francês, Fernando Hamar, escultor da estátua de Rochambeau na cidade de Washington; outro, o italiano Eumene Tomagnini, que esculpiu em mármore a figura de Cristóvão Colombo exposto na Guatemala; e dois portugueses, Thomas Costa, autor da estátua de D. Henrique, localizada na cidade do Porto e António Teixeira Lopes, conhecido por ter esculpido importantes monumentos, entre eles o que homenageava Affonso de Albuquerque, em Lisboa, e as portas da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

Entre os participantes, o escolhido foi o português Teixeira Lopes, quem Alfredo Ferreira Rodrigues avaliou como sendo responsável por uma feliz e original concepção, superando em muito a todos os outros concorrentes.²⁰³ Tal decisão, logo após o anúncio, encontrou total respaldo na sociedade, com destaque para a saudação, às qualidades do artista, publicada pela imprensa:

Teixeira Lopes é, como todos os grandes artistas, um homem de poesia e de sonho, a quem se conhece duas fases: - uma lírica, a qual, no dizer de Raul Brandão, pertencem todas as deliciosas cabeças de velinhos e crianças e

²⁰³ Carta da comissão promotora ao Intendente do município de Jaguarão, João Baptista Machado, 02/04/1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*. Com a definição do escultor português, o primeiro passo foi a contratação da firma procuradora Cardoso, Moreira & C., localizada na cidade portuguesa do Porto, a fim de representar a comissão organizadora em Portugal. Ficou ela com a incumbência relativa ao contrato, pagamentos e recebimento, além da remessa da estátua e dos demais ornamentos que completavam o monumento. Sob os seus cuidados foi assinado o contrato entre a Comissão promotora do monumento e Antonio Teixeira Lopes no dia 10 de maio de 1904.

todas as esculturas que vem até o espantoso fragmento do túmulo de Oliveira Martins – a figura da figura da História, outra que abre com essa prodigiosa e grande obra de arte e que deu a Portugal a glória de contar com um escultor igual aos maiores do globo. (Echo do Sul, 19/03/1904. Teixeira Lopes. p. 1).

Para o jornal *Echo do Sul*, a comissão teria agido acertadamente, pois a escolha de Teixeira Lopes seria uma honra para o escultor e para a cidade do Rio Grande. Completou sua linha de raciocínio, ilustrando que a realização da obra seria um casamento entre a “alma portuguesa e o patriotismo brasileiro”. (*Echo do Sul*, 19/03/1904. Teixeira Lopes. p. 1).

A escolha de um europeu para a confecção do monumento a Bento Gonçalves não se caracterizou como um impulso ocasional de seus patrocinadores. Conforme arrolado, os artistas europeus dominaram a preferência do grupo, principalmente, de Alfredo Ferreira Rodrigues que liderou grande parte das ações da comissão promotora da obra. Analisando as correspondências e as atas da Comissão Promotora, nota-se que coube, ao historiador, a responsabilidade de designar Teixeira Lopes o que, de alguma forma, elucida a sua preferência pelas questões referentes à cultura e à arte européias tão em voga nas principais cidades do início do século XX. Ao longo do livro de Atas da Comissão Promotora, Ferreira Rodrigues teve a oportunidade de demonstrar a sua fascinação pelo continente europeu e sua arte contemporânea, dando a entender que a competência de se alcançar o alto nível civilizatório estaria diametralmente ligada à presença de costumes, arquitetura, trajes e usos europeus. Nesse caso, a estátuária desempenharia o seu papel no processo modelador da sociedade.

Semelhantemente ao *Echo do Sul*, alguns anos mais tarde, o periódico *O Tempo* também recorreu à ligação histórica entre Brasil e Portugal para analisar a escolha de Teixeira Lopes pela comissão organizadora:

Bento Gonçalves imortalizado, na obra que concebeu e executou o gênio de Teixeira Lopes, tem o seu que bizarro e impressionante, que faz engolfar em fundas cogitações os que estão ao par das origens do movimento de 1835. Entre os motivos da luta que então ensangüentou as formosas e risonhas planícies do sul estava a rivalidade, aliás comum a todo o Brasil de então, entre portugueses e rio-grandenses, entre caramurus e farrapos. Pois bem, Bento Gonçalves recebe a imortalidade, o beijo meigo e vivificador da arte sempiterna, pelo gênio de um português. (O Tempo, 10/07/1909. Bento Gonçalves e o seu monumento. p. 2).

Ainda, segundo *O Tempo*, o monumento além de ser uma primorosa obra de arte se constituiria num traço simpático de união entre filhos de duas grandes pátrias, separadas, no passado, por sentimentos perfeitamente explicáveis. Entretanto, pregou que, a partir da arte, essas duas pátrias estariam irmanadas e confundidas alegremente, identificadas com um só coração e um só espírito em homenagem a Bento Gonçalves. Cabe ressaltar que em nenhum momento foi referida a relação histórica que colocara, ao longo da Revolução Farroupilha, o *herói* e cidade do Rio Grande em campos opostos.

3.1.1. O Monumento-túmulo do *herói* entre duas praças

No final do século XIX, a cidade de Rio Grande, contando com aproximadamente 30.000 habitantes, atravessava um momento ainda destacado no cenário econômico, político e cultural do estado. A despeito da recente política colocada em prática pelo PRR, a qual estimulava desenvolvimento econômico alicerçado nos constantes incentivos à imigração e à atividade industrial urbana em detrimento das *atividades* associadas ao campo, o município manteve um importante grau de desenvolvimento econômico com base no capital do setor industrial e das movimentações advindas do porto local.

De acordo com Martins, a relevância do município do Rio Grande para o crescimento industrial do Brasil esteve atrelada à existência de um parque industrial voltado não somente ao mercado sul-rio-grandense, mas, principalmente, para o país, incluindo grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, e parte do exterior. Nesse caso, o município do Rio Grande entrou com seu setor portuário e industrial ²⁰⁴ como alavanca para o crescimento da região:

Durante o que denominamos de primeira fase industrial do Rio grande, a expansão urbana do município deu-se primeiramente em virtude da instalação desses complexos e trouxe consigo uma série de modificações na estrutura urbana, através de diversos tipos de moradias que começaram a formar-se em torno das fábricas. Com este, houve a necessidade de ampliação do sistema viário e do aumento no oferecimento de serviços públicos e privados. Para isso a área citadina comercial não era suficiente para abarcar tais estruturas, fazendo com que a cidade se expanda para além do limite das

²⁰⁴ Dentre as fábricas que mais colaboraram com tal situação destacaram-se a Companhia União Fabril, empregando cerca de 900 operários e dona de um complexo urbano de grande presença e atuação na sociedade local, a indústria de charutos Poock & Comp. e a fábrica de conserva de alimentos Leal, Santos & Comp. Produtos. Martins assinala que a fundação da fábrica de tecidos Rheingantz como um marco inicial do processo de industrialização de Rio Grande. Paulatinamente surgiram indústrias diversas, envolvendo calçados, têxteis, alimentos em conserva, biscoitos, moinhos de farinha, entre outras. (MARTINS, 2004:134)

trincheiras, responsável pela proteção terrestre da urbe das invasões castelhanas. (MARTINS, 2004: 134)

Essa denominada primeira fase industrial do Rio Grande, período que abrangeu a construção do monumento-túmulo a Bento Gonçalves, correu em paralelo com a gênese da industrialização em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Antes desse sistemático crescimento observado no setor industriário rio-grandino, o comércio urbano atacadista também representou um ponto alto das atividades econômicas locais. Calcados tanto na exportação, quanto na importação, tal atividade foi responsável pelas novas características urbanas e pelo comportamento da sociedade, proporcionando, à elite comercial da cidade, uma rápida ascensão social. (VIEIRA, 1983: 131)

Com a formação industrial sul-rio-grandense embasada no eixo Rio Grande – Pelotas, o porto rio-grandino se tornou indispensável na estrutura e no desenvolvimento da produção do charque na região.²⁰⁵ Com o passar dos anos, isso refletiu diretamente na sociedade que, com a constante chegada de imigrantes, passou a revelar tons cosmopolitas. Todo esse movimento econômico proporcionou a formação de uma elite com forte poder aquisitivo, patrocinadora de clubes, teatros, prédios e eventos culturais de repercussão nacional. (MARTINS, 2004: 137)

Tal situação de desenvolvimento sócio-econômico local se constituiu numa das principais alavancas para que a municipalidade pudesse levar um projeto artístico, político e cultural à frente. Especialmente em relação à construção do monumento a Bento Gonçalves, ela colaborou tanto para a angariação dos fundos, através das sucessivas doações diretamente enviadas pelo setor comercial à comissão organizadora, como, inclusive, dando condições para que a própria população local se dispusesse a colaborar por intermédio de listas de subscrições, subsidiando os gastos referentes à obra.

²⁰⁵ Cabe salientar que a economia charqueadora teve relação direta com o desenvolvimento da região até, aproximadamente, a década de 1890, quando, então, começou a sofrer uma diminuição sistemática na sua produção e, conseqüentemente, na quantidade destinada à exportação. Segundo Fonseca, os vários fatores, que teria levado tal economia à estagnação, são vinculados à colocação do seu produto nos centros consumidores. (FONSECA, 1983: 57)

Praça Tamandaré ou Praça General Telles?

A escolha do local, mesmo aparentemente sendo uma matéria pouco polêmica, constituiu-se na questão mais tumultuada da obra e, de certa forma, refletiu o momento urbanístico pelo qual estava passando a cidade do Rio Grande. Com a idéia de erguimento do monumento em homenagem a Bento Gonçalves disseminada e aceita pela ampla maioria da comunidade, a atenção da comissão organizadora passou automaticamente a ser o da escolha do local onde a obra deveria ser devidamente instalada. Esse ponto de discussão repercutiu em vários domínios da sociedade, desde a classe trabalhadora até os órgãos governamentais do município, provocando cisões no interior do próprio grupo dos gerenciadores do projeto.

Desde logo, a preferência da comissão organizadora se voltou para a Praça Tamandaré, que, já naquela época, constituía-se na praça de maior extensão de todo o Rio Grande do Sul. Entretanto, esse logradouro fazia parte do processo de expansão do município que, devido ao seu crescimento, necessitava se expandir através de novos alinhamentos e ocupações.



FIGURA 02 – “Vista parcial da Praça Tamandaré entre 1892 e 1900”
FONTE: Fototeca do Centro Municipal de Cultura “Inah Emil Martensen”.

Tais desacordos vieram à tona durante boa parte do ano de 1904, em pleno processo de recolhimento de verbas e quando a definição pelo local não poderia mais ser protelada. Nesse ponto, dois membros da Comissão Promotora se destacaram na polarização do debate sobre a escolha do local de instalação: o secretário Alfredo Ferreira Rodrigues e o tesoureiro, coronel Ignácio Xavier de Azambuja. O primeiro, iniciador do projeto de edificação da estátua e, conforme aludido no capítulo anterior, grande estudioso da Revolução Farroupilha, enquanto o segundo, figura destacada por ter obtido a guarda dos restos mortais para Rio Grande e possuidor de laços familiares com o Bento Gonçalves da Silva.

Demonstrando pouca tolerância com uma possível troca do local onde seria instalado o monumento, o secretário da comissão, Alfredo Ferreira Rodrigues, expôs periodicamente sua preferência pela escolha da Praça General Telles²⁰⁶, aumentando a intensidade de defesa após a escolha do escultor. Como o contato com o escultor português Teixeira Lopes ficou sob sua incumbência, o rio-grandino tratou de promover, através dessa troca de correspondências entre Brasil e Portugal, uma forte influência na opinião do artista acerca dessa questão. Através de suas cartas, Ferreira Rodrigues construiu o nítido conceito de inadequação da Praça Tamandaré à arte estatuária proposta, criticando a infra-estrutura desse logradouro. Cabe ressaltar que o escultor António Teixeira Lopes nunca tinha estado no Rio Grande do Sul, portanto, a opinião de Alfredo Ferreira Rodrigues devia ter um peso bastante considerável para o artista.

Diante da contenda sobre qual praça seria definitivamente a sede do monumento, Alfredo Ferreira Rodrigues publicou, no ano de 1904, uma brochura intitulada *A Estátua do General Bento Gonçalves da Silva. Onde deve ser colocada – Justificação de voto*, na qual pôde argumentar de forma mais detalhada e incisiva o seu pensamento sobre a questão. Segundo ele, uma estátua como esta, que tinha como intuito a glorificação de um herói sul-rio-grandense, requereria um largo com pouco espaço, alicerçado por um ambiente descoberto, com freqüente e numeroso trânsito de pessoas. Admitia que a própria natureza da estátua indicava o seu local ideal de edificação, não sendo admissível cometer deslize contra a estética e o bom senso.

²⁰⁶ Em meados do século XIX, o lugar era conhecido como Praça do Mercado ou Praça Municipal. Com a visita da princesa Isabel à cidade de Rio Grande, passou a ser chamado de Praça Dona Isabel. Na última década do século, foi denominada General Telles em homenagem ao comandante das forças *castilhistas* da cidade de Bagé que socorreram o município quando este esteve sob ameaça de desembarque das tropas *federalistas* em 1893. A denominação atual, Praça Xavier Ferreira, proveio das comemorações do primeiro centenário (1935) de elevação da vila do Rio Grande à cidade.

Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues, o contexto natural da Praça Tamandaré não se adaptava para ser sede de um monumento em homenagem a um *herói guerreiro*, o qual personificaria todas as virtudes sobre-humanas de uma raça e as tradições viris de um povo, no caso, o sul-rio-grandense. Segundo ele, a praça referida tinha capacidade de abrigar estátuas dedicadas a outras personalidades como músicos, romancistas, poetas líricos e amorosos ou um administrador que houvesse se dedicado ao embelezamento da cidade.²⁰⁷

Contudo, foi no momento de comparação entre os dois logradouros que Alfredo Ferreira Rodrigues demonstrou a sua total contrariedade para com a Praça Tamandaré:

Compara-se agora a mesquinha instalação que nessa praça se poderia fazer, no meio de ruas estreitas e revestidas de barro, com a vasta e elevada escadaria do centro da praça General Telles, num largo cuidadosamente cimentado e rodeado de gradil, ou com a bela e imponente situação no canto ou ao meio da larga e extensa calçada de mosaico, compare-se o limitado trânsito de uma, durante o dia, exceção feita das tardes de domingo, com a constante circulação da outra, de dia e de noite, compare se o efeito do meio, numa a sucessão de muros, portões e casebres, e apenas aqui e ali algumas construções boas, e na outra os edifícios importantes, a série de repartições públicas e estabelecimentos comerciais; compare-se à noite o triste aspecto de uma, morta no isolamento e na escuridão, como um buraco negro no meio da vida da cidade, com a abundante iluminação da outra, cheia de movimento e de animação. (A Estátua do General Bento Gonçalves da Silva. Onde deve ser colocada – Justificação de voto. 1904. p. 10)

Através de suas cartas enviadas ao escultor português, Alfredo Ferreira Rodrigues acentuou a descrição negativa sobre a Praça Tamandaré, caracterizando-a como um local intensamente mal iluminado, rodeado de chalés, banheiros, moinhos de vento e poços os quais só viriam a subtrair o valor da obra se ali fosse exposto o monumento. Segundo ele, a localidade que fosse receber o monumento deveria possuir três condições essenciais na sua estrutura. A primeira seria um tamanho proporcional que desse a perfeita impressão artística, impondo-se aos transeuntes. A segunda condição seria a importância do local para a cidade, porque, segundo ele, o meio reagiria sempre poderosamente sobre a obra de arte e sobre o indivíduo. E por último, no que se refere ao trânsito, este deveria se apresentar intenso para que o monumento pudesse ser visto por todos para admiração geral, sem haver necessidade de ir procurá-lo. Por intermédio de suas variadas manifestações, percebe-se que a segunda

²⁰⁷ Segundo Ferreira Rodrigues, este logradouro não estaria apto a sediar um poeta genial, citando como exemplo, Camões, ou um orador tribuno, como Gambetta ou, até mesmo, um administrador que tivesse remodelado uma nacionalidade, citando para isso Pombal.

condição primordial, proposta pelo historiador, foi a mais freqüentemente utilizada para construir a representação inadequada da Praça Tamandaré, sendo constantemente difundidas por Ferreira Rodrigues em mensagens ao escultor e nas explicações endereçadas à sociedade.

Alfredo Ferreira Rodrigues, no entanto, descreveu para o artista uma Praça General Telles como um ambiente adequado para tal fim, qualificando-o como o ponto mais movimentado da cidade e importante tanto no momento como no futuro de Rio Grande. Inclusive destacou o benefício proporcionado pela proximidade que a praça tinha com o porto e o edifício da Alfândega, edificações caracterizadas, por ele, como possuidoras de vastas e monumentais proporções. A zona portuária e comercial existente ao redor da praça implicaria na sua importância para a sociedade rio-grandina no início do século:

O Rio Grande, que tem hoje mais de 30.000 habitantes, é o único porto do estado, e a sua situação comercial e industrial é dos primeiros do Brasil. Ponto terminal de quase toda a extensa rede de estrada de ferro que correm o estado, a ele afluem os produtos do [ilegível] e por ele entram todas as mercadorias importadas. O porto é a vida toda da cidade, e o grande movimento comercial se concentra exclusivamente nas 3 ruas paralelas no seu extenso.. (Carta de Alfredo Ferreira Rodrigues a Teixeira Lopes, 19/04/1904 - Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues. Manuscrito).

Além do porto e da Alfândega, outras edificações foram destacadas como embelezadoras do local. Do mesmo modo, Ferreira Rodrigues citou também o Mercado Público, a Biblioteca Rio-Grandense, a Sub-Intendência e Intendência municipais, como participantes de um cenário propício para a instalação do monumento. Todo esse espaço por ele defendido simbolizava um lugar privilegiado do poder administrativo e cultural do município. A arquitetura em torno da Praça General Telles traduzia, para ele, uma concepção tradicional de se conceber a cidade de Rio Grande.

Ainda sobre essa mesma praça, Ferreira Rodrigues avaliava que a estátua teria um aspecto imponente e digno de uma cidade desenvolvida. Contrariando quem defendia a Praça Tamandaré como sede, explanava que as estátuas não eram feitas para embelezar praças, mas que as praças deveriam realçar as estátuas.²⁰⁸ Mesmo com todo esse debate sobre o assunto, o historiador da Revolução Farroupilha procurava não tornar pública a discussão a fim de não

²⁰⁸ Carta a Teixeira Lopes, 19/04/1904 - Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues. Manuscrito.

dificultar a arrecadação de fundos na comunidade contrária ao erguimento à instalação na Praça General Telles. Dessa forma, o secretário permaneceu atuando em duas frentes: a primeira com o escultor e a segunda no interior da comissão organizadora.

Nesse tom, Ferreira Rodrigues pretendeu a conquista e o voto de confiança do artista português através da sistemática e veemente parcialidade contida nas informações que enviava o que, talvez em sua estratégia, pudesse facilitar a aceitação de seu projeto. Contudo, como ele mesmo havia previsto, o setor contrário à instalação do monumento na Praça General Telles cresceu e tomou partido na disputa.

Todo esse empenho despendido pelo historiador a fim de levar o monumento-túmulo de Bento Gonçalves para a tradicional Praça General Telles surtiu um efeito momentâneo. O descarte da Praça Tamandaré como sede dos restos mortais do general, ocorrido em meados de 1904, constituiu-se numa ação de alguns integrantes da própria comissão promotora da obra, sem levar em conta a preferência da população rio-grandina que, por intermédio das subscrições populares, sustentavam as finanças do projeto. Tudo isso levou a uma série de divergências no interior e fora da comissão, despertando uma reação imediata da comunidade. Contra essa mudança de praça, circulou pela cidade uma *Representação Popular*, direcionada à Intendência e à comissão encarregada pela obra. Anexado ao documento, um abaixo-assinado ressaltava a escolha da Praça Tamandaré como tendo obtido um aplauso unânime da população que desejava, assim, a permanência de tal localidade como sede.²⁰⁹

A representação que se autodenominava como o *eco da vontade geral* do município, enfatizou a difícil e onerosa adaptação que a General Telles ainda necessitaria para abrigar a obra o que, segundo o documento, encareceria de forma desnecessária o orçamento estimado para a conclusão do projeto.²¹⁰ No mesmo sentido, porém não de forma pública, Alfredo Ferreira Rodrigues concordava que a mudança de local, sugerida por ele, realmente acarretaria em maiores gastos para uma comissão que ainda não dispunha de condição financeira para isso,²¹¹ mesmo assim, continuou defendendo sua proposta.

²⁰⁹ Cabe lembrar, que, desde a doação dos restos-mortais do General *farroupilha* à cidade do Rio Grande, a Praça Tamandaré já havia sido escolhida e noticiada como sendo o local que iria receber o monumento, não havendo qualquer moção de mudança. Portanto, a proposta de Alfredo Ferreira Rodrigues, apresentada em 1904, trouxe certa surpresa ao processo.

²¹⁰ *Representação Popular*. Rio Grande, 16/05/1904.

²¹¹ Carta enviada a Joaquim Francisco de Assis Brasil, 11/04/1904 - *Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues*. Manuscrito.

Essa *Representação Popular* foi reflexo dessa insatisfação pelas obras públicas que teriam de acontecer caso a mudança fosse colocada em prática. Surgiu uma forte resistência contra a retirada do chafariz (FIG. 03) existente no centro da Praça General Telles e as reformas que esse ato acarretaria. Alfredo Ferreira Rodrigues previu antecipadamente tal situação em carta endereçada a Teixeira Lopes em 11 de abril de 1904, na qual argumentava que a comissão promotora certamente teria de vencer algumas resistências para ser executado o seu plano. Concluindo a sua argumentação, enfatizou que nada o demoveria do propósito de preparar a obra de arte do enquadramento grandioso que ela demandava enquanto tal.



FIGURA 03 – “Chafariz da Praça General Telles no início do século XX”
FONTE: Arquivo do Centro Municipal de Cultural Inah Emil Martensen.

Dentre as manifestações em favor da Praça Tamandaré, além da *Representação Popular* relatada, sobressaiu-se o membro da comissão Ignácio Xavier de Azambuja o qual, em resposta às insistentes tentativas de Alfredo Ferreira Rodrigues, exerceu uma forte influência contrária a tal ato pretendido pelo historiador. O Coronel Ignácio Xavier Azambuja, como era reconhecido, caracterizou-se por representar o outro lado da discussão sobre a questão relativa ao local. Colocou-se ao lado da vontade comunitária em geral, ou

seja, pela adoção da Praça Tamandaré como sendo o lugar ideal para a edificação que sediará os restos mortais do general *farroupilha*.

Em resposta à tentativa de Alfredo F. Rodrigues, Azambuja escreveu sua justificação de voto em defesa da manutenção da Praça Tamandaré como sede:

Na grande extensão, e situação da praça Tamandaré, está justamente a sua maior importância, acusando suas variadas construções, muito embora não esteja ela rodeada de edifícios de valor e arquitetura; o que o futuro principalmente, por iniciativa de capitalistas para a completa garantia de seus lucros, além de ser o ponto atualmente da população pela maior liberdade e pureza de ar, tão necessários aos habitantes dos grandes centros; e é nessas ocasiões de recreio que o povo mais habilitado apreciará detidamente a estátua, e os feitos do grande guerreiro, cuja memória se glorifica. (Justificação de voto de Ignácio Xavier de Azambuja, 1904 - Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora).

Neste trecho, Ignácio Xavier de Azambuja já antecipava o caráter comercial da área, alegando a vinda de empresários, o que, mais tarde, viria confirmar-se com a maciça instalação das casas de comércio ligadas, principalmente, aos imigrantes de origem libanesa na rua 24 de Maio, adjacente a essa praça.²¹² A visão do referido membro da comissão apreendeu uma maior atenção ao crescimento que a cidade de Rio Grande estava atravessando no início do século, contrastando com o pensamento proposto por Ferreira Rodrigues que se centrava, principalmente, no passado histórico do Rio Grande. Nesse mesmo sentido, Azambuja defendia-se daqueles que viam a Praça Tamandaré como muito mal iluminada, ressaltando sua certeza de que a luz elétrica logo seria estendida ao local, o que realmente acabou se concretizando poucos anos após esse debate.

Outro forte argumento utilizado por Ignácio Azambuja foi o fato de que a Praça Tamandaré fora palco de todas as festividades alusivas ao *20 de Setembro* desde a doação dos restos-mortais do General Bento Gonçalves. Desde a instalação da Pedra Fundamental no ano de 1900, até as festividades que a sucedeu ano a ano.

Essa diferença de abordagens e visões responsáveis pela polarização das ações no seio da própria comissão organizadora do monumento serviu para esclarecer alguns contrastes entre o campo de influência exercido por Alfredo Ferreira Rodrigues e o de Ignácio Xavier de Azambuja. De acordo com a perspectiva de que dentro da disputa para a imposição legítima

²¹² Ignácio Azambuja enfatizou que, embora parte do alto comércio da cidade não tivesse assinado a Representação Popular em prol da Praça Tamandaré, alguns importantes negociantes e proprietários, até mesmo da Marechal Floriano, principal rua junto à Praça General Telles, assinaram o documento.

os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem do grupo, Ferreira Rodrigues apareceu como detentor de uma parcela significativa dessa ação. (BOURDIEU, 1996:82) Como reconhecido historiador e intelectual, detinha um discurso bastante valorizado na intelectualidade sul-rio-grandense, sendo que foi desse setor que saiu o maior apoio público ao seu propósito. Assim, o *Echo do Sul* expôs uma longa defesa redigida pelo, também intelectual, Mário de Artagão²¹³:

A gente acaba por cansar na lufa-lufa estéril dos esforços e dos sonhos. E espanto não pequeno me esmaga, quando vejo um irmão pelo espírito, como Alfredo Ferreira Rodrigues, a cavar os alicerces de um monumento, que há sido a sua extenuante preocupação de dois longos anos e que, ideado apenas, ameaça desabar, soterrando para sempre as aspirações de uma tempera patriótica, aliadas a vibratibilidade de uma alma nervosamente artística. (Echo do Sul, 04/07/1904. A Estátua I. p. 1).

O autor ressaltou que a responsabilidade de escolha da praça seria única e exclusiva de Alfredo Ferreira Rodrigues: *‘Pertence-lhe a idéia a memória de Bento Gonçalves; é seu muito seu, todo o trabalho de pertinácia incansável’*. Valorizando todo o esforço empreendido pelo historiador na glorificação do líder *farroupilha* declarou que *“à sua pena deve o guerreiro rio-grandense um notável ressurgimento histórico”*. Segundo Artagão, todo esse trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues na recuperação de Bento Gonçalves estaria ganhando uma nova etapa, agora em forma de bronze, materializada:

E não contente em fazê-lo passear através de centenas de páginas triunfantes, entendeu Alfredo Ferreira Rodrigues que devia ir mais longe: - e foi assim que pensou em casar a sua pena com o escopro de Teixeira Lopes, confiando ao bronze à rjeza da figura que um estilo adorável soubera plasmar e marrojos de aprumo e aturdimentos de entusiasmos. (Echo do Sul, 04/07/1904. A Estátua I. p. 1).

No entanto, mesmo atribuindo a responsabilidade de escolha ao iniciador da obra, Mário de Artagão também não deixou de demonstrar a sua preferência a qual coincidia com a praça e o local escolhido por Alfredo Ferreira Rodrigues. O autor sugeria que nesse local Bento Gonçalves deveria *viver* em bronze. Para que não existissem objeções devido à

²¹³ Mário Artagão foi um literato com repercussão regional. Destacou-se por ser um grande defensor do sistema monarquista e tenaz crítico do pensamento e da prática republicana.

proximidade que este ficaria com o Monumento à Liberdade, propunha uma custosa obra de remoção deste monumento erguido no ano de 1889. Dizia, ainda, que o Monumento à Liberdade²¹⁴ deveria ser transferido para a Praça Tamandaré, enfatizando os subseqüentes gastos como insignificantes perante o valor da obra: *“a arte tem exigências, antes as quais todo o espírito de economia é um insulto baixo que não se perdoa”*. (*Echo do Sul*, 05/07/1904. A estátua II. p. 1)

O monarquismo de Mário Artagão ainda se constituía em característica bastante latente em seu discurso, chegando ao ponto do autor não adotar as nomenclaturas que as praças e as ruas do Rio Grande ganharam após a Proclamação da República. Nesse caso, ao invés de General Telles o autor a chamava de Praça D. Izabel. Já a rua Marechal Floriano retomava seu antigo nome: Pedro II. A mudança do Brasil para o regime republicano não influenciou o intelectual a acompanhar essa nova estrutura política. Mesmo após 1889, Mário de Artagão manteve seu discurso em defesa da monarquia: *“Para um povo ser feliz é bastante que monarquias e repúblicas sejam governos liberais. Há, porém uma diferença entre monarquia e república: é que aquela é governada pelo povo e esta pelos especuladores do povo”*. (*D. Pedro Segundo*. Número único e comemorativo, 04/01/1892. Profissão de fé. p. 2)

Por esse fato simbólico, não fica difícil compreender o descaso do monarquista Mário Artagão para com essa obra ao pregar sua remoção para a Praça Tamandaré, local que, segundo ele, era inadequado para a estátua de Bento Gonçalves devido, entre outras coisas, seu imenso arvoredo. Tratando sobre isso, o autor representou os monumentos como organismos vivos, poeticamente dotados de sentimentos e desejos: *“Ademais, as estátuas que celebram façanhas de um povo, não se devem esconder no ensombramento da jardinagem. Querem o sol, querem fitar de frente a imensidade do infinito!”*. (*Echo do Sul*, 04/07/1904. A Estátua. p. 1)

Nitidamente se percebe que o escritor atribuía a Alfredo Ferreira Rodrigues todo o processo que levou ao erguimento do monumento em homenagem a Bento Gonçalves de Silva. Em nenhum momento, ao longo dos dois longos artigos escritos em defesa do historiador, o autor divide o cometimento com outros membros da Comissão Promotora.

Com o apoio de boa parcela da população rio-grandina, a proposta de manter o monumento de Bento Gonçalves na Praça Tamandaré demonstrou ser mais forte a ponto de

²¹⁴ Tal monumento, localizado na antiga Praça General Telles, foi erguido por iniciativa da Câmara dos Vereadores do Rio Grande em homenagem ao aniversário da abolição da escravatura no país. Teve sua pedra fundamental lançada no dia 13 de maio de 1889, porém, com a proclamação da República ocorrida no mesmo ano, sua simbologia foi apropriada pelos republicanos que passaram a representá-la como uma imagem glorificadora do novo sistema de governo instaurado no Brasil.

reprimir e vencer a pretensão de Alfredo Ferreira Rodrigues e seus apoiadores. No entanto, toda essa celeuma serviu para aumentar o descontentamento do historiador e secretário da comissão promotora que, ao perceber sua proposta deixada de lado, afastou-se da comissão em agosto de 1904. Sua contrariedade com os rumos tomados pelo grupo de patrocinadores, do qual ele fazia parte, foi nitidamente explícita poucos dias antes de sua saída. Ferreira Rodrigues propôs, à comissão, uma consciente comparação dos locais a fim de avaliar onde teria mais realce a estátua, mesmo com orçamento e instalação semelhantes. Desiludido frente à iminente permanência da Praça Tamandaré como a sede definitiva dos despojos do General Bento Gonçalves, desabafou:

À feitura desse monumento consagrei anos de um trabalho constante, votei todas as energias de minha alma, não recuando diante de obstáculos, de contrariedade e de lutas de toda a sorte. E como me é doloroso, depois de tudo vencido, quando o ideal está prestes a converter-se em realidade, depois de ter consubstanciado a glorificação do herói na obra perfeita de um grande artista, ver que são menosprezadas as minhas intenções, não são compreendidos os meus mais puros sentimentos. (RODRIGUES, 1904: s/p).

Nesse mesmo documento carregado de apelo sentimental, solicitou que seu ideal de mudança de local do assentamento fosse aceito pela comunidade rio-grandina e, principalmente, pelos seus companheiros de comissão organizadora. Finalizou, esclarecendo que não gostaria de recorrer ao extremo e medir serviços através do lançamento na balança de todo o seu esforço e trabalho empreendido na causa, realçando que seu único desejo seria a glorificação de Bento Gonçalves, porém, *elevada, completa, patriótica e perfeita, na brilhante e magistral execução de uma obra de arte* (RODRIGUES, 1904: s/p). Um monumento calcado para ser permanentemente admirado por todos.

Toda a sua tentativa de arregimentar pessoas para a defesa de sua proposta parece não ter alcançado maior resultado nos setores populares e no poder público municipal. Prevaleceu a idéia de Ignácio Azambuja, que encontrara sua base de apoio dentro da própria população da cidade representada pelo abaixo-assinado. Em sua *Justificação de Voto*, Ignácio Xavier de Azambuja, já alegava que o povo teria correspondido ao “*apelo patriótico*” baseado na idéia, tornada pública ainda em 1900, de que a estátua de Bento Gonçalves seria erguida na Praça Tamandaré. Aliado a isso, argumentou que, por mais de uma vez, a mesma população se fez presente nas festividades, alusivas ao monumento, realizadas na Praça Tamandaré,

participando do assentamento da pedra fundamental, lavrando e assinando a ata do processo.

215

Diferente da visão urbana de Azambuja, o historiador Ferreira Rodrigues assentou suas idéias no passado da cidade. Defendeu a conservação de uma velha concepção de espaço e buscou construir o Monumento a Bento Gonçalves em um espaço intimamente ligado às próprias tradições do Rio Grande e de suas elites que, durante a maior parte do século XIX, encontraram na Praça General Telles um local preferido para seus passeios.

Com a assegurada escolha da Praça Tamandaré como o local onde seria colocado o monumento, o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, em sua renúncia, alegou motivos de ordem superior como explicação para seu afastamento. Todavia, ele próprio não disfarçou o seu sentimento de frustração perante os fatos que o levaram a tal decisão:

Por motivos de ordem superior, não devo mais continuar a prestar meus serviços à Comissão Promotora do Monumento de Bento Gonçalves. E ao comunicar a v.v.s.s. esta minha resolução, espero que não se verá nela a mais leve sombra de desconsideração a meus distintos companheiros, que estimo e que preso como cavalheiros que são, porém unicamente o reflexo dos muitos e continuados desgostos, oriundos de fatos, alguns recentíssimos, que, por estarem no domínio público, não se torna preciso enumerar. (Echo do Sul, 16/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves. A minha renúncia. p. 1)

Em sua renúncia do cargo de secretário, Alfredo Ferreira Rodrigues disse se sentir satisfeito e que sua única certeza era a de que o monumento em homenagem a Bento Gonçalves seria, em poucos meses, realidade devido a sua iniciativa, dedicação e trabalho. No documento que continha o seu desligamento, também foi exposto um balanço do saldo arrecadado em dinheiro das doações e subvenções ocorridas enquanto ainda membro da comissão. Desse modo, buscou de toda maneira se eximir de qualquer responsabilidade do que poderia vir a ser cobrado, declarando que não seria sua culpa a não existência, “*nesta ou naquela*” praça, pouco importaria o local, de uma “*estátua do guerreiro farroupilha*”. (Echo do Sul, 13/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves – o dinheiro da subscrição. p. 1)

Já, na carta que noticiou o seu desligamento ao escultor português Teixeira Lopes, Alfredo Ferreira Rodrigues argumentou sua decisão: “*porque não devo continuar a trabalhar para o falseamento de um ideal elevado e nobre*”. (Echo do Sul, 17/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves. Carta a Teixeira Lopes. p. 1) Tal censura de Alfredo Ferreira Rodrigues

²¹⁵ Lançada em setembro de 1901, o ato marcou o efetivo início da coleta pública de donativos para a construção do monumento-túmulo a Bento Gonçalves.

pode ser entendida como uma denúncia de apropriação, por parte do setor *castilhistas*, sobre o monumento a Bento Gonçalves. Além da conturbada polêmica entre o historiador e o único filho do General, ainda vivo no início do século XX, gerada pela imputação de monarquismo à figura do líder *farroupilha*, o historiador nutria aberta simpatia pelo antigo regime.²¹⁶

Ao longo do século XIX, percebe-se que o desenvolvimento da Praça General Telles sempre esteve ligado à preocupação que as autoridades governamentais tinham em proporcionar, à população, uma zona própria para os passeios nos fins de semana. Esse logradouro público simbolizava, sobre alguns aspectos, parte do crescimento econômico e urbano da cidade na época monárquica. Com a Proclamação da República e o crescimento urbano-industrial a cidade reiniciou um novo avanço em diferentes zonas do município, principalmente, em direção às ruas próximas à Praça Tamandaré que proporcionavam novas formas e espaços para a incorporação de sua população em crescimento. Nesse contexto, o jornal *Echo do Sul* denunciou, em um artigo de primeira página, a incapacidade da Praça General Telles²¹⁷ em oferecer aos habitantes um ambiente propício para seus passeios, bem como, a necessidade de se melhor desfrutar o ambiente proporcionado pela Praça Tamandaré:

Inquestionavelmente um dos pontos mais aprazíveis do Rio Grande é a vasta e belíssima praça Tamandaré, com o seu copado arvoredo, com o seu lago a colear de extremo a extremo, com a profusão de flores que balsamizam a atmosfera; fartamente iluminada à noite; cheia de bancos e com outros poderosos agentes para a comodidade pública.

Ora, sendo assim, porque as nossas gentes patricias e os que fogem à canícula, não procuram aquele logradouro, preferindo a General Telles, cujo passeio é acanhado para conter todos os que, aos domingos, e tradicionalmente, andam naquele vai-vem interminável?

Com a farta iluminação, agora dotada a praça Tamandaré, já não tem mais razão de ser o abandono em que a deixa, notadamente à noite, o nosso mundo chic.(...) Corre mundo o ditado de que o amor velho não deve ser trocado pelo novo; mas o certo é que a Tamandaré é, hoje, o ponto mais próprio para passeio de exmas. famílias.

Aproveitando este, teremos conseguido que a praça Tamandaré receba grande trânsito, tornando-se assim o ponto verdadeiramente chic.(Echo do Sul, 29/12/1908. Echos sociais. p. 1).

²¹⁶ Mesmo em pleno regime republicano, Alfredo Ferreira Rodrigues atacou os novos governantes republicanos: “O reinado de D. Pedro II encheu, durante quase meio século, as páginas mais gloriosas de nossos anais. A sua memória encherá os séculos de admiração, e de opróbrio esta geração de apóstatas e vendilhões”. (D. Pedro Segundo. 04/01/1892. D. Pedro II. p. 3)

²¹⁷ Coincidentemente, muito provável por razões políticas, cerca de dois meses antes da Proclamação da República foi publicada uma matéria criticando o abandono que a tradicional praça estaria passando: “É incrível, realmente, a que se tenha deixado chegar a tal ponto o único passeio público que possuímos.” (Diário do Rio Grande, 20/09/1889. Praça D. Izabel. p. 1)

Tal artigo se torna ainda mais interessante se levarmos em conta que, quatro anos antes, o mesmo periódico havia publicado as críticas de Mário de Artagão à Praça Tamandaré. O denso arvoredo, que antes era visto como um elemento prejudicial à instalação do monumento, passou a ser visto como uma qualidade do lugar. No entanto, é importante salientar que esse pensamento foi publicado quando o logradouro já havia passado por uma reformulação, ganhando iluminação e melhorias no calçamento, obras as quais Ignácio Azambuja já antecipara em sua justificativa de voto.

Interessante notar, nesse discurso do *Echo do Sul*, que, apesar das constantes modernizações na infra-estrutura da Praça Tamandaré,²¹⁸ a elite rio-grandina ainda não a teria incorporado em seu universo social, mantendo a tradicional Praça General Telles como ponto preferencial para seus passeios. Tal artigo também serve para confirmar as alegações de Alfredo Ferreira Rodrigues que caracterizavam tal praça como sendo um local de maior intensidade de trânsito e de importância na cidade. Outra questão relevante refere-se ao fato de que, ao expressar tal discurso presente na mensagem, o autor demonstrou ainda haver certo conservadorismo no imaginário da elite rio-grandina e que, de certa forma, coincidia com o pensamento de Alfredo Ferreira Rodrigues. Alguns dos velhos costumes locais permaneciam resistentes aos novos tempos e às necessidades de desenvolvimento urbano.

O desejo de Ferreira Rodrigues em não ter o monumento a Bento Gonçalves instalado na Praça Tamandaré pode ter fundamento no próprio passado desse lugar. Diferentemente da Praça General Telles, a Tamandaré, ao longo do século XIX, fez parte de uma região menos nobre do município. O seu terreno e arredores não participavam da imagem de tradição e desenvolvimento que a cidade de Rio Grande atribuía à zona portuária próxima à Praça General Telles, circundada por um complexo de prédios administrativos, culturais e religiosos. Segundo Monteiro, naquela localidade existiam lagos e poços nos quais se lavavam roupas e se enchia pipas para a posterior venda pública do líquido e era, neste local, que os escravos retiravam a água potável para o abastecimento da casa de seus senhores. Fundamentalmente, na primeira metade do século XIX, a localidade era conhecida pelo nome de *Geribanda* que, de acordo com uma enciclopédia portuguesa, quer expressar *descompostura, admoestações violentas*. Na hipótese de Monteiro, a condição do local poderia gerar sérias disputas pela água, o que explicaria o uso dessa denominação ao lugar. (MONTERO, s/d: 9-10)

²¹⁸ Provavelmente, muitas dessas modernizações se deram sob o intuito de adequá-la à instalação definitiva do monumento, ocorrida no ano seguinte.

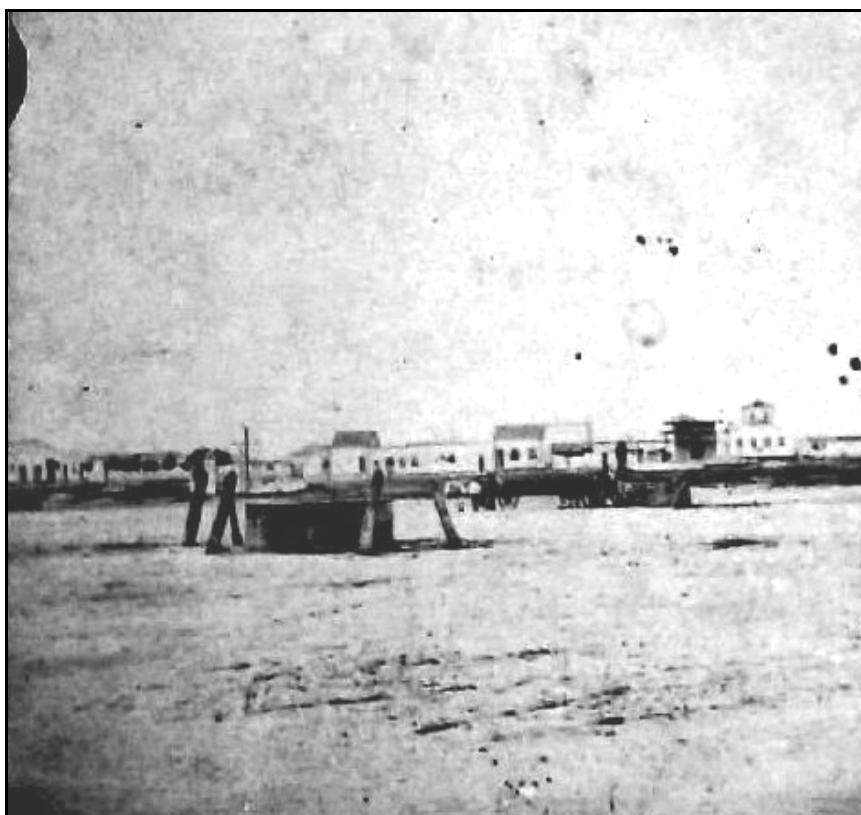


FIGURA 04 – “Vista parcial da Praça Geribanda na década de 1880”
 Com destaque nos antigos poços onde os escravos retiravam a água. Ao fundo a rua General Neto.
 FONTE: Fototeca do Centro Municipal de Cultura “Inah Emil Martensen”.

A participação da sociedade sul-rio-grandense

Pouco tempo após a formação da comissão responsável pela organização da obra, mais precisamente no ano de 1901, foi lançada a campanha que visava a arrecadação de uma quantia capaz de cobrir a maior parte dos gastos da obra. Para isso, buscou-se a colaboração de diferentes associações e agremiações, da cidade de Rio Grande e no Rio Grande do Sul, através do envio de uma circular, solicitando que as entidades realizassem atividades e festas em prol da angariação de verbas para a Comissão Promotora do Monumento a Bento Gonçalves.²¹⁹ Já no ano de 1903, antes mesmo da definição do escultor, foi enviado o seguinte texto às agremiações:

²¹⁹ Um exemplo das primeiras movimentações em torno da causa foi o Club de Regatas, da cidade do Rio Grande, o qual, chamado a participar do processo no ano de 1901, teve sua diretoria a decisão de destinar os

Como deveis saber; os restos mortais do general Bento Gonçalves da Silva forma, pelo seu único filho sobrevivente, o ilmo. Sr. Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, doados ao município de Rio Grande. Esta cidade, orgulhosa do tesouro inestimável confiado á sua guarda, compreendeu que lhe estava traçado um dever inadiável: era necessário corresponder devidamente á honra que lhe davam, erigindo um alteroso monumento, que comemorasse a gloriosa República de 1835, personificada no seu mais elevado herói. (...) Os recursos, porém, de que esta Comissão dispõe, angariados quase em sua totalidade por subscrição popular, não são ainda suficientes para um monumento das proporções que requer a glorificação do legendário general republicano. Para completar a quantia em que o monumento está orçado, temos de solicitar o auxílio de todos os que amam o Rio Grande do Sul, sem distinção de partidos e de nacionalidades. Das classes armadas e da guarda nacional, de que foi Bento Gonçalves uma glória; da imprensa e das associações particulares, esperamos sobre tudo valioso concurso, abrindo subscrições. (Circular enviada à cidade de Alegrete para o Major Fernando Setembrino de Carvalho em novembro de 1903 - Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora).

Nesse momento, foram determinados os seguintes estabelecimentos bancários e casas comerciais como locais autorizados para o recolhimento de donativos: Porto Alegre e Pelotas, Banco da Província; Rio de Janeiro e São Paulo, Brazilianische Bank für Deutschland; Montevideo, Banco Italiano del Uruguay; Bagé, Emilio Guilayn & C.; Uruguaiana, João Peró & C.; Jaguarão, Augusto Leivas & C.; Santa Maria, Fraeb Nieckele & C.; Santana do Livramento, Henrique Doninelli; Santa Vitória, Almeida Santos & C.; São Borja, José Pinto Soares & C.; Taquari, Antonio Porfírio & C.. Levando em conta a localidade dos estabelecimentos autorizados, percebe-se a especial atenção direcionada à zona da campanha sul-rio-grandense, lugar que, historicamente, apresentou profunda ligação com a Revolução Farroupilha e suas reivindicações. Região de onde saíram as principais lideranças²²⁰ e palco central desse conflito. Cabe lembrar que somente pouco mais de cinco décadas haviam se passado entre o encerramento da revolução e a passagem das listas de subscrição na respectiva área, levando a crer que, muito provavelmente, o conflito ainda estaria bastante presente na *memória* da população da campanha.

lucros da festa esportiva que seria realizada no dia 15 de novembro em comemoração ao 12º aniversário da Proclamação da República Brasileira.

²²⁰ Muitos deles, estancieiros e charqueadores inconformados com a política imperial que não protegia seus produtos frente à concorrência dos países vizinhos do Prata. Refletindo a importância da região da campanha para o movimento *farroupilha*, dessa área saíram as capitais da República Rio-Grandense, proclamada em 1836: Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete.

Por outro lado, o vizinho Uruguai apareceu como o único outro país a figurar na lista de recebimentos de donativos para a construção da obra. No passado *farroupilha*, a capital daquela nação cumpriu uma importante função econômica. Permanecendo a região portuária representada por Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e Porto Alegre, nas mãos do governo imperial, os revolucionários sul-rio-grandenses foram obrigados a buscar novas vias para o escoamento da sua produção estancieira. Nesse caso, a cidade de Montevideú se tornou a principal praça para as mercadorias, como o couro, gado e charque. Em contrapartida, dessa capital eram importados alguns produtos para o abastecimento do exército *farroupilha*, principalmente, vestuário e armamento.²²¹ (GUAZZELLI, 2003: 147-157) Já no período demarcado pela construção do monumento e, mais especificamente, pela distribuição das listas, o estado do Rio Grande do Sul, representado pela administração *castilhistas*, mantinha uma relação política intensa com o governo uruguaio, através da estruturação de uma diplomacia bastante personalista e interessada naquele país, adaptando-se de acordo com os interesses do momento. (RECKZIEGEL, 1999: 265- 266)

Apesar dessas primeiras movimentações, uma campanha de forma mais ostensiva ocorreu dois anos após, por intermédio de uma intensa distribuição de circulares contendo listas de subscrição que atingiram a parcela significativa das cidades do Rio Grande do Sul. Dessa forma, ficava evidente a intenção de se atribuir, à referida obra estatutária, uma conotação estreitamente vinculada com uma *memória* de cunho regionalista. Essas correspondências trouxeram uma numeração superior a mil unidades, foram colocadas a cargo de Intendências, clubes, associações ou pessoas destacadas nas várias comunidades sul-rio-grandenses. As listas possuíam, com exceção a da chamada *livre*, um valor mínimo estipulado para cada doação, de acordo com a quantia impressa no carimbo vermelho localizado no canto superior esquerdo da folha. Desse modo, circularam pelas cidades listas de um, dois, três, cinco, 10, 20 e 50 mil réis, este último com a particularidade de ser o valor mais raramente distribuído dentre a população.

As primeiras circulares foram endereçadas às Intendências Municipais do Estado para que, com o determinado tempo, fossem avaliadas e votadas em seus respectivos orçamentos uma quantia de doação destinada à obra. Contudo, muitos governos municipais devolveram tais listas desacompanhadas de qualquer donativo, alegando falta de verbas. Essa prática não

²²¹ Além da ligação comercial, também houve ligações políticas entre os dois lados como, por exemplo, o *Tratado de Cangüé* assinado entre o líder *oriental*, Fructuoso Rivera, e os republicanos rio-grandenses. Cf. GUAZZELLI, 2003: 160.

foi exclusiva de administrações municipais sendo repetida, em muitos momentos, por determinadas sociedades, clubes ou associações:

Acusamos recebido vosso ofício de 4 de outubro do vigente. Nele pediu um auxílio pecuniário para ereção de uma estátua ao General Bento Gonçalves. Muito sentimos não podermos concorrer para tal tentamen; não só porque nossa sociedade é simplesmente beneficente, como também porque seu estado atual não permite de modo algum despendermos qualquer quantia a não ser em proveito de seus associados. (Carta da União Operária Leopoldense à comissão promotora, 19/11/1903 - Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora).

O documento acima relatado foi endereçado à comissão organizadora em nome da *União Operária Leopoldense*, sintetizando bem o alcance que os patrocinadores da obra buscaram dentro da sociedade gaúcha e o esforço em angariar o maior número possível de donativos. Pela sua metodologia não excluíram qualquer setor, seja ele pertencente ao empresariado ou às classes populares. Apelaram para o sentimento identitário regionalista em processo de construção no imaginário da população sul-rio-grandense, sempre enfatizando que para se completar a quantia em que o monumento estava orçado, seria necessário o auxílio de todos que amassem o Rio Grande do Sul, sem distinção de partidos e de nacionalidades.²²² Embora a comissão tenha feito este apelo, muitas circulares não surtiram o desejado efeito devido às diferentes situações financeiras como no caso relatado ou, em algumas ocasiões, pela não identificação que certos municípios, sobretudo os localizados na metade norte do Estado, possuíam com a memória da Revolução Farroupilha e de Bento Gonçalves, geralmente associada às tradições *campeiras*.

Diferentemente da *União Operária*, mas também acusando dificuldades financeiras, a *Secretaria do Club Instrução e Recreio*, de Rio Grande, coletou entre seus sócios uma quantia destinada à obra. Mesmo assim, não deixou de reclamar de falta de recursos ao incluir que tiveram de lutar contra as circunstâncias da crise em que estaria lançado o país. Culparam a precária direção política do governo nacional, responsabilizando-o por deixar a pátria imersa na mais dolorosa decadência. Todo esse caos teria influído negativamente na arrecadação de

²²² Carta endereçada pela Comissão Promotora do Monumento às diversas intendências, associações, clubes e organizações. Novembro/1903 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*.

uma quantia mais significativa para a cidade de Rio Grande e seu projeto.²²³ De acordo com Loner, o movimento operário rio-grandino, do final do século XIX e início do XX, mantinha um forte poder de mobilização em atividades associadas às datas cívicas, tanto às alusivas ao país quanto ao Rio Grande do Sul. Através do *associativismo*, identificado com a modernidade e o progresso no período, muitas eram as entidades existentes na cidade do Rio Grande com massiva participação da classe operária, muitos deles, imigrantes. Assim surgiram inúmeras sociedades recreativas típicas para bailes, teatros e carnaval. (LONER, 2004: 122-124) Tais entidades se mostraram fundamentais na angariação de fundos para a construção do monumento.

Um exemplo dessas atividades foi o torneio que a *Sociedade Alemã de Tiro ao Alvo*, também na cidade do Rio Grande, realizou em 17 de novembro de 1901. Nele, ocorreram variadas apresentações musicais, premiações e vendas de bilhetes que arrecadaram, não incluindo as despesas com cartuchos, banda, prêmios e guardas, a significativa quantia de 185\$200 réis, superando muitas das doações advindas de setores públicos e intendências distribuídas pelo Estado.

Uma entidade rio-grandina muito requisitada pela comissão organizadora do monumento foi o *Club Caixeiral do Rio Grande*, agremiação de bastante participação popular. Novamente os constantes pedidos de doações voltaram sem qualquer quantia desejada, porque o clube passava por reformulações no seu patrimônio social:

Aplaudindo a vossa patriótica idéia, sentimos, entretanto, que este Club não possa prestar-vos o seu auxílio, porquanto acha-se seriamente empenhado na construção de seu edifício social, para cuja realização emprega atualmente todos os seus recursos. (Carta do Club Caixeiral à comissão promotora, 22/09/1903).

Mesmo com algumas negações de entidades e de clubes, os pedidos de contribuições enviadas às diversas sociedades recreativas, culturais ou esportivas, tornaram-se um respeitável instrumento de arrecadação e difusão do projeto de construção do monumento na cidade de Rio Grande. Tais instituições, além de fomentarem o interesse popular pelo processo emprestaram, freqüentemente, suas instalações e promoveram atividades como

²²³ Carta da Secretaria do Club Instrução e Recreio à Comissão Promotora, 18/11/1903 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora.*

forma de arrecadação, uma de prática, segundo Bittencourt, comum desde meados do século XIX, quando várias associações promoviam eventos sociais de caráter filantrópico. (BITTENCOURT, 2001: 91).

Outro setor da sociedade rio-grandina que contribuiu de modo mais efetivo para a edificação da homenagem a Bento Gonçalves, foi o das lojas maçônicas. De acordo com as características verificadas no processo e com a intenção da Comissão Promotora da obra, as doações das inúmeras lojas não se limitaram ao município rio-grandino. Promoveram um intercâmbio entre as diversas localidades, repassando as verbas para a Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense, localizada na cidade de Rio Grande que, por sua vez, designava-as à comissão promotora da obra. Como exemplo, dessa ativa participação financeira no processo de recolhimento de verbas, aparece a doação da Loja Cruzeiro do Sul, localizada na cidade de Uruguaiana. Esse entusiasmo dos maçons para com o monumento encontra sua explicação na própria relação histórica entre a maçonaria e o general *farroupilha*. Bento Gonçalves teria obtido, na década de 1830, o 18º Grau Maçônico e o posto de Venerável – Mestre da Primeira Loja Maçônica regular do Rio Grande do Sul. Além dessa vinculação pessoal com o homenageado, a própria maçonaria também manteve estreita ligação com os ideais políticos propagados no decênio *farroupilha*. Seus “*ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram importantíssimos na divulgação, fomentação e adesão às idéias liberais*”, mantendo, assim, forte influência sobre a elite *farroupilha*. (PADOIN, 2001: 129) ²²⁴

Um método bastante praticado na coleta de donativos igualmente foi o da realização de vários concertos musicais na região sul do Estado. Alguns meses após a chegada dos restos mortais de Bento Gonçalves, essa prática se difundiu, sendo o primeiro realizado em dezembro de 1901, na cidade do Rio Grande. ²²⁵ Posteriormente, outras cidades também realizaram seus concertos musicais em prol do monumento. Esse foi o caso de Bagé, município gaúcho destacado pela grande quantia despendida pela sua população. No mês de junho do ano de 1904, período ápice da circulação das listas de subscrição na sociedade rio-grandense, o maestro Salvador Riso, ensaiador da fanfarra do 11º Regimento de Cavalaria organizou, em conjunto com uma comissão bageense, uma festa musical visando angariar donativos nessa cidade. Para avaliar a mobilização social dessa municipalidade, basta comparar a quantia coletada na *zona campanha* com os valores arrecadados no concerto

²²⁴ Ao se comemorar o centenário da Revolução Farroupilha, no ano de 1935, a maçonaria ofereceu uma placa de bronze ao monumento-túmulo de Bento Gonçalves, estando esta instalada na parte posterior do pedestal da obra.

²²⁵ Subtraindo as despesas do montante arrecadado, foram destinados cerca de 340\$400 réis à comissão promotora.

efetivado na cidade-sede do monumento. Os 230\$000 réis alcançados pelo concerto promovido na cidade de Bagé apresentam-se, proporcionalmente, não muito inferiores aos obtidos em Rio Grande, denotando a importância que a representação da Revolução Farroupilha e de Bento Gonçalves significava para esta comunidade.

O decênio de lutas iniciado em 1835 significava, para a zona da *Campanha*, o período de formação de sua própria identidade que, de acordo com sua origem histórica cultural e econômica, apresentava aspectos próximos aos encontrados no *gaúcho* tipificado nos discursos da intelectualidade sul-rio-grandense ao longo do século XIX. Por isso, cidades como Bagé, Jaguarão e Alegrete, sentiam-se comprometidas com a causa inaugurada em Rio Grande. Existia a intensa idéia de pertencimento ao grupo representado pela geração de 1835 e, por isso, através de sua participação no projeto, essas comunidades estariam homenageando as suas próprias virtudes herdadas de um passado que, para a população dessa região, seria heróico e digno de ser perpetuado. A construção dessa *memória farroupilha* ganhava importância devido à intenção que se tinha de reconstruir, para a área e para o restante do Estado, uma imagem identitária coerente com as da memória da Revolução Farroupilha que ainda permanecia no imaginário de sua população.

Simultaneamente às sucessivas distribuições das listas de subscrições para os diferentes municípios do Rio Grande do Sul, a comissão organizadora também as enviou para inúmeros indivíduos influentes tanto em Rio Grande como em cidades no restante do estado e do país. A responsabilidade de arrecadação poderia ser delegada tanto a uma personalidade como a um seletivo grupo sendo que, boa parte dos escolhidos, detinha altos cargos civis, militares ou, ainda, pertencia ao grupo social de maior poder aquisitivo dentro da sociedade sul-rio-grandense.²²⁶

Muitas pessoas ou famílias tiveram destaque na arrecadação da subscrição. Seja pelo conteúdo que escreviam nas listas ao fazerem suas doações, seja pela superior quantia que destinavam ao projeto. Em uma determinada lista, após a doação de 25.000 réis, o doador assinou com a seguinte expressão: *‘Um Farroupilha de 1835’*. Nota-se, com isso, a forte presença que a Revolução Farroupilha ainda possuía na comunidade sul-rio-grandense que, em várias famílias, influenciava de forma decisiva um donativo altamente valioso no início do

²²⁶ Dentre as figuras que receberam tal incargo, destacou-se um futuro ícone da política nacional: Getúlio Vargas. Na carta de cinco de maio de 1904, Vargas esclarece que teria recebido sucessivamente duas circulares enviadas pela comissão promotora e coloca-se de boa vontade para com o patriótico esforço. (Carta enviada à comissão promotora do monumento, 5/5/1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*).

século. Muitos doadores fizeram questão de expressar o sentimento de orgulho por pertencerem a uma geração descendente dos *heróis de 1835*.²²⁷

Com a subscrição popular realizada pelos integrantes da comissão, a edificação do monumento adotou uma característica diferente da maioria das obras construídas no Estado. Apesar do cofre da administração municipal participar das doações e dos respectivos gastos para com a adequação do local de assentamento, a população pôde participar mais abertamente do processo por intermédio dos vários eventos agenciados pelos clubes aos quais pertenciam, associações populares ou elitistas, sem distinção de classes. O apelo protagonizado pela comissão promotora visou à criação de espírito de corpo capaz de congregiar todas as divisões sociais sul-rio-grandenses.

No momento posterior à definição do escultor, a Comissão Promotora do Monumento elaborou um novo documento solicitando a participação da sociedade *gaúcha*. Nesse ofício, estava presente uma breve descrição das alegorias propostas para o monumento, aparecendo, então, uma nova concepção sobre a obra²²⁸ que incluía, além da estátua de Bento Gonçalves da Silva, medalhões figurativos de General Netto, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi. Com o acréscimo dessas imagens, pretendiam representar: a *Proclamação da República Rio-Grandense*, decretada em 11 de Setembro de 1836 por General Netto; a *Expedição à Laguna*, liderada por David Canabarro, destacando a passagem por terra, em carretas, dos “lanchões” de Garibaldi. Sobre essa nova concepção, argumentou a Comissão:

Ficam assim rememorados dos fatos capitais da grande revolução: um que foi o complemento e a justificação do movimento revolucionário, e o outro que assinala o apogeu da República, que, vitoriosa e forte, procurava expandir-se, indo conquistar ao império mais uma província, com a qual se ligaria pelos laços de federação. (Carta da Comissão Promotora do Monumento às diversas intendências, associações, clubes e organizações. Abril de 1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*)

Com a inclusão dessas alegorias, pensavam os promotores que a obra deixaria de ter um cunho individual para “*assumir uma feição mais elevada, ficando aos posteros como um padrão que perpetue a extraordinária epopéia da revolução*”. (Idem)

Por outro lado, com o afastamento de Alfredo Ferreira Rodrigues da comissão promotora, o relacionamento entre os organizadores do monumento e seu escultor passou por

²²⁷ A família Gaffrè, residente na cidade de Bagé, também se destacou nas doações. Apesar de seus nomes aparecerem em diversas subscrições, em apenas uma lista assinada, doou a quantia total de 95\$000 réis.

²²⁸ O projeto inicial constava unicamente a alegoria de Bento Gonçalves da Silva.

alguns desentendimentos. Acusações de irresponsabilidade pela demora da entrega da estátua à Rio Grande freqüentemente foram trocadas.

De acordo com o contrato firmado entre a comissão promotora e o escultor, estava estipulado que a obra seria entregue em março de 1905²²⁹, entretanto, tal prazo atrasou consideravelmente, sendo concluído apenas em meados do ano 1909. Essa demora provocou descontentamento e suspeita por parte da população rio-grandina. Na edição do dia 5 de novembro de 1906, na *Seção Livre* do jornal *Echo do Sul* foi publicado um protesto que expôs a situação constrangedora pela qual atravessava os promotores:

Que é da Estátua?

Não se falando, há muito, sobre o pé em que está a projetada estátua ao general Bento Gonçalves, pergunta-se ao sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, o que é feito da mesma, ou, pelo menos, do rico pobre dos subscritores.

É uma pergunta inocente, que, no entanto, bem respondida, virá trazer a tranqüilidade a muitos espíritos.

Alguns signatários (Echo do Sul, 05/11/1906. Que é da estátua? p. 3).

Apesar de não fazer mais parte da comissão, Alfredo Ferreira Rodrigues se demonstrou irritado respondendo à indagação publicada no *Echo do Sul*. Através da seguinte argumentação, o historiador aproveitou a ocasião para se defender e atacar a Comissão Promotora do Monumento, a qual adotou uma postura silenciosa frente à questão colocada no jornal:

Silencieiei durante uma longa semana, e é sempre longo o tempo em que pesam suspeitas sobre quem quer que seja. Deixei o meu nome andar atassalhado e ouvi com resignação remoques que, apesar de habilmente disfarçados em uma frase cortez, nem por isso deixavam de me ferir profundamente. Como até hoje nenhuma palavra tenha sido proferida, por quem o devia fazer, para me eximir da responsabilidade do destino dado ao dinheiro da subscrição popular, vejo-me na contingência, para desfazer quaisquer dúvidas, de dizer que há sobre esta malfadada questão do monumento. (Echo do Sul, 13/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves – o dinheiro da subscrição. p. 1).

Em consideração à opinião pública que não estaria ciente das coisas que teriam “se passado”, Alfredo Ferreira Rodrigues desenvolveu uma longa e detalhada defesa de sua posição frente ao questionamento publicado no periódico. Mostrou-se contrariado com o que

²²⁹ De acordo com o quarto artigo do contrato entre a *comissão promotora* do monumento e Antonio Teixeira Lopes assinado no dia 10 de maio de 1904.

chamou de *provocação anônima* e, por isso, segundo ele, só se responderia com desprezo. Durante quatro dias consecutivos, publicou no *Echo do Sul* um balanço, trazendo todos os valores financeiros e o seu trabalho na comissão organizadora, afirmando ter deixado o grupo aparelhado de recursos mais que suficientes e, por causa disso, pôde honestamente se desligar dela e da solidariedade presente nesses compromissos. (*Echo do Sul*, 13/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves – o dinheiro da subscrição. p. 1).

Apesar de Ferreira Rodrigues ter enfatizado que a comissão já dispusesse da quantia suficiente para a concretização do monumento, faltando apenas o que caracterizou de um pouco de boa vontade e de trabalho, a falta de verbas e as divergências de idéias fluíram constantemente entre o escultor, Teixeira Lopes, e a comissão organizadora logo após o seu afastamento. O acréscimo de um ornamento representando dois leões²³⁰ encareceu ainda mais o preço final da obra, enquanto, paralelo a isso, incidia uma queda acentuada na arrecadação provinda das subscrições populares e de órgãos públicos, além da desmobilização da sociedade em torno do processo que, no momento, submergia pelas seqüentes quedas das doações.

Passado um ano do prazo de entrega do monumento, a comissão enviou um telegrama aos seus procuradores radicados em Portugal, censurando a demora de Teixeira Lopes em finalizar a estátua. A data escolhida para a mensagem foi exatamente no dia alusivo às comemorações de aniversário da Revolução Farroupilha: “*Data que o monumento Bento Gonçalves comemorará vimos vosso intermédio protestar perante estatuário falta compromissos assumidos. (Ass). Comissão. Rio Grande, 20 Setembro de 1906.*” (*Relatório Municipal do Intendente Juvenal Octaviano Miller, 04/09/1905*).

Segundo o Intendente Municipal, Juvenal Miller, o contrato assinado entre a comissão promotora e o escultor não estaria sendo cumprido na sua integridade. A demora na entrega teria sido proveniente da grande falta cometida ao terem assinado o contrato, e pago duas

²³⁰ Alfredo Ferreira Rodrigues demonstrou ser o membro da Comissão Promotora que mais simpatia tinha para com a alegoria dos leões, encomendada em meio ao processo. Com o acréscimo dessa figura, pensava que o conjunto ganhava muito em beleza e significado, sintetizando historicamente todo o combate de 1835: “*O seu primitivo projeto, de uma concepção feliz e soberba, depois ampliado e completado com um monumental grupo de leões, que por si só é uma peça formidável de estatuária, era a consagração mais perfeita que se poderia sonhar a epopéia da revolução, representado no seu herói mais popular e que eu mais admiro. Pelo que me é dado julgar a mim, que, apesar de meus estudos sobre assuntos de arte, não me reconheço com capacidade para aquilatar a obra de um artista de tal envergadura – o monumento seria uma das primeiras obras de arte do Brasil, a que muito pouco se poderiam comparar*”. (*Echo do Sul*, 13/11/1906. A estátua de Bento Gonçalves – o dinheiro da subscrição. p. 1)

prestações, antes mesmo de uma aprovação definitiva do projeto do monumento.²³¹ Teixeira Lopes ao receber o telegrama, prontamente respondeu à comissão, transferindo a ela a culpa pela demora:

Ilmos.. e Exmo. Srs. É a primeira vez que me dirigem tal censura! A comissão deveria ter tido de princípio uma idéia nítida do que desejava para que não houvesse coisas a acrescentar e a cortar constantemente no projeto. As demoras a delongas são devidas exclusivamente à Comissão. Eu por meu lado já teria mandado tudo para lá e teria entrado no embolso completo da quantia que custa o tal monumento.

V. Exas. sabem porém que, acima do negócio, ponho eu a minha reputação mais do que a ninguém... (Carta de Teixeira Lopes à comissão promotora, 23/09/1906 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*).

Percebe-se, nessa ocasião, a presença de Juvenal Miller na presidência da comissão, posição por ele assumida no final de 1906. Somente no ano seguinte à sua entrada, a conciliação entre os promotores e o escultor começou a tomar rumo. Em correspondência endereçada em 12 de Fevereiro de 1907, Teixeira Lopes considerou que a escolha do novo presidente, Juvenal Octaviano Miller, seria importante, pois o novo Intendente possuía um bom gosto artístico o que, provavelmente, seria benéfico para a concretização final de sua obra.²³²

3.1.2. A materialização do monumento de Bento Gonçalves

Após todas essas celeumas, o processo de elevação do monumento-túmulo do General Bento Gonçalves foi chegando ao seu final. A cada 20 de Setembro eram realizadas festividades, visando a arrecadação até a sua definitiva inauguração, no ano de 1909. Durante o desenrolar das questões relativas à obra, esse logradouro passou por uma importante e

²³¹ Segundo carta de Juvenal Miller ao escultor Teixeira Lopes, datada de 19/11/1906, a Comissão Promotora assinou o contrato sem possuir fotografia alguma do conjunto da obra.

²³² Mesmo com essa demonstração de entendimento, na mesma carta o artista relatou a sua insatisfação com a saída de Alfredo Ferreira Rodrigues da comissão organizadora. Segundo ele, esse episódio teria prejudicado e retardado os trabalhos acarretando, por diversas vezes, mudanças que teriam piorado a estética do monumento. (Carta endereçada à comissão promotora, 12/02/1907 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*)

acelerada modernização na sua infra-estrutura, passando a atrair visitantes nos finais de semana da sociedade rio-grandina.

Com todas as polêmicas e desacordos ocorridos nas relações entre a comissão e o escultor, somente passados nove anos de trabalho a comissão organizadora pôde concretizar, no dia 20 de setembro de 1909, a inauguração do monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva. Enquanto a estátua e seu conjunto estavam sendo transportados para o município do Rio Grande, a bordo do transatlântico alemão Santa Catharina, a data inicialmente escolhida para as festividades de inauguração do monumento foi a de 11 de junho, dia que simbolizava a Batalha do Riachuelo. Esse dia recordava um dos *heróis* nacionais, o Marquês de Tamandaré, rio-grandino o qual emprestava seu nome à praça escolhida para ser sede do monumento.

De acordo com os documentos referentes à época da inauguração do monumento, subentende-se que a dificuldade ocorrida na liberação da obra pela alfândega rio-grandina eliminou qualquer condição para a realização do assentamento da obra na data inicialmente prevista. Estava sob a dependência da aceitação do pedido de isenção de impostos alfandegários, requerido pela comissão promotora junto ao Ministério da Fazenda.

No mês de maio, com a obra já expedida de Portugal rumo à cidade do Rio Grande, houve a intenção de se realizar a inauguração no dia 14 de julho, data em que o país comemorava um feriado em homenagem à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França revolucionária em 1789. Entretanto, outro fato que pesou bastante para a Comissão Promotora do Monumento, que tinha o *castilhist*a Juvenal Miller no comando, foi a associação da data, 14 de Julho, com o aniversário da Constituição Política do Rio Grande do Sul elaborada por Júlio de Castilhos.

Logo após a notícia de isenção de impostos expedida por intermédio de um telegrama, do então Governador do Estado Borges de Medeiros, endereçado à comissão organizadora, ocorreu o assentamento da estátua no dia 2 de junho, ficando os seus arredores proibidos para a circulação pública. Contudo, novamente a inauguração do monumento sofreu uma mudança de data devido às celebrações das exéquias de Affonso Augusto Penna.²³³

Devido às várias transferências das festividades, a data de 20 de Setembro se tornou a ideal para a inauguração da obra. Certamente a data alusiva ao começo da revolta sul-rio-grandense pesou muito na decisão do novo adiamento, pois, a imagem construída acerca desse

²³³ Presidente da República do Brasil de 15 de novembro de 1906 até 14 de junho de 1909, quando faleceu. Além desse acontecimento, o filho de Bento Gonçalves, Joaquim, também solicitou o adiamento à Comissão Promotora alegando problemas de saúde.

dia simbolizava melhor o ideário pretendido com o monumento-túmulo ao *herói*. Enquanto que, para intelectuais não *republicanistas* como Alfredo Ferreira Rodrigues, a Revolução Farroupilha e o *20 de Setembro* significavam o tempo épico do povo *gaúcho*, para os republicanos *castilhistas* elas representariam o próprio regime pelo qual eles tanto lutaram, constituindo-se, para alguns desses, no “14 de Julho” sul-rio-grandense.²³⁴



FIGURA 05 – “Cerimônia de inauguração do monumento a Bento Gonçalves (20/09/1909)”
 FONTE: Arquivo Fotográfico Biblioteca Rio-Grandense.

A realização das festividades mobilizou boa parte da população rio-grandina que, por sua vez, embandeiraram e enfeitaram suas residências e casas de comércio com as cores da bandeira sul-rio-grandense. No discurso da imprensa, restou um lugar pouco expressivo à

²³⁴ A data *14 de Julho* e o hino *A Marselhesa*, representações da Revolução Francesa, cederam lugar, respectivamente, ao *20 de Setembro* e ao *Hino Sul-rio-grandense*, símbolos referentes à memória da Revolução Farroupilha. Todavia, os castilhistas preferiram manter a associação construída entre as duas revoluções e a proximidade de ideais que as datas e as canções representariam para o pensamento político republicano. As referências francesas ganharam um cunho universal, enquanto as sul-rio-grandenses um âmbito bem mais regionalizado. Segundo Carvalho, nos primeiros decênios da República no Brasil, sua imagem praticamente se confundiu com a da Revolução Francesa de 1789, extraído-se dela as idéias de liberdade, igualdade e dos direitos universais do cidadão. (CARVALHO, 1998: 86). A imagem construída sobre o acontecimento francês servia como modelo a ser seguido pelos brasileiros contrários ao sistema de governo nacional anterior a 1889.

comunidade sul-rio-grandense na relação direta com o próprio trabalho, de arrecadação de verbas, despendido ao longo de quase uma década de andamento do projeto. Em matéria publicada no dia seguinte à inauguração do monumento, o *anticastilhista*, *Echo do Sul*, comemorou:

O 20 de Setembro no Rio Grande, este ano, foi, sem dúvida, um dia memorável, destoando completamente dos dias comuns, em que a vida local é a mesma, sol a sol, dia a dia, sem mudanças nem sensações, como só é acontecer em todos os centros, cujo bulício é o trabalho, o da atividade produtora. A alma popular sentiu, ontem, a sensação de um espetáculo novo, isto quanto ao que concerne à superficialidade festiva com que revestiram o fato. Quanto ao verdadeiro valor dele, foi ensejo bastante para que o povo sentisse, embora em religioso respeito, os mais justos entusiasmos pela grandeza da nossa história e pela fortaleza do nosso civismo. A estátua a Bento Gonçalves além de ser uma reivindicação representa um atestado de que iniciamos uma época de remodelação. Glorificando o herói, naquele bronze termina a dívida de gratidão popular – termina justamente onde começa uma escola cívica, uma fonte perene de ensinamentos. (Echo do Sul, 21/09/1909. O 20 de Setembro no Rio Grande. Bento Gonçalves. p. 2).

Segundo o *Echo do Sul*, mesmo com o falecimento do Intendente e presidente da comissão Juvenal Miller²³⁵, a inauguração da estátua constituiu-se numa festa bastante imponente, solene e ainda inédita em Rio Grande, lembrando o nosso passado e nossa glória que, supostamente, teria sido colocada de lado junto com a própria história.

Já o periódico, também oposicionista, *O Tempo*, conforme já visto no segundo capítulo, além de saudar a iniciativa de se erguer um monumento a Bento Gonçalves da Silva aproveitou a ocasião para atacar a administração municipal e estadual sob o controle dos *castilhistas*:

Numa das mais belas praças desta cidade descobrir-se-á ao respeito e à veneração patricia, perpetuado no bronze pela centelha divina da Arte, o vulto majestoso e homérico do heróico chefe daqueles centauros, que durante cerca de um decênio enfrentaram galhardamente as armas do Império, então a mais forte potência sul-americana, numa luta desigual em defesa de nossa liberdade. (...) Esse monumento que o povo, na generosidade da sua inconsciência levanta hoje, será um incitamento mais aos bons, e um opróbrio eterno aos degenerados descendentes, blasfemos e hipócritas, dum raça de bravos. (O Tempo, 18/09/1909. Glorificação cívica. p. 1).

²³⁵ Juvenal Octaviano Miller faleceu no dia 09/09/1909 na cidade do Rio de Janeiro, pouco mais de uma semana antes da inauguração do monumento em Rio Grande.

Apesar de implicitamente atacar o setor situacionista, percebe-se que o discurso da folha oposicionista não excluía os *castilhistas* da descendência direta do *herói*. Assim, mantinham uma postura distinta de grande parte do PRR o qual, constantemente, caracterizava a oposição como não herdeiros dos ideais republicanos de 1835. Com essa particularidade, o jornal *anticastilhista* representava a luta *farroupilha* como algo ainda em vias de se concretizar:

Longe, bem longe, num recanto obscuro, encontrá-lo-eis no seu posto de sacrifício, lutando até à exaustão, para que a liberdade seja uma verdade nossa pátria comum para que a tirana – que é a mentira, o embuste, o aviltamento – não apague das páginas da história e do coração do povo, a tradição luminosa dos nossos feitos, a herança gloriosa dos vossos ideais. Ela se conserva intacta, ela se transmite, e a semente lançada em terreno sáfaro há de frutificar, porque a liberdade não é um mito. (O Tempo, 18/09/1909. Glorificação cívica. p. 1).

O jornal *Diário do Rio Grande* ²³⁶, em um discurso bem mais próximo do propagado pelos republicanos *castilhistas*, no dia anterior à inauguração, tratou de vincular as datas 20 de Setembro e 15 de Novembro em, basicamente, um só ideal: o republicano. Discursou: *‘Em nome de uma idéia só vitoriosa 54 anos depois, e por outros esforços patrióticos, a dedicação e o trabalhos afanoso de uma distinta comissão de rio-grandenses (...) que o Rio Grande amanhã comemorará no terreno de suas conquistas patrióticas e progressistas.’* (*Diário do Rio Grande*, 19/09/1909. Bento Gonçalves – Garibaldi. p. 1)

Para o discurso publicado pela imprensa *castilhista*, como, por exemplo, o do *O Intransigente*, órgão do PRR, a impressão que a todos teria causado o soberbo monumento foi dominadora: *“não houve uma alma que não vibrasse de entusiasmo diante da majestosa, impecável obra do grande artista Teixeira Lopes”*. (*O Intransigente*, 21/09/1909. Bento Gonçalves – inauguração do monumento. p. 1) Ao contrário dos jornais *federalistas*, os periódicos associados à administração estadual raramente cederam espaço para a figura de Alfredo Ferreira Rodrigues na cobertura do processo. Importou mais, para esse grupo, a exaltação das ações realizadas pelos políticos republicanos *castilhistas* e a construção de uma representação fundamentalmente republicana para o homenageado. Contrastando com essa condição, os jornais ligados à política *federalista* patrocinaram a consagração da comissão promotora, sempre com destaque pessoal para Alfredo Ferreira Rodrigues e ao artista Teixeira

²³⁶ Periódico que passou por várias fases no que se refere às convicções político-partidárias. Mais especificamente, nesse momento, mantinha uma postura política “apolítica”. Cf. ALVES, 2002, 200-201.

Lopes. Já no que se refere à figura de Bento Gonçalves, ressaltaram o seu caráter patriótico e sua postura contrária à centralização do Império durante o decênio 1835-1845.

As representações no bronze

Ainda nos primeiros anos de contato entre a Comissão Promotora e Teixeira Lopes, o artista havia enviado para Rio Grande um esboço do que seria a sua idéia de monumento. Nele estava presente, além da palma e da coroa de louros, um barrete frígio ou gorro. Tal alegoria tornara, com a Proclamação da República na França, em 1792, um dos símbolos do regime, vinculando-se à figura feminina que, nesse caso, passou a simbolizar a República. Segundo Carvalho, o barrete frígio já aparecia na Roma antiga, quando no “*primeiro selo da República trazia a efigie de uma mulher de pé, vestida à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio*”, este identificaria “*os libertos na antiga Roma*”. (CARVALHO, 1990: 75)

Mais tarde, com a instauração do sistema republicano no país, muitos artistas brasileiros também vieram a adotá-lo na maioria das figuras que representaram a República do Brasil. Todavia, a utilização deste símbolo pelo português Teixeira Lopes foi desestimulada por Alfredo Ferreira Rodrigues ²³⁷, provavelmente, pelo caráter monarquista que este estudioso atribuía ao General *farroupilha* como, do mesmo modo, pela sua concepção mais individualista que a obra deveria ter como fundamento. O historiador não buscava através desta obra representar uma imagem essencialmente republicana. Sua leitura sobre os acontecimentos de 1835 diferia da proposta dos políticos *castilhistas*.

As dificuldades em retratar as características físicas e, principalmente, a farda de Bento Gonçalves, permearam muitos dos contatos feitos entre os patrocinadores e o construtor da obra. Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues existia apenas um retrato do homenageado e deste teriam de ser tiradas todas as idéias para a reconstituição da roupa. ²³⁸ Mesmo assim, as características que foram expostas na reconstituição do fardamento esculpido pelo artista não sofreram maiores críticas ou repercussões após a inauguração da obra.

²³⁷ Carta de Alfredo Ferreira Rodrigues a Teixeira Lopes, 24/04/1904 - *Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues*.

²³⁸ Alfredo Ferreira Rodrigues esclareceu ao escultor que nenhuma peça ou desenho do fardamento teria se conservado tanto no Rio Grande do Sul como no Museu Militar do Rio de Janeiro. (Carta de Alfredo Ferreira Rodrigues a Teixeira Lopes, 24/04/1904 - *Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues*).

Os insuficientes recursos arrecadados fizeram com que a comissão solicitasse ao escultor algumas mudanças no conjunto do monumento. O grupo dos leões, (FIG. 06) alegoria que encareceu, consideravelmente o preço total da obra²³⁹, no pensamento de Teixeira Lopes contribuía para aumentar a grandeza do conjunto. De acordo com o discurso do escultor, a estética não foi a única razão para a defesa desta alegoria. Segundo ele, após um imenso trabalho os dois leões já estavam praticamente concluídos. Caso a Comissão resolvesse desistir dessa alegoria, isso causaria um imenso prejuízo e, além disso, o escultor explicava que a cobrança pelo trabalho ocorreria da mesma forma. (Carta enviada à Comissão, 02/01/1905 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*)



FIGURA 06 – “Alegoria dos Leões do Monumento a Bento Gonçalves”
Peça simbolizando a luta entre republicanos e monarquistas.
FONTE: Arquivo pessoal do autor.

²³⁹ No primitivo contrato a figura dos leões não estava presente. Provavelmente a idéia de acrescentá-la ao conjunto partiu do próprio escultor. A confirmação do alto preço desta alegoria que, segundo Teixeira Lopes, tinha uma fundição trabalhosa, apareceu no valor final. Ela custou aos cofres da comissão mais de 50% do total da obra.

Embora se constituindo numa das principais peças do conjunto, os membros que ainda compunham a Comissão Promotora pouco tempo após a saída de Alfredo Ferreira Rodrigues, no final de 1904, intentaram dispensar a sua execução, alegando o seu alto orçamento. Mesmo meses depois da solicitação da exclusão da alegoria, o artista manifestou seu descontentamento com a medida: “*Modelei o grupo de leões levado pelo meu entusiasmo e hoje vejo o posto de lado, não só com o prejuízo material, mas o que é mais: com o desgosto de o não ver realizado!*”. (Carta enviada à Comissão, 30/08/1905 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*) Procurando convencer a Comissão Promotora rever sua posição, o artista propôs uma grande redução no valor da alegoria o que veio a ocorrer com a posse do novo presidente e Intendente do município, Juvenal Octaviano Miller.²⁴⁰

No entanto, outro fator pode ter colaborado para a tentativa de exclusão dessa alegoria: o discurso contido nessa imagem. Com esse ornamento, o artista buscou transmitir ao público uma figurativa representação da Revolução Farroupilha na qual um dos leões em posição inferior, segundo Teixeira Lopes, inteiramente deitado ou *derrubado pelo mais forte levanta-se*, encarando o opositor em *atitude serena, mas ameaçadora*²⁴¹, estaria representando a República Rio-Grandense. Em posição superior ao republicano, o outro animal representaria a monarquia brasileira, sobrepondo-se ao leão e ao governo *farroupilha* instaurado a partir de 1836. Esse ornamento seria uma imagem que refletiria a *paz honrosa* que marcou o fim do movimento. Mesmo caído perante o antigo regime, o *leão republicano* mantém uma postura flexionada para um contra-ataque. Essa atitude do *leão republicano* estaria simbolizando a definitiva conquista advinda da implantação da República no território nacional em 1889.

Manter uma figura que trazia a imagem de um sistema monárquico imponente, sobrepondo-se ao republicanismo não seria a ideal representação desejada pelos republicanos *castilhistas*, sem contar o controverso debate sobre qual grupo teria sido o real vencedor da *Revolução Farroupilha*. Enquanto para alguns pensadores da época a *paz honrosa* teria se constituído numa vitória para os *revolucionários* e que, por isso, deveria ser comemorada, para outros representava um acontecimento quase insignificante no âmbito geral da revolução,

²⁴⁰ Além dessa exclusão, os organizadores tentaram trocar os medalhões alusivos a Garibaldi, Canabarro e Netto por baixos-relevos como medida para conter os gastos.

²⁴¹ Carta de Teixeira Lopes à comissão, 01/08/1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*.

preferindo-se mantê-la sob certo esquecimento. Esse fato estaria bem longe de ser uma vitória dos *farroupilhas*.

Simbolicamente, a representação sobre este animal está imbuída das qualidades e dos defeitos inerentes a sua categoria. Se o leão é a própria encarnação do poder, da sabedoria, da justiça, por outro lado, o excesso de orgulho e confiança em si mesmo faz dele o símbolo do pai, mestre, soberano que, ofuscado pelo poder, cego pela própria luz, torna-se um tirano, crendo-se protetor. Pode ser, portanto, admirável, bem como insuportável. Entre esses dois pólos oscilariam suas numerosas acepções simbólicas. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991: 538) Disso, depreende-se a utilização deste animal, tanto para a representação da monarquia, como para a república.

A figura dos leões como representação atribuída ao general Bento Gonçalves se constituiu em prática freqüente na divulgação das idéias sobre a Revolução Farroupilha. Mesmo anteriormente ao projeto de erguimento do seu monumento-túmulo, a associação *leão-Bento Gonçalves* ou, ainda, *leões-farroupilhas* fizeram parte do processo de construção dessa *memória* pautada pela idéia mítica do ocorrido. A literatura foi um dos campos que mais utilizou tal imagem como artifício ao fazer referência a personagens envolvidos na revolta. Em *Os Farrapos*, publicado no ano de 1877 pelo escritor e historiador Luiz Alves de Oliveira Belo, Bento Gonçalves teria tombado como um leão tomado de surpresa na ocasião em que perdeu o apoio tanto da capital da província quanto o de Bento Manoel que abandonou a causa retornando para a defesa da união do Império. (BELO, 1985: 26-27). Oliveira Belo que possuía idéias coincidentes com os pensamentos ligados à maçonaria e ao movimento republicano (BELO, 1985: 8), teve destacado papel na heroicização de Bento Gonçalves e o arquétipo do gaúcho. No mesmo livro acima relatado, utilizou em sua trama o conceito de *liberdade* como uma característica fundamental do habitante sulino amparado por um *habitat* perfeito para o exercício desse caráter, utilizando o *determinismo geográfico* em voga no período. Quanto à caracterização de Bento Gonçalves, exprimiu pensamento análogo ao de Alfredo Ferreira Rodrigues narrando um general popular e respeitado na província. Mesmo não atribuindo qualidades sobre-humanas ao líder *farroupilha*, construiu um Bento Gonçalves sobre a essência idealizadora sul-rio-grandense, unindo a valentia, a justiça, o altruísmo e a atitude de um guerreiro preocupado com o bem estar da população regional. Estabeleceu, com isso, um modelo exato do tipo *gaúcho*.

Repetindo a mesma fórmula, mas com uma abrangência mais centralizada sobre o sujeito, um periódico (*O Bilontra*, 20/09/1903. Data histórica. p. 1) ressaltou que os clarins da revolução, ao ecoarem seu brado de guerra pelo Rio Grande do Sul, estariam em harmonia

com o acordar do *leão* que, por sua vez, sacudia sua juba pronto para a luta. Nesse aspecto, os sul-rio-grandenses ganhavam as qualidades típicas como a valentia, a coragem, o instinto e o destemor em relação ao adversário, características comumente atribuídas ao animal felino. O *despertar* fazia alusão a algo presente na constituição sul-rio-grandense e que, no momento, estaria ameaçado: a liberdade.

Desse modo, percebe-se que a representação dos leões, exposto na parte frontal do monumento-túmulo a Bento Gonçalves, já havia sido anteriormente empregada de forma freqüente pela intelectualidade sul-rio-grandense, que encontrava nesses animais um exemplo ideal para a caracterização dos *farroupilhas*, mas que através da obra, também serviu para retratar os *imperiais*.

Outras mudanças solicitadas pela comissão, quando não contava mais com a presença de Alfredo Ferreira Rodrigues, contrariaram o escultor português. Como exemplo, a expressão facial que Bento Gonçalves teria em sua estátua não agradou a comissão promotora. (FIG. 07) A amplitude do mito construído sobre o general impedia imagens que pudessem atribuir características mais humanas à sua estátua. A *humanização* levava à associação com a imperfeição, algo que iria de encontro ao conceito de herói. Sobre o detalhe, Teixeira Lopes escreveu:

O que deveras me contrariou e continua a contrariar me é a modificação na boca do general. A sua atitude estando em harmonia com essa expressão. Se por um lado eu muito desejo ser amável com V.^{as} Ex.^{as} atendendo-os como pessoas de elevada educação artística nem por isso deixo de me lembrar com tristeza que o artista não deveria nunca seguir senão o que lhe é orientado pelo seu sentimento. Pelo fato de não ser vulgar essa expressão, não deixa ela de ser mais característica. (Carta de Teixeira Lopes à comissão promotora, 02/01/1905 - Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora).

Segundo o escultor não haveria documento histórico que pudesse convencê-lo de que o general não tivesse aberto sua boca do modo retratado por ele, enfatizando, ainda, que a arte teria e deveria ter as suas audácias. Além disso, sustentou que na estátua toda a atitude de Bento Gonçalves se apresentaria mais enérgica, daí porque o braço direito, que carregava a espada, foi modificado a fim de dar mais ação e mais expressão. Tentava com isso fugir do vulgarismo de tantas figuras fardadas que conhecia e que, mesmo estando em combate, pareceriam generais de salão. Com essas nuances caracterizaria melhor a guerra civil, a luta

que os farroupilhas tiveram de sustentar. (Carta de Teixeira Lopes à comissão, 01/08/1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora*)



FIGURA 07 – “Capa da publicação *Arte*, da cidade portuguesa do Porto, abril de 1905”
No detalhe a estátua de Bento Gonçalves, ainda sem a cobertura de bronze, ilustrando a atenção dada ao artista e a sua obra em Portugal.

Uma mudança significativa de intenções fez sentir-se com a entrada do *castilhista*, de tendência *positivista*, Juvenal Miller na comissão organizadora do monumento. Propôs ao escultor a colocação das datas *20 de Setembro – 15 de Novembro* logo abaixo à figura dos *leões* sob o intuito de representar a “continuidade histórica”:

Se for possível, na face correspondente ao grupo dos leões, colocar as datas 20 de Setembro – 15 de Novembro, julgamos que exprimiria, então, mais

nitidamente, essa alegoria, a continuidade histórica, evidenciando que a idéia pela qual se batiam os heróis de 1835 persistia até a completa vitória obtida pelos legionários de 1889. Ficará assim o monumento digno do vosso alto renome, da confiança depositada na comissão e do acontecimento a comemorar. (Carta enviada ao escultor Teixeira Lopes, 19/11/1906)

Após a inauguração da obra, percebe-se que a modificação solicitada pelo Intendente foi atendida por Teixeira Lopes, ficando materializado o pensamento *evolucionista* e *processual* da doutrina de Auguste Comte e a franca tentativa de sua apropriação pelos seguidores republicanos na cidade de Rio Grande.

Os republicanos *castilhistas* insistiram, ao longo de quase uma década que levou à maturação e concretização do monumento, na utilização do simbolismo que terminou por ser retratado na obra. A presença de políticos vinculados ao PRR foi intensa tanto no seio da comissão promotora como na movimentação e no auxílio da sociedade em diversas questões referentes à edificação da estátua. Entre os já destacados Juvenal Miller e Ignácio Xavier Azambuja, participaram das ações Trajano Lopes, Rosalvo Azevedo, estes membros da comissão central do partido, Eduardo Alt e, podendo ser considerado como um dos mais influentes e ativos no grupo promotor da obra, Virgilino José da Porciuncula Júnior. Considerando isso, percebe-se que Alfredo Ferreira Rodrigues constituiu-se numa das poucas personalidades sem ligação com o movimento republicano o que, muito certamente, colaborou para a série de colisões entre este e a comissão promotora do monumento, até o seu desligamento da mesma. Recordando que o historiador Ferreira Rodrigues não concordava com a caracterização republicana imposta à imagem do General Bento Gonçalves que, para ele, possuía fortes convicções monarquistas.

Nas faces laterais do monumento-túmulo, após sucessivas modificações, foram colocados dois medalhões representando líderes da Revolução Farroupilha. No lugar onde estaria uma figura alusiva ao *farroupilha* Canabarro, ao lado esquerdo do monumento, decidiu-se colocar outra que retrataria o italiano Giuseppe Garibaldi. (FIG. 08) A forte presença da comunidade italiana radicada na cidade de Rio Grande contribuiu em muito para a colocação da figura em homenagem ao personagem Garibaldi. Ao longo das festividades referentes ao assentamento da *pedra fundamental*, das quermesses e das angariações dos fundos para a construção do monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva, as diversas sociedades e setores italianos marcaram presença nos atos. Colaborou para o fato a freqüente associação entre a Revolução Farroupilha e a data de unificação da Itália, pois ambas são

comemoradas no dia 20 de Setembro. Por isso, muitas vezes, dividiram as mesmas praças para as celebrações, praticando homenagens comuns às duas datas.



FIGURA 08 – “Medalhão representando Giuseppe Garibaldi”
FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Já no lado direito, um medalhão retrata o rio-grandino General Antônio de Souza Netto que, em 11 de 1836 na região de Bagé, proclamou a República Rio-Grandense após a obtenção de uma vitória contra as tropas *imperiais* em território próximo ao Uruguai. (FIG. 09) Esse oficial nasceu no Povo Novo, atualmente distrito da cidade de Rio Grande, em 25 de maio de 1803. Pela ligação do personagem com o município onde será erguido o monumento e seu papel na Proclamação da República Rio-Grandense, a comissão preferiu a colocação de seu busto em lugar de outros farroupilhas, como pretendiam anteriormente. Na hora de retratar o General Netto para o escultor, a Comissão Promotora se deparou com um problema: não possuía imagem na qual o *herói* figurasse fardado. A solução foi sugerir que Teixeira Lopes se inspirasse na farda de Bento Gonçalves.



FIGURA 09 – “Medalhão representando General Netto”
 FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Na parte posterior do pedestal do monumento-túmulo, estão presentes outras duas alegorias: as *palmas* e os *louros*. A primeira simbolizando a vitória, a ascensão, a regenerescência e a imortalidade ²⁴², todas elas características associadas constantemente a Bento Gonçalves. A vitória republicana atribuída ao general, mesmo que ocorrendo décadas após a sua luta, somente em 1889, teria tido muito do seu esforço e luta empreendido no decênio *farroupilha*, mantendo-se a imortalidade de seu ideal político e de seus valores morais heroicizados. A imortalidade também é expressa pela segunda alegoria tratada. Os *louros* representam uma planta que, mesmo no inverno, permanece com sua cor verde, simbolizando o triunfo. Segundo Cirlot, não existe obra sem luta, sem triunfo. Por isto os *louros* expressam a identificação progressiva do lutador com os motivos e finalidades de sua vitória. (CIRLOT, 1984: 351). Assim, seu ideal republicano permanecera vivo mesmo após a Paz de Ponche Verde. ²⁴³

A grande crítica em torno da representação de Bento Gonçalves, por intermédio do monumento esculpido por Teixeira Lopes, caracterizou-se pela decisão de uma figura não

²⁴² Cf. CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991: 680.

²⁴³ Tratado de Paz, assinado em 1º de Março de 1845, que pôs fim à Revolução Farroupilha e à República Rio-Grandense.

equiestre da obra. Logo após a inauguração da estátua, surgiu a discussão sobre o tema na imprensa rio-grandina. Diante das censuras que circulavam pela cidade, um jornalista do *Echo do Sul*, denominado Jao, esclareceu que não havia visto nada que se parecesse com um defeito na obra, isentando, primeiramente, o escultor de qualquer crítica que pudesse a ele ser direcionada. Contra as críticas precipitadas, discursou:

Obtemperamos aos que nos cercavam que deixassem passar a primeira impressão, que não julgassem assim, ainda aos acordes do Hino Nacional, a obra do escultor português, o glorioso escultor português que tem alma bastante para fundir no bronze não só um capítulo da história, mas toda uma história que tanto nos fala à alma. (Echo do Sul, 22/09/1909. Carapuças. p. 2)

Logo em seguida lançou as seguintes indagações: “*Que culpa tem o artista de que a estátua não seja equiestre? Pode ele ser responsável pelo atentado que ali existe à história?*”. Lançadas as perguntas, o autor tratou de isentar de qualquer culpa o artista: “*Teixeira Lopes fez uma obra de encomenda: se não foi espontâneo foi obediente*”. Assim, imputando a culpa sobre a ausência da figura equiestre aos promotores do monumento, concluiu com a seguinte ironia: “*Façamos calar a crítica: o grande artista é o menos culpado de terem feito do herói um soldado de infantaria: ele, o imortal, o glorificado, que transpôs o bronze da história montado no seu corcel feroso...*” (*Echo do Sul*, 22/09/1909. Carapuças. p. 2)

A inexistência do cavalo na figura do *general farroupilha* fora questionada em outros momentos do processo de erguimento da obra. Como resultado desse imaginário que entende a figura de Bento Gonçalves como equiestre, capaz de transmitir uma maior impressão de superioridade e liderança relativa ao pampa, concretizou-se, mais tarde, em Porto Alegre.²⁴⁴

O debate sobre a imagem criada por Teixeira Lopes encontra fundamento na própria construção da identidade sul-rio-grandense. A representação de Bento Gonçalves “a pé” contrariava abertamente a concepção mitificadora edificada sobre o típico gaúcho. Chocou-se com a idéia de *centauro dos pampas*, atribuída aos sul-rio-grandenses ao longo da segunda metade do século XIX em diante, pela cultura regional. Diante do desconhecimento que se tem sobre qual dos personagens teria sido o real responsável pela idéia de tal representação, se o escultor Teixeira Lopes ou o iniciador Alfredo Ferreira Rodrigues, pode-se, mesmo assim, chegar a uma simples reflexão. A imagem simbolizada pelo *centauro dos pampas* não se

²⁴⁴ O monumento erguido na capital do Estado foi esculpido pelo artista Antônio Caringi e erguido no ano de 1935.

constituía, para Alfredo Ferreira Rodrigues, em um aspecto essencial para ser representado nas alegorias do monumento a Bento Gonçalves da Silva.

Em relação ao artista português, é necessária a compreensão de que, não conhecendo o Rio Grande do Sul e tendo como único contato com o Estado a correspondência que manteve com a comissão promotora, ele estava totalmente alheio ao contexto cultural rio-grandense. Possivelmente imperava, nele, o desconhecimento do simbolismo que a figura do cavalo abarcava no imaginário *gaúcho* e, principalmente, o da campanha. Esse sistema acarretou uma outra leitura interpretativa sobre a Revolução Farroupilha e o Rio Grande do Sul. Quanto a Alfredo Ferreira Rodrigues, também é explicável o seu desinteresse, pelo menos na ampla documentação analisada, da colocação de uma figura eqüestre, tendo em vista que a cidade da qual provinha, Rio Grande, possuía pouca identificação com as questões referentes à identidade concebida como do *pampa*, de acordo com sua formação econômica e social peculiar. De qualquer forma, Teixeira Lopes esculpiu sua obra através da representação que Alfredo Ferreira Rodrigues emitia em suas correspondências, o que gerou certo descompasso com o imaginário, principalmente, em relação à *zona da campanha* sul-rio-grandense da época. Para a Comissão Promotora e, principalmente, para os sucessivos Intendentes Municipais, os quais ocupavam o cargo máximo no grupo, a figura eqüestre poderia ser uma imagem não muito desejável, visto que ela marcaria uma relação bastante próxima com o típico elemento social da Campanha gaúcha, área historicamente vinculada com seus adversários *federalistas*.

No que se refere ao material utilizado para a confecção do monumento, o bronze para a cobertura das estátuas teve procedência de antigos canhões que seriam demolidos e encontravam-se no 7º Batalhão de Infantaria do Largo de Moura, no Rio de Janeiro. No entanto, o pedido realizado ainda no ano de 1904, pelo então secretário da comissão Alfredo Ferreira Rodrigues, só teve resultado cerca de quatro anos mais tarde. Antes de ser atendido, o secretário procurou se cercar de um político que pudesse ajudá-lo no encaminhamento de sua solicitação. Nesse contexto, apareceu o nome de Assis Brasil a quem foi endereçada uma correspondência, solicitando que este entrasse em contato com o Exército a fim de que a corporação pudesse facilitar o envio da solicitação. Na correspondência, Alfredo Ferreira Rodrigues notificou a sua frustrada tentativa na obtenção do material, enfatizando que teria havido má vontade ou talvez oposição de alguém no próprio Rio de Janeiro. A forte presença da *doutrina comtista* nos setores militares influenciou o rio-grandino a pensar que poderia haver algum pensamento contrário à homenagem de Bento Gonçalves na cidade de Rio

Grande, pois, segundo ele, o general não faria parte do calendário de Comte.²⁴⁵ Nesse episódio, Alfredo Ferreira Rodrigues deixou clara a sua posição contrária à doutrina de Augusto Comte, defendida pelo setor *castilhist*a atuante no cenário político da cidade do Rio Grande.



FIGURA 10 – “Monumento-túmulo a Bento Gonçalves”
Vista frontal da obra.

FONTE: Revista Ilustrada, janeiro de 1911, página central.

A demora na entrega do bronze solicitado por Alfredo Ferreira Rodrigues se estendeu até o ano de 1908, quando a Secretaria dos Negócios de Guerra enviou à comissão um documento no qual esclarecia que o pedido originado, ainda ano de 1904, estava sendo atendido por intermédio do Ministro de Estado dos negócios de Guerra.

Apesar da longa espera na concretização do monumento, percebe-se que as discussões envolvendo as modificações de algumas características da estátua de Bento Gonçalves, como

²⁴⁵ Carta a Joaquim Francisco de Assis Brasil, 11/04/1904 - *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora.*

as que foram anteriormente debatidas nesse capítulo, não surtiram o resultado ambicionado pela comissão promotora sem a presença de Ferreira Rodrigues. Mesmo com esses sucessivos pedidos de alterações enviados pela comissão promotora ao escultor, a obra foi entregue, trazendo as características do projeto em seus primórdios. A imagem que ficou no monumento-túmulo apresenta boa parte da simbologia pretendida e proposta pelo iniciador Alfredo Ferreira Rodrigues. Porém, cabe ressaltar que as simbologias não ficaram presas ao bronze, alcançando, de forma bastante própria, os discursos que atuaram neste processo, desde a construção até a inauguração definitiva da obra.

No entanto, as distintas questões que envolveram o processo de erguimento desse monumento, bem como, as atribuições políticas atribuídas ao homenageado e a sua capacidade de simbolizar toda uma identidade sul-rio-grandense antecipadamente tipificada, perpetuaram-se no bronze e no granito do monumento, disponibilizando a todos um complexo panorama de leituras e apropriações sobre um mesmo objeto.

3. 2. O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOSÉ ARTIGAS NA PLAZA INDEPENDENCIA

A oficialização da memória artiguista.

A intenção de se edificar uma estátua em homenagem a José Artigas, insere-se no momento particular pelo qual atravessava a *memória* do país, realçado pela flexibilização das fronteiras partidárias, até pouco tempo bem mais rígidas. Segundo Demasi, nesse momento se estabeleceu um processo de construção dos *heróis* nacionais, caracterizados pela capacidade de servir de modelo social e guia de conduta para o povo, ao mesmo tempo, distinguindo as fronteiras nacionais das estrangeiras. (DEMASI, 2001: 345)

O processo de erguimento da obra em homenagem ao General Artigas, conforme já introduzido no desenrolar desse trabalho de tese, percorreu algumas décadas até chegar a sua real inauguração no ano de 1923. A origem dessa obra se deu com um projeto de lei, apresentado no dia 08 de julho de 1881 pela Câmara dos Representantes²⁴⁶. O documento trazia a proposição de se erguer um monumento em homenagem à “*memória do ilustre guerreiro José Artigas*” na cidade de Montevidéu.

No ano posterior, por ocasião do debate acerca da proposta de lei, fazia-se presente a seguinte alegação, assinada em 22 de abril, em prol da edificação da obra:

El culto de los altos recuerdos históricos, desde la más remota antigüedad, fue el signo inequívoco del patriotismo.

Cuando la gratitud nacional no se demuestra genuina, expansiva, los pueblos marchan á la decadencia.

Para los orientales no puede ya discutirse la alta personalidad del General Artigas. Fue el alma de nuestra nacionalidad que, á través de todos sus infortunios y glorias, todos la queremos y la aceptamos como una Ley histórica. No solo está consagrada por el hecho, sino por la Ley

²⁴⁶ Antes disso, ainda no ano de 1862, o representante Tomás Diago apresentou um outro projeto reivindicando o erguimento de um monumento a General Artigas, na mesma Plaza Independencia, sob o amparo de verbas públicas. Também representada por uma figura eqüestre, a obra deveria trazer a seguinte inscrição: *Al Padre de la Pátria – José Gervasio Artigas – el pueblo agradecido*. Além disso, propôs que o logradouro passasse a ser chamada pelo nome do *herói*. No próprio discurso, o qual buscava justificar a criação do monumento, ficou explícita a frágil presença que o personagem e o movimento de independência possuíam na *memória* nacional até o momento: “*El hecho de la fundación de la independencia nacional no es conocido, señor Presidente, sino de muy pocos, y es necesario que el Cuerpo Legislativo se levante á la altura de los verdaderos principios de la libertad, para demostrar al mundo que aquí ha habido hombres que antes que se proclamara la independencia de la América en Buenos Aires, el año 10, ya peleaban por ello.*” (ASSUNÇÃO & PEREZ, 1978: 153) Um grupo de Deputados propôs algumas mudanças no projeto. Entre elas, a organização de uma subscrição popular, a fim de que toda a população pudesse participar da construção da obra e a sugestão da Praça Cagancha como sede. Após um longo debate, o projeto foi aprovado pelos representantes, porém, não foi colocado em prática.

Fundamental, que es para nosotros sagrada. (Diario de Sesiones de la H. Cámara de Representantes, 1886, t. 49: 66)

Percebe-se, que o *sentido patriótico*, debatido no capítulo anterior na tese, fora uma das principais justificativas para a edificação da obra, um estímulo característico de um processo de construção de um passado nacional. Assim, esse tempo pretérito deveria ser salvaguardado na *memória* uruguaia como forma de preservação de sua identidade iniciada através das ações do *herói*.

A lei ordenada em 2 de julho de 1883 decretava os seguintes termos: primeiro, a liberação de uma verba para custeio do monumento em bronze com uma estátua equestre à *memória* de Artigas; segundo, o pedestal deveria ser de granito oriundo da localidade de Las Piedras e, em sua base, empregadas pedras enviadas de todos os departamentos do país; terceiro, *Artigas* seria a única palavra inscrita no pedestal; a Praça Independencia como sede; a determinação de um concurso artístico, nacional e internacional, para a escolha do artista, sendo que caberia, ao Poder Executivo, a nomeação de um jurado a fim de julgar os projetos; e a premiação de medalhas comemorativas para o primeiro e segundo projetos melhores colocados nessa disputa.

A década de 1880, mas precisamente com a ascensão do General Máximo Santos, do Partido Colorado, na Presidência da República, em 1882, mostrou-se propício para a idealização de José Artigas, alçado como o “Padre de la Patria” pelo governante. Procedeu de forma a liberar o *herói* das antigas imagens pejorativas que o caracterizavam como bandoleiro, anárquico ou bárbaro, abertamente difundidas em décadas anteriores pela imprensa e pela historiografia. Tomando medidas para oficializar a *memória* de Artigas como um ídolo acima das facções políticas proibiu o uso do *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay* (1866), de Francisco Berra, no qual questionava a trajetória do *herói*. (ROCCA, 2000: 244) Nesse ambiente, um grupo de amigos oficiais superiores do Presidente Máximo Santos encomendou junto, a Juan Manuel Blanes²⁴⁷, uma pintura de Máximo Santos a ser apresentada no final de seu mandato. Nela, ao fundo da comitiva do Presidente, estava representada a figura de um monumento equestre do General Artigas na Plaza Independencia (FIG. 11), certamente, influenciada pela relatada lei de julho 1883.

²⁴⁷ Juan Manuel Blanes (1830-1901) é denominado o “Pintor de la Patria” uruguaia. Foi um dos principais responsáveis por criar uma efígie para o *herói* José Artigas como, por exemplo, a representada na pintura a óleo chamada “Artigas en la ciudadela”. Além do paisagismo local, especializou-se na reprodução de quadros alusivos a acontecimentos importantes da história uruguaia, bem como, do homem do campo, representado pela figura tradicional do *gaucho*.



FIGURA 11 – “Máximo Santos y su Comitiva”
 Pintura a óleo representando o Presidente Máximo Santos e sua comitiva na Plaza Independencia. Ao fundo, o idealizado monumento a General Artigas (1885-1886)
 FONTE: CAETANO, 2000: s/p.

O período foi marcado pela quantidade significativa de projetos de monumentos a serem erguidos na capital uruguaia. Poucas semanas após o projeto da obra homenageando Artigas, foram aprovadas mais duas estátuas que, de certa forma, demonstravam as raízes da compreensão aberta e cosmopolita da nacionalidade que caracterizou a tradição liberal do partido Colorado nesse período: uma ao Bruno Mauricio de Zabala²⁴⁸ e outra a José Garibaldi. Já em 1884, foi a vez de se conceber uma estátua em homenagem ao General Rivera na Plaza Cagancha. Todos esses últimos *heróis* citados, em detrimento de personagens ligados às tradições *blancas*, haviam lutado em favor do Partido Colorado. (FREGA, 1993: 126)

A praça como altar cívico e símbolo de modernidade

De certo modo, a decisão acerca do logradouro público montevidiano, no qual seria depositada a obra alusiva ao General José Artigas, não gerou grandes celeumas por parte da

²⁴⁸ Foi governador colonial e militar espanhol. Em 1726 fundou a cidade de San Felipe de Montevideo, povoação inicial da atual capital uruguaia.

comissão organizadora. Num primeiro momento, o Artigo Terceiro do projeto de lei indicava a colocação da estátua na Plaza Treinta y Tres. Logo em seguida, o parlamentar colorado, Freire, solicitou uma modificação nesse ponto, propondo que a construção da obra fosse transferida para a Praça Independencia:

Siendo el General Artigas el fundador de nuestra nacionalidad, creo, señor Presidente, que la plaza que se elije para colocar la estatua, es de segundo orden; y creo que, como es el primer hombre de nuestra patria, debe colocarse en el primer punto, en el paraje principal de nuestra ciudad. Y es por eso que voy hacer moción para que la estatua se erija en la plaza independencia. (Diario de Sesiones de la H. Cámara de Representantes. 1886, t. 49: 78)

Aceitada a proposta de mudança de logradouro, o debate passou a tratar do local específico, da Praça Independencia, no qual seria assentada a obra, se nas localidades extremas ou no centro da mesma, ponto que teve a preferência final. Nesse mesmo projeto, houve uma nova proposição do Deputado *colorado* José C. Bustamante. Ditou a incursão de um artigo, sugerindo que o dia de aniversário de nascimento do General Artigas, 19 de junho, fosse saudado através do embandeiramento dos postos militares e repartições nacionais, além de uma salva de 21 tiros de canhão. Afirmava que todos os povos teriam a tradição histórica de seus grandes homens e de seus grandes feitos. Para isso, citou os Estados Unidos da América e sua recordação sobre a data 22 de fevereiro, nascimento de George Washington; o 4 de julho republicano na França e o levantamento popular de 02 de maio de 1808, na Espanha. Assim, como todas as nações e suas lembranças, o Uruguai também deveria cultivar as bases de sua nacionalidade, recebidas de herança, conservando-as para as gerações futuras.

A década de 1880, período da elaboração e da proposta de erguimento da referida obra, constituiu-se para o país e, conseqüentemente, para a capital Montevideu, uma época de mudanças em sua estrutura urbana. No que se refere ao contingente populacional, as ondas imigratórias²⁴⁹ aliadas ao forte crescimento vegetativo resultou num incremento populacional significativo para os centros urbanos. Além da criação de vários novos Departamentos, as populações urbanas começaram a se desenvolver e ganhar novos investimentos de infra-

²⁴⁹ No período entre 1884 e 1889, aponta-se que o número de estrangeiros residentes na cidade de Montevideu ultrapassasse os 100 mil, o que significaria, em termos percentuais, cerca de 46% do total de moradores. Desses imigrantes, quase a metade provinha da Itália. (ABADIE & ROMERO, 2000: 10)

estrutura, como praças, parques, investimento na zona portuária e geração e distribuição de energia, caso específico da capital Montevideú.



FIGURA 12 – “Vista parcial da Plaza Independencia em 1899”

Com destaque para a sua antiga concepção de passeio. Do lado esquerdo, a estátua de Joaquín Suarez.

FONTE: Arquivo Fotográfico do “Centro Municipal de Fotografía”. Montevideú.

Nesse novo contexto, demarcado pela transformação acentuada na virada do século, sistematicamente o país se inseria num processo maior de modernização, importada tendências, principalmente, das principais cidades européias. Substituía a tradicional imagem associada ao seu passado *oriental*, assumindo uma nova sociedade, uruguaia, em sua forma de concepção político-social, e moderna no sentido de se auto-afirmar como país atualizado com as tendências da época. Com a consolidação do Estado e de seu aparato público administrativo e jurídico, voltou-se o foco de desenvolvimento urbano para a denominada *ciudad-puerto*, constituindo-se como o centro das principais atividades. Uma nova relação econômica entre as cidades e o campo, fruto do cercamento das propriedades e dos avanços nos meios de produção, converteram essa região urbana em um notável centro formador dos novos costumes, ditando novas tendências da educação, cultura e comportamento para a

população do período. Assim, a cidade de Montevidéu assumiu o seu papel vanguardista no processo de desenvolvimento da sociedade nacional, diferenciando-se dos tradicionais costumes pampeanos. Pouco depois, essa sua nova mentalidade se irradiaria para o resto do território uruguaio, originando uma espécie de “*montevideanización*”, sobrepondo-se ao mundo “*arcaizante*” da *orientalidad*. (ABADIE & ROMERO, 2000: 117) Tal processo de *montevideanización* é resumido por Barrán como a “*irradiación de los valores de la modernidad desde la capital a la campaña, el último refugio de la sensibilidad bárbara*”. (BARRÁN, 1990: 18)

Sob um discurso apologético e propagandista, vários dos discursos tentavam aproximar o máximo possível a capital uruguaia das mais avançadas cidades europeias. Nesse caso, importava apresentar os elementos urbanos novos ao invés dos logradouros que recordassem o passado colonial do território, aspecto que seria bastante encontrado no restante do ambiente sul-americano. Tal condição de se interpretar Montevidéu, característico do final do século XIX e início do XX, refletiu-se no discurso de Carlos Maeso, em sua obra *El Uruguay traves de um siglo*, publicado no final da primeira década.²⁵⁰ Seguindo seu raciocínio, entendia-se uma Montevidéu na qual os vestígios da antiga *memória* estariam definitivamente apagados no presente, substituídos por modernas formas urbanas. Implicitamente, a narrativa de Maeso fez parte de uma concepção maior de desenvolvimento, a qual também estabeleceria uma espécie de política de urbanização voltada ao *esquecimento* como forma de estabelecer um maior vínculo com as práticas e os costumes europeus²⁵¹, tão em voga no período:

Montevideo sale de la generalidad para destacarse como una ciudad esencialmente europea: aquí no se supone nadie que vive en América. Es inútil que se busque en ella casas y calles viejas, ni monumentos de otras edades: aquí todo es nuevo. Del tiempo de la Colonia no queda ningún vestigio, fuera del edificio ocupado por el Cuerpo Legislativo y ese será en

²⁵⁰ Voltada ao público estrangeiro, todo o texto foi apresentado em dois idiomas: espanhol e francês. Bastante ilustrado, a obra trouxe fotografias de vários logradouros montevidéanos, entre eles, a Plaza Independencia e um grande projeto de revitalização da Plaza Constitución e seus edifícios adjacentes.

²⁵¹ De maneira bastante clara, a obra também direcionava seu discurso a um convite aos imigrantes europeus e um meio para conquistá-los foi a representação concebida sobre as mulheres uruguaias. Segundo a obra, além de encantadoras, elas estariam abertas para o matrimônio com os estrangeiros: “*Si bien los magníficos ejemplares de bellas damas rubias abundan mucho, el tipo nacional clásico, el tipo de la tierra, lo constituyen las seductoras mujeres de cabellos y ojos negros, llenas de gracia andaluza y que encantan con sus rostros y bustos admirables. La mujer Uruguaya es tan virtuosa como hacendosa, excelente esposa y cariñosa madre. (...) Los matrimonios de extranjeros con hijas del país son muy frecuentes, lo que demuestra el buen gusto de aquellos. La estadística evidencia que de 1500 extranjeros que se casan anualmente, más de mil lo efectúan con uruguayas.* (MAESO, 1910: 49)

breve modificado. La sensación que produce, pues, es de una ciudad recién fundada que surge a la vida como si todas sus moradas hubieran sido levantadas al mismo tiempo. (MAESO, 1910: 45)

A Plaza Independencia, dentro desse novo conceito de modernidade urbana, constituía-se como um logradouro essencial para a consolidação de uma nova imagem dessa sociedade. Privilegiada por sua localização, invariavelmente o logradouro fazia parte dos mais variados projetos urbanísticos e arquitetônicos do período. Ainda no ano de 1898, um requerimento enviado presidente da Comissão Administrativa do município dava conta da possibilidade de se transformar, a Plaza Independencia, em um logradouro bem mais ornamentado, florido, porém, com as vias de passeio mantidas em aberto. (FIG. 13) No entanto, a preocupação em mantê-la adequada às festividades cívicas e populares nunca deixou de existir, pelo contrário, algumas dessas mudanças, tanto na praça como nas ruas ao seu entorno, visavam uma sensível melhora nesse quadro. Nesse caso relatado, afirmava o requeridor: “*Desde luego el ensanche de las vias que la rodean hará más fácil la circulación de carruajes y permitirá el desfile de las tropas en días de fiestas*”. (*El Día*, 09/05/1898) Tal opinião fazia referência ao projeto de reformulação da Plaza Independencia, elaborado pelo arquiteto francês Edouard André, denominado *Plan de Embellecimiento y Ensanche de Montevideo*, o qual sugeria uma integração das praças, parques e passeios em um mesmo sistema de espaços públicos.²⁵²

No dia seguinte o mesmo periódico retornou ao tema. Além de retomar o discurso em defesa de uma reformulação que não se caracterizasse por uma densa colocação de jardins no local²⁵³, o *El Día* alertava o fato do projeto não ter levado em conta a construção da estátua de Joaquín Suárez. Esta alegoria, erguida em 1896, representava um novo modelo de concepção heróica buscada por alguns setores da vanguarda política uruguaia. Apresentando um personagem mais associado à figura e aos valores de um estadista, Joaquín Suárez

²⁵² Corroborando com a clara intenção de importar a moda urbana européia para a capital uruguaia, Carmona enfatiza que um dos principais objetivos, desse plano encomendado pela administração local, foi a busca de uma imagem de cidade moderna no nível das principais capitais da Europa para, assim, fortalecer o sentimento de orgulho e identidade nacional. Influenciada pela estética do paisagismo inglês, a proposta aumentava a incidência do verde no meio urbano, visando jardinar praças como a Independencia, Constitución, Zabala e Treinta y Tres. Cf. CARMONA, Liliana & GÓMEZ, María Julia, 2002: 43-48.

²⁵³ O artigo enfatizou que a Independência, como praça oficial e localizada em frente à casa do governo, obrigaria uma inexistência de jardinagem, pois, de acordo com o mesmo, essas paisagens seriam incompatíveis com os movimentos de tropas que diariamente por ela circulavam. Discordava, igualmente, da inserção de palmas ao longo do logradouro, pois, segundo seu argumento, o clima da cidade não seria propício a essa vegetação. Por último, criticava a colocação de uma fonte no centro da praça, antecipando uma futura necessidade de retirada por causa da instalação do monumento a Artigas no mesmo lugar.

disponibilizava uma simbologia associada ao civilismo e, portanto, contrapunha-se ao tradicional *militarismo caudilho*.²⁵⁴ Poucos anos depois, mais precisamente em 1905, a obra foi retirada da Plaza Independencia e recolocada na Avenida Agraciada²⁵⁵, deixando espaço livre para o erguimento do monumento ao General José Artigas.



FIGURA 13 – “Vista parcial da Plaza Independencia em 1917”

Com destaque para a sua nova paisagem, mais verde.

FONTE: Arquivo Fotográfico do “Centro Municipal de Fotografía”. Montevideú.

Ao contrário da tradição encontrada em outras grandes cidades modernas, demarcada pelas grandes e luxuosas atividades sociais organizadas pela e para a alta sociedade, a nova elite econômica montevidéana, do final do século XIX, manteve uma vida social menos ostentatória, mais resguardada ao vínculo familiar e afetivo. Com isso, a sociabilidade alcançou as principais ruas e passeios públicos, como o espaço compreendido entre as praças

²⁵⁴ Segundo o pensamento de Demasi, embora na década de 1880 a imagem de Joaquín Suárez apresentasse um bom trânsito entre os dois tradicionais partidos, a *memória* desse personagem sofreu variação com o decorrer do século XX, passando, assim, a se identificar com o setor *colorado* e beneficiando a figura de Artigas como um *herói* de consenso: “Suárez ha pasado a ser una figura identificada con el partido colorado (a la vez que el gobierno de la Defensa ha pasado a integrarse a la historia de perfil colorado y tiene que compartir el carácter de ‘gobierno nacional’ con el ‘Gobierno del Cerrito’); en cambio, en las justificaciones que ahora ‘explican’ la exaltación de Artigas se menciona su equidistancia de los bandos tradicionales, ya que toda su actuación política se desarrolla antes del surgimiento de las divisiones.” (DEMASI, 2006: 97)

²⁵⁵ Entre as esquinas das Avenidas Suárez e Agraciada, local onde se localizava a casa de campo do homenageado.

Constitución e Independência ou, ainda, ao longo da Avenida 18 de Julio, onde se localiza a Plaza Cagancha e, em suas proximidades, foi inaugurado o Ateneo no ano de 1900. Paulatinamente, democratizava-se a sociabilidade urbana sob a forma de passeios e convivência nas praças e nas principais ruas de Montevideú. Nesse contexto de crescimento urbano, a Plaza Independencia se tornou um dos principais pontos freqüentados pela nova elite social a qual alternava o espaço com as classes médias, com as crianças, vendedores ambulantes, guardas civis e a população em geral. (ABADIE & ROMERO, 2000: 121-122)

3.2.1. A retomada do projeto: o papel da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras e a escolha do escultor.

Embora o projeto de lei tenha sido aprovado ainda na penúltima década do século XIX, o planejamento em torno da construção da obra passou por um longo período de inércia. Segunda Ana Frega, esse tempo de espera pode ser interpretado como um sinal do processo de busca da unanimidade em volta da figura do personagem José Artigas. Mesmo que esse *herói* tivesse a capacidade de “unir” os setores *blanco* e *colorado*, ainda assim seria necessária a descaracterização das imagens de “*bandolero*” e “*caudillo de los anarquistas*” que enchiam de terror a elite dirigente de sua época de atuação e que, de certa forma, prosseguiu em grande parte do século XIX. (FREGA, 1993: 127)

Muito provavelmente influenciado pelo processo sistemático de heroicização do personagem, o qual se desenvolvia no meio político e intelectual uruguaio daquele período, algumas palavras de protestos foram reproduzidas pelo setor periodista montevidéano, apontando a urgente necessidade de se, finalmente, erguer um monumento em homenagem José Artigas como símbolo a representar o passado para as novas gerações *novecentistas*. O diário católico *El Bien*, em abril de 1900, declarou que a antiga idéia, em torno do monumento, novamente estaria sendo discutida nesse período. Saudou essa iniciativa da retomada do processo, porém, com uma ressalva: “*si hemos de volver á los interminables proyectos y discusiones, á las tímidas tentativas frustradas, á las manifestaciones de debilidad y de carencia de nervio para realizar por aclamación una obra patriótica, mejo sería no habláramos del asunto*”. Dessa forma, o artigo publicado pela folha sugeria um reavivamento bastante ágil e pragmático dos trabalhos. Como em outros discursos produzidos

no período, declarou-se contrário ao rebaixamento dos custos da obra, justificando e apontando vários países europeus os quais teriam gastado uma boa quantia para o mesmo fim. Nesse último caso, o autor utilizou como exemplo a França. Um procedimento nada surpreendente, visto que esse país se constituía num dos maiores parâmetros de modernidade para as grandes cidades sul-americanas, em especial, Montevidéu e Buenos Aires.

Já aludindo à importância de se erguer um monumento para o culto aos valores nacionais, em especial, homenageando o *herói* José Artigas, afirmou o *El Bien*:

Es preciso erigir en Montevideo el gran monumento a Artigas; es necesario que la aurora del siglo XX lo alumbre en la plaza de la Independencia. No es posible negar la importancia de los monumentos nacionales; ellos son el siglo material de la toa de posesión de la patria; son la protesta permanente de piedra soberanos tanto cuanto dure el bronce y la piedras, y aún más; son el acto de culto nacional á los héroes que sostiene y vigoriza la religión del patriotismo, religión, no modificamos la palabra, porque el patriotismo une también á Dios que lo pone en el alma de los hombres y hace de él una virtud. Es preciso, es urgente levantar la estatua de nuestro Artigas. (El Bien, 22/04/1900. La estatua de Artigas. p. 1)

No mesmo ano, um significativo número de jovens, pertencentes ao Partido Colorado, reuniu-se, por ocasião do aniversário de nascimento do líder *oriental*, no Teatro Odeón a fim de tratar do apoio desse setor ao projeto de erguimento da estátua ao General Artigas. Além do apoio a essa iniciativa, deliberaram a composição de uma comissão intitulada *Comisión Popular Colorada Pro-Artigas* que, entre outras atribuições, seriam responsáveis por: promover reuniões, atos e escritos em defesa da realização da referida obra e à idealização do *herói*; e realizar subscrições populares visando a inversão de fundos para a causa. Igualmente nessa ocasião, houve a manifestação *colorada* no intento de unir as divergentes correntes políticas em torno da glorificação de um personagem nacional único. Nesse sentido, teria solicitado o membro José Enrique Rodó que se declarasse o “*derecho y el deber por parte de todos los partidos de asociarse á la apoteosis de Artigas*”. (*La Nación*, 19/06/1900. La estatua al General Artigas. p. 1) Além do *herói*, as datas cívicas deveriam servir como laço de união entre toda a sociedade uruguaia. Nesse sentido, semanas depois do discurso reconciliador de Rodó, o periódico *La Nación* propôs abertamente uma trégua aos grupos rivais, visando um propósito maior e patriótico: a celebração do 25 de agosto:

¡Tregua por unos momentos á las impaciencias, á las divisiones y á los rencores! Ante el altar de la patria los antagonismos pasajeros han de olvidarse, y los ciudadanos no deben abrigar más que una porfía: celebrar

dignamente el albor glorioso de una joven nacionalidad, á que el porvenir tiene deparados grandes y esplendorosos destinos. (La Nación, 23/08/1900. Los festejos patrios. p. 1)

Portanto, ao passo em que o procedimento de criação da obra era deixado de lado pelos setores competentes, o processo de idealização e de caracterização de José Artigas, como um personagem unificador da nacionalidade uruguaia, seguia o seu rumo. Ainda na primeira década do século XIX, o mesmo processo viria a influenciar na retomada do projeto estatutário.

Se a escolha da praça que sediaría o monumento se caracterizou por gerar um processo não muito extenso e de breve resolução, não se pode dizer o mesmo do caminho percorrido para a escolha do escultor responsável por dar forma à obra. A referida lei de julho de 1883, a qual já tinha alvitado as bases para a construção do monumento ao General José Artigas, ficou por um bom tempo fora das atenções do poder público, sendo retomada no ano de 1906 pela elaboração de uma lei. Com ela, foi destinada uma importante verba para que, enfim, o projeto de erguimento da estátua na Plaza Independencia pudesse ter prosseguimento.²⁵⁶

Outro passo fundamental para o reavivamento do projeto do monumento foi a nomeação, sob decreto ministerial de julho de 1909, de uma comissão nacional do Centenario de la Batalla de Las Piedras, composto por Pablo de María, Juan Campisteguy, Carlos Travieso, Juan Zorrilla de San Martín, Carlos Roxlo, Julio María Sosa e Luis Carve²⁵⁷. Entre os encargos estavam a preparação da construção de um monumento a ser erguido no campo de batalha da localidade de Las Piedras²⁵⁸, assim como, dar continuidade ao processo do monumento ao General Artigas na Plaza Independencia.²⁵⁹

²⁵⁶ Lei de nº. 3.019 de 23 de março, com o governo nacional sob a presidência de Batlle y Ordóñez, decretando a liberação de 100.000 pesos para a ereção da obra. Já em maio de 1907, sob o mandato de Claudio Williman, ditouse um decreto dispondo o erguimento do monumento na Plaza Independencia, além de um chamamento para um concurso internacional e a escolha de Juan Zorrilla de San Martín como responsável por um escrito que trouxesse a *memória* sobre Artigas e outros dados gráficos e complementares para os artistas. (ASSUNÇÃO & PEREZ, 1978: 307). O ano de promulgação dessa lei liberando a verba apareceu de forma contraditória em alguns periódicos, como no caso do *El País* que, em 1923, afirmou que a soma fora autorizada no ano de 1904. (*El País*, 28/02/1923. El monumento ao Precursor de nuestra nacionalidad. p. 4)

²⁵⁷ Luis Carve veio a falecer em 1921, portanto, antes mesmo de inaugurar a obra. Foi substituído pelo parlamentar *blanco* Alejandro Gallinal.

²⁵⁸ A escolha do local exato no qual deveria ser erguido o monumento em Las Piedras foi um motivo de controvérsia e amplo debate na Comissão. Em sessão ocorrida na Câmara dos Senadores, em 13 de julho de 1909, foi decretado um projeto de lei no qual em seu Art. 2º. propunha a comemoração do Centenário da Batalla de Las Piedras e a inauguração de um monumento em sua homenagem, para os dias 17, 18 e 19 de maio de 1911, no local que esse conflito teria se desenvolvido. Para isso, a lei também declarava a expropriação de parte desse campo (10 hectares) para a construção de um parque público. No entanto, não se sabia ao certo o local exato da batalha. Em determinado momento do debate, Juan Zorrilla de San Martín se omitiu em dar opinião sobre o

Retomado o projeto, no final de 1910 foi lançado um edital chamando os artistas estrangeiros e uruguaios para participarem de um concurso para a escolha do artista. Já pré-determinado o monumento com a figura eqüestre, o local sede do monumento e a verba disponível para arcar com os custos da obra, o documento solicitava aos participantes os seguintes pontos: a entrega de uma maquete de um metro e meio; uma outra obra representando a cabeça de Artigas em separado do conjunto e em tamanho natural; um desenho colorido esboçando todo o monumento, destacando a parte granítica em tom rosa; uma memória descritiva do monumento contendo uma relação das dimensões da estátua eqüestre, peso, entre outros aspectos; e uma declaração onde o artista assumisse a execução da obra pelo preço total de 100.000 pesos. Tal documento que disponibilizava as bases do concurso foi redigido, segundo o *El País* de 28 de fevereiro de 1923, por Carlos Travieso o qual ampliou algumas dos termos já estabelecidos pela antiga lei de 1883. Além desse folheto com a referida regulamentação do concurso, foi anexado um estudo histórico e ilustrado sobre José Artigas, escrito por Juan Zorrilla de San Martín, para servir de base de inspiração para os artistas.

Num total de 15 artigos, o penúltimo deles estipulava que, além do primeiro lugar assumir a condição de executor da obra, os artistas apontados como segundo e terceiro lugar receberiam, respectivamente, a quantia de 2.000 e 1.000 pesos como premiação. Já o artigo final trazia a relação de cinco escultores internacionais convidados, pelo Poder Executivo, a fazer parte do concurso. Foram eles: Benlliure e Blay, ambos espanhóis; Coutan, da França; Eberlein, da Alemanha, y Zanelli, da Itália.²⁶⁰

assunto, alegando que seu filho era proprietário de parte do terreno na localidade onde ocorreria o embate. A contenda sobre o local foi o principal fator responsável pela demora na realização da obra.

²⁵⁹ *Monumento á Artigas – Comisión Nacional del Centenario de la Batallas de las Piedras*, 1910: 5-7.

²⁶⁰ *Monumento á Artigas – Comisión Nacional del Centenario de la Batallas de las Piedras*, 1910: 8-11. No entanto, em um histórico publicado pela folha *El País*, os artistas estrangeiros convidados oficialmente pelo governo teriam sido: Mariano Benlliure, da Espanha; Marcel Coutan, da França; Calandra, da Itália; Querol, da Espanha e Enerlein, da Alemanha. Com o falecimento de Querol foi convidado Miguel Blay que, junto com Benlliure, recusaram o convite alegando muitos compromissos. Mais tarde, com a renúncia do artista Calandra, teria entrado no concurso o italiano Zanelli. (*El País*, 28/02/1923). Já no caderno de atas da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, em reunião datada de 15 de junho de 1910, portanto, antes mesmo de serem publicadas as bases para o concurso, já foram contabilizadas as ausências de Querol e Calandra. Em seus lugares a comissão propunha dois novos convites a artistas das mesmas nacionalidades dos substituídos. Além disso, surgia o nome do escultor Juan Manuel Ferrari como *‘representante del arte nacional’*. (*Actas de la Comisión Nacional del Centenário de la Batalla de Las Piedras*, 1941) Um fato bastante comum foi o constante pedido que vários artistas endereçaram à comissão solicitando a inclusão de seus nomes na lista de artistas convidados pelo Poder Executivo que, em contrapartida, determinava o número máximo de cinco convidados. Provavelmente tal fenômeno ocorreu porque o governo uruguaio subsidiava uma determinada quantia pelo projeto, diferentemente do restante que participava por conta própria do concurso. Após algumas exclusões e

Em reunião da referida comissão, realizada no mês de setembro de 1910, o deputado *colorado* Julio María Sosa propôs o envio de um convite especial para o escultor Juan M. Ferrari, no qual os seus membros pudessem expressar o desejo de contar com um projeto do artista, por, segundo ele, tratar-se de um monumento nacional. Tal parlamentar apresentou uma postura bastante persistente quanto ao convite ao escultor uruguaio, desejando que o mesmo tivesse condições iguais às concedidas aos artistas estrangeiros convidados pelo Poder Executivo. Ainda no ano de 1912, Sosa voltou a solicitar a colocação de Ferrari no lugar antes ocupado pelos escultores Benlliure e Blay. Segundo a ata de nº 30 da *Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras*, o deputado fundamentou sua proposta no interesse que existiria de que os artistas uruguaio tivessem sua representação no concurso. Os “antecedentes artísticos” de Juan Manuel Ferrari justificariam sua escolha.²⁶¹

O prazo de entrega do projeto e de suas respectivas maquetes, estipulado pelas bases do concurso em 30 de abril de 1911, não foi cumprido, passando a ser efetivado somente em julho do ano seguinte, por decisão da maioria dos membros da comissão. Após uma série de reclamações de artistas, transtornos nos prazos de entrega, avarias em decorrência do transporte de algumas peças, entre outros percalços, finalmente foram homologados 45 artistas, maioria oriunda de países europeus, como postulantes ao encargo de construir a obra em homenagem ao General José Artigas na Plaza Independencia.

Solucionado, ao menos em parte, a definição de quais seriam os artistas concorrentes ao prêmio, a dúvida passou para a constituição da comissão responsável por julgar os projetos

desistências de alguns artistas, o esforço de Sosa surtiu efeito e Ferrari finalmente completou junto com o escultor austríaco, Guillermo Seib, a lista de artistas convidados oficialmente pelo governo.

²⁶¹ Juan Manuel Ferrari (1874-1916), nasceu na cidade de Montevideu. Filho do escultor Juan Ferrari, estudou na Europa subsidiado por uma bolsa concedida junto ao governo uruguaio, na primeira metade da década de 1890. Voltou em 1896 para sua cidade natal onde instalou um atelier para, logo em seguida, mudar-se para a cidade de Buenos Aires. Entre suas principais obras estão o Monumento a La Batalla de Las Piedras (1911), Monumento a Juan Antonio Lavalleja (1902) e Monumento al Ejército de los Andes (1914), localizado na província argentina de Mendoza, colaborou com um grupo de artistas daquele país. Na sua volta ao Uruguai, obteve destaque na modelagem de alguns monumentos funerários como, por exemplo, o do túmulo ao jornalista Santa Anna. Convidado a esculpir o monumento em homenagem a Garibaldi, na cidade de Montevideu, em vésperas de iniciá-lo, ficou enfermo, vindo a falecer. Na década de 1930, Eugenio Baroffio descreveu, dessa forma, a importância desse escultor para a cultura artística uruguaia: *“Ferrari, como artista nacional, como escultor capaz de plasmar en formas tangibles de belleza las epopeyas de nuestra formación política, constituía un exponente activo de nuestras características de pueblo nuevo e inquieto. Nuestro ambiente natural, nuestras costumbres más peculiares, fueron para él motivo de estudio amoroso e inteligente, modelos sugestivos de evocaciones típicas, determinantes positivos de una orientación racional, que con la observación penetrante de todos los factores de complejo origen, le habrían de dar las líneas generales, de genial síntesis, del ideal inefable que persigue el Arte en su función integral del medio. Una gran parte de su obra se inspira en los típicos recuerdos, en las leyendas heroicas del alma americana, en el impulso valiente del pueblo indómito, de carácter férreo, que preparó la libertad de estos países con la fuerza pujante de su brazo.”* (BAROFFIO, 1938: 2-3)

e suas respectivas maquetes. Para o integrante Carlos Travieso, a comissão deveria formar uma outra comissão assessora, composta por pessoas com “*reconocida competencia en cuestiones de arte*”.²⁶² Tal proposta foi rechaçada por Luis Carve, Julio María Sosa e, o novo integrante, José Pedro Varela, os quais justificaram que tal nomeação traria muitos inconvenientes. Assim, sugeriram que cada membro da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras buscasse uma assessoria individual.

Já na posterior reunião da comissão, datada de 23 de dezembro do mesmo ano, Travieso novamente levou à tona sua proposta de nomear novos nomes ao grupo. Com Zorrilla de San Martín e Julio Sosa se posicionando contrários a tal medida, resolveu-se, então, convidar um número determinado de artistas²⁶³ a participarem das reuniões que antecederiam à formulação do juízo final sobre as obras, sob o intento de trocar opiniões acerca dos projetos dos artistas concorrentes.

Aclarada essa questão, a comissão organizou uma exposição, aberta ao público, de todas as maquetes nos salões do *Ateneo* a partir do segundo dia do ano de 1913. Durante esse período o grupo de artistas convidado a opinar sobre as obras realizou uma reunião que oficializou o seu veredicto pessoal, portanto, não definitivo, sobre o concurso. Embora a Comisión Nacional del Centenario não tivesse solicitado um documento por escrito, esse grupo o elaborou por vontade própria, assumindo uma posição mais concreta sobre os projetos analisados. Já no início do parecer à comissão, os artistas buscaram justificar o porquê da entrega de um juízo que não fora encomendado:

Aceptamos la invitación, repetimos, pero considerando que no podemos dar opinión alguna sobre los bocetos presentados á concurso sin asumir la entera responsabilidad de lo que opinemos al respecto, y como dicha responsabilidad sólo puede ser efectiva dejando una constancia que no se preste a variadas interpretaciones y como finalmente sea cual fuera el fallo de la Comisión, la responsabilidad recaerá siempre y en primer lugar sobre los profesionales consultados, damos aquí por escrito nuestra opinión sobre lo fundamental lo que no impide que nos pongamos á la entera disposición de los distinguidos miembros que componen esa Comisión, para dar verbalmente odas las explicaciones é aclaraciones que juzgaren necesarias. (Ata de nº 38, 1/01/1913)

²⁶² *Actas de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1941: Ata de nº 35, 05/11/1912.

²⁶³ Entre os convidados estavam Carlos María Herrera, Alfredo R. Campos, Vicente Puig, Domingo Laporte e Cantú.

De acordo com o pensamento dos artistas convidados, o melhor projeto foi o apresentado pelo escultor italiano Angel Zanelli²⁶⁴, sob a maquete de nº 29. (FIG. 14) Argumentaram que essa obra dispunha de uma simplicidade, harmonia de linhas, majestade, força e uma beleza serena que irradiaria a todos, uma *“hermosura de conjunto y detalles que encantan y atrae de tal manera que hace olvidar que carece del carácter nacional que hubiéramos deseado encontrar el él”*. Nessa apreciação veio à tona uma das principais características da obra, motivo que alimentou muitos debates no período: a semelhança com monumentos europeus e, conseqüentemente, o seu desapego com a identidade nacional uruguaia. Assim, prosseguiu o documento:

De estilo clásico puro, recuerda Monumentos célebres glorias del arte y de Naciones, lo que halaga nuestro amor propio, haciéndonos ambicionar poseer un monumento que nos honraría por los siglos de los siglos. Puede y debe tornarse como un símbolo; un símbolo de la serenidad de pensamiento, de la fuerza de las convicciones y de la victoria que á través del tiempo ha tenido sus ideas. Es un monumento á un vencedor, y un vencedor es Artigas. El merece esa figura que nos fascina por su arrogancia, merece ese monumento de suprema belleza, que encuadraría admirablemente en el sitio en que ha de ser colocado, lo que contribuye, a no dudarlo, a que aumente la inmensa superioridad artística que tiene sobre todos los demás presentados. Todos por el arte. (Acta de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, nº 38, 11/01/1913)

O projeto de nº 21, do artista uruguaio Juan Manuel Ferrari, foi classificado como o segundo melhor entre os concorrentes. (FIG. 15) Ao contrário da obra do italiano, ela seria inspirada *“exclusivamente en la actuación del gran libertador y en nuestras costumbres de aquella época”* e, com isso, Ferrari teria produzido uma obra de grande valor artístico. Embora a caracterizando como uma obra carregada de sentido nacionalista e muito eficaz na recordação da epopéia *artiguista*, o grupo consultado concentrou suas críticas à figura eqüestre concebida pelo escultor, bem como, ao embasamento que, supostamente, seria inadequado para o ambiente arquitetônico da Plaza Independencia, considerada pequena para sediar um monumento com linhas desproporcionais. Observando essa parte alegórica, nota-se certa semelhança com a base do Monumento al Ejército de los Andes, do mesmo artista, construído na Argentina. Sob certo aspecto, o embasamento apresentado pela maquete de Juan Manuel Ferrari se distinguia bastante dos demais projetos concorrentes, os quais traziam um formato bem mais retilíneo e habitual nos monumentos do período.

²⁶⁴ O artista italiano Angel Zanelli (1879-1942) estudou artes em Florença e Nápoles, entre outras cidades italianas. Vencedor de vários prêmios nacionais e internacionais na área da escultura.



FIGURA 14 – “Maquete de Angel Zanelli”
Figura em gesso, exposta no Ateneo no ano de 1913.
FONTE: Arquivo Fotográfico da “Casa Giró”. Montevideú.

Já o terceiro projeto de preferência da comissão de artistas foi o intitulado Raimonda, de Romanelli, considerado bastante inferior, em termos artísticos como de impressão, aos dois primeiros citados.

Após receberem esse parecer dos artistas, a Comisión Nacional del Centenario elaborou um moção que, de certa forma, desaprovava o documento recebido. Deixou claro que o parecer teria sido uma cortesia pessoal dos artistas e, *“no habiendo pedido ese informe en tales condiciones y correspondiendo toda la responsabilidad del fallo á esta Comisión y no á los artistas designados”* (Acta nº 38, 11/01/1913), a comissão não se sentia obrigada a seguir qualquer opinião por eles emitidos.



FIGURA 15 – “Maquete de Juan M. Ferrari”
Figura em gesso, exposta no Ateneo no ano de 1913.
FONTE: Arquivo Fotográfico da “Casa Giró”. Montevideú.

Finalmente, no dia 17 de janeiro, do mesmo ano, a comissão descreveu seu parecer em ata²⁶⁵, apresentando uma indecisão quanto a qual projeto seria destinado o primeiro lugar. Recaindo a preferência sobre as maquetes do escultor italiano, Angel Zanelli, e do uruguaio Juan M. Ferrari, a escolha se aproximou da opinião anteriormente elaborada pelo grupo especial de artistas consultados. Entretanto, com uma postura menos definitiva do que a apresentada por esses, a Comisión Nacional resolveu “*intentar un último recurso*”, deixando em aberta a consideração de qual seria o melhor projeto apresentado. Já nas primeiras linhas desse parecer, percebe-se alguma influência exercida pela opinião dos artistas:

²⁶⁵ Tal parecer foi elaborado e lido, em reunião da presente comissão, pelo seu presidente Carlos Travieso.

Fallando en el concurso de proyectos cuya exposición se abrió el dos del corriente, declaró la Comisión que conforme á las ideas cambiadas entre sus miembros en las reuniones precedentes, los dos únicos bocetos que entraba á considerar para otorgar el 1º. Y 2º. Premios eran los señalados con los números 29 y 21, respectivamente de los escultores Angel Zanelli, italiano, y Juan M. Ferrari, oriental, ambos invitados especialmente por el Gobierno de la Republica;

Que del punto de vista puramente artístico, el primero de los bocetos [ilegível] había merecido desde luego unánime aprobación, siendo reconocidas sin duda ninguna las admirables cualidades de la obra y del escultor, y que en cuanto el segundo de los bocetos indicados no vacilaba tampoco la Comisión en expresar, concordando en este caso, como en el anterior, son las opiniones de los artistas consignadas en sesiones precedentes, que es una obra de gran valor en arte, y de mérito singular en sus altos y bajos relieves, si bien no le satisface la figura ecuestre, ni su basamento;

Que en lo que hace á la significación y carácter del Monumento al General Artigas que se ha pretendido [ilegível], la Comisión juzga que no están ellos acertadamente representados en el proyecto numero 29 del escultor Zanelli, existiendo en él, tan solo, aunque lo sea de manera relevante, expresiones comunes á mucho de los héroes de diferentes tiempos y lugares, expresiones tales como la serenidad de pensamiento, el vigor de las convicciones, la arrogancia y pureza de alma, etc., citadas á intimadas por los artistas de la referencia, lo que permitirá que ese boceto, salvo detalles de indumentaria si otros de insuficiente determinación, pudiera ser el canon representativo, el símbolo si se quiere de aquellas cualidades, pero el símbolo común en definitiva de otros grandes personajes que han [ilegível] las cualidades superiores de su espíritu á través de acontecimientos solemnes de la historia y dentro ó fuera de las fronteras geográficas de muy diversas nacionalidades. (Acta de nº 39, 17/01/1913)

Dessa forma, a maquete de Zanelli novamente fora considerada como uma imagem muito longe de representar a visão concebida pela própria elite intelectual uruguaia em torno de sua nacionalidade. A obra quase nada representaria o caráter nativo *oriental* de José Artigas, enquanto precursor do movimento de independência no continente sul-americano e representante de um período e de uma nacionalidade. Por outro lado, ainda que o projeto entregue por Juan M. Ferrari preenchesse os requisitos inexistentes no trabalho do italiano, o uruguaio ficaria devendo no quesito “arte”. Compreendendo esses dois distintos parâmetros, os dois projetos foram considerados insuficientes para responderem aos anseios da comissão organizadora do monumento. Seria necessária uma obra capaz de unir tanto o aspecto artístico, apresentado por Zanelli, como o identitário, presente no projeto elaborado por Ferrari. De acordo com as palavras do parecer lido pelo presidente Carlos Travieso, era indispensável “*considerar el artístico y el histórico*”.

Considerado muito extenso, e alguns membros se posicionando desfavoráveis a determinados pontos redigidos pelo presidente, a comissão resolveu elaborar um documento

mais breve, direto em suas apreciações, com destaque para o anúncio de um novo concurso com os dois primeiros projetos, de Angel Zanelli e Juan M. Ferrari, sob as mesmas regras lançadas no primeiro edital. Nesse caso, os dois referidos artistas deveriam, dentro de um prazo de 6 meses, enviar novas maquetes para uma disputa final, sempre visando uma melhor adequação ao conteúdo solicitados pelas bases do concurso.

Ademais, a *Comisión del Centenario de la Batalla* atribui o terceiro prêmio ao projeto de nº 17, intitulado “De, con y por el pueblo”, além de dirigir uma menção honrosa às obras com os seguintes números e títulos: 11 – “Raimonda”, 22 – “Nihil dine labora”, 36 – “Éxodo Oriental”, 16 – “Oriental”, 31 – “Nos” e 12 – “Anilosi”. Curiosamente, a comissão estava em dúvida se o autor do projeto de nº 17 não seria o mesmo do nº 36. Caso fosse constatado como sendo o mesmo escultor, o prêmio de 500 pesos, destinado a todos que receberam a menção honrosa, não seria pago. Outro ponto que cabe ressaltar foi uma petição assinada pelos artistas, consultados pela comissão, solicitando que fosse designada uma menção especial para o projeto nº 33 “Independenza”, renegado na premiação final.

Não tardou para surgirem as primeiras críticas ao parecer da comissão responsável pela organização do monumento e, como característica do período, a imprensa se constituiu no grande campo de exposição das idéias. Esse foi o caso de *La Tribuna Popular*. Poucas semanas após o anúncio da comissão, portanto, já desenrolado parte da discussão em torno do edital, o periódico apresentou uma série de artigos criticando algumas escolhas. Declarou: “*ya está hecha opinión de que en tal fallo no fue muy respetada ni la justicia ni el arte*”. (*La Tribuna*, 28/01/1913. Monumento a Artigas: otra injusticia. p. 2) Tais reclamações não se limitaram à eleição dos dois primeiros colocados no concurso, abarcando, também, o grupo que recebeu as menções honrosas. Assim, para a folha, o escultor uruguaio José Belloni, com sua maquete de nº 45, teria sido injustiçado pela comissão em detrimento de projetos inferiores artisticamente, referindo-se ao “Raimonda” e “Éxodo Oriental”, premiados com tal honraria. Sobre a primeira obra referida, *La Tribuna* salientou que essa seria de uma pobreza de linha que nada diria a seu favor, decorado com alegorias de “*mezquina composición y de una ejecución que tienen todas las irregularidades y titubeos de un principiante*”. E sentencia ásperamente: “*Es un boceto insignificante que nada dice como concepto ni como técnica*”. Já a segunda maquete, intitulada “Éxodo Oriental”, traria os mesmos defeitos da primeira acrescidos de figuras de conteúdo vulgar, com destaque para a figura equestre que se apresentaria “*ridícula*”.

Dito isso, a maquete de Belloni era vista como diferente dos demais premiados, pois, supostamente, carregaria uma originalidade não encontrada em seus opositores,

diferenciando-se do que se concebia como uma linha característica de “monumentos de catálogos”.

De modo bastante explícito, foi preponderante, para essa tese em defesa do escultor Belloni, a sua condição social. Ainda jovem no momento do concurso, o artista era subsidiado por uma bolsa na área de escultura, atuando no continente Europeu. Sobre esse aspecto, o periódico solicitou aos seus leitores imaginarem os esforços e sacrifícios empreendidos pelo escultor para realizar tal maquete. Um prêmio seria um importante estímulo para a futura carreira do uruguaio. Para tal fim, justificou o artigo assinado sob o pseudônimo *Racq*:

un voto de aplauso por su generosa actitud de contribuir con su esfuerzo personal al mejor éxito de la justiciera y patriótica idea de glorificar al Fundador de la Patria Uruguaya. Los méritos de la obra de Belloni se multiplican en consideración á su calidad de pensionado que lucha en Europa con todas las dificultades de quien persigue un ideal de perfeccionamiento anhelosamente buscado y de quien los medios pecuniarios no lo permiten derroches de tiempo y de dinero á que lo obligan el esdío y la ejecución de un boceto como el que presentó Belloni. (La Tribuna Popular, 28/01/1913. Monumento a Artigas: otra injusticia. p. 2)

Outro periódico, *nacionalista*, que saiu em ataque ao resultado, bem como a alguns determinados projetos apresentados no concurso, foi o *La Democracia* através de uma série de artigos denominada *De Arte – Monumento a Artigas*.²⁶⁶ Para isso, utilizou-se do próprio parecer da Comisión del Centenario, baseando-se na resolução que convidava Angel Zanelli e Juan M. Ferrari para um novo certame.

De acordo com o pensamento da folha, os julgadores teriam cometido um grande erro em conceder os dois primeiros lugares a dois projetos incompletos, esquecendo, assim, as próprias bases elaboradas pelos promotores. Nesse caso, o documento final não disporia de “*autoridad artística*”, visto que lhe faltaria validade por se aplicar a esboços que estariam, racionalmente, fora da competição: “*Están fuera de concurso las maquetes de Zanelli, porque no consulta el aspecto histórico y la de Ferrari, porque no consulta el aspecto artístico*”. (*La Democracia*, 22/01/1913. De Arte. p. 4)

Utilizando-se de uma variada gama de argumentos, os artigos publicados nas páginas do *La Democracia* buscaram manter o foco de suas críticas sob as resoluções da comissão responsável pela edificação do monumento. Representou-a como um grupo que não teria demonstrado competência nos dois momentos cruciais do concurso: na sua concepção, ou

²⁶⁶ A série foi assinada com as iniciais “G.C.” que, segundo Ana Frega, provinha do nome Gerónimo Colombo, crítico de arte do periódico. Cf. FREGA, 1993: 131.

elaboração das bases para a disputa; e, por fim, no julgamento das maquetes enviadas a Montevidéo. Por não aceitar o resultado do parecer, o autor passou a questionar o papel desempenhado pelo conjunto artistas chamado para assessorar a comissão na seleção:

La Comisión, a juzgar por los términos de su dictamen, no revela que halla estudiado en conciencia las maquettes para el monumento a Artigas, ni significa tampoco, artísticamente hablando, que el asesoramiento de que se ha hecho gala, aparezca concretado en forma admisible, lo que da, indudablemente, poca seriedad al fallo. Entre la Comisión y los asesores, lo único que se transparenta es confusión y vaguedad. Dijese que el dictamen es el resumen de las opiniones de los artistas asesores y yo pregunto ¿cual es el pensamiento de los artistas consultados?

Francamente, yo no concibo que haya habido tanta homogeneidad entre los artistas asesores, frente a dos trabajos que se diferencian como el día y la noche, a menos que esos señores artistas hayan adaptado sus opiniones a la fórmula sine qua non: el boceto artístico de Zanelli y el boceto “histórico” de Ferrari. (La Democracia, 22/01/1913. De Arte. p. 4)

Entretanto, além de criticar a elaboração e o resultado da disputa, o discurso tratou de censurar o novo concurso que delimitava a participação a somente os dois projetos. Tal metodologia foi concebida como uma violação dos princípios fundamentais da igualdade e da justiça inerentes a uma disputa artística. (*La Democracia*, 19/01/1913. De Arte. p. 7) A ampliação do número de concorrentes poderia ser benéfica para a real finalidade do concurso: a promoção de uma obra capaz de unir o histórico e o artístico.

Num primeiro plano, foram alvos os artistas Wilhem Seib e Gustave Eberlein, ambos do grupo especial de escultores convidados pela Comisión del Centenario a elaborarem seus projetos. Os ataques individuais às obras desses escultores vieram como complemento de uma crítica mais ampla: a forma pela qual foi selecionado esse pequeno e privilegiado grupo de artistas. Assim, considerou que o fato da comissão promotora ter, supostamente, escolhido o grupo se utilizando de critérios falhos, isso teria seriamente comprometido a qualidade geral das obras entregues para o certame: “*Cuando se designaron los seis escultores a quienes se las abonarían las respectivas “maquettes” yo interpreté el descontento de la familia artística bien inspirada, exponiendo en modo rudo y franco, el mal efecto de aquella infeliz disposición*”. (*La Democracia*, 04/01/1913. De Arte. p. 6) Especificamente sobre a obra apresentada pelo austríaco Seib, condenou a folha:

Es una especie de mausoleo romano, con algunos altos relieves que no dicen nada de la epopeya, siendo apenas ligeros apuntes de la consabida fantasía épica que tanto sirve para una alegría napoleónica, como para un pseudo-símbolo melodramático. Observada la obra en detalle, no tiene rastros de

genialidad y es, si se extrema la nota, uno de los tantos trabajos comunes que pululan por las exposiciones. Sin embargo, hay que reconocer la intención de un esfuerzo, vale decir: el vivo deseo de desentrañar la figura del héroe, que, es rigor de cláusula, ecuestre. Además hay que fijar que este artista, ha estado muy lejos de compenetrarse de los episodios artiguistas, así como se exige por la memoria del certamen. En este punto, es perdonable el error por las consideraciones de una artista precedente. De todas maneras, el boceto del señor Seib, es un esfuerzo, pero en vano; porque el no comprende la esencia del pensamiento original de esta justa artística precedente (La Democracia, 04/01/1913. De Arte. p. 6)

Já as críticas endereçadas ao trabalho do artista alemão, Gustave Eberlein, giraram em torno da suposta falta de sentimento, com a qual teria produzido a obra e, principalmente, o não enquadramento dos traços nas cláusulas do concurso. Sobre esse ponto, o autor do artigo declarou que essa obra nada dizia das condições psicológicas de José Artigas e das razões históricas fundamentais. Assim, o escultor não teria interpretado esse essencial propósito requerido pela Comisión del Centenario.

De alguma forma, as críticas a essa maquete foram muito semelhantes à maioria dos juízos elaborados sobre as demais maquetes: a falta de identidade com as representações, tanto do personagem histórico, quanto da identidade nacional uruguaia. Interpretando o discurso exposto pelo *La Democracia*, essa também poderia ser uma obra que representasse alegoricamente outros fatos históricos ocorridos em outras nacionalidades. A figura eqüestre, uma das alegorias mais criticadas no contingente geral das maquetes, contribuiu para a apreciação desfavorável: *‘No hay homogeneidad en los episodios y en las figuras y aún mismo el atributo ecuestre, es deficiente y débil’*. Resumindo, o monumento seria *“frío y lejos de acusar la garra de un escultor de fama”*. (*La Democracia*, 04/01/1913. De Arte. p. 6)

Seguindo essa mesma linha, as obras vencedoras do concurso sistematicamente foram sendo descaracterizadas pelas sucessivas publicações desses artigos críticos. Precisamente, a obra esculpida por Angel Zanelli foi condenada por não ter reproduzido os episódios da “epopéia artiguista” e nenhuma característica da “raça” local, deixando a desejar na necessária conexão entre a estátua e a história.²⁶⁷ Já o artista Juan M. Ferrari foi criticado por ter exibido um trabalho de insignificante valor escultural, pobre esteticamente. Embora a comissão julgadora tenha afirmado, em seu parecer, que a obra do escultor uruguaio apresentava os

²⁶⁷ Embora abertamente tenha criticado esse monumento, a sua censura foi especificamente endereçada à suposta inexistência de traços históricos nas alegorias que compunhas a obra. No que se refere ao aspecto puramente artístico, o crítico admitia a sua superioridade frente às concorrentes. Segundo ele, caso houvesse ocorrido a harmonização desse aspecto com o fator histórico, o monumento certamente se constituiria em uma das *“obras mestras contemporâneas”*. (*La Democracia*, 08/01/1913. De Arte. p. 8)

traços históricos requisitados, o *La Democracia* refutou tal pensamento sob a alegação que nela não havia “*fragmentos de la historia, ni signos de la raza, ni documentación, simple y clara*”. (*La Democracia*, 04/01/1913. De Arte. p. 6)

No entanto, a folha se destacou por produzir uma árdua defesa de um projeto desqualificado pela comissão promotora, a qual alegava o não cumprimento do prazo estipulado para sua entrega. De denominação “*Pourquoi pas?*”, o projeto de nº 44, elaborado por dois escultores uruguaios, foi considerado como a obra na qual a parte artística estaria perfeitamente harmonizada com o referente histórico, as duas chegando a um “*grado superlativo de comprensión y de sensibilidad*”. O artista teria apresentado uma melhor representação de José Artigas, seu contexto e, modelando tais aspectos, chegando a um resultado que superava seus concorrentes:

El artista que modeló este trabajo se ha compenetrado de la vida del viejo blandengue y al expresar sus características culminantes lo hizo, dentro de una estética admirable, con mano vigorosa y dúctil. Nada falta a la “maquette” “Pourquoi pas?”, para cumplir absolutamente con las condiciones requeridas y al considerar esta obra en conjunto se nota la unidad y perfección de las partes. Y, no es solo que esta producción vale por su doble aspecto: el artístico y el histórico, sino que es la única en esta exposición que contempla ambas condiciones y la única también que revela, la calidad psicológica de la raza y fotografía, por así decirlo la correlación histórica de los episodios, diseñados a través de la lente de la más humana realidad. He dicho que el boceto “Pourquoi pas?” compendia la historia de Artigas y me ratifico, desde que al volver a examinar esta, hermosa producción, el espíritu se siente como acariciado por la frescura y pensamiento en las páginas de aquel libro de oro al compás rítmico de sus tristezas, de sus angustias y de sus glorias. (La Democracia, 08/01/1913. De Arte. p. 8)

Caracterizando o monumento “*Pourquoi pas?*” sob essas qualidades, a grande indagação do periódico ficou por conta do porquê de não convidar o artista a participar do novo concurso, haja vista que seu trabalho, de maneira suposta, teria sido o único a sintetizar adequadamente os pré-requisitos da formulados pela Comisión del Centenario.²⁶⁸ Um trabalho

²⁶⁸ Nessa série de artigos do *La Democracia*, um outro projeto escultural chamou a atenção, sendo analisado e recebendo vários elogios do escritor: “*Leda*”, de nº 13. Interpretando detalhadamente suas alegorias, o artigo a julgou como sendo uma obra que teria conseguido captar e transmitir aspectos históricos fundamentais, principalmente, através de seus alto-relevos, da vida e da atuação de José Artigas naquele período. Finalizando a análise dessa obra, sentenciou o autor: *En cuanto al trabajo artístico, es de un vigor incontrastable, y de una espontaneidad que salta a la pupila del más neófito. Se adivina, en el trazo de los caracteres, al abordar el estudio de las figuras, una mano segura e inclinada a la intensidad de los planos, cuando las partes anatómicas, así lo requieren. No dudo que el artista que acometió tan bella empresa, tiene el espíritu y el alma, ardientes. Y, esto se descubre en cualquier rasgo, puesto que en todo hay sentimiento y fluye un vivo deseo de perfección, de unidad y de belleza. (La Democracia, 09/01/1913)*

que corresponderia, em todo seu conteúdo, às “*letras y al espíritu de tan noble pensamiento*”.

Por pensar dessa forma, o periódico declarou:

Pero, como he dicho ya repetidas veces no es posible el llamado a un nuevo concurso con éxito, desde que falta lo fundamental que es una obra en la cual el artista pueda inspirarse, me atrevo a insinuar una vez más la idea de que, la Comisión del Monumento, teniendo en cuenta la singularidad del caso, revoque la resolución que pone fuera de la justa el boceto “Pourquoi pas?”, ya que el motivo, si bien se considera, es fútil, y admita en este certamen tan precioso trabajo. Revocar el dictamen que pone fuera de concurso el boceto número 44 y permitir que él entre en el concierto de este certamen, no constituye alteración de principios inviolables, ni puede herir, dentro del raciocinio y de la lógica, y la susceptibilidad de ningún artista concursante. (La Democracia, 08/01/1913. De Arte. p. 8)

No pensamento da matéria, com a classificação de somente as duas primeiras obras, de Angel Zanelli e Juan M. Ferrari, correr-se-ia o risco de não obter um trabalho que satisfizesse os mínimos objetivos pretendidos pelo concurso. As falhas apresentadas por ambas as maquetes, ainda na primeira exposição, dificilmente seriam suficientemente sanadas. Nesse caso, a opção seria fazer um novo concurso com todas as obras que preenchessem os traços históricos requisitados pela comissão. Isso, obviamente, incluiria o projeto amplamente defendido pelo artigo.

Cabe ressaltar que o projeto intitulado “Pourquoi pas?”, mesmo estando fora da concorrência por ter descumprido o prazo estipulado, também obteve destaque no julgamento da Comisión Nacional del Centenario. Ao seu autor foi destinada uma premiação de 500 pesos como estímulo, fato que foi, compreensivelmente, criticado por determinados comentaristas, como no caso do especialista do *La Democracia* o qual declarou que o autor da referida maquete não necessitaria de premiação alguma por seu empenho, mas da consagração como primeiro lugar do concurso.

Ao mesmo tempo em que pretendia descaracterizar o chamamento para um segundo concurso envolvendo somente os dois primeiros colocados, o discurso buscou, de uma forma geral, impor defeitos no conjunto total das maquetes apresentadas. Dentre as imperfeições, a representação dos episódios históricos foi o tema mais explorado. Aquele que pior teria sido trabalhado pelos artistas no momento de concepção de suas obras, gerando imagens confusas, pouco reveladoras dos mais importantes acontecimentos do passado nacional. No discurso do autor: “*Lo más hábiles han reseñado algunos rasgos que no son sino confusas siluetas de nuestras batallas*”.(La Democracia, 08/01/1913. De Arte. p. 8) Como contraponto a esses

abundantes defeitos, a escultura “Pourquoi pas?” fora creditada como aquela que melhor representou a vida de Artigas sem, no entanto, descuidar-se da estética:

(...) si no fuera extremar la nota del lirismo, diría que no tan solo expresa tan preciada existencia sinó que la embellece, desde que la envuelve en una forma superior de estetismo, que puede trascender en muchas generaciones y supervivir en muchas edades. La psicología, en la “maquette” “Pourquoi pas?” se integra en la belleza y los episodios tienen fulgencias de estrellas que como en una constelación forman la historia. (La Democracia, 08/01/1913. De Arte. p. 8)

Em busca do artista ideal: Zanelistas x Ferraristas

No centro de todo o debate que envolvia a seleção do projeto, a ser executado pela comissão promotora do monumento, encontrava-se um dilema sobre a origem do escultor, se nacional ou estrangeira e, por consequência, das efígies que seriam apresentadas pela obra erguida na Plaza Independencia. A mesma série de artigos publicada pelo *La Democracia* entrou abertamente no debate, posicionando-se adversa à escolha de um artista estrangeiro como responsável por modelar a estátua em homenagem ao General José Artigas. Para isso, o principal argumento lançado foi a dificuldade que artistas de outros países possuem em compreender e relatar aspectos de uma terra desconhecida por eles, comprometendo, assim, o cumprimento das regras e dos propósitos impostos pelos organizadores. Sobre essa complexidade, declarou o autor:

Esas dificultades son incalculables, primero porque los escultores extranjeros desconocen, en forma palpable, las peculiaridades que más nos distinguen de las demás razas, los factores de ética y etmológicos, los hábitos, las costumbres, cosas estas que a pesar de los y si al menos los hubiera para este objeto – no dan la noción concreta, tal cual debe ser la fuente del artista, cuando se elabora la estatua y la acción de un héroe, cuya gloria se lega a la posteridad. (La Democracia, 08/01/1913. De Arte. p. 8)

Essa dificuldade encontrada pelos escultores estrangeiros, seria agravada por duas questões. Em primeiro lugar, pelo limitado prazo concedido para que os artistas não só estudem toda uma história e cultura desconhecida como, também, tenham o trabalho de elaborar a obra em si, alicerçada nos conhecimentos recém adquiridos. Em segundo lugar, o crítico aponta a ausência de um livro que fosse eficaz na reprodução histórica dos episódios relacionados a José Artigas. Não existiria estudo específico que falasse, de modo sintético e

claro, sobre a constituição psicológica do *herói*. Nesse caso, a obra encomendada junto ao escritor Juan Zorrilla de San Martín foi considerada como ineficaz para tal fim. Dito isso, a maquete de Angel Zanelli foi concebida como uma prova concreta da ineficiência apresentada por *La epopeya de Artigas* em representar satisfatoriamente o contexto artiguista aos artistas estrangeiros convidados. Declarou: “*yo creo que ningún escultor contemporáneo puede forjarse, con brillantez, una idea histórica del héroe tomando como fuente de inspiración la obra del doctor Zorrilla de San Martín*” (*La Democracia*, 24/01/1913. De Arte. p. 6)

Embora o crítico também tenha defendido a idéia de que o projeto elaborado por Juan Manuel Ferrari não possuía todos os elementos requisitados pela comissão e, por conseguinte, não poderia ter sido classificado para uma nova chamada, foi o italiano Zanelli quem recebeu a maior parte de suas críticas. Grande parte do sentimento de injustiça, esta baseada no parecer da Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, fora demonstrado na inconformidade pela nova convocação de Angel Zanelli: “*este maravilloso trabajo de Zanelli está fuera de concurso aunque la Comisión no lo exprese, puesto que en el plano del monumento no se ven los episodios de la epopeya artiguista*”. (*La Democracia*, 04/01/1913)

Assim, várias indagações foram lançadas pelo artigo do *La Democracia*, com o sentido de deslegitimar o resultado do concurso e a nova disputa que se lançara entre os dois primeiros colocados: “*¿Es justo, considerar a Zanelli e invitarlo, a una rectificación escultórica, sin que esa prerrogativa puedan disfrutarla todos los artistas concursantes?*”. Ou ainda, “*¿Por qué la Comisión no se muestra un poco más generosa y dice a los otros artistas, esto, más o menos: Zanelli ha planeado un símbolo y una figura ecuestre sin atenerse a las bases; hagan ustedes lo propio?*” (*La Democracia*, 24/01/1913. De Arte. p. 6)

Dessa forma, o discurso exposto nos artigos buscava despertar os leitores para a importância de um monumento que teria como objetivo representar não só o maior *herói* nacional como, ao mesmo tempo, a constituição de um povo e sua história.²⁶⁹ O *La Democracia*, como uma folha essencialmente *nacionalista*, lutava por um monumento capaz de representar os aspectos históricos do campo e suas tradicionais lideranças: “*Lo que se quiere es una figura ecuestre, para que las generaciones porvenir, al mirar la estatua vean la síntesis de una raza esforzada y gloriosa*”. (*La Democracia*, 24/01/1913. De Arte. p. 6) Para o crítico, toda essa intenção por detrás do erguimento da obra parecia não interessar aos artistas

²⁶⁹ “*El monumento a Artigas, desde que se exige que sea ecuestre, se quiere la mejor traducción psicológica del héroe y de sus episodios guerreros. Los que creen que Artigas puede simbolizarse sin sujeción a la psicología y a la naturaleza de sus actividades, tienen forzosamente que desvirtuar la raza y la historia. Y, para prescindir de la historia más vale no hacer el monumento*”. (*La Democracia*, 24/01/1913. De Arte. p. 6)

envolvidos no certame e, tampouco, estaria encontrando algum tipo de atitude da comissão promotora.

Por todas essas razões arroladas no *La Democracia*, o autor da matéria construiu sua defesa por um concurso eminentemente nacional, excluindo a possibilidade de participação dos artistas estrangeiros, estes percebidos como incapazes de reproduzir adequadamente os anseios e a representação do que se imaginava como característica da “raça” nacional.

Outros periódicos também se posicionaram contrários a um novo concurso entre os dois primeiros colocados, movidos por outras razões. Entre eles, esteve o *La Tribuna Popular*, que promoveu uma forte campanha em defesa do projeto do escultor italiano, Angel Zanelli e, paralelo a isso, a desaprovação da maquete inscrita por Juan Manuel Ferrari. A esse artista uruguaio e sua obra, o jornal tratou de caracterizá-los como representantes do *criollismo*.²⁷⁰

De acordo com o pensamento expresso no *La Tribuna Popular*, a superioridade da obra de Zanelli sobre o projeto de Ferrari não deixaria dúvidas de que seria um erro convocar um novo concurso. A concorrência seria bastante desequilibrada em favor da maquete do artista italiano. Declarou o periódico: “*Se necesita cerrar los ojos á la evidencia para hallar valores semejantes entre los bocetos números 29 y 21*”. (*La Tribuna Popular*, 18/01/1913. Monumento a Artigas: un fallo inesperado. p. 2)

Tal reação foi motivada por um resultado, de certo modo, inesperado do concurso realizado pela Comisión Nacional del Centenario La Batalla de Las Piedras. O parecer sobre o certame, redigido em 17 de janeiro, foi o estopim para que muitas vozes se levantassem contra o grupo promotor. Ainda nas vésperas do anúncio oficial, o órgão de imprensa *La Tribuna* antecipava uma vitória de Angel Zanelli, baseando-se, em parte, na assistência do conjunto de artistas convocados pela comissão promotora da obra. De uma forma geral, foram numerosos os órgãos de imprensa que acreditavam em uma vitória de Angel Zanelli ou de Juan Manuel Ferrari. Em ambos recaía o favoritismo, conforme o diário *El Bien* e seus “informantes”. (*El Bien*, 11/01/1913. Monumento a Artigas. p. 1)

Assim, confessadamente, no dia 14 de janeiro, o *La Tribuna Popular* declarava: “*No caben titubeos. El renombrado autor del Altar de la Pátria será el encargado de modelar la obra de arte que eternizará la austera figura del Padre de los Orientales*”. Esse tom de celebração à provável vitória do escultor italiano, uniu-se ao consolo dirigido ao artista uruguaio: “*esta derrota en nada desmecerá el prestigio de Ferrari. Caer vencido por un*

²⁷⁰ Uma forma de pensamento tradicionalista caracterizada pela intensa valorização do elemento local, em especial, à figura do *gaucho* e seu passado idealizado.

Zanelli no es desdoro”. Embora reconhecendo que o projeto de Ferrari apresentasse uma bela plástica e uma boa concepção, defendendo-o das fortes críticas sofridas por outros comentaristas, o artigo não deixa escapar a idéia de que aqueles, que defendiam a sua obra, estariam ofuscados pela amizade e por ser, esse escultor, um compatriota. O “*patrioterismo*” estaria influenciando na preferência de alguns uruguaios na hora de escolher o monumento mais adequado:

Quien haya observado y estudiado detenidamente las dos indicadas obras, tiene necesariamente que inclinarse hacia el magnifico boceto de Zanelli; por más que ciertos patrioterismos, no patriotismos, puedan hacer fuerza a favor del autor del monumento á Santana. Con todo, por bien del arte, por bien de la cultura nacional, y por bien de la descollante personalidad que se quiere honrar, á Zanelli deben corresponder los laureles de la victoria. (La Tribuna Popular, 14/01/1913. El monumento a Artigas: el fallo. p. 3)

Já com o resultado informado e contra o que considerava como “*causa criollista*” (*La Tribuna*, 17/01/1913. El Monumento a Artigas. p. 4), o periódico reagiu contundentemente ao parecer da comissão que determinava empate e novo concurso entre Zanelli e Ferrari. Reclamou que a comissão promotora não teria levado em conta uma importante consulta ao grupo de artistas, buscando no próprio texto redigido pelos encarregados da obra subsídios que comprovassem essa visão unilateral e, conseqüentemente, a dispensa da opinião dos convidados. Por outro lado, questionou a delicada situação na qual os artistas consultados teriam sido expostos após o anúncio de um parecer contrário às suas deliberações:

¿En que situación violenta quedan los señores de la indicada comisión asesora con tan despreciativa resolución á su dictamen? ¿A que solicitaronle opinión para después salirle de que nada les importa de lo que opinen desde que “no se considera obligada á ceñirse á sus conclusiones? ¿Herrera, Puigi, Campos, Cantú, acaso no son más de consideración y respeto, no agarrándolos” para el informe? ¿Si pensaban proceder de acuerdo con sus personales opiniones, á que incomodar á esos señores encomendándole una misión de la que ningún resultado surgiría? ¿No meditaron en el ridícula que caería sobre aquellos respetables señores, antes de pronunciarse en la forma que lo hicieron? (La Tribuna Popular, 23/01/1913. Monumento a Artigas: que se reconsidere el fallo. p. 2)

Esse teria sido o maior equívoco, favorecendo um projeto que, por sua concepção, não apresentava as qualidades necessárias para pôr frente à obra do italiano:

Es cierto, la resolución resulto favorable a Ferrari, pero no por calculada determinación. Error de la Comisión fue no calcular esta resultancia de su fallo. Hubiera evitado el probable disgusto de Zanelli y las apreciaciones maliciosas sobre tales resultancias, dictando el fallo en una forma más terminante. Todo ello es consecuencia de la falta de meditación de que hablamos días pasados y acaso también la falta de estudio de las obras puestas á la apreciación de sus miembros ya que para nada tuvieron en cuenta el dictamen pronunciado por la Comisión asesora de artistas. (La Tribuna Popular, 21/01/1913. Monumento a Artigas: después del desastre. p. 2)

Tal erro não fra concebido meramente sob um propósito de favorecer o escultor uruguaio, mas por uma falha de análise sobre a arte impressa nas maquetes. Teria sido esse erro tão gritante que, por sua vez, o próprio Ferrari deveria pedir uma reconsideração do resultado, apontando uma possível superioridade na forma artística apresentada pela escultura do seu maior oponente. De tal modo, denominado como um “desastre”, o resultado indicando um novo concurso, excepcionalmente, poderia ser um processo que traria alguma espécie de favorecimento, não premeditado, ao artista local.

O ataque às personalidades que compuseram a comissão julgadora se fixou, dessa forma, na incapacidade desses na avaliação de uma obra de arte. Eles poderiam ser pessoas respeitáveis, com “*notabilidades jurídicas*”, “*excelentes jefes de familia*”, ou, ainda, destacados em outras áreas quaisquer, contudo teriam demonstrado que em matéria de arte não entendiam na mesma medida. Afirmou o periódico: “*No es posible suponer otra cosa, tanto que los consideramos inconcientes del delito que han cometido*”. Completou: “*Acaso sea el mismo espíritu maligno y nefasto que contra viento y marea hiciera dar el triunfo á Querol cuando el concurso de monumento á Garibaldi*”.²⁷¹ (La Tribuna Popular, 23/01/1913. Monumento a Artigas: que se reconsidere el fallo. p. 2)

²⁷¹ O processo de erguimento do monumento ao general italiano, Giuseppe Garibaldi, provocou uma grande discussão política no Uruguai no ano de 1883. Parte do setor *blanco* se posicionou contrário à homenagem, alegando, entre outras coisas, que o personagem era demasiadamente vinculado ao partido opositor. Militando contra a construção do monumento, destacou-se o *blanco Aroztegui*, que argumentava que somente uma pequena minoria da população aprovaria a obra, e que, entre os próprios italianos residentes em Montevideú, o *herói* encontraria resistência. Da mesma forma, posicionando-se contrário à obra, o parlamentar Estrázulas y Lamas declarou em sessão da Câmara: “*La estatua del General Garibaldi erigida en una de nuestras plazas públicas vendría á decir: esto prueban cómo eran mezquinos y miserables los orientales; cómo ellos se destrozaban entre si mismo y buscaban una mano extraña para que los ayudaran en esa obra*”. (DSCR, tomo 58, 395. Sessão do dia 05/07/1883) Importante salientar que a referida resistência também foi nutrida por um setor *colorado* católico, devido a atuação de Garibaldi contra o poder da Igreja Católica no continente europeu. Ademais, alguns políticos contrários à obra alegavam que os uruguaio deveriam investir seu tempo erguendo monumentos em homenagens a compatriotas, não a um estrangeiro que teria lutado contra um grupo de *orientais*. Essa aversão protagonizada por setores *blancos* está intimamente ligado ao fato de Giuseppe Garibaldi ter atuado no episódio *Defensa de Montevideo*. Por outro lado, para alguns setores *colorados*, a homenagem ao italiano seria mais do que merecida. Um reconhecimento a um *herói* que teria lutado em defesa do território uruguaio, contra o despotismo e um exército estrangeiro. Um dos defensores da construção do monumento

Houve um setor da imprensa montevidéana, representado pelo periódico *El Bien*, que, diferentemente da maioria dos jornais, não tomou uma posição tão contrária ao parecer emitido pela comissão promotora do monumento. No máximo, considerou o “*fallo*” da comissão como sendo uma “*resolución conciliatoria*”. Deixando em aberto a sua preferência. (*El Bien*, 18/01/1913. Monumento a Artigas: el fallo del jurado. p. 1)

Também participando do debate em torno do concurso, esse órgão aproveitou o momento para defender uma possível consulta à população na hora escolha final entre os dois projetos melhores colocados. Em vez de caracterizar o novo chamado ao concurso como uma mera injustiça ou equívoco de julgamento, a folha o concebeu como uma oportunidade para inserir a sociedade no processo de escolha do monumento em homenagem a José Artigas. Em se tratando de uma obra estatutária nacional, a intervenção popular era entendida como algo essencial, entretanto, um pouco tardia, pois ela viria a ocorrer somente após o primeiro parecer da comissão. De acordo com o jornal, parte desse atraso seria compensado pela nova disputa entre Zanelli e Ferrari, os dois artistas que teriam se destacado perante os demais concorrentes. Nesse caso, embora o *El Bien* reconhecesse certa superioridade do projeto do italiano, o periódico censurou os discursos que ampliavam demasiadamente essa condição, principalmente aqueles que, usualmente, proferiam que a maquete de Angel Zanelli teria sido “*reconocido por el pueblo como la expresión genuína de sus aspiraciones*”. (*El Bien*, 31/01/1913) Entendia que o fato de que ocorrência de vários comentários sobre o mesmo projeto poderia influenciar a opinião pública, todavia, a população ainda não disporia de meios e conhecimentos artísticos para julgarem com autoridade esse projeto:

Se trata de una obra de intenso sentimiento clásico muchas de cuyas grandes virtudes artísticas residen precisamente, en lo que el vulgo conceptúa vicios ó defectos del boceto. Así por ejemplo el hieratismo de la estatua, su actitud y su gesto, impresionan desfavorablemente al público, no obstante radicar en tales elementos de composición, la intensa psicología con que el artista ha animado este trasunto de la estatua ecuestre del Verrochio. (El Bien, 31/01/1913. Discusión conveniente. p. 1)

Assim, a obra de Zanelli era entendida como uma imagem de difícil interpretação ao público alheio ao conhecimento das artes e esse momento de debate, proporcionado pelo

discursou: “*Los que dependían, como Garibaldi, aquel hecho, defendían el territorio Nacional, la Independencia de la patria, y con ella, las libertades de todo el continente de la América del Sur: porque de aquí nacieron. Después de esto, señor Presidente, yo creo que á los que prestaron su sangre y el contingente de su brazo á una causa tan santa como esa, bien puede decretarles la Asamblea de mi país una estatua en una plaza pública*”. (DSCR, tomo 58, 384. Sessão do dia 05/07/1883) A sanção do projeto de lei referente à obra foi comemorada pelo periódico *El Siglo*, o qual, através de um extenso artigo, tratou de rebater grande parte dos argumentos do parlamentar Abdón Aroztegui. Cf. *El Siglo*, 07/07/1883. La estatua de un grande hombre. p. 1.

chamamento para um novo concurso, poderia ser decisivo para que a sociedade compreendesse melhor a simbologia representada na obra. Reproduzindo a opinião dominante, caracterizou a maquete do italiano como uma obra inteiramente universal. Retirando a indumentária da alegoria representativa do *herói*, não existiria uma outra qualidade que simbolizasse o teor histórico-nacional no conjunto. (*El Bien*, 09/01/1913. El monumento á Artigas... p. 1) Por outro lado, ao escultor Ferrari teria uma bela oportunidade para promover uma melhor adequação na sua obra, podendo, a partir disso, concorrer mais igualmente com o projeto do artista italiano.

Ainda que demonstrasse certa preferência à maquete de Angel Zanelli, foi com um discurso bem mais ponderado que o *El Bien* representou toda a controvérsia gerada em torno da referida escolha. Admitindo uma maior paridade entre os dois projetos premiados, a metodologia que propunha uma nova disputa traria um novo horizonte para o concurso, proporcionando uma participação que teria sido sonhada à população na primeira etapa:

En suma, la discusión emprendida, que lógicamente debió preceder al fallo del jurado, servirá para preparar al público y al ambiente para el triunfo de cualquier de las obras señaladas por el fallo á la opción del primer premio, obras que evidentemente no han sido todavía apreciados y comprendidos por el público en toda su significación y valor artístico. (El Bien, 31/01/1913. Discusión conveniente. p. 1)

Em termos de representação histórica, para o *El Bien* o projeto “De, con y por el pueblo” foi tido como o trabalho que melhor soube interpretar esse elemento solicitado pela comissão organizadora em seu edital.

Todo esse discurso em torno do resultado do concurso, principalmente o prolapado pelo *La Tribuna Popular*, parecia intentar produzir uma condição de comoção e mobilização na sociedade montevideana.²⁷² Na edição do dia 30 de janeiro, o periódico publicou, em sua íntegra, uma contestação formulada pela Junta Directiva de la Asociación de Ingenieros y Arquitectos del Uruguay discorrendo sobre o resultado da escolha do escultor. O documento²⁷³

²⁷² Em artigo publicado no dia 24 de janeiro, intitulado “*Monumento a Artigas: ¿Que hacen los artistas?*”, o periódico questionou o suposto silêncio dos escultores nacionais e estrangeiros, residentes no Uruguai, acerca do parecer da comissão responsável por organizar a obra. Dentre várias outras questões, indagou: “*Por qué en acto colectivo y público no exteriorizan el desagrado por la ‘alcaldada’ artística de la Comisión? ¿Por qué no aúnan voces para gritar el indiscutible y magnífico triunfo de Zanelli? Su conciencia de cultores de las bellas artes no se subleva ante tanto desconocimiento de la superioridad de una obra de arte?*”. (*La Tribuna Popular*, 24/01/1913. Monumento a Artigas: ¿que hacen los artistas? p.1)

²⁷³ Assinado por Eugenio P. Baroffio, presidente, e Alfredo R. Campos, secretário. Lembrando que esse último participou do grupo de artistas consultados pela comissão promotora do monumento antes do primeiro parecer.

fazia um protesto contra a não eleição de Zanelli como vencedor do concurso e, para isso, atacou o desinteresse com o qual a comissão organizadora do certame teria tratado os conselhos oriundos do grupo de artistas que foram convidados a opinar sobre os projetos apresentados. Também considerando a maquete esculpida pelo italiano como bastante superior a de Ferrari, assinalando-a como uma “*verdadera representación, idea de demócrata pensador y del soldado heroico altivo*”. Com esse pensamento, manifestou-se a diretiva:

La sección de Arquitectura, haciéndose intérprete del sentir común de los profesionales, aprecia también la cuestión como un caso grave en que se desvirtúan los principios de equidad y de selección, que imponen y justifican los concursos públicos como un medio democrático para la obtención de una obra de arte, y no puede silenciar ante una resolución errónea y perjudicial para los fines del concurso promovido, que sienta un mal precedente para todos esos torneos, en muchos de los cuales, por la índole de la profesión, los arquitectos intervienen, y tienen por tanto que aspirar á que se les rodee de las mayores garantías para los que noblemente buscan por ese medio un premio á sus esfuerzos. (La Tribuna Popular, 30/01/1913. El monumento a Artigas. p. 4)

Embora especialmente demonstrando o sentimento de contrariedade ao parecer da comissão, mormente parte dos opositores revelavam uma esperança na reversão do mesmo. Para isso foi necessária a construção da idéia de que o resultado fora uma falha cometida por um grupo exíguo de pessoas e que esse resultado, por sua vez, não encontraria respaldo no restante da sociedade. Teria sido uma injustiça cometida por poucos, mas percebida por muitos.

Vários foram os artifícios discursivos em prol de uma revisão no resultado do concurso. Visando um parecer favorável ao projeto do italiano Angel Zanelli, o *La Tribuna Popular* seguiu, no restante do mês de janeiro, em sua forte campanha para a reconsideração da deliberação de um novo concurso. Na sua edição do dia 22, declarou possuir uma informação a qual dava conta que um grupo de italianos, residentes na cidade de Montevidéu e amigos pessoais do escultor europeu, havia enviado uma extensa carta a Zanelli, acompanhada de fotografias e recortes de jornais, que aludiam sobre o julgamento do concurso, demonstrando a preferência que a opinião pública teria por sua obra. Através desses documentos, o grupo esperava convencer o artista a retirar a sua maquete do concurso, pois, de acordo com eles, existiria uma enorme desvantagem para Zanelli, devido à parcialidade que a comissão julgadora apresentara no processo. Alegava, ainda, que uma nova disputa seria inconveniente para o italiano, haja vista que ele teria um trabalho delicado pela frente: “*acriollar su boceto*”. Dele, provavelmente não se admitiriam “*remiendos ni componendas*

que, si ninguna duda, han de echarla á perder". (*La Tribuna Popular*, 22/01/1913. El boceto de Zanelli. p. 6) Já Ferrari disporia de uma vantagem pessoal que se constituiria na possibilidade de apreciar todas as outras obras concorrentes, analisar seus detalhes e conhecer de perto os desejos da comissão julgadora.

Declarando não ter sido autorizado a publicar tal movimentação ocorrida nos bastidores, o *La Tribuna Popular* manifestou que a única intenção, por detrás dessa confissão, seria a de não deixar que o "único" monumento apresentado no concurso fosse retirado da disputa. Assim, enfatizava que seria um dever todos contribuírem para esse fim, pois, se atendida a solicitação do grupo de amigos do escultor, seria consolidado o desastre.

Reflexo, ou não, de todo esse debate que se desenrolou nos meios intelectuais montevideanos²⁷⁴, a Comisión Nacional del Centenario recebeu, em julho do mesmo ano, a renúncia de um de seus membros mais atuantes: Juan Campisteguy.²⁷⁵ Outro fato significativo ocorrido após o parecer da comissão, foi o alto número de reuniões dessa comissão canceladas por falta de quorum, fato até o momento incomum. Assim, o ano de 1914 pode ser compreendido como uma longa pausa no processo, sendo relativamente retomado no ano posterior.

Perante todo o ocorrido, estava faltando a posição do Poder Executivo uruguaio, o que veio a acontecer em meados de julho de 1913. Representado pelo Ministro do Interior, o governo decidiu apoiar as considerações apresentadas pelo parecer da comissão promotora, porém, com uma importante emenda: o novo concurso deveria ser em caráter aberto para todos os artistas que desejassem participar dessa nova seleção. De certa forma, apregoando uma nova disputa universal, tal resolução veio ao encontro da sugestão exposta anteriormente nas folhas do *La Democracia*, a qual, em determinado momento, clamou pela concessão de condições iguais a todos os artistas.

²⁷⁴ Durante as longas semanas que sucederam o parecer sobre a obra, alguns órgãos de imprensa se expressaram de forma bastante pitoresca sobre o tema. Ao anunciar uma possível assembléia contrária ao resultado da comissão promotora, ironicamente o *La Tribuna Popular* confessou: "¿No es cierto que esto va resultando demasiado divertido?" (*La Tribuna Popular*, 21/01/1913. Monumento a Artigas: después del desastre. p. 2) Por sua vez, o periódico *El Bien* escreveu: "Parecia escrito en el destino que la erección del monumento á Artigas habia de tener su página divertida". (*El Bien*, 22/01/1913. Zanelistas y ferralistas: ¿que sucederá? p. 1)

²⁷⁵ Essa renúncia foi posteriormente sucedida por várias outras. Já no ano de 1915, o Ministério do Interior nomeou Héctor Miranda como novo membro da comissão. Esse novo integrante não ocupou de forma efetiva seu cargo. Na composição das atas uma das poucas referências ao seu papel, dentro da comissão organizadora, foi uma mensagem sua lida na reunião do dia 13 de fevereiro de 1913: "Encontrándome imposibilitado de concurrir a la reunión que se celebra hoy, me considero, sin embargo, en el deber de manifestarle que, si hubiera podido asistir, votaría para que se adjudicase el primer premio, establecido en el concurso, al boceto presentado por el señor Zanelli y el segundo al señor Ferrari". (Ata de nº 47, 13/02/1913)

Após esse período de aparente inércia da comissão promotora, no ano de 1915 ela retomou seus trabalhos sob uma nova resolução do governo nacional: o *“fallo”*, ou parecer, deveria ser reescrito obedecendo ao fato de que a Zanelli ou a Ferrari deveria ser concedida a incumbência de esculpir a obra. Com essa medida, o Poder Executivo determinava o cancelamento do novo concurso planejado pela comissão promotora.

A resolução enviada pelo governo encontrou um grande opositor dentro da comissão. Carlos Travieso declarou ser contrário ao teor do requerimento do Poder Executivo, argumentando que a Comisión Nacional del Centenario não havia ultrapassado suas atribuições, mostrando-se sempre aberta e justa em suas considerações. Segundo ele, o grupo possuiria a dignidade e o direito de protestar contra o que considerava uma intromissão.²⁷⁶ Por outro lado, o escritor, e também membro da comissão, Juan Zorrilla de San Martín, aconselhou a aceitação desse requerimento, pois, segundo ele, nesse documento não se via ataque nenhum aos direitos do grupo responsável por administrar a obra. No pensamento do poeta, o monumento deveria ser, o quanto antes, concretizado. Para isso, dever-se-ia prontamente acatar o Poder Executivo e nomear Zanelli ou Ferrari como o grande vencedor do concurso.²⁷⁷

No dia 13 de fevereiro de 1915, a Comisión Nacional del Centenario realizou um nova reunião para tratar do caso. Após a leitura de um novo parecer a ser enviado ao Poder Executivo, elaborado por Juan Zorrilla de San Martín, no qual determinava o primeiro prêmio ao artista Angel Zanelli, a comissão promotora novamente promoveu um debate interno buscando um consenso sobre a escolha. Após a troca de idéias entre os membros, alegando unanimidade, a comissão decidiu por apoiar o parecer redigido pelo poeta. Nesse documento, Zorrilla escreveu que o projeto apresentado pelo italiano indicava um *“monumento digno de la altura”* do povo uruguaio e *“del héroe que la Nación glorifica”*. (Ata nº 47, 13/02/1915)

Embora Zorrilla de San Martín tenha escrito esse parecer final, onde sua própria opinião, em várias passagens, fundiu-se com a impessoalidade requerida por esse documento, na mesma reunião, o poeta pôde expressar mais claramente o seu pensamento sobre todo o

²⁷⁶ Contrariado, Travieso renunciou o cargo que ocupava na comissão, sendo prontamente aceito pelo Poder Executivo. Ao contrário, o restante do grupo tentou intervir no caso, solicitando a retirada de sua renúncia. Cogitou-se, pela figura de Julio María Sosa, ainda na mesma ocasião, a renúncia de toda a comissão promotora em caso da não permanência do parecer ditado por ela. Caso o processo tomasse esse rumo, o Poder Executivo deveria formar uma nova comissão a fim de novamente estudar o processo que envolvia a escolha do artista. Vidal Belo foi nomeado, pelo Poder Executivo, como substituto de Carlos Travieso.

²⁷⁷ Cf. *Actas de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1941: Ata de nº 45, 20/01/1915.

processo da escolha do projeto. Segundo ele, o seu anterior voto favorável às duas maquetes expressava seu desejo em submeter, à opinião do povo, duas diferentes tendências artísticas: “*la representación simbólica del héroes, y su representación real*”. Finalmente, ele estaria convencido de que a preferência popular recaía sobre a obra de Angel Zanelli, a qual poderia não ser um retrato de José Artigas, mas se caracterizava como uma “*forma bella, consagrada por la humanidad é inteligible para todos los hombres del héroe Oriental, de su carácter, de su misión histórica*”. Assim, o sentido internacional e universal foi encontrado na maquete do artista italiano e comemorado pelo discurso de Zorrilla de San Martín:

Abriga, por consiguiente., la esperanza y l convicción de que, en el monumento proyectado por Zanelli, adquirirá el país una obra que satisfará plenamente su anhelo de glorificar al fundador de la Patria, en un monumento que, dentro y fuera del país, hablará, en lengua universal, de nuestras glorias. (Actas de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras, 1941: Ata de nº 47, 13/02/1915)

Grande parte das idéias proferidas por Zorrilla foi ratificada por Vidal Belo.²⁷⁸ Em determinada passagem do discurso desse membro, percebe-se a que a tentativa de convencimento praticado por parte da opinião pública, em favor do projeto de Angel Zanelli pode ter sido fundamental para a decisão final do concurso. O próprio membro declarou que a maioria dos especialistas em arte teria dado declarações de apoio à obra do italiano. Sob sua maneira, Vidal Belo também confessou o visível desapego das alegorias do monumento, proposto por Zanelli, à realidade uruguaia. Nesse caso, o cavalo se distinguiria da espécie *crioula* encontrada na região naquele período, sendo substituído por um animal mais robusto, como se fosse para “*resistir al enorme peso de las glorias conquistadas por el héroe que tendrá que sustentar*”. (Ata de nº 47, 13/02/1915) Segundo o mesmo, a comissão promotora realmente deveria buscar a construção de um monumento que fosse perdurável no tempo. Dessa forma, além de um caráter internacional, já expressado em outras opiniões, a obra de Angel Zanelli também apresentaria a particularidade de ser atemporal.

²⁷⁸ Também participantes da reunião da comissão, os membros Julio Bastos e Luis Carve não opinaram sobre o assunto.

3.2.2. A materialização do monumento de José Artigas

Após mais uma significativa pausa, a Comisión Nacional del Centenario voltou a se reunir no ano de 1919, sob a composição de Juan Zorrilla de San Martín, Toribio Vidal Belo, José Pedro Varela, Julio Bastos. Conforme contrato elaborado pela comissão organizadora, ainda no mês de maio de 1916, e enviado ao escultor, este se responsabilizava por entregar a obra num prazo de três anos, de acordo com a quarta cláusula do documento.²⁷⁹

Enquanto a data limite se aproximava, o representante de Angel Zanelli em Montevideu, Julian Nogueira, relatava o andamento da construção à comissão, sendo que, mormente, vinham à tona assuntos referentes às verbas para o desenvolvimento do projeto. Nesse caso, o artista informava o alto preço cobrado pelo cobre na segunda metade da década de 1910, seguramente, influenciado pela Primeira Guerra Mundial, o que atingia a etapa da fundição das alegorias.²⁸⁰ Sob tal pretexto, Angel Zanelli solicitava uma nova prorrogação no prazo de entrega do monumento à Comisión Nacional del Centenario que, assim, passaria de 21 de julho de 1919, para meados de julho de 1920.²⁸¹ Curiosamente, o artista não se valia de um significativo álibi para justificar a sua demora na entrega da obra: sua participação como soldado italiano no conflito mundial, fato que veio à tona pela palavra de terceiros.

Rechaçando as justificativas econômicas, Juan Zorrilla de San Martín enviou a seguinte mensagem para o escultor:

Según ese contrato el modelado en yeso de toda la obra debió estar terminado en los quince primeros meses después de firmado aquel. El inconveniente del alza de precio de los otros materiales no ha podido, pues, afectar esa parte del contrato ni la referente a la terminación del modelo en yeso de tamaño natural. La Comisión no duda de que el distinguido artista ha utilizado el período de tempo transcurrido para intensificar más su pensamiento y tiene la

²⁷⁹ Cf. *Escritura de Arrendamiento de Obra. Otorgada por Comisión del Centenario de la Batalla de Las Piedras*. Montevideo: Escribanía de Gobierno y Hacienda, 1916.

²⁸⁰ Em mensagem enviada de Roma, do dia 5 de março de 1919, o artista relatava à comissão: “*En mi memorando de octubre pasado he mencionado la dificultad para proveerse de bronce y el precio altísimo que costará en el caso que se encuentra; hoy las cosas no han cambiado y la rebajo gradual que se espera se presenta lenta, tanto que será necesario un año, antes que alcance el costo normal*”. (*Actas de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de Las Piedras*, 1941: Ata de nº 50, 08/05/1919) Segundo Zanelli, antecipadamente já dispunha do bronze necessário para o monumento a José Artigas, porém, todo o material havia sido solicitado pelo governo nacional.

²⁸¹ Embora o contrato seja datado de 23 de maio de 1916, o próprio documento estipulava que o prazo de três anos para a entrega da obra contaria a partir do recebimento, por parte do artista, de sua maquete que se encontrava na cidade de Montevideu. O procedimento de entrega foi concretizado no dia 21 de julho do mesmo ano.

persuasión de que su obra será digna de su reputación y satisfará la expectativa de todos, - pero está en el deber de urgir su ejecución para satisfacer la justa impaciencia del pueblo, que ya se deja sentir. (Ata de nº 50, 08/05/1919)

Um outro ponto debatido pela comissão foi a mudança de sede na qual seria instalado o monumento a José Artigas. Assim, ao invés da Plaza Independencia, a obra passaria para a Plaza Libertad, localizada em frente ao prédio do Ateneo.²⁸²

Com todos os atrasos transcorridos, a comissão promotora chegou a discutir sobre alguns dispositivos a fim de encontrar uma solução que acelerasse o processo de conclusão da obra. Entre esses dispositivos, cogitou-se uma possível rescisão de contrato com o escultor, sob a alegação de que Angel Zanelli não teria cumprido as cláusulas contratuais. Outra idéia surgida foi levar a etapa de fundição do monumento para a cidade de Montevideú, o que acarretaria em recursos que, até aquele momento, a comissão não disporia.

Acertado os novos termos orçamentários entre comissão e escultor, previa-se, ainda no final de 1920, que a obra teria sua cerimônia de inauguração na data de 25 de agosto de 1922, “*suceda lo que suceda*”, de acordo com as palavras do escultor Zanelli que, além dessa afirmação, declarou:

Por mi parte, siento que puedo estar tranquilo con mi conciencia y dedicar todo mi entusiasmo y toda mi laboriosidad a este trabajo, que ha dado en el silencio sus mejores frutos. Artigas ahora existe, no sólo en mi corazón y en mi idealidad, sino que se juzgue en la forma más eficaz en el centro de mi taller, - blanco y majestuoso como un fantasma, mientras a su alrededor, extrañas y colosales sugerencias van tomando cuerpo, forma y sustancia, gracias a la obra constante de mi voluntad, de mi actividad y de mi pericia técnica y organizadora. Artigas está ya asegurado, y Montevideo tendrá la obra más significativa de este período fecundo de mi vida, durante el cual he dedicado, con alegría, toda mi alma para hacerme dueño del gran sujeto y hacerlo finalmente mío, a fin de tratarlo con los debidos respetos. (Ata de nº 58, 09/12/1920)

Com a data de 25 de agosto de 1922 demarcada para a instalação do monumento, a comissão voltou sua atenção à preparação da Plaza Independencia. Conforme o planejado, foi deliberada a remoção da fonte *Cordier* do local na qual se encontrava. Além disso, os

²⁸² Tendo conhecimento desse debate, Angel Zanelli expôs um comunicado à comissão promotora afirmando estar aguardando uma resolução definitiva quanto à questão, visto que, segundo o próprio, uma mudança de local acarretaria uma alteração também no custo da construção. Fora isso, queixou-se por ter estudado e elaborado seu projeto particularmente para a Plaza Independencia, conforme o combinado. No entanto, Zorrilla de San Martín censurou o artista, declarando que, embora tenha ocorrido alguma discussão sobre o tema, nenhum comunicado oficial teria sido enviado ao artista que, por sua vez, deveria dar prosseguimento ao seu trabalho de acordo com as normas do contrato.

organizadores trataram de modificar a paisagem verde do logradouro, no que tange às árvores e canteiros, conforme já debatido anteriormente nesse capítulo.

Em vésperas de esgotar o novo prazo concedido ao escultor, retornou à pauta do debate a escolha de uma nova praça para sediar a monumento a Artigas. De acordo com os representantes do governo municipal, a necessária modificação que deveria sofrer a Plaza Independencia seria demasiadamente dispendiosa para os cofres públicos, um gasto “*municipio no estaría, por el momento, en condiciones de solventar*”. (Ata de nº 71, 30/09/1921) Com o intuito de se livrar desse custo extra, a municipalidade propôs à comissão que buscasse uma nova área em Montevideú, que custasse menos e que pudesse receber à obra. No entanto, a comissão resistiu à mudança solicitada pelo governo, pois ela demandaria a promulgação de uma nova lei que ratificasse tal procedimento.

Após longos anos de contendas e desencontros entre a comissão promotora e o artista, o monumento a General José Artigas foi tomando forma e, embora com atraso, no ano de 1922, foi embarcado da Itália rumo à cidade de Montevideú a fim de ser definitivamente instalado na Plaza Independencia. Nos momentos decisivos pré-inauguração da obra, a comissão promotora passou a se reunir no Ministério da Instrução Pública, representado por Pablo Blanco Acevedo, sob a formação de Juan Zorrilla de San Martín, José Pedro Varela, Alejandro Gallinal, Daniel García Acevedo e, mormente, pelo engenheiro Francisco Iglesias, quem cuidava mais especificamente das obras de instalação do monumento. Pretendia-se inaugurar-lo no final de janeiro de 1923, o que, decorrente do atraso na entrega da obra por parte de Angel Zanelli, não foi possível realizar.

A escolha da data para a inauguração da obra

Após a obra ser assentada na Plaza Independencia, a comissão promotora determinou a data de 28 de fevereiro, simbolizada pelo *Grito de Asencio*, para a realização das festividades e inauguração oficial da obra ao público. No entanto, a sociedade uruguaia presenciou um ligeiro debate até que fosse definitivamente escolhido esse dia. Sobre a questão, foi o diário católico, *El Bien Publico*, quem apresentou um detalhado parecer sobre as possíveis datas. Em primeiro lugar, por uma questão prática, o monumento deveria ser inaugurado entre 15 e 30 de janeiro, pois toda a obra estaria comprometendo o tráfego e a estética da praça, (FIG. 16) idéia defendida pela comissão promotora; em segundo, aparecia o 28 de fevereiro, defendido por aqueles que pensavam que o sentido histórico deveria

prevalecer sobre o pragmático; em terceiro lugar, o periódico ressaltava a sua data preferida, 25 de maio, por uma razão histórica rio-platense. (*El Bien Publico*, Cuando debe inaugurarse la estatua de Artigas?, 06/01/1913. p. 1)



FIGURA 16 – “Instalação do Monumento a José Artigas.”
Momento anterior à colocação da alegoria de José Artigas.
FONTE: Arquivo Fotográfico da “Casa Giró”. Montevideú.

Para os defensores da data 28 de fevereiro, esta representaria o primeiro grito da nacionalidade que, logo depois, teria sido acolhido, prolongado e afirmado por José Artigas. Para a folha católica, a data pouca ligação teria com o *herói* homenageado no monumento: “*La fecha del Grito de Asencio – 28 de febrero – no tiene directa vinculación histórica con las empresas de Artigas. Aquel aleteo de libertad integra un estabón importante en el desarrollo de la obra eficaz de emancipación. Pero no es una fecha artiguista*”. (*El Bien Publico*, 09/02/1923. El Monumento a Artigas. p. 1)

Além disso, o *El Bien Publico* lançou dois argumentos em defesa de 25 de maio: o primeiro se referia à tese de Zorrilla de San Martín, na qual representava Artigas como o organizador do “pensamento de Maio” e de seu ideal americano e democrático; o segundo

ponto levantado foi um possível movimento de retificação histórica que, supostamente, estaria acontecendo na Argentina. Em ambos os casos, percebe-se a clara importância dada ao caráter federalista do *herói*, superando a característica puramente nacional, alçando-o a um patamar de personagem máximo sul-americano. Além disso, mais uma vez esteve presente a visível preocupação com o país vizinho, com a aceitação da figura de José Artigas. Inaugurar nessa data “*cordial y vibrante para toda la consciencia argentina*”, seria agradecer esse movimento, “*estimularlo, y ampliarlo*”. (*El Bien Publico*, Cuando debe inaugurarse la estatua de Artigas?, 06/01/1913. p. 1)

No entanto, bem mais que as razões meramente históricas, o *El Bien Publico* se preocupava com a apropriação da obra por parte do governo nacional, representado, nesse momento, pelo Presidente Baltasar Brum, que completaria seu mandato exatamente no dia que o governo pretendia inaugurar a obra: 28 de fevereiro. Esse fato, segundo Ana Frega, colaborou por infundir um conteúdo mais político às festividades, pois, muito criticado em sua gestão, Brum estava sendo substituído pelo, também *colorado*, José Serrato, após uma eleição a qual o Partido Nacional acusara como fraudulenta. Por outro lado, especialmente os setores da esquerda uruguaia, questionavam a situação sócio-econômica que atingia, principalmente, os setores mais desprovidos da população. Crise derivada pelo contexto pós-guerra. (FREGA, 1993: 134) Assim, as facções políticas de oposição ao *batllismo* viam, na ocorrência da inauguração do monumento Artigas no mesmo dia da despedida do Presidente Brum, uma indevida apropriação do governo sobre a *memória* do *herói*.

Contrapondo-se à idéia dessa folha, o *El Siglo* se posicionou favorável à inauguração no dia 28 de fevereiro. Declarou:

¿qué mejor acto, para sellar una obra de gobierno que dejar allí perennemente alzado ante el tiempo, un acto de justicia histórica que permita vincular un nombre por sobre diferencias accidentales, de partidos, de opiniones e ideas filosóficas al sentimiento entero de un pueblo”. (*El Siglo*, 11/01/1923. El Monumento a Artigas. p. 3)

Essa possível associação entre a inauguração da obra e o final do mandato de Baltasar Brum fora reconhecido como algo bastante compreensível pelo periódico, pois seria normal o governo desejar entregar o monumento ainda em sua administração. Aproveitar-se-ia um momento para celebrar dois momentos distintos, porém, importantes para a sociedade uruguaia. Assim, diminuindo a importância desse desejo de apropriação, para o *El Siglo* era

mais relevante o significado simbólico da data para a constituição histórica da nacionalidade local:

Hay cierta justicia en el acto de la posteridad al vincular la erección del monumento al heroe de la epopeya, con el día que señala el instante primero de la revolución, obra anónima casi de soldados desconocidos, y héroes ignorados. El bronce de la estatua adquiere entonces la majestad del símbolo, la figura del caudillo se desvanece en la caravana de las sombras y en torno de la figura que el genio del artista ha fundido para siempre en la perennidad del Arte, se siente vibrar el eco de las muchedumbres, anónimas heladas que la muerte ha ido abatiendo para forjar con su ceniza esta vida que hoy alienta y encender con su llama la luz de esa antorcha que se llama Civilización. (El Siglo, 26/01/1923. El Monumento a Artigas. p. 3)

Dessa forma, pensava que toda essa discussão em torno dessa apropriação cessaria logo no dia posterior ao acontecimento, junto com a definitiva suspensão dos *‘murmillos de la adulación cortesana que llega hasta los fuertes y el reclamo de los que exigen una parte ínfima siquiera del reparto’*. (El Siglo, 11/01/1923. El Monumento a Artigas. p. 3)

O discurso do *El Siglo* também refletia o processo de recuperação histórica de José Artigas. Nesse caso, além da importância simbólica do 28 de fevereiro para a nacionalidade uruguaia, o início do século representaria um momento de esquecimento de divergências herdadas pelo passado, em uma clara alusão à disputa política protagonizada pelos tradicionais partidos. Essa releitura dos personagens atuantes no passado era percebido como algo natural, bem como, as contingências do passado e seus homens: *“Los mismos héroes que encarnan las ideas de un pueblo, pueden ser combatidos y discutidos en vida, y honrados más tarde aún por los descendientes de aquellos que lo combatieron”*. (El Siglo, 26/01/1923. El Monumento a Artigas. p. 3)

Diante dessas considerações publicadas pelo *El Siglo*, o *El Bien Publico* reafirmou a sua oposição contrária ao 28 de fevereiro como data da inauguração da obra. Sob o artigo intitulado *El Monumento a Artigas – La fecha de su inauguración*, o *El Bien Publico* explicitou, ainda mais abertamente, o seu receio sobre essa data: a politização das celebrações. Nesse dia, a inauguração representaria uma ocasião propícia para esse tipo de prática, envolvendo, necessariamente, a personalidade do político Brum sob distinções políticas antagônicas. Da mesma forma, insistiu no caráter internacional rio-platense que uma festividade, se realizada no dia 25 de maio, poderia consagrar entre os povos vizinhos: *“tendría el alto sentido de convertir la inauguración de la estatua, en un valor de fraternidad rioplatense, al afirmarse la continuidad histórica entre la obra de mayo y el esfuerzo*

artiguista”. (*El Bien Publico*, 27/01/1923. *El Monumento a Artigas – La fecha de su inauguración*. p. 1)

Por outro lado, na mesma oportunidade, a folha abalizou um outro aspecto que contrariava a data de 28 de fevereiro: a proximidade com o carnaval. Sobre isso, bradou: “*no es el caso de mezclar el culto serio de la nacionalidad, con el estado de espíritu carnavalesco, de suyo chocarrero y vulgar*”. Num outro momento, o *El Bien Publico* denunciou o que considerava como fraca repercussão da inauguração da obra, solicitando que a sociedade esquecesse o carnaval e participasse mais ativamente das festividades. (*El Bien Publico*, 20/02/1923. El 28 de Febrero se acerca. p. 1)

De fato essa atitude espelha bem o momento político-social pelo qual passava a sociedade uruguaia no início do século XIX. Um processo paradigmático, em que a imagem de “civilização” ora impulsionava, ora censurava ou ditava os modos aceitáveis pela sociedade do período. Segundo Barrán, essa “sensibilidade civilizada” promoveu um rompimento entre o *sério* e o *alegre*. Esses dois pontos não poderiam estar interligados de nenhuma maneira, pois “*percibir lo serio en lo alegre era superficial*” e significaria valorizar o “*popular-vulgar*”, considerado o derradeiro refúgio da sensibilidade “*bárbara*”. (BARRÁN, 1990: 223) Assim, a sociedade do período, sob um olhar vigilante das elites dirigentes locais, passava um momento de remodelação de seus valores e dos seus costumes diários. Nesse processo, os setores político-religiosos tiveram um papel fundamental no que consideravam ser a “regeneração” da sociedade e a superação da antiga imagem de “barbarismo”. O carnaval representava um obstáculo a esse progresso moral e civilizatório. A imagem que transmitia de igualdade, violência física, pausa no trabalho e brutalidade. Embora essa atitude elitista tenha encontrado certa resistência, a classe dirigente tinha ao seu lado a força: “*La ‘civilización’ del Carnaval, fruto lento y lleno de retrocesos hacia la ‘barbarie’, también aparece históricamente signada por un plan preconcebido de las clases dirigentes cuyo ejecutor inmediato fue la represión policial*”. (BARRÁN, 1990: 224)

Enfim, essa tentativa de se domar a antiga “sensibilidade bárbara” fora refletida no discurso do periódico *El Bien Publico*, reconhecidamente defensor do pensamento católico na sociedade uruguaia. Associar a figura de José Artigas à festa popular seria algo incisivamente adverso aos valores propagados por esse órgão.²⁸³

²⁸³ Com uma conotação bem mais irônica, bastante comum nessa folha, o *Las Noticias* não deixou passar despercebido e incluiu o carnaval em seu discurso sobre o monumento a Artigas: “*Sería conveniente y de buen gusto que la Comisión Nacional de Homenaje al General Artigas resolviera cambiarle al prócer ese over-all de arpillera que, valga el gracejo de Bassito, le da cierto aspecto de encapuchado. (FIG.17) Bien puede pasar en los días graves esa vestimenta de caballero medieval que se le han colocado al prócer utilizando algunas bolsas*



FIGURA 17 – “Monumento a José Artigas encoberto”
Fotografia tirada poucos dias antes da inauguração.
FONTE: Arquivo Fotográfico da “Casa Giró”. Montevideú.

Curiosamente por apenas um dia, o *El Bien Publico* pôde comemorar a mudança da data de inauguração da obra. No começo de fevereiro, o Conselho Nacional fixou o 13 de abril como o dia a ser oficialmente celebrado o monumento. Como alusivo ao dia do pronunciamento das *Instrucciones del Año XIII*, o diário avaliava muito favoravelmente essa data, pois, além de desassociar essa inauguração das disputas e da apropriação, principalmente, do Presidente Brum, ela representaria uma face estadista, legisladora e democrática do personagem Artigas, fugindo da tradicional imagem puramente guerreira. Sobrepunha-se às idéias sobre o líder com “*personalidad del caudillo, sucesivamente afortunado y vencido en el azar de sus guerrillas libertadoras*”. (*El Bien Publico*, 09/02/1923. El Monumento a Artigas. p. 1) No entanto, já no dia posterior ao artigo, a folha veio a público noticiar e comentar o retorno da inauguração ao dia 28 de fevereiro, acusando-o de ser um ato visivelmente político:

de papas. Pero la proximidad del carnaval es alarmante, si pensamos el efecto un tanto risueño que puede causar el héroe, en esos días absurdos”. (*Las Noticias*, 07/02/1923. Por respecto al héroe. p. 1)

La rectificación nos parece equivocada. La fecha que señala a Artigas como legislador, debe preferirse a la del grito de Asencio. Pero, parece que el Consejo Nacional se ha movido un escrúpulo político, por bajo el ropaje patriótico de la cuestión. No se ha querido hacerle al doctor Brum ese desaire de despedida. Y el doctor Brum inaugurará el monumento al Libertador. (El Bien Publico, 10/02/1923. El 28 de Febrero. p. 1)

Determinado esse dia, bem variadas foram as atividades visando a divulgação do monumento. Entre elas, uma homenagem dos estudantes, principalmente, de Direito; organização de vários comitês espalhados no território nacional; conferências, entre outras celebrações. Nesse processo, se destacou a Asociación Patriótica del Uruguay, entidade que manteve certa afinidade com a comissão promotora na hora de divulgar e organizar as solenidades²⁸⁴ que antecederam e que fizeram parte do momento da inauguração da obra. Em vários desses arranjos, ficou bastante perceptível o desejo do alcance nacional dessas festividades, A través disso, buscava-se a participação dos uruguaios residentes por todos os departamentos do território nacional. Seja de forma ativa ou, simplesmente, como uma mera testemunha daquela celebração, aparentemente a associação estava empenhada em fazer com que a população se sentisse parte integrante do processo a ser ocorrido na cidade de Montevideú. Como exemplo desse intuito, preparou uma transmissão, em conjunto com a Radiotelefonía Paradizábal, para que toda a população, do interior e capital, tivesse a oportunidade de se atualizar sobre as festividades. Essa nacionalização da celebração chegaria até o momento definitivo da inauguração do monumento, através da locução nacional do ato.

285

²⁸⁴ Coube também a essa associação organizar e divulgar a participação dos centros estudantis dispersos em todo o território uruguaio, através da delegação de representantes das entidades escolares e universitárias com o objetivo de prestarem homenagem na inauguração da obra. No que tange à importância da agremiação em toda a celebração e idealização do *herói* nessa ocasião, ela também participou da coleta de fundos para o custeamento de diversos atos comemorativos. Juntando personalidades importantes na economia e comércio local, a Asociación Patriótica planejou festividades que iam além da data estipulada para a inauguração, chegando até o 18 de maio, dia comemorativo da Batalla de Las Piedras. Para gestores dessa coleta foram designados políticos, clubes, comerciantes importadores, advogados, industriais, associações rurais, frigoríficos, médicos, pecuaristas, redes de ensino e muitos outros setores influentes da sociedade uruguaia. Entre as várias atividades organizadas pela associação, encontrava-se uma homenagem aos intelectuais que mais teriam se destacado no processo de reabilitação da *memória* de José Artigas. Grande parte da movimentação dessa movimentação foi difundida pelo periódico *El Día*.

²⁸⁵ Além da atualização das atividades, foi transmitida uma série de conferências proferidas por importantes intelectuais do período. Entre tantos, Carlos María Ramírez, Justo Maeso, Francisco Bauzá, Héctor Miranda, Juan Zorrilla de San Martín, Raul Montero Bustamante, Eduardo Acevedo e Carlos Roxlo. Praticamente cobriram todo o mês de inauguração da obra.

No que tange às festividades de inauguração do monumento desembarcado no porto de Montevideu em 1º de agosto de 1922 ²⁸⁶, essas foram bem variadas e intensamente concorridas. Com vários embaixadores, entidades de classe, associações, clubes, maçônicas, políticos, intelectuais, entre outros setores da sociedade uruguaia e sul-americana, buscando marcar sua presença no derradeiro ato, houve por parte dos organizadores uma preocupação extra pelo excesso de participantes. Discutiuiu-se limitar o tempo e o número de discursantes tamanha procura por parte de personalidades, o que, de certa forma, gerou uma situação delicada a ser resolvida pela organização. ²⁸⁷ Pode-se destacar que os principais oradores da solenidade foram o escritor Juan Zorrilla de San Martín e o Presidente Baltasar Brum. Enquanto o primeiro reproduziu o seu já conhecido discurso romântico sobre a caracterização do *herói* e, nessa ocasião, o reconhecimento de um povo para com ele, Brum se despediu, buscando associar seu governo com a materialização da *memória* de José Artigas em bronze. Já na introdução de sua oratória, declarou:

Dos acontecimientos culminantes demarcan el período de mi gobierno: lo inicié con la nueva Constitución, que acusa, sean cuales fuesen sus defectos, un gran perfeccionamiento en nuestra democracia, y lo termino con la inauguración de esta estatua, modelada por el genio de Zanelli que los orientales erigen, glorificándolo por el bronce y el granito, al fundador de la nacionalidad, y que coincide con la época en que la justicia histórica, hecha al fin, ha colocado a nuestro Artigas, ya sin oposiciones ni reservas, en el áureo trono de los grandes próceres de América. (El Siglo, 02/03/1923. El importante homenaje del miércoles al precursor de nuestra nacionalidad... p. 2)

Em sua oratória, Baltasar Brum reproduziu uma imagem artiguista em torno do ideário federalista sul-americano, representando a sua luta como uma não ruptura para com os elementos políticos da região. Segundo ele, Artigas jamais teria distanciado o povo uruguaio dos argentinos, pois os choques que promoveu não foram disputas entre duas nações, mas “*estremecimientos internos de un mismo organismo político*”. Lutas em um contexto protagonizado por um mesmo povo. Nesse sentido carregado de sentimento sul-americano, Brum procurou caracterizar o sentido importante de, finalmente, concretizar a redenção histórica de um *herói* cuja *memória* teria passado por uma importante releitura, por um

²⁸⁶ A bordo do navio italiano *Angello Tosso* chegou nesse dia toda a alegoria referente à imagem equestre de Artigas. Já os baixo-relevos somente no dia 07 de outubro do mesmo ano. Estima-se que o custo total da obra girou em torno de 300.000 pesos uruguaiois.

²⁸⁷ Como solução para o problema, o *Las Noticias* sugeriu, em 25 de janeiro de 1923, que a cerimônia fosse condicionada à temperatura do dia. Se estivesse bom que deixassem todos discursarem, caso estivesse muito calor se limitaria o tempo para cada orador.

procedimento de reparação. Pelo seu empenho para com o povo, Artigas estaria enfim sendo reconhecido e homenageado.



FIGURA 18 – “Cerimônia de inauguração do Monumento a José Artigas”
Vista parcial da Plaza Independencia em 28/02/1923.
FONTE: Arquivo Fotográfico do “Centro Municipal de Fotografía”. Montevideú.

Descerradas as bandeiras, prosseguiram-se as disputas

Chegada a semana da inauguração do monumento, o acontecimento tomou ainda mais as páginas dos periódicos montevidéanos influenciando na ocorrência de alguns fenômenos bastante curiosos. Entre eles, o surgimento de um número expressivo de pessoas que declaravam ser descendentes diretos de General Artigas. Tal fenômeno foi denunciado, entre tantos outros, pelo jornal *El País* poucos dias após a inauguração da obra, quando lamentou que o simples erguimento de qualquer monumento estivesse servindo de pretexto para o surgimento de vários parentes: “*Se diría que, a la fecha, no es pariente del monumento el que*

no quiere y que, además, no existe quien no quiera ser pariente del monumento". (*El País*, 04/03/1923. Los parientes del monumento. p. 3)²⁸⁸

Todo esse processo de efervescência pelo qual a *memória* de José Artigas atravessava, ainda mais acentuadamente na véspera da inauguração de seu monumento, refletiu-se longamente nas pautas dos jornais montevidéanos e na sua ânsia de caracterizar o *herói*. Na maioria das vezes, cada órgão de imprensa tratou de traçar breves biografias do personagem e uma dissertação da importância de José Artigas e de sua estátua para a sociedade da época. No discurso da folha *batllista*, *El Día*, o *herói* surgia como aquele primeiro homem que teria proclamado os princípios republicanos como *“dogma de los hombres libres nacidos en el continente colombiano”*. Nesse caso, o “dogma republicano” se tornava sinônimo de “dogma da América”. Nessa representação supranacional, as ações e os pensamentos de José Artigas se mesclavam com a própria constituição e organização de nações como a vizinha Argentina e Estados Unidos da América:

Declarados tan categóricamente los principios de libertad y democracia, ¿qué forma de gobierno se dará al nuevo pueblo?... “No se admitirá otro sistema que el de la confederación”- se expresa en el artículo II de las Instrucciones; y en el V se agrega que el gobierno “se dividirá en Poder Legislativo, Ejecutivo y Judicial”, “independientes en sus facultades” (artículo VI) ¿No forman hoy esos tres poderes el gobierno de la Nación que evocará esta tarde, plena de júbilo, al Legislador de 1813? ¿Y sistema de confederación no es el que rige en la República Argentina, cuyos representantes estarán hoy al pie del monumento al Demócrata, cuya personalidad histórica ha de acrecerse en el apogeo de la reivindicación? – Son las palabras del argentino Pelliza, que triunfan: - “El mérito de las Instrucciones de Artigas, cualquiera que fuese el móvil de ellas, es indiscutible, y en la historia constitucional argentina deben considerarse como el génesis de la organización federativa argentina”. Por eso, en el Congreso de los Estados Unidos de Norte América, - de cuya sabia democracia había copiado Artigas los avanzados principios de sus Instrucciones, - se pronunciaban en 1817, durante el primer gobierno de Monroe, estas definitivas palabras: “El único demócrata de las Provincias Unidas del Río de la Plata es el bravo y caballeresco republicano general Artigas.” (El Día, 28/02/1923. Artigas – El Libertador, el Demócrata y el Americano. p. 6)

²⁸⁸ Essa ocorrência no surgimento de descendentes de Artigas pode ser explicada, além da simples questão simbólica de estabelecer um relacionamento real com o *herói*, por algumas declarações publicadas por parte da imprensa. O *El Día*, por exemplo, ao discorrer sobre uma visita recebida por parte de uma autodenominada bisneta de Artigas, chamada María Marta Jurado, defendeu a idéia de se editar uma lei que determinasse um auxílio financeiro a todos os seus descendentes, como forma de reparação ao que considerava uma injustiça. (*El Día*, 26/02/1923. Uma bizneta de Artigas. p. 4) No mesmo dia outro jornal, *El Telegrafo*, publicou uma lei elaborada pelo deputado Andrés Delfino a qual estabelecia o pagamento de uma pensão para María Josefa Artigas, bisneta do General. Alguns dos argumentos utilizados foi o investimento alto investimento direcionado para a obra e o pagamento já realizado na Argentina para os seus respectivos “próceres”. Antes disso o *El País*, de 15/02/1923, já tinha recebido uma correspondência na qual afirmava que ainda estaria vivo um outro bisneto de José Artigas, chamado Luis Corrales Artigas.

Nesse mesmo dia, o periódico trouxe um artigo, do *colorado* José Salgado, onde esclarecia a importância da reparação da *memória* de Artigas e o significado do monumento nesse processo. O texto celebrava o fim das calúnias sofridas por décadas pelo personagem. De certa forma, seu discurso levava ao entendimento que todo o processo de recuperação histórica do *herói* estaria sendo finalizado com a inauguração da obra, representante não só da história nacional como, ao mesmo tempo, da história americana. Tendo lançado a semente da democracia no Rio da Prata, José Artigas ficava representado como a personificação da “*revolución de Mayo*”. (*El Día*, 28/02/1923. *Artigas*. p. 4)

Com essa concepção americana, o oposicionista *Las Noticias* também representou o seu Artigas. No entanto, algumas características foram mais ressaltadas em seu discurso, entre elas, a rebeldia e a liberdade como um elemento inato do “caudilho gaúcho”. Por seus impulsos teria nascido o continente Americano. Nesse caso, entra José Artigas como o grande propulsor do federalismo e personagem importante no nascimento da América livre. O primeiro “*caudillo*”. (*Las Noticias*, 07/02/1923. *Artigas - Federalismo*. p. 5) Apesar disso, distinguiu-se do *El Día* quando tratou da passagem da administração nacional de Baltasar Brum para o também *colorado* José Serrato. Declarou que a “*emoción plástica de la democracia*” seria um sentimento perdido pela população, referindo-se às variadas sucessões protagonizadas pelo mesmo grupo político no comando do país. Uma “*cerimonia familiar*”. (*Las Noticias*, 28/02/1923. *El episodio simple*. p. 1)

Por sua vez, o periódico *nacionalista* *La Tribuna Popular* tirou proveito do momento da inauguração da obra para atacar a administração do Presidente Baltasar Brum. Com um artigo intitulado *La despedida de Brum*, a folha declarou que o governo teria propositalmente feito coincidir os dois acontecimentos, a inauguração da obra com o último dia do mandato, sob a intenção de que algum “*reflexo del héroe*” pudesse dar brilho à “*minúscula personalidad*” do governante. Acusou-o de se apropriar inteiramente das homenagens realizadas pelas embaixadas estrangeiras unicamente para José Artigas. Além das críticas pessoais a Presidente, o discurso também investiu contra o líder *colorado* José Batlle y Ordóñez, do mesmo grupo político de Brum, concebendo-o como o grande mentor de um governo pautado por políticos que não pensariam nada além de governar e se manter no poder. A submissão de Brum seria algo inédito, o que o levaria, depois de terminado seu mandato, a um relativo esquecimento por parte da população:

A los pies del ‘Jefe’ ha estado en todo tiempo la investidura presidencial, sirviendo el presidente de comparsa en los mítines electorales, en los de

propaganda partidaria organizados por el batllismo”. Entre salvas, músicas, himnos, manifestaciones públicas, termina Brum hoy su anónima presidencia. Salvas, músicas, himnos y manifestaciones, que no son en honor suyo, y de que sólo una explotación del acto inaugural de la estatua del Precursor, le permitirá aprovechar. (La Tribuna Popular, 28/02/1923. La despedida de Brum. p. 1)

De acordo com o pensamento da folha oposicionista, como reprovação dessa política movida por interesses *batllistas*, posicionar-se-ia o *herói* homenageado no monumento, sendo que sua vida, concebida como desinteressada e altruísta, iria servir permanentemente como um exemplo a ser seguido. Diferentemente dos atuais governantes, José Artigas teria agido sem querer nenhum cargo ou honraria como retribuição.²⁸⁹

Na crônica subsequente ao ato de inauguração, o mesmo periódico não desperdiçou a oportunidade para atribuir culpa ao governo pelo que considerou ter sido uma manifestação de pouco público. Além do calor, o *La Tribuna Popular* apregoou que corriam rumores, indicando que um dos motivos da pouca participação social fora a repulsa por “*rendir tributo*” ao mandatário que encerrava sua administração. (*La Tribuna Popular*, 01/03/1923. Una manifestación de poco volúmen - ¿Por qué ocurrió así? p. 1) No entanto, essa imagem de pouca participação foi de encontro à imensa maioria dos jornais que, ao longo da semana, comemoraram a grande concorrência da população na Plaza Independencia. Inclusive o *El Día*, em 19/02/1923, publicou que, nessa data, todas as passagens de trem, no sentido interior-capital, já estariam esgotadas, comprovando a mobilização da comunidade para a inauguração do monumento.

Já o periódico de oposição, o conservador *El Siglo*, passada a contenda acerca da data de inauguração, publicou, no dia do ato, um texto escrito por Héctor Miranda. Esse trazia um esboço físico e psicológico do personagem, com destaque para sua capacidade de comandar e guiar populações em direção a um justo ideal. Teria sido ele um “*Pacificador, Fundador, Protector – fue siempre ante todo y por encima de todo. Padre de los pobres y Providencia de los desamparados*”. Todas essas características representadas como formadoras de um personagem único, se comparado a outras importantes personalidades históricas como Alexandre Magno ou Bismarck. Um *herói caudillo* consciente de sua missão e de sua caminhada histórica em prol de um enorme grupo de pessoas, passando por dificuldades extremas e esperando um líder. Em um parágrafo sintetizou a sua concepção de Artigas:

²⁸⁹ Na mesma edição do *La Tribuna Popular*, no artigo denominado *Artigas*, a folha declarou que com o erguimento do monumento à *memória* do “Precursor” José Artigas a República estaria pagando uma antiga dívida pendente por vários anos e aumentada com o passar do tempo.

Sobriedad, piedad, desprendimiento, honradez, justicia, verdad y heroísmo, han sido, en efecto las virtudes cardinales de este gran capitán guía de muchedumbres, salvador y profeta, buen caminante que marcó con laurel, cada jornada como otrora marcaran los abuelos argonautas, la angustia de cada singladura. (El Siglo, 28/02/1923. El Protector: silueta de Artigas. p. 1)

Sob essa imagem de “protetor dos povos livres” o periódico *El Siglo* elaborou seu discurso referente ao *herói* e seu monumento representativo. Um *caudillo* autenticamente nacional, que se sobrepunha a todos os outros formados no movimento revolucionário da região do Prata. Assim, a inauguração de sua maior estátua representaria uma justiça histórica que repararia os anos de esquecimento protagonizado por parte das gerações passadas. Criava-se a idéia de que, somente essa atual geração teria finalmente cumprido com o seu dever para com o passado, imortalizando-o: “*su nombre es el único que de la noche invencible del olvido, se cierne ya en la clara ley de la inmortalidad*”. (*El Siglo*, 28/02/1923. Artigas. p. 1) Entretanto, constantemente a folha investiu no relato da participação argentina nas cerimônias, ratificando a importância que a maioria dos setores da sociedade outorgava ao reconhecimento do país vizinho.

De uma forma geral, quase todos os jornais eram unânimes ao retratar a demora na consagração final do personagem. O monumento simbolizaria o momento no qual a sociedade, além de pagar uma dívida com o passado, demonstraria estar preparada para a materialização de seu sentimento, alimentado ao longo dos anos de recuperação da *memória* do *herói*. Semelhante a esse pensamento esteve o discurso proferido pelo *El Bien Publico*, o qual caracterizou a estátua como uma espécie de corporificação do sentimento que a população sentia por sua primeira figura histórica. Um objetivo buscado, amadurecido e meditado durante muitos anos pela nacionalidade. (*El Bien Publico*, 20/01/1923. El Monumento a Artigas. p. 2)

Os periódicos *nacionalistas*, *El País* e *La Democracia*, estiveram com um discurso aproximado na celebração do monumento. O segundo jornal elaborou um discurso que buscava caracterizar Artigas como o *herói* perfeito para sintetizar e representar a identidade nacional.²⁹⁰ Seria José Artigas o maior personagem da América independente, pois, de

²⁹⁰ Declarava: “*Se ha recalado, más de una vez, la necesidad imperiosa que existe de forjar un alma nacional, única e indivisible, que al presidir nuestros destinos, haciéndonos sentir unidos en una tradición común, haría desaparecer poco a poco las discordancias internas*”. No mesmo texto, demonstrando sua aversão ao ambiente político conturbado, enfatizou que a folha estava farta de intransigências e agressividades. Assim, como uma forma de unificação em torno de uma só nação, propôs: “*Alrededor de Artigas, sobre Artigas y su obra, hay que forjar el alma nacional*”. (*La Democracia*, 28/02/1923. Artigas. p. 1)

acordo com o *La Democracia*, ele teria sido o único que verdadeiramente propagou a República no continente, em contraposição a outros líderes americanos no período.

Já o *El País* o caracterizou como o “*padre de la nacionalidad*” (*El País*, 27/02/1923. Se ultiman los preparativos para los grandes actos de mañana en homenaje a memoria de Artigas. p. 2), alguém capaz de, em torno de sua *memoria*, unificar os mais diferentes inimigos políticos. A inauguração desse monumento poderia significar a ocasião ideal para a promoção desse sentimento de pacificação e comunhão entre opostos:

Necesitamos aún del jefe inmortalizado. Necesitamos que domine nuestras querellas. (...) Necesitamos de una gran figura nacional, hasta la cual no alcance el vuelo de los dardos envenenados por la pasión que se dirigen uno a otro los bandos tradicionales y sea como el ápice Terminal de la pirámide en que se unen todas las aristas, al rematar su esfuerzo ascendiente. (...) esta ahí en la primera gran estatua ecuestre que se haya levantada sobre tierra uruguaya. (El País, 28/02/1923. Hora memorable. p. 3)

Dessa forma, o discurso *nacionalista* buscava centrar a figura de José Artigas em um processo histórico representado por elementos essencialmente *nacional* e *oriental*, sobrepondo-os às características associadas ao federalismo. O personagem era concebido como um produto de uma tradição histórica alicerçada desde os primórdios de sua formação, portanto, mais conservadora e presa ao passado. Por sua vez, o discurso *battlista* se fundamentava em uma noção mais aberta de nacionalidade. Envolvido por concepções universais como democracia, justiça social, soberania, americanismo e liberdade, esse setor mantinha uma postura mais cosmopolita sobre a sociedade, procurando envolver os variados grupos sociais, entre eles imigrantes e/ou populares, em uma identidade imaginada e denominada como “uruguiaia”. Tais conceitos estiveram inteiramente integrados ao processo de modernização e de reformas propostas pelo *battlismo* ao país. (FREGA, 1993: 135-136)

Um caudilho europeizado?

Poucos dias antes da inauguração do monumento ressurgiu o debate acerca das representações da obra de Angel Zanelli. Em meio às comemorações efusivas em torno da glorificação de José Artigas, destacaram-se dois posicionamentos sobre a obra do escultor: o primeiro, ainda que considerasse a estátua bela artisticamente, lançava sutis críticas sobre as imagens “italianas” apresentadas pela obra; e, um segundo, que se posicionava adverso aos

juízos negativos sobre o monumento. Para esse grupo, a simbologia universal e a glorificação final do personagem interessariam em primeiro plano.

Conforme a maquete que concorreu e venceu o concurso alguns anos antes, o monumento de Angel Zanelli trouxe como destaque a figura eqüestre de José Artigas, pautada por uma atitude plasticamente vigorosa e dominadora sobre o observador.

De forma inerente, as figuras eqüestres tendem a simbolizar uma liderança vitoriosa, uma representação do triunfo e da glória do cavaleiro: “*assim como ele doma sua montaria, dominou forças adversas*”. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2001: 200) Aparentando uma idade mediana, nem tão jovem como algumas de suas gravuras, nem com idade tão avançada como encontrado em suas primeiras pinturas, a efígie de José Artigas procura transmitir um sentimento de força e serenidade ao observante, fugindo do simbolismo que determinasse a representação de um campo de batalha. (FIG. 18)



FIGURA 19 – “Alegoria eqüestre de José Artigas”
FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Com parecer favorável à efígie representativa do General José Artigas, o *La Tribuna Popular* declarou: “¿No podía tener otra fisonomía aquel gallardo caballero andante de la libertad. No se concibe en otra forma al conductor de un pueblo guerrero, cada uno de cuyos hijos era un león!”. (*La Tribuna Popular*, 01/03/1923. La emocionante ceremonia de homenaje á Artigas. p. 1)

Já nas laterais do embasamento, estão instalados os baixos-relevos, simbolizando o *Exodo del Pueblo Oriental* liderado por José Artigas.

Representando o primeiro posicionamento sobre a questão, encontrava-se o periódico simpático à causa *colorada*, *Las Noticias*. Embora fizesse parte de um grupo expressivamente menos numeroso, de forma irônica a folha declarou que Angel Zanelli, influenciado pelo ímpeto de Giuseppe Garibaldi, teria modelado os baixos-relevos povoados de “*gauchos italianos*”, (FIG. 19) o que poderia levar as pessoas a crer que a pessoa que acaudilhava o povo não seria José Artigas, o vencedor da Batalla de Las Piedras. (*Las Noticias*, 13/01/1923. Una buena idea. p. 1) Essa fora a justificativa utilizada pelo jornal para que a comissão efetivamente instalasse um letreiro com o nome *Artigas*, na base do conjunto alegórico. Sem ele, de acordo com o discurso do *Las Noticias*, as pessoas poderiam não saber, ao certo, a figura homenageada, numa clara crítica à imagem “italianizada” esculpida pelo artista.



FIGURA 20 – “Baixo-relevo direito do Monumento a José Artigas”
Com destaque para as figuras representativas do “Êxodo Oriental”.
FONTE: Arquivo Pessoal do autor.

A inscrição *Artigas* exposta na base do monumento provocou certo debate no Poder Legislativo. O Art. 2, do projeto de lei formulado em 8 de julho de 1881, declarava: “*En el pedestal que sostenga la estatua ecuestre se grabará esta inscripción: AL FUNDADOR DE*

LA NACIONALIDAD URUGUAYA”. Lida a proposta em sessão realizada em de abril de 1882, o parlamentar *colorado* José C. Bustamante sugeriu, após a colaboração de outros colegas, a mudança para a seguinte frase: ‘*A José Artigas, fundador de la nacionalidad Oriental del Uruguay, su patria agradecida*’. E argumentou:

Porque, señor Presidente, se distingue entre nosotros y fuera de nosotros, á la República Oriental, no por Uruguay, sino por lo que acabo de decir; es: la margen izquierda del río que divide á la República Argentina desde su embocadura del Paraná y Uruguay hasta el límite trazado en nuestros planos, que son conocidos de todos. (Diario de Sesiones de la H. Cámara de Representantes. 1886, t. 49: 69)

Porém, a colocação da expressão ‘*nacionalidad Oriental del Uruguay*’ gerou alguma controvérsia no parlamento. Por exemplo, o deputado *colorado* *Idiarte Borda* contestou a eficácia do termo, pois, segundo ele, as ações de José Artigas intentavam criar uma grande nação a partir de seu país, incluindo outros horizontes. No entanto, Bustamante alegava que sua proposta permitiria que outras nações tivessem a possibilidade de erguerem, da mesma forma, monumentos homenageando o mesmo *herói*, visto que Artigas pertenceria a todos os povos banhados pelo rio Uruguay: ‘*porque él combatió por ellos también, porque él también contribuyó á darles libertad y fomento el espíritu de independencia en territorios que no eran el nuestro solamente*’. (*Diario de Sesiones de la H. Cámara de Representantes*, 1886, t.49: 72) Sob uma forma reconciliatória, os Deputados reformularam o projeto, editado em 2 de julho de 1883, apontando novas determinações. Entre elas, o artigo no qual determinava: ‘*Solamente se gravará en dicho pedestal esta inscripción: ‘Artigas’*’.²⁹¹

Em uma outra oportunidade o *Las Noticias* voltou a tangenciar o tema. Com um texto direcionado à pessoa, elaborou um discurso, ou uma espécie de carta, dirigido especialmente à figura de José Artigas, onde as questões sobre suas representações impostas na obra tiveram destaque:

No sabríamos, señor libertador de varios pueblitos, que pose hubiera preferido Vd. que transmitiéramos al rudo bronce. (...) Vd. señor de las primeras huestes, viejo patriarca lleno de proverbios, no nos dejó escrito si prefería sobrevivir como el Moisés de Miguel Angel, de barba caudal, apoyado un brazo potente sobre el canto de su código o como el héroe presuroso montado en el Pegaso nuestro!... Fatal descuido el suyo, ilustre don José, no haber pensado en la postura grave que debía adquirir para más allá

²⁹¹ Cf. ASSUNÇÃO & PEREZ, 1978: 253.

del tiempo, que se torna más inexplicable cuando se constata que los próceres nuevos, ¡romanos caprichosos! Adelantan cierta figura hierática a la posteridad teatral. (...)
Somos, señor don José, tan ilustrados como valientes y tan tardíos como seguros... (Las Noticias, 02/03/1923. Nos permite, señor? p. 1)

De fato, essa opinião que alertava sobre a existência de significativas características italianas no conjunto artístico de Angel Zanelli não se constituiu em algo extraordinário. Se no processo de escolha do artista esteve bastante presente a discussão sobre o caráter universal da maquete do italiano, a questão foi retomada após a fundição de sua obra. Essa “italianização” das imagens também chamou a atenção do correspondente do periódico norte-americano *The Sun*, David Dreake, o qual declarou que a figura eqüestre esculpida por Zanelli recordava as mais célebres encontradas nas cidades de Roma e Veneza. A mesma alegoria foi elogiada pelo polonês Arthur Lewinshi, o qual, para defender o caráter “desenraizado” do referido conjunto, destacou que os artistas não deveriam se limitar à reprodução do natural, mas agregar beleza e “verdade” no simbolismo.²⁹²

Seguramente, esse desprendimento que a figura eqüestre modelada por Angel Zanelli apresentou dos elementos históricos uruguaios não representaria a intenção inicial da Comisión Nacional de la Batalla de Las Piedras. Na própria publicação do folheto referente às bases do concurso, foi incluída uma reprodução da Batalha de Sarandí²⁹³ para que os artistas pudessem conhecer a espécie de cavalo crioulo, característico da região sul da América.

No que tange à efígie do *herói* homenageado, os artistas da mesma forma receberam algumas gravuras como modelo a ser seguido na confecção do projeto. Entre elas, várias assinadas pelo pintor uruaio Juan Manuel Blanes.²⁹⁴ Segundo Peluffo, a aparência física se

²⁹² Cf. *El País*, 01/03/1923. Algunas opiniones sobre el monumento a Artigas – juicios de la crítica extranjera. p. 6.

²⁹³ Conflito ocorrido na localidade de mesmo nome (Arroio Sarandí), em outubro de 1825, entre as forças lideradas por Lavalleja e os brasileiros liderados por Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves.

²⁹⁴ Ainda na década de 1880, recebeu do Senado uruaio a encomenda de um retrato do General em tamanho natural, o que resultou na conhecida pintura “*Artigas en la puerta de la Ciudadela*”. Foi a oportunidade para transmitir uma imagem de um General Artigas fisicamente forte e jovem. Sobre sua própria obra, o artista declarou: “*Este óleo, sin duda, se parece tanto el célebre caudillo, como un huevo a una castaña*”. (citado por ASSUNÇÃO, 2002: 10) Um dos grandes problemas enfrentados por Blanes foi a quase inexistência de imagens que pudessem servir como referência na construção física do personagem. Nesse complicado processo de elaboração de um retrato de Artigas, existiam somente duas fontes de consulta: um desenho de um cientista francês chamado Demersay, o qual retratou-o já idoso, e as feições de descendentes diretos do *herói*. (FREGA, 1993: 128-129) Por outro lado, sobre a fonte que retratava General Artigas com idade avançada em paraguaias, confessou Blanes: “*El dibujo del sabio francés, más que retrato de cualquier viejo, me hace el efecto de la caricatura de una vieja*”. (citado por ASSUNÇÃO, 2002: 10). A maioria das fontes atribui a imagem de Artigas idoso à autoria de Bompland, entretanto, Assunção enfatiza que essa era uma crença antiga, pois, logo se reconheceu que Alfred Demersay foi o real autor desse retrato. Nessa busca pela caracterização de Artigas, em

constituía em um dos principais problemas na construção do *herói*: “*Es obvio que dotarlo de una figura, especialmente de un rostro, era poco menos que materializar un autorretrato nacional, con todas las implicaciones psicosociales que suponía un acto fundacional de esa naturaleza*”. (PELUFFO, 1992: 68) As únicas figuras que retratavam o personagem, até esse momento não se adequariam naturalmente à imagem que se buscava projetar à nação. A primeira dessas gravuras foi esboçada por Carbajal em 1865, apresentando um José Artigas já com a idade bastante avançada, apoiando-se em um bastão.

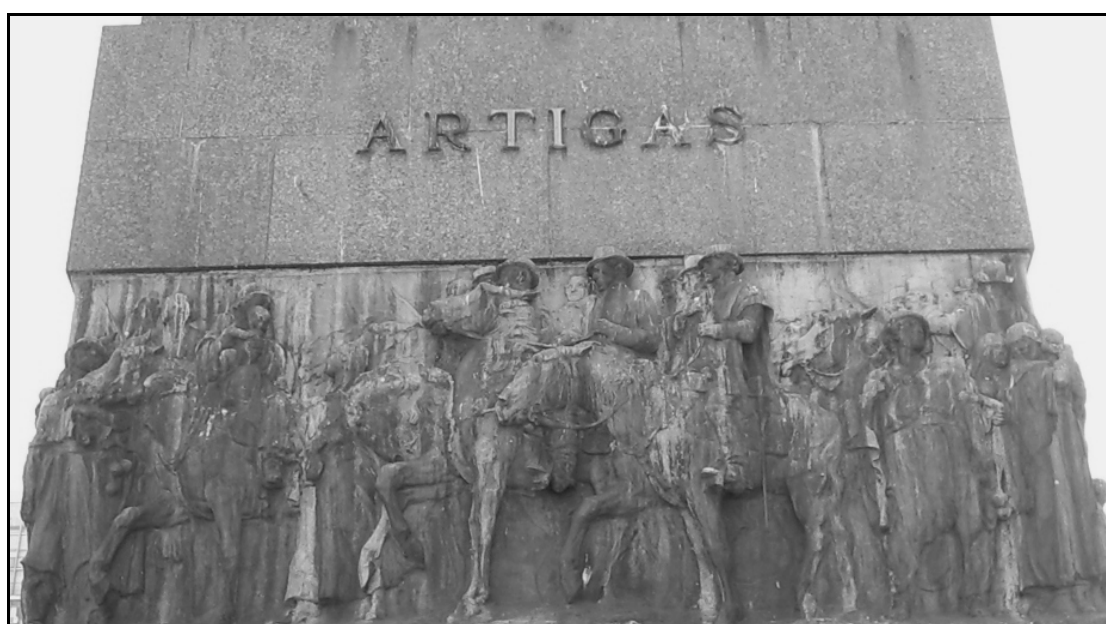


FIGURA 21 – “Parte frontal do Monumento a José Artigas”
 Destaque para o baixo-relevo e a inscrição “Artigas”.
 FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Contra o intenso movimento de críticas endereçadas à obra, o *El País* se ergueu sob um artigo intitulado *Frente al Monumento – la opinión de todos*, em um momento no qual a estátua estava, ainda que devidamente protegida, exposta às opiniões da comunidade que atravessava pela Plaza Independencia. Segundo a folha, eram bastante comuns as censuras e,

1923 o diretor do Museu Histórico Nacional do Uruguai propôs a oficialização de uma imagem do General. Argumentou que os escritórios administrativos, as instituições patrióticas e as escolas públicas uruguaias possuíam distintas efígies do *herói* e que, para escapar dessa situação, seria necessária a oficialização definitiva de um retrato de General Artigas. Essa imagem seria usada em selos e medalhas espalhadas nacional e internacionalmente. Sintomaticamente, sugeriu o “tipo” de Artigas a ser impresso: “*La República debe consagrar perdurablemente ese retrato, en que el Padre ha de estar en la edad rutilante de su gloria*”. (*Revista Histórica*, 1923. n° 31: 895-897)

por isso, viam-se obrigados a escutá-las em plena rua, no momento reservado à admiração *in loco*: “*Es muy oscuro. Es muy alto. Es muy bajo. Es muy cuadrado. Es muy chato. Es muy angosto. Es muy anguloso. Es muy grande. Es muy duro. (Como que es de piedra)*”. Essa constância de críticas seria um reflexo da própria sociedade local e sua repulsa por analisar criteriosamente os fatos. Assim, o *El País* representava o bloco desfavorável à obra, como algo natural e já conhecido para a sociedade da época. Sobre esse grupo, refletiu: “*Estos – claro está – son la mayoría. (si no fueran así, no serían precisamente de la patria de Artigas)*. (*El País*, 08/02/1923. Frente al monumento: la opinión de todos. p. 3)

Na ocasião dos atos de inauguração da obra, o periódico publicou uma breve descrição do conjunto, voltando a caracterizá-la como um trabalho isento de defeitos, sejam eles artísticos ou históricos. Para esse texto, a figura eqüestre representaria o Artigas vencedor e símbolo da história de um povo, no caso, o uruguaio. Já na parte inferior, onde ficam os baixos-relevos, estariam representadas com “*absoluto verismo al Estado Mayor de Artigas*”, além dos outros três lados trazerem os episódios do *êxodo do povo oriental*. Já este último, contradizendo a afirmação do *Las Noticias*, teria sido transportado ao bronze com qualidade de detalhes históricos e como “*reflejo fiel de toda aquella heterogénea multitud que siguió al precursor en épica retirad*”. (*El País*, 28/02/1923. Descripción del Monumento. p. 4)

Claramente, o *El País* surgiu com uma das posturas mais apaixonadas pelo resultado final da obra de Zanelli. Além da contundente defesa perante os críticos do monumento, foi esse periódico quem mais comemorou a materialização dessa homenagem ao General José Artigas. Assim, a narrativa em torno da cerimônia de inauguração se dividiu entre a crônica minuciosa de todas as atividades começadas desde aquele amanhecer de 28 de fevereiro de 1923, passando pela reprodução de discursos de embaixadores e intelectuais nacionais, chegando a um discurso mais romântico sobre o acontecimento. Construiu a imagem de um *herói* materializado em plena interação com o seu povo anteriormente liderado. O monumento não seria uma mera homenagem a José Artigas, mas um retorno daquele que teria sido o responsável por toda uma nacionalidade. Esse sentimento permaneceria bastante vivo na atual sociedade e, com esse bronze, ela estaria pagando uma dívida herdada ainda em sua gênese:

Las miradas estaban fijas en las banderas que cubrían el monumento cayó una franja y apareció la cabeza y el pecho envuelto en el flameante poncho militar. Una cabeza firme, serena, dominadora, de profundo y lejano mirar. Una apostura erguida y marcial que parecía ponerse a tono con los compases del himno nacional. Aquel jinete no estaba quieto. Desfilaba ante la multitud y la multitud sentía prosternarse sus almas ante la sugestión augusta de aquel caudillo -profeta, que llegaba de lejos del destierro, después de haber hecho la

patria, y la encontraba otra vez, dócil a su voz y engrandecida como una visión de porvenir. Ya las banderas habían caído del todo. El jinete avanzaba, sobre su soberbio potro, y su gesto dominador nos oprimía y nos dilatava, sucesivamente, el corazón. Fue un momento escalofriante. Las dianas seguían resonando y nuestras almas repicaban también, a gloria. (El País, 01/03/1923. Momento emocionante. p. 3)

O *La Democracia*, também *nacionalista*, censurou os críticos do monumento modelado pelo italiano Zanelli. Rechaçando o discurso o qual declarava que o cavalo representado na obra teria sido o mesmo montado por Marco Aurélio, tratou de descaracterizar artisticamente todos os depreciadores da obra. Sobretudo, o jornal expôs a necessidade de suspensão das críticas. Seria um momento de união da sociedade com objetivos patrióticos. No entanto, com uma postura um pouco distinta da apresentada pelo *El País*, o *La Democracia* admitia a possibilidade da existência de algumas falhas pontuais no conjunto alegórico:

Quizá. Quizá todo lo que se dice tenga sus visos de axioma. Es posible que el caballo no sea un caballo criollo, y es posible que haya mucho granito y poco bronce, y es posible que todas las censuras que a diario escuchamos no constituya otra cosa que el fruto de una de las características más interesantes de este país, donde la gente, puesta a hablar, habla hasta los codos, y puestas a trabajar no sabe hacer un asado con cuero. (La Democracia, 08/02/1923. Helo ahí! p. 1)

Mesmo destacando essa condição, o periódico buscou na posição do observante, perante a estátua, algumas das razões que pudessem explicar algumas das críticas, principalmente, no que tange a proporcionalidade do conjunto:

¿Como es posible, por ejemplo, que no se encuentren enormes desproporciones en la figura, si la mayoría de los observadores se colocan de bajo mismo de la estatua? En la contemplación de las esculturas, como en la de las pinturas y como en todas las cosas, todo estriba en saber encontrar el punto de vista; porque a fin de cuentas, todo es cuestión de punto de vista en este mundo; en lo moral como en lo físico. (La Democracia, 04/03/06. Críticos de la plaza – Lo que se habla al pie del Monumento. p. 3)

Cabe ressaltar, que tal reflexão foi publicada poucos dias após a inauguração, o que, tranqüilamente, aponta que as críticas continuaram fortes mesmo após a realização das festividades finais. Essa situação ratifica os discursos de que eram numerosos os críticos que sugeriam reparos às alegorias da obra.

Outro periódico que aprovou o monumento concebido por Angel Zanelli foi o *El Siglo*, logo na chegada do conjunto à cidade de Montevideú. Rechaçando a crítica de que a estátua de Artigas carecia de espírito autóctone, alegou que a escultura não estaria sujeita a uma “*reproducción tan visible de la realidad exterior*”. Ela teria uma liberdade de ação perante as amarras que a realidade proporcionava aos artistas: “*el artista puede, sin traicionar la naturaleza, ir a una interpretación más personal, más simbólica de la vida que pretende evocar*”. (*El Siglo*, 19/10/1922. La estatua de Artigas. p. 3) Nesse caso, a efígie de José Artigas poderia ser figurada sobre valores alheios aos costumes uruguaios. Com isso, o discurso do *El Siglo* legitimava a liberdade de expressão de Angel Zanelli e seu distanciamento ao modelar a figura eqüestre (sob uma espécie de cavalo não regional) e os baixos-relevos não condizentes com a representação da população local no período aludido. Procurou enquadrar a obra em um sentido mais universal artístico, deixando em segundo plano a necessidade que ela teria em simbolizar os elementos étnicos e históricos do povo uruguaio. Uma linguagem internacional para um *herói* orgulho da nação.

CONCLUSÃO

As representações que envolvem os processos de construção dos monumentos vão muito além das imagens modeladas no bronze das estátuas. No cerne da formação das obras, está impresso uma série de discursos, disputas, negociações e imposições de *memórias* por parte de determinados setores das sociedades patrocinadoras.

Os processos de erguimentos dos monumentos em homenagem a Bento Gonçalves da Silva e José Gervasio Artigas, acompanharam e se nutriram das disputas e das construções das *memórias* anteriormente trabalhadas pelos principais intelectuais do Rio Grande do Sul e Uruguai, respectivamente. Coube a esse grupo, influenciado pelas doutrinas *cientificistas* em voga, a classificação dos elementos que fariam parte, ou não, da caracterização dos *heróis* que, nesse caso, representariam o modelo ideal da própria identidade social. Em ambos os casos, determinados aspectos, não compatíveis com a concepção desejada de representação, foram descartados ou, ainda, relegados a um segundo plano. Como exemplo desse procedimento, a intelectualidade sul-rio-grandense, com exceção de Alfredo Ferreira Rodrigues, tratou de impor a Bento Gonçalves um caráter eminentemente republicano, eliminando qualquer questão que pudesse infundir particularidades de cunho monarquistas. Já no processo heroicizador de José Artigas, importou representá-lo como fundador da nacionalidade uruguaia, excluindo o seu ideal federalista o qual envolvia territórios que iam além das fronteiras da nação uruguaia. Disso, conclui-se que a *memória* do *herói* se adapta às necessidades do momento, bem como, às intenções do grupo que dela se apropria.

No que se refere ao *acontecimento fundador* da sociedade, percebe-se que essa concepção esteve presente em ambos os processos analisados, com algumas pequenas diferenças de acordo com o contexto na qual se desenrolou. Embora tenha existido a intenção de relacionar o *herói* com uma data que pudesse demarcar o período inicial da sociedade, a qual ele representa, no campo intelectual uruguaio não houve um consenso quanto a esse procedimento. Cada grupo político e/ou intelectual buscou, através da demarcação da data do

centenário de independência do país, eleger um acontecimento que melhor se associasse à gênese de seu próprio partido político. O processo de recuperação da imagem de José Artigas teve início bem antes do derradeiro debate sobre a data de independência, restando, então, ao *herói*, a designação de *fundador da nacionalidade*, seja ela *oriental* ou *uruguaia*. Assim, apesar de alguns poucos intelectuais exaltarem a Batalla de Las Piedras, liderada por José Artigas, como um dos acontecimentos demarcativos das revoltas independentistas, ao conflito não foi auferida, em sua totalidade, a representação de *acontecimento fundador*. Já no caso sul-rio-grandense, a ruptura política causada pela Revolução Farroupilha proporcionou a glorificação paralela entre *herói-acontecimento*, deste modo, juntos passaram a representar os elementos *fundadores* da sociedade sul-rio-grandense.

A construção das *memórias dos heróis* esteve vinculada à necessidade de se buscar, no passado histórico da comunidade, um personagem capaz de simbolizar a consolidação de um novo projeto sócio-político. Enquanto Bento Gonçalves surgia como representante máximo pela luta republicana no Rio Grande do Sul, a *memória* de José Artigas foi reivindicada em um momento no qual se acreditava que as tradicionais divergências políticas, causadoras de sucessivas guerras civis entre os partidos, estariam superadas.

A partir do momento, no qual os grupos governistas propuseram as construções das respectivas obras, as *memórias* desses personagens passaram a circular entre os mais diferentes grupos políticos. Durante esse processo, a imprensa demonstrou ser o setor que mais abertamente assentou sua posição em relação às *memórias dos heróis*. Através dela, os grupos políticos e/ou culturais puderam abertamente se apropriar dos personagens, associando-os as suas próprias ideologias. Nesse caso, enquanto os setores governistas passaram a se apropriar dos personagens homenageados, fazendo analogias às suas administrações e se autodenominando como herdeiros e aperfeiçoadores de seus ideais, os grupos oposicionistas aproveitaram o momento para denunciar tal apropriação. Elaboraram um discurso que desvinculava a figura do *herói* com a dos governistas, censurando uma política que seria um clássico exemplo de desvio das virtudes apregoadas pelos antigos generais.

Assim, ao longo dos processos de edificação dos monumentos analisados, percebe-se que a *negociação pela memória* assumiu a posição central na caracterização do passado dos *heróis* homenageados, quando os distintos grupos intentaram sobrepor seu pensamento frente aos demais, apropriando-se dos personagens e associando-os às suas próprias ideologias.

No caso uruguaio, temos como exemplo o setor religioso e sua atuação nesse processo de discussão sobre os valores cívicos e morais atribuídos a José Artigas na formação da

memória da comunidade uruguaia. Percebia-se uma intensa necessidade de adaptação da esfera religiosa às mudanças trazidas pelas novas estruturas políticas e culturais, principalmente, com a instauração do governo *battlista*. Assim, tanto o *sentimento patriótico* como a *memória* de Artigas foram paulatinamente tornando-se alvos da apropriação de setores católicos como uma forma de inserção, desse grupo, no campo discursivo contemporâneo. Tal instituição, mais do que qualquer outra, necessita de algo no qual possa se amparar, esse buscado em qualquer elemento da realidade estável, pois, por si mesmo, esse grupo não tem a pretensão de se transformar, enquanto, ao seu redor, todas as instituições e os costumes mudam e “*as idéias e as experiências se renovam*”. (HALBWACHS, 2006: 184)

Já em âmbito sul-rio-grandense, destaca-se o papel do setor intelectual ligado ao *comtismo*, doutrina bastante influente tanto na intelectualidade quanto na política regional nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Nesse contexto, um grupo de políticos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense protagonizou uma maior aproximação e apropriação de alguns dos valores apregoados pelo pensamento de Augusto Comte. Para esse grupo, Bento Gonçalves serviu como adágio e o maior exemplo da *evolução positivista* pela qual estaria atravessando a *raça gaúcha*. Um personagem modelar de um estágio importante na marcha rumo ao *progresso*

Em cada um dos processos analisados, começando pela idealização da *memória* do *herói*, através de seus escritos, até a sua materialização no bronze, com sua atuação na comissão promotora, percebe-se a liderança de um intelectual já altamente reconhecido e aplaudido na sociedade, sugerindo que a elaboração de uma obra monumental requer, fundamentalmente, a participação de intelectuais capazes de servir como elo entre a comissão promotora e a comunidade, facilitando a aceitação do projeto.

Embora disputadas e apropriadas pelos mais variados grupos, as obras são incapazes de materializar a totalidade dos discursos produzidos pela sociedade. Elaborados por uma seleta comissão organizadora, mormente, os monumentos refletem o pensamento do grupo patrocinador. A partir disso, as alegorias inferidas nas obras tendem a sofrer críticas oriundas de setores que não se sentem representados no bronze. No entanto, o grupo patrocinador busca impor um discurso de aglutinador da sociedade, caracterizando os monumentos como representante de toda a coletividade.

Deste modo, após a análise proposta pela tese, buscou-se demonstrar que o processo de construção da *memória*, visto além das especificidades de cada contexto histórico, apresenta algumas características norteadoras. Em primeiro lugar, o importante papel dos intelectuais na construção dos *heróis*. São eles os principais responsáveis pela produção das

representações que dão corpo à imagem idealizada desses personagens que cumprem função primordial na *memória* histórica da comunidade. Num segundo momento, essa série de imagens e representações, outorgadas pelos intelectuais aos respectivos *heróis*, passam por um processo de acirrada disputa, patrocinada por grupos políticos e/ou culturais que, por vezes, apresentam um rol significativo de divergências ideológicas. Disso, surgem diferentes leituras e apropriações, onde, cada grupo se apodera da *memória* de acordo com sua visão de mundo, intencionalidade ou necessidade do momento. Através de um “acordo” social ou, ainda, de uma imposição de grupo, surge a figura dos *heróis*.

Por fim, como resultado dessa construção e da acirrada disputa pela posse da *memória* do *herói*, são destinados lugares públicos que possam materializar, para o conjunto da comunidade, parte das representações conferidas aos personagens. Para isso, erguem-se os monumentos com o propósito de perpetuar uma *memória* idealizada não só do *herói* homenageado como da sociedade que esse representa.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Instituições e principais acervos consultados

- Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande. Rio Grande.
- Arquivo do Centro Municipal de Cultural *Inah Emil Martensen*. Rio Grande.
- Arquivo do Museu da Cidade de Rio Grande. Rio Grande.
- Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Biblioteca da Fundação Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande.
- Biblioteca da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas.
- Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.
- Biblioteca da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas
- Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Biblioteca Pública de Pelotas. Pelotas.
- Biblioteca Pública do Estado. Porto Alegre.
- Biblioteca Rio-Grandense. Rio Grande.
- Centro de Documentação Histórica Prof. Hugo Pereira das Neves/FURG. Rio Grande.
- Museu de Comunicação Social *Hipólito José da Costa*. Porto Alegre.
- Biblioteca Nacional. Montevideú.
- Museo Histórico Nacional *Casa Juan Francisco Giró*. Montevideú.
- Museo Histórico Nacional. *Casa de Lavalleja*. Montevideú.
- Biblioteca de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República. Montevideo.
- Arquivo Fotográfico do Centro Municipal de Fotografia. Montevideo.

II. Periódicos

Periódico	Local de origem	Local da Pesquisa
<i>20 de Setembro</i>	Piratini	Biblioteca Rio-Grandense
<i>A Federação</i>	Porto Alegre	Biblioteca Rio-Grandense e Museu de Comunicação Social <i>Hipólito José da Costa</i>
<i>A Discussão</i>	Pelotas	Biblioteca Pública Pelotense
<i>A Farpa</i>	Porto Alegre	Biblioteca Pública Pelotense
<i>Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>A Opinião Pública</i>	Pelotas	Biblioteca Pública Pelotense
<i>A Reforma</i>	Porto Alegre, Pelotas	Biblioteca Rio-Grandense, Museu de Comunicação Social <i>Hipólito José da Costa</i> e Biblioteca Pública Pelotense
<i>Bento Gonçalves</i>	Bento Gonçalves	Biblioteca Rio-Grandense
<i>Correio do Povo</i>	Porto Alegre	Museu de Comunicação Social <i>Hipólito José da Costa</i>
<i>Correio Mercantil</i>	Pelotas	Biblioteca Pública Pelotense
<i>Diário do Rio Grande</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>Diário Popular</i>	Pelotas	Biblioteca Pública Pelotense
<i>Echo do Sul</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>El Anarquista</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Bien</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Bien Publico</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Correo de la Campaña</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Día</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El País</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Picapedrero</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Pueblo</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Siglo</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>El Telegrafo</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>Jornal do Comércio</i>	Porto Alegre	Biblioteca Rio-Grandense e Museu de Comunicação Social <i>Hipólito José da Costa</i>
<i>La Democracia</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>La Nación</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>La Noche</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>La Reforma</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>Las Noticias</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>La Tribuna Popular</i>	Montevidéu	Biblioteca Nacional do Uruguai
<i>O Artista</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Acadêmico</i>	Porto Alegre	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Bilontra</i>	Sem identificação	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Tempo</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Democrata</i>	Pelotas	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Gaúcho</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Intransigente</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>O Maragato</i>	Rivera	Museu de Comunicação Social <i>Hipólito José da Costa</i>
<i>Radical</i>	Pelotas	Biblioteca Rio-Grandense
<i>Revista Ilustrada</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense
<i>Revista Popular</i>	Pelotas	Biblioteca Rio-Grandense
<i>Periódico</i>	Local de origem	Local da Pesquisa
<i>Rio Grandense</i>	Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense

III. Documentos e outras fontes

- *Coleção de cartas da firma Cardoso, Moreira & C. enviadas à Comissão promotora* (Acervo do Centro Municipal de Cultura);
- *Coleção de cartas enviadas por Teixeira Lopes à comissão promotora do monumento* (Acervo do Centro Municipal de Cultura);
- *Coleção de documentos, listas de subscrições e atas pertencentes à comissão promotora* (Acervo do Centro Municipal de Cultura);
- *Livro rascunho de correspondências de Alfredo Ferreira Rodrigues. Manuscrito.* (Acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Universidade Federal de Rio Grande);
- *Orçamentos anuais da Intendência Municipal de Rio Grande* (Biblioteca Rio-Grandense);
- *Rascunho da obra Glória Farroupilha: coleção de elementos para subsídio históricos, reproduzidos de originais autênticos. Rascunho de Simões Lopes Netto em homenagem ao Monumento-túmulo ao General Bento Gonçalves da Silva em Rio Grande. Pelotas: Setembro de 1909* (Arquivo Público do Rio Grande do Sul);
- *Relatório Municipal do Cap. Dr. Juvenal Octaviano Miller, Intendente do município de Rio Grande, ano de 1905* (Biblioteca Rio-Grandense).
- *Actas de la Comisión Nacional del Centenario de la Batalla de las Piedras* (Museo Histórico Nacional - Casa Lavalleja).
- *Escritura de arrendamiento de la Obra* (Museo Histórico Nacional – Casa Lavalleja).
- *Carpetas con las fotografías de los bocetos* (Museo Histórico Nacional – Casa Giró).
- *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay.* (Museo Histórico Nacional – Casa Lavalleja)
- *Revista Histórica. Publicación del Archivo y Museo Histórico Nacional.* (Biblioteca Nacional de Uruguay)

IV. Livros, artigos e outros

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*. Historia uruguaya. Tomo II: 1810-1820. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1991.

ABADIE, Washington Reyes & ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica General del Uruguay*. Tomo VI: Siglo XX. Vol. 1. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2000.

ACEVEDO, Eduardo. *José Artigas: Jefe de los orientales y protector de los pueblos libres. Alegato*. Montevideo: Imprenta Atenas, 1950.

ACHUGAR, Hugo. Derechos de memoria, sobre independencias y estados-nación en América Latina. In: *Derechos de memoria – Actas, actos, voces, héroes y fechas: nación e independencia en América Latina*. Hugo Achugar (coord.). Montevideo: Departamento de Publicaciones /Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2003.

_____. *Poesía y sociedad (Uruguay 1880-1911)*. Montevideo: Arca, 1985.

AITA, Carmen S. A.. *Liberalismo & República: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. (Tese de Doutorado)

ANTUÑA, José G. Asociación Patriótica del Uruguay. La fecha de nuestro centenario por José G. Antuña. Montevideo: Imprenta de la Escuela Naval, 1921.

ALBECHE, Dayse. *Imagens do Gaúcho – história e mitificação*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

ALVAREZ, Anacleto Dufort. La prensa irresponsable. Tesis presentada para optar al grado de doctor en jurisprudencia. Montevideo: Tipografía Renaud Reynaud, 1883.

ALVES, Francisco das Neves. Alfredo Ferreira Rodrigues e a “paz honrosa” de 1845. In: *Historiadores rio-grandinos*. Francisco das Neves Alves (org.). – Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. Alfredo Ferreira Rodrigues e uma *notícia histórica e descritiva* do Rio Grande do Sul. In: *Revista Biblos*. vol. 16. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

_____. Imprensa e história: discurso e conflito discursivo (estudo de caso). In: *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos: História Regional*. Francisco das Neves Alves (org.) Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

_____. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*/ Francisco das Neves Alves. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

ARANA, Mariano & SCHELOTTO, Salvador. Miradas sobre los años 20: El proyecto uruguayo y la invención de la ciudad moderna. In: Los Viente: El proyecto uruguayo – arte y diseño de un imaginario 1916-1934. Montevideo: Imprimex, 2004.

ARDAO, Arturo. Batlle y Ordoñez y el positivismo filosófico. Montevideo: Numero, 1951.

_____. *Espiritualismo y positivismo en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República/Departamento de publicaciones, 2005.

ARIOSTO GONZALEZ, D. *El Centenario – refutación del libro del Dr. Pablo Blanco Acevedo*. Montevideo: Tip. Morales, 1923.

_____. *¿Orientales o uruguayos?* Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1943.

AROCENA, Carlos A. “Artigas” y la civilización rural. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1911.

ASOCIACIÓN Patriótica del Uruguay. *El primer Congreso Patriótico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Calle Piedras, 1916.

Asociación Patriótica del Uruguay. *La fecha de nuestro centenario por José G. Antuña*. Montevideo: Imprenta de la Escuela Naval, 1921

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *A guerra dos farrapos (História da República Rio-grandense)*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1882.

ASSUNÇÃO, Fernando & PEREZ, Wilfredo. *Inauguración de su mausoleo y glosario de homenajes*. Montevideo: Biblioteca do Palacio Legislativo, 1978.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Artigas y la Revolución Rioplatense: indagaciones, argumentos y polémicas al calor de los fuegos del siglo XXI. In: *Calidoscopio Latinoamericano: Imágenes históricas para un debate vigente*. 1 ed. Waldo Ansaldi (coord.). Buenos Aires: Ariel, 2004.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. I, Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

_____. *Los imaginarios sociales. Memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BAROFFIO, Eugenio P. Juan Manuel Ferrari. Escultor 1874-1916. Montevideo: Revista Nacional, 1938.

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay: Tomo II. El disciplinamiento (1860-1920)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

_____. *Historia uruguayana. Tomo 4 1839-1875. Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

_____. *Los Conservadores uruguayos. 1870-1933*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Introdução. In: *O teatro de Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2001.

BAUZÁ, Francisco. *Historia de la dominación española en el Uruguay*. 3ª. ed.. Montevideo: El Demócrata, 1929.

BELO, Oliveira. *Os Farrapos*. 5. ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.

BERNÁRDEZ, Manuel. *La muerte de Artigas*. Montevideo: Dornaleche y Reyes, 1891.

BERRA, Francisco A. *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*. 3. ed. Montevideo: s/e. 1881.

BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2001.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12º. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BOEIRA, Nelson. À sombra de Augusto Comte. In: *Nós, os gaúchos*. 2. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

_____. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: cultura & ideologia*. Organizado por José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

CAETANO, Gerardo. Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay: la síntesis perdurable del Centenario. In: *Identidad uruguaya: ¿Mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Ediciones Trilce, 1992.

CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger & SÁNCHEZ, Alejandro. “Dios y Patria”. Iglesia Católica, nación y nacionalismo en el Uruguay del Centenario. In: *Los uruguayos del Centenario: Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)*. Gerardo Caetano (coord.). Montevideo: Ediciones Santillana, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa da República: uma instituição pública e privada. In: *República, Liberalismo, Cidadania*. Organizado por Fernando Teixeira da Silva, Márcia R. Capelari Naxara e Virgínia C. Camilotti. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003

CARLYLE, Thomas. *El culto de los heroes*. Buenos Aires: Editorial TOR – S.R.L., 1946.

CARMONA, Liliana & GÓMEZ, María Julia. *Montevideo: proceso planificador y crecimientos*. Montevideo: Instituto de Historia de la Arquitectura/Universidad de la República, 2002.

CARRIÓ, V. M. *Crónicas Americanas*. La Paz: Arnó Hermanos Editores, 1919.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CATALAN, Alfonso Cerda. Contribucion a la historia de la satira política en el Uruguay: 1897 – 1904. Montevideo: Universidad de la Republica Oriental del Uruguay, 1965.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: *Fronteiras do milênio/ Sandra Jatahy Pesavento (org.)*. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CEZIMBRA JACQUES, João. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

_____. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul – Precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção história*. Porto Alegre: ERUS, 1979.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, n.11, vol. 5. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 1991.

CHÂTELET, François. *História das idéias políticas*. François Châtelet, Oliver Duhamel, Evelyne Pisier-Kouchener; tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CIMORRA, Clemente. *Historia del periodismo*. Buenos Aires: Editorial Atlantida S.A., 1946.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

COMTE, Auguste. *Algumas cartas inéditas de Augusto Comte*. Tradução do Almirante F. A. Machado da Silva. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941.

_____. *Catecismo Positivista ou sumária exposição da Religião da Humanidade*. Traduzido por Miguel Lemos. Rio de Janeiro: Sede do Apostolado Positivista do Brasil, 1890.

_____. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *Opúsculos de Filosofia Social. 1819-1828*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1899.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Reorganizar a sociedade*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

COSSE, Isabela y MARKARIAN, Vania. *Memoria de la historia: una aproximación al estudio de la conciencia histórica nacional*. Montevideo: Ediciones TRILCE, 1994.

DEFFÉMINIS, Juan B. *Breve biografía del General Artigas para los niños (con arreglo al programa de escuelas públicas)*. Montevideo: Imprenta Latina, 1900.

DEMASI, Carlos. *Héroes civiles y héroes guerreros: la fugaz apoteosis de J. Suárez*. In: *Los héroes fundadores. Perspectivas desde el siglo XXI*. (Coord.) Carlos Demasi e Eduardo Piazza. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2006.

_____. *La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900)*. In: *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*. (Coord.) Ana Frega e Ariadna Islas. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

_____. *La lucha por el pasado: Historia y nación en Uruguay (1920-1930)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

DIÁRIO DE SESIONES DE LA H. CÁMARA DE REPRESENTANTES. Sesiones extraordinarias. Imprenta “El Siglo Ilustrado”.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *Porto Alegre (1900-1920): estatuária e ideologia*. Porto Alegre: SMC, 1992.

DONGHI, Tulio Halperin. *Ensayos de historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul – com um esboço crítico por Alfredo Ferreira Rodrigues*. Rio Grande: Biblioteca Rio Grandense, 1927.

EL CENTENARIO DE LA BATALLA DE LAS PIEDRAS – *el homenaje del pueblo oriental*. Montevideo: *El Siglo Ilustrado*, 1912.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002.

FALCO, Angel. *La leyenda del Patriarca. Canto á Artigas*. Montevideo: O. M. Bertani Editor, 1911.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1975.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

FREGA, Ana. *La construcción monumental de un héroe*. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Vol. 16, nº 1. Porto Alegre: IFCH, 1993.

FREGEIRO, C. L. *Artigas: Estudio Histórico. Documentos justificativos*. Montevideo: Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1886.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves, o herói ladrão*. 5. ed. Santa Maria: LGR, 1983.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: *RS: cultura & ideologia*. Organizado por José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GONZÁLEZ LAURINO, Carolina. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana, 2001.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Movimento/UFRGS, 1979.

GRAN PANORAMA NACIONAL. Portfolio de fotografias artisticas y pintorescas de la República Oriental del Uruguay. Montevideo: s/e, 1914.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a Praça de Montevideo. In: *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1835)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. (Tese de Doutorado)

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. A historiografia sul-rio-grandense e o mito do brasileiro. In: *Nós os s*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

_____. Historiografia sul-riograndense e o positivismo comtiano. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HERRERA, Luis Alberto de. *El Uruguay internacional*. Paris: Bernard Grasset, 1912.

HESSEL, Lothar Francisco. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMENAJE AL GENERAL JOSÉ ARTIGAS – Con motivo de la erección de su mausoleo. Montevideo: Impresora Cordon, 1976.

KNAUSS, Paulo. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro/Paulo Knauss*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LAROCHE, W. E.. Estatuaria en el Uruguay. Tomo 2. Montevideo: Biblioteca do Palacio Legislativo, 1980.

LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos em tintas e bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEONE, Verônica. Manuales escolares e imaginário social en el Uruguay del Centenario. In: *Los uruguayos del Centenario: Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)*. Gerardo Caetano (coord.). Montevideo: Ediciones Santillana, 2000.

LIMA, Alcides de Mendonça. *Discurso inaugural da sessão solene do Club 20 de Setembro, proferido pelo Presidente efetivo Alcides Lima*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos: 1881.

_____. *História popular do Rio Grande do Sul*. 2.ed., Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1935.

LINS, Ivan. *Perspectivas de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

LONER, Beatriz. Ana. A presença da classe operária na cidade de Rio Grande no início da República. In: *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos: História Regional* (Coord.) Francisco das Neves Alves. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LOPES NETO, João Simões. *Cancioneiro guasca*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Considerações sobre s e colonos. In: *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

_____. Marcas. In: *Nós os s*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

_____. Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

MAESO, Carlos M.. *El Uruguay través de un siglo*. Montevideo: Tip. y Lit. Moderna, 1910.

MAIZTEGUI, Humberto. *Uruguay en el proceso de institucionalización rioplatense*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

MARÍA GÓMEZ, Isidoro de. *Compendio de la Historia de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes, 1889

MARIANTE, Hélio Moro. *Alfredo Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

MAROBIN, Luiz. *Painéis da literatura gaúcha*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

MARTINS, Gil Barlem. *Juvenal Octaviano Miller: uma carreira política até hoje não igualada por qualquer conterrâneo seu*. Rio Grande:[s.n], 2002.

MARTINS, Solismar Fraga & PIMENTA, Margareth Afeche. Indústria e urbanidade: a constituição da cidade do Rio Grande durante a industrialização dispersa (1874-1930). In: *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos: História Regional* (Coord.) Francisco das Neves Alves. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

MEDINA, Benjamin Fernandez y. *La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 á 1900*. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900.

MELIÁN LAFINUR, Luis. *La historia y la leyenda*. Montevideo: Talleres Gráficos – El Arte, 1911.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

MENDES, R. Teixeira. *A segurança material dos vivos; o respeito aos mortos; e a comisseração para com os delinqüentes*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1923.

_____. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. Vol I. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, Templo da Humanidade, 1913.

_____. *Calendário Positivista – Precedido de indicações sumárias sobre a teoria positiva do Calendário por Teixeira Mendes*. São Paulo: Igreja Positivista do Brasil, 1899.

_____. *Comemoração do primeiro centenário do nascimento de Benjamin Constant Botelho de Magalhães – Fundador da República no Brasil*. s/c: Delegação Executiva da Igreja, 1936.

_____. *Em defesa do surto espontâneo da fraternidade universal, tendendo para a unificação da linguagem mediante a vulgarização dos vários idiomas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1920.

_____. *Nota sobre a propriedade literária*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1894.

MEYER, Augusto. *Cancioneiro*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

_____. : *História de uma palavra*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, s/d.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1991.

MIRANDA, Héctor. *Artigas*. Montevideo: Talleres A. Barreiro y Ramos, 1905.

_____. *Elogio de los héroes y otros escritos*. Montevideo: A. Barreto y Ramos/Editor Librería Nacional, 1912.

_____. *Las Instrucciones del año XIII*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1964. (Colección de Clásicos uruguayos, vol. 46)

MONTEIRO, Antenor Oliveira. *Rebuscos. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, s/d. Recortes de Jornais* (Biblioteca Rio-Grandense).

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1989.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Univesidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. (Tese de Doutorado)

NAHUM, Benjamin. *La época batllista (1905-1929)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

NEDEL, Letícia Borges & RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história no Rio Grande do Sul. *Agora*, Santa Cruz do Sul, V. 11. n.1, jan/jun. 2005.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: *Revista Tempo*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História* (10) dez. São Paulo: Educ/FAPESP, 1993.

ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta. Una experiencia liberal en el Uruguay*. Montevideo: Instituto de Investigaciones Históricas/Ensayos, estudios y monografías. N^o VI - Universidad de la República Oriental del Uruguay/Facultad de Humanidades y Ciencias, 1956.

_____. *La historiografía uruguaya en el siglo XIX, apuntes para su estudio*. Montevideo: Revista Historica de la Universidad, 1959.

OLIVERA-WILLIAMS, María Rosa. Modernización y fin de siglo: naturalismo y criollismo. In: ACHUGAR, Hugo & Moraña, Mabel. *Uruguay: imaginarios culturales: desde las huellas indígenas a la modernidad*. Montevideo: Ediciones TRILCE, 2000.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: Comentário*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, directo e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del Rio de la Plata (1810-1820). In: *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*.(coord) Ana Frega e Ariadna Islas. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

PEDEMONTTE, Juan Carlos. Montevideo: hombres, bronce, marmol. Montevideo: Barreiro y Ramos S. A., 1971

PELUFFO LINARI, Gabriel. Crisis de un inventario. In: *Identidad uruguaya: ¿Mito, crisis o afirmación?*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1992.

_____, *Historia de la pintura uruguaya*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

PÉREZ, Abel J.. *Artigas: conferencia leída por el Doctor Abel J. Pérez en el Ateneo del Uruguay el día 5 de setiembre del año 1900*. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1900.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da Sociedade Gaúcha. In: *Ensaio FEE: A Sociedade Gaúcha*, Porto Alegre, ano 14, n. 2, 1993.

_____. A Pedra e o sonho - Os caminhos do imaginário urbano. In: *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. Ressentimento e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

PEZAT, Paulo. A gestão do intendente municipal Conrado Miller de Campos segundo a imprensa rio-grandina (1900-1902). In: *Imprensa, história e informação: anais do II Congresso Internacional de estudos históricos*. (Coord.) Francisco das Neves Alves. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

_____. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. In: *Revista Anos 90*. v. 13. n. 23/24. jan/dez. Porto Alegre, 2006

PIAZZA, Eduardo. Héroes y aedos en La epopeya de Artigas de Zorrilla de San Martín. In: *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*.(coord) Ana Frega e Ariadna Islas. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Historiografia gaúcha. In: Revista de Programa de Pós-graduação em História Anos 90, Porto Alegre, n.3, junho 1995.
- PINTO, Celi Regina J.. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. (Col. Universidade Livre)
- PINTOS, Fernando. *Historia del periodismo uruguayo. Siglo XIX*. Montevideo: Instituto de Estudios Superiores, 1982.
- PIVEL DEVOTO, Juan E.. *De la leyenda al culto artiguista*. Prólogo de Gonzalo Aguirre. Montevideo: Biblioteca Artigas, 2004. (Colección de Clásicos uruguayos, vol. 171)
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- PONTE, Cecília. Artigas em el concepto de patrimônio arquitectónico: entre la devoción por la matéria auténtica y la función exultante de lo falso. In: *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*.(coord) Ana Frega e Ariadna Islas. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.
- PORTO ALEGRE, Apolinário José Gomes. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.
- RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. D. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882.
- _____. *Artigas. Debate entre 'El Sud América' de Buenos Aires y 'La Razón' de Montevideo*. Montevideo: Librería Nacional A. Barreiro y Ramos, 1915.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Ambiente espiritual del 900 – Carlos Roxlo: un nacionalismo popular*. Montevideo: Arca Editorial, 1984.
- _____. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo: Arca – Instituto Nacional do Livro – Nuevo Mundo, 1990.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguay (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- REGISTRO NACIONAL DE LEYES, DECRETOS Y OTROS DOCUMENTOS. *Publicado por el Ministerio del Interior*. Montevideo: Talleres A. Barreiro y Ramos, 1911.
- REICHEL, Heloisa Jochims & GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.
- REVERBEL, Carlos. *Assis Brasil*. 2.ed.. Porto Alegre: IEL, 1996.

RIBEIRO, Ana. *Historiografía nacional. (1880-1940). De la épica al ensayo sociológico*. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 1994.

RICO, Álvaro. De héroes y traiciones en la épica sesentista. In: *Los héroes fundadores. Perspectivas desde el siglo XXI*. (coord) Carlos Demasi e Eduardo Piazza. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2006.

RICOEUR, Paul. *La memória, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

ROCCA, Pablo. Los destinos de la nación: el imaginario nacionalista en la escritura de Juan Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo Díaz y su época. In: ACHUGAR, Hugo & Moraña, Mabel. *Uruguay: imaginarios culturales: desde las huellas indígenas a la modernidad*. Montevideo: Ediciones TRILCE, 2000.

_____. *Poesía y política en el siglo XIX: un problema de fronteras*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2003.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *A estátua do general Bento Gonçalves da Silva: onde deve ser colocada – justificação de voto*. Rio Grande: Livraria Americana, 1904.

_____. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Paulo Brossard (org.). Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social ou Princípios do Direito Político*. São Paulo: Editora Escala, s/d. (Coleção Grandes obras do pensamento universal, vol. 13)

SCARONE, Arturo. Artigas y la Biblioteca Nacional. Montevideo: Tip. La Industrial, 1923.

SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo de história comparada. In: *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SCHELOTTO, Salvador. Montevideo 1829-1890: una urbanidad se gesta entre la civilización y la barbarie. La ciudad y la cultura urbana en el siglo XIX. In: ACHUGAR, Hugo & Moraña, Mabel. *Uruguay: imaginarios culturales: desde las huellas indígenas a la modernidad*. Montevideo: Ediciones TRILCE, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis: Vozes, 2000.

SPENCER, Herbert. *A justiça*. Lisboa: A Editora Limitada/Biblioteca de Filosofia Científica, s/d.

_____. *Educação: intelectual, moral e physica*. Traduzido por Emygdio D'Oliveira. 2º. Ed.. Porto: Biblioteca Científica e Educativa/Casa Editora, s/d.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. Tradição e culto da heroicidade e valentia. In: *Nós, os s.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e platinidade na historiografia do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

URIARTE, Javier. Las fechas y la invención del sistema simbólico nacional en América Latina. In: *Derechos de memoria – Actas, actos, voces, héroes y fechas: nación e independencia en América Latina*. Hugo Achugar (coord.). Montevideo: Departamento de Publicaciones /Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2003.

VARELA, Alfredo. *Res Avíta. I O idealismo farrapo. II. Tempos idos e vividos*. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935.

_____. *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique & Irmão/Livraria Universal, 1897.

VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande: geografia física, humana e econômica*. Porto Alegre: Sagra, 1983.

VIVES, Enrique Mendez. *El Uruguay de la modernización. Tomo 5. 1876-1904*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis: Vozes, 2000.

XIMENEZ, Eduardo Muñoz. *Artigas*. Montevideo: Ideal Imprenta, 1910.

YAFFÉ, Jaime. La modernización en el Uruguay: política y economía. 1876-1933. In: *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário. Poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1980.

ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: literatura e discurso político. In: *O Partenon Literário: poesia e prosa*/ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Consuelo & BAUMGARTEN, Carlos (orgs). Porto Alegre: Instituto Cultural Português/Escola Superior de Teologia, 1980.

ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. Conferencias y discursos. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1965. (Colección de Clásicos uruguayos, vol. 65)

_____. *La epopeya de Artigas*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1963. (Colección de Clásicos uruguayos, vol. 37)

_____. *La religión del héroe*. Montevideo: Talleres de La Buena Prensa, 1923.

ZUBILLAGA, Carlos. *Antología del pensamiento historiográfico uruguayo*. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y Ciencias, 1989.

ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. 11° ed. Montevideo: ARCA, 1991.